



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Mábia Aline Freitas Sales**

**NEGÓCIOS E NEGOCIANTES LUSITANOS:  
O comércio dos portugueses em Belém dos meados do oitocentos**

Niterói

2017

Mábia Aline Freitas Sales

**Negócios e negociantes lusitanos: O comércio dos portugueses em  
Belém dos meados do oitocentos**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de doutora em História.

Área de Concentração: História Social

Setor: História Contemporânea I

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Niterói

2017

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**S163 Sales, Mália Aline Freitas.**

Negócios e negociantes lusitanos: o comércio dos portugueses em Belém dos meados do oitocentos / Mália Aline Freitas Sales. – 2017. 372 f.

Orientador: Carlos Gabriel Guimarães.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.

Bibliografia: f. 355-372.

1. Imigração portuguesa. 2. Belém (PA). 3. Comércio – Aspecto histórico. 4. Século XIX. I. Guimarães, Carlos Gabriel. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

Mábia Aline Freitas Sales

**NEGÓCIOS E NEGOCIANTES LUSITANOS:**  
**O comércio dos portugueses em Belém dos meados do oitocentos**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de doutora em História.

Aprovada por:

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães – Orientador  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins – Membro  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva – Membro  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dra. Leila Mourão – Membro  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dra. Lúcia Guimarães – Membro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Niterói

2017

A Reginaldo Sales, por fazer da minha vida um sonho cotidiano.

## Agradecimentos

De todas as partes que compõem uma tese, incontestavelmente, essa é uma das mais prazerosas. Isso porque é o único lugar em que podemos mencionar, para além de tantos autores que lemos, instituições, pessoas que, de fato, conhecemos ou convivemos por ocasião da pesquisa. Cada uma delas é um lugar de memória (Pierre Nora), pois cada um dos sujeitos mais importantes da trajetória da pesquisa ocupam um lugar simbólico que não foi construído pelo campo das obrigatoriedades acadêmicas, mas pela nossa própria vontade de lembrar, de rememorar.

Agradeço primeiramente a Deus em quem acredito por convicções e experiências pessoais. Tenho certeza de que as forças que me sustentaram não poderiam vir de um pai mais bondoso, cuidador e paciente.

Agradeço à CAPES, que financiou essa pesquisa desde outubro de 2014. Esse auxílio financeiro foi fundamental para a conclusão dessa tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense que sempre se demonstra aberto a receber alunos/pesquisadores de tantos recantos do Brasil.

Ao, meu orientador, Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães que tive o prazer de conhecer na defesa de minha dissertação de mestrado, aceitou ser meu orientador assim que fui aprovada no PPGH e não me deixou perder a fama de ter sorte em ganhar excelentes orientadores desde a graduação. Além de um grande pesquisador, ele é um ser humano incrível, paciente, solícito, bem-humorado, sempre pronto a dar opiniões, indicar obras e fazer leituras acuradíssimas. É um extraordinário orientador, leitor e sem ele não tenho dúvidas de que essa tese não teria sido concluída.

Agradeço com muita alegria no meu coração, a professora Ismênia de Lima Martins, pela honra de ter cursado uma disciplina de metodologia com uma das professoras mais experientes dessa instituição. Além dos textos indicados, a experiência e o seu espírito jocoso me fizeram, sem dúvida, uma historiadora melhor e mais orgulhosa do meu ofício.

A professora Leila Mourão que há algum tempo deixou de ser minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na graduação e passou a me orientar para a vida em seus aspectos acadêmicos e pessoais. A sua companhia no Rio de Janeiro me fez ter forças para enfrentar as adversidades longe de casa.

Aos funcionários da Jucepa, que me abriram as portas para a pesquisa. Eu não tenho palavras para agradecer tamanha generosidade nos dias em que passei lá me empenhando para encontrar fontes.

À Nazaré, secretária do arquivo do Grêmio Literário Português, por ter me recebido e ter me conduzido a alguns documentos que foram muito valiosos para a produção dessa tese. A sua paciência e prontidão é um alento para amenizar nossas angústias cotidianas a procura de fontes.

À Lígia Veloso, que nos atendeu com tanta boa vontade no cartório Chermont. A dificuldade que tive para ter acesso aos documentos nesse arquivo, sem dúvida alguma não se deve a sua indisponibilidade, mas a falta de um arquivista que torne o acesso aos livros mais viável. Miguel me ajudou nesse sentido, mesmo que não fosse sua função e lhe sou extremante grata.

Aos amigos que fiz quando substituta do IFPA – Campus Castanhal, Shirley Nascimento, Carlos Henrique, Sandro Soares e, especialmente o meu amigo historiador, Gustavo Henrique Barbosa, que sempre me amparou com suas palavras animadoras em tempos de incerteza.

Às amigas que fiz no Rio de Janeiro durante o período em que morei lá, no primeiro semestre de 2013, Bruna Dourado e Elizabeth Santos, colegas de orientação, de almoços no RU. Nos tornamos grandes amigas e depois que voltei do Rio de Janeiro para Belém, elas me fizeram economizar com o correio sempre imprimindo meus relatórios de bolsa, entregando na secretaria do PPGH ao final de cada semestre.

Ao Adriano Souza, estudante do curso de História da UFPA, que me ajudou com a pesquisa dos inventários, documentos que precisei para escrever o último capítulo. Com a minha mudança para outra cidade em 2016 não foi possível levantar pessoalmente todos os dados dos inventários que estavam no arquivo em Belém. Adriano foi um jovem pesquisador assíduo, atencioso e proativo. Sem ele teria sido difícil concluir a tese no prazo.

Ao meu colega de mestrado que entrou para o meu círculo de amizades, historiador das populações, Daniel Barroso, pelas trocas constantes de informações. Fiquei extremamente grata por ter me concedido o seu banco de dados sobre casamento nas Freguesias da Sé e da Campina, inclusive me doando o pendrive junto. Não tenho palavras para agradecer tamanha disponibilidade em me ajudar sempre.

A minha filha do coração Iany Freitas que sempre me dedicou conforto, através de suas palavras, e inspiração pelo número de horas que estudava diariamente cursando a faculdade de medicina. A sua vida me move a ser cada vez melhor.

A minha irmã Marcia Alessandra, meu cunhado Alain John e minhas sobrinhas Alessa Julie e Aline Sofia, minha gratidão ao aconchego familiar que eles me proporcionaram, dando-me força para prosseguir minha vida acadêmica.

A minha família que vê em mim uma trajetória de sucesso, especialmente os meus pais, Antonio Freitas e Fátima Freitas que não me permitiram ter a “Síndrome da Gabriela” quando perceberam desde cedo que eu precisava estudar em vez de apenas lavrar a terra, único ofício que a vida os oportunizou. Os homens nascem num determinado lugar social, mas não precisam ocupar o mesmo lugar por toda a vida, a não ser que seja a sua vontade. Eu não queria permanecer na roça e eles foram importantíssimos na escrita de uma outra história onde podemos escolher e nos acomodar em outros cantos do mundo. A defesa dessa tese é um grande troféu que dedico aos meus pais com todo o amor do meu coração.

Ao meu esposo Reginaldo Sales que é a pessoa mais importante nessa trajetória de leitura de fontes e escrita dessa tese. Poderia até dizer que essa tese foi escrita a duas mãos de tanto que se dedicou para tecê-la. Nunca vi antes um químico se interessar tanto pelo *métier* do historiador. Se existe notório saber, ele é um dos sujeitos que o possui. Se é verdade que os grandes amores se provam nos momentos difíceis, na angústia, não tenho dúvidas de que o amor que me dedicas está provado. Obrigada por se dedicar junto comigo em cada passo desse trabalho. Sem você esse doutorado não passaria de uma utopia.

## Resumo

A presente tese tem por objetivo analisar o comércio dos portugueses em Belém nos meados do século XIX. Esse período apresenta uma dinâmica comercial acentuada marcada pela inserção dos imigrantes/negociantes portugueses que, desde o final do século XVIII, movimentavam a economia do Pará, mesmo em momentos conturbados como a abertura dos portos em 1808, o processo de independência em 1823 e a Cabanagem de 1835. Nesse contexto, os comerciantes de grosso trato ultrapassaram as intempéries pontuais e experimentaram o reflorescimento do comércio que iniciou logo após os legalistas retomarem o poder e se acentuou à medida que se distanciavam os anos da revolta cabana. Assim, buscou-se analisar as inúmeras possibilidades de atuação dos negociantes lusitanos no comércio, considerando que além do comércio havia uma rede de sociabilidades – a participação em ações de benevolências, a inserção na Santa Casa de misericórdia, no Grêmio Literário Português e a obtenção de títulos nobiliárquicos -, além das redes familiares, parentais, nas quais o negociante português buscava alcançar inclusão e prestígio social. Para alcançar tal distinção na hierarquia social era preciso atuar como agentes mercantis, vender, comprar, emprestar e diversificar seus investimentos. Com base nos registros de passaportes de migrantes portugueses, em registros das navegações portuguesas e nas matrículas no Tribunal de Comércio, escrituras públicas e inventários *post-mortem*, buscou-se mapear muitos aspectos que fizeram dos negociantes portugueses um grupo importante na Belém do oitocentos.

**Palavras-chave:** Imigração portuguesa, comércio, redes sociabilidade, fortunas, século XIX.

## Abstract

The present thesis aims to analyze the Portuguese commerce in Belém during the middle of 19<sup>th</sup> century. This period features a commercial dynamics marked by the entering of portuguese immigrant/merchants who moved the Pará's economy even in the late 18<sup>th</sup> century sometime after the opening of the ports in 1808, the Independency process in 1823, and the Cabanagem Revolution in 1835. In this regard, the wholesale merchants have been through many inclemencies and experienced the rebirth of commerce which took place right after the loyalists regain the power and deepened as long as the years passed after the Cabanagem Revolution. Thus, it was sought to analyze the portuguese merchants' uncountable possibilities of actuation, noting the existence of other social engagements they performed – participation benevolence acts, works in different positions at Santa Casa de Misericórdia, Portuguese Literary Guild, and the acquisition of noble titles -, it also possible to consider the family and parental networking in which the portuguese merchants were seeking inclusion and social reputation. In order to acquire such distinction into the social hierarchy it was necessary to play the role of a merchant agent, selling, buying, borrowing, and diversifying their investments. Based on records of portuguese immigrants' passports, portuguese ships records, and the Commercial Court entries, public deeds and *post-mortem* inventories, it was aimed to map the various aspects which made the portuguese merchants an important group in the Belém of 1800s.

**Key-words:** Portuguese immigration, commerce, social networkings, fortunes, 19<sup>th</sup> century.

## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	8
<b>Abstract.....</b>	9
<b>Sumário.....</b>	10
<b>Lista de figuras.....</b>	12
<b>Lista de gráficos.....</b>	13
<b>Lista de quadros.....</b>	14
<b>Lista de tabelas.....</b>	15
<b>Lista de siglas.....</b>	16
<b>Introdução.....</b>	17
<b>1. OS LUSITANOS NA PROVÍNCIA DO PARÁ: imigração, comércio e riqueza</b>	37
.....	
<b>1.1. Imigração portuguesa em Belém .....</b>	37
<b>1.2. Imigração e o perfil da comunidade lusa .....</b>	45
<b>1.3. Feições da urbe dos imigrantes: estruturação urbana e organização do comércio .....</b>	82
<b>2. O COMÉRCIO DOS PORTUGUESES: dos tempos joaninos à Cabanagem..</b>	98
<b>2.1. Chega a corte de D. João: os negócios dos portugueses em Belém .....</b>	98
<b>2.2. Entre a revolução do porto e a Cabanagem .....</b>	116
2.2.1. Tempos de Jales: instabilidade e antilusitanismo ascendentes .....	129
2.2.2. Em tempos de revolta: a arte de negociar .....	135
<b>3. DEPOIS DA CABANAGEM: nem tudo era crise .....</b>	148
<b>3.1. Porto, economia e comércio: Entre a borracha e outras possibilidades de acumulação .....</b>	148
<b>3.2. Da Taberna ao Tribunal de comércio: pequenos e grandes negócios de portugueses em Belém .....</b>	190
<b>4. TRAJETÓRIAS E REDES DE SOCIABILIDADE: comércio, poder e distinção social .....</b>	211
<b>4.1. Negociantes e redes de sociabilidade .....</b>	211
4.1.1. Entre negócios e benevolências: das organizações comerciais a Santa Casa de Misericórdia .....	221
<b>4.2. Fazendo negócios no Grão-Pará: no alvorecer do Império .....</b>	237
4.2.1. O negociante Francisco Gaudêncio da Costa e seu filho Francisco Gaudêncio da Costa Junior .....	237
4.2.2. Os negociantes José Pinto de Araújo e João Pinto de Araújo .....	250
<b>4.3. O Império dos negócios: trajetórias de sucesso nos meados do oitocentos ....</b>	256
4.3.1. Lúcio de Sousa Machado .....	256
4.3.2. Elias José Nunes da Silva .....	270
4.3.3. Miguel José Raio .....	273
4.3.4. Henrique de La Rocque .....	281
<b>5. FORTUNA, RIQUEZA E HIERARQUIA: os portugueses negociando além de mercadorias.....</b>	294
<b>5.1. Escriturando seus negócios: contratos de compra e venda, dívidas e hipotecas, quitações e mais transações comerciais .....</b>	294

<b>5.2. Inventariando as riquezas: a composição das fortunas dos negociantes .....</b>	<b>313</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>342</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>347</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>355</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta da cidade de Belém, século XVIII .....	83
Figura 2 – Prospectiva da cidade de St. <sup>a</sup> Maria de Belém do Grão-Pará, final do século XVIII .....	85
Figura 3 – Plano Geral da Cidade do Pará, 1791 .....	88
Figura 4 – O porto de Belém em 1867 .....	92
Figura 5 – “Armazém” da Alfândega de Belém, Província do Pará, c. 1870 .....	93
Figura 6 – Localização das Ilhas Tatuoca e Arapiranga .....	133
Figura 7 – Anúncio da loja de Luiz Antonio Henrique .....	201
Figura 8 – Anúncio de carga vinda do Havre, consignada a Luiz Henriques .....	202
Figura 9 – Emblema da Beneficente Portuguesa .....	227
Figura 10 – Anúncio da loja de ferragens de João Francisco Ramos da Cruz .....	229
Figura 11 – Hospital Dom Luiz I .....	230
Figura 12 – Trecho do relatório do Gabinete de Leitura .....	231
Figura 13 – Anúncio da Associação Comercial do Pará, 1858 .....	235
Figura 14 – Anúncio da morte de Francisco Gaudêncio da Costa, 1855 .....	244
Figura 15 – Anúncio de venda de vinho feito por Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos .....	248
Figura 16 – Anúncio de João Pinto de Araújo sobre a Companhia de Vinhos do Alto Douro .....	253
Figura 17 - Pedra Tumular edificada por Lúcio Machado, em homenagem ao primo, 1834 .....	266
Figura 18 - Oferta Religiosa de Lúcio de Sousa Machado .....	267
Figura 19 – Vista Frontal do Palácio do Raio .....	275
Figura 20 – Retrato de Miguel José Raio .....	280

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Passageiros de Portugal para a Província do Pará, 1801-1833 .....	49
Gráfico 2 – Número de agentes de comércio em relação ao de imigrantes, 1801-1833 ...	57
Gráfico 3 – Quantitativo de imigrantes portugueses entrados em Belém, 1830-1870 .....	61
Gráfico 4 – Perfil etário dos imigrantes portugueses em Belém, 1840-1860 .....	75
Gráfico 5 – Porto por onde os imigrantes deixavam Portugal em direção ao Pará, 1830-1870 .....	78
Gráfico 6 – Ocupações dos portugueses migrados para o Pará, 1830-1870 .....	79
Gráfico 7 – Números de armazéns registrados na Praça do Comércio do Pará, 1804-1868 .....	94
Gráfico 8 – Embarcações saídas do porto do Pará com destino a Lisboa, 1758-1807 .....	99
Gráfico 9 – Saídas de navios dos portos do Brasil para Lisboa, 1783-1836 .....	101
Gráfico 10 – Saída de embarcações do porto do Pará para Lisboa, 1802-1823 .....	103
Gráfico 11 – Tonelagem descarregada em Lisboa saída do porto do Pará, 1801-1836 ...	111
Gráfico 12 – Renda interna do Pará, 1786-1835 .....	113
Gráfico 13 – Bandeiras das embarcações saídas de Belém com destino a Lisboa, 1826-1836 .....	120
Gráfico 14 – Embarcações saídas de Belém com destino a Lisboa, 1800-1836 .....	127
Gráfico 15 – Média anual de navios entrados no porto de Belém vindos de Portugal, 1831-1870 .....	154
Gráfico 16 – Importações estrangeiras para o Pará, 1840-50 .....	157
Gráfico 17 – Comparação borracha versus demais produtos exportados pelo Pará, 1847-1867 .....	165
Gráfico 18 – Exportação da borracha, 1847-1867 .....	167
Gráfico 19 – Evolução da exportação do cacau no Pará, 1847-1867 .....	169
Gráfico 20 - Renda Interna da Província, 1835-1872 .....	171
Gráfico 21 – Comparação entre a produção e os valores do arroz com casca e pilado ....	177
Gráfico 22 – Couros secos exportados, 1852-1861 .....	180
Gráfico 23 – Registro de matrículas dos negociantes do Pará, 1851-1855 .....	210
Gráfico 24 – Escrituras públicas registradas no Cartório Chermont por tipo, 1849-1870	297
Gráfico 25 – Sociedades Comerciais registradas no Cartório Chermont, 1849-1870 .....	304
Gráfico 26 – Evolução do número de escrituras, 1849-1870 .....	307
Gráfico 27 – Evolução da monta média dos inventários de Belém, 1836-1870 .....	317
Gráfico 28 – Crescimento das maiores fortunas em Belém, 1846-1870 .....	322

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Negociantes que enviaram petição ao Ouvidor do Pará .....	106
Quadro 2 – Fundadores da Sociedade Beneficente Portuguesa .....	224
Quadro 3 – Provedores da Santa Casa de Misericórdia, 1833-1865 .....	228

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Belém, 1848 e 1868 .....	43
Tabela 2 – Emigração de Portugal para o Pará, 1801-1833 .....	47
Tabela 3 – Entrada de imigrantes estrangeiros em Belém, 1856-1863 .....	66
Tabela 4 – Exportação e importação do Pará para Portugal, 1789-1835 .....	109
Tabela 5 – Importação Estrangeira, para os maiores portos do Brasil, 1841-1850 .....	153
Tabela 6 – Embarcações entradas no Porto de Belém, 1836-1840 .....	155
Tabela 7 – Embarcações entradas em Belém por país de procedência, 1840-1867 .....	156
Tabela 8 – Importação estrangeira e nacional para o Pará, 1836-1870 .....	157
Tabela 9 – Relação dos negociantes portugueses com a navegação de longo curso, 1840-1870 .....	159
Tabela 10 – Destinos das exportações do Pará em 1867 .....	161
Tabela 11 – Arrecadação da Alfândega do Pará, 1836-1867 .....	169
Tabela 12 – Contribuição da exportação de borracha em relação a Renda Interna, 1857-1870 (Valores da média anual expressos em contos de réis – r\$) .....	171
Tabela 13 – Casas comerciais de Belém, 1855 .....	190
Tabela 14 – Relação de casas comerciais e outras atividades dos estrangeiros em Belém, 1859 .....	191
Tabela 15 – Algumas firmas exportadoras de portugueses em atividade no Pará em 1866 .....	203
Tabela 16 – Número de negociantes portugueses nas redes de sociabilidade de Belém ..	222
Tabela 17 – Participação dos portugueses na mesa diretora da Santa Casa da Misericórdia, 1837-70 .....	226
Tabela 18 – Transporte de negros escravizados, realizadas pelo bergantim “Vigilante Africano”, propriedade do negociante Fernando de Sousa Machado, 1810-1822 .....	257
Tabela 19 – Nomes com maior ocorrência nas escrituras, 1849-1870 .....	309
Tabela 20 – Distribuição dos inventários por valores, 1836-1870 .....	315
Tabela 21 – Distribuição dos inventários por faixas de fortuna, 1836-1870 .....	319
Tabela 22 – Portugueses com fortunas superiores a 50 contos, 1836-1877 .....	323
Tabela 23 – Distribuição das fortunas por categorias (em réis) .....	339

## LISTA DE SIGLAS

AHDMNE – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHMS – Arquivo Histórico Municipal de Salvador

AHNA – Arquivo Histórico Nacional de Angola

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CEPESE – Centro de Estudos da População e Sociedade

CMA – Centro de Memória da Amazônia

GLP – Grêmio Literário Português

JUCEPA – Junta Comercial do Estado do Pará

## INTRODUÇÃO

Desde os tempos coloniais, o Estado do Maranhão, criado em 1621, muitas vezes foi tratado de maneira diversa do Estado do Brasil. Assim, aspectos como povoamento, mão de obra, produção, se desenvolveram com base em especificidades geográficas, sociais e econômicas que a coroa portuguesa precisou administrar nesse território de colonização tardia. Nesse contexto de especificidades, o comércio encontrara algumas dificuldades, só tendo tido maior fluidez a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) por Marquês de Pombal. O século XIX, sendo uma extensão do desenvolvimento comercial do Antigo Regime na América portuguesa, faz parte de um período privilegiado para o estudo do comércio e dos comerciantes, haja vista o processo de ascensão dos homens de negócios a partir da segunda metade do século XVIII e, posteriormente, no Brasil independente.

Tratar dos comerciantes portugueses no Pará, especialmente, é considerar que as mudanças em torno do status do negociante, notadas em grandes praças comerciais como as Rio de Janeiro, Salvador ou Recife, aqui também foram experienciadas a partir das políticas de Pombal nos meados do setecentos. Por outro lado, o que o Pará parece ter de específico é a não subordinação dos negociantes que aqui atuavam aos negociantes da corte como parece ter sido comum com as praças de Minas Gerais, Rio Grande de São Pedro e de São Paulo. E isso tem a ver com a continuidade das relações dos lusitanos que no Pará moravam ou comerciavam com sua terra natal desde os tempos coloniais. Por questões políticas e mesmo geográficas, o Estado do Grão-Pará e Maranhão não estivera sujeito as capitais de Salvador ou, posteriormente, o Rio de Janeiro, pois estabelecia contatos diretamente com as terras lusitanas.

Nesse contexto, os comerciantes atuantes no Pará, lidaram com as intempéries dos pós independência, posteriormente da Cabanagem, que em seus muitos matizes também simbolizava as dificuldades de ser negociante português em um contexto de antilusitanismo. Ainda que a Cabanagem tenha sido um movimento muito mais amplo e de escalas múltiplas e, portanto, não possa ser resumida ao antilusitanismo, é inegável que os portugueses foram um dos alvos dos cabanos. Contudo, mesmo em contexto de aparente crise, o comércio dos portugueses floresceu, em grande medida, com base nas antigas rotas que ligavam o Pará a Portugal.

Inspirado nesse comércio que relacionava o porto do Pará aos portos de Portugal, essa pesquisa tem por objetivo compreender o comércio desenvolvido pelos portugueses no período de 1836 a 1870. Para isso, faz-se necessário estudar não apenas os dados relativos ao comércio,

mas os agentes mercantis em suas múltiplas formas de construção de riquezas, hierarquias e distinção social no contexto da formação do império brasileiro.

Essa tese nasceu de uma pesquisa anterior realizada no mestrado que versava sobre a relação do porto do Pará com portos estrangeiros.<sup>1</sup> Naquele momento, a análise estava voltada para a importação estrangeira para Belém entre os anos de 1840 e 1870. Analisamos o incremento das navegações de longo curso e conseqüente o aumento de produtos vindos em embarcações norte americanas, portuguesas, inglesas e francesas para o porto da capital da província.

Ficou perceptível que em meio a bens tão diversos que em Belém chegavam e eram consumidos, existia uma rede de relações comerciais que ligava os portugueses ou “brasileiros adotivos”<sup>2</sup> a sua terra de origem, bem como no interior da própria província os portugueses tinham destaque notório em muitos ramos de atividade comercial. A historiografia, mesmo que de maneira residual, já ressalta “a presença expressiva de comerciantes portugueses na capital do Pará, os quais dinamizavam o comércio local e mantinham comunicação permanente com Lisboa.”<sup>3</sup>

Analisar esse comércio realizado pelos negociantes portugueses tornou-se o foco desse trabalho que tem como ponto de partida discutir o comércio dos portugueses em um contexto de aparente crise econômica na província, isto é, o período em que se desenrola a Cabanagem. A pesquisa se estende para as décadas posteriores, economicamente marcadas pela ascensão da exportação da borracha e outros produtos locais, como cacau, castanha e arroz. Nessa perspectiva, pretendemos afirmar que a dinamização crescente da economia não se deve unicamente à exportação da borracha, principalmente a partir de 1850, mas a participação de outros produtos da terra que também respondiam pelo crescimento da exportação da província.

Assim, esse trabalho ajuda a entender porque ao mesmo tempo em que se grita “morte aos portugueses”, o comércio dos portugueses não esmorece completamente. Isso só pode ser compreendido quando se analisa a atuação de alguns agentes que transformam as práticas

<sup>1</sup> SALES, Mália Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias. O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

<sup>2</sup> Expressão usada para denominar os portugueses que se naturalizaram depois da Independência. Cf. CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O "retalho" do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870.** Tese (Doutorado em História Social). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 39.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX.** São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, 2010, p. 50.

mercantis em sobrepujamento do antilusitanismo. Nem todos tiveram as mesmas astúcias, alguns se entregaram ao medo do inimigo, outros apenas se afastaram dos negócios temporariamente e outros, ainda, mantiveram suas transações comerciais e a defesa do seu patrimônio. São dessas histórias que se teceu essa pesquisa que ora pretendemos apresentar.

Já faz um tempo, que o estudo dos homens de negócio tem tomado um espaço expressivo no debate acerca do desenvolvimento econômico do Brasil no contexto de formação e/ou consolidação do capitalismo. As atividades mercantis feitas por influentes negociantes tem sido objeto de estudos com consequentes dilemas que envolvem os esforços intelectuais e o mister do historiador. A história da escrita da história se formou com base em conflitos, aditamentos que superam ou ratificam clássicos, que transformam muitas vezes o historiador num árbitro dentro de seu próprio ofício.

Historiar um novo trabalho, não necessariamente significa colocá-lo de um lado ou de outro, principalmente quando se trata de espaço/tempo tão diferentes. Assim, o melhor talvez seja procurar as especificidades ao invés de enquadrá-lo em dinâmicas tão distintas, embora muitas comparações sejam admissíveis.

Considerando isso, não seria crível comparar a dinâmica do comércio no Pará com o sistema colonial descrito por Fernando Novais,<sup>4</sup> ainda que o mesmo tenha considerado o comércio como o nervo da colonização. Isso não pode ser feito porque no Grão-Pará os mecanismos de funcionamento do sistema colonial mercantilista tenderam a se dirimir frente às especificidades locais, tais como a fragilidade da economia açucareira, a parca entrada de escravos africanos – se comparada com os números do Nordeste ou do Sudeste brasileiro –, além de ter sido um território visto muitas vezes como a margem da margem do mundo.<sup>5</sup> Esse contexto diferenciado, guardadas as devidas ressalvas, colocou o Grão-Pará como segundo plano no processo de desenvolvimento do capitalismo mercantil.

Também não seria possível comparar o comércio do Pará com o crescimento vertiginoso da praça de comércio do Rio de Janeiro que transformou os comerciantes em homens de grossa aventura.<sup>6</sup> Isso porque não parece que na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX os negociantes tenham tido um cabedal tão proeminente

<sup>4</sup> NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

<sup>5</sup> PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos. Por uma história das margens. In: \_\_\_\_\_. **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

<sup>6</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

quanto possuíam os da Praça comercial carioca, talvez por não estarem situados em uma economia escravista-colonial,<sup>7</sup> nos moldes daquela desenvolvida pelos homens de negócios do sudeste brasileiro.

Fora essas diferenças que separam essa província do Norte de outras partes mais dinâmicas do Brasil, é possível desde já inferir que no Pará os homens de negócio buscaram se inserir nos benefícios régios, nos monopólios comerciais, sobretudo depois das políticas de Pombal e a criação da Companhia de Comércio de 1755, alcançando distintivos, a diversificação dos investimentos e o crescimento do capital mercantil. No entanto, ainda é perceptível a proeminência da elite agrária na segunda metade do século XVIII, o que já havia sido superado em outras capitânicas da colônia portuguesa na América. No Pará, nada indica que o corpo mercantil tenha superado a elite agrária envolvida principalmente com a criação de gado e/ou a produção de cana-de-açúcar ou de cacau. Além do mais, poucos mercadores estavam entre os mais ricos de acordo com o censo de 1778.<sup>8</sup>

Nas primeiras décadas do oitocentos, a atividade de negociante era sempre possível porque estava apoiada na propriedade da terra, na obtenção de cargos militares. Esses pontos de apoio sociais, assentados em bases do Antigo Regime, permitem o sujeito acessar o comércio. Enquanto que quanto mais se aproximava a metade do século, ao que tudo indica, parece ser a atividade mercantil que permite a inserção em outros ramos de atividade, algumas muito antigas como é a propriedade da terra e outras muito novas como é o investimento em imóveis urbanos, ações e dívidas ativas. Tem-se a impressão de que a lógica “funcionários-negociantes-proprietários agrícolas” ou “cargos-negócios-escravos”<sup>9</sup> foi pelo menos parcialmente invertida. Talvez o mais indicado seja “negociante-funcionário-proprietário de terra” ou “negócios-cargos-escravos”. A ordem das duas últimas não altera o objetivo primeiro

<sup>7</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>8</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509. Mapas das famílias que a exceção das dos índios aldeados, se achavam existindo em cada huma da mayor parte das freguesias de ambas capitânicas do Estado do Grão Para e da sua possibilidade e aplicação no anno de 1778. Cf. CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para história da família e demografia histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790).** Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

<sup>9</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Felipe Patroni (1820-1823).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social. Campinas: Universidade de Campinas, 1997, p. 5.

que é destacar a atividade mercantil como um ponto de acesso a outras ações, participações e condecorações, ainda que a elite agrária tenha permanecido coesa.

Ainda nas primeiras décadas do século XIX, a atividade de negociante aparece quase continuamente como secundária na definição socioprofissional do indivíduo. Assim, os comerciantes que migraram para o Grão-Pará no final do século XVIII, geralmente possuíam funções militares ou estavam atribuídos de funções na governança, e muitos deles eram profissionais de ofício. Portanto, as atividades mercantis são secundárias, mas acabaram ganhando notabilidade por se engajarem nos circuitos mercantis. Esse perfil de negociantes são os que experienciaram o contexto da Cabanagem.

Nas três primeiras décadas do século XIX começam a surgir, entre os imigrantes portugueses, aqueles indivíduos que vão se inserir na sociedade paraense para atuar primariamente no comércio. Porém, grosso modo, poucos desses ganharam notoriedade, como é o caso de Januário Antônio da Silva e José Pinto de Araújo, que vieram ao Pará como caixeiros de seus familiares, tendo eles chegado na província antes da independência. A partir de 1830, dentre os imigrados, surgem com mais frequência os caixeiros, taberneiros e agentes de negócios, dos quais vários deles, a partir de 1850, vão compor o quadro dos grandes homens de negócios da província.

Isso não significa que esses sujeitos que vieram atuar diretamente nas atividades de comércio, não tenham tentando se inserir nas atividades agrárias, nas instituições políticas e outras redes de sociabilidade. No entanto, o que lhes possibilitou circular em vários domínios da sociedade paraense foi a sua notoriedade como grandes exportadores e importadores que movimentavam o comércio internacional, mas ao mesmo tempo faziam circular o capital mercantil em outros raios de ação, a fim de multiplicar suas riquezas materiais e simbólicas. Esses portugueses, através de suas transações comerciais, conseguiram se inserir numa sociedade que tinha uma elite ligada à terra consolidada desde meados do século XVIII, ganhando prestígio, títulos honoríficos e nobiliárquicos e participando da Santa Casa da Misericórdia e outras associações.

A diferença entre ambas reside no fato de que a origem da riqueza dos portugueses é o comércio, e a espinha dorsal da riqueza dessa “antiga elite” é a propriedade da terra. Por isso, esses negociantes portugueses têm sua riqueza mais concentrada na cidade, distribuída em armazéns, imóveis urbanos, ações, letras de câmbio, ainda que alguns tenham comprado terras, escravos ou se inserido em cargos públicos.

Nesse sentido, o ponto de partida para a compreensão desses negociantes é o comércio transatlântico. Como já falava Braudel, para apreender a elite dos negociantes em uma

sociedade pré-industrial, é preciso começar pelo comércio de longa distância.<sup>10</sup> É crucial enfatizar que o que enriqueceu os negociantes no período estudado foi o comércio de longo curso, pois foi o comércio de importação e exportação que gerou os excedentes que movimentavam a economia provincial. Conforme lembra Jorge Pedreira, o comércio a longa distância e, particularmente, o tráfego ultramarino é um identificador dos negociantes de grosso trato.<sup>11</sup>

O mercado externo gerou em grande parte o capital necessário para o mercado interno, que contribuiu com a consolidação do mercado endógeno. Porém, diferente do que observou João Fragoso para o Rio de Janeiro, no Pará não é o mercado de escravos e a exportação do açúcar que alavanca a economia, mas a exportação de gêneros da terra e a importação de produtos europeus e americanos. A exportação de gêneros agrícolas (cacau, borracha, castanha, arroz e açúcar)<sup>12</sup> e a importação de mercadorias europeias e norte americanas (fazendas, paramentos religiosos, ferramentas, bebidas e alimentos, trigo e outros artigos)<sup>13</sup> dão o tom da reprodução do capital mercantil. Esse comércio internacional gerou

A multiplicidade de negócios em que um mesmo empresário podia aparecer simultaneamente, não se limitava ao comércio stricto sensu. Em outras palavras, o negociante de grosso trato estava também presente em outros setores da economia.<sup>14</sup>

As riquezas dos negociantes de grosso trato juntam as cifras do mercado interno, em menor volume e, acima de tudo, as transações ultramarinas, representadas pela exportação de gêneros locais e a importação de produtos manufaturados, que aos poucos iam conferindo ares de modernização à província. O crescimento do capital mercantil aumentava a possibilidade de a população do Pará ter acesso a um comércio pouco especializado, porém diversificado no contexto da formação de uma economia mais dinâmica, dinamização essa muito possível por

<sup>10</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV- XVIII**. Vol 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 300-345.

<sup>11</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Tese (Doutorado em Sociologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 50.

<sup>12</sup> BATISTA, Luciana Marinho. **Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

<sup>13</sup> SALES, Mália Aline Freitas. *Op. cit.*

<sup>14</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*, p. 326.

causa do comércio de longa distância ou pelo que Fragoso chamou de o caráter “internacional” da elite mercantil.<sup>15</sup>

Esperamos com isso esclarecer sobre as possibilidades de inserção econômica que o status de negociante conferiu a muitos imigrantes portugueses, consentindo sua participação em diversos setores da economia paraense. Em termos gerais, pode-se dizer que em 1870, cerca da metade dos afortunados de Belém eram negociantes portugueses, enquanto a outra metade tinha origem na elite agrária procedente do século XVIII, ainda que os portugueses não fossem os mais ricos do Pará.<sup>16</sup> No entanto, é notória sua participação considerável no crescimento da economia da província.

O corpo mercantil que atuava no Pará, no período abordado por essa pesquisa, é o resultado de migrações realizadas em momentos distintos, que reúnem interesses também diferenciados, mas que acabaram construindo os mecanismos de atuação do capital mercantil no final do período colonial e no império. Seja começando pela terra, pela ocupação de cargos até chegar ao comércio ou começando pelo comércio, alcançando a riqueza agrária e passando pelos cargos públicos, o resultado é um grupo de negociantes que primam pela diversificação dos investimentos e uma posição de diferenciação na hierarquia social.

Isso só foi possível porque além do poder econômico salvaguardado pelo capital mercantil e outras fontes de investimentos, construiu-se uma rede de sociabilidade caracterizada por alianças familiares, parentais e de amizade que sustentavam os negociantes como um dos grupos importantes que compunham a elite do Pará. As diferentes redes estabelecidas pelos negociantes os fizeram manter e consolidar sua posição no grupo mercantil. No entanto, enfatizamos que nem todos os negociantes acessaram todos os pontos da rede, sendo que alguns deles acessaram mais a sua dimensão familiar, seja em termos de linhagem ou parentesco. Outros fizeram uso de outras redes de sociabilidade que os fizeram adentrar em antigas e novas instituições, cujas permanências e inovações estão diretamente associadas a manutenção das diferenciações sociais no império brasileiro.

Esses diversos mecanismos atuantes na proteção de uma determinada situação social, só é possível em uma sociedade do tipo pré-industrial que possui como características, segundo

<sup>15</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*, p. 332.

<sup>16</sup> CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea Carolyn da Costa; LUNA, Oton Tássio Silva. Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória (1850-1920). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Souza de; SOUSA, Fernando de. (orgs). **De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013, p. 485-499.

Karl Polanyi,<sup>17</sup> os princípios da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade, ao contrário de uma sociedade que vive sob a égide de uma economia de mercado que, segundo o mesmo autor, tem o lucro como fator determinante de suas ações, ao mesmo tempo em que possui um sistema autônomo e auto regulável, caracterizado pela transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria.

Para Polanyi, o mercado só passou a fazer parte de uma economia de mercado no século XIX quando esta atingiu sua plenitude.<sup>18</sup> Já para Fernand Braudel, o mercado auto regulador sempre existiu, uma vez que para ele o termo mercado tem um sentido amplo e abrange “todas as formas de troca desde que elas ultrapassem a autossuficiência” e seja o equivalente de troca, de circulação de distribuição.”<sup>19</sup> Isso para Braudel forma uma economia de mercado mesmo antes da Revolução industrial. A existência de um mercado autônomo e auto regulável certamente não era a realidade da província do Pará, ainda que possamos falar na presença de um mercado.

O Pará do oitocentos se aproximava muito mais de uma economia pré-industrial do que uma economia de mercado porque as mudanças que foram operadas na Inglaterra e nos mercados europeus no século XIX, aqui se apresentaram tardiamente. Por outro lado, é possível visualizar a existência de um mercado não regulado pelos preços tal qual a economia de mercado descrita por Polanyi, mas um mercado que

é o lugar predileto da oferta e da procura, do recurso a outrem, sem o que não haveria economia no sentido comum da palavra, mas apenas uma vida encerrada na auto-suficiência ou na não-economia. O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. É vir à tona. A atividade dos homens, os excedentes que eles trocam passam aos poucos por essa brecha estreita com tanta dificuldade, no princípio, como o camelo da escritura pelo buraco da agulha. Depois os buracos se alargaram, se multiplicaram, tornando-se a sociedade, no fim do caminho, uma sociedade de “mercado generalizado.”<sup>20</sup>

É nesse constante movimento que atuam os negociantes portugueses. Estes agentes transacionam em um mercado localizado em um centro agroexportador, todavia, este centro está longe de possuir um produto agrícola principal para exportação nos moldes do plantation no centro-sul brasileiro. O Pará produzia uma infinidade de produtos para exportação que movimentava a economia ao lado de produtos extrativistas, tais como o cacau e a borracha. Ao

<sup>17</sup> POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

<sup>19</sup> BRAUDEL, Fernand. *Op. cit.*, p. 192.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

mesmo tempo em que a agricultura e o extrativismo<sup>21</sup> se destacavam no período estudado, desenvolvia-se tanto o comércio interno quanto o comércio de exportação.

Os agentes mercantis, abordados nessa tese, são os indivíduos diretamente envolvidos nesse comércio de exportação e, embora, muitos deles também estivessem envolvidos com o comércio interno, aqui eles serão tratados como exportadores/importadores a partir do porto da capital da província do Pará. Belém é o *locus* privilegiado para a circulação de bens e negócios, de onde se envia e onde se recebe as mercadorias que serão distribuídas a partir do porto, dos armazéns ou das casas de comércio. Belém, nessa perspectiva, seria uma cidade-mundo nos moldes descritos por Braudel,<sup>22</sup> de onde emanava as relações mercantis para dentro e fora da província.

### **Reflexão historiográfica**

A expansão e manutenção dos domínios ultramarinos da coroa portuguesa, desde os tempos coloniais, dependeram fortemente da atuação dos negociantes de grosso trato, que ligavam as várias partes do império. Nas palavras de Antônio Carlos Jucá, “talvez seja na atividade mercantil que melhor se visualiza o império em pleno funcionamento”.<sup>23</sup> Segundo análise de João Fragoso, os negociantes faziam circular a economia do império português através dos circuitos comerciais transoceânicos, sendo capazes de interligar partes tão difusas do império (Reino, América Portuguesa, África Lusa e Estado da Índia) e transformá-los em um “sistema econômico” com práticas e formas de acumulação comuns.<sup>24</sup>

Os estudos sobre o império português têm enfatizado o papel do comércio e dos comerciantes na sociedade colonial e, de forma sistêmica, no império brasileiro. Para o período colonial, as pesquisas têm relativizado as abordagens que não destacaram os homens de negócios enquanto importantes agentes, não apenas como mantenedores do “Antigo Sistema

<sup>21</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

<sup>22</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV- XVIII**. Vol 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 16.

<sup>23</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Riqueza, poder e hierarquia social: história e historiografia da elite mercantil setecentista**. In: II Encontro Memorial do ICHS: Nossas letras na história da educação. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

<sup>24</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX). **História: Questões e debates**, Curitiba, n. 36, 2002, p. 379-423.

Colonial”<sup>25</sup>, relacionado à economia de exportação, como também conectados ao desenvolvimento do comércio interno ou acumulações endógenas.<sup>26</sup>

Dessa maneira, os trabalhos que versam sobre o comércio e seus agentes tenderam a se multiplicar somente a partir da década de 1970. Segundo Antonio Carlos Jucá de Sampaio, esta nova tendência da historiografia brasileira buscou superar a pouca importância dada a esses sujeitos da atividade comercial, e, simultaneamente, questionar a ênfase excessiva dada a relevância social da elite agrária e da estrutura<sup>27</sup>. Ainda que Sampaio tenha demarcado a gênese desses estudos para a década de 1970, como bem lembrou Carlos Gabriel Guimarães<sup>28</sup>, ainda no início da década de 1960, a historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo já chamava a atenção para a “influência dos homens de negócio no Império Português”.<sup>29</sup>

Analista contundente da historiografia brasileira, José Honório Rodrigues, na década de 1950, se ressentia de que a análise da história do Brasil havia privilegiado o estudo do período colonial em detrimento do período caracterizado pela formação de nossa nacionalidade. A produção historiográfica relativa ao comércio e, portanto, aos negociantes também de certa maneira, em seu início, privilegiou o estudo da sociedade colonial brasileira em suas características fundamentais.

De qualquer modo, os estudos mais recentes têm procurado compreender a ascensão dos negociantes na América portuguesa, na busca de entender a atuação desses “homens de grossa aventura” e ir além das restrições causadas pelo jugo da impureza de sangue e da mácula mecânica, características que comumente lhes eram atribuídas e, ao mesmo tempo, procuram perceber como, em muitos casos, a prática social subvertia as hierarquias sociais no vasto império português. Nesse sentido, o que ora se apresenta como debate não se trata apenas dos limites que lhes eram impostos por uma sociedade nobiliárquica, mas uma diversidade de classificação social no tempo e no espaço.

As pesquisas visivelmente cada vez mais aprimoradas, seja no tocante às fontes, seja na teoria e metodologia do uso das mesmas, de alguma maneira, colocam em prática o que já

<sup>25</sup> NOVAIS, Fernando. *Op. cit.*

<sup>26</sup> FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*

<sup>27</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>28</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Fidalgo-mercador: Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”, 1707-1715. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) **Rotas Atlânticas da diáspora africana: Da Bahia do Benim ao Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2011, p. 32.

<sup>29</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. A mesa do bem comum ou mesa do espírito santo dos homens de negócio e o consulado em Portugal. In: \_\_\_\_\_. **Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial ibero-americana**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado da Guanabara, 1961, [s.n.].

havia sido chamado a atenção por Maria Odila Leite da Silva Dias na primeira edição do texto “A interiorização da metrópole” de 1972:

Ao se aprofundar o estudo do predomínio social do comerciante e das íntimas interdependências entre interesses rurais, comerciais e administrativos, estará aberto o caminho para a compreensão do processo moderado de nossa emancipação política.<sup>30</sup>

A autora ainda acrescentou que a vinda da Corte para o Brasil ressaltaria traços já visíveis no século XVIII “e que tendiam a acentuar o predomínio do comerciante”.<sup>31</sup> Atentos ou não a essas indicações, nas últimas décadas, têm surgido diversos pesquisadores e instituições incumbidos de analisar a participação do negociante de grosso trato no Brasil oitocentista.

Parte significativa desses trabalhos relacionam esses agentes aos grandes processos migratórios ao longo do século XIX. São estudos que priorizam trajetórias individuais e de grupos e histórias de fracassos e sucessos. Os negociantes de grosso trato compõem uma história de migrações bem-sucedidas, uma vez que o comércio se apresentava como uma forma viável de se adquirir uma vida estável e amealhar riquezas desse lado do Atlântico.

Alguns trabalhos escritos por historiadores paraenses e estrangeiros realizados a partir da década de 1990 enunciaram com relativa clareza a notoriedade dos portugueses envolvidos com o comércio em Belém no pós independência. Considerável parte dessa análise tem como foco principal a economia da borracha e, nesses meandros, os portugueses aparecem fazendo parte de relações mercantis fomentadas pela economia do látex.

Nessa perspectiva, enquadram-se, por exemplo, os trabalhos de Barbara Weinstein e Cristina Donza Cancela. Outros trabalhos que se remetem aos portugueses possuem temáticas muito variadas e, por alguma razão, precisam contextualizar fazendo referência a imigração portuguesa, sobretudo a partir de 1850, com os projetos de colonização. Há ainda outros que fazem menções pontuais por não serem os portugueses ou o comércio dos portugueses o foco de suas indagações. Buscamos fazer o levantamento de algumas dessas pesquisas. Só bem recentemente alguns pesquisadores que fazem parte do grupo de pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA), tem desenvolvido pesquisas que tratam mais amiúde sobre

<sup>30</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 23.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

processos migratórios e a inserção dos portugueses na província no período anterior a 1870, é o caso da pesquisa de Luiz Antonio Guimarães e do estudo de Anndrea Tavares, ambos defendidos em 2016.<sup>32</sup>

Dentre os estudos produzidos pós década de 1990, um dos primeiros trabalhos que destaca a importância da comunidade portuguesa em Belém é o de Weinstein publicado em 1993. A pesquisadora norte americana, buscando entender a expansão e decadência da economia da borracha (1850-1920), passou um bom tempo levantando fontes nos arquivos do Pará e deu bons indicativos sobre negócios e negociantes portugueses.

Segundo ela, uma rápida olhada nos almanaques do final da década de 1860, já enunciaria que no Pará havia a presença de norte americanos, franceses, escoceses e alemães. No entanto, "o grupo predominante na vida comercial do Pará nos meados do século era constituído pela comunidade de origem portuguesa," o que ela destacava como uma singularidade de todas as cidades portuárias importantes do Brasil, tais como São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Continuando a narrativa, ela dizia que a influência portuguesa foi particularmente evidente na Região Norte do Brasil, uma vez que "o Pará havia mantido ligações econômicas e culturais íntimas com Lisboa, mesmo depois da independência."<sup>33</sup>

Em 2002 Siméia Lopes termina uma pesquisa em que se preocupou em entender o comércio interno do Pará oitocentista (1840-1855). Localizou muitos negociantes portugueses envolvidos com esse comércio, afirmando que "no período de 1840-1855 essa comunidade de comerciantes possuía um forte perfil luso dominando diversos pontos comerciais na cidade de Belém." Segundo Lopes, o forte perfil da comunidade portuguesa que até 1850 detinha privilégios políticos, deslocou-se para o interior, produzindo uma "interiorização da economia e da comunidade mercantil."<sup>34</sup>

Ainda podemos mencionar a pesquisa de Edilza Fontes, também defendida em 2002.<sup>35</sup> A autora trouxe dados relacionados a imigração portuguesa, a participação dos portugueses na

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas: Migrações portuguesa no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.; TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha**. Dissertação (História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

<sup>33</sup> WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. São Paulo: Edusp, 1993, p. 77.

<sup>34</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. 2002. 153 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Universidade Federal do Pará, NAEA, 2002.

<sup>35</sup> FONTES, Edilza. **“Preferem-se portugueses (as)”: Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. Doutorado (Tese em História Social). São Paulo: Universidade de Campinas, 2002.

construção de um mercado de trabalho em Belém no final do século XIX e início do século XX. Aborda questões como cotidiano, relações de trabalho e construção de identidade em um contexto de aumento da imigração portuguesa no Pará.

Em 2004, Luciana Marinho defendeu uma dissertação de mestrado que tinha como epicentro a formação de elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará entre 1850 e 1870.<sup>36</sup> Para ela, Belém contava com diferentes tipos de elites e nem todas estavam envolvidas primordialmente com os negócios da borracha. Elencou a elite agrária, extrativista e comercial, já demonstrando a significativa presença de portugueses entre a elite local.

Outros trabalhos do ano de 2006 fizeram referência ao comércio dos portugueses em Belém. O primeiro é o de Cristina Cancela que analisou "Casamento e relações familiares na economia da borracha", onde destacava a presença dos comerciantes portugueses nos negócios do aviamento, sendo os maiores detentores de firmas aviadoras nos anos de 1880.<sup>37</sup> Ressalta o crescimento da imigração portuguesa para o Pará, motivadas por relações familiares e interesses de enriquecimento.

Luiz Antonio Valente Guimarães, por sua vez, escreveu um trabalho dedicando-se a análise da domesticidade em Belém e os bens domésticos que, em larga medida, provinham da Europa na primeira metade do século XIX. Alude que Belém já tinha uma forte atividade comercial particularmente exercida por portugueses "que mantinham intensas relações de comércio com Portugal."<sup>38</sup>

Em "O termo insultuoso", Conceição Almeida analisou as ofensas verbais na segunda metade do século XIX,<sup>39</sup> sendo que muitas delas envolviam portugueses como réus ou como testemunhas. Em um capítulo que versa acerca da etnicidade, naturalidade e nacionalidade, Conceição Almeida aborda a presença lusa e algumas tensões entre portugueses e nacionais. Em meio a essas tensões aparecem muitos casos de comerciantes lusos, embora nem sempre as brigas envolvessem questões mercantis.

<sup>36</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

<sup>37</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 62.

<sup>38</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **As casas & as coisas: Um estudo sobre a Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2006, p. 103.

<sup>39</sup> ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **O termo Insultuoso: Ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

Sidiana Macedo, em 2009, analisou o abastecimento da alimentação em Belém entre 1850 e 1900. Enfatizou que parte significativa dos alimentos que eram consumidos na capital da província vinha de portos estrangeiros, sendo que uma quantidade dos alimentos provenientes de Portugal tinha boa recepção por causa do grande número de portugueses que viviam na província, número este que só perdia para o Rio de Janeiro. Em suas palavras, "os portugueses dominavam o comércio no Pará", pois eram proprietários de lojas, tabernas, vapores e mercearias.<sup>40</sup>

No intuito de escrever uma história da leitura em Belém, Izenete Nobre, ainda em 2009, discorreu sobre a relevância da comunidade portuguesa nos meados do oitocentos<sup>41</sup> para a fundação do Gabinete de Leitura em 1857 e o Grêmio Literário em 1867. Ao fazer uma descrição dos sócios dessas instituições, menciona o nome de vários negociantes portugueses. Também ao discutir o mercado livresco em Belém, destaca muitos comerciantes lusos envolvidos com essa atividade mercantil.

As obras citadas até o presente momento demonstram que não existe na historiografia paraense trabalhos que versem sobre comerciantes portugueses para o período dessa tese. Desta feita, os trabalhos que mais se aproximam dessa pesquisa é o de Anndrea Tavares e o de Luiz Guimarães, ambos essenciais para essa tese, mas que somente foram incluídos recentemente, uma vez que foram defendidos em 2016. O primeiro intitulado "Em busca das "patacas": patrimônio de portugueses na economia da borracha"<sup>42</sup> ajuda a traçar um perfil sobre os portugueses de Belém entre 1840 a 1869. Um dos problemas é que a autora teve dificuldade para localizar a nacionalidade dos inventariados, então, a amostra de portugueses levantada por ela para esse período é pequena, um total de 17 inventários num universo muito maior. Ainda assim, foi uma pesquisa extremamente útil, pois dedica uma parte do seu trabalho para os meados do século XIX, período pouco visualizado na historiografia que versa sobre o tema.

A segunda pesquisa muito reveladora para esse trabalho foi a de Luiz Guimarães que trata sobre os imigrantes portugueses chegados em Belém na primeira metade do século XIX.<sup>43</sup> A pesquisa que ganhou o nome "Das chegadas e partidas: Migrações portuguesas no Pará

<sup>40</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1500-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009, p. 137.

<sup>41</sup> NOBRE, Izenete Garcia. **Leitura a vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Letras e Estudos Literários). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.

<sup>42</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Op. cit.*

<sup>43</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *Op. cit.*

(1800-1850)” foi importante por duas razões principais. Uma delas é porque trata da imigração de portugueses num período pouco privilegiado pela historiografia nacional e local. Só por isso já é um trabalho esclarecedor. Mas não somente por isso, é revelador também porque dentro da comunidade dos imigrantes portugueses, salienta vários sujeitos que se dedicaram as atividades comerciais, a maior parte deles pouco conhecida pela historiografia. E um ponto forte dessa produção é que o autor compôs trajetórias e o perfil da imigração portuguesa no Pará tendo tido acesso a documentações de arquivos portugueses. No entanto, a pesquisa de Guimarães não é sobre negociantes portugueses, mas sobre a imigração portuguesa.

Entre os títulos listados, além de outros que tocam na temática do comércio exercido pelos portugueses na província do Pará, notamos que há uma carência de trabalhos que se debrucem, de fato, em uma história dos negócios e negociantes portugueses em Belém. Isso porque todas as pesquisas citadas apenas tangenciam essa presença ou influência lusa dentro de outros objetos de interesse.

A historiografia sempre há de ser construída com base nas lacunas deixadas entre uma escrita e outra de historiadores que, diante da imensidão de temas, terão sempre que preferir um em detrimento de tantas possibilidades. Considerando a diversidade da comunidade portuguesa em Belém, uma vez que eles acabaram por se envolver com outras atividades no mundo do trabalho, será relevante compreender quem eram os sujeitos que se tornaram altamente envolvidos em vários setores comerciais nessa parte do Brasil, sobretudo com o comércio de grosso trato. Será possível traçar trajetórias que interrelacionavam o Pará e Portugal e ao mesmo tempo ajudavam no abastecimento de necessidades, ofereceriam comodidades e moviam a economia na cidade de Belém.

A pesquisa visa contribuir com uma produção historiográfica recente que tende a recuperar em um período de longa duração, isto é, durante distintos momentos da história do Brasil, as relações que interligaram Brasil e Portugal. O intercâmbio entre esses dois lados do Atlântico foi marcado por um ir e vir de pessoas que, movidos por interesses tão variados, atravessavam o oceano em busca de novos horizontes.

### **Fontes e metodologia.**

A pesquisa foi construída com base em um conjunto documental bastante variado, sendo que uma parte se destaca por seu caráter mais serial e outra por sua natureza mais diversa. Com algumas delas tivemos contato desde o mestrado. É o caso dos relatórios da presidência

da província, do *Jornal Treze de maio*, dos inventários *post-mortem*, que são fontes largamente usadas nesse trabalho. Já o trato com outras fontes, como registros de passaportes e escrituras públicas foi uma experiência inicial. Buscaremos elucidar essas fontes de acordo com o tipo de abordagem feita em cada capítulo, independentemente de suas tipologias.

Assim, para tratar de emigração, usamos 644 registros de passaportes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) do período de 1800 a 1833. Consultamos também o banco de dados do Centro de Estudos da População e Sociedade (CEPESE) que compreende o período de 1808 a 1842 e as 3.165 Habilitações de portugueses feitas pelo Consulado de Portugal no Pará que abrange o período de 1830 a 1870. Não encontramos um tipo de fonte que abrangesse todo o período estudado. Então foi preciso cotejar diferentes arquivos e tipos de fontes para traçar o perfil da imigração portuguesa no Pará desde o início do século XIX, considerando que muitos imigrantes/negociantes portugueses saíram de Portugal com destino ao Pará nas primeiras décadas do oitocentos.

É preciso enfatizar que os passaportes do AHU documentam a partida de Portugal, enquanto que as habilitações do consulado registram a chegada do imigrante. As informações do CEPESE foram usadas apenas de maneira complementar porque como os registros não estão separados por destino da viagem, torna-se difícil saber quais imigrantes vieram para o Pará. Logo, o uso desse banco de dados é muito mais promissor quando se faz uma busca nominal.

Para a discussão sobre o comércio em Belém, foram utilizados os relatórios da presidência da província para o período de 1833 a 1870, a fim de adquirir dados sobre importação/exportação, informações da Alfândega e da Tesouraria da Fazenda. Também nos valem dos jornais *Gazeta Official* (1859-1860), *Diário do Commercio* (1859), *Jornal do Pará* (1867-1871), *Diário de Belém* (1868-1870) e, especialmente, o *Treze de maio* (1840-1856 e 1861) que trazem informações sobre anúncios de casas comerciais e demais noções sobre firmas, remessa e despacho de mercadorias no porto, valores de importação e exportação e atuação dos portugueses no comércio. Outra fonte que está presente na abordagem sobre o comércio são os relatos dos viajantes, pois ajudam a identificar a presença do comércio dos portugueses no ambiente da urbe.

Também utilizamos, para traçar um perfil da economia e do comércio, várias obras raras, algumas produzidas ainda no século XIX e outras já no século XX. Algumas delas são quase almanaques pela quantidade de informações e descrições de fontes, é o caso, por exemplo, das obras de Domingos Antonio Raiol, Antonio Ladislau Monteiro Baena, Ignacio Accioli de Cerqueira e Luiz Cordeiro. A importância dessas obras se dá pelo fato de que seus autores tiveram acesso a fontes que se perderam no tempo. Ademais, vários deles foram

testemunhas oculares do período em que estamos tratando. Guardado o devido cuidado com o envolvimento que alguns deles possuíam com o tema abordado nessas obras, podemos dizer que são registros imprescindíveis sobre a época em estudo.

Fizemos uso também dos Registros do Tribunal de Comércio do ano de 1854, onde podemos encontrar a matrícula de vários negociantes portugueses. Essa fonte pode indicar a tentativa de adequação desses sujeitos a novas regras instituídas pelo Código Comercial de 1850. Essa documentação está disponível na Junta Comercial do Pará (JUCEPA), mas infelizmente existe apenas um livro de matrículas, ficando os outros anos sem maiores informações acerca da matrícula dos negociantes. Apesar disso, foi útil porque foi o primeiro ano de matrícula dos negociantes no Pará, então, é possível verificar o interesse desses negociantes em se matricularem nesse primeiro momento.

Para a discussão sobre as trajetórias dos negociantes também usamos um corpo de fontes bastante variado. Isso porque construir trajetórias exige um cruzamento de fontes e dados a todo instante, por isso acreditamos que esse tenha sido o maior desafio desse trabalho porque essa não é uma tarefa das mais fáceis, embora seja instigante. Para isso, recorreremos aos registros de passaportes com o objetivo de localizar a chegada do indivíduo ao Pará. Novamente essa fonte foi importante não somente para identificar a chegada do imigrante, mas também porque o passaporte pode conter informações como nome da esposa, filhos, caso ele tenha imigrado quando adulto. É possível saber se está acompanhando um membro da família ou vindo a trabalho ou coisas dessa natureza.

Caso o imigrante fosse solteiro, buscamos saber se ele contraiu núpcias na terra de acolhimento. Para essa verificação contamos com os 1.393 registros de casamento da Cúria Metropolitana de Belém. Também é recorrente que esses negociantes estivessem citados em jornais, comerciando, fazendo benevolências, bem como aparecessem em listas de inclusão na Santa Casa da Misericórdia e outras instituições. Para perceber a relação dos negociantes com a Santa Casa e a Sociedade Beneficente Portuguesa, foi fundamental as obras de Arthur Vianna de 1902 e de 1914 respectivamente. Essas fontes, apesar de serem secundárias, foram essenciais para levantar os dados para uma parte da discussão sobre redes de sociabilidade.

Por último, para a discussão acerca do patrimônio dos negociantes, utilizamos dois conjuntos de fontes principais: as escrituras públicas e os inventários *post-mortem*, alguns com o respectivo testamento do inventariado. No cartório Chermont localizamos 4.215 escrituras de compra e venda, quitação, dívida com hipoteca, fiança, formação de sociedades comerciais e outros tipos de transação escrituradas pelos moradores de Belém, entre eles os negociantes. Infelizmente, por questões próprias do cartório que ainda hoje se encontra em pleno

funcionamento, encontramos dificuldades em acessar o conteúdo dos livros das escrituras e tivemos que nos contentar com o acesso ao índice das transações comerciais efetuadas entre 1849 a 1870. Ainda assim, essa documentação foi de muita valia para que se pudesse verificar as transações com as quais os negociantes mais se envolviam em Belém.

Quanto aos inventários, partimos de uma lista nominal de cerca de 60 negociantes que foram identificados como portugueses a partir de um cruzamento de fontes, como registros de casamento, jornais, dados do consulado português, documentos do Tribunal de Comércio, da Praça de Comércio e outros indícios. Isso foi necessário porque os testamentos e inventários são fontes que nem sempre trazem as especificações da nacionalidade. Esse último conjunto documental foi fundamental para verificarmos os tipos de investimentos com os quais se envolviam os negociantes de grosso trato. O resultado da pesquisa foi o levantamento dos inventários de oito negociantes que detinham algumas das maiores fortunas na praça comercial de Belém.

O encontro dessas fontes resultou em análise do tipo serial, quantitativa e qualitativa. A análise serial se fez com os registros de passaportes, as habilitações portuguesas e as escrituras públicas. Esse tipo de análise pode ser feita quando dispomos de um conjunto homogêneo de fontes que abranjam um período significativo de tempo. Utilizamos a metodologia quantitativa para tratarmos, por exemplo, de número de imigrantes, valores de importação/exportação, quantidade de casas de comércio e valores das riquezas empreendidas.

A análise qualitativa foi essencial não só porque não dispomos de séries para tratar de todas as questões ou por dificuldade de acessar arquivos ou ainda pela própria natureza das fontes, mas porque acreditamos que uma análise qualitativa pode situar o indivíduo/objeto de pesquisa dentro das estruturas. É preciso dar um sentido para a análise serial e quantitativa. Para isso, recorreremos a micro-história. No entanto, como escolher, como classificar diante de um emaranhado de nomes que se repetem, que desaparecem, que reaparecem, que se cruzam com alguns na chegada, mas não na partida. Eis a dificuldade em recortar.

Para resolver a questão, recorreremos ao recurso de Carlo Ginzburg, “o nome como fio condutor.”<sup>44</sup> Assim, dentre tantos nomes de imigrantes fomos verificando aqueles que iam se sobrepondo as intempéries do tempo e do espaço. Além disso, algumas questões nortearam a busca por esses nomes, tais como os que mais se repetiam nas transações comerciais, os que

<sup>44</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história**. Lisboa/RJ: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.

mais apareciam como consignatários de mercadorias estrangeiras, os que se envolviam com a organização do comércio, os que possuíam as maiores fortunas. Agora, é importante esclarecer que o fio condutor não nos levou a uma análise de todos os negociantes de grosso trato. Estamos trabalhando apenas com uma amostra por questões infundáveis. Enfim, é preciso deixar outras histórias para outros historiadores.

## Capitulação

No primeiro capítulo, **OS LUSITANOS NA PROVÍNCIA DO PARÁ: imigração, comércio e riqueza**, tratamos sobre dados gerais da imigração portuguesa na província. O objetivo é traçar um perfil da comunidade lusa em Belém nos meados do século XIX e definir quantos desses portugueses se dedicavam as atividades mercantis. O capítulo traça o perfil dos imigrantes, ocupação socioprofissional e o impacto da atuação dos negociantes sobre o comércio, a partir de suas diversas áreas de atuação e inserção na economia local.

No segundo capítulo, **O COMÉRCIO DOS PORTUGUESES: dos tempos joaninos à Cabanagem**, discutimos o comércio dos portugueses desde o final do século XVIII com ênfase na abertura dos portos, no contexto da Independência e na Cabanagem, demonstrando que esses marcos representam apenas momentos pontuais de diminuição do comércio lusitano, mas não representam uma crise generalizada. Até mesmo a Cabanagem freou o comércio lusitano por um período consideravelmente curto. O objetivo é verificar até que ponto os comerciantes portugueses foram realmente afetados pelo sentimento antilusitano que se espalhou na província no pós independência.

No terceiro capítulo, **DEPOIS DA CABANAGEM: nem tudo era crise**, pretendemos discutir o crescimento contínuo do comércio dos portugueses a partir de 1836 num contexto costumeiramente tratado pela historiografia como de crise ou estagnação econômica. Não se pretende, com isso, negar o impacto da Cabanagem sobre os negócios dos portugueses em Belém, apenas relativizar, a fim de demonstrar que a província não tardou em se reestruturar. Se o recorte da pesquisa é 1836, período em que as navegações começam a se reestabelecer, por que retroceder tanto no tempo? Exatamente porque pretendemos demonstrar que há uma continuidade do comércio dos portugueses que se incrementa consideravelmente antes da expansão acentuada da economia da borracha. No entanto, havia outras atividades econômicas que fazia do comércio dos lusos, no Pará, uma atividade lucrativa.

O quarto capítulo, **TRAJETÓRIAS E REDES DE SOCIABILIDADE: comércio, poder e distinção social**, tem por objetivo construir trajetórias de alguns imigrantes portugueses que se dedicaram ao comércio de grosso, buscando demonstrar percursos bem-sucedidos do comércio no Pará. Para além de demonstrar suas ações com o trato mercantil, pretendemos enfatizar algumas redes de sociabilidade das quais eles procuravam fazer parte. A participação nessas redes de sociabilidade é entendida como estratégias dos homens de negócios para alcançar prestígio e diferenciação tanto em Belém como em Portugal, considerando que alguns retornaram para viver na sua terra natal no final de suas vidas.

O quinto capítulo, **FORTUNA, RIQUEZA E HIERARQUIA: os portugueses negociando além de mercadorias**, é dedicado a entender a construção de riquezas, fortunas e hierarquias relacionadas aos negócios mercantis. Esperamos evidenciar o envolvimento dos portugueses nas transações escrituradas de compra e venda, dívida com hipoteca, quitação e outras negociações na cidade de Belém. Também pretendemos identificar os bens que compunham o patrimônio dos portugueses no momento da sua morte, buscando relacionar a posse desses bens com algumas mudanças na economia da província intrínsecas aos meados do século XIX.

# Capítulo 1

## OS LUSITANOS NA PROVÍNCIA DO PARÁ: imigração, comércio e riqueza

*A denominação de **brazileiro** adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira idéia, talvez, que suscita esse vocábulo é a de um individuo, cujos característicos principaes e quasi exclusivos são viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brazil; ser um homem que saiu de Portugal na puericia ou na mocidade mais ou menos pobre, e que, annos depois, voltou mais ou menos rico. Esta noção vulgar da palavra **brazileiro** não surgiu sem motivo entre o povo. É que milhares e milhares de factos lh'a gravaram no espirito. (...). A nossa melhor colonia é o Brazil, depois que deixou de ser colonia nossa.*

Alexandre Herculano. A Emigração, 1876.

### 1.1. Imigração portuguesa em Belém

A presença do indivíduo português nas principais cidades portuárias brasileiras, nas décadas de 1810 a 1840, foi tão marcante que Gladys Sabina Ribeiro designou a freguesia da Candelária no Rio de Janeiro, que agregava um número considerável de portugueses de “*cidadela portuguesa*” e Bruno Câmara referiu-se a Recife como a “*hidra lusitana*”<sup>45</sup>. A presença dos portugueses no Pará do início do século XIX era latente. Os naturalistas alemães Johann von Spix e Carl von Martius, que estiveram no Pará entre 1817-1820, referindo-se aos moradores da cidade de Belém escreveram:

Como esta cidade é uma das mais recentes da colonização portuguesa no Brasil, o número de habitantes da alta burguesia de sangue europeu puro é relativamente maior do que em outras. São menos numerosos os mulatos e negros.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Op. cit.*

<sup>46</sup> SPIX, Johann Baptiste von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Vol. 3. Belo Horizonte: São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 28.

Os europeus, a que se referiam os viajantes, eram em sua grande maioria portugueses e seus descendentes. Essa presença latente de portugueses não estava só na capital da província, mas estendia-se às cidades do interior. Um exemplo é descrito pelo naturalista inglês Henry Walter Bates que esteve no Pará entre os anos de 1848 e 1859, ele destacou que:

Os brancos, portugueses e brasileiros, formam uma classe mais numerosa que em outros lugares, e mostram grandes pretensões à civilização: são os negociantes da praça, senhores de escravos, fazendeiros e plantadores de cacau.<sup>47</sup>

Além desses naturalistas, muitos outros viajantes europeus estiveram no Pará, durante a primeira metade do século XIX, e deixaram registradas suas impressões sobre a presença portuguesa na província<sup>48</sup>. Afora os europeus, os norte-americanos<sup>49</sup> também registraram essa notável característica da composição populacional do Pará. Em 1850, John Esaias Warren esteve em Belém e notou que “The greater portion of the white inhabitants of the city are Portuguese”<sup>50</sup>.

Apesar do olhar eurocentrista desses relatos, a presença de portugueses imigrados no Pará, desde fins do setecentos, e daqueles chegados ao vale amazônico, nas primeiras décadas do oitocentos, eram recorrentes nos relatos da época. Alguns, além de fazerem referência ao comércio, de modo geral, ainda se referiam especificamente aos negociantes, como se nota no relato acima em que o viajante assemelha os negociantes a outras classes abastadas da província, isto é, os senhores de escravos, fazendeiros e plantadores de cacau.

Então, se encontramos tantos relatos fazendo referência a presença lusitana no Pará das primeiras décadas oitocentista, por que por tanto tempo propalou-se nas historiografias portuguesa, brasileira e paraense que a imigração portuguesa no Brasil, em geral, e no Pará especificamente, durante esse período foi irrelevante?

<sup>47</sup> BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>48</sup> Dentre esses viajantes destacamos: O barão Georg Heinrich von Langsdorff (1821-1828), Hércules Florence (1828), George Gardner (1836-1841), Príncipe Adalberto da Prússia (1842-1843), Francis de Laporte de Castelnau (1843-1847), William Edwards (1846), Alfred Russel Wallace (1848-1852), Henry Walter Bates (1848-1859), Richard Spruce (1849-1855) e William Lewis Herndon e Lardner Gibbon (1851-1852).

<sup>49</sup> Além de John Esaias Warren, destacamos as presenças do missionário Metodista Daniel Parish Kidder (1837-1838), do pastor Presbiteriano James Cooley Fletcher (1851-1855), do tenente da Marinha americana Matthew Fontaine Maury (1840), do entomologista William H. Edwards (1846) e William Lewis Herndon e Lardner Gibbon (1851-1852).

<sup>50</sup> WARREN, John Esaias. **Pará or Scenes and Adventures on the banks of the Amazon**. New York: G. P. Putnam, 1851, p. 68.

Para começarmos respondendo essa pergunta duas questões metodológicas devem ser consideradas. A primeira diz respeito às produções historiográficas produzidas em diferentes épocas, desde o século XIX até as mais recentes. A segunda está relacionada aos objetivos dos estudos que pesquisadores brasileiros e lusitanos têm considerado sobre o tema. Diante disso, podemos tecer as primeiras conjecturas.

Uma possível resposta remonta ao tempo das primeiras produções sobre o tema. Essa tradição foi inaugurada, ainda no século XIX, com os trabalhos dos portugueses Peres Abreu (1873)<sup>51</sup> e Augusto de Carvalho (1876)<sup>52</sup>, e posteriormente seguida pelos historiadores lusos José Joaquim Rodrigues de Freitas (1906)<sup>53</sup>, Moreira Telles (1913)<sup>54</sup>, Fernando Emídio (1917)<sup>55</sup> e mais tarde reforçada pelo também luso Nuno Simões (1931)<sup>56</sup>. É importante dizer que o elemento motivador e o objetivo central desses trabalhos giraram em torno da emigração maciça de portugueses para o Brasil ocorrida durante as últimas três décadas do século XIX e, principalmente, nas duas primeiras do século seguinte.<sup>57</sup>

Com o crescente aumento do fluxo migratório de portugueses para a ex-colônia na América, a partir de 1870, o assunto tornou-se elemento central nos debates parlamentares do governo português<sup>58</sup>, o que levou o parlamento lisboeta a elaborar em 1873 o Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa<sup>59</sup>. Naquela ocasião, a preocupação do governo português era identificar os principais motivos que levavam o cidadão luso a emigrar para o Brasil, como também, qual o perfil dos emigrados. Assim, o Cônsul do Pará, informava ao governo português que a maioria, “mais de três quartos”, dos imigrantes portugueses chegados ao porto de Belém na década anterior sabiam “ler, escrever e as quatro operações aritméticas, mas imperfeitamente”.<sup>60</sup>

<sup>51</sup> ABREU, J. A. Peres. **Emigração e Colônias**. Lisboa: Typ. Lisbonense, 1873.

<sup>52</sup> CARVALHO, Augusto de. **O Brasil: Colonização e Emigração**. 2ª edição. Porto, 1876.

<sup>53</sup> FREITAS, José Joaquim Rodrigues de. A emigração portuguesa para o Brasil. In: **Páginas Avulsas**. Porto, 1906.

<sup>54</sup> TELLES, Moreira. **O Brasil e a emigração**. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913.

<sup>55</sup> SILVA, Fernando Emídio da. **Emigração Portuguesa**. Lisboa: Editora do autor, 1917.

<sup>56</sup> SIMÕES, Nuno. **O Brasil e a Emigração Portuguesa**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

<sup>57</sup> “Entre 1891 e 1911, a percentagem de portugueses emigrantes saindo para o Brasil era alta, por volta de 93 por cento do total de imigrantes”. NUNES, Rosana Barbosa. Um panorama histórico da Imigração portuguesa para o Brasil. In: **Revista Arquipélago**. v. 07, segunda série, 2003, p. 175.

<sup>58</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa. A emigração portuguesa para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles. **A Emigração portuguesa para o Brasil**. Porto: Edições Afrontamento; CEPES, 2007, p. 51-68.

<sup>59</sup> PORTUGAL. Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Câmara dos Deputados, 1873.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 141.

O documento governamental elaborado pela Câmara de Deputados em Lisboa foi um dos primeiros estudos sobre o fenômeno migratório oitocentista de Portugal para o Brasil. No entanto, este relatório não tinha como objetivo traçar um estudo histórico da emigração de portugueses para o Brasil ao longo do século XIX, mas se centrou na segunda metade do século.

Foi nesse ambiente que Peres Abreu e Augusto de Carvalho produziram suas pesquisas sobre o tema, portanto, profundamente influenciados pelo ambiente político do momento. Anos mais tarde, já no início do século XX, José Joaquim Rodrigues de Freitas daria continuidade a essa lacuna na historiografia. Rodrigues de Freitas apresentou dados de emigração para o Brasil a partir de 1855<sup>61</sup>, deixando a primeira metade do século XIX sem informações.

Em pesquisa realizada em arquivos portugueses e publicada em 1972, o historiador português Joel Serrão tenta quebrar essa linha de pensamento, buscando apresentar números da emigração portuguesa para o Brasil na primeira metade do oitocentos, mas como ele mesmo afirmou: “Segundo pensamos, só investigações a levar a efeito em arquivos brasileiros poderão, eventualmente, esclarecer-nos sobre os quantitativos da emigração portuguesa nas primeiras décadas do século passado [séc. XIX]”<sup>62</sup>. Embora, o pesquisador tenha se esforçado por diminuir essa lacuna na historiografia, ele não conseguiu encontrar dados oficiais sobre a emigração portuguesa para o Brasil da primeira metade do século XIX. Essa tendência se prolongaria nas pesquisas sobre o tema até a década de 1990.

Rosana Barbosa Nunes, em pesquisa publicada em 2000, enfatizava que: “Os Historiadores têm ignorado a imigração portuguesa para o Brasil durante a primeira metade do século XIX”<sup>63</sup>. Ela reiterava o que Maria Beatriz Nizza da Silva havia afirmado em 1992, que “para o período entre 1822 até meados do século XIX, nenhum estudo sobre a imigração portuguesa para o Brasil havia sido publicado”<sup>64</sup>.

Outra tendência presente em muitos estudos sobre (e)imigração de Portugal para o Brasil consiste no fato de abrangerem o longo período compreendido de 1800 a 1930<sup>65</sup>. Quando

<sup>61</sup> FREITAS, José Joaquim Rodrigues de. *Op. cit.*, p. 10.

<sup>62</sup> SERRÃO, Joel. **A Emigração Portuguesa: sondagem histórica**. Lisboa: Livros Horizontes Ltda, 1972, p. 27.

<sup>63</sup> NUNES, Rosana Barbosa. Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, out. 2000, p. 163.

<sup>64</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil (1850-1938)**. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1992, p. 16.

<sup>65</sup> AMORIM, Maria Norberta, Emigração em Três Paróquias do Sul do Pico (do século XVIII a 1930) - Abordagem micro-analítica. In: PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), **Emigração/imigração em Portugal**. Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 249-277. SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: MOREDA, Vicente Pérez; ALONSO, Blanca Sánchez. (orgs). **Anais do Congresso de Historia Económica de Zaragoza**. Zaragoza: Universidad San Pablo, 2001. MONTEIRO, Miguel. **Migrantes**,

se observa esse período como um todo, compreende-se então que a migração ocorrida durante a primeira metade do século XIX, se comparada com os cinquenta anos finais do período estudado, parecem desprezíveis. Mas, um olhar mais proximal, que leve em consideração apenas o período de 1800 a 1850, mostra que o fenômeno migratório de portugueses para o Brasil, incluindo o Pará, não foi “nulo ou quase zero”<sup>66</sup>. Embora, esses trabalhos façam referência ao período de 1800-1930, na prática, a maioria deles apresenta dados de (e)imigração apenas a partir de 1850. Muitos outros autores estudam o período de 1850 a 1930.<sup>67</sup>

A historiografia paraense, de certa forma, seguiu esta tendência, pois, desde as pesquisas mais antigas até as mais recentes, ambas priorizaram o estudo da imigração no período da borracha. Alguns iniciaram ainda na década de 1850 e outros chegaram a 1920.<sup>68</sup> Junta-se a esses argumentos muitos outros que dizem respeito a conjuntura política e social difícil vivida no Brasil desde 1808 até o momento em que D. Pedro II assentou-se no trono em 1840 com o “Golpe da maioria”. Joel Serrão destacou algumas dessas dificuldades metodológicas enfrentadas no estudo dessa questão. Segundo ele, falar sobre a emigração portuguesa para o Brasil até a metade do século XIX era algo delicado, visto que até a independência do Brasil os portugueses não eram considerados estrangeiros<sup>69</sup>. Jacques Lambert referindo-se aos lusitanos emigrados para o Brasil monárquico dos primeiros anos (1822-1841) escreveu: “Os portugueses são provincianos, não são estrangeiros”.<sup>70</sup>

Serrão destacou ainda que mesmo depois de 1822, e até por volta de 1840, o elemento luso não era visto como um imigrante, pelo menos na maioria dos registros oficiais brasileiros. Bruno Câmara bem destaca que esses imigrantes, assim como acontecia com os imigrantes ingleses nos Estados Unidos ou com os imigrantes espanhóis em Buenos Aires, eram sujeitos

**Emigrantes e Brasileiros (1834-1926) – territórios itinerários e trajectórias.** Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1996.

<sup>66</sup> Gladys Sabina Ribeiro cunhou a expressão “de pouca monta ou quase zero”. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, p. 145.

<sup>67</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *Op. cit.*; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*; LEITE, Joaquim Costa. Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, n. 97, 1987, p. 463-480; LEITE, Joaquim Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil (1851-1914). *Análise Social*, n. 112-113, 1991, p. 741-752; MONTEIRO, Miguel. **Fafe dos "brasileiros" (1861-1930) - Perspectivas histórica e patrimonial.** Fafe: ed. do autor, 1991.

<sup>68</sup> MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas numa economia extrativista: Pará (1872-1920).** Dissertação (Mestrado em História Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984; FONTES, Edilza. *Op. cit.* Tese (Doutorado em História Social). Campinas: Universidade de Campinas, 2002. CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa; LUNA, Oton Tássio Silva. *Op. cit.*

<sup>69</sup> SERRÃO, Joel. Brasil-Portugal, 1826-1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico – Declínio e queda do Império.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1960-1972], p. 245.

<sup>70</sup> LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis.** 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

invisíveis em função da similitude que possuíam com os habitantes do Brasil em função de questões como a língua, os nomes próprios, os sobrenomes de família, a religião, os costumes. Esses fatores fizeram com que esses sujeitos nem fossem vistos como imigrantes.<sup>71</sup>

Além disso, a documentação que trata de imigração portuguesa é bastante espaça, não dando conta de registrar a entrada desses sujeitos nos portos das principais cidades brasileiras. A esse respeito relatou Nuno Simões: “de 1820 a 1836 não acusa o Brasil, nas estatísticas, qualquer imigração portuguesa.”<sup>72</sup> Vale ressaltar que Nuno Simões, quando escreve “estatísticas”, referia-se ao documento ministerial produzido em 1923 pelo governo brasileiro intitulado “Relatório do Adido Comercial de Portugal no Brasil”,<sup>73</sup> e cujo objetivo foi registrar a entrada recente de portugueses no Brasil, visto que crescera significativamente naquelas duas décadas.

Nuno Simões encontrou os primeiros dados de emigração portuguesa para o Brasil para o ano de 1837, onde 137 portugueses emigraram para o país.<sup>74</sup> O movimento emigratório dos lusitanos para as paragens de sua antiga colônia, certamente não cessaram com a emancipação política do Brasil, embora tenha sido modesta, o que está de acordo com o contexto econômico e político que Portugal enfrentava na metade do século XIX.<sup>75</sup> Joel Serrão notou que:

Até meados do século [XIX] deve ter-se mantido a corrente migratória, embora em pequena escala, pois se não compreende que o número de emigrantes tenha ascendido, abruptamente, a 8.329 indivíduos em 1853.<sup>76</sup>

Nos idos de 1970, foram produzidas duas teses de doutoramento nos Estados Unidos<sup>77</sup> que versam sobre a temática da emigração portuguesa para o Brasil. Em ambas prevaleceram a

<sup>71</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Op. cit.*, p. 149. Ismênia Martins também destaca essa “invisibilidade” do imigrante português no Brasil oitocentista. Cf. MARTINS, Ismênia de Lima. Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles. **A Emigração portuguesa para o Brasil**. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE, 2007, p. 69-88.

<sup>72</sup> SERRÃO, Joel. *Op. cit.*

<sup>73</sup> A respeito do Relatório do Adido Comercial de Portugal no Brasil, 15 de dezembro de 1823, cf. BARBOSA, Rosana. **Immigration and Xenophobia. Portuguese Immigrants in early 19th century Rio de Janeiro**. Lanham, Maryland: University Press of America, 2009, p. 14.

<sup>74</sup> SIMÕES, Nuno. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>75</sup> HERCULANO, Alexandre. **Opúsculo. Tomo IV: A emigração**. Lisboa: Bertrand e Carvalho & Cia, 1876. Nos meados do século XIX Portugal começava a entrar em crise, o que levou muitos portugueses, principalmente do norte, das regiões do Minho e do Douro a emigrarem.

<sup>76</sup> SERRÃO, Joel. 2004. *Op. cit.*, p. 245.

<sup>77</sup> BROWNE, George P. *Governmente Immigration Policy in Imperial Brazil, 1822-1870*. Tese (Doutorado em História). Ann Harbour. Michigan: The Catholic University of America, 1972; PESCATELLO, Ann Marie. *Both*

vacância sobre a imigração lusa no Brasil na primeira metade do oitocentos. Muito embora, o recorte histórico de George Browne seja o período de 1822-1870, em sua tese são apresentados poucos dados quantitativos sobre a presença do imigrante português em terras brasileiras na primeira metade do século XIX. Por outro lado, apesar de Ann Marie Pescatello estudar a temática da migração de Portugal para o Brasil, seu recorte temporal abrangeu os primeiros anos da República brasileira, 1889-1914, portanto, não abrangendo a primeira metade do oitocentos.

Mas, a década de 1990, iniciaria trazendo mudanças nesse cenário. Uma dissertação de mestrado produzida em Portugal e duas pesquisas doutorais, uma produzida no Brasil e outra em Portugal, apresentaram uma nova fase sobre os estudos da (e)imigração portuguesa para o Brasil nas primeiras décadas do oitocentos. A dissertação de Henrique Fernandes Rodrigues (1991)<sup>78</sup>, a tese do historiador português Jorge Fernandes Alves (1993)<sup>79</sup> e a tese da pesquisadora brasileira Gladys Sabina Ribeiro (1997)<sup>80</sup> apresentaram dados quantitativos que começaram a diminuir a lacuna existente na historiografia sobre o tema.

A partir desse período, começaram a surgir pesquisadores e grupos de pesquisa voltados especificamente a estudar a questão do processo migratório entre Portugal e Brasil, incluindo os movimentos de retorno. Dentre esses grupos, merece destaque o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), um grupo interinstitucional e internacional, composto por pesquisadores portugueses e brasileiros, empenhados em realizar pesquisas sobre o tema<sup>81</sup>, como também o Núcleo de Estudos de Imigrações, Identidade e Cultura coordenado pela Profa. Gladys Sabina Ribeiro da Universidade Federal Fluminense.<sup>82</sup>

Ismênia Martins destacou o empenho que estes grupos de pesquisa têm realizado a fim de tornar visível esses imigrantes invisíveis. Segundo ela, “no momento ocorre um esforço

Ends of the Journey: an Historical Study of Migrations and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914. Tese (Doutorado em História). Los Angeles: University of California, 1970.

<sup>78</sup> RODRIGUES, Henrique Fernandes. **A Emigração do Alto Minho, 1835-1860**. Dissertação (Mestrado em História Social). Porto: Universidade do Porto, 1991.

<sup>79</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Op. cit.*

<sup>80</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*

<sup>81</sup> Dentre as diversas obras editadas e publicadas pelo CEPESE ou em parceria com outras editoras podemos destacar: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles (coord). **A Emigração portuguesa para o Brasil**. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE, 2007. MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. São Paulo: EDUSC, 2008; SOUSA, Fernando de. **A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da agência Abreu (1840)**. Porto: Fronteira do Caos; CEPESE, 2009; ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Souza de; SOUSA, Fernando de. (orgs). **De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

<sup>82</sup> NEMIC - <http://www.uff.br/nemic/c.php?c=anemic>

internacional de várias instituições de ensino e pesquisa, em parceria com o CEPES (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), para a cooperação sistemática no estudo das migrações entre os dois países.”<sup>83</sup>

A história do Brasil em nenhum momento esteve desvinculada da história dos portugueses. Em se tratando da província do Pará, não foi diferente. Pelo contrário, desde os tempos coloniais, o Grão-Pará relacionava-se diretamente com a metrópole portuguesa, se desenvolvendo em separado da colônia do Brasil, ou melhor, do Estado do Brasil.<sup>84</sup> Quando nos referimos à colônia, e de acordo com uma determinada historiografia, pensamos com frequência no exclusivismo colonial que condicionava as relações entre Brasil e Portugal<sup>85</sup>. Todavia, no pós-independência percebe-se que não foram rompidos muitos antigos laços que os uniam, tanto que os estudos sobre migração têm destacado que de 1820 a 1972 um terço de cinco milhões e setecentos mil imigrantes que chegaram ao Brasil eram portugueses.<sup>86</sup>

De fato, “a imigração de lusitanos a esta parte da América nunca cessou”. Chegou a confundir-se com a conquista e a colonização, intensificou-se após a independência e adentrou o século XX.<sup>87</sup> A imigração lusa esteve em alta durante todo o século XIX, e boa parte dos portugueses que chegavam a Belém se dedicaram as atividades comerciais. Segundo Lenira Martinho, mesmo depois da independência, o comércio interno no Brasil permaneceu sob o monopólio dos negociantes portugueses.<sup>88</sup>

Segundo os apontamentos de Moreira Telles, em 1822, após a proclamação da independência, o número de portugueses estabelecidos no Brasil somava aproximadamente dois milhões de indivíduos.<sup>89</sup> Os números eram maiores antes do retorno de D. João VI para Portugal, uma vez que com a partida do monarca, muitos portugueses também regressaram para a metrópole. Nesse contexto de transição de colônia para o Estado-nação independente, e em

<sup>83</sup> MARTINS, Ismênia de Lima. *Op. cit.*, p. 69.

<sup>84</sup> RICCI, Magda. Entre portos, comércio, e troca culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. *Op. cit.*, p. 189.

<sup>85</sup> A grande referência deste corrente historiográfica consiste no trabalho de Fernando Antonio Novais. Cf. NOVAIS, Fernando. *Op. cit.* Uma crítica a leitura de Fernando Novais está no livro de João Fragoso e Manolo Florentino. FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.* Cf. também FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*

<sup>86</sup> KLEIN, Herbert S. A Integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no início do XX. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 6 n. 2, jul./dez. 1989, p. 20.

<sup>87</sup> MACHADO, Cacilda; FLORENTINO, Manolo. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (Séculos XIX e XX). In: **Portuguese Studies Review**, v. 10, 2002, p. 58-84.

<sup>88</sup> MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 21-124.

<sup>89</sup> TELLES, Moreira. *Op. cit.*

estruturação, estão os sujeitos desta pesquisa, os negociantes portugueses estabelecidos em Belém, cujo porto, em 1820, já era um dos seis mais movimentados do Brasil<sup>90</sup>.

Na primeira metade do século XIX, os portugueses continuaram a ser o maior número de imigrantes livres para o Brasil e, na segunda metade, “o fluxo de migrantes portugueses não só continuou como aumentou significativamente”. Não há estatísticas para o Brasil inteiro, mas no Rio de Janeiro, por exemplo, que foi quem atraiu o maior número de imigrantes portugueses, chegaram 18.427 no período de 1831-1842, enquanto vieram 4.598 de outras nacionalidades.<sup>91</sup> Sobre a população de Belém, levando em consideração o número de estrangeiros e, especificamente, o de portugueses, vejamos a tabela 1.

**Tabela 1 – População de Belém, 1848 e 1868**

ANO	POPULAÇÃO TOTAL (hab)	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS	
			PORTUGUESES	TOTAL
1848	16.092	15.244	695	848
1868	21.916	18.742	2.558	3.174

Fonte: Luiz Cordeiro (1920)<sup>92</sup>

Analisando a tabela 1, na capital da província, em 1848 havia 848 estrangeiros, desses, 695 eram portugueses, e 15.244 brasileiros. Na mesma época, o presidente da província e comandante das armas Jerônimo Francisco Coelho<sup>93</sup> encarregou uma comissão de Estatística para fazer a contagem da população das freguesias de Belém, o que somou 16.092 habitantes<sup>94</sup>. Entre 1856 e 1863 desembarcaram no cais de Belém 3.160 estrangeiros, e nesses anos não foi

<sup>90</sup> TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **O valle do Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 156.

<sup>91</sup> NUNES, Rosana Barbosa. *Op. cit.*, p. 180.

<sup>92</sup> CORDEIRO, Luiz. **O Estado do Pará, seu commercio e indústrias (1719-1920)**. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1920, p. 45.

<sup>93</sup> Nascido em Laguna, era neto do capitão-mor da dita Vila Jerônimo Francisco Coelho, de quem herdou o nome. Foi destacado político ligado ao Partido Liberal, deputado da Assembleia Provincial de Santa Catarina nas décadas de 1830 e 1840. Foi presidente e comandante de armas das províncias do Grão-Pará, de 7 de maio de 1848 a 31 de maio de 1850, e do Rio Grande do Sul, de 28 de abril de 1856 a 8 de março de 1857. Ocupou também cargos ministeriais, como o de ministro da Guerra e da Marinha, em 2 de fevereiro de 1844, e novamente ministro da Guerra em 1857, no gabinete Pedro de Araújo Lima. Foi também do conselho de S. M. o Imperador, guarda-roupa da casa imperial, comendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, e da imperial Ordem da Rosa, brigadeiro do exército, vogal do Conselho Supremo Militar e conselheiro de Estado. Cf. SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Disponível em: [https://pt.wikisource.org/wiki/Galeria\\_dos\\_Brasileiros\\_Ilustres/Jeronimo\\_Francisco\\_Coelho](https://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Jeronimo_Francisco_Coelho).

<sup>94</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848.

explicitado o número de portugueses<sup>95</sup>. Mas, em 1868, Belém contava com uma população em torno de 21.000 habitantes, e desses 3.174 eram estrangeiros, dos quais 2.558 eram portugueses<sup>96</sup>. Em outras palavras, um aumento de 3,5 vezes do número de portugueses.

Nos meados do século XIX havia um número significativo de portugueses, pois, para além dos números oficiais, muitos dos recém-chegados não aparecem nas estatísticas, uma vez que muitos vieram para o Brasil sem solicitarem seus passaportes e, portanto, nunca foram oficialmente contabilizados. Bruno Câmara, ao estudar o caso de Pernambuco, ressaltou a dificuldade de contabilização da imigração entre os anos de 1830 a 1870. Para ele, além da “ausência dos dados estatísticos oficiais, outro agravante era o número desconhecido de imigrantes que entraram sem passaportes ou mesmo com documentação falsificada”.<sup>97</sup>

Há que se considerar também que os portugueses nem sempre foram considerados estrangeiros, não sendo registrados na documentação, pois eram consideradas estrangeiras “todas as pessoas que viviam no Brasil e não falavam português”.<sup>98</sup> Com efeito, os portugueses nem sempre eram considerados imigrantes. Mesmo com essas lacunas possíveis na documentação produzida sobre a imigração, é inegável que os portugueses eram os que mais atravessavam o Atlântico em busca de arranjar ou rearranjar suas vidas e traçar novas trajetórias.

O que importa ressaltar é que os portugueses se destacavam pela habilidade com os negócios mercantis. E nesse sentido, como bem já enfatizou Lená Medeiros, “analisar a imigração portuguesa nos cem primeiros anos de vida independente do Brasil significa privilegiar as cidades litorâneas como *locus* privilegiado de reflexão.” Para ela, estudar imigração portuguesa significa também “mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio”.<sup>99</sup> Considerando essa inter-relação, podemos dizer que aos poucos, os comerciantes portugueses se tornaram donos da maior rede de distribuição de secos e molhados do império, “donos também – na corte e na Província do Pará – de um número de armazéns que excedia

<sup>95</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.º de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 12.

<sup>96</sup> Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará. Belém: Typ. B. de Mattos imp. por M.F. Pires, 1871, p. 167.

<sup>97</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Op. cit.*, p. 195, 196.

<sup>98</sup> SILVA, Hernán Asdrúbal. *Intrucción General. In: Inmigracion y estadísticas en el Cono Sur de América: Argentina, Brasil, Chile e Uruguay. Serie Inmigración. v. VI. Organización de los Estados Americanos, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1990, p. 90.*

<sup>99</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracasso. *In: GOMES, Ângela. Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000, p. 164.

àquele possuído por brasileiros”.<sup>100</sup> Eles eram “majoritários na comunidade desses negociantes, maciçamente representados no contingente imigrado”. Esses negociantes eram “integrados de imediato pela língua e pela rede familiar e cultural tecida ao longo de dez gerações na América portuguesa”<sup>101</sup> e compunham o grupo de imigrantes mais numeroso do Brasil, desde a década da independência até 1970.

## 1.2. Imigração e o perfil da comunidade lusa

Como já dito anteriormente, por longo período, a historiografia consolidou a ideia de que na primeira metade do século XIX, a migração de portugueses para o Brasil foi insignificante. A fim de minimizar essa lacuna de informações sobre a emigração portuguesa para o Pará, no período de 1800 a 1870, buscou-se informações em três tipos de fontes principais: os pedidos de concessão de passaportes para ir de Portugal até o Pará, disponibilizados no Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino (1800-1833). Além disso, foram empregados os dados do projeto Imigração do Centro de Memória da Amazônia (CMA), catalogado a partir de passaportes disponíveis no referido Arquivo, que abrange o período de 1830 a 1870. Por último, utilizamos os registros de habilitações feitas pelo consulado português no Pará a partir de 1858, mas que compreendem as imigrações de 1830 a 1870.

Não se pretende aqui fazer um profundo estudo demográfico ou populacional para o recorte histórico que nos propusemos a abordar nessa tese, a fim de dirimir a lacuna existente sobre a temática migratória portuguesa para o Pará. Contudo, o foco está em apresentar dados que nos permitam fazer inferências e observar tendências, na medida em que consideramos esses dados como uma amostra e não como uma fonte censitária. E, partindo dessas fontes, contaremos histórias individuais, no entanto, representativas do processo imigratório luso em terras paraenses com ênfase na primeira metade do oitocentos.

Os requerimentos de solicitação de passaportes para viajar de Portugal para o Pará, durante os anos de 1800 a 1821, eram remetidos diretamente ao Príncipe Regente, depois D. João VI, e entre 1822 e 1833 eram dirigidos à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Entende-se que é uma documentação restrita para se tirar conclusões sobre o perfil demográfico do movimento migratório luso para o Pará, pois muitos aspectos metodológicos fragilizam a fonte documental. A começar que eram apenas requerimentos, que por motivos diversos

<sup>100</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 307.

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*, p. 309.

poderiam ser indeferidos, porém, sabemos que a quase totalidade desses pedidos eram acatados.<sup>102</sup>

Outros aspectos incluem questões como: nem sempre o viajante tinha a intenção de transferir-se para o Pará para estabelecer morada; alguns pedidos foram feitos por funcionários civis, militares e religiosos e a motivação dessas viagens era prestar algum serviço a Coroa portuguesa e depois retornar a metrópole. Alguns portugueses mesmo com a intenção de emigrarem para as terras paraenses acabaram por retornar ao Reino; quando a viagem era de uma família, concedia-se apenas um passaporte ao cabeça da família e os demais membros (esposa, filhos, sobrinhos, afilhados, agregados e criados) eram incluídos como dependentes deste; outras solicitações eram de brasileiros que estavam em Portugal, logo não podemos computá-los como imigrantes lusos em Belém.

Junto aos requerimentos de passaporte, é comum encontrarmos outros documentos anexos aos processos, tais como: certidão, lembrete, licença, bilhetes, ofícios, atestações, provisão, termo, auto, cartas de recomendação e cartas com exposição de motivos. Esse cabedal documental era usado pelos solicitantes como uma argumentação a mais para que os passaportes fossem liberados.

Apesar das fragilidades metodológicas apresentadas pela fonte documental e, expostas acima, além de outras, uma análise refinada e criteriosa desses documentos que acompanhavam os pedidos de passaporte permitiu criar algumas categorias. Depois de catalogados todos os pedidos de autorização do período compreendido entre 1801-1833, as classes definidas foram: números de pedidos de passaporte, número de passageiros, números de negociantes e “prováveis imigrantes”.

Tabulamos os dados, contabilizando todos os pedidos de passaporte por ano, e especificando o total de passageiros para cada ano, uma vez que para alguns casos, num único passaporte, constavam o nome de vários passageiros. Daí nem sempre o número de passaportes coincide com o número de passageiros. Seguindo-se os rastros das anotações, também contabilizamos quantos desses passageiros foram cadastrados como negociantes ou caixeiros, aqui nesse grupo estão incluídos os sujeitos que partiam de Lisboa e Porto com intenções já definidas, qual seja, a de atuarem no comércio do Pará, sendo que a maioria deles já desenvolvia atividades mercantis em Portugal ou no Pará. E, finalmente, levando em conta diversos critérios que serão detalhados à medida que as histórias individuais forem sendo relatadas, criamos a categoria “prováveis imigrantes”. Os dados são apresentados na tabela 2.

<sup>102</sup> VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. História de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia Joanina. **Rev. Bras. Est. Pop.** v. 27, n. 1, jan./jun., 2010.

**Tabela 2 – Emigração de Portugal para o Pará, 1801-1833**

<b>ANO</b>	<b>Pedidos de passaporte</b>	<b>Passageiros</b>	<b>Negociantes</b>	<b>“Prováveis imigrantes”</b>
1801	2	2	-	1
1802	1	1	-	-
1803	5	6	4	2
1804	14	14	2	14
1805	21	23	1	21
1806	18	20	7	18
1807	9	12	1	10
1808	7	12	-	11
1809	18	30	3	20
1810	24	31	2	24
1811	22	32	3	25
1812	33	46	9	36
1813	31	38	1	36
1814	18	20	-	16
1815	32	38	3	32
1816	31	37	1	34
1817	31	32	4	27
1818	30	40	2	34
1819	24	27	-	27
1820	18	28	1	28
1821	23	30	1	20
1822	39	52	5	46
1823	39	45	2	30
1824	18	46	1	16
1825	34	39	6	35
1826	17	30	5	30
1827	18	38	10	30
1828	13	15	3	15
1829	14	14	1	14
1830	21	21	2	18
1831	7	7	-	7
1832	7	8	3	6
1833*	5	5	-	5
<b>TOTAL</b>	<b>644</b>	<b>839</b>	<b>83</b>	<b>688</b>

Fonte: AHU (1801-1833)<sup>103</sup>

O número de pedidos de passaportes no período de 1801 a 1833 apontam para um movimento bastante considerável no porto do Pará. Contabilizamos 644 autorizações de viagem, mas se sabe que o número de passageiros era maior em função da presença dos agregados que, muitas vezes, eram compostos por cônjuges, filhos, sobrinhos, irmãos menores, empregados, pessoas próximas ao solicitante ou que exercia alguma função específica no objetivo da viagem.

Considerando os indivíduos/passageiros que acompanhavam o solicitante/passaporte, o número de passageiros rumo ao Pará sobe para 839. Portanto, foram incorporados 30% a mais

<sup>103</sup> AHU. Projeto Resgate - Pará. Solicitações de passaporte. 1801-1833. Para o ano de 1833 de janeiro a maio.

de pessoas ao número de pedidos, o que equivale a uma média de 25 passageiros anuais. Do total do pedido de passaportes, 541 (84%) dos solicitantes partiram do porto de Lisboa, outros 100 (15,5%) deixaram Portugal pela barra do Douro na cidade do Porto e 3 (0,5%) saíram por Setúbal<sup>104</sup>. A média anual desse fluxo, considerando apenas os passaportes e não os acompanhantes, foi de 3 passaportes/ano de 1801 a 1803, 18 passaportes/ano de 1804 a 1806 e 8 passaportes/ano de 1807 a 1808. Já com a vinda da família real para o Brasil, notamos o aumento do pedido que se eleva de 8 para 27 passaportes/ano, número que permanece até por volta de 1825. De 1826 a 1830, verificamos uma pequena queda de 27 para 17 passaportes/ano. E de 1831 a 1833, houve um grande refluxo, caindo para apenas 6 passaportes/ano.

Importante considerar que, ao analisar os passaportes, observamos que nem todos os viajantes eram imigrantes, no sentido de se fixarem em Belém. Isto porque os interesses das viagens poderiam ser os mais variados. Eram médicos, cirurgiões, bacharéis em direito, boticários que iam exercer seus ofícios no Pará, e depois retornavam para o Reino. Eram mulheres que iam reencontrar seus maridos, filhos querendo morar com seus pais, culpados ou inocentes que iam pagar suas penas de degredo, militares que iam servir no Pará, religiosos em visitas eclesiásticas e administrativas, eram homens do comércio, negociantes, caixeiros, marítimos querendo negociar.

Dos 839 indivíduos que vieram para o Pará, consideramos que 688 eram prováveis imigrantes, conforme tabela 2. Isso porque 151 deles não especificaram a razão da viagem, tendo permanecido ou não no Pará.<sup>105</sup> Constatamos que alguns pretenderam estabelecer residência e já deixavam isso claro em suas justificativas escritas para D. João; outros tinham missões temporárias e retornariam para sua terra natal, e outros ainda eram naturais do Pará, paraenses que viveram em Portugal e quiseram voltar, face às incertezas no Reino, os novos rumos da Independência do Brasil e outros motivos.

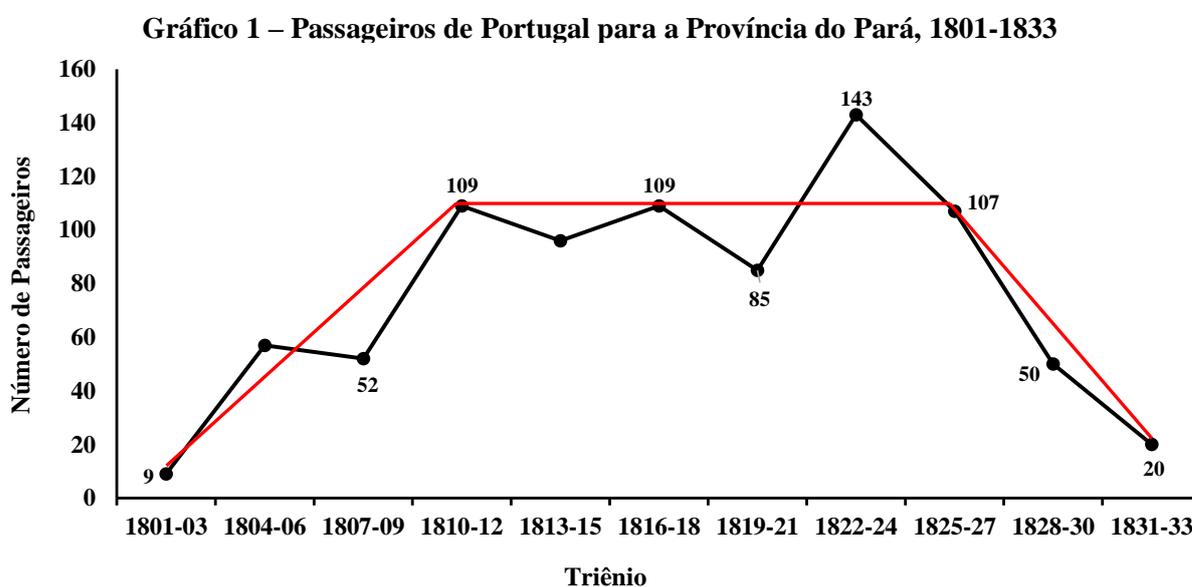
No período estudado, há momentos em que o porto foi mais ou menos visitado dependendo do contexto vivido na Capitania, depois província, como também em Portugal, como ressaltamos. Jorge Arroteia, referindo-se à emigração portuguesa para o Brasil desse período, destaca que: “Não foram poucos os acidentes que, entretanto, modificaram o ritmo e a evolução destas partidas”, continua ele citando quais foram esses “acidentes”. E nesse sentido, “os acontecimentos políticos dos primeiros anos do século XIX ligados às Invasões Francesas,

<sup>104</sup> AHU. Projeto Resgate - Pará. Solicitações de passaporte. 1801-1833.

<sup>105</sup> Infelizmente não foi possível, face às fontes, verificar os “emigrados” para Portugal, os retornados.

à transferência da corte para o Brasil e a todo o processo da independência deste país [Brasil]”,<sup>106</sup> determinaram o ritmo das emigrações para as terras brasileiras.

Juntando-se a esses acontecimentos, tivemos também a tomada de Caiena (1808) pelas tropas brasileiras<sup>107</sup>, onde a participação da capitania do Grão-Pará foi decisiva, a Revolução Liberal do Porto (1820), a instabilidade política vivida na província em torno da administração do governo local (Junta Governativa), entre os anos de 1821-1823, a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil (1823)<sup>108</sup> e o forte crescimento do sentimento antilusitano no Pará nas décadas de 1820-30. O gráfico 1 mostra as variações no fluxo da chegada de imigrantes portugueses no Pará, no período de 1801 a 1833.



Fonte: AHU (1801-1833)<sup>109</sup>

Tais conjunturas repercutiram sobre o movimento de passageiros de Portugal para o Norte do Brasil. De acordo com o gráfico 1, observamos uma propensão de crescimento, estabilidade e decréscimo ao longo do período examinado. Especificamente, tivemos 3 tendências no movimento de passageiros no porto de Belém. A primeira começa em 1801 e vai

<sup>106</sup> ARROTEIA, Jorge Carvalho. **A emigração portuguesa: suas origens e distribuição**. Lisboa: Ministério da Educação, 1983, p. 13-14.

<sup>107</sup> A respeito do significado político e militar da tomada de Caiena conferir os artigos no Dossiê Tomada de Caiena. *Navigator*, v. 6, n. 11, 2010. [http://www.revistanavigator.com.br/navig11/N11\\_index.html](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/N11_index.html)

<sup>108</sup> A respeito da Junta Governativa paraense e a adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil cf. MACHADO, André Roberto de Arruda. **A Quebra da Mola Real das Sociedades: A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>109</sup> AHU. Projeto Resgate - Pará. Solicitações de passaporte. 1801-1833.

até o triênio 1810-12, nesse período partiram de Portugal para o Pará em média 11 passageiros por ano.

A segunda tendência observada compreende o intervalo entre 1810 e 1827. Esse foi o momento em que o porto de Belém experimentou um movimento mais avultado de passageiros vindos de Portugal. Ao todo foram 681 pessoas, correspondendo a uma média anual de 36 passageiros.

A terceira tendência, notada na documentação, inicia a partir de 1827 e vai até o ano de 1833. Nesse período, de seis anos, desembarcaram em Belém 70 pessoas vindas de Portugal, o equivalente a quase 12 passageiros anuais, uma média bem inferior aos 36 passageiros anuais do período anterior. Como já dito anteriormente, o fluxo das migrações nesses períodos é diferenciado em virtude dos momentos históricos vividos pelo Pará e Portugal durante essas três décadas.

Até o momento, ressaltamos o período pré-Cabanagem, e o leitor já deve ter se perguntado: Qual a razão de se estudar a imigração no início do século XIX se o período da pesquisa se inicia basicamente na Cabanagem (c.1835)? Este recuo no tempo foi necessário porque boa parte dos agentes mercantis desta pesquisa migraram para Belém no início do século XIX, e alguns até no final do setecentos. Considerando isso, houve a necessidade de se voltar temporalmente para compreender o início da trajetória desses comerciantes<sup>110</sup>. Isso facilita a compreensão sobre o lugar que eles ou seus descendentes ocuparam no comércio entre as décadas de 1830 e 1870.

Quando se faz esse retorno, visualizamos que, no início do século XIX, há um crescimento considerável no número de passageiros com destino ao Pará (Tabela 2 e Gráfico 1), com uma pequena diminuição nos dois anos que antecederam a chegada de D. João e sua comitiva real. Com o estabelecimento da família real e seus agregados na colônia, os pedidos de passaportes aumentaram se comparado com o período anterior. Antônio Otaviano Vieira Junior e Daniel Barroso, estudando os impactos desses movimentos na população do Pará no período Joanino, ressaltaram os números da migração, mas também o que chamaram de “história de movimentos”.<sup>111</sup> Esses movimentos foram feitos em momentos nada pacíficos, como já destacamos, considerando o clima de constantes guerras, como a ocorrida entre Portugal e a França, o que acabou por provocar a tomada de Caiena.

<sup>110</sup> A mesma regressão se fará no capítulo seguinte, que tratará sobre o comércio.

<sup>111</sup> VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. *Op. cit.*

Essa perspectiva de crescimento que iniciou no período joanino se manteve alta até 1825. De 1809 a 1825 registrou-se, durante esses 17 anos, uma média anual de 27 requerimentos de pedidos de passaporte, totalizando-se 465 pedidos, o equivalente a 72% do total de passaportes concedidos para todo o período em questão (Tabela 2).

A partir de 1825, observamos uma retração no número de viajantes de Portugal para Belém, no triênio 1825-27 registrou-se 107 passageiros, enquanto que no triênio anterior esse número era de 143 pessoas. Acredita-se que a redução das solicitações de viagem possa ter alguma relação com a assinatura do Tratado de Paz e Amizade do Brasil com Portugal e a intermediação da Inglaterra em 1825. Ao reconhecer a independência do Brasil, esse não garante os mesmos laços dos portugueses com a antiga colônia ou quando era reino unido de Portugal e Algarve. Gladys Sabina usa um argumento que pode ajudar a explicar essa diminuição. Para ela, o governo aumentou o controle sobre as emigrações, a partir dos anos 1824/1825,<sup>112</sup> em virtude da construção de uma nacionalidade brasileira, independente do “ser português”. Assim, o endurecimento das leis emigrantistas podem expressar um pouco do significado de ter entrado menos imigrantes no Pará a partir de 1825-27.

Internamente, a Capitania vivia momentos conturbados que não esfriaram com a adesão tardia do Pará à Independência e as disputas pela governança da província. De 1825 a 1828, a província esteve sob a presidência de José Félix Pereira de Burgos, um português alinhado com os ideais políticos do Rio de Janeiro, em detrimento dos interesses políticos e mercantis de Lisboa. Durante a administração de Burgos, crescia na província a aversão aos lusitanos.

A partir de 3 de fevereiro de 1827, começava a circular nas ruas de Belém e pela província, sob a organização do governo, o periódico *A Voz das Amazonas*, sob a administração do Cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, nomeado por Burgos com o ordenado mensal de 50\$000 réis. Constantemente, o periódico trazia comentários ofensivos aos portugueses. Em um de seus números, o editor publicava que “os ingleses e os portugueses” exercem “um imperialismo sobre o povo paraense” e convidava o povo a expulsar aqueles “opressores”.<sup>113</sup> Esse ambiente desfavorável aos lusitanos deve muito ter contribuído para que o movimento de pessoas de Portugal para a província regredisse.

<sup>112</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, p. 145.

<sup>113</sup> *Voz das Amazonas*, n. 2, de 5 de fevereiro de 1827, p. 1.

A queda da chegada de imigrantes continuou nos dois triênios seguintes, e entre 1828-30, foram anotados apenas 50 passageiros. No último triênio pesquisado foram, apenas, 20 pessoas que deixaram as terras portuguesas em direção à província do Norte do Brasil (Tabela 2). A abdicação de Pedro I, em 1831, contribuiu para que a média de solicitações de passaporte tenha decaído das 17 solicitações anuais anotadas no quinquênio 1826-30 para os, somente, 6 pedidos anuais registrados no triênio 1831-33.

Seja num período de menor ou maior fluxo, buscamos arrolar as possíveis razões das viagens que trouxeram os portugueses para o porto de Belém. Assim, espera-se caracterizar o perfil do imigrante português das primeiras décadas do oitocentos. Dessa maneira, esperamos que as trajetórias individuais e os meios sociais em que se desenrolam<sup>114</sup>, possam traduzir um pouco das histórias que uniam Brasil e Portugal. Algumas vezes, o trajeto Portugal-Brasil foi feito por pessoas que viram na emigração uma possibilidade de exercer seu ofício e de ascensão social. Assim, entre os imigrantes portugueses, contabilizamos 12 que se tornaram funcionários públicos no Pará, por possuírem uma formação acadêmica específica.

Em 1803, o ouvidor geral da capitania do Pará, José de Matos Pereira Godinho, escrevia ao príncipe regente, pedindo concessão de licença ao bacharel Manuel de Jesus Maria José de Macedo para advogar naquela capitania.<sup>115</sup> A concessão foi concedida pelo prazo de três anos e renovada em 1806. Em 1809, o bacharel Manuel de Jesus novamente requereu prorrogamento da licença através de provisão régia para continuar no emprego de advogado dos auditórios<sup>116</sup> dessa parte do Norte do Brasil.

Em 1822, Joaquim Correia da Gama e Paiva solicitou passaporte para viajar com destino ao Pará, para onde foi nomeado para exercer a função de Juiz de fora da cidade de Belém.<sup>117</sup> Em 1823, outro imigrante que veio exercer funções específicas no Pará foi Bernardino de Sena Azevedo e Melo. Ele requereu ao rei D. João VI que se ordenasse ao

<sup>114</sup> Neste sentido estamos trazendo a referência de Giovanni Levi, e a relação entre o macro e o micro, a trajetória individual e o contexto social, que não é rígida, e sim fluida. LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. 3ª Reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1992. LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Prefácio de Jaques Revel. Tradução de Cynthia M de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Uma síntese sobre as diferenças de escalas nas trajetórias de vida cf. GUEIROS, Paulo Roberto. O estudo de trajetória de Vida nas Ciências Sociais trabalhando com as diferenças de escalas. **Rev. Campos** vol. 12, n. 1, 2011, p. 9-29. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/campos/article/download/28562/18785>.

<sup>115</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 125, D. 9622.

<sup>116</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.143, D.10796.

<sup>117</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 156, D. 11970.

comandante da charrua Vénus que o recebesse na sua embarcação.<sup>118</sup> A razão da sua viagem estava relacionada a ocupação de almoxarife no hospital militar, para o qual tinha sido nomeado.

Em janeiro de 1823, o médico Antonio Manuel de Sousa foi nomeado para o cargo de cirurgião-mor na província do Pará.<sup>119</sup> Pouco tempo depois, ele já tinha migrado e estava pronto para exercer seu ofício. E mais que isso. Em maio do mesmo ano, o Brigadeiro José Maria de Moura<sup>120</sup> pedia ao Rei D. João VI que concedesse a António Manuel a patente de tenente coronel pelo fato do cirurgião ter contado da sublevação de 14 de abril que presenciou.<sup>121</sup> Foi-lhe concedida a patente de tenente, o que levou o médico a passar a receber os soldos do cargo de oficial militar.

O evento de 14 de abril de 1823, uma reação à aproximação de Belém com Lisboa, principalmente após as eleições para a primeira Câmara Municipal de Belém, em 25 de fevereiro de 1823, foi liderado por estrangeiros, como o italiano João Balbi e outros, como o jornalista Honório dos Santos<sup>122</sup>, e contou com o auxílio de duas companhias militares. O malogro desse evento, com o objetivo de se atrelar ao Imperador no Rio de Janeiro e proclamar a independência do Pará<sup>123</sup>, fora considerado pelos opositores e pró-Lisboa de “mancebos e sans coullotes”<sup>124</sup>. O governador brigadeiro José Maria de Moura encarou o movimento como uma sublevação, sendo os acusados primeiramente julgados e condenados à morte, e, depois, transformada em degredo e prisão.<sup>125</sup>

O evento de abril e seus desdobramentos até a adesão da província ao império, repercutiram na carreira de António de Sousa. Em 1825, i.e., dois anos depois da chegada em Belém, ele já ocupava três cargos públicos na província, o de cirurgião-mor da província, do

<sup>118</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12163.

<sup>119</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 162, D. 12353.

<sup>120</sup> Militar português foi nomeado pelas Cortes em 1821, Governador das Armas de Pernambuco, ficando no cargo até dezembro do mesmo ano quando assumiu o ofício de Governador das Armas da Província do Grão-Pará em 1/04/1822. Comandou as tropas portuguesas frente às tropas enviadas pelo Imperador do Rio de Janeiro na Guerra da Independência até à sua capitulação em 15 de agosto de 1823. Se retirou para Portugal. Sobre o Brigadeiro cf. ARRUDA, André Roberto. *Op. cit.*, p. 150-160.

<sup>121</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12194.

<sup>122</sup> SEIXAS, Netília S. dos Anjos e GUIMARÃES, Camila L. Jornalistas de destaque: profissionais da imprensa de Belém entre 1840 e 1860. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0293-1.pdf>

<sup>123</sup> RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865, p. 47.

<sup>124</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12155.

<sup>125</sup> A respeito do malogro e as leituras feitas sobre o evento cf. MACHADO, André. *Op. cit.*, p. 96-100.

Hospital Real da Marinha e Tenente de 2ª linha do Corpo de Ligeiros da Capital.<sup>126</sup> O último cargo ele ganhou por ter sido testemunha do acontecimento contra os portugueses. Pela estabilidade que parece ter adquirido no Pará, possivelmente sua estadia por estas paragens pode ter sido longa. O caso de António Manuel e dos outros arrolados faz parte de um processo não incomum no contexto da imigração da primeira metade do século XIX que era composta por adolescentes ou jovens caixeiros, artistas e trabalhadores qualificados.<sup>127</sup> Nos casos desses trabalhadores, a ocupação sempre aparece garantida antes mesmo da efetivação da viagem.

Um fator que também levava a imigração era o cumprimento de pena de degredo. Nesse caso, o degredado não precisava solicitar passaporte. Geralmente, esses homens estavam acompanhados por suas esposas e filhos ou em alguns casos viajavam sozinhos. Localizou-se 5 casos desses em que o sujeito vinha para o Pará compulsoriamente. Foi o caso de Luis António. Sua esposa, Teresa de Joaquina, solicitou passaporte em 1807 para seguir viagem em direção à Belém do Pará para poder acompanhar o marido, o mestre de alfaiataria Luís Antonio, condenado à pena de degredo na capitania do Pará.<sup>128</sup>

Outro caso era o de António Valeriano de Sousa Prego, condenado a pena de degredo na capitania do Pará, no início de 1811. Sua esposa Maria do Carmo de Oliveira também solicitou concessão de passaporte para acompanhar o marido que estava sendo degredado para a cidade de Belém.<sup>129</sup> Ela ainda solicitava permissão para levar seus dois filhos menores. Em ofício, de setembro do mesmo ano, o comandante do presídio da Trafaria António Elesbão Xavier de Almeida, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde das Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro<sup>130</sup>, solicitou o embarque de António Valeriano no primeiro navio com destino ao Pará, para onde foi sentenciado com a pena de degredo por toda a vida, por culpa de falsidades.<sup>131</sup> Apesar das solicitações de transferência e permissão para embarcar,

<sup>126</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12465.

<sup>127</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Prolétaires et Esclavages: Immigrés Portugais et Captifs Africains à Rio de Janeiro, 1850-1872**. 2 volumes. Tese (Doutorado em História). Departamento de História. Paris: Université de Paris, 1985-1986.

<sup>128</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.142, D.10728.

<sup>129</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 143, D. 10861.

<sup>130</sup> João de Almeida de Melo e Castro, 5º conde das Galveias, “seguiu a carreira diplomática, tendo sido ministro de Portugal em Londres, Haia, Roma e embaixador em Viena de Áustria. Em 1801 foi ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo do qual foi demitido em 1803. Em 1812 foi para o Rio de Janeiro, tendo sido ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros e, interinamente, da Marinha e Ultramar, Foi oficial-mor da Casa Real, couteiro-mor da Casa de Bragança, conselheiro de Estado, membro do Conselho da Fazenda, presidente da Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército, comendador de São Pedro de Alhadadas, da Ordem de Cristo. Não deixou herdeiros.”. <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1550>.

<sup>131</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 143, D. 10861.

o condenado e sua família só vieram para o Pará dois anos depois da sentença, em fevereiro de 1813.<sup>132</sup>

Como destacado acima, raramente esses degredados vinham sozinhos. Comumente vinham acompanhados por suas esposas e filhos. Suas mulheres, filhos compunham as estatísticas dos imigrantes que viajavam para acompanhar o cônjuge ou alguém da família que veio para o Pará, porém, essas eram as migrações involuntárias. Muitos deles nunca mais retornariam. Provavelmente foi o caso de Maria do Carmo, uma vez que seu marido havia pegado pena perpétua.

A emigração de Portugal para o Pará também poderia ocorrer para se acompanhar algum parente. Muitos foram os casos em que a viagem ocorria por essa razão. Registrou-se 84 casos de viajantes que atravessaram o Atlântico na companhia de seus entes queridos.<sup>133</sup> Depois da vinda da família real tornou-se um pouco mais corriqueiro as mudanças de famílias para o Brasil. No período entre 1809 e 1827, a média de famílias ao mar foi de quatro registros anuais, enquanto que nos períodos anterior e posterior, 1801-08 e 1828-33, a média era de apenas uma família ao ano. O triênio com o maior número de famílias viajando para o Pará, ocorreu logo nos primeiros anos do período joanino, entre os anos 1809-1811, onde contabilizamos uma média anual de cinco apontamentos.

Joel Serrão sugeriu uma diferença entre a imigração da primeira metade do século e aquela que ocorreu a partir de 1850. Segundo ele, no início do século migravam famílias não muito pobres, pois os custos da viagem não eram tão modestos. Já a partir dos meados do século XIX, tem-se uma imigração mais agenciada que incluía uma população bem mais jovem e miserável.<sup>134</sup> Os dados revelam que a presença da corte no Brasil atraiu um bom número de famílias para o Pará. Dos registros encontrados, apenas sete (8%) datam de antes de 1808.

Ficou bem nítido nos registros que, primeiramente, vinha um membro da família. E em seguida, os membros mais próximos da família acabavam pedindo para seguir viagem ao encontro de pais, irmãos, esposos. Em 1809, Maria Joaquina dos Santos solicitou autorização para viajar para Belém do Pará.<sup>135</sup> O objetivo da viagem era ir de encontro ao seu marido, o mestre de navio Manuel Carlos dos Santos.

Encontramos registro de que em 1796, o esposo de Maria Joaquina aparece como

<sup>132</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 145, D. 11001.

<sup>133</sup> AHU. Solicitações de passaporte.

<sup>134</sup> SERRÃO, Joel. *Op. cit.*

<sup>135</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.142, D.10762.

capitão da corveta *Vênus*.<sup>136</sup> Em 1798, Manuel Carlos está como capitão da galera *Bom Instinto*, de um morador de Lisboa.<sup>137</sup> Em 1804,<sup>138</sup> ele é capitão do Bergantim *Nossa Senhora da Conceição de Minerva* e, em 1809, Manuel Carlos era mestre do navio *Comerciante* que fazia viagens dos portos de Lisboa para as capitanias do Pará e Maranhão, fazendo escala na costa da Guiné.<sup>139</sup> O espaço de tempo em que ele aparece como capitão do primeiro navio ainda no final do século XVIII até sua esposa pedir o passaporte, dá a entender que durante suas andanças entre um porto e outro, sua mulher ficou residindo em Portugal até decidir morar no Pará mais de dez anos depois.

Porém, não era só pelos seus maridos que essas mulheres atravessaram o Atlântico. Em 1811, Catarina Micaela de Freitas requereu permissão para regressar ao Pará, para se juntar aos seus irmãos.<sup>140</sup> Em 1819, Catarina Maria de Sena solicitou um passaporte gratuito para o secretário de estado da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, para ir a bordo do navio *Santa Maria de Belém*. O motivo da viagem? Se juntar ao seu filho, Tomás da Cantuária Torres e suas filhas Maria Vitória e Tomásia Luísa.<sup>141</sup>

No mesmo ano, a senhorinha Tomásia de Macedo, viúva de Nuno Pereira de Macedo, brigadeiro reformado do exército real, solicitou passaporte com destino ao Pará porque, tendo ficado viúva, desejava ficar na companhia de seu filho, o tenente-coronel do 3º Regimento de Infantaria, José Maria de Macedo. Não se sabe se José Maria era o único filho de D. Tomásia. Se isso for verdade, vir para Belém parece ter sido a condição encontrada para se livrar do isolamento. O navio *Santa Maria de Belém*, naquele ano de 1819, levou Catarina Maria de Sena e Tomásia de Macedo, duas mulheres que iam ao encontro de seus entes queridos, mesmo que em terras longínquas. O Pará representava, nesses casos, o reencontro.

Entre esses caminhos possíveis da imigração, está a possibilidade de fazer negócios e exercer a atividade de negociante (Tabela 2). Dos 644 requerimentos de passaporte, 83 (13%) eram de negociantes. O gráfico 2 mostra o número de negociantes em relação ao número de imigrantes.

<sup>136</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 107, D. 8444.

<sup>137</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 111, D. 8692.

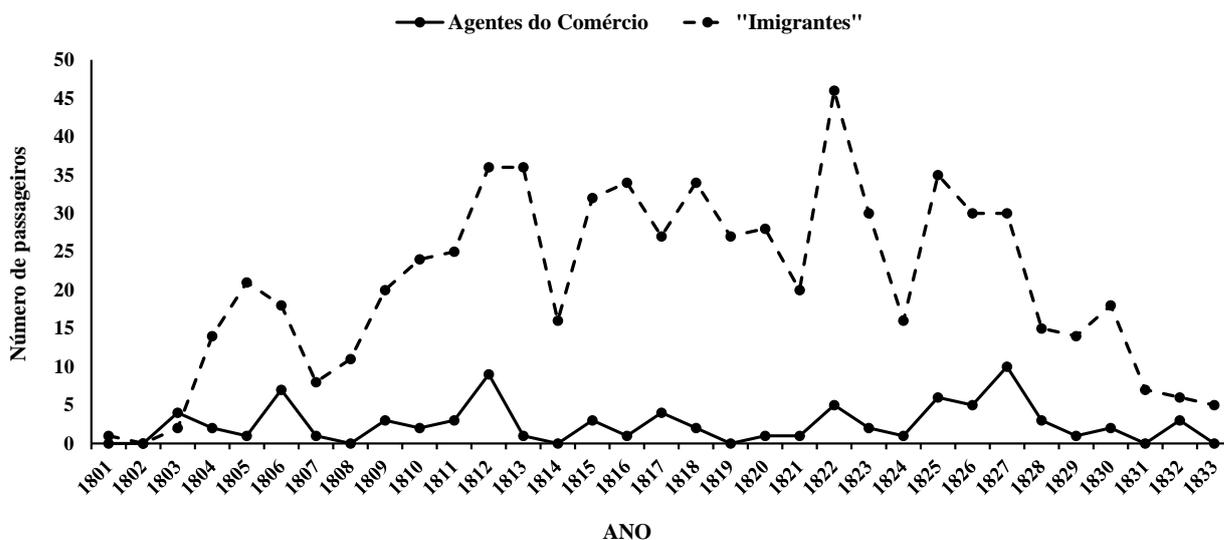
<sup>138</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 129, D. 9889.

<sup>139</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10758.

<sup>140</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 144, D. 10898.

<sup>141</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 149, D. 11509.

Gráfico 2 – Número de agentes de comércio em relação ao de imigrantes, 1801-1833



Fonte: AHU (1801-1833)<sup>142</sup>

Consideramos agentes de comércio os negociantes e caixeiros, duas categorias muito relacionadas ao comércio. Esses se destacam entre os imigrantes da capitania e depois da província do Pará. Observamos no gráfico que a imigração de negociantes acompanha em linhas gerais a mesma tendência da imigração como um todo. Em tempos de maior incidência imigratória, eles tendem a acompanhar o movimento. São sujeitos que poderiam estar vindo pela primeira vez ou não.

O fato de estarem retornando algumas vezes não os descaracteriza como imigrantes. No caso dos negociantes, as viagens poderiam ser corriqueiras, considerando que poderiam ir rever parentes, tratar de negócios ou de doenças, além de outros pretextos. No caso dos caixeiros, era mais comum que estivessem indo pela primeira vez, geralmente atendendo ao chamado de um tio, irmão ou mesmo de um conhecido. Essa tendência demonstra a importância da dimensão familiar para a mobilidade transoceânica, sobretudo dos caixeiros.

Em 1803, o negociante Miguel Meirinho da Silva já se encontrava estabelecido no Pará, pois nesse ano pediu passaporte para voltar a capitania. Em seu requerimento consta que ele estava matriculado na praça da capitania do Pará, por isso, supomos que seus negócios tenham iniciado ainda no século XVIII<sup>143</sup>. Tudo indica que seus negócios prosperaram, pois 14 anos depois, Agostinho Meirinho da Silva, que era caixeiro, também queria vir para o Pará.<sup>144</sup>

<sup>142</sup> AHU. Projeto Resgate - Pará. Solicitações de passaporte. 1801-1833.

<sup>143</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 124, D. 9530.

<sup>144</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 148, D. 11341.

Infere-se que Agostinho provavelmente era irmão do negociante que imigrou anteriormente. E se este caso segue a tendência geral dos caixeiros que procuravam se integrar no mercado de trabalho no Brasil, Agostinho pode ter vindo trabalhar em algum estabelecimento de Miguel.

Em 1805, o negociante Manuel da Costa, natural da freguesia de Moncorvo, solicitou passaporte para vir para Belém.<sup>145</sup> Chegando a capital do Pará começou a trabalhar como caixeiro no estabelecimento comercial de João Araújo Rozo<sup>146</sup>, um dos maiores negociantes da primeira metade do século XIX. Nesse período de aproximadamente 15 anos, ele ascendeu de caixeiro para ser dono de seus próprios negócios. Em 1822, ele apareceu na documentação já como negociante pedindo passaporte para regressar para o Pará. Mas dessa vez numa situação nada agradável. Ele queria regressar para se livrar da prisão. Mas por que teria sido preso e mandado de volta para Lisboa?

O negociante havia sido preso em 1819, pois constava que o ex caixeiro de Rozo guardava em casa papéis vedados pelo Alvará com força de Lei de 31 de março de 1818. Além disso, possuía diamantes toscos adquiridos em comércio furtivo. Tudo indica que tinha uma reputação nada impecável. E “era desacreditado por ser doloroso nas transações mercantis, praguento no trato civil e mal visto do governador.” Como se não bastasse, ainda tinha dívidas com João de Araújo Rozo. A pena concedida ao negociante foi o degredo vitalício para o presídio das Pedras Negras, na África. E se dali voltasse merecia a força<sup>147</sup>. Quem ouve tais sentenças poderia dizer que ele jamais tentaria voltar. A petição que o negociante fez, em 1822, era uma tentativa para voltar ao Pará. Estratégia malfadada. Não deu certo. Em 1823, escreve requerimento pedindo transferência do presídio de Cova da Moura para a cadeia do Limoeiro<sup>148</sup>. O regresso ao Pará não passou de um desejo não concretizado.

Em 1806, Camilo José de Campos também manifestou desejo de vir para Belém do Pará juntamente com sua família. Camilo José pretendia se estabelecer em Belém e não queria vir sozinho. Trazia em sua companhia sua esposa Ana Maria, seu cunhado Miguel Joaquim da Silva e uma criada de nome Angélica Roza<sup>149</sup>. O impetrante foi bem recomendado pelos homens de negócios da Praça de Lisboa que atestaram a sua partida com sua família. Dezesete

<sup>145</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 135, D. 10256.

<sup>146</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2ª ed. Belém: UFPA, 1969, p. 314. A respeito dos negócios e do negociante de João Araújo Rozo cf. LOPES, Siméia Nazaré. **As Rotas do Comércio do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c.1790-c.1830)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>147</sup> BAENA, Antônio. *Op. cit.*

<sup>148</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12195.

<sup>149</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.138, D.10518.

anos após sua transferência para Belém, em 1823, Camilo José de Campo aparece no comando da Companhia de Artilharia, um corpo militar voluntário semelhante a Guarda Cívica Voluntária<sup>150</sup>, criada por um grupo de negociantes portugueses para proteger seus negócios diante dos conflitos entre portugueses e brasileiros em torno da administração da província. Tudo indica que o Pará lhe ofereceu boas possibilidades relacionadas ao comércio, a ponto de comandar a Companhia de Artilharia.

Em setembro de 1825, o nome de Camilo José aparece novamente na documentação, mais uma vez ele envia requerimento ao rei D. João VI solicitando autorização para regressar ao Pará.<sup>151</sup> Mas, dessa vez, o negociante viajou desacompanhado da família, pois sua esposa Ana Maria Campos, que tinha ido à Europa com o marido, regressaria à Belém somente um mês depois.<sup>152</sup>

A imigração de Camilo Campos e sua família para o Pará parece ter sido sem volta, pois em julho de 1832 Camilo José, juntamente com outros negociantes portugueses e paraenses alinhados com a Corte Imperial do Rio de Janeiro levaram ao Juiz de Paz da Freguesia da Sé uma denúncia contra mais de duzentos comerciantes portugueses da capital, pelos embates ocorridos em 7 de agosto do ano anterior.<sup>153</sup> Os comerciantes lusos queriam na presidência da província alguém que os favorecesse nas relações entre Portugal e o Pará, mas encontramos Camilo José de Campos “lutando” em favor dos paraenses e contra sua pátria mãe.

Assim como os imigrantes citados acima, houve muitos outros casos de negociantes que vieram estabelecer negócios no Pará ou de caixeiros que ascenderam economicamente se tornando negociantes. Alguns chegaram sozinhos, outros trouxeram a bordo do navio sua família inteira. Um exemplo desses é o negociante José Antunes de Carvalho. Em 1812, ele pediu permissão de viagem para vir com sua família toda para o Pará. Isso incluía sua esposa Anna Josefa de Correia e sua filha Cândida Luíza.<sup>154</sup>

Outro caso é o de Manuel Pedro Ardasse, negociante da Praça de Lisboa. Ele queria se transportar com sua mulher Helena Inácia Joaquina, suas quatro filhas solteiras e seu filho João Pedro Ardasse, que seguiu os passos do pai e também era negociante.<sup>155</sup> João Pedro se

<sup>150</sup> RAIOL, Domingos Antonio. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>151</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12487.

<sup>152</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12492.

<sup>153</sup> RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Volume Segundo. São Luiz: Typographia Bellarmino de Mattos, 1868, p. 162.

<sup>154</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 145, D. 10976.

<sup>155</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 145, D. 10982.

engajou nas atividades comerciais da família e nos idos de 1820 já atuava como um dos porta-vozes dos portugueses em Belém. Na verdade, pai e filho tinham outro membro da família envolvido no comércio. Era Francisco Pedro Ardasse que veio para o Norte do Brasil antes do irmão Manuel Pedro, no final do século XIX.<sup>156</sup>

Não se sabe exatamente quando ele migrou, mas em documento de 1793 Francisco solicita para a rainha D. Maria I confirmação da carta patente de capitão da 3ª Companhia da Tropa Ligeira Auxiliar da cidade de Belém do Pará.<sup>157</sup> O tio de João Pedro havia migrado para servir nas tropas da capital, progrediu na carreira militar, atingindo o posto de Capitão em 1800 e em 1805 solicitou reforma do serviço militar.<sup>158</sup> Além do serviço militar, Francisco Ardasse tornou-se proprietário de terras e escravos e negociante de grosso trato na Praça do Pará.

Narrativas como a desses negociantes e de muitos outros que vinham de Portugal para Belém ajudam a compor o cenário da imigração na primeira metade do oitocentos. Seja nos primeiros anos do século XIX, no período joanino ou nos anos que sucederam a independência do Brasil. São pequenos pontos das histórias de pessoas que viram na imigração uma forma de fugir de conflitos, rearranjar suas vidas que podem ter sido abaladas por contextos de crises políticas e econômicas, reencontrar parentes próximos ou distantes e construir novos laços afetivos e pragmáticos, ligados a manutenção da vida.

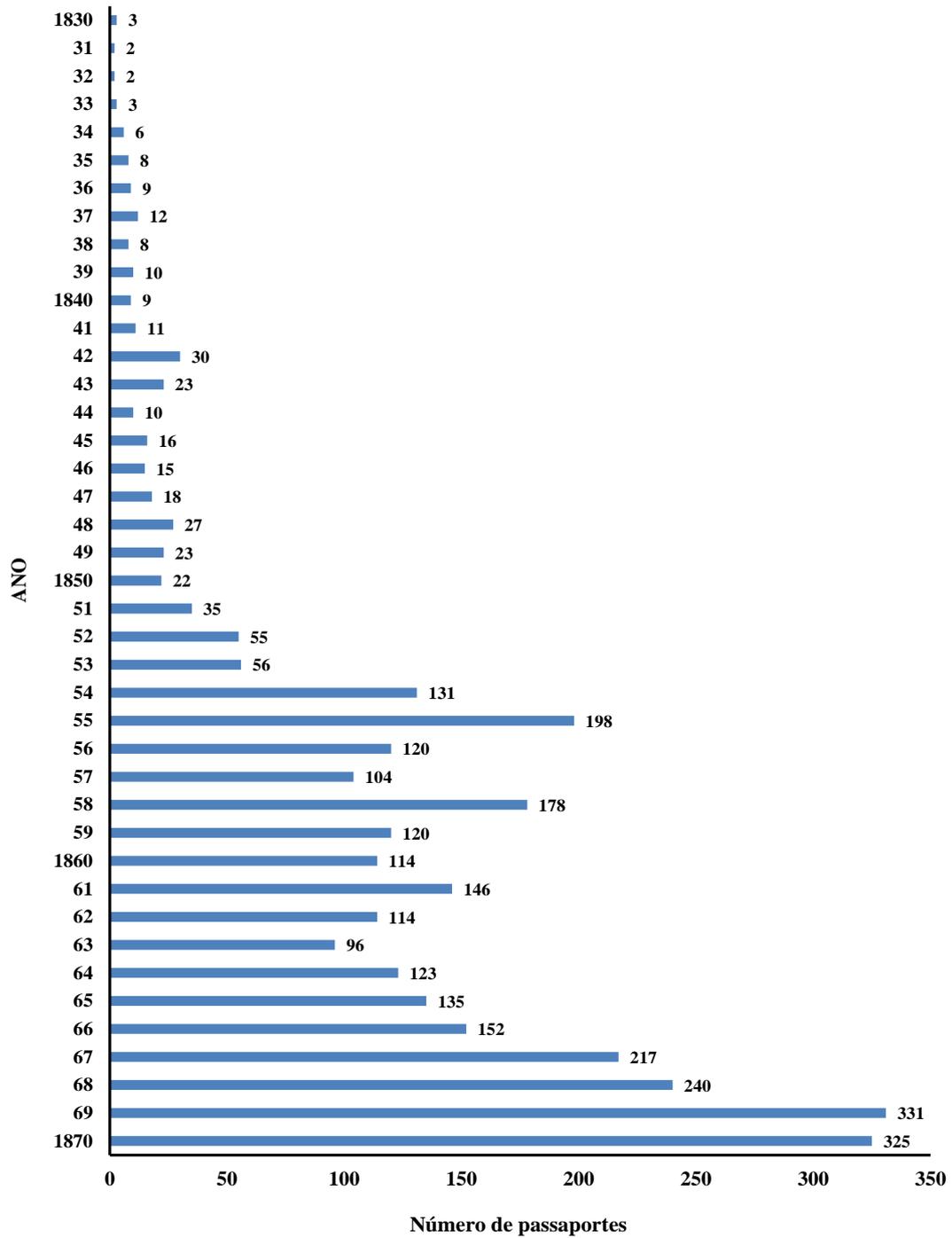
Avançando para o período de 1830 a 1870, também apresentamos dados da imigração portuguesa para essas quatro décadas. Esses dados foram mapeados pelo Centro de Memória da Amazônia com base nos passaportes solicitados ao governo português, e entregues aos representantes legais da Alfândega, assim que os imigrantes chegavam ao porto de Belém. Esses registros geraram um banco de dados que contém informações como nome do emigrante, data da chegada e embarcação em que fez a viagem até o Pará. Utilizando esse banco de dados, catalogamos o número de passaportes de imigrantes portugueses para cada ano durante as décadas de 1830, 1840, 1850 e 1860, como mostrado no gráfico 3.

<sup>156</sup> A respeito de João Pedro Ardasse cf. também LOPES, Siméia. *Op. cit.*, p. 165, 197, 218, 242-243.

<sup>157</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 103, D. 8190.

<sup>158</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 135, D. 10263.

**Gráfico 3 – Quantitativo de imigrantes portugueses entrados em Belém, 1830-1870**



Dos 3.250 passaportes catalogados (Gráfico 3), 1.974 imigrantes (61%) saíram de Portugal através da cidade do Porto, enquanto que 1.077 portugueses (33%) partiram de

Lisboa<sup>159</sup>. Nos outros 199 passaportes (6%), consta o registro de que os imigrantes chegaram a Belém passando primeiramente por outras cidades brasileiras, para depois chegarem ao Pará. Dentre essas cidades estão o Rio de Janeiro, São Luís, Recife, Salvador e Fortaleza.

Fernando de Sousa, apresentando dados da origem dos portugueses emigrados para a Bahia, destacou que “entre 1827 e 1836, a título de exemplo, o consulado português da Baía registou a entrada de 1.430 portugueses, 74% dos quais provenientes da província do Minho. Só da região do Porto e Braga, registaram-se 787 portugueses, enquanto que de Lisboa, apenas se registaram 127”.<sup>160</sup> A partir dos registros de passaportes, não foi possível identificar o distrito de onde o emigrante saiu uma vez que só se teve acesso a informação sobre o porto de origem. Mas, a partir das habilitações dos portugueses no consulado do Pará, que trataremos mais adiante, essa informação se tornou possível.

Um dado, no mínimo curioso, são os registros da entrada de pelo menos 47 portugueses em Belém, no quinquênio 1835-39 (Gráfico 3), um momento nada propício aos lusitanos, por conta do antilusitanismo da Cabanagem em Belém e por toda a província do Pará. Geraldo Mártires Coelho relatou que o movimento cabano agiu contra os senhores da dominação colonial, “o que fez com que refluísse a imigração de Portugal em direção ao Pará, além de ter provocado a partida de muitos lusitanos de volta à antiga metrópole.” O autor afirma que é somente depois de 1840 que a imigração portuguesa volta a crescer.<sup>161</sup> Durante a Cabanagem, há uma série de reclames quanto a agressividade do movimento, o que dificultou a permanência de muitos portugueses em território amazônico. Entretanto, mesmo nesse contexto, foram contabilizadas entradas de portugueses nesse período, com um total de 47 passaportes.

Para o período 1830 a 1839, foram arrolados 63 passaportes. No entanto, no período pré-Cabanagem, i.e., 1830 a 1834, o número de passaportes foi de 16. Com a eclosão do movimento, era de supor que cairia a presença de portugueses; entretanto, não foi isso que aconteceu, pois, conforme já citado, o número de passaportes quase triplicou. É certo, porém, que a Cabanagem freou a vinda de mais imigrantes, o que pode ser constatado com as décadas seguintes.

<sup>159</sup> A origem regional dos imigrantes e a cidade do Porto são os mesmo padrões verificados por Jorge Pedreira para o século XVIII. Cf. PEDREIRA, Jorge M. V. Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII). In: CUNHA, Mafalda Soares da (et al). Do Brasil à Metrópole: Efeitos Sociais (séculos XVII e XVIII). Évora, Universidade de Évora, julho de 2001, p. 47-72.

<sup>160</sup> SOUSA, Fernando de. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>161</sup> COELHO, Geraldo Mártires. **O violino de Ingres: Leituras de História cultural**. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 354.

No que se refere a década de 1840, foram contabilizados 180 passaportes, (Gráfico 3), três vezes mais do que na década anterior. Provavelmente, esse número era muito maior. A Revista Universal Lisbonense, de 1842, destacou que só de julho a outubro de 1842 requereram passaporte para o Brasil, na secretaria do governo civil do distrito do Porto, 238 homens e 48 mulheres<sup>162</sup>, num total de 286 pessoas. Ainda seguindo os rastros dos passaportes na década de 1850, observamos um crescimento bem mais significativo com um total de 1000 passaportes. Segundo dados de Roberto Santos, só em 1854 a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas do Barão de Mauá introduziu 1.061 portugueses, i.e., um número maior do que os passaportes disponíveis<sup>163</sup>. Já na década de 1860, somou-se 1600 passaportes.

A partir dos registros de passaportes, é válido destacar que os passaportes não representam a real quantidade de imigrantes portugueses. A respeito disso, em discurso lido na assembleia da província do Pará, em 1855, o então presidente Sebastião do Rego Barros<sup>164</sup> apresentava dados da imigração português na província. Segundo ele:

Si a emigração da Europa espontânea continua a ser muito diminuta, e não dá esperanças de desenvolver-se em grande escala, a introdução de emigrados por meio de contractos tem tido algum incremento nestes ultimos tempos. Durante a minha administração tem entrado na Província por aquelle meio mais de mil Portuguezes e gallegos, e alguns Allemães, parte contratados com à Presidência para o serviço das Obras Publicas, e parte com os negociantes desta Praça Silva & Picanço para o manejo de seus estabelecimentos, e com a Companhia de Navegação e Commercio do Amasonas para os seus [serviços] da Villa de Serpa e outros serviços.<sup>165</sup>

Rego Barros destacava que parte dos imigrantes atuavam nos estabelecimentos comerciais dos negociantes Silva & Picanço. Esta firma recebeu dois contos de réis como subvenção para a introdução dos imigrantes portugueses na província. A Sociedade Comercial

<sup>162</sup> Revista Universal Lisbonense, de 1 de dezembro de 1842, p. 12. Lisboa, 1842-43, p. 126.

<sup>163</sup> SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 89.

<sup>164</sup> Natural de Pernambuco, era oriundo da família Rego Barros, cujo primos eram Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista) e João do Rego Barros (futuro Barão de Ipojuca). Teve uma vida política intensa. Participou do movimento de 1817 em Pernambuco, foi preso e degredado. Foi deputado da 1ª Assembleia Provincial de Pernambuco em 1835 (a 1ª eleição após o Ato Adicional de 1834) juntamente com seu primo Francisco. Na regência do pernambucano Pedro Araújo Lima (futuro Marques de Olinda), início do movimento Regressista, foi ministro da Guerra de 1837 a 1839. O seu primo Francisco era o presidente da Província de Pernambuco. Foi presidente da província do Pará de 15 de outubro de 1853 a 14 de maio de 1855, e, novamente, ministro da Guerra entre 10 de agosto de 1859 a 3 de março de 1861. A respeito da teia de poder das famílias pernambucanas cf. CADENA, Paulo Henrique Fontes. Dívidas e fortuna ou riqueza e destino: o caso dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco (1801 – 1880). **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica** – n. 33.2. <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/588/456>

<sup>165</sup> Exposição apresentada pelo Exmº Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 1º Vice-Presidente Exmº Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa. Pará. Typ. de Santos & Filhos. 1855, p. 8.

Silva & Picanço foi criada em 1 de junho de 1848,<sup>166</sup> e foi dissolvida em 13 de março de 1856.<sup>167</sup> Seus sócios eram Fernando José da Silva,<sup>168</sup> e seu afilhado José Joaquim Alves Picanço.

Em março de 1855, Fernando José da Silva foi agraciado como Oficial da Guarda Nacional com a patente de Alferes, na Freguesia de Bemfica,<sup>169</sup> e em agosto do mesmo ano foi promovido a Tenente.<sup>170</sup> Nessa mesma freguesia, ele possuía uma propriedade rural e era proprietário de algumas casas comerciais na cidade de Belém: um sobrado e loja na rua da Cadeia, casa n. 3,<sup>171</sup> uma propriedade rural no rio Maguari,<sup>172</sup> onde funcionava uma olaria de tijolões e telhas. Ele também possuía um Engenho na Ilha de Arapiranga<sup>173</sup> e sua casa de morada ficava na rua dos Mercadores.<sup>174</sup>

O prestígio do Comendador Fernando Silva e as boas relações que tecia na esfera pública, permitiam-lhe arrematar contratos com os governos municipal e provincial. Os tijolos e telhas produzidos em sua olaria eram vendidos à Câmara e à Presidência da província para as obras de melhoramento na cidade. O comendador e seu afilhado atuavam diretamente no incentivo à imigração que visava atender aos núcleos coloniais.

Apesar desses incentivos à imigração visar atender as demandas dos núcleos coloniais, Ruth Burlamaqui, referindo-se aos imigrantes portugueses no Pará dos meados do oitocentos, destacou que “tais imigrantes, quase sempre, teriam como ocupação o comércio” nas principais cidades da província, Belém e Santarém. Ela continuou enfatizando que “o argumento-base da imigração européia para o Pará, ou seja, a imigração europeia dirigida para a formação de colônias agrícolas ainda era uma falácia”<sup>175</sup>, visto que os portugueses, embora fossem recrutados ao Pará para compor núcleos coloniais, eles acabavam por driblar os contratos, para ficarem nas cidades “engajados às atividades do comércio.”<sup>176</sup> Essa observação pode fazer sentido, uma vez que a atividade comercial era um grande atrativo para os imigrantes portugueses. Tanto é que os nomes de grandes negociantes aparecem relacionados ao incentivo à imigração portuguesa.

<sup>166</sup> Treze de maio, n. 849, de 4 de novembro de 1848, p. 6.

<sup>167</sup> Treze de maio, n. 699, de 1 de abril de 1856, p. 4.

<sup>168</sup> Cônsul de Portugal no Pará entre 1841 e 1856.

<sup>169</sup> Treze de maio, n. 456, de 3 de março de 1855, p. 3.

<sup>170</sup> Treze de maio, n. 534, 28 de agosto de 1855, p. 2.

<sup>171</sup> Treze de maio, n. 475, de 22 de janeiro de 1845, p. 3.

<sup>172</sup> Treze de maio, n. 512, de 4 de junho de 1845, p. 1.

<sup>173</sup> Treze de maio, n. 849, de 4 de novembro de 1848, p. 6.

<sup>174</sup> Treze de maio, n. 657, de 8 de fevereiro de 1856, p. 4.

<sup>175</sup> BURLAMAQUI, Ruth. *Op. cit.*, p. 36.

<sup>176</sup> *Idem, ibidem*, p. 90.

Espero que aquella cifra augmentará ainda não só em razão do novo contrato da mesma companhia [Companhia de Navegação e Commercio do Amasonas com o Governo Imperial], mas também pelos que á pouco fiz com os cidadãos **João Augusto Corrêa** e **João Pinto d'Araújo**, que se obrigarão a introduzir dentro dos prazos determinados os 250, e o segundo 800, sob as condições que formulei em 12 de janeiro e 4 de novembro do anno próximo passado pela autorização das Leis Provincias n.º 226 de 15 de dezembro de 1853 e 263 de 13 de outubro de 1854 [grifo meu].<sup>177</sup>

O nome de um dos envolvidos no projeto de aumentar o número de imigrantes no Pará era o negociante de grosso trato, João Pinto de Araújo, filho do negociante José Pinto de Araújo, ambos reconhecidos na capital da província. Era proprietário de um armazém e uma loja de mobília estrangeira fina<sup>178</sup> e consignatário de embarcações vindas do Porto.<sup>179</sup>

Mas, além disso, o que pode ser sublinhado na fala de Rego Barros foi a quantidade de 1000 portugueses somente no período em que ele foi presidente da província, isto é, de 1854 a 1855. Os registros dos passaportes apontam apenas a entrada de 329 imigrantes portugueses durante esses dois anos. Mesmo considerando que o discurso de Sebastião do Rego Barros era político e que, portanto, havia um interesse em apresentar cifras cada vez maiores em função do desenvolvimento dos projetos de colonização, há uma diferença muito ampla entre os registros de passaportes e os números apresentados pelo presidente da província.

De acordo com dados oficiais registrados pelo governo provincial (Tabela 3), entre os anos de 1856 e 1863, desembarcaram no cais de Belém 3.160 estrangeiros, dos quais a maioria era proveniente de portos portugueses, e estabeleceram morada em Belém. Assim como se constatou para os anos de 1854-55, entre 1856 e 1863 houve novamente uma enorme diferença entre os dados dos relatórios da presidência da província e os registros de passaportes. Os relatórios dizem que nesse intervalo entraram 3.160 imigrantes e para o mesmo período só tem 992 passaportes. Há uma grande discrepância numérica, o que denota as dificuldades de se registrar a entrada desses indivíduos.

**Tabela 3 – Entrada de imigrantes estrangeiros em Belém, 1856-1863**

ANO	IMIGRANTES
1856	232
1857	486

<sup>177</sup> Exposição apresentada pelo Exmº Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 1º Vice-Presidente Exmº Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa. Pará. Typ. de Santos & Filhos. 1855, p. 8.

<sup>178</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p. 5.

<sup>179</sup> Treze de maio, 1840-1861.

1858	385
1859	348
1860	462
1861	473
1862	446
1863*	328
<b>Total</b>	<b>3.160</b>

Fonte: PARÁ (1863)<sup>180</sup>

Como demonstra a historiografia, a imigração na primeira metade do século XIX foi rarefeita se comparada com a segunda metade do século. Os registros de passaportes apontam para essa disposição já bastante enfatizada pelos estudos sobre imigração. Já se sabe reiteradamente que as razões da aparente baixa imigração na primeira metade do oitocentos estão relacionadas a questão dos portugueses não serem considerados imigrantes até a independência, e mesmo posterior. Outra razão indicada é a crescente imigração clandestina que fez com que o governo português tivesse que mudar constantemente a legislação referente a emigração de portugueses para o Brasil. Os estudos mais coevos têm reafirmado estes argumentos para explicar a pouca migração na primeira metade do oitocentos.

Apesar dos números parecerem quase imperceptíveis, alguns autores já vêm destacando a importância de se atentar para o fenômeno migratório antes de 1850. José Mendes afirma que desde 1830, a emigração de portugueses para o Brasil é um fenômeno digno de atenção pelas diversas correlações com aspectos da vida portuguesa<sup>181</sup>. O fluxo migratório Portugal-Brasil incomodava a governação portuguesa que, costumeiramente, demonstrava-se preocupada com o interesse de uma parte da população em emigrar para a ex-colônia.

Alexandre Herculano, em 1838, faz uma espécie de alerta aos portugueses interessados em vir para o Brasil. O relato do historiador, romancista e poeta foi escrito numa época em que como escreve Serrão, “emigração portuguesa era, praticamente sinônimo de emigração para o Brasil”<sup>182</sup>. Tece uma série de críticas a colonização do Brasil, sugerindo que os portugueses estariam se arriscando em um destino incerto para se envolverem num projeto de colonização nada humanitário. Para ele, o Brasil era um país que vivia ainda sua infância e o labor dos

<sup>180</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da província, doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1.º de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 12. Para o ano de 1863 de janeiro a setembro.

<sup>181</sup> MENDES, José M. Amado. **A emigração Portuguesa**. Texto apresentado a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 27 de julho de 1888, p. 296.

<sup>182</sup> SERRÃO, Joel. *Op. cit.*, p. 27, p. 41.

portugueses era apenas um caminho para o fazer prosperar. Fica evidente o olhar preocupado de Herculano quanto ao fenômeno migratório e, por isso, faz advertência: “Qual é a certeza que levam de um próspero futuro os centenares de indivíduos, que anualmente demandam os portos do império brasileiro?”<sup>183</sup> Enquanto tenta conscientizar seus conterrâneos sobre os riscos da empreitada, destaca que sua preocupação é necessária porque nos últimos anos tem sido espantosa. Por isso,

É preciso mostrar aos homens laboriosos, que mais vale cultivar os imensos baldios que cobrem Portugal, do que ir rasgar o seio da terra estrangeira, e que mais de estimar é o ter necessário na própria pátria do que o supérfluo no desterro.<sup>184</sup>

As palavras de Herculano parecem expor um certo incômodo com a perda da população portuguesa que preferia se instalar na jovem nação independente, quer seja os que emigram ansiando amealhar fortunas, quer os que são expulsos pela miséria<sup>185</sup>. Seja num caso ou outro, é possível constatar que as razões que preocupavam o governo português estavam relacionadas a um número já considerável de portugueses que se interessavam em atravessar o atlântico para alcançar seus objetivos mais ou menos pretensiosos.

Maria da Conceição Pereira ressaltou que, antes dos meados do oitocentos, a emigração de Portugal para o Brasil já estava na ordem do dia e “seus quantitativos vão aumentando até ganharem nova expressão a partir da década de 1850.”<sup>186</sup> Um indicativo de que a imigração já era expressiva desde antes da metade do século é a própria questão da legislação portuguesa. Essa legislação era composta por um quadro normativo que compreendia decretos, leis portarias, resoluções que sofreu a influência da burguesia agrária e da classe senhorial que precisava de um campesinato empobrecido,<sup>187</sup> a fim de facilitar-lhes a exploração.

Se a imigração fosse tão irrisória na primeira metade do XIX, não haveria uma série de discussões sobre tal regulamentação. Segundo Bruno Rodrigues, “o fato de apenas existirem estatísticas oficiais quanto ao volume dos efetivos migratórios portugueses a 1855, tem

<sup>183</sup> Diário do Governo, n. 12, de 13 de janeiro de 1838.

<sup>184</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>185</sup> MENDES, José M. Amado. *Op. cit.*, p. 299.

<sup>186</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs). **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. São Paulo: EDUSC, 2008, p. 38.

<sup>187</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

desincentivado o estudo da emigração portuguesa para o Brasil”<sup>188</sup>, causando uma lacuna no estudo desse fenômeno.

Analisando a Revista Universal Lisbonense, que começou a circular em Lisboa em 1840, encontramos determinados incentivos a emigração para o Brasil, como anúncios de embarcações que saíam para o Brasil<sup>189</sup>, como também se publicava sérias denúncias quanto aos infortúnios decorrentes do processo migratório. Um exemplo disso foi uma carta, supostamente escrita por um imigrante, que foi publicada no periódico os Pobres do Porto.

#### **CALMANTE PARA A FEBRE DAS EMIGRAÇÕES**

Lemos no [Periódico] os Pobres do Porto uma carta assignada por um portuguez no Brasil, que em substancia, relata o seguinte:

¿ Persuadir-se-ha alguém que todos os portuguezes quantos acodem ao Brazil acham arrumação?

¡ Como se engana quem o cuida! – Os mais d’elles andam puxando carros, outros vão para as roças cultivar as terras, e outros são pela fome obrigados a fazer desordens e crimes! ..... ¡ A culpa de tudo isso não a tem eles! - ¡ Tem-na quem os deixa pra cá vir! - ¡ Se estes emigrados tivesses ído para Angola, já os brasileiros não diriam, que os portugueses não tem o que comer, e que se o querem hão-de vir para estas terras!<sup>190</sup>

A carta adverte para as condições a que eram submetidos os imigrantes no Brasil. Narra sobre os trabalhos destinados aos portugueses que, no Brasil, não eram mais do que trabalhadores braçais. Segundo a carta, essas condições submetiam os imigrantes às práticas de desordens e crimes. Havia uma ideia que circulava em Portugal de que o país era a África do Brasil, pois, em terras brasileiras, os portugueses eram uma espécie de escravos brancos. A publicação de uma carta como essa não deixa de ser uma estratégia para evitar a emigração ou pelo menos as condições em que ela acontecia. No entanto, havia uma emigração já significativa, tanto que o governo buscava frear esse movimento. Embora a “febre das emigrações” possa guardar um tom de exagero, sem dúvidas evidencia que a emigração não era um fenômeno irrisório.

A carta também relativiza as múltiplas possibilidades da emigração, que assim como poderia levar ao enriquecimento, poderia levar a miserabilidade para alguns que já saíam de Portugal em condições desfavoráveis ao desenvolvimento pessoal ou familiar. A historiografia

<sup>188</sup> RODRIGUES, Bruno. Os efetivos migratórios registrados pelo governo civil do Porto para o Brasil. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. (Orgs.). *Op. cit.*, p. 221-238.

<sup>189</sup> Revista Universal Lisbonense. Lisboa, 1842-43, p. 526, 562.

<sup>190</sup> Revista Universal Lisbonense, Vol II – Série I, de 1 de dezembro de 1842, p. 11.

já tem demonstrado que as experiências no além-mar não foram promissoras para a maior parte dos imigrantes. Em 1839, o consulado de Portugal no Pará esmiuçava a situação de um português que havia sido preso em Belém.

Antonio Gomes de Oliveira súbdito da Coroa de Portugal padeceu prisão desde 13 a 29 de novembro em que assinou o termo da sahida da Província e foi solto para se dispor a efetuada de ordem de V. Ex<sup>a</sup>. Por suspeito de furto de dois barris de azeite doce praticado nos armazéns do Comissariado, sem o procedimento de culpa formada. Vi que ele não fora pronunciado no processo feito sobre aquelle fato criminoso, e nem restituído a sua liberdade depois da illustração deste processo e vi que pelo Alvará de folha corrida, e pela abonação escripta dos negociantes nacionais e estrangeiros desta praça a conduta cível deste homem não há ofendido a moral publica.<sup>191</sup>

O cônsul português entrevistou junto ao poder judiciário da província em defesa do seu súdito que, provavelmente, trabalhasse ou tivesse algum tipo de relação com os negociantes portugueses, por isso eles agiram em sua proteção. O cônsul, no final do documento, pedia para que não fosse executado o pedido de saída do Pará do provável infrator. Pedia para que seu súdito fosse julgado de acordo com as leis do império. Apenas quatro dias depois recebe a resposta deferida sobre seu pedido, embora as autoridades judiciais tivessem provas em suas mãos de que o português Antonio Gomes era contrabandista e receptor de furtos.<sup>192</sup>

Havia outros dilemas com os quais os portugueses estiveram envolvidos antes de 1850. Em 1840, novamente o cônsul expõe ao presidente da província a situação dos portugueses que estavam sendo obrigados ao serviço militar. Dizia que “infelizmente renasce a perplexidade que já houve sobre a qualificação dos Portugueses nesta Cidade.” O representante de Portugal no Pará alegava que mesmo que os portugueses apresentassem seus passaportes, bem como todas as justificações necessárias exigidas de um imigrante e até cartas de naturalização, constantemente eram forçados ao serviço brasileiro. Por isso, eles queixavam-se ao consulado que, por sua vez, pedia para que os portugueses não fossem mais inquietados,<sup>193</sup> solicitava, portanto, providências. Esses reclames corriqueiros na atuação do consulado português demonstram que havia um número de negociantes, individualmente ou em grupo, para defender sua permanência no Pará, embora muitas vezes em condições adversas.

Voltando a Revista Universal Lisbonense, observamos que a mesma publicava, na edição de 25 de maio de 1843, uma matéria com o seguinte título: “Remédios contra a

<sup>191</sup> APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Cônsules, código 1101, 1839, p. 72.

<sup>192</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>193</sup> APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Cônsules, código 1101, 1840, p. 79.

emigração portuguesa para o Brasil”<sup>194</sup>. Ao final do longo texto, que ocupou três páginas do periódico, o autor delatava um dos meios ilegais que os portugueses usavam para emigrar para o Brasil. Segundo ele, “os indivíduos, que quizerem, emigrar, vão por terra para Vigo, ou Cadiz, aonde um navio os vá receber”.<sup>195</sup> Essas táticas serviam para burlar a legislação que normatizava a saída de portugueses para o império brasileiro, que mesmo se submetendo as condições previstas na carta ou as inquietações do serviço militar, preferiam arriscar uma outra vida do outro lado do Atlântico. E esses nem entravam nas estatísticas oficiais por não saírem dos portos de Portugal.

Sabemos que havia uma leva de migrantes clandestinos, alguns com problemas com a justiça portuguesa que fugiam para o Brasil, mas a maioria das emigrações ilegais eram de jovens e adolescentes, chamados de “filhos do navio.”<sup>196</sup> Um desses casos é o dos irmãos Amorim.

Dois irmãos adolescentes, de A-ver-o-Mar, uma pequena e antiga vila de pescadores na Freguesia de Póvoa do Varzim, na região do Minho, Manuel Gomes de Amorim, 11 anos, e Francisco Gomes de Amorim<sup>197</sup> de 10 anos de idade chegaram ao Pará como “filhos do navio”. Os irmãos partiram da barra do Douro, em 13 de agosto de 1837, no brigue General Nepomuceno que saiu em direitura com destino ao Pará. Após 52 dias de viagem, chegaram ao porto de Belém. No tumulto do desembarque, em meio as agitações que os negociantes locais faziam para conferir as mercadorias chegadas na embarcação, os irmãos Gomes de Amorim acabaram se separando, sendo que o mais moço, Francisco, foi parar no mercado de escravos.

No cais da alfândega de Belém do Pará, à chegada, encontra-se quase só e sem perceber ainda que estava num mercado de escravos brancos, e que era considerado refugio pelos entendedores. “Por fim, diante dos compradores que me rodeavam – escreveu ele –, saiu um vestido de pardo, e acariciou-me, pondo-me a mão no rosto, e convidando-me a segui-lo”. Gomes de Amorim vai trabalhar para um taberneiro português, passando, deste modo, a integrar a “classe caixeiral” de Belém.<sup>198</sup>

<sup>194</sup> Revista Universal Lisbonense, Vol II – Série III, de 25 de maio de 1843, p. 36.

<sup>195</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.

<sup>196</sup> CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da Costa. **O Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim**. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses e Brasileiros). Porto: Universidade do Porto, 1998, p. 16.

<sup>197</sup> Este passaria nove anos em terras amazônicas e, depois retornaria a Portugal para tornar-se um bom amigo de Almeida Garrett, o que o influenciaria a ser poeta, dramaturgo e publicista. Autor de diversas obras em que o cenário é a densa natureza amazônica.

<sup>198</sup> SOUSA, Fernando de. **A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da agência Abreu (1840)**. Coleção: portugueses no mundo. Porto: Fronteira do Caos Editores Ltda, 2009, p. 38.

O irmão mais novo, Francisco, depois de aprender aritmética e a ler e escrever, passaria a atuar como caixeiro viajante de seu senhor. Em suas andanças pelo interior da província, Francisco Amorim passaria mais de nove anos na região oeste do Pará, quando então passaria a compor o grupo dos portugueses retornados à pátria mãe.<sup>199</sup>

Quanto ao irmão mais velho, Manuel, este se fixaria na rede mercantil de Belém, atuando inicialmente como caixeiro na loja de um compatriota seu.<sup>200</sup> O contato com os negociantes portugueses em Belém faria Manuel Amorim aprender a arte de negociar. Assim como tantos outros casos, Manuel Gomes de Amorim floresceria nos negócios passando, em menos de duas décadas, a compor a lista de negociantes da cidade. Em 1854, ele aparece na lista de proprietários de armazéns da capital, cadastrados na Coletoria da Província. Seu armazém estava cadastrado como armazém de leilões.<sup>201</sup> Na década seguinte, seu filho primogênito, Manoel Gomes de Amorim Junior, assumiria as funções do pai na casa de leilões.

Por influência do irmão caçula, Francisco, que se tornou poeta em Portugal, Manuel tornou-se livreiro em Belém nos idos da década de 1850. Em 1859, o português encontrava-se matriculado na Junta de Comércio do Pará, como comerciante de livros. Sua livraria ficava localizada no Ver-o-Peso.<sup>202</sup> Em 1864, Manuel mandou publicar no *Diário do Gram-Pará*<sup>203</sup>, os livros que tinha para vender em sua loja de livreiro. A lista é extensa, sendo necessárias muitas edições do periódico para que todos os itens de sua livraria fossem divulgados.<sup>204</sup>

Em 1861, o negociante Manuel recebeu despacho da delegacia de polícia para sair de Belém e ir até Vigia de Nazaré, no interior da província, onde compraria terras para plantação de cana de açúcar. Ele começava a espraiar suas atividades para além dos limites de Belém. Porém, voltando-nos para Belém, vemos que o envolvimento de Manuel Gomes de Amorim não se limitava aos negócios do comércio, mas também se envolveu com causas políticas, culturais e filantrópicas. Seu nome consta no rol de membros fundadores da Real Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, em 1854. Em 1861, ele é escolhido vogal do Gabinete Real de Leitura de Belém, com 108 votos, o maior número de votos da categoria..<sup>205</sup>

<sup>199</sup> ALVES, Jorge. *Op. cit.*

<sup>200</sup> CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da Costa. **O Aprendiz de Selvagem: o Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim**. Porto: Campo das Letras, 2000, p. 34.

<sup>201</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p. 6.

<sup>202</sup> NOBRE, Izenete Garcia. *Op. cit.*

<sup>203</sup> *Diário do Gram-Pará*, de 24 de janeiro de 1864.

<sup>204</sup> NOBRE, Izenete Garcia. *Op. cit.*, p. 153-167.

<sup>205</sup> Treze de maio, n. 35, de 5 de junho de 1861, p. 6.

Anos mais tarde, já na década de 1870, quando Manuel e seu filho primogênito já se encontravam em Portugal, os dois filhos que ficaram no Pará, Antonio e João, em nome do liberalismo republicano, fizeram algumas peripécias. Foram negócios mal feitos e os escravos da propriedade de Vigia libertados, o que quase os levou à falência. Depois desses negócios, Manuel e Manoel Junior regressaram para Portugal. Mas, Antonio e João continuariam no Pará.<sup>206</sup> Em 1882, o governo provincial paraense adquiriu junto aos Gomes de Amorim, que já tinham regressado a Portugal, 2.232 livros para a Biblioteca Pública do Pará.<sup>207</sup>

A história dos irmãos Amorim aponta para os diferentes resultados da imigração. Ambos partiram do mesmo porto, na mesma embarcação e com o objetivo comum de emigrar para o Brasil. Em tese, seus futuros poderiam ser similares. Todavia, as histórias construídas do outro lado do Atlântico são distintas. Francisco ficou 9 anos no Brasil e voltou para Portugal e a riqueza que conseguiu levar para as terras lusitanas foram as experiências adquiridas na Amazônia que ajudaram a compor o repertório do retornado que se tornou poeta.

Já Manuel Amorim, viveu mais de quatro décadas no Pará, constituiu família, seguiu uma carreira promissora no comércio, amealhou fortuna que levou para Portugal quando retornou na sua velhice. Na sua terra, a província do Minho, foi reconhecido pelo seu êxito no mundo dos negócios. Uma diferença entre o retorno de Manuel e Francisco é que Francisco retornou levando suas experiências e Manuel não somente as levou como deixou no Pará um legado relacionado ao mundo dos negócios. Dois de seus três filhos continuaram a carreira iniciada pelo pai e reproduziram outras experiências mercantis.

Para finalizar essa análise do perfil do imigrante português na província do Pará, apresentamos os dados coletados no acervo do Consulado Português em Belém, são vários códices que se encontram nos arquivos do Grêmio Literário Português do Pará. Trata-se dos Registros de Habilitação dos portugueses junto ao consulado.<sup>208</sup>

São fichas individuais que contêm entre outros dados o nome do imigrante, nome dos pais, local de nascimento, província, concelho, distrito e freguesia onde moravam, idade, estado

<sup>206</sup> LOUREIRO, Francisco Vilardebó. Genealogia da Família Gomes de Amorim. In: **Revista Raízes e Memórias**, n. 9. Lisboa: Associação *Portuguesa* de Genealogia, 1993.

<sup>207</sup> VIANA, Arthur. A Biblioteca e Arquivo Público do Pará: Resumo histórico. Brasília: **Revista Brasileira de Biblioteconomia**, v. 3, n. 1, jan./jun, 1975, p. 85-102.

<sup>208</sup> Disponível na Biblioteca Fran-Paxeco. Grêmio Literário Português no Pará. Em 1857 a comunidade lusa estabelecida em Belém fundou o Gabinete Português de Leitura ou Gabinete Real de Leitura, que 10 anos depois foi convertido em Grêmio Literário e Recreativo Português.

civil, porto de partida para o Brasil, entreposto até chegar ao Pará, data da chegada ao Brasil e ao Pará, nome da embarcação que o transportou, emprego que ocupa na província, onde reside no Pará, data da habilitação junto ao consulado, características físicas, documentos apresentados e, algumas vezes, contrato de trabalho.

Os registros começaram a ser feitos em 1858, quando as autoridades portuguesas solicitaram aos administradores dos seus distritos continentais e insulares, e aos seus representantes diplomáticos no Brasil, informações sobre o perfil do emigrante que partia para o Brasil, a fim de editar leis específicas que coibissem a saída desses portugueses para cá.<sup>209</sup>

Nessa ocasião, o Consulado da Nação Portuguesa no Pará também passava por uma reorganização administrativa, pois desde janeiro de 1856 a repartição estava sem cônsul titular, contando apenas com o vice-cônsul, Comendador Félix José Pereira Serzedello, que assumira as funções de cônsul desde a saída do Comendador Fernando José da Silva.<sup>210</sup> Mas, em fins de 1857, assumira o cargo vago, o Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Comendador Joaquim Baptista Moreira,<sup>211</sup> diplomata que respondeu por mais de vinte anos pelo vice-consulado português na província de Pernambuco.<sup>212</sup>

Portanto, a nova administração do consulado, sob o comando do Comendador Joaquim Baptista Moreira e, atendendo as solicitações dos administradores da nação portuguesa, convocaram a partir de janeiro de 1858 os súditos portugueses para prestarem registro no referido consulado, os quais vieram de todas as partes da província, desde os sertões do Alto Amazonas, Rio Negro, Tapajós, Xingu e Tocantins até a capital da província. Vieram portugueses de Manaus, Serpa (Itacoatiara), Santarém, Óbidos, Gurupá, Cametá, Bragança, Porto de Moz, Muaná, dos arredores de Belém e das Freguesias da Sé e Campina.

Para o recorte histórico dessa pesquisa, foram encontradas 3.165 habilitações,<sup>213</sup> com entradas na província a partir de 1830 até 1870. Apesar da abundância numérica e da riqueza

<sup>209</sup> BARROS, Paula. **O discurso político da Emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866)**. In: SARGES, Maria de Nazaré *et al* (coord.) **Entre mares: o Brasil dos portugueses**. Belém: Paka-Tatu, 2010, p. 301-306.

<sup>210</sup> Treze de maio, n. 627, de 3 de janeiro de 1856, p. 2.

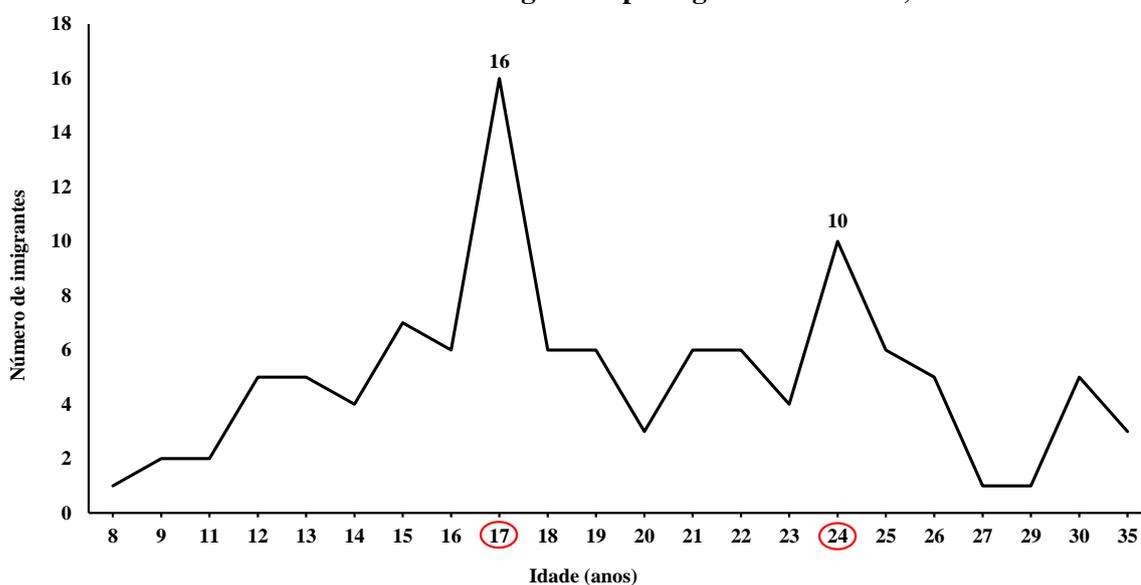
<sup>211</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Diplomatas Portugueses no Brasil**. Rio de Janeiro: CBG, 2001, p. 9. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/diplomatas-portugueses-II.pdf>. Acesso em 04 de março de 2016.

<sup>212</sup> BASTO, Francisco José de Magalhães; THOMAZ, Francisco Fernandes. **A escravatura branca, e o cônsul português em Pernambuco, Joaquim Baptista Moreira**. Lisboa: Typographia do Jornal do Commercio, 1854. Ver também CARVALHO, Marcus J. M. de. O patacho Providência, um navio negreiro: política, justiça e redes depois da lei antitráfico de 1831. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 30, n. 54, p.777-806, set/dez 2014.

<sup>213</sup> Esses registros de habilitações foram os mesmos que serviram de base para a elaboração do banco de dados sobre imigração pelo CMA. No entanto, resolvemos usar a mesma documentação para criar um perfil para o

de detalhes desses registros, eles certamente não mostram os verdadeiros números da imigração portuguesa para o período estudado, uma vez que não havia obrigatoriedade do registro e como as habilitações só começaram a ser realizadas em 1858, muitos portugueses que haviam migrado há vários anos antes, ou até há décadas, não eram mais portugueses. Muitos já eram brasileiros adotivos, ou se consideravam como tais,<sup>214</sup> outros já tinham morrido, outros regressado à pátria, outros vieram ilegalmente e preferiam não comparecer ao consulado. O gráfico 4 refere-se à idade daqueles lusitanos que chegavam ao Pará entre as décadas de 1830 e 1860.

**Gráfico 4 – Perfil etário dos imigrantes portugueses em Belém, 1830-1860**



Fonte: GLP (1857-1860)<sup>215</sup>

Quando a faixa etária do imigrante, indicamos que há uma estratificação por períodos históricos de acordo com a década. Para a década de 1840 até meados da década seguinte, prevalece os jovens com idade entre 15 e 24 anos, o que pode ser explicado pelo momento

imigrante português, considerando que nem todos os dados foram explorados pelo CMA no momento da montagem do banco de dados. Assim, informações como idade, porto de onde saiu, cidade onde nasceu, profissão, não estão na compilação feita pelo CMA, mas estão nesses registros do consulado, o que se tornou útil para o objetivo da pesquisa.

<sup>214</sup> Segundo Gladys Sabina Ribeiro a partir do Primeiro Reinado e do período das Regências, a questão de “ser português” ou “ser brasileiro” não dependia do local de nascimento, mas acima de tudo era uma questão de identidade. Tratava-se de uma questão de cidadania imposta pela Constituição de 1824, por isso muitos portugueses para terem seus direitos políticos, sociais e econômicos garantidos passaram a si considerar “Cidadãos Brasileiros”. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, p. 27-144.

<sup>215</sup> GLP. Registros de Habilitações do Consulado Português. Biblioteca Fran-Paxeco Costa. 1857-1860.

político que o Brasil vivia. Devido a diminuição da entrada dos escravos africanos, o governo incentivava a entrada de europeus.

Lemos no gráfico acima, que no período de 1840 a 1860, a maioria dos imigrantes portugueses chegavam a Belém no final da adolescência, iniciando a juventude. A idade com maior registro de entradas é 17 anos, seguida pelos jovens adultos de 24 anos. Nesse sentido, em 26 de abril de 1844, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Manuel Alves Branco, publicava decreto dizendo que “as nossa Cidades, Villas, e Povoados, continuam a sofrer penúria de braços, e o trabalho se torna cada vez mais caro.” Alves Branco continuava sua exposição explicando como deveriam ser os imigrantes. Segundo ele, “Os Colonos devem ser saudáveis, robustos e activos, porque he assim que eles poderão ser uteis ao país”. Sobre a idade dos estrangeiros que o governo imperial esperava receber, o ministro escreve: “Os Colonos devem ser de idade entre 14 e 21 anos, que he a idade núbil, pois que a importação de velhos não é de proveito, e a de meninos é muito onerosa”.<sup>216</sup>

Para o decênio compreendido entre 1855 e 1865, o perfil etário dos imigrantes muda um pouco, pois nesse decênio a maioria é composta de menores, adolescentes com idade variando entre 12 e 16 anos. Segundo Miriam Halpern Pereira, essa diminuição verificada na idade do emigrante português para o Brasil tem como uma das faces mais visíveis a imposição do serviço militar compulsório no exército português, a partir da lei de recrutamento de 1855.<sup>217</sup>

Paula Barros, estudando o discurso político da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866), com base nos Relatórios dos Governadores Civis dos distritos portugueses, toca na questão da idade do imigrante. Segundo ela, a emigração nesse período seria essencialmente “de jovens com menos de 18 anos, uma vez que a lei não obrigava à apresentação de fianças por parte dos que saíam”.<sup>218</sup>

Além dos fatores já citados anteriormente, outro aspecto que influenciou diretamente na mudança do perfil do imigrante português do Pará, a partir de meados do oitocentos, é a mudança na economia que a província vai experimentar, a partir de 1850. Maria Silvia

<sup>216</sup> BRASIL. Proposta e Relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 6ª Legislatura pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Fazenda Manuel Alves Branco. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845. Decreto de 26 de abril de 1844, p. 22.

<sup>217</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

<sup>218</sup> BARROS, Paula. *Op. cit.*, p. 303.

Bassanezi chama essa fase de “nova emigração”.<sup>219</sup> Devido a divulgação, lá em terras lusas, de histórias de enriquecimento decorrentes do período áureo da borracha, muitos meninos, principalmente da região do Minho e das Ilhas, vão atravessar o Atlântico em busca de fortuna. Trata-se da emigração de indivíduos ou de famílias pobres do norte de Portugal. Esse “novo imigrante”, juntamente com o “imigrante tradicional” vão redefinir mais uma vez o perfil do imigrante luso no Pará.

Soma-se a tudo isso, as políticas de colonização implementadas pelo governo provincial, a partir de meados de 1850. Há uma tentativa de introduzir o trabalhador europeu, preferencialmente os portugueses, a fim de colonizar o vasto sertão despovoado da província. A esse respeito Alexandre Herculano, em fins de 1873, escreve que recentemente surgiu um novo tipo de emigração. Segundo ele, existia de longa data a “emigração espontânea”, mas agora também surgiu a “emigração forçada”, que arrasta para a América os “meninos pobres” das províncias do norte.<sup>220</sup>

Os meninos citados por Herculano eram aliciados por agentes em Portugal, funcionários de negociantes de grosso trato da Praça do Pará. Esses negociantes ganhavam grandes cifras através de contratos subvencionados pelos cofres da província para trazerem trabalhadores da Europa ao Pará. Nas palavras de Alexandre Herculano,

Diz-se que há embaidores incumbidos de os aliciarem para além do Atlântico, illudindo-os com promessas de vantagens imaginarias. É natural que seja assim, porque a América, em grande parte despovoada e inculta, precisa para o seu progresso dos braços laboriosos da Europa.<sup>221</sup>

Esses adolescentes representam a maioria dos imigrantes do decênio 1855-1865, enquanto que, em tempos anteriores, os imigrantes portugueses chegados ao Pará eram majoritariamente imigrantes espontâneos, “homens feitos”.<sup>222</sup> Após a promulgação da lei antitráfico, Lei Feijó de 7 de novembro de 1831, assim como ocorreu em outras províncias do Brasil, principalmente, Pernambuco, Bahia e Maranhão, a imigração portuguesa passou a ser

<sup>219</sup> BASSANEZI, Maria Silvia. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FUNUAP, 1995.

<sup>220</sup> Herculano, *Op. cit.*, p. 109-113.

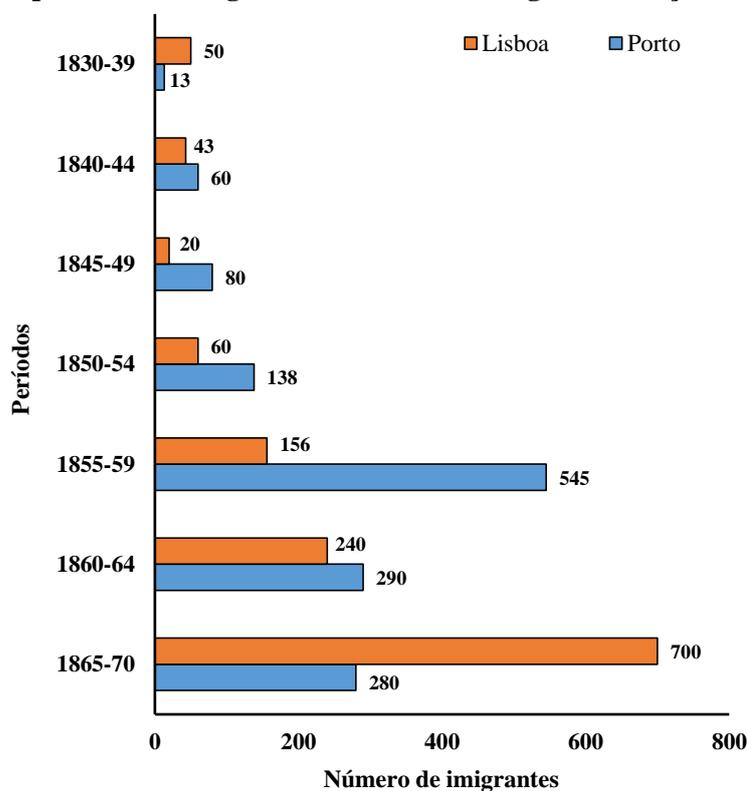
<sup>221</sup> Herculano, *Op. cit.*, p. 136.

<sup>222</sup> Proposta e Relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 6ª Legislatura pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Fazenda Manuel Alves Branco. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845. Decreto de 26 de abril de 1844, p. 22.

marcada pela presença de dois tipos de imigração, a espontânea e a agenciada.<sup>223</sup> Na província do Pará, entre 1830 e 1850 prevaleceu o imigrante português espontâneo, aquele que vinha por conta própria, ou utilizando-se de diversas redes de sociabilidade.

Quanto ao porto de origem, observamos no gráfico 5 que, na década de 1830, entre os imigrantes portugueses que chegaram ao Pará, predominam os que saíram de terras lusitanas pela cidade de Lisboa.

**Gráfico 5 – Porto por onde os imigrantes deixavam Portugal em direção ao Pará, 1830-1870**



Fonte: GLP (1857-1870)<sup>224</sup>

No quinquênio 1840-44, há um equilíbrio entre os que vieram pelo Porto e aqueles que vieram por Lisboa. Já nos dois quinquênios seguintes, ocorreu uma prevalência de saídas pela Barra do Douro, mas sem muita discrepância quanto as saídas registradas pela Barra do Tejo, ao que tudo indica eram migrações espontâneas.

Por outro lado, a partir de 1855, observamos uma supremacia das saídas pelo Porto. Em cinco anos foram registrados 545 emigrantes saindo pelo Douro frente a apenas 156 saídas

<sup>223</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Op. cit.*

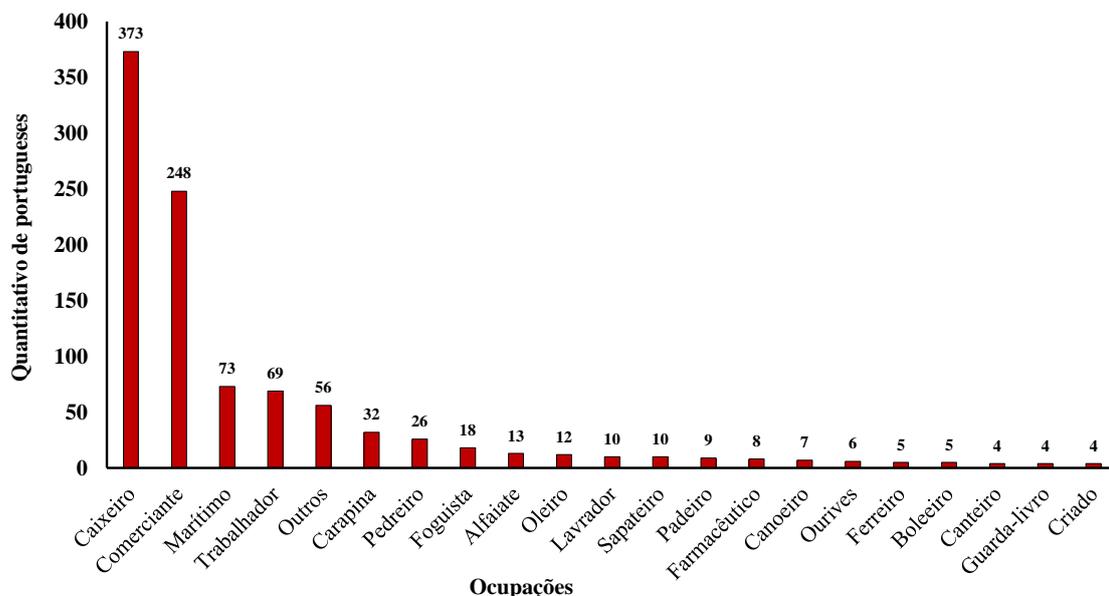
<sup>224</sup> GLP. Registros de Habilitações do Consulado Português. Biblioteca Fran-Paxeco Costa. 1857-1870.

por Lisboa. Essa superioridade de saídas pelo Norte está intimamente relacionada à política imigrantista de colonização implementadas na província do Pará. Desses 545 portugueses, a maioria eram imigrantes agenciados, através de contratos com negociantes do Pará, enquanto que os números de Lisboa representam uma massa de imigrantes espontâneos.

Na primeira metade da década de 1860, observamos um balanceamento entre os números de saídas por Lisboa, com uma leve vantagem para a cidade do Porto. São 290 contra 240 imigrantes zarpando pelo porto lisboeta. Todavia, na outra metade da década, as emigrações por Lisboa iriam suplantar os números do Porto. Foram registrados 700 emigrantes portugueses rumo ao Pará partindo pelo Tejo, contra apenas 280 no mesmo período retirando-se pelo Douro. É muito provável que o fortalecimento da economia no Pará, a partir da exploração da borracha e o consequente enriquecimento de alguns portugueses, tenha gerado muito burburinho em Lisboa e atraído para o além-mar os lusitanos da Estremadura e arredores que sonhavam em amear fortuna.

Quanto a ocupação, averiguamos que o imigrante português se empregava nas mais variadas tarefas, o que demonstra que por mais que o imigrante português aspirasse ao comércio, nem sempre isso lhe era possível na terra de acolhida. Os dados referentes ao emprego ocupado pelo imigrante na ocasião do registro são mostrados no gráfico 6.

**Gráfico 6 – Ocupações dos portugueses migrados para o Pará, 1830-1870**



Fonte: GLP (1857-1870)

Dos 992 registros em que constam a ocupação profissional dos portugueses foram citadas 58 ocupações específicas e, em 69 habilitações, consta apenas a informação

“trabalhador”. Entendemos que esses imigrantes que diziam ser “trabalhador” eram em sua maioria não alfabetizados e estavam morando em áreas rurais. Desse total de apontamentos, 694 (70%) eram indivíduos que estavam envolvidos com atividade mercantil, prevalecendo os caixeiros com 373 ocorrências (37,6%), seguidos pelos comerciantes com 248 registros (25%) e 73 marítimos, o equivalente a 7,4% do total.

A maioria desses profissionais do comércio estavam estabelecidos em Belém e arredores, Manaus ou nas maiores vilas do interior, como Santarém, Cametá e Bragança, enquanto que as profissões manuais eram exercidas por portugueses que moravam nas fazendas, engenhos e sítios espalhados ao longo dos rios e ilhas amazônicas ou mesmo na capital trabalhando como aguadeiro, boleeiro, carroceiro, cozinheiro, jardineiro e carapina (carpinteiro).

Constatamos que, até a década de 1850, são poucos os registros de imigrantes com ofícios, prevalecendo as profissões manuais, tais como lavrador, agricultor, criado, canoeiro, regatão, serroteiro, oleiro, boleeiro, servente e cozinheiros. Entretanto, na década de 1860 começam a chegar os portugueses mais instruídos, com ofícios específicos, incluindo artífices, alfaiates, guarda-livros, feitores, pintores, joalheiros, relojoeiros, ferreiros, foguistas, maquinistas, tanoeiros, latoeiros, tipógrafos, pasteleiros e padeiros.

Paula Barros observou o perfil profissional do emigrante desses anos finais de 1850 e iniciais de 1860 e, segundo ela, “a emigração nesta época era essencialmente praticada por artistas e trabalhadores, os quais não podiam fazer fortuna, como acontecia em época anterior, quando os emigrantes se destinavam sobretudo ao comércio.”<sup>225</sup> Uma ressalva que se deve fazer é que mesmo esse imigrante sendo um artífice ou tendo alguma profissão de ofício, muitos deles, ao chegarem ao Pará, buscavam se engajar no meio comercial, como caixeiro, guarda-livros, feitor, corretor, agente, administrador de armazém ou loja ou até como trapicheiro.

Um dado interessante se refere ao nível de letramento do imigrante. Quanto a esse aspecto, contabilizamos que 2.627 (83%) eram alfabetizados e apenas 538 (17%), i.e., a minoria, não sabia ler e escrever. Não podemos esquecer da natureza da fonte que estamos tratando, pois não podemos descartar a possibilidade de se burlar a assinatura junto ao consulado. Algumas vezes, a letra do imigrante em muito parece com a letra do escrevente que preenche o referido registro. Por outro lado, pesquisa sobre a sociabilidade e as práticas de leituras dos portugueses no Grêmio Literário português, evidencia que os imigrantes no Pará

<sup>225</sup> BARROS, Paula. *Op. cit.*, p. 303.

eram, em geral, bastante alfabetizados, especialmente os que trabalhavam nas casas comerciais de Belém.

Geraldo Mártires Coelho cita que, em 1873, quando ainda não fazia uma década da fundação do Grêmio, foi realizado em Portugal, pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados, o Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa. O autor destacou, ao ler as informações do referido relatório, que “chamou a atenção do governo português o perfil da grande maioria dos imigrantes radicados no Pará.” Segundo o Inquérito Parlamentar, o imigrante estabelecido no Pará “em geral sabe ler, escrever e as quatro operações matemáticas, mais imperfeitamente.” Ainda disse que três quartos dos imigrantes poderiam ser classificados dessa maneira. Essa realidade, segundo o relatório, se diferia da realidade de outras capitais brasileiras, inclusive do Rio de Janeiro.<sup>226</sup>

Geraldo Coelho afirma que esses dados servem para problematizar o perfil do imigrante português,<sup>227</sup> associado tradicionalmente ao analfabetismo. Isso pode ser o indício de que, dada a conjuntura de crescimento dos estabelecimentos comerciais em Belém, os imigrantes estivessem cada vez mais se preparando para atuar junto a essas casas comerciais, principalmente como caixeiros, considerando que as habilidades descritas no relatório eram essenciais para as práticas mercantis. Essa necessidade pode ter crescido à medida que a borracha fora ganhando supremacia e exigia o incremento do comércio e o que fosse necessário para o desenvolvimento de uma economia em ascensão.

### **1.3. Feições da urbe dos imigrantes: estruturação urbana e organização do comércio**

O movimento migratório de portugueses para o Pará cresceu paulatinamente e de forma intermitente, desde 1750. Os lusos que chegavam ao Pará, em sua maioria, se estabeleciam na capital, outros permaneciam pouco tempo em Belém e logo partiam para o interior. Esse intenso movimento de chegadas e partidas no porto da cidade, ajudavam a compor as novas feições da urbe belenense, que pouco a pouco ganhava ares de modernização, como planejado pela administração pombalina.

<sup>226</sup> COELHO, Geraldo Mártires. **O violino de Ingres: Leituras de História Cultural**. Belém: Paka-Tatu, 2005, p. 360-361.

<sup>227</sup> *Idem, Ibidem*, p. 352.

Essa movimentação de gente na Capitania do Grão-Pará dificulta o controle da contagem populacional nas cidades do Pará setecentista. Assim, falar em dados demográficos durante o século XVIII é uma questão muito delicada, uma vez que não houve na Capitania do Grão-Pará nenhum trabalho de recenseamento minucioso durante esse período. Apesar de ter ocorrido no ano de 1778 uma contagem dos cabeças de famílias e seus agregados,<sup>228</sup> conforme explicou, exaustivamente, Alanna Souto Cardoso em trabalho dissertativo defendido em 2008,<sup>229</sup> no entanto, esses mapas populacionais não dão conta de especificar os dados da imigração portuguesa para o período.

Por isso, é comum encontrar-se estudos em que os dados divergem. Exemplos que podem ser citados são os trabalhos de Antônio Baena,<sup>230</sup> Luiz Cordeiro<sup>231</sup> e Ernesto Cruz.<sup>232</sup> Fora as informações populacionais para o ano citado anteriormente, os dados para outros anos são adquiridos através de listas paroquiais de batismo, nascimento, casamento e falecimentos, ou de relações nominais realizadas pelos capitães-mores dos lugares, freguesias e vilas.

Contudo, os números para a evolução populacional do núcleo urbano de Santa Maria de Belém do Grão-Pará são mais abundantes e menos díspares entre as fontes. Conforme Luiz Cordeiro e Ernesto Cruz, a população de Belém, em 1749, era de cerca de seis mil e quinhentos habitantes.<sup>233</sup> Com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, muitos portugueses viriam se instalar na Capitania, e não retornariam para o Reino, mesmo depois de extinta a Companhia em 1777. Assim, em 1801, a cidade contaria com doze mil e quinhentas almas,<sup>234</sup> um aumento de seis mil moradores, a população da cidade quase dobrou de tamanho. Magda Ricci refere-se a esse período da seguinte maneira.

Desde sua separação do Maranhão em 1772, até pelo menos 1817, a capitania do Grão-Pará cresceu em número populacional e comércio. (...) o Pará cresceu significativamente, sobretudo nos anos de funcionamento da Companhia Geral do

<sup>228</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, CX.94, D. 7509. João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os Mapas anuais da População das Capitânicas do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781. Anexos: Mapas.

<sup>229</sup> CARDOSO, Alanna Souto. *Op. cit.*

<sup>230</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

<sup>231</sup> CORDEIRO, Luiz. *Op. cit.*, 1920.

<sup>232</sup> CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973(a).

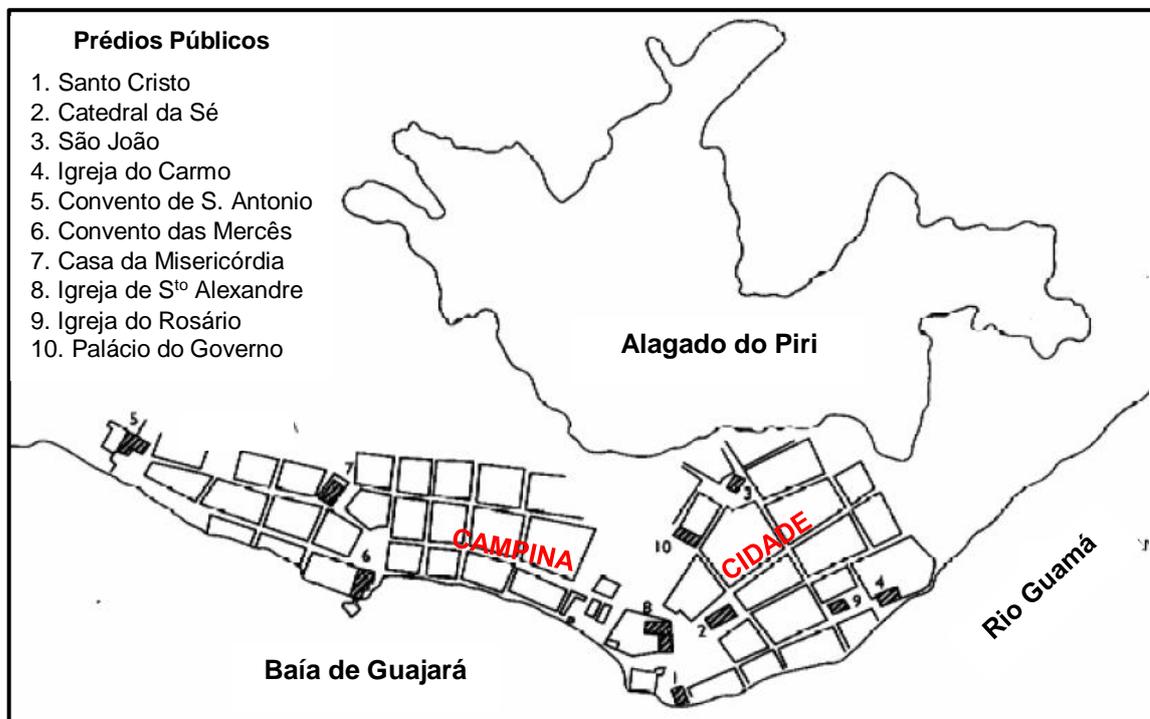
<sup>233</sup> CORDEIRO, Luiz. *Op. cit.*, 1920, p. 45.

<sup>234</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*, p. 19.

Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e suas ligações comerciais e imbricações na política de ocupação da Amazônia e expansão de seus limites e fronteiras.<sup>235</sup>

Esse crescimento demográfico, experimentado por Belém nesse intervalo de meio século (1750-1800), traria mudanças profundas no seu traçado urbano. A cidade que antes da Companhia de Comércio contava com cerca de 34 vias urbanas, incluindo ruas, travessas e largos, e seus moradores estavam concentrados no bairro da Cidade, em torno da Catedral da Sé,<sup>236</sup> agora, no alvorecer do século XIX, já somava 78 vias públicas.<sup>237</sup> A cidade dobrara de tamanho e ganhara um novo e populoso bairro, a Campina (Figura 1).

**Figura 1 – Planta da cidade de Belém, século XVIII**



Fonte: Renata Malcher Araújo (1998)

Durante a segunda metade do século XVIII, sob a administração do Marquês de Pombal, como Primeiro Ministro do Rei D. José I, a cidade recebeu muito melhoramentos.

<sup>235</sup> RICCI, Magda. “O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: Movimentos sociais, levantes e Deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Os Senhores dos Rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 169.

<sup>236</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

<sup>237</sup> CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2º vol. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973(b), p. 429.

Manuel Nunes Dias, referindo a esse período, escreveu que “na segunda metade do século XVIII a Amazônia ganhou nova roupagem. Todo o edifício social, político econômico foi profundamente transformado.”<sup>238</sup> Essa roupagem, referida por Manuel Dias, estava relacionada ao melhoramento das ruas, dos prédios públicos, a maioria localizados no bairro da Cidade.

Foi nesse período que o primeiro bairro de Belém, a “Cidade Velha”, se afirmou como o espaço de governança, com os prédios do governo provincial, da Câmara de vereação, dos quartéis militares, do Arsenal de Marinha, do depósito de pólvora, com a Catedral da Sé, o Pelourinho e a Fortaleza do Castelo. Em contrapartida, o novo bairro, a Campina, se firmou como espaço de morada para os novos imigrantes portugueses, uma vez que os terrenos da Cidade Velha já estavam ocupados por moradores mais antigos ou com os prédios públicos.

Segundo informações de Antonio Baena e Ernesto Cruz, a estrutura urbana da cidade de Belém não sofreria grandes mudanças entre o início do século XIX, 1804, até por volta de 1840. A maioria dos imigrantes portugueses, chegados ao Pará entre 1800 e 1850, se instalariam na Campina. A Campina se transformaria, no século XIX, no grande centro comercial de Belém, abrigando na zona fronteira à Cidade Velha muitos armazéns de secos e molhados, mas principalmente as casas comerciais menores: lojas, tabernas, botequins, casas de pasto e padarias.

Nesse contexto de reorganização urbanística está o comércio e seus espaços. Muito se fala no porto do Pará, mas efetivamente, até meados do oitocentos, o Pará não possuía um porto. O que existia eram pontes (Figura 2), trapiches, tabuados, ancoradouros e valas de embarque e desembarque de canoas e outras embarcações pequenas. Na prática, as embarcações maiores ficavam fundeadas na Baía de Guajará (Figura 2) e as cargas eram conduzidas entre a embarcação e a cidade por igarités, montarias e canoas.<sup>239</sup>

Observe no detalhe da imagem mostrada na figura abaixo a presença de cinco pontes usadas como cais. Trata-se das pontes das Mercês (1) atrás do Convento dos Mercedários, ponte do Bispo (2) ao lado da Fortaleza de São Pedro Nolasco, ponte do Pelourinho (3) saindo do Pelourinho e entrando na Baía, ponte do Ver-o-Peso ou da Cidade (4), uma extensa ponte na saída do canal do Piri e a ponte da Alfândega (5), frequentemente usada na fiscalização de cargas.

<sup>238</sup> DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 13.

<sup>239</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*

Figura 2 – Prospectiva da cidade de St.<sup>a</sup> Maria de Belém do Grão-Pará, final do século XVIII



\* O manuscrito original encontra-se disponível no Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro.

Fonte: Reis Filho (1999).

Autor: Ignácio Antonio da Silva (século XVIII)

Um olhar atento nos permite observar que junto as pontes do Ver-o-Peso e da Alfândega encontravam-se naus de porte mediano, enquanto que nas outras pontes apenas estão fundeadas embarcações pequenas: canoas e igarités. Essas duas pontes, Ver-o-Peso e Alfândega, dada a importância das funções que desempenhavam, eram as mais estruturadas e, portanto, as mais apropriadas para funcionarem como cais. Eram as mais extensas e suportavam o ancoradouro de embarcações maiores que canoas e montarias. Em janeiro de 1835, durante a invasão cabana na Capital, o primeiro-tenente Joaquim Manoel de Oliveira e Figueiredo, relatou em depoimento que na ocasião a escuna Alcântara encontrava-se ancorada na ponte da Alfândega.<sup>240</sup>

Nos meados do oitocentos, as casas assobradadas vistas na figura 2, localizadas ao longo da rua da Boa Vista e na rua dos Mercadores, entre as pontes 2 e 3, eram as casas de morada dos principais comerciantes de Belém, muitos dos quais portugueses. Eram também onde estavam localizados seus pontos comerciais: armazéns e lojas.

A rua da Boa Vista concentrava os estabelecimentos comerciais dos imigrantes portugueses que se tornaram os maiores negociantes do Pará. Ali estavam estabelecimentos tais como: o escritório de Lúcio de Sousa Machado, os armazéns de Miguel José Raio e João Pinto de Araújo, o último também possuía na mesma rua uma loja de mobília estrangeira fina. Lá também estava o armazém de Henrique de La Rocque, esse em sociedade com seus irmãos também administrava outro armazém na rua dos Mercadores.<sup>241</sup>

Enquanto na rua da Boa Vista estavam a maioria dos armazéns de grosso trato, na rua dos Mercadores estavam as lojas de venda direta ao público. O negociante português Elias José Nunes da Silva, por ter realizado sua inserção no comércio belenense quando muitos já estavam estruturados – por volta de 1850 –, não possuía armazém nessas vias, mas se estabeleceu na travessa do Seminário.<sup>242</sup> As histórias desses negociantes serão contadas nos capítulos seguintes.

Na figura 3, podemos notar entre o prédio da Alfândega e a Casa do Ver-o-Peso, ao longo da orla marítima da cidade, o número 26, colocado pelo engenheiro Theodósio Constantino de Chermont, responsável pela elaboração da Planta, destacando o que ele

<sup>240</sup> RICCI, Magda. 2003. *Op. cit.*, p. 187.

<sup>241</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p.5-6;

<sup>242</sup> Treze de maio, n. 459, de 10 de março de 1855, p. 3-4 e n. 460 de 13 de março de 1855, p. 4-7.

chama de Ribeira da Cidade. Em documento de 1821,<sup>243</sup> esse espaço seria designado de Ribeira das Naus do Pará, e teria um funcionário da marinha responsável pela fiscalização do ambiente, trata-se do mestre Valentim José.

Assim como o português Valentim José trabalhava como fiscal na Ribeira das Naus, a Alfândega e o Ver-o-Peso também possuíam seus servidores, muitos dos quais homens envolvidos com os negócios mercantis na província e no ultramar. O negociante português José Ribeiro Guimarães, conservador e defensor da regeneração portuguesa,<sup>244</sup> Capitão da 1ª Companhia de Infantaria de Milícia da Ilha Grande de Joanes,<sup>245</sup> fora nomeado em janeiro de 1822 como guarda-mor da Alfândega de Belém,<sup>246</sup> para onde se transferiu. O posto preterido por José Ribeiro o colocaria em vantagens nos negócios mercantis, uma vez que estaria em constante contato com as mercadorias chegadas da Europa e da América do Norte.

Além da ribeira e das pontes citadas, há registros de que em 1831, havia na orla da cidade, uma “Ponte de Pedras”, que funcionava como entreposto entre a terra seca e o ancoradouro das naus. Relatando episódio ocorrido em agosto daquele ano, Domingos Raiol escreve: “O cônego Baptista Campos foi d'ahi conduzido preso até á *Ponte de Pedras*, (...) Um escaler depois o transportou para bordo do brigue de guerra Três de Maio.”<sup>247</sup> Noutro trecho da obra, Raiol referindo-se a episódio ocorrido em 1833, detalha que o Juiz de Paz da Freguesia de Santa Anna havia apreendido “em uma canoa, entre os portos chamados da *Quitanda e Ponte de Pedras*, armas nacionaes, bacamartes, pistolas, balas, pólvora e cartuxos embalados.”<sup>248</sup> Não sabemos a que pontes se referia Raiol, mas o certo é que eram locais que funcionavam como pontos de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas.

Ao longo de toda a extensa praia (terreno de marinha) que margeia a frente da cidade – desde a foz do igarapé do Una, na chegada da cidade, vindo por alto mar, até o Forte do Castelo –, praticava-se embarque e desembarque de mercadorias e pessoas. Essa ampla faixa de terra estava oficiosamente dividida em três áreas. Os militares da marinha haviam colocado três ancoradouros nessa área, com fins específicos (Figura 3).

<sup>243</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 151, D. 11649; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 151, D. 11654.

<sup>244</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 158, D. 12075.

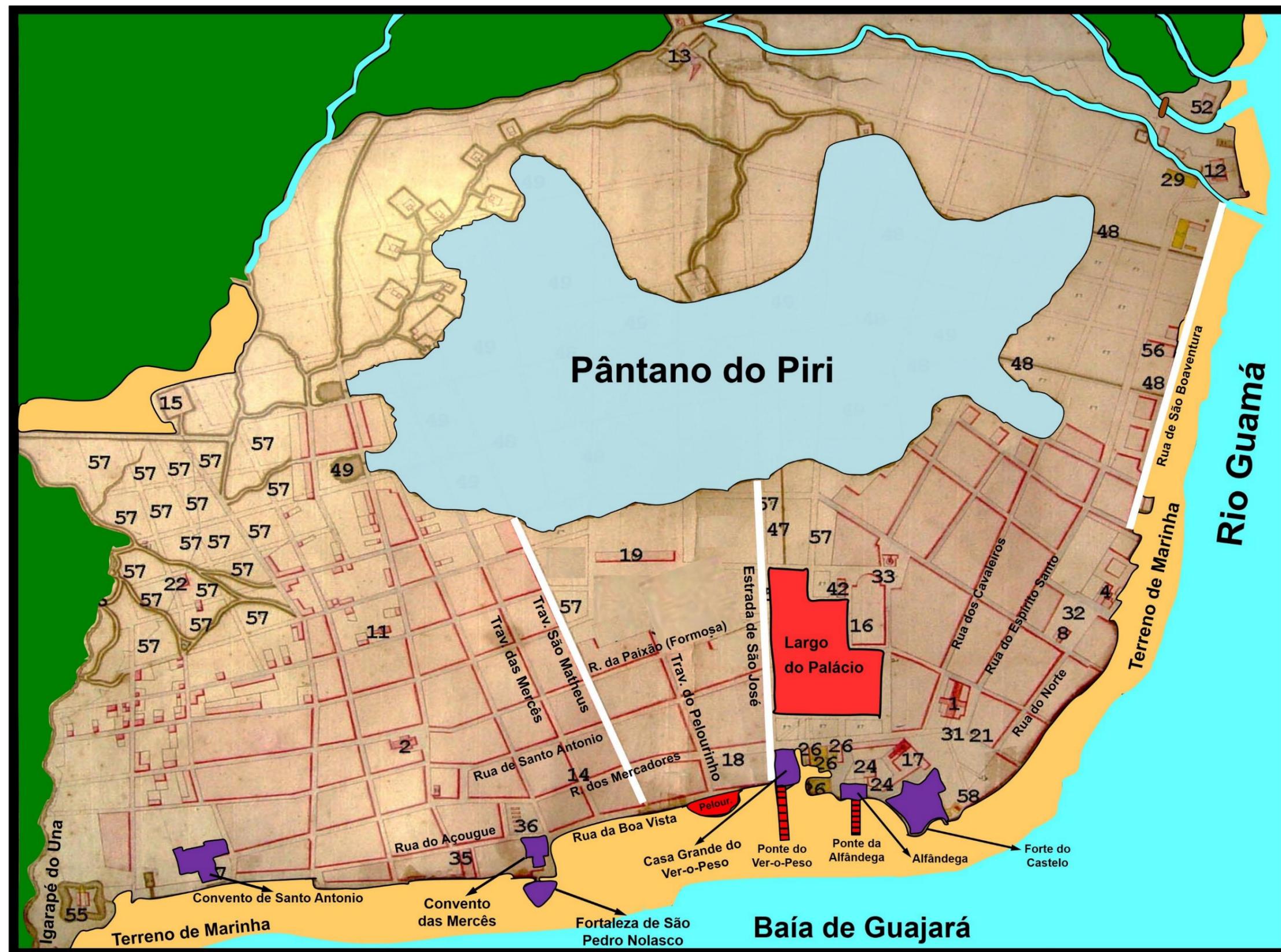
<sup>245</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12223.

<sup>246</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 152, D. 11721.

<sup>247</sup> RAIOL, Domingos Antonio. 1868. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>248</sup> *Idem, ibidem*, p. 288.

Figura 3 – Plano Geral da Cidade do Pará, 1791



Fonte: Reis Filho (1999). Colorido graficamente, mantendo os padrões de localização e dimensões. Descrição das ruas introduzidas pela autora.

Autor: Planta desenhada pelo Engenheiro Theodósio Constantino de Chermont, 1791.

Entre a foz do Una e o Convento de Santo Antonio estava um ancoradouro de franquia. A área localizada entre o Convento e o Forte de São Pedro Nolasco, era considerada zona de descarga. Finalmente, do referido Forte à Fortaleza do Castelo, a espaçosa praia, funcionava como área de embarque, uma vez que o Ver-o-Peso, a Alfândega e o canal de desagüe do Piri estavam localizados naquela região. Então, os trabalhos de fiscalização daqueles órgãos e o acesso à cidade por canoas via Piri seriam facilitados.<sup>249</sup> Não por acaso, fora justamente nessa parte da orla da cidade que a Campina se desenvolveu.

Apesar de até a década de 1850 não existir um porto formal, a cidade contava desde longa data com órgãos fiscalizadores, responsáveis pelo embarque, desembarque, cobrança fiscal e um espaço de mercado desses produtos chegados e partidos. Trata-se da Alfândega e da Casa do Ver-o-Peso.

A instalação da Alfândega do Pará remonta ao século XVII, 1653, mas, foi somente em 1720 que esse órgão recebeu a Mesa Grande da Inspeção.<sup>250</sup> A Alfândega funcionava desde sua criação, a poucos metros do Forte do Castelo, no prédio contíguo a Igreja de Santo Alexandre, onde em fins do século XVIII funcionou também a Aula de Comércio.<sup>251</sup> No século XIX, devido ao incremento da movimentação do porto, a Alfândega fora transferida para o andar térreo do Convento das Mercês, na Rua da Boa Vista, na Campina.<sup>252</sup>

Quanto à Casa do Ver-o-Peso, órgão também do seiscentos, a partir de 1688 passou a arrecadar impostos, para a Câmara de Belém, sobre os produtos embarcados na Capital, para o interior da Capitania ou para o estrangeiro.<sup>253</sup> Sua localização estratégica, na saída do canal do Piri, controlava a saída e entrada de canoas no lago do Piri. Em 1781, o Governador General da Capitania do Gram-Pará, José de Nápoles Telles de Menezes, dotaria o Ver-o-Peso com grandes balanças para controlar de forma mais eficaz as mercadorias entradas e saídas.<sup>254</sup> Esse importante órgão fiscal do comércio marítimo interno e transoceânico funcionaria até a década de 1840, quando teria suas funções transferidas para a Recebedoria Provincial.<sup>255</sup>

Como já dito anteriormente, a cidade não possuía um porto de fato. Mesmo assim, foi essa Belém, sem porto, que viu chegar muitos imigrantes portugueses, muitos deles se

<sup>249</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*, p. 216.

<sup>250</sup> CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará**. 2ª Ed. Belém: Editora Universitária. UFPA, 1996, p. 125.

<sup>251</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>252</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*

<sup>253</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*, p. 127.

<sup>254</sup> *Idem, ibidem*, p. 129.

<sup>255</sup> *Idem, ibidem*, p. 134.

radicariam na cidade e contribuiriam para dar novas feições à estruturação urbana da capital. Esses imigrantes mudariam o traçado das ruas e as fachadas das casas, com a instalação de suas tabernas, padarias e quitandas. Se envolveriam no comércio como caixeiros, guarda-livros ou comerciantes. Outros imigrantes lusitanos, no entanto, não ficariam muito tempo em Belém, partiriam para as cidades do interior, como Cametá, Santarém ou Manaus, onde as atividades no ramo comercial também eram intensas.

Voltando a falar da inexistência do porto, no pós-Cabanagem essa história mudaria, porque esse assunto entraria na pauta de discussão da Assembleia Provincial. Em 1838, durante a abertura da Assembleia Legislativa, Soares de Andréa evocaria o tema em seu discurso que dizia:

Precizamos cercar com hum caes, bem construído, toda esta cidade, não só pela belleza que disto rezulta; mas sobre tudo para o commodo de seus habitantes, melhor arrecadação dos direitos públicos e melhor fiscalização policial. (...) Soares de Andréa.<sup>256</sup>

Soares de Andréa continua em sua fala chamando também a atenção que seria necessário, além da obra do cais, melhorar a estrutura da Alfândega a fim de que essa se tornasse “capaz de corresponder ao volume futuro do porto”. O discurso do presidente Andréa sairia do papel e seu sucessor, Bernardo de Souza Franco, no ano seguinte apresentaria contas da obra executada no cais da rua da Boa Vista. Suas palavras foram.

Concluida com modica despesa, ajudada por meio de subscrição dos proprietários das casas vizinhas, feita com a pedra extrahida da Fazenda do Pinheiro [fazenda da irmandade da Misericórdia], e com trabalho de alguns presos artífices (...). Seu fim he não só fazer communicar pela marinha á alfândega com a rua da Boa Vista e aformozear aquella parte da cidade, como interpor uma rua as cazas cujos fundos dão agora sobre o rio, e dar passagem aos fiscalizadores dos direitos públicos.<sup>257</sup>

Como destacou Souza Franco, os investimentos foram modestos, porém essenciais para dar o passo inicial a fim de se erigir um porto no Pará. Em seu discurso, ele continua afirmando sobre a necessidade de se construir um cais de pedra ao longo de todo o terreno de marinha, marginal à rua da Boa Vista, desde o Forte do Castelo até o Forte de São Pedro

<sup>256</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Discurso com que o Presidente da Província do Pará Soares D'Andrea fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838.

<sup>257</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839.

Nolasco. Para que a prospectiva da cidade tivesse, finalmente, a “aparência digna de um porto de mar.”<sup>258</sup>

Dois anos depois, Bernardo de Souza Franco retornava à Assembleia com as informações do andamento das obras do cais. Segundo o governante, os serviços tinham avançado desde a Fortaleza de São Pedro Nolasco até a ponte do Pelourinho, a “escadinha”, mas que não poderia parar e deveria seguir até a ponte da Alfândega, e mais ainda, até o Forte do Castelo (Figuras 2 e 3). Para tanto, seriam necessários onze contos de réis, sendo que boa parte desse valor foi angariado junto aos negociantes de grosso trato, que seriam beneficiados diretamente com as obras.<sup>259</sup>

Essas obras de reestruturação urbanística da cidade não pararam por aí. Em 1842, Souza Franco faria mais duas importantes obras, o calçamento de pedra da rua da Boa Vista, e a “abertura da rua do Açougue”, na Campina, uma extensão da rua da Boa Vista, no sentido oeste, paralela à Baía de Guajará.<sup>260</sup> Foi durante a gestão desse presidente que a Alfândega foi transferida do prédio ligado à Igreja de Santo Alexandre para o andar térreo do Convento das Mercês.

Os serviços de melhoramento da orla da cidade demandariam muito dinheiro e tempo. Conceição Maria Rocha de Almeida, referindo a essa obra nas docas, escreveu que “em 1845, por exemplo, parte das obras do cais localizada em frente ao beco do Açougue foi concluída a partir de uma contratação obtida com Manoel Joaquim dos Santos. Mas a obra demandava maiores recursos e demorou a avançar.”<sup>261</sup> Cinco anos depois, em 1850, os serviços no cais continuavam, inclusive a presidência da província montara na Ilha de Cotijuba, uma pedreira exclusiva para fornecer matéria prima à obra.<sup>262</sup>

No final da década, em 1858, o presidente da província João da Silva Carrão, reclamava à Assembleia Legislativa sobre os “sacrifícios” que a obra do cais impunha aos “cofres públicos”, e alertava o governante que ainda seriam exigidos vultosos recursos para a

<sup>258</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>259</sup> PARÁ. Relatório do Presidente de Província. Discurso recitado pelo Presidente da Província do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 14 de abril de 1841.

<sup>260</sup> CRUZ, Ernesto. 1973(b). *Op. cit.*, p. 430-431.

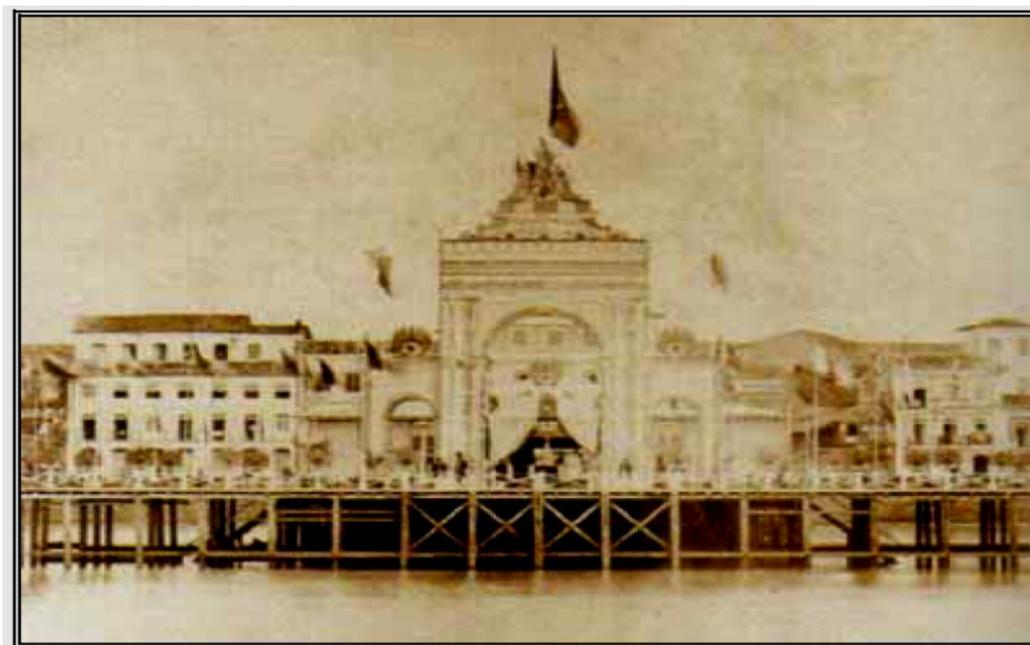
<sup>261</sup> ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. 2010. *Op. cit.*, p. 83.

<sup>262</sup> PARÁ. Relatório do Presidente de Província. Relatório feito pelo Presidente desta Província Jerônimo Francisco Coelho e entregue ao 1º Vice-Presidente em exercício o Dr. Ângelo Custodio Correa em 1º de agosto de 1850.

sua conclusão.<sup>263</sup> “Em 1860 o cais da Doca do Reduto teve 12.544 palmos cúbicos de paredão construídos e a doca do Ver-o-Peso passou por desobstrução, uma vez que as pequenas embarcações que nela atracavam, precisavam de proteção contra as violentas ressacas do rio.”<sup>264</sup>

Como a obra demorava-se por ser concluída, em 1862, mais de duas décadas após o início das obras, a presidência da província traçou novo plano sobre a construção do porto. A ideia foi encontrar pontos ao longo da orla da cidade, nos quais os carros pudessem buscar cargas mais pesadas. Assim, construiu-se um passeio espaçoso que ligava a Sacramenta à Doca do Reduto.<sup>265</sup> Em 1867, por força de uma visita do Senhor Imperador D. Pedro II a Belém, a Praça do Comércio do Pará se uniu para construir no píer junto ao Convento das Mercês um Arco Triunfal (Figura 4) para recepcionar o Digníssimo Soberano.<sup>266</sup>

**Figura 4 – O porto de Belém em 1867**



**Fonte:** Caetano Brandão (1902)<sup>267</sup>

<sup>263</sup> PARÁ. Relatório do Presidente de Província. Discurso da abertura da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858. Pelo Presidente Dr. João da Silva Carrão. Pará: Typ. Do Diário do Commercio, 1858.

<sup>264</sup> ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. 2010. *Op. cit.*, p. 84.

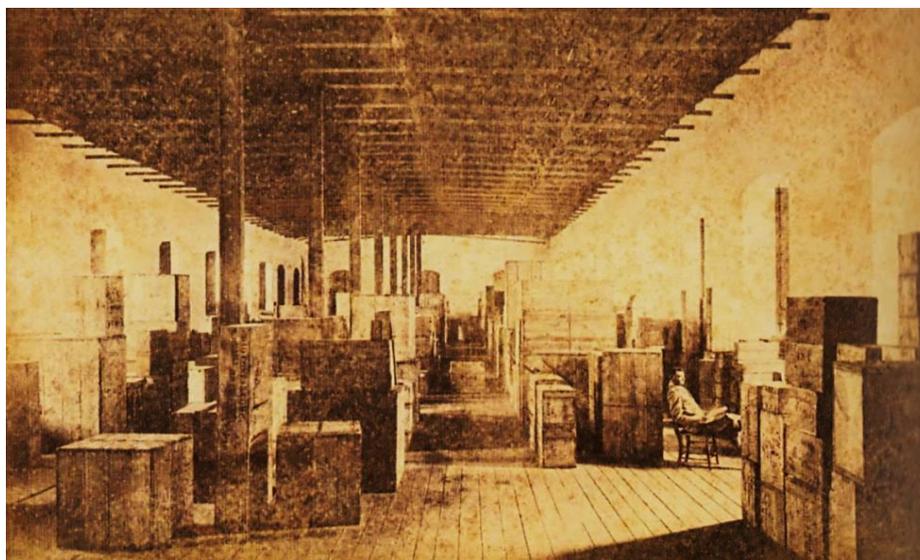
<sup>265</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>266</sup> CRUZ, Ernesto. 1973(a). *Op. cit.*

<sup>267</sup> BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

A construção do Arco fora encabeçada pela Companhia de Navegação do Amazonas que arregimentou junto à Praça do Comércio diversos negociantes membros da instituição para custear a obra. Na figura 5, nota-se que o trapiche do porto era uma estrutura de madeira, assim como o armazém, uma espécie de “telheiro”, responsável por receber as cargas que eram transportadas em caixas, caixotes e ancoretas de madeiras. Na imagem, pode-se ver diversas caixas, as quais encerravam em mercadorias vindas do estrangeiro ou gêneros nacionais que seriam remetidos para portos da Europa e América do Norte. Há muitos registros nos documentos da tesouraria<sup>268</sup> referentes as mercadorias que ficavam guardadas no Armazém da Alfândega enquanto seus proprietários não iam retirá-las.

**Figura 5 – “Armazém” da Alfândega de Belém, Província do Pará, c. 1870**



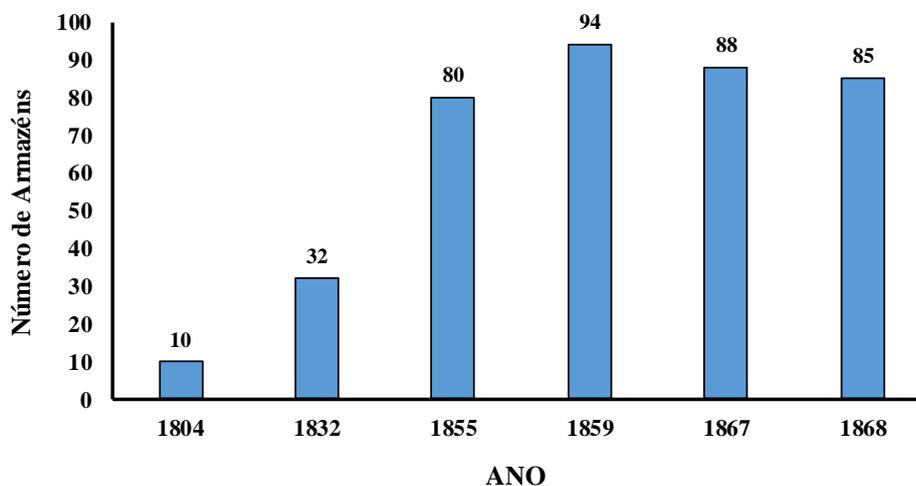
**Fonte:** Pedro Karp Vasquez (2003)

**Autor:** Felipe Augusto Fidanza

O armazém, espaço essencial ao negociante de grosso trato, será abordado com mais detalhes no capítulo seguinte, no tópico 3.2. Como veremos mais detalhadamente, a presença dos armazéns é um indicativo do crescimento do comércio e elemento indispensável ao negociante de grosso trato. A fim de analisar o desenvolvimento do número de armazéns na capital da província, compilamos dados da evolução do número de armazéns na cidade de Belém, para o período de 1804 a 1868, que são apresentados no gráfico 7.

<sup>268</sup> Esses documentos eram editais que eram publicados convocando os responsáveis pela retirada dos produtos e respectivos pagamentos de sisa. Cf. exemplares do jornal Treze de maio, 1845-1861.

**Gráfico 7 – Números de armazéns registrados na Praça do Comércio do Pará, 1804-1868**



Fonte: BNRJ (1804); Treze de maio (1854, 1855, 1859); Ernesto Cruz (1996)<sup>269</sup>

Em 1804, um grupo formado pelos maiores negociantes da Praça Comercial do Pará remeteram através de seu Procurador Geral e Bastante, o também negociante, Francisco de Paula, um documento à Corte lisboeta. Os comerciantes iniciam o documento no seguinte tom: “Os Negociantes da Praça do Pará, matriculados pela Real Junta de Comércio, prostrando-se ante o Régio Trono vem implorar de Vossa Alteza Real ato de justiça, que ponha termo às pressões, e vexames, que experimentam.” Segundo o documento, a Câmara do Pará “reduziu a dez os Armazéns para vendagem em grosso e atacado, (...) e a sessenta as Tavernas e Casas de Baforinharia e Mercearia.” Os negociantes acrescentam que tais atos se tornam “tão ruinosos e prejudiciais” para o desenvolvimento da praça comercial do Pará e, somente uma ação majestática contribuirá “para o aumento das suas vendas, e de que direta ou indiretamente venha decadência do Comércio”<sup>270</sup>

Do documento, depreendemos o quão importante para o desenvolvimento do comércio os negociantes consideravam os armazéns, que naquela situação eram apenas dez

<sup>269</sup> Baforinharia eram casas de comércio e consumo de tabaco para rapé e fumo. Para o ano de 1804 cf. BNRJ. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Códice 99 (1804-1900), vol. 24. Fundo 89. 1804. Fls. 122 a 124v.; Para o ano de 1832 cf. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*; Para o ano de 1855 cf. Treze de maio, n. 459, de 10 de março de 1855, p. 3-4 e n. 460 de 13 de março de 1855, p. 4-7.; Para os anos de 1859 e 1867 cf. CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.* Para o ano de 1868 cf. PARÁ. Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial do Pará. Belém, 1869.

<sup>270</sup> BNRJ. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Códice 99 (1804-1900), vol. 24. Fundo 89. 1804. Fls. 122 a 124v.

estabelecimentos. No mesmo documento é citado que esses armazéns serviam para depósitos de muitos produtos da produção do Pará, e também para a estocagem das mercadorias vindas da Europa. Em 1832, havia trinta e dois depósitos registrados junto aos órgãos reguladores, o que nos faz imaginar como havia crescido o volume de mercadorias entradas e saídas na província. Em 1855, a capital paraense já somava oitenta armazéns, e foi justamente no final dessa década, em 1859, que se registrou o maior número desses celeiros mercantis, noventa e quatro. Não por coincidência, é também no final dessa década que se observa uma intensa agitação humana, de mercadorias e ideias na cidade que, na década seguinte, experimentou leve declínio, atingindo em 1868 oitenta e cinco galpões de armazenagem de mercadorias.

Levantamentos realizados em documentos referentes ao comércio do Pará, no período de 1810 a 1850, mostram que no início do período joanino existiam apenas cerca de 15 negociantes de grosso trato atuando na Praça Comercial do Pará, mas nos meados do século, eles somavam em torno de 60 negociantes de grosso trato na província, sendo a maior parte deles, cerca de 40, de origem lusa, seguidos pelos ingleses, paraenses e norte-americanos.

Se considerarmos toda a classe mercantil estrangeira, de grosso e retalho, estabelecida em Belém nos anos 1840, teremos mais de 250 portugueses, uns 30 ingleses e alguns norte-americanos, franceses, espanhóis e italianos.<sup>271</sup> Salienta-se que a maioria dos outros estrangeiros estavam consorciados através de alguma rede social com os portugueses, quais sejam: casamento, compadrio e sociedades comerciais. Na década de 1860, os negociantes de grosso trato registrados na Praça de Comércio eram quase oitenta, todos proprietários de armazéns distribuídos pela cidade, alguns possuindo mais de um armazém.

Dentre os negociantes de grosso trato portugueses, destacam-se nomes como: João de Araújo Rozo, Joaquim Francisco Danin, Francisco Gaudêncio da Costa e filhos, Elias José Nunes da Silva, Lúcio de Sousa Machado, Miguel José Raio, Lourenço Antonio da Costa Ricardino, Jerônimo José do Valle Guimarães, Agostinho José Lopes Godinho, João Pinto d'Araújo, João Francisco Fernandes, João Francisco Verdete, Fortunato Alves de Souza, Joaquim Freire de Almeida, Manoel José da Motta Marques, António Teixeira Bastos, os irmãos Vianna, Manoel de Jesus e Manoel Pedro, os irmãos Ardasse, Francisco Pedro, Manuel

<sup>271</sup> Esses documentos incluem correspondências trocadas pelos negociantes com diversos, documentos da Praça do Comércio do Pará, documentos dos negociantes portugueses por intermédio do Consulado português em Belém com a metrópole e, dados do movimento comercial portuário no Jornal Treze de Maio durante as décadas de 1840-60.

Pedro e João Pedro e os irmãos de La-Rocque, Henrique, João Luís, Luís e Guilherme, todos frutos das migrações lusas de finais do século XVIII e da primeira metade do XIX.

Dos oitenta armazéns cadastros em Belém em 1855, mais da metade, quarenta e cinco deles estavam distribuídos apenas em três ruas da Campina, nas ruas da Boa Vista, do Açougue – um prolongamento da rua da Boa Vista – e na rua dos Mercadores<sup>272</sup> (Figura 3). Essas três ruas ficam muito próximas a região de praia da frente da cidade, sendo que as duas primeiras ficam imediatamente na orla da Baía de Guajará e a rua dos Mercadores se estende paralelamente a essas ruas. Subindo a partir da praia, a rua dos Mercadores é a segunda rua da Campina. Essa posição estratégica dessas vias favoreciam o embarque e desembarque de mercadorias dos armazéns para os navios e vice-versa.

Portanto, havia um aglomerado social-econômico que girava em torno dos arredores do porto da cidade, o que relaciona a navegação marítima ao desenvolvimento das práticas de comércio estabelecidas pelos imigrantes. Ao mesmo tempo, arrola Belém como uma das cidades do Brasil mais favorecidas pelo movimento portuário. Bruna Dourado, ao descrever a frente da cidade de Recife, lembra que algumas ruas localizadas próximas ao porto possuíam o maior adensamento urbano da cidade, concentrando a Praça do comércio, “além de muitas das mais importantes casas de comércio de importação/exportação, além de seus respectivos trapiches e armazéns.”<sup>273</sup>

Nesse sentido, podemos dizer que as feições da urbe iam adquirindo ares muito influenciados pelo comércio e a estrutura gerada pelas novas demandas de uma cidade em contínuo crescimento populacional, econômico, que também era moldada pelos negócios dos portugueses. Portugueses que migram, criam, recriam, que se alinham a determinada realidade social, que reinventam essa mesma realidade à luz de suas próprias ambições e oportunidades.

<sup>272</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p.5-6; n. 459, de 10 de março de 1855, p. 3-4 e n. 460 de 13 de março de 1855, p. 4-7.

<sup>273</sup> MOTTA, Bruna Iglezias. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837-c.1871): A trajetória do negociante João Pinto de Lemos**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 22.

## Capítulo 2

### O COMÉRCIO DOS PORTUGUESES: dos tempos joaninos à Cabanagem

*Tendo chegado à Cidade do Pará a notícia oficial da Paz geral, remetida pelas Secretarias de Guerra e Marinha; logo o Governo Interino procedeu à sua publicação, mandando illuminar a Capital ; e no último dia, depois do Te Deum que na Cathedral se cantou em acção de graças, querendo o Desembargador Ouvidor Geral., Corregedor da, Comarca, e Membro do Governo atual, Joaquim Clemente da Silva Pombo, continuar a dar provas do seu patriotismo, juntou em uma sua Casa de Campo, o Brigadeiro Inspector Geral de Milícias, também Membro do Governo, o Juiz de Fora, e todos os mais Chefes e pessoas principais das Corporações Militares e Civis: concorrendo também, as Senhoras mais distintas do País. Achava-se a Casa de Campo vistosamente Iluminada, e na sala principal se via hum quadro, com os dois seguintes versos do Poeta Boccage:*

*O Commercio prospere, as Artes brilhem;  
Floresça a Paz, a Indústria, a Glória, tudo.*

Gazeta de Lisboa, 23 de novembro de 1814.

#### 2.1. Chega a corte de D. João: os negócios dos portugueses em Belém

A abertura dos portos em 1808, indubitavelmente, trouxe impacto para o comércio português no Brasil e não foi diferente com o Grão-Pará. Segundo Antonio Ladislau Monteiro Baena, contemporâneo do período joanino no Pará, a Carta Régia de 1808 possibilitou aos portugueses americanos e às outras nações a “comunicação mercantil”, o que para Baena se tornou a “fonte mais caudal de riqueza e prosperidade, constituindo fácil e pèrvio o comércio do seu riquíssimo torrão a todos os povos civilizados.”<sup>274</sup>

<sup>274</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. 1969. *Op. cit.*, p. 273.

O que para Antonio Baena teria um efeito positivo, para os comerciantes portugueses era o fim do monopólio comercial assegurado pelo exclusivismo colonial. Para Magda Ricci, as “infaustas notícias recebidas da cidade do Porto e Lisboa,” no período imediatamente anterior a abertura dos portos, “parecia explicitar que tempos difíceis se aproximavam”.<sup>275</sup> No entendimento de Valentim Alexandre, em 1808, o “comércio externo português conheceu uma síncope (...). Com o Brasil, as trocas reduziram-se de forma ainda mais dramática, com a importação limitada a 547 contos (4% da de 1807) e a exportação não excedendo os 1409 contos, menos de um quinto da do ano anterior”.<sup>276</sup> Por outro lado, os números apresentados por Valentim não podem ser justificados, exclusivamente, pela abertura dos portos brasileiros às nações amigas, mas, entende-se que essa queda no comércio externo português deve-se, acima de tudo, a tomada de Portugal pelas tropas francesas.

A respeito do impacto dos eventos de 1808 sobre o movimento portuário na Capitania do Pará, Siméia Lopes destaca que “com base nos dados da balança comercial, as capitanias do Maranhão, Pernambuco e Pará tenderam a reforçar essa relação comercial com os portos de Lisboa e Porto a partir de 1809, prosseguindo até 1836, data dos últimos registros.”<sup>277</sup> Como observado por Frutuoso, Valentim e Siméia, superado o ano de 1808, o comércio do Pará com os portos portugueses se avoluma cada vez mais pelas décadas seguintes.

Para os comerciantes portugueses, as notícias difíceis estavam restritas a situação na qual Portugal se encontrava diante das possibilidades de invasão das tropas de Napoleão, mas principalmente aos prejuízos causados pelo temor de remeter suas mercadorias para Portugal por causa dos funestos acontecimentos. Dessa forma, “prejuízos comerciais, familiares, e pessoais: os portugueses de Belém estavam consternados com o cenário.” Era o interesse de mais de 150 negociantes que estava em jogo. Isso não era pouco, tendo em vista que desde os tempos coloniais “havia um ir e vir de ideias, homens, mercadorias e tradições que interligavam a Amazônia a Portugal.”<sup>278</sup>

Diversos fatores podem ser levados em consideração quando se pretende traçar um perfil da economia, mais especificamente do comércio dos portugueses, do Grão-Pará desde

<sup>275</sup> RICCI, Magda. 2003. *Op. cit.*, p. 167.

<sup>276</sup> ALEXANDRE, Valentim. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. In: OLIVEIRA, Luis Valente de e RICUPERO, Rubens (orgs.). **A abertura dos portos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 119. Cf. também, LOPES, Siméia de Nazaré. **As Rotas do Comércio do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c. 1790 a c. 1830)**. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, p. 81.

<sup>277</sup> *Idem, ibidem*, p. 82.

<sup>278</sup> RICCI, Magda. 2003. *Op. cit.*, p. 166, 168.

fins do século XVIII até a deflagração da Cabanagem. Dentre esses aspectos, analisamos o movimento do porto, com dados numéricos das embarcações saídas do Pará com destino a Lisboa; as cifras referentes a exportação e importação do Pará com Portugal; os tipos de mercadorias e suas toneladas saídas do Pará para a metrópole e a renda interna do Pará nesse espaço temporal.

Começamos com os dados do movimento portuário. Analisando os dados das navegações desde a década de 1750, mais especificamente as saídas de embarcações para Lisboa (Gráfico 8), notamos que há um aumento significativo das saídas até 1787, seguido por uma estabilidade até 1792 e com um declínio até 1802. A partir desse momento, há uma nova ascendência até 1807. A leve queda ocorrida na virada do século XVIII para o XIX foi pouco expressiva, uma vez que caiu de 59 para 50 embarcações em um período de cinco anos. A partir dessas informações, podemos afirmar que a economia do Pará na segunda metade do setecentos e primeiros anos do oitocentos crescia quase que de maneira ininterrupta.

**Gráfico 8 – Embarcações saídas do porto do Pará com destino a Lisboa, 1758-1807**



**Fonte:** Eduardo Frutuoso *et al.* (2001)<sup>279</sup>

O perceptível incremento da saída de embarcações está relacionado a política de Marquês de Pombal que criou, em 1755, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e

<sup>279</sup> FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. **O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 135-138.

Maranhão, o que atraiu grandes comerciantes da praça de Lisboa e do Porto. A missão da companhia era favorecer a entrada de africanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará e consequentemente melhorar a agricultura e o comércio. O objetivo, pelo menos em parte foi alcançado, pois o número de embarcações demonstra que algo estava mudando. João Lúcio d’Azevedo ao descrever o movimento das embarcações, na segunda metade do século XVII, afirmou que:

De vez em quando, a longos intervalos, chegava do reino algum navio, que ia buscar os produtos da terra, e trazer as fazendas da Europa, constituindo o traço da união da colônia com o mundo civilizado. Este comércio exterior era porém tão diminuto que apenas dois navios por anno iam carregar ao Maranhão. Ao Pará eram menos frequentes as viagens, e, queixando-se a câmara, órgão dos interesses populares, deste desamparo, respondia o conselho ultramarino não poder obrigar os donos das embarcações a mandal-as onde não encontravam cargas, nem outras comodidades.<sup>280</sup>

No limiar do século XVII, os colonos reclamavam da miséria em que viviam no Estado do Maranhão e Grão-Pará, devido à falta de mantimentos decorrente do fraco movimento portuário. Durante toda a primeira metade do século XVIII até 1757, a ligação do Pará com a Europa não era feita de forma direta. As embarcações que daqui saíam ou chegavam possuíam como entreposto o porto do Maranhão. Somente a partir de 1758,<sup>281</sup> as embarcações iam e vinham diretamente do Pará para os portos lusitanos.<sup>282</sup> Por causa disso, percebe-se que o movimento dos navios cresce a partir deste ano e não exatamente no momento da fundação da Companhia de Comércio.

Antônio Baena, ao comparar as navegações da capitania do Pará com a Bahia em 1695, informa que “desta arte não é de maravilhar que quando dos portos do meio-dia do Brasil se soltavam as frotas, como a da Bahia em 1695 composta de 40 navios grandes (...), houvessem apenas três navios ocupados em igual tráfego de Lisboa para o Pará”. Porém, afirma que é certo que, a partir de 1733, havia carga para sete navios e “desse ano em diante o dito número foi tendo paulatino incremento”.<sup>283</sup>

<sup>280</sup> D’AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.

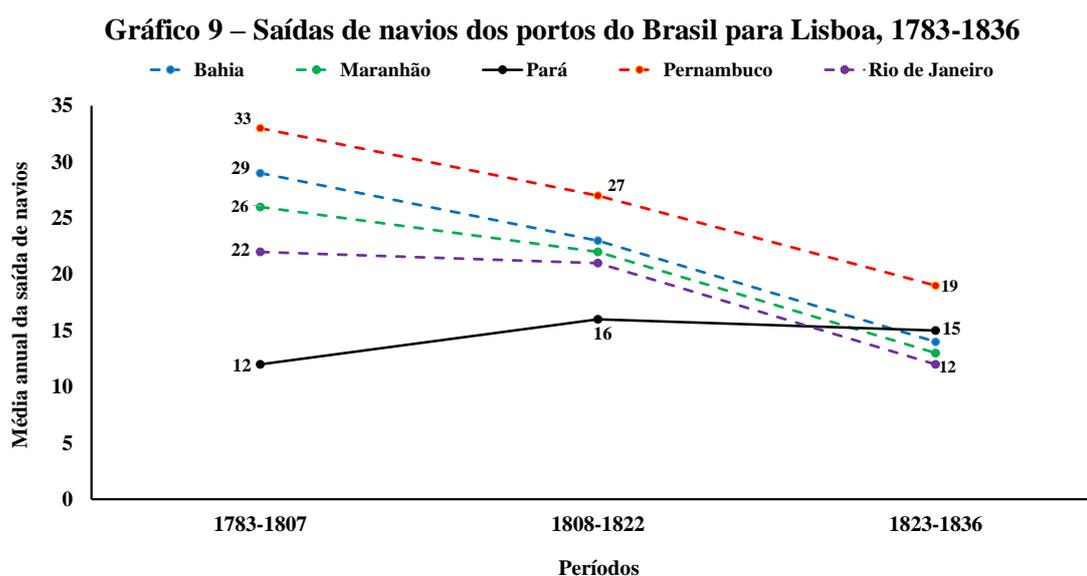
<sup>281</sup> Com a reformulação administrativa do Marquês de Pombal, que mudou de Maranhão e Grão-Pará para Grão-Pará e Maranhão, com a conseqüente transferência da Capital de São Luís para Belém, o Grão-Pará vai começar a experimentar uma nova fase em seu desenvolvimento econômico e social, visto que vai passar a interagir diretamente com Lisboa.

<sup>282</sup> FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. *Op. cit.*, p. 132-135.

<sup>283</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*, p. 171.

No decurso das décadas de 1780-1800, ainda recordava Baena, a quantidade de navios dedicados a levar os produtos do Pará para o exterior, havia aumentado de 12 ou 13 para 25.<sup>284</sup> Com a “separação do Maranhão em 1772 e até pelo menos 1817, a capitania do Grão-Pará cresceu em número populacional e em comércio”.<sup>285</sup> Importa chamar atenção para este crescimento quase contínuo que prosseguiu no século XIX e ultrapassou a própria existência da Companhia que teve seu fim em 1778. Como lembrado por Ricci, “mesmo com algum intervalo de crise, o comércio avultava em Belém após 1800.” No gráfico 8, verificamos que nos anos que antecederam a vinda da corte de D. João para o Brasil, a quantidade de embarcações subiu de 50 para 77 em um quinquênio.

Quando se confronta o movimento do porto do Pará com os portos da Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro, essa tendência de crescimento torna-se ainda mais compreensível, pois enquanto as saídas de embarcações desses portos declinam, o Pará vai na contramão dessa disposição geral, como mostrado no gráfico 9.



Fonte: Eduardo Frutuoso *et al.* (2001)<sup>286</sup>

<sup>284</sup> BAENA, Antonio *apud* RICCI, Magda. 2003. *Op. cit.*, p. 169.

<sup>285</sup> *Idem, ibidem*. Até o final do século XVIII o movimento das embarcações que atravessavam o Atlântico com destino a capitania do Grão-Pará ainda era incipiente e estava restrito a Portugal, além dos navios ligados ao tráfico de escravos. A partir de 1755 com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, destinada a incrementar o tráfico, houve um considerável aumento na introdução de escravos e conseqüentemente na entrada de embarcações. Cf. SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3ª Ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, p. 55.

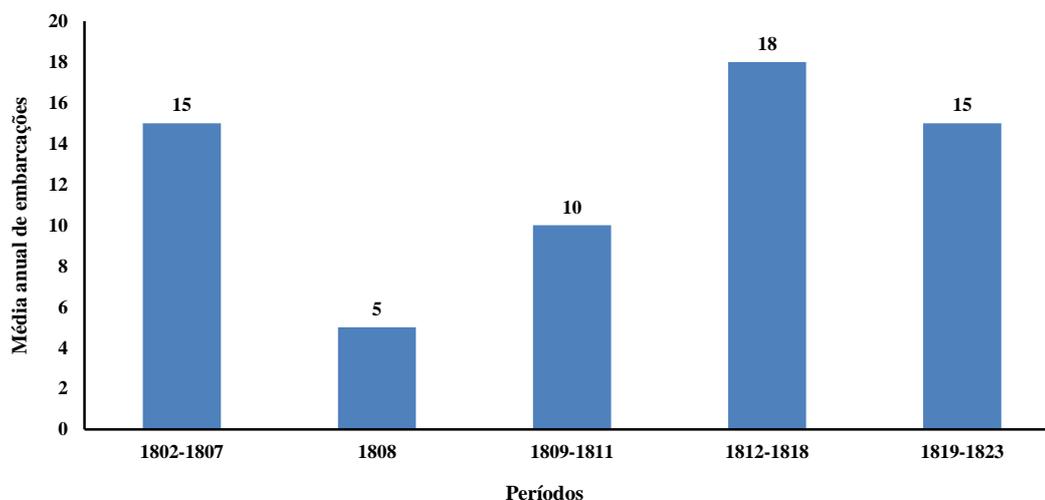
<sup>286</sup> FRUTUOSO, Eduardo. *et al.* *Op. cit.*, p. 135-140.

O gráfico 9 leva em consideração três períodos distintos da história do Brasil, isto é, os anos finais do período colonial, de 1783 a 1807, o período posterior a chegada do príncipe regente de Portugal, D. João VI, até a proclamação da independência e o período posterior a emancipação política de 1822. Nota-se que dos portos brasileiros que comerciavam com Lisboa, todos têm uma diminuição da saída de embarcações com destino ao porto lisboeta, a única exceção fica por conta do porto da capital da Capitania do Pará, que faz oposição a essa tendência, tendo crescido o número de navios no período joanino, onde percebemos o maior movimento portuário de Belém com Lisboa no período analisado.

Outro aspecto importante a se destacar é o movimento no cais belenense nos anos de instabilidade do pós-independência, que se mantêm praticamente o mesmo do período joanino, com uma saída anual média de 15 naus com destino a Barra do Tejo. Sobre esse período, Eduardo Frutuoso destaca que “os maiores ganhos são protagonizados pelo Pará que sobe de menos de 9% para cerca do dobro (17,9%) após a declaração da independência.”<sup>287</sup>

O gráfico 10 mostra que, em 1808, houve uma diminuição na saída de navios mercantes com destino a Portugal, o que confirma a leitura de Valentim Alexandre citado, fato este que não prossegue durante o período joanino. Contudo, é inegável que os conflitos que ocasionaram a vinda da família real para o Brasil trouxeram impacto sobre a navegação, mas isso abalou, como ressaltam Eduardo Frutuoso e Siméia Lopes, muito mais as relações comerciais que uniam os portos de Salvador e Rio de Janeiro. Ainda assim, as naus saídas do porto do Pará diminuíram de uma média de 18 no período de 1812-1818 para 15 embarcações anuais no quinquênio 1819-1823. Apesar da diminuição, a média de embarcações foi superior as do ano de 1808 e do triênio 1809-1811.

<sup>287</sup> FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. *Op. cit.*, p. 64.

**Gráfico 10 – Saída de embarcações do porto do Pará para Lisboa, 1802-1823**

**Fonte:** Eduardo Frutuoso *et al* (2001)<sup>288</sup>

Ainda com relação a essa diminuição verificada em 1808 é importante relembrar algumas ressalvas. A primeira é que não foi necessariamente a abertura dos portos a responsável por tal declínio. Atribuir esse arrefecimento unicamente a abertura dos portos às nações amigas “é uma tentação a que se deve resistir”.<sup>289</sup> Essa afirmativa não procede porque ainda que tenha aumentado a entrada de embarcações de outras nacionalidades, “entre 1808 e 1815, havia a hegemonia de naus portuguesas no cais amazônico.”<sup>290</sup> Somente depois de 1818 houve uma retração das visitas portuguesas e aumentaram as visitas de embarcações de outras nacionalidades. Logo, a contração não se explica pela concorrência do comércio com outras nações, nem mesmo com a Inglaterra nos anos que sucederam o tratado de 1810.

A diminuição das navegações, nesse sentido, está muito mais relacionada com as agitações políticas que assolaram Portugal do que as consequências da abertura dos portos as nações amigas, tanto que logo nos anos posteriores, o movimento das embarcações começa a se reativar novamente. A segunda ressalva se relaciona ao fato de que os negociantes portugueses estabelecidos no Pará não deixaram de negociar no ultramar, pois como destacado por Ricci, “se os compatriotas de Portugal migraram para os portos ingleses, as mercadorias daqueles que viviam no Pará também foram parar lá, mesmo que por percursos tortuosos.”<sup>291</sup> Isso mostra que por causa da conjuntura desfavorável justificada pelo domínio de Portugal pelos

<sup>288</sup> FRUTUOSO, Eduardo. *et al. Op. cit.*, p. 138-139.

<sup>289</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Op. cit.*, p. 120.

<sup>290</sup> VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. *Op. cit.*, p. 196.

<sup>291</sup> RICCI, Magda. 2008. *Op. cit.*, p. 193.

franceses, os negociantes portugueses se utilizaram de outras estratégias para manter o comércio transatlântico.

Portanto, mesmo que as narrativas do contexto da abertura dos portos não sejam das mais esperançosas, pesquisa sobre o movimento das embarcações no porto de Belém, no período joanino, demonstrou que pelo menos no momento de maiores conflitos entre Portugal e França (1808-1815), em que houve uma série de invasões francesas a Portugal, não houve uma fragilização da presença portuguesa no porto da capital do Pará. Durante o período joanino, das 521 embarcações aportadas em Belém com suas nacionalidades explicitadas, 216 (41%) foram oriundas de Portugal<sup>292</sup>, o que permite repensar sobre o real impacto da abertura dos portos para os comerciantes portugueses que tinham no porto de Belém uma das principais bases do seu comércio.

É claro que a conjuntura crítica de guerra e invasão fragilizaram Portugal a partir de 1808, e tiveram efeitos sobre o comércio do Grão-Pará. Não se pretende negar isso. E nem seria possível fazê-lo. Por outro lado, mesmo que tenha se instalado um clima de instabilidade, os negociantes portugueses conseguiram dar continuidade aos seus negócios a partir de uma rede de relações internas<sup>293</sup>, mas também de relações externas características do comércio transatlântico. Ao que parece, havia um grupo seletivo que podemos caracterizar como uma elite mercantil que veio desde a segunda metade do século XVIII e que manteve seu poder depois da abertura dos portos. Mesmo porque os bens pertencentes aos grandes negociantes iam muito além das suas atividades mercantis. José Alves caracterizou este grupo de negociantes como “funcionários-negociantes-proprietários de terra”. Essa conjugação de cargos em torno do negociante o qualificou não somente “pelos cargos que ocupava, quanto pelos negócios que desenvolvia”,<sup>294</sup> o que o fazia amealhar grandes fortunas monetárias e sociais que não o deixara sucumbir em momentos de anormalidades.

Essa característica, observada por José Alves, não era exclusiva da província do Pará. Maria Odila, em trabalho que buscou compreender as causas da independência do Brasil, também frisa que havia nas províncias do sul, desde os tempos coloniais, o predomínio de três elites: comerciante, agrária e político-administrativa, que se interligavam e por vezes se

<sup>292</sup> VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. *Op. cit.*

<sup>293</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2002. *Op. cit.*; LOPES, Siméia de Nazaré. 2013. *Op. cit.*

<sup>294</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op. cit.*

interseccionavam. Segundo ela, com a presença da Corte no Rio de Janeiro ganharam força para conseguir a emancipação política.<sup>295</sup>

Falando sobre elites, em 2004, Luciana Marinho defendeu uma dissertação de mestrado que tinha como centro a discussão da formação de elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará entre 1850 e 1870.<sup>296</sup> Para ela, Belém contava com diferentes tipos de elites e nem todas estavam envolvidas primordialmente com os negócios da borracha. Elencou as elites agrária, extrativista e comercial, já demonstrando a significativa presença de portugueses entre a elite local. É bom frisar que a autora destaca que algumas das maiores famílias pertencentes as elites de Belém, fizeram fortunas no século anterior através do domínio de riquezas que iam além das atividades mercantis.

Voltando a falar dos negociantes da Capitania do Grão-Pará, na primeira década do século XIX, é recorrente na documentação a referência a treze negociantes que estavam no topo da hierarquia mercantil na virada do setecentos para o oitocentos. Em 28 de setembro de 1801, treze negociantes da praça comercial do Pará, através da Real Junta de Comércio, solicitaram ao príncipe regente D. João averiguação sobre a expedição imediata ou demora do Comboio Marítimo do Pará e Maranhão. Os requerentes alegavam que essas providências “poderão ser bastantes para auxiliar o Comércio dos Vassallos de V. Majestade, que sobretudo mandará o que for mais justo, e do seu real agrado.”<sup>297</sup>

Em outra documentação enviada ao ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo<sup>298</sup>, novamente os “treze negociantes” (Quadro 1) se recusavam a mandar seus gêneros para Portugal por causa dos boatos do que acontecia em Lisboa no momento que antecedeu 1808.<sup>299</sup> O que se pretende enfatizar aqui é a presença marcante desses negociantes, quer seja em momento de estabilidade do comércio, como é o início do século XIX, quer seja em momentos de tensão como é o caso dos anos de 1807 e 1808, que buscavam as melhores estratégias para manter suas atividades mercantis.

<sup>295</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. cit.*

<sup>296</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

<sup>297</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 120, D. 9237.

<sup>298</sup> Joaquim Clemente da Silva Pombo, nascido em Portugal, foi Juiz de Fora do Pará (1797) Ouvidor da Comarca de Belém (1800), Ouvidor Geral do Pará (1803), cavaleiro professo da Ordem de Cristo (em Portugal) e desembargador do Tribunal da Relação da Baía. Proprietário da Fazenda Caripi. Recebeu 20 contos do Coronel Ambrósio Henriques, como dote para casar-se com Maria do Carmo de Oliveira e Silva Henriques. Joaquim Clemente era pai do Tenente-Coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo, Barão de Jaguarari (título concedido por D. Pedro I em 1830). <http://geneall.net/de/forum/11473/>

<sup>299</sup> RICCI, Magda. 2008. *Op. cit.*, p. 192.

**Quadro 1 – Negociantes que enviaram petição ao Ouvidor do Pará**

<b>Negociante</b>	<b>Nome</b>
Nº 1	Jerônimo José do Valle Guimarães
Nº 2	Pedro Rodrigues Henriques
Nº 3	Vilela Campos
Nº 4	Antonio Pereira
Nº 5	Antonio Rodrigues dos Santos
Nº 6	Joaquim José Lopes Godinho
Nº 7	João Antonio Lopes
Nº 8	Manoel José Cardoso
Nº 9	Antonio José Gomes Pinto
Nº 10	Rafael António Rodrigues da Costa
Nº 11	Manoel Fernandes de Vasconcelos
Nº 12	Antonio Bernardo de Souza
Nº 13	Joaquim Antonio da Silva
Nº 14	José Joaquim Tavares
Nº 15	Domingos José Colares

**Fonte:** APEP (1807)<sup>300</sup>

Apesar dos documentos referenciarem treze negociantes, na lista acima aparecem quinze que assinaram o documento enviado ao ouvidor. Essa diferença numérica se dá em razão de quatro dos negociantes formarem duas firmas comerciais, mas todos assinaram a petição. É o caso de Joaquim José Lopes Godinho, por exemplo, que possuía uma sociedade comercial com João Antonio Lopes (sociedade Godinho & Lopes), mas ambos assinaram o documento.

Os negociantes que fazem essas rogativas reiteradamente, fazem parte de um grupo de agentes mercantis reconhecido em Belém, embora não possamos afirmar que esses nomes representem todos os principais negociantes que faziam intercâmbio entre a praça de Belém e Lisboa. O próprio homem de negócios João de Araújo Rozo, consignatário das mercadorias que deveriam ser transportadas para Portugal, é um dos maiores e mais influentes negociantes no Pará. Não consta na lista, obviamente, porque tinha interesse que as mercadorias fossem enviadas, uma vez que para ele o clima de tensão em Lisboa poderia ser apenas um alarme falso. É notório que os negociantes se agrupavam de acordo com seus interesses, o que mais

<sup>300</sup> APEP. Documentação Notarial, Juízo Ordinário da Capital, Autos de Devassa. Autuação da Representação que dirigiram os negociantes desta Praça ao Ilmo Sr Desembargador General da Capitania do Gram Pará. 1807.

uma vez reitera a importância das redes de sociabilidade no desenvolvimento do trato mercantil. Os negociantes que fazem essas petições reiteradamente, fazem parte de apenas um dos grupos de agentes mercantis que reproduziam seus capitais já nas primeiras décadas do século.

Outro fator que nos permite aferir a situação dos comerciantes portugueses na província, além de dados da navegação, são os dados de exportação e importação. Como ressaltado, o comércio que vinha crescente desde o final do século XVIII, continuou dando sinais de efervescência, mesmo depois da abertura dos portos. Roberto Santos, ao trabalhar com os valores da exportação de Belém para Lisboa desde os meados do setecentos, mostra como se elevam os valores com exceção apenas dos quinquênios 1766-1770, 1771-1775 e 1786-1790, onde houve leve decréscimo, que coincide com o movimento das embarcações mostrado no gráfico 8.<sup>301</sup> Baena, ao buscar defender a utilidade do comércio, que para ele era a “força e a riqueza” de um estado, demonstra que o comércio de exportação continuou ascendendo nos anos iniciais do oitocentos.<sup>302</sup>

Se considerarmos os dados de Roberto Santos para a primeira metade do oitocentos, veremos uma pequena queda após a abertura dos portos com valores que se mantiveram estáveis até 1825, tendo sofrido o maior impacto em 1810. A partir daí, percebe-se um aumento em 1830, com uma pequena diminuição em 1835 e uma gradativa ascendência depois de 1838.<sup>303</sup> O próprio Roberto Santos, autor de um dos livros mais clássicos sobre a economia da Amazônia, constrói uma visão negativa sobre o período de 1800 a 1840, afirmando que “de 1805 a 1840, a tendência geral da economia foi declinante,” como demonstra a afirmativa abaixo utilizada por Santos para defender sua argumentação.

De 1806 a 1819 passou o Pará por uma grande crise contínua e ininterrupta; mas, em 1820 sete galeras e 53 embarcações de diversas tonelagens trouxeram a esta Província mercadorias francesas, inglesas, portuguesas e africanas, que teriam constituído o início de uma era nova e mais próspera, se as comoções internas e as agitações políticas não tivessem quase extinguido completamente as relações e o movimento comercial (...). A navegação de longo curso se mantém estacionária até 1840-41 com 78 a 100 navios.<sup>304</sup>

<sup>301</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>302</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*, p. 174.

<sup>303</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>304</sup> CORDEIRO, Luiz. *Op. cit.*, p. 19; 20; 24.

Considerando o objetivo da obra, qual seja, o de traçar um quadro geral da economia entre 1800 a 1920, essa perspectiva é aceitável se comparada com o período áureo da exportação da goma elástica. Porém, com base em um olhar mais pontual, comparando a primeira metade do oitocentos ao período anterior, ver-se-á que a crise não causou tão grandes consequências negativas como se possa presumir.

Como veremos mais detalhadamente adiante, o que observamos sobre os dois primeiros decênios do oitocentos diverge bastante da informação destacada por Roberto Santos que diz que “de 1806 a 1819 passou o Pará por uma grande crise contínua e ininterrupta”<sup>305</sup>. Pelo contrário, o que notamos foi que, sobretudo no período joanino, a Capitania do Grão-Pará experimentou uma grande efervescência cultural e econômica, o que pode ser verificado pelos dados dos gráficos 8, 9, 10 e 11.

Dois aspectos, pelo menos, ratificam essa conclusão. Foi nesse período que começaram a vir mercadejar com o Pará os navios norte-americanos, ingleses e franceses, o que introduziu na Capitania um avultado capital estrangeiro.<sup>306</sup> Outro fator que nos permite pensar assim é o fato que, em 1820, Belém já contava com oito representações consulares, enquanto que antes de 1808 existia apenas o consulado português. Na tabela 4, são mostrados os dados de exportação e importação entre o Pará e Portugal no período de 1789 a 1835, o que ajuda a ratificar a afirmativa acima.

Observamos que em 1789 a exportação do Pará para Lisboa foi de 286 contos e, a partir desse ano, notamos uma tendência geral de crescimento que vai até 1800, quando as cifras atingem 628 contos. Em 1801, houve uma queda na exportação de Belém para Portugal para 294 contos de réis. Segundo Eduardo Frutuoso, esse declínio ocorrido nos anos iniciais do século XIX é consequência da conjuntura político-militar vivida na Europa, em particular porque “Portugal, como aliado da Inglaterra, é pressionado para condicionar a presença de navios britânicos nos seus portos, o que vai ter reflexos no movimento comercial da Barra do Tejo”,<sup>307</sup> incluindo o movimento de navios provenientes do Brasil. Para o período posterior a 1801 até 1835, os menores registros de exportação do Pará para Portugal ocorreram no triênio 1810-12, sobretudo porque nesse triênio o Pará deslocou grande parte de sua produção para

<sup>305</sup> *Idem, ibidem*, p. 19.

<sup>306</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*

<sup>307</sup> FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. *Op. cit.*, p. 66.

atender as necessidades da Corte instalada no Rio de Janeiro.

**Tabela 4 – Exportação e importação do Pará para Portugal, 1789-1835**

Ano	Exportação	Importação	Diferença (saldo)
1789	286: 085\$618	317: 860\$642	(Déficit) 31: 775\$024
1794	222: 352\$000	-	-
1795	218: 832\$000	-	-
1796	297: 429\$127	330: 464\$055	(Déficit) 33: 034\$928
1797	358: 226\$000	-	-
1798	381: 320\$280	-	-
1799	343: 672\$853	285: 352\$664	58: 320\$189
1800	628: 494\$650	418: 379\$989	210: 144\$661
1801	294: 725\$183	194: 394\$695	100: 330\$488
1802	417: 127\$689	-	-
1804	478: 378\$124	-	-
1805	646: 907\$222	625: 614\$527	21: 292\$695
1806	785: 323\$941	652: 559\$302	132: 764\$639
1810	338: 675\$791	156: 300\$280	182: 375\$280
1811	336: 899\$300	153: 724\$230	183: 175\$070
1812	360: 305\$600	222: 511\$ 760	137: 793\$840
1813	503: 545\$593	553: 431\$450	(Déficit) 50: 114\$143
1814	512: 788\$270	379: 933\$470	132: 854\$000
1815	434: 378\$050	346: 554\$060	87: 813\$390
1816	559: 274\$285	496: 058\$365	63: 215\$920
1817	640: 707\$459	444: 012\$170	196: 583\$289
1818	615: 272\$713	615: 114\$990	157\$723
1819	452: 715\$633	299: 103\$013	153: 612\$620
1820 <sup>308</sup>	471: 000\$000	-	-
1822	560: 499\$070	-	-
1827	488: 253\$758	322: 582\$566	165: 671\$192
1830	636: 000\$000	-	-
1835 <sup>309</sup>	550: 000\$000	-	-

**Fonte:** Dauril Alden (1974);<sup>310</sup> Antonio Baena (1969);<sup>311</sup> Manoel Barata (1973);<sup>312</sup> Roberto Santos (1980)<sup>313</sup>

Quando se comparam os valores de exportação e importação, como a tabela 4 evidencia, as importações nos anos de 1789 e 1796 superaram as exportações, o que traduz um quadro desfavorável para a economia do Grão-Pará. Nos anos finais do século XVIII, a partir

<sup>308</sup> Média das exportações dos anos financeiros de 1820-21 a 1826-27.

<sup>309</sup> Média das exportações dos anos financeiros de 1834-35 e 1835-36.

<sup>310</sup> ALDEN, Dauril. **O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial: um ensaio da história econômica comparada.** Belém: UFPA/NAEA, 1974, p. 56.

<sup>311</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará.** 2ª Ed. Belém: UFPA, 1969, p. 166, 168.

<sup>312</sup> BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>313</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 27, 336.

de 1783 até 1804, quando a arrecadação na Junta da Fazenda Real do Pará não era suficiente para suprir todas as despesas da Capitania, essa era socorrida pela Junta da Fazenda Real do Maranhão. Conforme notado por Antonio Baena, entre os anos de 1794 e 1804, a Fazenda do Maranhão repassava anualmente aos cofres do Pará quarenta contos de réis.<sup>314</sup> Todavia, nos anos seguintes, a exportação sempre superou a importação, o que permite repensar o quadro sombrio sobre o qual foi colocada as análises da economia do Pará nas primeiras décadas do século XIX.

Reiteramos que os dados da tabela 4 não mostram um quadro da economia do Pará, tão pouco dos comerciantes portugueses estabelecidos na Praça do Pará, mas, especificamente, a balança comercial do Pará com Portugal. É preciso considerar que os negociantes lusitanos que atuavam no Pará, além da relação com os portos portugueses, tinham relações comerciais com outras praças comerciais, notadamente da Inglaterra, Estados Unidos e França.

Os dados de exportação podem ser apresentados além de cifras monetárias em tipos de mercadorias e tonelagens. Utilizamos essas tonelagens para discutir a economia do Pará no mesmo período. Isso porque o número de embarcações não traduz a quantidade de produtos que eram exportados. Diante disso, apresentar apenas os dados da navegação pode falsear a real situação do comércio no Grão-Pará.

Entre 1796 e 1807, cerca de 45% de todas as mercadorias entradas nos portos portugueses do Reino (Lisboa e Porto) eram provenientes de portos brasileiros, mas esse quadro sofreu sérias mudanças a partir de 1808. Estudando as relações comerciais luso-americanas nesse período, Jorge Manuel Martins Ribeiro destaca que:

Conforme é do conhecimento geral, entre 1807 e 1814 viveu-se um período conturbado, devido ao conflito que opôs a França napoleônica à Grã-Bretanha, colocando toda a Europa à ferro e fogo, e em que Portugal se viu envolvido.<sup>315</sup>

A partir dos dados apresentados na Balança geral do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras (1796-1831),<sup>316</sup> durante esses anos de “domínio” francês em terras portuguesas, observa-se que o Brasil contribuía com menos de 20% dos

<sup>314</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, 1969. *Op. cit.*, p. 163-4.

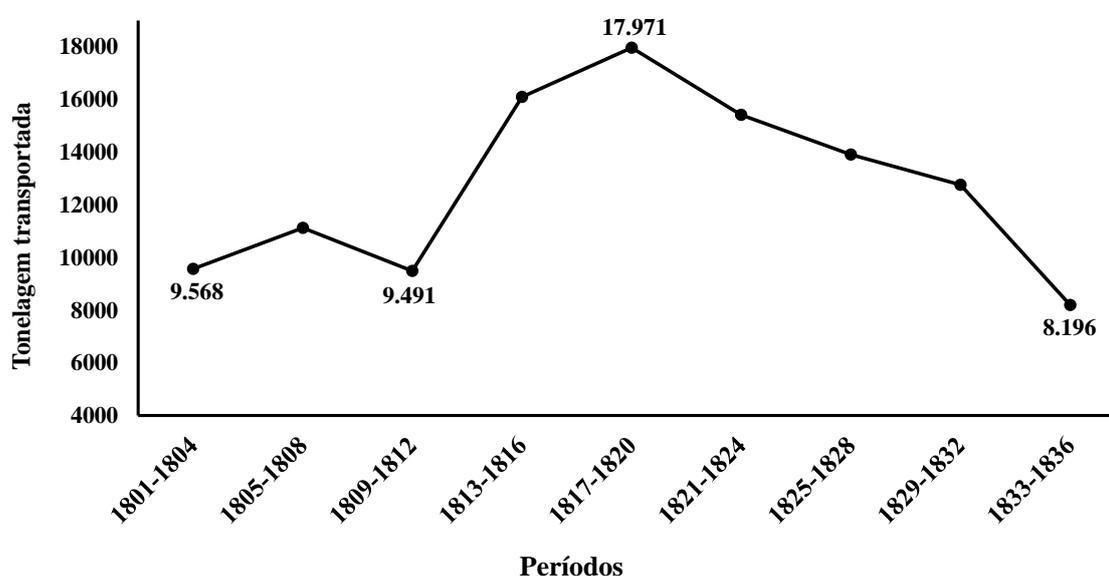
<sup>315</sup> RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. **Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)**. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Porto: Universidade do Porto, 1997, p. 67.

<sup>316</sup> Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa, 1796-1831. Dados catalogados e disponibilizados em WEBER, Adelir. **Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

produtos que desembarcaram nos portos lusos, para nos anos seguintes, 1815-16 até 1822 voltar a crescer, contudo não voltando a atingir o patamar de antes da crise.

Observamos, no gráfico 11, que a relação comercial do Pará seguiu a tendência do que acontecia com o Brasil, uma vez que a quantidade de mercadorias exportadas aumenta quanto mais se distancia do período de conflitos entre Portugal e a França Napoleônica. O maior volume de exportações ocorreu no quadriênio de 1817-1820 e o menor volume nos anos que se seguem a eclosão do movimento cabano.

**Gráfico 11 – Tonelagem descarregada em Lisboa saída do porto do Pará, 1801-1836**



**Fonte:** Eduardo Frutuoso *et al* (2001)<sup>317</sup>

José Ubiratan Rosário, dissertando sobre o Processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará na primeira metade do oitocentos, registra que desde fins do século XVIII até por volta de 1840, o Pará viveu a “civilização do cacau”. Mas, diferente do que ocorreu durante a vigência da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em que predominava o “cacau bravo”, agora prevalecia o “cacau manso”, cultivado nas fazendas e alagados da bacia amazônica, propriedades da “aristocracia do cacau”.<sup>318</sup> José Ubiratan, apoiando-se nos dados e argumentos apresentados por Dauril Alden, em obra clássica sobre a produção de cacau na

<sup>317</sup> FRUTUOSO, Eduardo. *et al. Op. cit.*, p. 170-172.

<sup>318</sup> ROSÁRIO, José Ubiratan. **Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1986, p. 51-109.

região amazônica,<sup>319</sup> defende que este produto agrícola teria sido o grande responsável pelo apogeu da economia do Pará nesse período.

Nesse contexto, quem administrava esse ir e vir de mercadorias no porto de Belém? Os negociantes de grosso trato da Praça do Pará. Homens dedicados ao comércio de além-mar e que também comandavam o comércio local em Belém, o comércio interno com a província,<sup>320</sup> as sociedades bancárias, os créditos<sup>321</sup> e as propriedades rurais.<sup>322</sup> Esses homens, grosso modo, portugueses e ingleses eram donos de armazéns e lojas de secos e molhados.

Levantamentos realizados em documentos referentes ao comércio do Pará no período de 1800 a 1830, mostram que existiam em torno de 40 negociantes de grosso trato na província, sendo a maior parte deles, cerca de 25, de origem lusa,<sup>323</sup> seguidos pelos ingleses, e norte-americanos.<sup>324</sup> Esses eram os principais consignatários das mercadorias exportadas e importadas pelo Pará. Esses negociantes, embora fossem portugueses, não se limitavam a negociar com Lisboa e Porto, mas eles também mercadejavam com os outros portos estrangeiros citados.

Outra importante ferramenta que se pode usar com fins de análise da economia é a arrecadação governamental. Analisando os dados da renda interna do Grão-Pará no período de 50 anos (Gráfico 12), no intervalo compreendido entre 1786 e 1835, observamos a evolução do comércio amazônico, representado, acima de tudo, pelas relações mercantis com Portugal.

<sup>319</sup> ALDEN, Dauril. **O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial: um ensaio da história econômica comparada**. Belém: UFPA/NAEA, 1974.

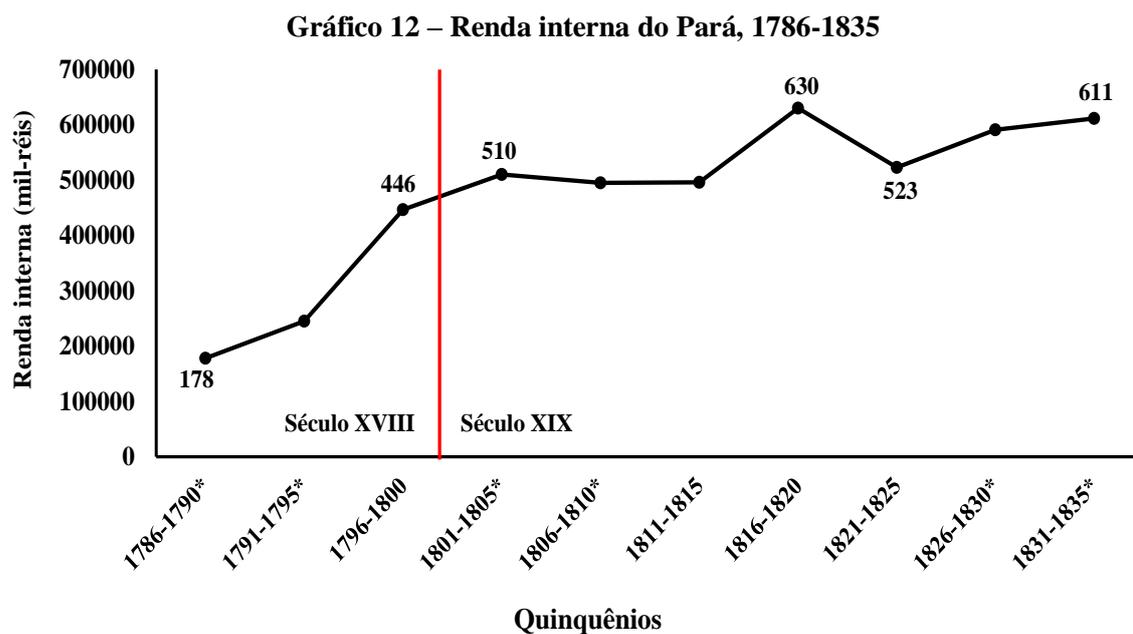
<sup>320</sup> Para saber mais sobre os negociantes envolvidos no comércio interno da Província ver: LOPES, Siméia de Nazaré. 2013. *Op. cit.*

<sup>321</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. As relações comerciais do Pará no início do século XIX. **Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica**. São Paulo, 2012.

<sup>322</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op. cit.*

<sup>323</sup> Dentre os negociantes de grosso trato portugueses, destacam-se nomes como: João de Araújo Rozo, Joaquim Francisco Danin, Francisco Gaudêncio da Costa, Rafael Antônio Rodrigues da Costa, Lourenço Antonio da Costa Ricardino, Jerônimo José do Valle Guimarães, José Pinto d'Araújo, João Francisco Verdete e Joaquim Francisco Verdete, os irmãos Vianna, Manoel de Jesus e Manoel Pedro, os irmãos Ardasse, Francisco Pedro, Manuel Pedro e João Pedro e os irmãos Lopes Godinho, Joaquim José e Agostinho José. Muitos dos quais ainda continuavam em atividade nos meados do oitocentos.

<sup>324</sup> Esses documentos incluem correspondências trocadas pelos negociantes com diversos, documentos da Praça do Comércio do Pará, documentos dos negociantes portugueses por intermédio do Consulado português em Belém com a metrópole e, dados do movimento comercial portuário no Arquivo Histórico Ultramarino durante as duas décadas.



É certo que não havia um clima de estabilidade político e social pós-1808, e “a população de Belém afetada por um estado de coisas, tenderia a responsabilizar os grupos do comércio exportador-importador, especialmente os portugueses, pelo desconforto da situação”.<sup>326</sup> Entretanto, mesmo com esse clima desfavorável que levava a constantes desentendimentos, os comerciantes portugueses continuavam a manter soberania no comércio local e internacional.

Um outro indício da prosperidade do comércio dos portugueses foi a fundação da Praça de Comércio em 3 de abril de 1819. A praça de comércio do Pará foi a segunda mais antiga do Brasil, criada dois anos mais tarde que a praça Comercial da Bahia.<sup>327</sup> Segundo Geraldo Mártires Coelho, as condições históricas que ocasionaram o estabelecimento dessa Praça de Comércio podem ser encontradas na virada do século XVIII para o XIX.

Esse período foi marcado por uma visível euforia econômica, mormente devido à elasticidade das ofertas de produtos do extrativismo vegetal paraense para os tradicionais mercados de Portugal. Mesmo com flutuações, já perceptíveis nas décadas iniciais do Oitocentos, esse quadro assim se manteve, sempre representado pela balança comercial favorável ao Pará em relação às importações de Portugal, fato que se observaria, por exemplo, mesmo em 1822, ano da proclamação da

<sup>325</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 21, 37, 336.

<sup>326</sup> *Idem, ibidem*, p. 34.

<sup>327</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*

Independência do Brasil, com desdobramento para os episódios futuros da adesão do Pará ao Império do Brasil.<sup>328</sup>

A fundação da Praça de Comércio, enquanto um importante espaço político e social de organização dos negócios na província, no então governo do Conde de Vila-Flor<sup>329</sup>, como bem ressalta Coelho, “não deixava de refletir as demandas da vida comercial do Grão-Pará.” A Praça de Comércio de Belém, fundada a partir da iniciativa do negociante Joaquim Francisco Danin<sup>330</sup>, agradou outros comerciantes de Belém que passariam a se reunir no convento das Mercês, onde já funcionava a Alfândega e a Mesa de Estiva.<sup>331</sup> Embora considerando que os anos que se seguem a criação da Praça seriam críticos para o comércio, em função de todos os conflitos causados pela Revolução do Porto, não se pode deixar de mencionar que foi uma relevante iniciativa que dava conta de traduzir a força do comércio no Pará, com predominância dos negociantes portugueses.

Esse espaço de sociabilidade e de negócios mercantis foi importante para o comércio do Pará<sup>332</sup>, também foi implantado nas principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Segundo Siméia Lopes, “é possível que a criação da Praça Comercial do Pará seja indício das mudanças ocorridas na economia”<sup>333</sup>, o que se notou em função do grande número de escrituras de sociedade mercantil para o período.

As questões já mencionadas são importantes no sentido de construir um cenário do comércio no Pará. Fatores como a predominância das naus portuguesas, o pouco decréscimo das exportações, logo após a abertura dos portos, os dados de tonelagem, da renda interna e a fundação da Praça de Comércio no momento que antecedeu ao vintismo no Pará, anunciam que o comércio dos portugueses sofreu uma retração em alguns momentos específicos. Contudo, é importante enfatizar que mesmo nesse momento de instabilidade, as intempéries não conseguiram minimizar o papel dos comerciantes lusos na economia do Pará já nas primeiras décadas do oitocentos.

<sup>328</sup> MONTEIRO, Luiz Augusto Lima; PENNA, Mahyra Matos; CARNEIRO, Orlando. **Junta Comercial do Pará: fazendo história**. Belém: Valente gráfica e editora, 2010, p. 27.

<sup>329</sup> António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, 7. Conde de Juro e Herdade e 1. Marquês de Vila Flor, e 1.º Duque da Terceira com Honras de Parente, foi nomeado capitão-general e governador da capitania do Grão-Pará de 1817 a 1820.

<sup>330</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2013. *Op. cit.*, p. 201.

<sup>331</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*, p. 126.

<sup>332</sup> DOURADO, Bruna Iglezias Motta. *Op. cit.*

<sup>333</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2013. *Op. cit.*, p. 201.

## 2.2. Entre a Revolução do Porto e a Cabanagem

Qualquer discussão que trate dos comerciantes, antes do processo que levou a independência do Pará, tem que levar em conta a posição do norte do Brasil no contexto da ordem colonial. Tal aspecto aponta para o “isolamento da região em relação ao restante do território brasileiro”, pois “a dificuldade e a irregularidade das comunicações entre o norte e o sul do Brasil, ao contrário do que se dava relativamente com a Europa, acentuava o histórico direcionamento dos interesses regionais para Portugal”.<sup>334</sup>

A estreita relação entre o Norte do Brasil e a metrópole fez com que, na prática, o constitucionalismo não gerasse mudanças estruturais mais significativas. Embora representativas, os ventos do movimento da regeneração portuguesa não chegaram a construir o perfil que fizesse nascer outra realidade, “sendo muitas vezes asfixiadas pelo peso dos interesses dos grandes comerciantes voltados para Lisboa ou reprimidas pelo poder militar colonial”.<sup>335</sup>

No contexto da Revolução do Porto havia, tanto no Reino quanto na América Portuguesa, uma tensão entre uma força ligada ao passado colonial e do Antigo Regime, e, por outro lado, as novas forças oriundas de uma nítida proposta de reformas defendida pelo Vintismo. Esse quadro se torna mais claro quando se observa as disputas que se travaram no Pará com a instalação do jornal *O Paraense* em Belém entre 1821 e 1822.<sup>336</sup> De um lado tem-se a formação de uma nova linguagem a partir da literatura vintista, liderada por Felipe Patroni<sup>337</sup>, do outro lado, as forças oficiais militares apegadas a manutenção da ordem relacionada a continuidade do Antigo Regime na colônia representadas pelo brigadeiro José Maria de Moura<sup>338</sup>. O brigadeiro Moura via na sua atuação uma possibilidade de manter o Pará alheio ao sistema do Rio de Janeiro.

<sup>334</sup> COELHO, Geraldo Mártires. **Letras e Baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará.** Belém: Cultural Cejup, 1989, p. 27.

<sup>335</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>336</sup> *Idem, ibidem*; COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822.** Belém: Cejup, 1993.

<sup>337</sup> Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente era filho do Alferes Manuel Joaquim da Silva Martins. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e, retornando para Belém, trouxe uma tipografia, fundando em abril de 1822, *O Paraense*, o primeiro jornal publicado na cidade de Belém. Foi ativista do constitucionalismo no Brasil, sendo a província do Pará a primeira a aderir às Cortes de Lisboa. Foi o primeiro brasileiro a falar nas sessões da Assembleia Constituinte, em 5 de abril de 1821. Foi delegado da Junta Provisória do Governo do Pará e deputado, pela província do Pará, na legislatura de 1842 a 1845.

<sup>338</sup> Segundo André Roberto de Arruda Machado, o brigadeiro e governador José Maria de Moura “foi a figura central na política do Pará, desde abril de 1822 até o alinhamento ao Rio de Janeiro em agosto de 1823”. Cf. MACHADO, André Roberto de A. **A lógica territorial nas tramas políticas do período da independência:**

É importante ressaltar que a ordem vintista no norte do Brasil trouxe como resultado a deposição do último capitão general que governou entre 1817 e 1820, o Conde de Vila-Flor. Em seguida, formou-se um governo provisório. O vintismo também legou como consequência o decreto de 29 de setembro de 1821 que trouxe em seu bojo o propósito de diminuir o alcance do poder de D. Pedro I no Brasil por meio da criação de juntas provisórias subordinadas a Lisboa. No Pará o objetivo foi alcançado, pois a junta era presidida por um português. O mesmo decreto impôs a subordinação dos governadores das armas a Lisboa. Isso gerou duas representações de autoridade, uma civil e outra militar.

As duas esferas de poder, munidas de autoridade pelo decreto de 1821, acarretaram sérios confrontos na província do Pará. O saldo desses conflitos foi processos judiciais, desafetos, denúncias, insinuações e constante jogo de interesses que demarcavam a posição dos sujeitos sociais envolvidos, que faziam interpretações do constitucionalismo português de acordo com os interesses em jogo. Na disputa que esses grupos traçaram em torno da circulação do jornal *O Paraense*, à primeira vista o brigadeiro José Maria de Moura saiu vitorioso, pois o periódico deixou de circular em fevereiro de 1823, seguida da prisão de um dos seus principais defensores, o Cônego Batista Campos. Todavia, a força política do grupo aparentemente derrotado com o empastelamento do jornal e a prisão de Batista Campos, ficou evidente com o processo eleitoral em que os eleitos eram brasileiros. A reação do grupo das armas foi a dissolução da câmara recém-eleita e a reintegração da antiga, que assegurava, de fato, a subordinação do Pará a Portugal.

Essa situação de tensão ainda foi agravada pelo fato de que “um almirante estrangeiro, pago pelo imperador português (d. Pedro I), enviara outro estrangeiro, lord Grenfell, para destituir a junta portuguesa no Pará.”<sup>339</sup> Depois do afastamento da junta, a facção liderada por Batista Campos exigia que os admiradores da causa nacional tivessem maior participação no novo governo, o que na realidade não se efetivou, haja vista que quem ganhou o espaço político foram os adeptos de D. Pedro I. Na nova junta formada, a maioria dos votos permaneceram nas

**Pará, 1822-1823.** Disponível em: [http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/877/1/Revista\\_Texto7\\_Andr%C3%A9%20Roberto%20de%20A.%20Machado.pdf](http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/877/1/Revista_Texto7_Andr%C3%A9%20Roberto%20de%20A.%20Machado.pdf).

Militar de carreira, ocupou diversos postos em Portugal, Em 1819 D. João VI elevou ao posto de Brigadeiro. Adepto das Cortes de Lisboa, foi primeiramente nomeado Governador das Armas de Pernambuco em 1821 e, depois, Governador de Armas do Pará em 1822. Deposto em 1823, retornou para Portugal, sendo elevado ao posto máximo do exército, tenente-general.

<sup>339</sup> RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). **O Brasil imperial (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (a), p. 199.

mãos dos portugueses que dominavam o comércio transatlântico.<sup>340</sup> E como se não bastasse, Grenfell foi responsável pelo massacre do brigue palhaço, isto é, pela morte de 252 homens relacionados a defesa da causa brasileira.

Àquela altura, o destino do Grão-Pará parecia está definido, “muitos comerciantes estavam desiludidos com os rumos da política na velha metrópole e se inclinavam a apoiar o novo monarca entronado no Rio de Janeiro.” Nesse sentido, “a elite pôs-se de acordo, em agosto de 1823.”<sup>341</sup> Mas não era o fim e nem mesmo o início de uma nova fase como se poderia pensar, pois o episódio do brigue palhaço deixaria marcas que faria nascer levantes por longos anos no antigo Grão-Pará.

Nas ruas de Belém, aumentavam as pinimbas entre os brasileiros nascidos na terra e aqueles tidos como ‘adotivos’ – os portugueses ‘enraizados’ no Pará. O conflito chegou às forças de segurança locais: insatisfeitos com o pagamento irregular, as tropas ‘nacionais’, ou melhor, paraenses iniciaram um movimento para exigir um tratamento diferenciado em relação aos soldados que vinham das antigas tropas portuguesas. No dia 15 de outubro, as tropas se dirigiram ao largo do Palácio. Depois de tentarem arrombar o Trem de Guerra [Trem de Artilharia] (depósito de munição), cercaram a junta do governo do Pará. Sua revolta ia além da questão do soldo: era contra todos os portugueses, e mesmo contra todos os estrangeiros. Passaram a noite entre reivindicações e acuadas promessas dos governantes. No dia seguinte, os rebelados saquearam várias lojas e tentaram entrar a machado nas casas de negociantes portugueses e ingleses.<sup>342</sup>

Com o apoio dado por John Pascoe Grenfell<sup>343</sup> ao governo, foram presos e mortos 5 soldados das tropas “rebeldes”. Além disso, quase foi levado a morte o Cônego Batista Campos, tendo sido poupado para evitar possíveis insurreições. Contudo, a punição ao que o governo considerou insubordinação não parou por aí. Logo após inúmeras prisões, 252 soldados foram levados para os porões do brigue palhaço, onde foram mortos sufocados com cal. Além do tom de truculência que marcou o acontecimento, observa-se o clima de aversão em torno dos comerciantes portugueses que se exacerbou no pós independência.

Adeptos a causa portuguesa ou a brasileira, os negociantes portugueses se tornariam um dos principais alvos das camadas insatisfeitas com a situação política, econômica e social da província. Ricci frisa que “alguns acontecimentos agravaram a fobia local por estrangeiros

<sup>340</sup> RICCI, Magda. 2008. *Op. cit.*, p. 203.

<sup>341</sup> RICCI, Magda. Dias trágicos. In: **Revista de História**, s/n., set. 2009(b).

<sup>342</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>343</sup> Grenfell fazia parte da marinha imperial do Brasil e foi um dos estrangeiros designados para ajudar a manter a unidade territorial do Brasil que estava ameaçada pela resistência de diversas províncias: Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Cisplatina. Ele estava ligado ao almirante Cochrane, que tomou de assalto o Maranhão e, depois, o Pará em 1823. Disponível em: [http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/almirante-greenfell-\(john-pascoe-grenfell\)/13848](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/almirante-greenfell-(john-pascoe-grenfell)/13848)

e por portugueses, e em especial no Pará”.<sup>344</sup> Os anos que sucederam a forçada proclamação da independência, em agosto de 1823, foram conturbados. Para Ernesto Cruz, “a divergência entre portugueses e brasileiros, que viera desde as lutas armadas pela emancipação política do Pará do jugo lusitano, mas se acentuou depois de proclamada a separação”.<sup>345</sup>

Segundo ele, com a abdicação de D. Pedro I, as lutas foram prolongadas, e em consequência de 11 de julho de 1831, fundou-se a Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica, conhecida como Filantrópicos, isto é, o partido dos brasileiros. Seus líderes, em grande parte, tinham uma história de oposição ao mandonismo português, era o caso de Batista Campos que tantas vezes já tinha sobrevivido às forças legalistas. De outro lado, os portugueses se organizaram em torno do partido Caramuru representado por homens que tinham influência na província: proprietários de terras, negociantes, militares, magistrados, constituindo “o escol social da terra”<sup>346</sup>. Os primeiros eram vistos como patriotas, liberais, exaltados, anarquistas, desorganizadores, os segundos como desordeiros, constitucionais, moderados, lusitanos, absolutistas, restauradores e chumbeiros. Estes últimos, em pleno início da década de 1830 ainda significavam uma ameaça para os ideais mais patrióticos.

Importa ressaltar que, mesmo depois da independência, os portugueses e, especificamente, os comerciantes ainda causavam disputas e temores entre grupos políticos e, por vezes, se opunham aos interesses da maioria da população composta de indígenas, negros e mestiços que construíram uma identidade local que nem sempre se coadunou com o que se processava na capital do império.

Um dos pontos que ajudou a conformar essa identidade local foi “o ódio em comum ao tradicional mandonismo branco e português”,<sup>347</sup> associado ao passado colonial. Esse ódio encontra sua maior representatividade no movimento de 7 de janeiro de 1835. A palavra de ordem era: “Morte aos portugueses e aos maçons”. Repetira-se o grito proferido no contexto de lutas de 1823: “Morte aos europeus!” Alguns dos alvos mais visados eram os brancos, sobretudo os portugueses ou “bicudos”.

Na primeira invasão feita a cidade, os cabanos mataram senhores de escravos identificados como ricos comerciantes portugueses que monopolizavam o comércio local. Na segunda incursão foi morta Mariana Almeida, viúva de um negociante português. A

<sup>344</sup> RICCI, Magda. 2009(a). *Op. cit.*, p. 199.

<sup>345</sup> CRUZ, Ernesto. 1973(b). *Op. cit.*, p. 541.

<sup>346</sup> *Idem, ibidem*, p. 542.

<sup>347</sup> RICCI, Magda. 2009(a). *Op. cit.*, p. 191.

Cabanagem, além de ser um movimento amplo que lutava contra o império, uma vez que este não atendia aos anseios da população, também se opunha veementemente ao que chamavam de “usurpadores portugueses de Belém”.<sup>348</sup>

No Grão-Pará dos anos iniciais de 1820, dois grandes problemas que o Brasil enfrentava se fundiram, a causa da Independência e a da liberdade.<sup>349</sup> E no cerne dessa fusão estavam os portugueses: proprietários de terras, líderes políticos e militares locais e negociantes. Desde a introdução das ideias liberais do Porto por Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, em dezembro de 1820 até a eclosão da Cabanagem, em janeiro de 1835, foram anos de muitas disputas, em todos os níveis, econômico, político e ideológico.

Uma dessas disputas envolveu a primeira oficina tipográfica chegada em Belém, que por esforços de Felipe Patroni, em sociedade com Domingos Simões da Cunha e Batista Camecran, adquiriram a antiga maquinaria usada pela Imprensa Nacional de Lisboa<sup>350</sup>. De maio de 1822 a fevereiro de 1823 a oficina imprimiu o jornal O Paraense.<sup>351</sup> Depois dos tumultos gerados a partir da eleição de 27 de fevereiro de 1823, que elegeu apenas nacionais, os portugueses que assumiram a presidência dois dias depois, por uso da força e da violência, confiscaram a imprensa tipográfica e em resposta ao Paraense, passaram a imprimir o Luso-Paraense, sob a direção do lusitano José Roberto Guimarães.<sup>352</sup>

Quando, finalmente, a província foi “integrada” ao império do Brasil, após a adesão à Independência, a oficina passou a imprimir o jornal O Independente, que circularia de 8 de dezembro de 1823 a julho do ano seguinte.<sup>353</sup> Como os paraenses não estavam satisfeitos com a presença lusitana nos melhores cargos da administração da província, e constantemente o acusavam de não terem aderido à causa brasileira, a partir de agosto de 1824, como forma de minimizar as acusações e tensões, o negociante e magistrado luso-paraense<sup>354</sup> José de Araújo Rozo que tinha assumido a presidência do Grão-Pará, por indicação do monarca D. Pedro I,

<sup>348</sup> *Idem, ibidem*, p. 202-203.

<sup>349</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, p. 66.

<sup>350</sup> A Imprensa Nacional de Lisboa, vendeu essa oficina ao tipógrafo Daniel Garção de Mello & Cia., de quem Felipe Patroni e sócios compraram-na.

<sup>351</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999, p. 66.

<sup>352</sup> BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 228.

<sup>353</sup> *Idem, ibidem*, p. 229.

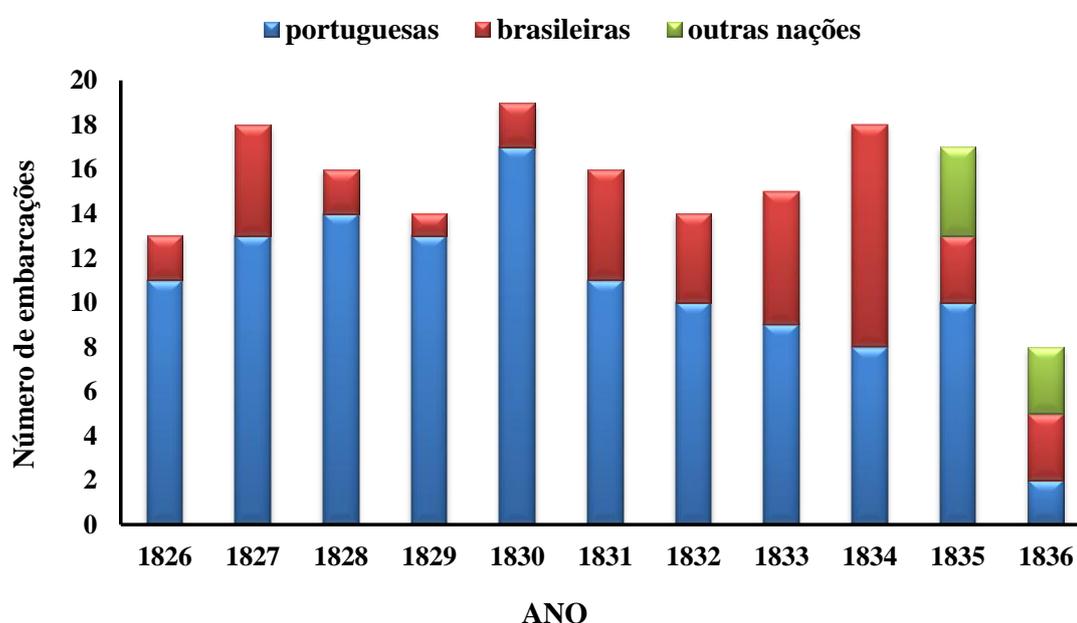
<sup>354</sup> Digo **luso-paraense** porque José de Araújo Rozo era filho do Coronel e negociante português João de Araújo Rozo, e apesar de ter nascido em Belém era adepto da causa defendida por seu pai, sendo inclusive por vários anos o líder do partido *caramurú* em Belém. E, como veremos adiante, o homem que irá liderar por diversas vezes levantes contra, os nativos e a ordem pública local. O desenrolar dos fatos mostra que cada um desses homens defendia seus próprios interesses. Daí entende-se porque em alguns momentos José Rozo estará lutando conto os portugueses e noutros momentos ele estará lutando contra os nativos. José Rozo era adepto da independência, mas era contra a liberdade apregoada e defendida por Batista Campos, Felipe Patroni e tapuios, mestiços, negros e indígenas.

apenas três meses antes, muda novamente o nome do periódico impresso por aqueles linotipos, chamando-o agora de O Verdadeiro Independente, como se o anterior fosse um falso independente, mas ele não o fosse. Esse semanário circularia pelas ruas de Belém até os idos de 1827.<sup>355</sup>

Esses conflitos políticos-ideológicos dividiram portugueses e paraenses durante as décadas de 1820 e 1830. Os portugueses que detiveram a supremacia do comércio, mesmo com o aumento da concorrência de ingleses, franceses e norte americanos após a abertura dos portos requeriam a manutenção dos seus espaços que ia muito além da manutenção do poder econômico. Depois do processo conturbado que levou a independência da província em agosto de 1823, as relações entre portugueses e “paraenses” foram cada vez mais perturbadas, o que obviamente trouxe consequências para os portugueses e seus negócios. Contudo, os prejuízos sofridos pelos portugueses foram apenas pontuais.

É notável que a partir de 1815, o comércio tendeu a se reerguer, resultado da expulsão das tropas de Napoleão. Essa perspectiva de crescimento continua nas décadas posteriores. Portugal, nesse contexto, continua a ter o maior número de embarcações que transitam entre Belém e Lisboa, com exceção do ano de 1836, como expressa o gráfico 13.

**Gráfico 13 – Bandeiras das embarcações saídas de Belém com destino a Lisboa, 1826-1836**



Fonte: Eduardo Frutuoso *et al* (2001)<sup>356</sup>

<sup>355</sup> BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 229.

<sup>356</sup> FRUTUOSO, Eduardo. *et al. Op. cit.*, p. 70.

No decênio que antecedeu a tomada do poder de Belém pelos cabanos (1826-1835), notamos que o movimento de embarcações saindo do Pará com destino a Lisboa não sofreu grandes abalos, mantendo-se praticamente constante durante todo o período, com média anual de 16 embarcações. Apesar de o número total de naus se manter praticamente estável, a partir de 1831, percebemos que há uma diminuição de naus portando bandeira portuguesa e estas começam a ser substituídas por embarcações que tremulavam bandeiras brasileiras ou de outras nações como: Inglaterra, França, Itália e Dinamarca.

Em 1834, por exemplo, dos 18 navios que viajaram do Pará para Lisboa, 10 (56%) eram brasileiros e apenas 8 (44%) eram navios portugueses. Em 1835, ano da explosão da Cabanagem em Belém, 17 naus partiram do cais belenense rumo à capital portuguesa, levando principalmente passageiros portugueses que fugiam da fúria cabana. Desse total de navios, 10 (59%) eram de origem portuguesa, 3 (18%) brasileiros e 4 (23%) de outras nacionalidades.<sup>357</sup>

Um fluxo não habitual registrou-se no cais belenense entre 8 de março e 17 de abril de 1833, pois num espaço de apenas 40 dias, seis embarcações zarparam do porto do Pará com destino a barra do Tejo, levando cargas e passageiros. Um número muito maior que a média mensal do período, onde normalmente um ou dois navios, no máximo três, deixavam o cais paraense rumo à Portugal.

De 7 de janeiro de 1835 a 13 de maio de 1836, Belém esteve sob o comando dos governos cabanos. Por isso, precisamos examinar o período com mais minúcia, para compreendermos o quanto de fato a revolução cabana interferiu no movimento do cais belenense, no comércio e na economia da capital da província. Para uma análise do movimento de entradas e saídas de embarcações no porto do Pará, durante esse período deve-se fazer uma investigação mais detalhada, considerando-se diversos fatores como procedência e destino das naus e fluxo durante os meses do ano.

Um olhar mais pontual mostra que, de 7 de janeiro a julho de 1835, o movimento de embarcações mercantes no porto da capital não sofria mudanças radicais. Um revolucionário francês que tomou parte na tomada de Belém pelos cabanos em 7 de janeiro daquele ano, narra os acontecimentos que levaram Félix Antonio Clemente Malcher, um dos líderes da

<sup>357</sup> Das quatro embarcações estrangeiras que deixaram o porto de Belém com destino a Lisboa no ano de 1835, uma era inglesa, uma francesa, uma italiana da Toscana e uma era dinamarquesa.

Cabanagem, a ser empossado como presidente da província<sup>358</sup>. Segundo ele, às 11 horas da manhã, sob sol forte, uma multidão de homens do povo se concentra na Praça do Palácio, enquanto isso, do lado de dentro, no salão nobre do Palácio, mais de 500 pessoas se apinham suarentas. São membros das principais famílias e outras pessoas gradas de Belém, incluindo altos funcionários, vice-cônsules, oficiais do alto escalão militar e grandes comerciantes: nacionais, portugueses, ingleses, norte-americanos e de outras nações, enfim, estavam presentes ali o escol social da província.<sup>359</sup>

Notamos na narrativa que os membros das elites de Belém, incluindo os negociantes de grosso trato, estavam presentes na posse de Félix Clemente Malcher. Para tranquilizar essas elites, poucos dias depois à investidura, Malcher presta juramento perante a Câmara, comprometendo-se em manter as liberdades constitucionais, defender o império, executar as leis e proteger as propriedades e os negócios dos *homens bons* da província.<sup>360</sup> Apesar do abalo e do medo sofridos, “restabelecida a ordem” e diante do juramento do novo presidente, os negociantes de grosso trato retomariam o andamento de seus negócios, e o movimento do porto pouco sentiria de fato nesse primeiro momento.

Mas, a tranquilidade e a ordem não durariam muito a voltar a sofrerem impactos na capital. No mês seguinte, descontentes com as atitudes políticas de Félix Malcher e outros fatos, a massa cabana agravaria a situação e forçaria o Comandante das Armas Francisco Pedro Vinagre, homem muito mais identificado com os cabanos que Malcher, a depô-lo do cargo, fazendo assumir a presidência da província com aclamação popular, o proprietário de terras e tenente da Guarda Nacional, Francisco Vinagre.

Assim como fez Malcher, logo que assumiu o cargo, Vinagre reuniu-se, no Palácio do Governo, com os membros da Praça do Comércio, a elite mercantil da cidade, homens de negócios: paraenses, luso-paraenses, portugueses, ingleses e norte-americanos, a fim de garantir-lhes as condições necessárias para desenvolverem suas atividades mercantis, no comércio local e transatlântico. O presidente fez garantias quanto ao direito à propriedade e assegurou que as mercadorias de suas lojas e armazéns estavam sob a fiança do governo.<sup>361</sup>

<sup>358</sup> Felix Antonio Clemente Malcher era fazendeiro da região de Acará, e filho de Antônio José Malcher e Anastácia Josefa Matilde de Sousa. Pertenceu ao Regimento de Milícias chegando ao posto de tenente-coronel. Foi casado com Rosa Maria Henriques de Lima, filha do rico proprietário da região do Rio Acará.

<sup>359</sup> FREITAS, Décio. *A Miserável Revolução das Classes Infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 107.

<sup>360</sup> *Idem, ibidem*, p. 108.

<sup>361</sup> GUEDES, Aureliano da Silva. *As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)*. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais). Porto: Universidade do Porto/Universidade de Aveiro, 2011, p. 83.

O governo de Francisco Vinagre duraria pouco mais de quatro meses. Nesse período, entre fevereiro e junho, o movimento mercantil e de naus no cais belenense não foi abalado de forma drástica, de forma que a entrada de embarcações e mercadorias continuaram no seu ritmo. Quanto as saídas para Lisboa, não houve uma queda brusca do número de embarcações, pois se registrou apenas um navio a menos que no ano anterior, e os 17 navios mercantes que zarparam naquele ano superou a média de 16 naus do decênio. No entanto, quando se observa a saída de mercadorias, percebemos que houve uma queda considerável, pois em 1834 saíram 2.434 toneladas de produtos, enquanto que em 1835 saíram apenas 1.578 toneladas de mercadorias tropicais (queda de 35%) para o porto lisboeta.

Todavia, a partir da segunda investida cabana sobre Belém, em 15 de agosto de 1835, o porto teve seu comércio seriamente abalado, principalmente pelo bloqueio imposto pelos legalistas, inicialmente pelo Marechal Manuel Jorge Rodrigues<sup>362</sup> e depois por Francisco José de Sousa Soares de Andréa,<sup>363</sup> que usariam esta ferramenta como estratégia de guerra, a fim de enfraquecer os rebelados estabelecidos em Belém, uma vez que não receberiam mais víveres, nem do interior, nem dos portos estrangeiros.

Diante de tal situação, desde o início de 1835 com a primeira incursão cabana sobre Belém, o movimento na orla de Belém de naus com procedência dos portos de Portugal e da Inglaterra se reduziram, mas foi a partir do bloqueio imposto por Manuel Jorge, a partir de agosto, que o movimento portuário se reduziu a quase zero, pois as embarcações provenientes de países como Estados Unidos e França, que continuavam a abastecer a capital, passaram a ser interceptadas pelas forças legalistas, fundeadas em diferentes pontos, como no farol de Salinas, nas Baías do Marajó e de Guajará, no Amazonas, no Guamá, no Tocantins e no Acará. Em síntese, o cerco sobre Belém estava armado e o trânsito no cais estagnado.

Com o cerco, a estagnação naval nas docas da capital da província gerou o maior impacto sobre a vida daqueles que permaneciam em Belém, o que fora observado de janeiro a

<sup>362</sup> Manuel Jorge Rodrigues, 1.º barão com grandeza de Taquari. Militar português, chegou no Brasil em 1816 na Divisão de Voluntários Reais do Rei. Participou da Guerra na Cisplatina contra Artigas e alcançou o posto de Marechal com D, Pedro I em 1826. Foi comandante das armas e presidente da província do Pará, de 10 de abril a novembro de 1835, sucedendo Francisco Pedro Vinagre.

<sup>363</sup> Francisco José de Sousa Soares de Andréa, barão de Caçapava (Lisboa, Portugal, 29.01.1781; São José do Norte, RS, 02.10.1858). Veio para o Brasil com a família real (1808). Tomou parte na Campanha Cisplatina. Foi presidente das províncias do Pará (1836-1839), de Santa Catarina (1839); do Rio Grande do Sul (1840 e 1848), de Minas Gerais (1843) e da Bahia (1844). Representou as províncias do Pará e do Rio de Janeiro nas 4ª e 5ª legislaturas (1838-41; 1843-4). Chefiou a comissão de demarcação de limites entre o Império e República do Uruguai (1854), quando fundou a cidade de Santa Vitória do Palmar. Disponível em: [www.ihgb.org.br/acervo/311.php?f=ACP000006](http://www.ihgb.org.br/acervo/311.php?f=ACP000006). Acesso em 15 nov. 2016.

agosto de 1836. Durante esses oito meses, a comunicação do Pará com Portugal se resumira a apenas duas viagens partindo de Belém com destino à Lisboa, uma em janeiro e outra em março.

Partindo do porto do Pará em 26 de janeiro de 1836, o bergantim Paquete Feliz<sup>364</sup> propriedade do fidalgo cavaleiro da casa imperial portuguesa e negociante estabelecido em Lisboa, Isidoro José de Almeida<sup>365</sup>, era capitaneado por Filipe José Pereira Avelar. Em 5 de março daquele mesmo ano levantou âncora do porto belenense a galera Prazeres e Alegria<sup>366</sup>, propriedade de Rosa Luiza de Sena, viúva do negociante da praça lisboeta Rafael António. A galera estava sob o comando do mestre Rafael Gonçalves Branco, sobrinho da viúva<sup>367</sup>, que levou para Lisboa 262 toneladas de mercadorias amazônicas.

As duas embarcações citadas eram de negociantes portugueses estabelecidos em Lisboa e que não tinham moradia no Pará. Isso facilitou para que os cabanos permitissem a entrada e a saída dessas naus no cais belenense. Sem contar que as embarcações levaram provimentos a capital da província. A galera Prazeres e Alegria, desde que realizou sua primeira viagem ao Pará em 1808<sup>368</sup>, rotineiramente singrava as águas Atlânticas, indo e vindo dos portos de Lisboa, Porto e Setúbal ao Pará. Entre 1808 e 1836 a galera Prazeres e Alegria realizou 30 viagens ao Pará, sendo que apenas no período entre julho de 1823 e novembro de 1826 o navio não ancorou no cais belenense, porém, em todos os demais anos registrou-se ao menos uma viagem de ida e uma de vinda entre a Europa e o Grão-Pará. Houve anos em que a galera realizou duas viagens, como em 1811, 1813, 1814 e 1815.

Como um bom homem de negócios, preocupado com a salvaguarda de seus bens, Rafael António não realizou viagens durante o período em que iniciavam as agitações em torno da questão da adesão do Grão-Pará à independência do império do Brasil. Além da galera Prazeres e Alegria, o português também era proprietário do bergantim Pensamento Feliz, que realizou viagens de Lisboa à Belém entre 1817 e 1827.<sup>369</sup> Após sua morte, no início de 1827, sua viúva Rosa Sena e seu sobrinho Rafael Branco assumiriam o comando dos negócios.<sup>370</sup>

<sup>364</sup> FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. *Op. cit.*, p. 785.

<sup>365</sup> Isidoro José de Almeida recebeu por alvará de 17 de agosto de 1825 o Foro de Fidalgo Cavaleiro. Torre do Tombo: Registo Geral de Mercês, D. João VI, liv.20, fl.275v. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=1993716>. Acesso em 15 nov. 2016.

<sup>366</sup> FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. *Op. cit.*, p. 785.

<sup>367</sup> PEREIRA, Gabriel Langie. **Independência e sequestro de bens: negócios, negociantes e correspondentes no Pará e Maranhão (1822-1842)**. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Universidade de Campinas, 2009, p. 232.

<sup>368</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.142, D.10755.

<sup>369</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 148, D. 11330.

<sup>370</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12560.

Nessas viagens, a galera Prazeres e Alegria levava de Portugal ao Pará sedas, fazendas e alimentos como presunto e chouriço<sup>371</sup>. Em 1823, por exemplo, o negociante português da praça do comércio de Lisboa, Luís Francisco da Silva, enviou ao Pará “quatro barris com presunto e cinco ancoretas com chouriços, no valor de Rs191\$850”<sup>372</sup>. Enquanto que nas viagens de regresso, seu carregamento era de madeiras e diversos outros gêneros amazônicos.<sup>373</sup> Em 11 de outubro de 1820 a galera Prazeres e Alegria dava entrada na Torre de Belém, em Portugal, levando em seu carregamento “2200 sacas de cacá, 2500 de arroz, 300 paneiros de salsa e 1 passageiro”.<sup>374</sup>

Rafael Antônio era um negociante de grosso trato que fornecia mercadorias a vários negociantes das praças do Pará e de Lisboa. Numa viagem de regresso à Europa, em julho de 1823, sua galera transportava mercadorias de 35 negociantes, dos quais 21 eram da Praça lisboeta e os outros 14 eram da Praça do Pará. Dos negociantes de Belém, um era espanhol, seis eram paraenses e os outros sete eram portugueses estabelecidos no Pará.<sup>375</sup>

Naquele início de 1836, além da galera Prazeres e Alegria, apenas uma outra embarcação portuguesa de comércio deixaria o porto do Carmo, em Belém, rumo a Portugal, o bergantim Paquete Feliz, uma embarcação que esteve no Pará outras vezes entre os anos de 1833 e 1835. O Paquete Feliz foi a embarcação que no início de 1833 levou do Rio de Janeiro ao Pará a nova equipe de governo, o Dr. José Mariani<sup>376</sup>, como presidente, e o governador das Armas, o tenente-coronel Inácio Corrêa de Vasconcelos, que não assumiriam seus postos graças a oposição que os negociantes lusitanos, liderados por Joaquim Afonso Jales, faziam aos recém-chegados.

Teria sido a bordo do Paquete Feliz, quando viajava do Rio de Janeiro ao Pará, que o cônego Batista Campos proferiu que “ia fazer uma revolução no Pará e que esta rebentaria ao

<sup>371</sup> PEREIRA, Gabriel Langie. *Op. cit.*, p. 211 e 232.

<sup>372</sup> *Idem*, p. 210-211.

<sup>373</sup> *Idem*, p. 232-233.

<sup>374</sup> Gazeta de Lisboa, n. 247, de 13 de outubro de 1820, p. 4.

<sup>375</sup> PEREIRA, Gabriel Langie. *Op. cit.*, p. 232 e 233.

<sup>376</sup> José Mariani era formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1825, e foi juiz de fora da cidade de São Luís em 1828. Em 1829 foi nomeado provedor da fazenda dos defuntos e ausentes em alvará de 22 de maio de. Foi nomeado presidente da província do Pará em 1831, mas não tomou posse em virtude das revoltas que antecederam a Cabanagem, e o impediu de desembarcar na cidade de Belém. Foi nomeado em 1833 presidente da província do Rio Grande do Sul, assumindo o cargo de 24 de outubro de 1833. Nomeado desembargador interino da Relação do Maranhão em carta imperial de 5 de janeiro de 1832, sendo nomeado desembargador efetivo em decreto de 2 de agosto de 1833. Foi chefe de Polícia do Maranhão entre 1842 e 1845, e nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1861, no Rio de Janeiro. Era sócio do IHGB. Disponível em: <http://www.ceo.uff.br/dicionario/index.php?r=pessoa/index&id=59>.

sair o terceiro número do seu jornal”<sup>377</sup>, o *Publicador Amazoniense*. Apesar de o nome do bergantim ter o adjetivo “Feliz”, no início de 1836, mais uma vez a nau surtava no cais de Belém em um momento nada condizente com a paz e a tranquilidade pública, pouco tempo depois seguiria para Lisboa.<sup>378</sup>

Retornando ao movimento do porto de Belém nos conturbados anos de 1835-36, se o maior impacto fora observado entre a comunicação do Pará fora com os portos de Portugal e da Inglaterra, com os Estados Unidos a situação foi diferente. Em 1835, apenas de Salem, em Massachusetts, importante porto do norte dos Estados Unidos, fundearam em Belém 13 navios, o que manteve um fluxo comercial considerável entre essas duas praças<sup>379</sup>. Analisando a totalidade das exportações e importações do comércio do Brasil com os Estados Unidos, Natalia Tammone destacou que “as transações entre os dois países aumentaram em valores absolutos, percebendo-se uma tendência de alta mais acentuada a partir de 1832, embora não possamos confirmar se se tratava de alta apenas conjuntural”.<sup>380</sup>

Além de Salem, chegaram ao porto do Pará navios provenientes de outras praças estrangeiras. Em julho de 1836 o Capitão inglês do navio *Racehorse*, Sir James Everard Home, oficiava o Capitão Charles Strong, Primeiro Oficial Britânico em Barbados sobre a situação em Belém. Sir James escrevia: “Há no porto oito embarcações mercantes das quais três são inglesas, uma dinamarquesa, as restantes são americanas, todas com carga”.<sup>381</sup>

Os dados demonstram, portanto, que o ano de 1836 representou um momento pontual de diminuição do número de embarcações portuguesas que comerciavam com o Pará. Apesar do sentimento antilusitano, o comércio dos portugueses só sofreu efetivamente um abalo entre julho de 1835 e maio de 1836.

Nada mais natural que reconheçamos que entre as muitas razões da Cabanagem, uma delas era o antilusitanismo acentuado desde os anos de 1820. O ódio que os cabanos nutriam era, acima de tudo, contra aqueles que eles consideravam opressores, em primeiro lugar os portugueses natos e os brasileiros adotivos e, por extensão, os ingleses, aliados dos portugueses desde a tomada de Portugal pelas tropas napoleônicas. Estrangeiros como franceses, norte

<sup>377</sup> BARROSO, Gustavo. Os cabanos do Grão-Pará. In: BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil**. vol. 3. Porto Alegre: Revisão Editora Ltda, 1993, p. 104.

<sup>378</sup> FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. *Op. cit.*, p. 785.

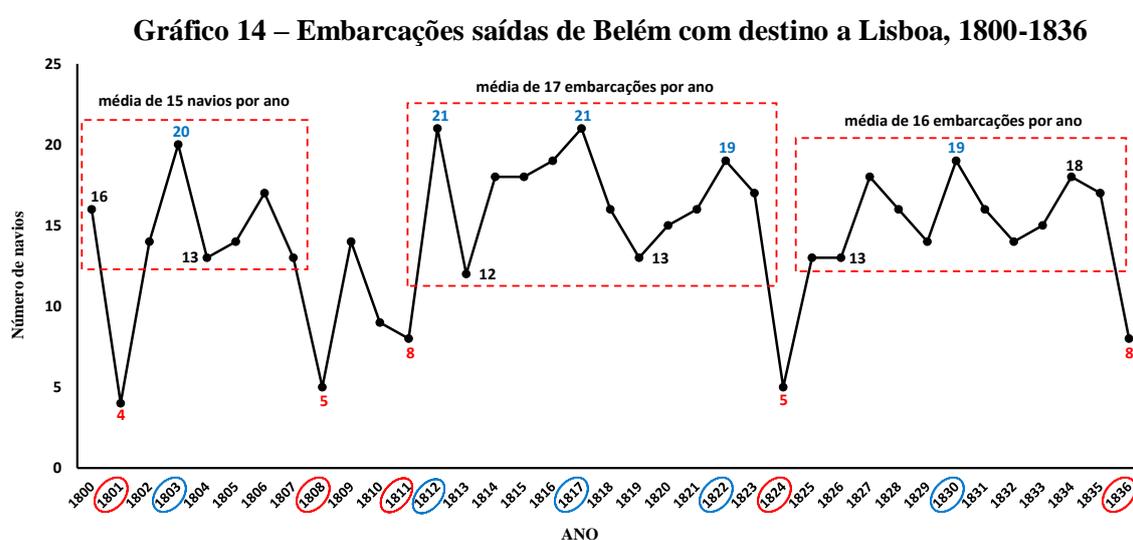
<sup>379</sup> GALEY, John H. Salem’s Trade with Brazil, 1801–1870. **Essex Institute Historical Collections**, 107 (1971): 198–222.

<sup>380</sup> TAMMONE, Natalia. Relações Econômicas entre Brasil e Estados Unidos na primeira metade do século XIX. **Séculum - Revista de História** [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013, p. 177-188.

<sup>381</sup> CLEARY, David. **Cabanagem: Documentos ingleses**. Belém: SECULT/IOE, 2002, p. 240.

americanos, italianos, austríacos e espanhóis não eram tão perseguidos pelos cabanos como os lusos e os britânicos.

Apesar da recessão dos negócios dos portugueses, podemos visualizá-los como mais um dos pontos nevrálgicos da relação comercial entre Pará e Portugal. O que não implica em uma crise contínua e ininterrupta. O gráfico 14 faz uma demonstração do movimento das embarcações desde os anos que antecederam a abertura dos portos até os anos mais críticos da Cabanagem e ratifica a ideia de que a diminuição das saídas de embarcações do porto de Belém foi mais efetiva em momentos específicos e pontuais.



Fonte: Eduardo Frutuoso *et al* (2001)<sup>382</sup>

Os dados acima sobre a entrada dessas embarcações, portanto, permitem pensar que mesmo com o impacto da abertura dos portos, os comerciantes portugueses continuaram a predominar no comércio do Grão-Pará, assim como nos anos posteriores já caracterizados pelo forte antilusitanismo acentuado nos anos que antecederam e sucederam a independência do Grão-Pará.

Se a abertura dos portos (1808) e a tomada de Caiena (1809-1817)<sup>383</sup>, na Guiana Francesa, levou a certa instabilidade dos negócios dos agentes mercantis, as implicações da Revolução do Porto inauguraram uma nova fase de tensão que culminaria com a Cabanagem em 1835. Esse recorte é fundamental para a compreensão da situação desfavorável do comércio, principalmente em 1836.

<sup>382</sup> FRUTUOSO, Eduardo. *et al. Op. cit.*, p. 138-140.

<sup>383</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2013. *Op. cit.*

### 2.2.1. “Tempos de Jales”: instabilidade e antilusitanismo ascendente

Nos embates entre portugueses e brasileiros, nem sempre os portugueses saíram vitoriosos. Muitos negociantes portugueses perderam suas vidas. Um exemplo, aconteceu em abril de 1833. O desembargador Dr. José Mariani tinha sido nomeado pelo governo regencial do Rio de Janeiro para assumir a presidência da província, mas essa nomeação não agradou a comunidade de negociantes lusitanos de Belém, que se mobilizou para que o magistrado não tomasse posse. Quando o Dr. Mariani chegou em Belém para tomar posse, em 16 de abril, cerca de 600 caramurus, liderados “pelo destemido guieiro, o rico português Joaquim Afonso Jales”,<sup>384</sup> chocaram-se contra a Guarda Nacional, a Guarda Municipal de Belém e a de Acará, porém, dessa vez eles saíam com mais baixas. Dos 95 mortos no combate, 70 eram portugueses, incluindo o comerciante Jales, e apenas 25 brasileiros seriam abatidos no conflito.<sup>385</sup>

Joaquim Afonso Jales tinha migrado para o Pará dez anos antes, em 1823, quando ainda tinha 29 anos de idade, transferiu-se para Belém para atuar como negociante de grosso trato no comércio ultramarino e local.<sup>386</sup> O trágico evento de 16 de abril de 1833 encerraria sua atuação como homem de negócios, e inauguraria uma nova fase nas tensões entre paraenses e portugueses, pois agora as vítimas portuguesas não eram apenas soldados e oficiais militares, mas um rico comerciante português. O alvo agora era a elite comercial da cidade.

Como destacado acima, não poucas vezes os portugueses sofreram baixas, e a partir do exemplo de Joaquim Jales, os principais alvos dos revoltosos nos ataques passaram a ser os líderes, geralmente grandes negociantes da cidade. O pastor Presbiteriano James Fletcher, que esteve na Amazônia no início dos anos 1850, conversou com um mestiço, que lhe disse ter participado dos assaltos cabanos contra os negociantes lusitanos de Belém, a partir do relato do pardo, Fletcher escreveu que

no dia 7 de janeiro [de 1835], assassinaram simultaneamente o presidente da província, o comandante da guarnição e o capitão do porto. Um sargento, de nome Gomes, assumiu o comando, e iniciou uma perseguição indistinta contra os portugueses residentes no Pará. **Depois de mandar matar vinte ou trinta**

<sup>384</sup> MAGALHÃES, Basílio de. **Estudos de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 219.

<sup>385</sup> DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da Reforma Agrária (1996)**. 2ª Ed. São Paulo: IBRASA, 1996, p. 210.

<sup>386</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 159, D. 12102. Requerimento de Joaquim Afonso Jales para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para viajar à cidade de Belém do Pará.

**respeitáveis negociantes**, os insurretos libertaram cerca de cinquenta prisioneiros, entre os quais figurava Felix Antonio Clemente Malcher, que havia sido eleito membro da Junta provisória ao tempo da invasão de Grenfell e que fora posteriormente preso como instigador de uma rebelião no rio Acará [grifo meu].<sup>387</sup>

Nota-se que depois de assassinarem as lideranças política, militar e fiscal, os cabanos partiram em “perseguição indistinta” contra os negociantes portugueses, notadamente os mais respeitáveis, i.e., os mais influentes, os grandes negociantes.

Desde a tomada do poder em 7 de janeiro até julho de 1835, e “depois de muitos reveses políticos”<sup>388</sup>, os cabanos estiveram no poder, mas em 19 de julho de 1835 aportou no cais belenense uma esquadra comandada pelo capitão-de-fragata, o oficial da Marinha John Taylor, “trazendo o marechal Manuel Jorge Rodrigues, nomeado pelo regente Feijó para pôr termo à anarquia reinante no Pará.”<sup>389</sup> Dois dias depois que o marechal assumiu a presidência da província, ele tomou uma medida para tentar restabelecer a ordem e guarnecer Belém, determinando a criação de um corpo miliciano denominado chamado Voluntários de Pedro II, para o qual afluíram “portugueses, ingleses e pouquíssimos paraenses”<sup>390</sup>, todos ligados diretamente ao comércio.

A chegada do esquadrão militar, chefiado pelo inglês John Taylor, levou os cabanos a se retirarem da capital, mas não por muito tempo, porque poucas semanas depois, em 15 de agosto, retornariam com explosão revolucionária bem maior. Já “nesse segundo momento a revolução tinha como alvo maior os brancos, especialmente os portugueses”<sup>391</sup> e os ingleses, em sua maioria homens de negócios: comerciantes e negociantes.

Muitos outros negociantes portugueses foram mortos naqueles anos. Outro exemplo que podemos citar é o caso da família de João Manoel Affonço, “negociante desta Praça [Belém] assassinado pelos rebeldes” em Belém, e sua esposa morta meses depois na ilha Tatuoca, deixando uma menina órfã, a pequena Agostinha Pulcheira, juntamente com seus irmãos.<sup>392</sup>

<sup>387</sup> KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. **O Brasil e os brasileiros**. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 293.

<sup>388</sup> RICCI, Magda. 2009(a). *Op. cit.*, p. 202.

<sup>389</sup> MAGALHÃES, Basílio de. *Op. cit.*, p. 228.

<sup>390</sup> SILVEIRA, Ítala Bezerra da. **Cabanagem: Uma luta perdida**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994, p. 85.

<sup>391</sup> RICCI, Magda. 2009(a), p. 202.

<sup>392</sup> APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Diversos com o Governo. Códice 854.

Representantes de seis firmas comerciais inglesas de Belém, escreveram um memorial, em 19 de novembro de 1835, ao Visconde Lorde Palmerston. No documento eles relataram os atos de ataque dos cabanos, durante o assalto de 15 de agosto, e o assassinato de um comerciante inglês.

No mês de agosto, um novo Presidente foi nomeado pelo governo brasileiro e chegou ao Pará, mas, estando acompanhado por uma força inteiramente inadequada para restaurar a ordem e tranquilidade, o resultado foi que, depois de ter exercido seus poderes por um breve período, **a cidade novamente caiu nas mãos daqueles rebeldes que destruíram muitas casas, saquearam os comércios e assassinaram um grande número de habitantes, incluindo Mr. Gay, um comerciante britânico**, e forçaram o resto a abandonar praticamente todas as suas propriedades e se refugiarem a bordo do Navio de Sua Majestade Racehorse [grifo meu].<sup>393</sup>

O comerciante britânico, morto pelos cabanos e citado no documento, era um dos irmãos Gay, George ou John, que tinham sociedade comercial em Belém. Além dos irmãos John e George, muitas outras “famílias britânicas” tinham sociedade comercial em Belém, muitas delas consorciadas com negociantes portugueses e norte americanos.

O oficial português, capitão de mar e guerra, comandante da corveta *Elisa* que durante muitos anos esteve entre os portos de Portugal e do Pará, Isidoro Francisco Guimarães, testemunha ocular dos fatos ocorridos naqueles conturbados anos oitocentista paraense, escreveu uma Memória histórica sobre os sucessos do Pará em 1835. Na sua exposição, o oficial afirma que desde a adesão do Pará à Independência do Brasil até o ano de 1835, “mais de 800 de seus compatriotas tinham sido assassinados pelos brasileiros e pelas gentes de cor”<sup>394</sup>, muitos dos quais eram homens do mundo dos negócios.

As mortes de negociantes portugueses por mãos cabanas não teriam fim em 1835, nem se limitariam a capital da província, mas continuariam pelo menos pelos três anos seguintes, e saindo da capital se espalharam pelos sertões do Grão-Pará em várias direções. Um exemplo muito conhecido pelos estudiosos da Cabanagem é a história do luso-paraense Pedro Antonio Raiol, comerciante e vereador em Vigia de Nazaré, na região nordeste da província. Quando os cabanos chegaram à cidade, Pedro Raiol, se opôs a obedecê-los, o que levou os cabanos a violentamente o assassinarem em 23 de julho de 1835.<sup>395</sup>

<sup>393</sup> CLEARY, David. **Cabanagem: Documentos ingleses**. Belém: SECULT/IOE, 2002, p. 205.

<sup>394</sup> Documento transcrito integralmente em *Motins Políticos Vol 5*, p. 453-481.

<sup>395</sup> LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010, p. 14.

Outra história é citada por Florêncio Almeida Vaz que, estudando a memória da Cabanagem no Baixo Amazonas, entrevistou uma senhora de mais de 90 anos, Firmina Carvalho, que contou que seu avô chegou na localidade de Pinhel, na região de Santarém, nos tempos da Cabanagem. Transcrevemos o relato de Dona Firmina a seguir.

Quando foi no tempo da Cabanagem, que os índios. (...) Aquela terra preta que fica assim na torre de Pinhel, pro lado do cemitério, era maloca deles, era maloca deles, adonde tinham casa dos índios. Aí ntão, depois, quando chegou essa Cabanagem, intão, e - más! – Assim mataram muita gente, que aí, um português, que principiou dum comércio do português. Intão, um senhor foi comprar um metro de pano, e aí, ele queria vender muito caro, e aí, ele não quis e sentou a mão no português. Aí, o português, lá, brigaram, brigaram, lá o português mandou pedir uma força. Aí, que foi a Cabanagem, que acabou com tudo.<sup>396</sup>

O comerciante português morto pelos cabanos que aparece no relato de dona Firmina e que ela chama de “um português, que principiou dum comércio do português”, provavelmente, é um caixeiro português que cresceu financeiramente, no negócio de seu compatriota, passando a constituir seu próprio comércio naquela região.

Depois que Soares de Andréa começou a restabelecer a ordem, em 1836, muitos comerciantes portugueses começaram a regressar ao Pará, mas a insegurança e o medo ainda perseguiriam os portugueses por muitos anos. Por exemplo, em 1848, quando Henry W. Bates esteve na cidade escreveu que

Embora não tivesse sido perturbada a tranquilidade pública durante os 12 anos que procederam a nossa chegada, ainda não voltara a confiança, e os **negociantes e mercadores portugueses** não se aventuravam a ir morar em suas lindas casas de campo ou rocinhas, com seus luxuriantes jardins ensombrados dos arredores da cidade que ficavam abandonadas [grifo meu].<sup>397</sup>

A descrição de Henry Bates, aliada aos relatos acima, demonstram que nos anos conturbados do pós independência, o sentimento de antilusitanismo se acentuou na província, desencadeou muitos ataques e mortes de portugueses e entre esses se destacavam os negociantes. Os dados revelam que aqueles eram tempos difíceis para os comerciantes lusitanos que se sentiram perturbados pelos acontecimentos.

<sup>396</sup> VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **História e Memórias da Cabanagem no Baixo Amazonas**. Santarém: Programa de Antropologia e Arqueologia-PAA/ICS/UFOPA. Projeto: “Memórias da Cabanagem”, 2011, p. 12-13.

<sup>397</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 62.

Nos tempos de Jales, muitas eram as vozes que se contrapunham aos revoltosos cabanos, interpretados como infringidores da ordem provincial e responsáveis pela instabilidade da província. Em documento do consulado português destinado a D. Maria II, os comerciantes portugueses descreviam para a Rainha de Portugal a situação a qual padeciam e solicitavam encaminhamentos a serem tomados com certa urgência.

Os negociantes portugueses, estabelecidos na Província do Gram Pará, e que se virão obrigados a emigrar em razão dos sucessos revoltosos e anarquistas, q. [que] se apossaram daquela infeliz cidade, e parte da Província em Agosto do ano passado, salvando apenas as suas vidas, e deixando tudo quanto possuem e tinham adquirido á custa de tantos trabalhos e fadigas: apresentão-se ante o trono de v Magestade, com aquelle respeito, e acatamento que he devido a pedir providências para vêr se podem ainda salvar parte da sua fortuna, ou para a transportarem a Portugal, ou para se estabelecerem de novo, aonde melhor lhe convier, na vida comercial a que se derão desde a primeira infância.<sup>398</sup>

Entre os descontentes, os negociantes portugueses, que já haviam feito história desde a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, reclamavam a anulação de seus esforços construídos às custas de muito labor. Os comerciantes também ressaltavam que os bens e fortunas dos portugueses não estavam só na cidade de Belém, mas também estavam espalhados pelo interior, algumas ainda não penetradas pelos inimigos. Naqueles rincões, havia “portugueses suspirando talvez pelo momento, e ocasião de salvar suas fortunas”<sup>399</sup> e, para isso, imploravam pelo auxílio das autoridades competentes.

Faziam menção ao fato de franceses e ingleses já terem enviado embarcações de guerra para protegerem o pouco comércio que os subditos daquelas nações tem na província. E, nesse sentido, sendo os portugueses responsáveis por um maior comércio espalhado por toda a província, na cidade e no interior - o que lhes conferia grandes riqueza em bens e gêneros -, deviam obter também ajuda de sua Majestade. Isso se justificava pela importância do comércio que estabeleciam com Portugal e diferentes pontos da Europa.

O auxílio deveria vir a partir da emissão de dois navios. Um para ficar “ancorado na Tatuoca junto aos mais navios de guerra” e outra embarcação de guerra mais ligeira para acompanhar os navios portugueses em sua entrada e saída. Dessa forma, ficaria resguardada a “honra e a dignidade da nação portuguesa com os interesses individuais dos seus subditos e

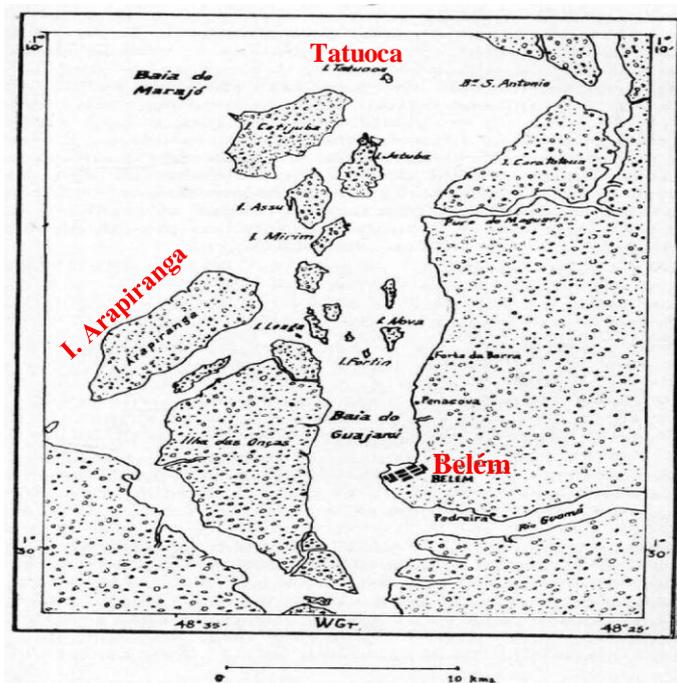
<sup>398</sup> GLP. Consulado Português no Pará. Livro de Registros. 1836-1841, p. 1-5.

<sup>399</sup> *Idem*.

Vossa Majestade será coberta de bênçãos por inumeráveis famílias” que se encontram na indigência.

Tatuoca é uma pequena ilha que fica localizada na Baía de Marajó, nas proximidades da ilha de Cotijuba, ao norte de Belém, ficando cerca de 30 quilômetros do cais da Capital (Figura 6). Segundo Basílio de Magalhães no segundo semestre de 1835, após a tomada da cidade pelos cabanos liderados por Eduardo Angelim, o então presidente de província, o marechal Manuel Jorge Rodrigues, “acompanhado de cerca de nove mil pessoas” fugiram de Belém e foram refugiar-se na ilha Tatuoca.

**Figura 6 – Localização das Ilhas Tatuoca e Arapiranga**



Fonte: Antônio Rocha Penteado (1968)<sup>400</sup>

Desses refugiados, a maior parte eram portugueses e suas famílias de Belém, Gurupá e Cametá<sup>401</sup>. Basílio continua relatando que “a fome e diversas epidemias assolaram, ao mesmo tempo, Tatuoca e Belém, arrebatando inúmeras vidas”.<sup>402</sup> A situação começaria a mudar em abril de 1836 quando assumiu a presidência da província o brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa. O novo presidente da província era um militar que já havia servido no Pará

<sup>400</sup> PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém: Estudo Geográfico Urbano**. Editora da UFPA, 1968, p. 131.

<sup>401</sup> MAGALHÃES, Basílio de. *Op. cit.*, p. 230.

<sup>402</sup> *Idem*, p. 230.

e exercido o comando das Armas durante a presidência de José Félix Pereira de Burgos (1830-1831).

O brigadeiro Soares de Andréa conhecia bem aquela região. Então, como estratégia de guerra, ele transferiu a sede do seu governo da ilha Tatuoca para a ilha de Arapiranga, mais próxima de Belém, e de lá ele “fez bloquear por barcos artilhados os portos principais das cercanias da capital”<sup>403</sup>. Finalmente, em treze de maio de 1836, Andréa retomou a capital das mãos cabanas, fazendo retornar a Belém os negociantes portugueses que haviam abandonado seus negócios e suas casas comerciais. Entretanto, até que isso ocorresse havia um caminho a percorrer.

O teor do documento descrito acima aponta um dilema bastante reiterado pela historiografia local que discute a Cabanagem e seus impactos na política, sociedade e economia, e conseqüentemente no comércio da capital e do interior da província entre os idos de 1835 e 1840. Segundo essa mesma historiografia, desde os tempos que antecederam a independência do Pará até o fim da Cabanagem, a província passou por momentos conturbados que legaram conseqüências negativas para a década de 1840. Nesse contexto, a recuperação da província apenas teria iniciado com a chegada dos anos de 1850, com o conseqüente apogeu de 1870, marcado pela expansão da borracha no comércio internacional.

Os negociantes que pedem subsídio da sua nação parecem estar diante de uma situação adversa, tendo em vista toda a conveniência relacionada a prática do comércio português antes da abertura dos portos. No entanto, aquele cenário consternador para os lusitanos duraria poucos meses.

### **2.2.2. Em tempos de revolta: a arte de negociar**

Desde os idos de 1820 e 1830, e como a historiografia tem destacado, há uma clara aversão aos portugueses e tudo o que eles representavam. Passado e presente se entrecruzavam em uma onda de insurreições que tomaram conta da capital e do interior. Nesse meio caótico, os negociantes portugueses sofreram algumas conseqüências, como descritas anteriormente. Apesar disso, o comércio dos portugueses não cessou completamente. Mas por que isso não acontecera mediante a um contexto tão aparentemente desfavorável? Porque a arte de

<sup>403</sup> MAGALHÃES, Basílio de. *Op. cit.*, p. 232.

“negociar” ia muito além da compra e venda de mercadorias, pois compreende uma série de articulações e uma ampla rede que envolve a prática do comércio, da administração pública, além da posse de títulos nobiliárquicos, instrumentos que garantem a inserção desses sujeitos nos negócios da província e a formação de suas riquezas em um contexto que remonta ainda ao período colonial.

Embora a historiografia considere como Cabanagem apenas os eventos deflagrados a partir de 7 de janeiro de 1835, seu início tem origem mais remotas. Economicamente, podemos traçar um perfil temporal para fins do século XVIII para acompanhar a trajetória de sujeitos sociais que tiveram papel importante na Cabanagem e no processo que a antecedeu. Trata-se de um período de consolidação de uma elite predominantemente portuguesa ou luso-paraense ligada ao comércio de grosso trato local e internacional, e da formação de um setor paraense emergente ligado principalmente a terra, aos cargos públicos e ao serviço militar. Em função dessas articulações construídas ao longo do tempo, suas casas de negócios não sucumbiram as intempéries das primeiras décadas do século XIX.

Segundo José Alves de Souza Junior, as maiores fortunas do Pará da década de 1820-30 “se formaram ou se consolidaram nos finais do século XVIII e início do XIX”<sup>404</sup>, e os representantes desse grupo foram por ele designados de “funcionários-negociantes-proprietários de terra”, aqui também estão incluídos os militares, em sua maioria, oficiais das ordenanças e milícias. A respeito da constituição dessas riquezas, Luciana Marinho Batista, que estudou as principais famílias da elite paraense da segunda metade do século XIX, notou que das vinte famílias mais “distintas em qualidade e riqueza” do Grão-Pará oitocentista, sete famílias ocupavam posição social semelhante no século anterior.<sup>405</sup>

Um bom exemplo dessa situação é o caso do já destacado João de Araújo Rozo, português nascido em 1768 em Villa do Conde, na barra do Douro, distrito do Porto<sup>406</sup>. Casado com Jacintha Tereza da Costa<sup>407</sup> foi enviado ao Pará, por volta de 1790, como soldado da Companhia do Corpo de Cavalaria Auxiliar de Belém. Sua ascensão como militar não demorou a começar, pois em 24 de março de 1796 escrevia requerimento à Rainha D. Maria I solicitando

<sup>404</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op. cit.*, p. 76. Além do trabalho de José Alves outras pesquisas reforçam essa informação sobre essa classe que dominava os negócios mercantis no Pará no início do oitocentos. Dentre os quais estão SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 81-82.

<sup>405</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

<sup>406</sup> BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 300.

<sup>407</sup> Depois de casar-se com o Sr. Rozo ela passou a assinar Jacintha da Costa Rozo.

confirmação de carta patente no posto de Alferes da 5ª Companhia do Corpo da Tropa Ligeira de Belém<sup>408</sup>. E essa foi apenas sua primeira patente na carreira de oficial militar, pois, três anos mais tarde, em julho de 1799, envia outro requerimento<sup>409</sup> à corte, dirigindo-se agora ao príncipe regente D. João solicitando a confirmação de carta patente no posto de Tenente da 1ª Companhia do Corpo da Tropa Ligeira de Milícias da mesma cidade. E não procrastinou para requerer patente ainda mais alta, sendo que em 14 de junho de 1803<sup>410</sup>, solicitava a patente no posto de Capitão da 3ª Companhia do Corpo da Tropa Ligeira de Milícias do Pará. Por fim, chegou ao maior posto militar, o de Coronel de Milícias<sup>411</sup>.

A trajetória econômica de João de Araújo Rozo começa como proprietário de terras concomitante com a carreira militar nas tropas auxiliares<sup>412</sup>. Logo que chegou ao Pará, tornou-se proprietário na Ilha Grande Joanes, atual ilha de Marajó. Suas propriedades produziam diversas culturas, incluindo cacau, café, arroz e salsaparrilha, além das espécies agrícolas cultivadas em suas terras, João de Araújo Rozo criava gado (vacum e cavalari), que fornecia carne verde para a capital da Capitania e exportava couros secos, couros verdes e vaquetas.<sup>413</sup>

Em documento citado por Manoel Barata, o autor refere-se aos artigos produzidos na propriedade de João de Araújo Rozo e remetidos a Portugal no ano de 1801.

Diz esse documento que a 28 de novembro de 1801 saiu do porto do Pará para o de Lisboa o navio *Grão Maranhão*. Nesse navio exportou o comerciante João de Araújo Rozo **5.014 arrobas e 28 libras de cacau, 4.491 e meia arrobas de arroz e 168 e meia arrobas de café**. Além desse, outros comerciantes também exportaram, no mesmo navio, várias quantidades dos mesmos gêneros, e de outros, de produção do Estado [grifo meu].<sup>414</sup>

Nos anos iniciais do século XIX suas atividades capitalistas<sup>415</sup> começam a tomar novos rumos. Em documento de 1807, o então Capitão da tropa miliciana ligeira é citado como sendo

<sup>408</sup> AHU, Requerimento de 24 de março de 1796.

<sup>409</sup> AHU, Requerimento de 30 de julho de 1799.

<sup>410</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 125, D. 9652. Requerimento de 14 de junho de 1803.

<sup>411</sup> BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 300.

<sup>412</sup> Não era de estranhar no período colonial, e na empresa e conquista das regiões de fronteira, o fato de militares receberem mercês de sesmarias ou requerer terras, além de serem comerciantes. Cf. KÜN, Fábio. **A prática do Dom: família, dote, e sucessão na fronteira da América portuguesa**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-pr%C3%A1tica-do-Dom-fam%C3%ADlia-dote-e-sucess%C3%A3o-na-fronteira-da-Am%C3%A9rica-Portuguesa-F%C3%A1bio-K%C3%BChn.pdf>.

<sup>413</sup> Couro curtido e preparado, próprio para o fabrico de calçados.

<sup>414</sup> BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 300.

<sup>415</sup> Capitalista como entendido na época, ou seja, “pessoa que tem grandes cabedães, e dinheiros para suas negociações e meneyo”. **Diccionario da Lingua Portuguesa recopilados dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado por Antonio de Moraes Silva**

proprietário do navio Modesta. Em documento da Junta de Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação de 13 de dezembro de 1814, o agora Coronel João Rozo em sociedade com a viúva do negociante lisboeta João Fernandes dos Santos, são citados como senhorios da nau Lord Wellington e São João. Como se pode entender, as relações mercantis do coronel vão além da Capitania do Norte, são ultramarinas. Além de transatlântica, sua atuação no comércio espraiava-se para além da capital, indo pelo interior da província, pois seu nome consta como credor no inventário do Coronel de Milícias Francisco Ricardo Zany<sup>416</sup>, negociante italiano do Livorno<sup>417</sup>, estabelecido na Barra do Rio Negro (Manaus) desde o início do século XIX, tendo falecido em Lisboa em 1834. Pelo que parece, João Rozo também atuou como agente de crédito na capital e no interior do Grão-Pará.

Na vida política, o coronel Rozo foi, por diversas vezes, membro da Câmara Municipal da capital, chegando a ocupar o cargo de presidente da dita casa<sup>418</sup>. Na Junta Governativa Provisória que assumiu em 11 de março de 1822, ele ocupou o cargo de Ouvidor, tendo sido escolhido por ordenação.

Portanto, para portugueses como João Rozo, ocupar cargos na administração pública da província fazia parte das relações necessárias para a manutenção do controle no comércio. Em ofício dirigido à Corte do Rio de Janeiro pela Junta Provisória do Grão-Pará, datado de 8 de junho de 1822<sup>419</sup>, assinado por onze representantes da província, dentre os quais os membros da junta de governo, estava presente o coronel João Rozo que ocupava o cargo de Ouvidor da junta governativa<sup>420</sup>. Além dos membros da junta, também assinaram o ofício o governador das armas, o brigadeiro José Maria de Moura, e a autoridade eclesiástica da capital, o bispo D. Romualdo de Seixas, todos portugueses ou paraenses envolvidos com a causa portuguesa.

**natural do Rio de Janeiro oferecido ao muito alto, e muito poderoso Principe Regente N. Senhor.** Tomo Primeiro, A-E. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 342

<sup>416</sup> SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 109-110.

<sup>417</sup> Livorno era uma cidade e “porto franco” comercial muito importante, localizada na província homônima, na região da Toscana, na Itália. Somente depois de incorporada ao Reino da Itália em 1868, perdeu seu status de “porto franco”.

<sup>418</sup> Manoel Barata, *op. cit.*, p. 300.

<sup>419</sup> Este documento é parte integrante do **Offício e documentos dirigidos ao governo pela Junta Provisória do governo do Grão-Pará e que forão presentes as cortes geraes extraordinárias e constituintes da nação portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

<sup>420</sup> Assinaram o referido documento: o brigadeiro José Maria de Moura, Governador das Armas; D. Romualdo Antonio de Seixas, Governador do Bispado; **João de Araujo Rozo**, Ouvidor por ordenação; Antonio José Monteiro, Juiz de Fora por ordenação; o médico Antônio Corrêa de Lacerda, Presidente da Província; João Pereira da Cunha e Queiroz, Secretário; José Joaquim da Silva; Balthasar Alvares Pestana; José Rodrigues Lima e Manoel Gomes Pinto.

Importante destacar que a presença dos homens de negócio vem de encontro com a resposta dos mesmos ao Decreto de 16 de fevereiro de 1822, publicado por D. Pedro de Alcântara, e que criava o Conselho de Procuradores-Gerais das províncias do Brasil<sup>421</sup>. Os homens de negócios responderam nos seguintes termos:

he interesse dos Habitantes desta Província, vai a deliberar-se a responder, para ser presente ao príncipe Real, que esta Junta, e igualmente esta Província, não pode anuir ao que o mesmo Príncipe propõe no seu mencionado Decreto; e tencionando esta Junta protestar perante o Soberano e Augusto Congresso Nacional, e El Rei Constitucional, que esta junta, e todos os habitantes desta Província, existiam inalteráveis no seu juramento, e que reconheciam somente como centro do Poder Legislativo e Executivo o Soberano e Augusto Congresso Nacional em Portugal, e a El Rei Constitucional o Senhor D. João VI..<sup>422</sup>

A preocupação desses homens ia muito além de “defender o interesse dos habitantes” da província, pois eles estavam muito mais preocupados em resguardar seus próprios negócios e, para isso, precisavam fortalecer os laços entre o Pará e a metrópole portuguesa.

Além do comando militar e político-administrativo da província, era parte importante para uma bem-sucedida vida no mundo dos negócios as honrarias nobiliárquicas, religiosas e militares. Nesse quesito João de Araújo Roza, como homem de negócios, foi agraciado como Cavaleiro de Santiago da Espada, recebeu o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e desta mesma ordem recebeu também a honraria de Comendador. Como título nobiliárquico, foi condecorado como Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial<sup>423</sup>. Esses títulos e honrarias conferiam acima de tudo prestígio perante a corte e a sociedade.

<sup>421</sup> Segundo **Angélica Ricci Camargo**, “o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil foi criado após o regresso de d. João VI para Portugal, pelo príncipe regente d. Pedro, através do decreto de 16 de fevereiro de 1822. A instituição do Conselho se inseriu entre as medidas efetuadas por d. Pedro como resposta às determinações das Cortes portuguesas, que desde o início da Revolução do Porto, em 1820, tentavam limitar a autonomia adquirida pelo Brasil após a vinda da corte portuguesa em 1808. Tais tentativas recrudesceram após a decisão de permanência do príncipe regente no Brasil, em janeiro de 1822”. Cf.: CAMARGO, Angélica Ricci. **Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3626>. Acesso em 20 jul. de 2015. A respeito da importância dos Conselhos nos governos das províncias, particularmente entre 1824 e 1834, cf. FERNANDES, Renata Silva. **O Governo das Províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834)**. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

<sup>422</sup> Documento citado anteriormente. **Offício e documentos dirigidos ao governo pela Junta Provisória do governo do Grão-Pará e que forão presentes as cortes geraes extraordinárias e constituintes da nação portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 6-7.

<sup>423</sup> BARATA, Manoel. *Op. cit.*, p. 300.

O coronel, político, negociante e comendador João de Araújo Rozo faleceu em 1840, em Belém, aos 72 anos de idade, sendo sepultado na capela mor da igreja de Santa Anna, deixando sua fortuna, bens e riqueza, incluindo muitas propriedades urbanas e rurais, que amealhou durante toda sua vida para seus herdeiros, as filhas: Francisca Maria de Araújo Rozo e Isabel da Silva Araújo Rozo, e os descendentes de seu filho José de Araújo Rozo, que já havia falecido em 1833.<sup>424</sup>

João de Araújo Rozo não foi único a sobreviver nos tempos de Jales. Muitos outros negociantes portugueses foram pouco afetados pela Cabanagem e os conflitos que a antecederam. Foi o caso do já citado Joaquim Francisco Danin, que se destacou nos tempos de revolta por ser um grande articulador dos interesses dos comerciantes portugueses. De ascendência francesa, nasceu em Lisboa no último quartel do século XVIII, e cedo ingressou como oficial de patente no serviço militar português. Em 1809 encontrava-se na Inglaterra à serviço militar, regressou para Lisboa em 1810.<sup>425</sup> Nos meados da década de 1810, transferiu-se para o Pará. Participou das missões em Caiena e no Oiapoque. Na Capitania do Pará começou a atuar como negociante, onde logo aprenderia a “arte de negociar”.

Em 3 de abril de 1819, Danin liderou o grupo de negociantes que criou a Praça do Comércio do Pará<sup>426</sup>, que contou com o incentivo do governador e capitão-general da Capitania do Pará, o Conde de Vila Flor (Antônio José de Sousa Manoel de Menezes)<sup>427</sup>. Segundo Ernesto Cruz, a iniciativa do governador “despertou no comerciante Joaquim Francisco Danin o desejo de colaborar em proveito da gloriosa classe a qual pertencia”<sup>428</sup>. Conta ainda Cruz que Danin logo conseguiu o apoio de outros negociantes para a instalação do empreendimento e a ideia teve grande repercussão no seio do comércio. Baena descreve que:

<sup>424</sup> Infelizmente não localizamos o inventário *post-mortem* de João de Araújo Rozo, tampouco do seu filho José de Araújo Rozo, para que tivéssemos ideia dos bens deixados pelos falecidos, assim como o monte mor de suas fortunas.

<sup>425</sup> Requerimento de Joaquim Francisco Danin para que se lhe seja passado passaporte para poder regressar de Londres. Arquivo Histórico Militar de Portugal. Assuntos Militares Gerais. Diversos, Caixa n. 18. PT/AHM/DIV/3/50/18/24. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/details?id=90004>. Acesso em 20 de fev. de 2016.

<sup>426</sup> BAENA, Antonio. 1969. *Op. cit.*; CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*

<sup>427</sup> Antônio José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, “7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor, e 1.º duque da Terceira, nasceu em Lisboa a 18 de março de 1792, onde também faleceu a 26 de abril de 1860. Era filho primogênito do 6.º conde de Vila Flor e da condessa D. Maria José de Mendonça. Moço fidalgo da rainha D. Maria I, gentil homem da câmara de El-Rei D. João VI, copeiro-mor, estribeiro-mor, par do Reino, conselheiro de Estado, ministro de Estado e ministro plenipotenciário, marechal do exército, governador da Torre de S. Vicente de Belém, presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, ajudante de campo de D. Pedro V”, teve papel destacado na política em Portugal nos anos do liberalismo pós-1834, sendo um dos líderes da facção política Cartista e do Partido Regenerador. <http://www.arqnet.pt/dicionario/terceira1d.html>

<sup>428</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*, p. 112.

Concede o Governador aos Negociantes uma parte do quartel das Mercês da banda do mar por cima da porta da Alfândega para ser ageitada em Praça de Commercio por João Francisco Danin, a quem elles incumbirão desta obra.<sup>429</sup>

Em 1823, Danin compunha o grupo de comerciantes portugueses que criou a Guarda Cívica Voluntária.<sup>430</sup> Essa Guarda Cívica foi um instrumento utilizado por um grupo de negociantes portugueses para controlar os agitados ânimos que se estabeleceram na província em março de 1823. Essa agitação se deu em função da disputa entre os portugueses que aderiram à causa de Portugal, jurando-lhe a constituição, e os paraenses que tinham sido afrontados por não poderem assumir o poder da província, apesar de terem sido eleitos na eleição de 27 de fevereiro de 1823.

Como os ânimos estavam aflorados, principalmente após o evento de 1º de março de 1823, conduzido pelo Brigadeiro das Armas José Maria de Moura contra a Junta Governativa de 1821<sup>431</sup>, Joaquim Francisco Danin se uniu a outros 22 negociantes portugueses para novamente defender os interesses da sua classe. Em 16 de março de 1823, Danin solicitou autorização ao brigadeiro para a criação da guarda, a exemplo da Guarda Cívica de Lisboa.

Por meio de um requerimento dirigido ao Governador das Armas protestão Joaquim Francisco Danin, Marcello Antonio Fernandes, Lourenço Antonio da Costa Ricardino, e outros negociantes em número de vinte e três, o seu ânimo sincero e puro com que boamente abraçarão a Constituição atual e oferecem-se fardados, armados, e cavalgados, para se empregarem no serviço, que lhes competir na qualidade de uma Guarda Nacional Voluntária e Interina, pedindo que se sirva designar-lhes a direção dos seus deveres, o theor de lhe empregarem, e os seus distintivos dos uniformes, os quais desejão parecidos com os do Corpo dos Negociantes de Lisboa.<sup>432</sup>

Em resposta a solicitação encabeçada por Danin, o Governador das Armas se manifesta dizendo ser louvável a oferta dos negociantes e atende ao requerimento alegando a importância da guarnição militar para manter a paz e a segurança da capital<sup>433</sup>, pois, segundo o próprio brigadeiro Moura, seria importante para “policiar as ruas da cidade à noite”<sup>434</sup>. Não foi por outra razão que, entre as proposições para a criação da guarda, os negociantes destacaram

<sup>429</sup> BAENA, Antonio. 1969. *Op. cit.*, p. 312.

<sup>430</sup> *Idem, ibidem*, p. 369.

<sup>431</sup> A respeito do golpe, André Arruda Machado destaca que “a verdade é que, apesar da historiografia ter dado ênfase à ideia de que o Governador de Armas pretendia subjugar à Junta, o inverso era igualmente verdadeiro. Nessa batalha por ampliar o seu espaço de poder, cada parte adotou estratégias diferentes que influíram diretamente na composição de forças da província”. MACHADO, André Roberto. 2006, *Op. cit.*, p. 151.

<sup>432</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 1969. *Op. cit.*, p. 370.

<sup>433</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>434</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.160, D. 12170.

que seria uma de suas atribuições cuidar da segurança da cidade para que não se desativassem suas transações comerciais e, assim, não gerassem prejuízos para as rendas públicas.

Em 21 de março do corrente ano, Joaquim Francisco Danin foi eleito com pluralidade absoluta para Comandante da Guarda. Apenas cinco dias depois da solicitação da criação da guarda já não eram 23, mas 57 negociantes que compunham a Guarda Cívica Voluntária no Pará.<sup>435</sup> A criação da guarda demonstra muito mais do que a defesa de um interesse político, pois buscava pela conservação dos negócios e defesa da corporação dos negociantes. Para isso, o distintivo militar era um forte aliado para a manutenção dos interesses do corpo mercantil que sobrepujavam outros interesses de ordem local.

Um mês após a fundação da Guarda, houve um movimento de represália aos portugueses que queriam que o Pará continuasse ligado a Portugal, os quais buscavam a todo custo se manter no poder, foi a chamada Abrilada.<sup>436</sup> Os opositores da causa constitucionalista não se conformariam com o golpe sofrido. “Os patriotas reuniram-se em conspiração na casa e sob influência do liberal emigrado italiano João Baptiste Balbi”. Em 14 de abril explodiria a revolta nativista, onde parte do 2º Regimento de Infantaria atacaria e dominaria o Corpo de Artilharia. Mas, no 3º Regimento de Infantaria o levante seria dominado. Os lusos reuniram as tropas confiáveis sob o comando do tenente-coronel do Corpo de Artilharia, o português José Antônio Nunes, e sufocaram os levantados.<sup>437</sup>

O tenente coronel José Nunes disparou contra os conspirados, que logo revidaram empregando-se a metralha, o que fez atingir um soldado, um sargento do Regimento de Cavalaria, o cavalo do sargento caiu morto. Com os disparos, os negociantes portugueses integrantes da Guarda Cívica Voluntária não entraram em ação, possivelmente porque suas casas comerciais não foram atingidas. Sob o comando de José Nunes, os sediciosos foram contidos, mas o tenente-coronel Nunes falecera quatro dias depois, pois este fora atingido por quatro balas.<sup>438</sup> Após serem contidos, os revoltosos foram presos. “Dos prisioneiros, 217

<sup>435</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 1969. *Op. cit.*, p. 370-371.

<sup>436</sup> Segundo André Roberto Machado, a “malograda revolta de 14 de Abril de 1823, em que parte da tropa se sublevou com o objetivo de se fazer proclamar o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro, meses antes da chegada de Grenfell” faz parte da conjuntura crítica do período e da maior ou menor aceitação do Constitucionalismo Português. Cf. MACHADO, André Roberto. 2006. *Op. cit.*, p. 17.

<sup>437</sup> DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da Reforma Agrária (1996)**. 2ª Ed. São Paulo: IBRASA, 1996, p. 207.

<sup>438</sup> SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Corografia Paraense**. Salvador: Typografia do Diário, 1833, p. 222.

militares e 51 civis, inicialmente condenados à morte, foram degredados para Portugal. Remanescentes nativistas passaram para a Ilha de Marajó, proclamando ali a independência”.<sup>439</sup>

Nesse contexto de conflitos acentuados, estavam os comerciantes portugueses, no entanto, a Guarda Cívica não deu conta de integrar todo o corpo mercantil de Belém. Por isso, depois da malograda revolta de abril, criou-se uma segunda guarda cívica. Assim, a Guarda Cívica comandada por Danin não foi o único corpo militar criado por negociantes portugueses na província. No primeiro capítulo, mencionamos o caso do imigrante português Camilo José de Campos que no mesmo ano da sua chegada em Belém, em 1823, fundou uma segunda Guarda Cívica Voluntária, poucos dias depois da fundação da primeira,<sup>440</sup> a qual esteve sobre seu comando. A diferença é que a primeira era um Corpo de Cavalaria e a segunda um Corpo de Artilharia, mas ambas dão indicativos de que serviram para proteger os negócios dos portugueses naqueles tempos difíceis.

Mesmo que o evento daquele 14 de abril não tenha logrado êxito, dava a ideia de que a presença dos portugueses no Pará, bem como seus negócios estavam sendo ameaçados. Possivelmente, a criação de outro corpo militar está relacionada aos interesses de outro grupo mercantil que não se sentiu contemplado com a criação da guarda liderada por Francisco Danin. A arte de negociar contava com diferentes rearranjos sociais, políticos e econômicos de acordo com interesses diversos, ainda que dentro de um mesmo grupo, isto é, o dos negociantes portugueses.

Ainda na década de 1820, Danin casou-se com Izabel de Araújo Rozo, filha do capitão e negociante de grosso trato da Praça do Pará, João de Araújo Rozo. Com ela, teve quatro filhos, o primogênito Joaquim Francisco de Araújo Danin, depois vieram José de Araújo Roso Danin, João Paulo de Araújo Danin e o caçula Júlio Cezar de Araújo Danin. O casamento entre famílias abastadas tem sido apontado por estudiosos como uma eficiente estratégia de manutenção de poder e prestígio social e econômico.

No Pará, as pesquisas sobre famílias têm demonstrado que os matrimônios realizados entre membros da elite da província foram um importante mecanismo de enriquecimento e sustentação do status quo<sup>441</sup>. Nesse sentido, a junção das famílias Rozo e Danin é apenas um

<sup>439</sup> DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da Reforma Agrária (1996)**. 2ª Ed. São Paulo: IBRASA, 1996, p. 207.

<sup>440</sup> RAIOL, Domingos Antonio. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>441</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*; BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História Social). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012; CANCELA, Cristina Donza. *Op. cit.*

dos aspectos que ajuda na compreensão da manutenção do poder de ambas em tempos considerados difíceis e de instabilidade política e, por vezes, econômica. Logo, a arte de negociar abrange muito mais do que os espaços das trocas, da venda e compra de mercadorias, ela atinge as relações pessoais que possam oferecer benefícios para os interessados.<sup>442</sup>

Em 1825, D. Pedro I solicitou a Henrique José da Silva, pintor da Imperial Câmara que produzisse na França estampas de seu retrato. Na capital do império e por todas as províncias, muitos súditos fieis ao Imperador solicitaram exemplares da efígie produzida. No Pará, apenas 17 cidadãos brasileiros requereram a gravura do monarca<sup>443</sup>, e entre esses poucos, estava Joaquim Francisco Danin. Esta pouca solicitação, a nosso ver, demonstra o impacto e a repercussão política da centralização política em torno do Imperador e do Rio de Janeiro na província do Pará.

Em 7 de agosto de 1831, Joaquim Francisco Danin esteve envolvido, juntamente com Joaquim Afonso Jales e seu cunhado José de Araújo Rozo, na sedição que depôs o presidente da província Visconde de Goiana. O episódio faz parte do já conturbado processo que sucedeu a abdicação de D. Pedro I e, mais uma vez, Danin aparece defendendo os interesses dos negociantes portugueses; porém, dessa vez a estratégia era nada pacífica em um contexto que se amudava os conflitos entre os nativistas e os portugueses.

A abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, se por um lado representou a vitória dos brasileiros, liberais, frente aos portugueses, por outro, não significou a “paz” política, e tempos de instabilidade varreram o império. Em 2 de junho de 1831, eclodiria em Belém um conflito de oficiais e subalternos do 24º batalhão, insubordinados aos seus superiores. Os sediciosos foram alimentados pelos ideais de república apregoados pelo revolucionário pernambucano Marcos Antônio Rodrigues Martins. Os levantados questionam a presença dos portugueses na província, mas acima de tudo a sua posição dominante no comércio e na política.<sup>444</sup>

A resposta portuguesa não tardara. No mês seguinte, em 19 de julho, tomavam posse da presidência da província do Grão-Pará, nomeado pelo Ministério do Império, por carta imperial de 17 de maio, o desembargador Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana, e como governador das Armas o coronel José Maria da Silva Bittencourt. Contudo, eles não

<sup>442</sup> A respeito das famílias e da rede de sociabilidade cf. Capítulo 4.

<sup>443</sup> Diário Fluminense, n. 26, de 1 de agosto de 1826, p. 104.

<sup>444</sup> AZÊDO. Maurício. A Cabanagem: uma guerra popular na Amazônia. In: LAGE, Nílson. **Os grandes enigmas de nossa história**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores Ltda, 1982, p 21.

completaram vinte dias de governo, porque o visconde tomara medidas que não agradaram as elites portuguesa e luso-paraense, incluindo a libertação de presos políticos, todos contrários aos portugueses. Como dito acima, em 7 de agosto, os caramurus liderados pelo negociante José de Araújo Rozo, apoiado pelo cunhado Danin e o ideário Marcos Antônio Rodrigues Martins, ajuntariam uma tropa armada de mais de 200 portugueses e colocaram fim ao governo do Visconde pernambucano.

O levante causou muita agitação na cidade, pois os nativistas se colocariam em defesa do Visconde de Goiana e do coronel Bittencourt, mas a tropa de Rozo havia arquitetado a ação há vários dias, distribuindo folhetos entre seus sectários, e por isso estavam mais preparados. Esses folhetins eram impressos na tipografia do Jornal A Opinião, propriedade do professor, poeta, maçom e comerciante lusitano, José Soares de Azevedo<sup>445</sup>. Com o golpe deveria assumir a presidência o 1º conselheiro da província, o arcepreste (o presbítero mais antigo) da capital, o cônego João Baptista Gonçalves Campos, a quem por direito competia o cargo. Porém, os portugueses revoltosos prenderam o cônego a bordo do brigue de guerra 3 de Maio.

Na prisão de Batista Campos esteve diretamente envolvido o negociante Joaquim Francisco Danin. É um discurso comum na fala das testemunhas dos acontecimentos da Agostada, a referência ao nome de Danin como um dos que fazia parte do grupo que determinava prisões e, inclusive, autorizou a prisão do 1º conselheiro que deveria assumir o lugar do Visconde de Goiana.<sup>446</sup> Depois disso, fizeram assumir à presidência o 2º conselheiro, o caramuru moderado, Dr. Marcelino José Cardoso, um médico português que foi educado em Lisboa até 1825.<sup>447</sup>

O golpe de 7 de agosto foi levado à justiça paraense, que encaminhou o processo para os tribunais da Corte Imperial. A Comissão de Constituição e Justiça escreveu parecer que absolvía os réus, argumentando que “havia muitos proprietários e negociantes entre os que estavam sendo presos por envolvimento na Agostada”<sup>448</sup>. Segundo André Roberto de Arruda Machado, o golpe que causou a deposição do Visconde de Goiana

<sup>445</sup> BARATA, Manuel. *Op. cit.*, p. 339. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1988, p. 62.

<sup>446</sup> RAIOL, Domingos Antonio (1868). *Op. cit.*, p. 331.

<sup>447</sup> CHIAVENATO, Julio José. **Cabanagem: O povo no poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 44.

<sup>448</sup> MACHADO, André Roberto de Arruda. O Fiel da Balança: O papel do Parlamento Brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, jan./jun. 2011, p. 195-241, p. 234.

foi motivado pela reação de parte das elites políticas e econômicas da província ao empenho do presidente em fazer cumprir em território paraense um decreto imperial, lançado há mais de um ano, que acabava com os governadores militares dos distritos.<sup>449</sup>

O decreto imperial, citado por André Roberto de Arruda Machado, proibia o recrutamento compulsório de tapuios para trabalharem nas “fábricas reais”, ou “fábricas nacionais” e nas “roças comuns”, que eram tratados como distritos militares, e tinham como principal fonte de braços a mão de obra tapuia. O próprio Bernardo José da Gama, o Visconde de Goiana, ao chegar à Corte Imperial, escreveu ao secretário do império, José de Souza Filho, expondo sobre os motivos que levaram à sua deposição.

A proteção legal com que logo extingui a barbaresca servidão dos índios, mantidos debaixo dos nomes de Pesqueiros de Peixe e de Plantação de Cacau, a que chamavam Fábricas Nacionais, e com que os ímpios desfrutadores do Pará se enriqueciam à custa da humanidade oprimida.

A medida que eu começava a tomar para a extinção das chamadas Roças Comuns, em que também jaziam os indígenas a preço de 40 réis e mesmo de 20 réis por dia, e disso mesmo por pagar, havia três e quatro anos, até que espancados fugiam ou morriam.

A execução que prontamente dei à Resolução da Assembleia Legislativa de 28 de junho de 1830, pela qual ficavam os comandantes de distritos tolhidos de tyrannizar rústicos e inocentes na penosa extração da salsa até ao ponto de expirarem...

Tudo isso desagradou tanto àqueles fátuos recolonizadores, que logo desenganados de que eu nunca seria o desejado autômato de seus projetos criminosos, desde então traçaram o plano de me arredar para sempre desta Província.<sup>450</sup>

O deposto Visconde de Goiana lembrou em sua defesa que “o golpe foi dado pelos portugueses que pretendiam outra vez submeter o Pará a Portugal”<sup>451</sup>. As medidas tomadas pelo visconde atingiram as elites dominantes, principalmente, as elites agrária e mercantil, que estavam entretecidas, e eram formadas sobretudo por portugueses, brasileiros adotivos, luso-paraenses e ingleses.

Em 1835, quando a província vivia seu momento mais dramático, o que levou muitos portugueses a se refugiarem na ilha de Tatuoca, o cônsul português, o Comendador Fernando José da Silva, abandonou o cargo buscando se refugiar dos cabanos. Joaquim Francisco Danin

<sup>449</sup> MACHADO, André Roberto de Arruda. A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil – A atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40. **Almanack braziliense**, n. 06, nov, 2007, p. 115-120, p. 116.

<sup>450</sup> Carta de Bernardo Lobo de Souza ao secretário do Império, José de Souza Filho, expondo os motivos de sua deposição da presidência da Província do Pará. Setembro de 1831. In: CHIAVENATO, Julio José. **Cabanagem: O povo no poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 44-45.

<sup>451</sup> CHIAVENATO, Julio José. **Cabanagem: O povo no poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 44.

assumiu o consulado durante esse período<sup>452</sup>. Danin foi um dos portugueses que não deixou Belém nos seus momentos mais caóticos, ao contrário de alguns que preferiram se refugiar e voltar algum tempo depois. Danin, viveria ainda longos anos na província, desenvolvendo a arte de negociar. Após sua morte nos fins de 1840, sua esposa, Isabel da Silva Araújo Rozo, tomou as rédeas dos negócios do marido, logo constituindo a firma Viúva Danin e Cia., firma que assumiu diversos contratos com a governança municipal e provincial como a construção da praça do Mercado Municipal<sup>453</sup> e o fornecimento de gás para alumiar a dita praça.<sup>454</sup> Pelas ações empreendidas, reconhecimento conquistado, naqueles tempos difíceis, há que se considerar que a arte de negociar também se fez presente naqueles ventos cabanos. Nem todos sofreram as piores consequências dos tempos de Jales.

<sup>452</sup> RAIOL, Domingos Antonio (1890). *Op. cit.*

<sup>453</sup> PARÁ. Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858, pelo presidente Dr. João da Silva Carrão. Pará: Typ. Do Diario do Commercio, 1858, p. 28.

<sup>454</sup> O fornecimento de gás foi assinado através da lei provincial nº 215 de 13.11.1850.

## Capítulo 3

### DEPOIS DA CABANAGEM: nem tudo era crise

*A actividade social chamada comércio, por mal vista que esteja pelos teóricos de sociedades impossíveis, é contudo um dos dois característicos distintivos das sociedades chamadas civilizadas. O outro característico distintivo é o que se denomina cultura. (...) O comércio é uma distribuição, centrífuga ou centrípeta, da produção material, ou indústria; e a cultura é uma distribuição, centrífuga ou centrípeta, da produção mental, ou arte. Os fenómenos são, pois, rigorosamente paralelos.*

Fernando Pessoa. A Essência do Comércio, 1926.

#### 3.1. Porto, economia e comércio: Entre a borracha e outras possibilidades de acumulação

A defesa de que o último quinquênio da década de 1830 teria sido marcada, exclusivamente, por uma crise econômica tornou-se um lugar comum entre relatos de presidentes da província, economistas, historiadores, desde o século XIX. A crise econômica, seria o resultado dos conflitos políticos e sociais causados pelos “motins” cabanos, segundo o discurso dos legalistas. A construção de uma nova ordem seria garantida por Soares de Andréa, incumbido de reerguer a província a partir de 1836.

Em 1838, Soares de Andréa traçava “um quadro sombrio da economia paraense agravado pela destruição dos ativos (...)” uma diminuição dos engenhos, das fazendas, dos campos de agricultura, pecuária, etc.<sup>455</sup> Esse discurso, em tom desanimado sobre a economia do Pará, encontrou eco em outros discursos produzidos no calor dos acontecimentos ou a posteriori. Domingos Antonio Raiol, contemporâneo da Cabanagem e que teve seus pais mortos pelos cabanos, ajuda a compor um cenário desastroso do movimento que, para ele, não fez

<sup>455</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 35.

distinção de individualidades ou de classes, alcançando desde os maçons, bicudos, brancos até os tapuios e homens de cor.<sup>456</sup>

No entendimento de Raiol, os “motins” que por largos anos agitaram a sociedade paraense repercutiu nas camadas sociais, “com perturbação da ordem e sacrifícios incalculáveis à segurança individual, à propriedade, à indústria, às artes, ao **comércio**, a toda a província”<sup>457</sup> [grifo meu]. Segundo a afirmativa do autor, o comércio era um dos aspectos atingidos pelos movimentos dos rebeldes.

Roberto Santos, por sua vez, afirmou que de 1805 a 1840 “a tendência geral da economia foi declinante”. Segundo ele, isso teria ocorrido “não só pelos azares da economia mundial que inverteriam o movimento antes ascendente do preço do cacau e desencorajaria a agricultura nos trópicos”, mas também “devido a ação de fatores específicos de outra natureza”. Assinalou como um desses fatores “o prolongado período de distúrbios políticos que viriam a culminar na guerra civil amazônica (1835)”<sup>458</sup>. Na narrativa de Santos, mais uma vez, a Cabanagem aparece como um dos pontos nevrálgicos da economia da província.

Em contraposição a essa ideia, autores já começaram a sugerir, alguns até há bastante tempo, que data do ano de 1836 o início de uma recuperação do comércio no Pará. Um desses autores é Ernesto Cruz, que destaca que em 1835 “o comércio esteve em ponto morto” e “os navios não se aventuravam a entrar num porto dominado pelos rebeldes.” Mas, de 1836 a 1837, 66 embarcações de procedência estrangeira entraram no porto da capital.<sup>459</sup>

Nesse mesmo caminho, Daniele Moura destacou que “ao longo do governo de Soares de Andréa eram inúmeras as referências às tentativas de ordenamento da produção e do comércio. Aponta que a documentação dá conta de uma “riqueza e variedade da produção e movimentação comercial na província, mesmo em dias tão repletos de incertezas e conflitos”.<sup>460</sup>

Corroborando com essa linha de pensamento, encontramos ainda o trabalho de Ivaldo Guimarães Macieira Neto e Ricardo Zimbrão de Paula. Segundo os autores, as exportações nas décadas posteriores a 1836 “apresentaram significativo crescimento no avançar do século XIX.

<sup>456</sup> A respeito da História narrada por Rayol, seus críticos, e em busca de uma nova leitura política sobre o pós-1831 na província do Pará cf. MACHADO (2011), *Op. cit.*, p. 199-200.

<sup>457</sup> RAIOL, Domingos Antonio. **Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará**. Tomo V. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 1005.

<sup>458</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*

<sup>459</sup> CRUZ, Ernesto. 1978. *Op. cit.*, p. 113.

<sup>460</sup> MOURA, Daniele. Economia e idéias de civilização no contexto da Cabanagem, 1836-1839. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar (Orgs.). **Tesouros da Memória: História e Patrimônio do Grão-Pará**. Belém: Ministério da Fazenda, 2009.

Afinal, os gêneros produzidos no Pará, como cacau, borracha e açúcar possuíam mercado certo na Europa.”<sup>461</sup> E a maioria das plantações não havia sido destruída pelos cabanos.

Entre os autores, há um pequeno consenso de que foi a partir de 1840 que a economia do Pará começou a prosperar. O próprio Ernesto Cruz, já citado anteriormente, embora tenha apontado alguns pontos de crescimento no tocante a navegação já a partir de 1836, diz que “vem exatamente do ano de 1840 a restauração da paz, do comércio e da indústria, proporcionando a todos os habitantes da capital e do interior perspectivas mais acalentadoras”<sup>462</sup>. Siméia Lopes corrobora com essa ideia quando fala que “após a pacificação da população abalada pelas agitações políticas”, o Grão-Pará experimentava um “reflorescimento econômico”<sup>463</sup>. Esse reflorescimento, de acordo com a autora, foi possível em função da modernização da produção agrícola e extrativa paralela aos investimentos econômicos.

De igual modo, os trabalhos de Rogério Guimarães Malheiros, mostram que entre 1840-1870 a província do Pará passou por “aceleradas transformações”,<sup>464</sup> que foram sobretudo iniciadas pelas políticas governamentais centradas na manutenção da ordem, a partir de diversas políticas de governo dentre as quais ele destaca a instrução pública escolar. Rogério Malheiros enfatiza que nesse período o Pará sofreu um “surto de modernização”, provocada pela “rápida e elevada arrecadação alfandegária”, o que “também ocasionou o crescimento populacional da província, assim como de sua capital, a cidade de Belém.”<sup>465</sup>

Para Malheiros, o Pará “especialmente a partir da década de 1850, passou a ter a sua economia em pleno crescimento, provocando também um aumento na presença de estabelecimentos comerciais na capital.”<sup>466</sup> Essa intensa movimentação sentida na vida comercial de Belém em nada lembrava os conturbados anos de 1835-36. Fora nesse contexto de crescimento econômico e populacional que muitos imigrantes portugueses se inseriram no comércio e desenvolveram suas atividades mercantis.

<sup>461</sup> MACIEIRA NETO, Ivaldo Guimarães; PAULA, Ricardo Zimbrão A. de. O Comércio Marítimo do Pará no século XIX. **Caderno de Pesquisa**. São Luís, v. 19, n. Especial, jul. 2012, p. 43-54, p. 45.

<sup>462</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*, p. 115.

<sup>463</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2002. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>464</sup> MALHEIROS, Rogério Guimarães e ROCHA, Genilton Odilon R da Rocha. A província do Grão-Pará em um período de aceleradas transformações (1840-a 1870). **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013, p. 120-144.

<sup>465</sup> MALHEIROS, Rogério Guimarães. As transformações políticas e econômicas da Província do Grão-Pará e a Escola Normal como instituição destinada a formar professores alinhados aos ideais modernos de ordenamento, progresso e civilização (1840 a 1871). **Almanack. Guarulhos**, n.07, p. 95-116, 1º semestre de 2014, p. 107.

<sup>466</sup> MALHEIROS, Rogério Guimarães e ROCHA, Genilton Odilon R da Rocha. *Op. cit.*, p. 133.

Portanto, de acordo com o dito acima, existem pelo menos dois grupos de autores. Os que defendem uma profunda crise da economia paraense que só se ergueu a partir de 1840 e os que acreditam que o reflorescimento do comércio começou logo a partir de 1836. Isso para não falar dos que postulam que a economia só recuperou o fôlego a partir de 1850 com a exportação da borracha.<sup>467</sup> É inegável que quanto mais se apaga os efeitos da Cabanagem, há uma tendência para o crescimento da economia. Entretanto, defende-se aqui a ideia de que a Cabanagem causou maior estagnação do comércio somente de julho de 1835 a maio de 1836 (Gráficos 13 e 14). E apesar das intempéries que assolaram os comerciantes portugueses, há uma continuidade do negócio dos portugueses, não sendo o caso de Rozo e Danin exemplos isolados.

Assim, o discurso de Soares de Andréa e outros que seguem a mesma linha, ajudam a construir uma imagem sobre a economia do Pará que destoa de outros dados disponíveis para o mesmo período. Ainda em 1833, o oficial graduado do Regimento de Artilharia de Belém, Antônio Ladislau Monteiro Baena, descrevendo a estrutura comercial da cidade, relata que:

A cidade numera dois juriconsultos sem exercício de cargo ou lugar judicial; dois rúbulas; dois médicos; quatro cirurgiões; nove boticários; **vinte negociantes matriculados; dezesseis negociantes estrangeiros; setenta e duas lojas de fazenda; cento e vinte e seis tavernas**: cinco pequenas lojas de ourives; oito botequins; cinco bilhares; quinze lojas de sapateiro; vinte lojas de alfaiate; oito lojas de barbeiro; dez ferrarias; nove lojas de marceneiro; uma tanoa; dois relojeiros; três penteeiros; um caldeireiro e picheleiro; um funileiro dezenove seges e carrinhos; quatro casas de pasto assim chamadas, e duas destas são semelhantes aos armazéns da Boa Vista, de que se lembra o lépido e polido Tolentino pintando uma bulha de dois bêbados. Há também pedreiros, e carpinteiros de construção civil e náutica; exceto os ofícios indicados faltam todas as mais artes fabris. [grifo meu]<sup>468</sup>

Entenda-se que os vinte negociantes matriculados eram portugueses e nacionais e os dezesseis negociantes estrangeiros eram de diferentes nacionalidades, incluindo ingleses, norte americanos, franceses, italianos e espanhóis. Destacamos também o elevado número de lojas (72) e tabernas (126). Já em 1848, a presença marcante do comércio dos portugueses foi registrada pelo viajante naturalista Henry Walter Bates que esteve em Belém pela primeira vez, em 1848. Ele escreveu que,

**O comércio, tanto em grosso como a retalho, estava em mãos dos portugueses, que eram então uns 2.500.** Muitos ofícios manuais são exercidos pela gente de cor – mulatos, mamelucos, negros forros e índios. Os brasileiros das classes mais elevadas

<sup>467</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.* WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*

<sup>468</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*, p. 211.

detestam o ofício insignificante do comércio a retalho, e se não são negociantes atacadistas, preferem a vida de agricultores no interior. [grifo meu]<sup>469</sup>

Mesmo com todo cuidado com os relatos dos viajantes como fonte histórica<sup>470</sup>, o registro acima merece destaque, pois, segundo Robin Anderson, Belém tinha uma população de 16.337 habitantes em 1849<sup>471</sup>, o que significa que 15,3% da população era de portugueses, principalmente concentrados nos ofícios do comércio.

Em 1863, o presidente da província, o Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, referindo-se aos portugueses que estavam estabelecidos em Belém, escreveu: "o commercio é o principal ramo da indústria a que se dedicação"<sup>472</sup>. Também o norte americano James Orton que esteve em Belém em 1868, referindo-se ao comércio destacou: "Commerce is carried on almost exclusively by Portuguese, Fruit Peddlers and other foreigners."<sup>473</sup>

No final da década de 1860, a presença dos portugueses que atuavam no comércio nas mais diversas atividades era marcante. No Almanach Mercantil, temos a informação de que "em dezembro de 1868 Belém contava com 1.578 negociantes e 495 marítimos"<sup>474</sup>, dos quais a maioria era portuguesa. Essas descrições ajudam a construir um cenário local muito demarcado pela atuação dos lusos em várias frentes de atuação, sobretudo no comércio. A partir da década de 1850, Belém começa a se tornar cada vez mais cosmopolita.

O desenvolvimento da província ocasionou mudanças no ritmo de vida da população, que passou a basear sua economia no comércio, na indústria e na agroindústria, conforme descreve Henry Bates, "os costumes mudaram rapidamente nesse particular, quando os vapores começaram a navegar no Amazonas, trazendo uma onda de novas idéias e modas para a região".<sup>475</sup>

<sup>469</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 72-73.

<sup>470</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa (vol. II)**. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011, p. 44-61.

<sup>471</sup> ANDERSON, Robin Leslie. *Following Curupira: Colonization and migration in Pará, 1758 to 1930. As a Study in a Settlement of the Humid Tropic*. (Dissertation Doctorate of Philosophy in History, University of California, 1976, p. 69. *In*: MALHEIROS, Rogério Guimarães e ROCHA, Genilton Odilon R da Rocha. *Op. cit.*

<sup>472</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.o de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 11.

<sup>473</sup> ORTON, James. **The Andes and the Amazon or Across the continent of South America**. New York: HARPER & BROTHERS Publishers, 1870, p. 259.

<sup>474</sup> PARÁ. Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará para o ano de 1871. Belém: Livraria, papelaria e officina de encadernador de Carlos Seidl & C<sup>ia</sup>, 1871, p. 167.

<sup>475</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2002. *Op. cit.*; MALHEIROS, Rogério Guimarães e ROCHA, Genilton Odilon R da Rocha. *Op. cit.*

A introdução da navegação a vapor em 1853<sup>476</sup>, a abertura do rio Amazonas ao comércio internacional<sup>477</sup> e a ascendente valorização da borracha,<sup>478</sup> poderiam sugerir que o comércio português tendeu a esmorecer em função da intensificação da presença de outros estrangeiros no Pará. Todavia, os portugueses tendem a acompanhar o desenvolvimento da província e estabelecer relações comerciais e de outras ordens<sup>479</sup> em um contexto cada vez mais favorável ao comércio.

A maior parte dos portugueses residentes em Belém, durante esse período de mudanças pela qual passava a região, estava envolvida com as atividades mercantis. Como bem destacado pela historiografia, a arte de mercadejar parecia ser inerente aos indivíduos lusos residentes nas cidades portuárias brasileiras.<sup>480</sup> Dos vinte portos da costa brasileira dos meados do oitocentos,<sup>481</sup> seis se destacavam pelo número de embarcações que entravam e saíam do seu ancoradouro e pelo montante de mercadorias remetidas e recebidas do exterior. Dentre esses portos está o de Belém. No porto do Pará o volume de importações crescia a medida que a economia da província se avolumava. Eram produtos dos mais diversos desde os de

<sup>476</sup> A navegação a vapor teve início nos Estados Unidos, que foi o primeiro a usar esse tipo de embarcação em viagens transatlânticas. A primeira delas ocorreu em 1819 em uma viagem de Nova Iorque a Liverpool num barco denominado Savannah. Para saber mais sobre navegação a vapor, ver: SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição à história dos transportes: A Companhia bahiana de navegação a vapor (1839-1894)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Em nível local a implantação regular de linhas a vapor ocorreu em 1853, após intensos esforços do governo provincial. Para saber mais sobre a navegação a vapor no Amazonas ver: LOPES, Siméia de Nazaré. 2002. *Op. cit.*; GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Uma face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>477</sup> GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Op. cit.*, p. 20; MEDEIROS, Fernando Sabóia. **A liberdade de navegação do Amazonas: relações entre o Império e os Estados Unidos da América**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938; PALM, Paulo Roberto. **A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Relações Exteriores). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

<sup>478</sup> WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*

<sup>479</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Op. cit.*, p. 247.

<sup>480</sup> A respeito da presença portuguesa no comércio brasileiro do século XIX cf. LOBO, Eulália M. Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2 vols.; ALENCASTO, Luis Filipe de, e RENAUX, Maria Luíza. *Op. cit.*; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Op. cit.*

<sup>481</sup> Segundo a Coleção dos Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil, esses portos eram: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, São José do Norte, Porto Alegre, São Borja, Santos, Paranaguá, Paraíba, Fortaleza, Aracati, Santa Catarina, Alagoas, Laranjeiras, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Parnaíba. Cf. BNRJ. *Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de 1841-1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848, p. 10.

necessidades básica, até os considerados supérfluos. Na tabela 5 são mostradas as cifras referentes as importações de mercadorias estrangeiras pelos seis maiores portos do Brasil.

**Tabela 5 – Importação Estrangeira, para os maiores portos do Brasil, 1841-1850<sup>482</sup>**

Porto brasileiros	Valor da importação estrangeira (valores em réis)
Rio de Janeiro	177.138: 599\$155
Salvador	54.048: 207\$426
Recife	49.116: 560\$440
São Luís	13.968: 190\$395
Porto Alegre	9.730: 173\$053
Belém	7.182: 644\$193

Fonte: BNRJ (1855)<sup>483</sup>

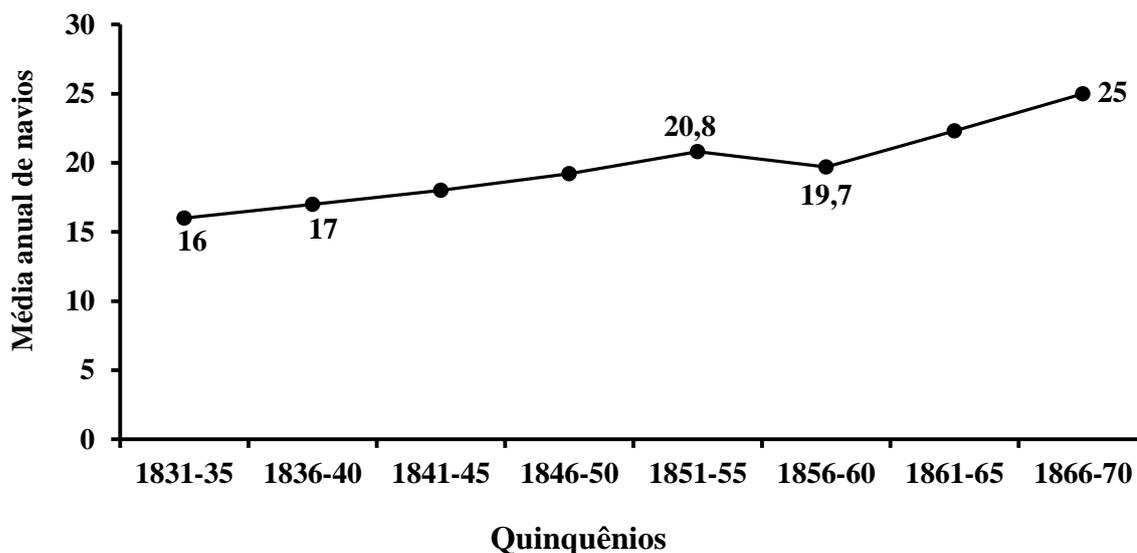
Considerando que na década de 1840 o porto de Belém é o sexto mais importante do Brasil e na década seguinte se tornou o quinto, vale apenas recorrer aos dados da navegação, os quais são um bom indício de que existia um comércio ascendente e essas relações mercantis, conseqüentemente, eram dominadas pelos portugueses. Estes dominavam não apenas o comércio com Portugal, mas também com outros portos norte americanos, ingleses e franceses.<sup>484</sup> Novamente recorreremos aos dados da navegação porque acreditamos que eles expressam a vitalidade do comércio dos portugueses na província do Pará, como se pode conferir no gráfico 15.

<sup>482</sup> Dados para os anos fiscais de 1841-42, 1842-43, 1846-47, 1847-48, 1848-49 e 1849-50. A quantidade da importação para o Rio de Janeiro, Salvador, Recife é muito maior do que a importação para São Luís e Belém em função de estarmos considerando a importação geral, que inclui a importação de outros países que não somente Estados Unidos, Inglaterra, Portugal e França. Enquanto o comércio do Pará se fazia basicamente com esses quatro países, as outras capitais comerciavam também em larga escala com outros países da Europa, América, África e Ásia. Se considerássemos a importação apenas com esses quatro países específicos, certamente essa diferença iria diminuir consideravelmente. Outro aspecto que também é determinante nessa comparação diz respeito aos números populacionais, muito superiores nas províncias do nordeste e sudeste.

<sup>483</sup> BNRJ. Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Império do Brasil no anno financeiro de 1841-1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848-1855. 6 v.

<sup>484</sup> SALES, Mária Aline Freitas. *Op. cit.*

Gráfico 15 – Média anual de navios entrados no porto de Belém vindos de Portugal, 1831-1870



Fonte: PARÁ (1833-1871)<sup>485</sup>

Ao se observar os dados da navegação entre os portos de Portugal e o Pará entre os anos de 1831 a 1870, nota-se que no intervalo de 1831 a 1835 obteve-se uma média de 16 embarcações que chegaram ao porto de Belém procedentes de Portugal, especialmente das cidades de Lisboa e Porto e, eventualmente, de Setúbal. No período de 1836-1840, na contramão das análises mais corriqueiras na historiografia local, não ocorreu uma diminuição na média de entradas das embarcações oriundas de Portugal. Ao contrário, houve um pequeno aumento nesse intervalo. O mais eminente impacto se notou para o ano de 1836 e não em 1835, ano de eclosão da Cabanagem, uma vez que as próprias notícias sobre o movimento demoravam a circular entre um e o outro lado do Atlântico. A partir de 1840, as navegações entre Pará e Portugal tiveram um crescimento quase que sucessivo, assim como o comércio de cabotagem como destacado por Ricardo Zimbrão.<sup>486</sup>

Como já demonstramos em estudo anterior,<sup>487</sup> após a retomada de Belém das mãos cabanas, a corte imperial do Rio de Janeiro coligiu esforços juntamente com o governo de outras províncias, a fim de reestabelecer a ordem e o crescimento econômico da província do Pará.

<sup>485</sup> PARÁ. Relatórios Falas e Discursos dos Presidentes da Província de 1833 a 1871. Disponíveis em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>.

<sup>486</sup> PAULA, Ricardo Zimbrão A. de. O Comércio Marítimo do Pará no século XIX. *Caderno de Pesquisa*. São Luís, v. 19, n. especial, jul. 2012, p. 43-54.

<sup>487</sup> SALES, Mália Aline Freitas. *Op. cit.*, p. 49-50.

Esses esforços levaram muitas embarcações – por cabotagem – carregadas de diversos produtos ao porto de Belém no interregno 1836-40.

Apesar do considerável número de navios entrados no Pará provenientes de outros portos nacionais, o comércio crescente exigia cada vez mais a entrada de um maior número de embarcações para fazer o transporte das mercadorias. Assim, desde a retomada de Belém pelas tropas legalistas até 1840, a quantidade de embarcações estrangeiras entradas em seu porto superava em muito as embarcações nacionais, como mostra a tabela 6. Enquanto entrou 246 naus estrangeiras nesse quadriênio, entrou apenas 96 embarcações nacionais.

**Tabela 6 – Embarcações entradas no Porto de Belém, 1836-1840**

Período	PORTOS ESTRANGEIROS	CABOTAGEM
	Nº embarcações	Nº embarcações
1836-1837	66	34
1837-1838	54	24
1838-1839	61	22
1839-1840	65	16
<b>TOTAL</b>	<b>246</b>	<b>96</b>

Fonte: PARÁ (1840)<sup>488</sup>

O movimento das embarcações, mesmo com decréscimo em momentos específicos, agitava o movimento comercial da capital do Pará, que assim como outras cidades do Brasil no mesmo período, sentiam as agitações de uma circulação mercantil que prosperava os grandes negociantes atacadistas e aumentava a disputa pelo comércio varejista. Seja no atacado ou no varejo, destacavam-se os grandes e pequenos comerciantes portugueses.

A forte presença da navegação estrangeira que ligava o Pará a portos internacionais, evidencia a influência dos homens de negócio que ultrapassaram suas trajetórias ligadas ao comércio para os anos posteriores a Cabanagem. Se, de fato, a Cabanagem tivesse causado um efeito tão negativo e destrutivo para o comércio dos portugueses, isso teria se refletido no declínio do movimento de embarcações nos anos posteriores. No entanto, observamos que muitas das trajetórias dos homens de negócios, iniciadas antes da Cabanagem, são reativadas logo que a capital fora retomada. De modo geral, a mesma tendência verificada para o período de 1836-40 se acentua nas décadas seguintes.

<sup>488</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Discurso recitado pelo Ex<sup>mo</sup> Snr. doutor João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 77.

A tabela 7 demonstra que há um crescimento, tanto na entrada de embarcações nacionais quanto estrangeiras. Aqui queremos destacar as estrangeiras, pois elas relacionam o Pará diretamente com o comércio de longo curso, elemento fundamental para se compreender a atuação dos negociantes de grosso trato. E se o objetivo é traçar um perfil do comércio no Pará, é indispensável conhecer o movimento do porto que ditava as regras da dinâmica mercantil, tanto em grosso como as transações mercantis dentro da capital, possibilitada pela vinda de inúmeros produtos que seriam disseminados pelas tabernas, lojas e demais comércios de venda a retalho.

**Tabela 7 – Embarcações entradas em Belém por país de procedência, 1840-1867**

ANO	PORTOS BRASILEIROS	PORTOS ESTRANGEIROS				Total
		Americanos	Portugueses	Inglese	Franceses	
1840-46	92	136	81	34	30	281
1847-51	117	137	103	67	57	364
1852-56	216	187	103	89	80	459
1857-67	421	170	155	294	158	777
<b>Total</b>	<b>846</b>	<b>630</b>	<b>442</b>	<b>484</b>	<b>325</b>	<b>1.881</b>

Fonte: PARÁ (1840-1870)<sup>489</sup>

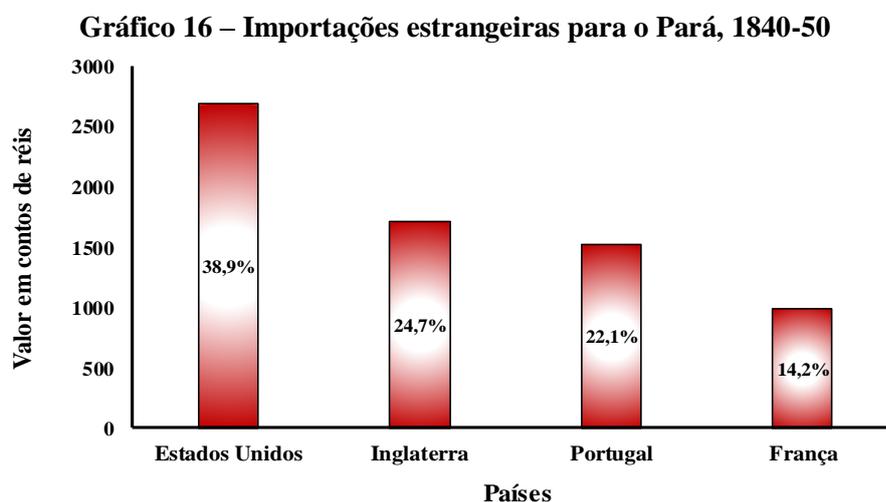
Na tabela 7 acima, são apresentados os números referentes a entrada de embarcações de cada país mencionado.<sup>490</sup> Com o crescente comércio internacional que ligava o Pará a portos norte americanos e europeus, os negociantes portugueses cada vez mais ganham notabilidade. Vale ressaltar que os comerciantes portugueses não negociavam apenas com Portugal, mas encontramos esses homens de negócio recebendo e enviando mercadorias para outros portos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra e França.

Portanto, para o objetivo dessa análise, não importa se Portugal não ocupava o topo da hierarquia das navegações estrangeiras no porto de Belém. Avaliamos que os negócios de longo curso que eles empreendiam era muito diversificado, não apenas quando se trata dos portos internacionais com os quais eles comercializavam, mas também quanto a variedade de mercadorias que eles recebiam, como alimentos e bebidas, equipamentos, indumentárias e joias, itens voltados para trabalho e negócios, tratamentos medicinais, objetos tanto de uso público

<sup>489</sup> PARÁ. Relatórios dos Presidentes da Província de 1840 a 1870. O número de embarcações referentes aos anos de 1840 e 1854 não estavam disponíveis nos Relatórios da Presidência da Província. Completamos esses dois anos com informações do jornal Treze de maio, disponibilizados na coluna Movimento do Porto.

<sup>490</sup> SALES, Mária Aline Freitas. 2012. *Op. cit.*

como privado.<sup>491</sup> Levando em consideração a intensidade desse comércio e os muitos portos de onde provinham essas mercadorias, quando observamos o valor das importações em réis (Gráfico 16), notamos que Portugal ocupa o terceiro lugar no valor das mercadorias importadas, enquanto que em número de embarcações entradas ocupava a segunda posição.



Fonte: BNRJ (1850)<sup>492</sup>

Se a quantidade de embarcações e os valores em réis não apontam a supremacia de Portugal no comércio de importação em Belém, poderíamos ser levados a pensar que os negociantes portugueses não detinham a preeminência dos negócios na Praça de comércio de Belém. Mas que fique bem claro que estamos falando de duas coisas distintas, Portugal e portugueses, embora imbricadas. Ainda que as bandeiras das embarcações fossem inglesas ou francesas e os produtos fossem norte americanos ou ingleses, ou ainda franceses, os homens que estavam envolvidos nessas transações eram, em sua maioria, os comerciantes portugueses. Esse volume das negociações aumenta quanto mais se dá o incremento das importações estrangeiras. A tabela 8 demonstra o aumento dessa importação em réis.

**Tabela 8 – Importação estrangeira e nacional para o Pará, 1836-1870**

Período	Portos Estrangeiros	Portos Nacionais
1836-1844	6.819:620\$313	3.350:022\$981
1845-1850	7.770:301\$809	704:052\$404
1850-1855	16.649:750\$693	2.045:793\$734

<sup>491</sup> *Idem, ibidem*, p. 75.

<sup>492</sup> BNRJ. Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Império do Brasil no anno financeiro de 1841-1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848-1855. 6 v.

1855-1860	18.998:270\$315	2.313:198\$543
1860-1865	23.793:462\$818	6.404:035\$330
1865-1870	30.738:155\$314	11.930:026\$666

Fonte: PARÁ (1838-1870)<sup>493</sup>

Os dados acima demonstram que, em valores de importação, há um aumento dos valores importados no período de 1836-1870. Na tabela 6, reparamos que há um aumento da navegação de cabotagem. Quanto aos valores das importações nacionais, não há um crescimento contínuo antes de 1850. O mesmo não acontece com os valores das importações estrangeiras que apresentam um crescimento sucessivo durante todo o período estudado, criando um ambiente propício aos negócios dos portugueses. Alguns se destacaram como consignados, isto é, os agentes responsáveis pelo carregamento das embarcações.

Consultando dados do movimento do porto no jornal Treze de maio, para o período de 1840 a 1861, e documentação do consulado português sobre os registros das cargas – manifestos de importação – constatamos que de todas as embarcações de bandeira portuguesa entradas no porto de Belém no período de 1857 a 1870, há informações referentes a esses consignatários de mercadorias nas duas fontes, as quais foram agrupadas na tabela 9. Nesses documentos, especifica-se as mercadorias e suas respectivas quantidades, assim como dados da embarcação, seu proprietário e o consignatário da mercadoria transportada. Separamos, então, apenas os nomes dos negociantes portugueses que apareciam como consignatários nas fontes consultadas.

Bruna Dourado enfatizou, a partir de Max Weber, que “o comércio atacadista de exportação é ‘o da consignação, habitualmente o ultramarino’”<sup>494</sup> e expressa um alto risco. E, nesse sentido, o considerável número de portugueses<sup>495</sup> envolvidos com a consignação de mercadorias<sup>496</sup> no comércio internacional expressa, de certa forma, o movimento comercial do

<sup>493</sup> Dados construídos a partir de informações disponíveis nos Relatórios, Discursos e Fallas dos Presidentes da Província do Pará de 1838 a 1870. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>.

<sup>494</sup> DOURADO, Bruna Iglesias. **Categorias comerciais e Distinção social: o papel do comércio de grosso trato na consolidação do Estado Imperial Brasileiro**, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: <http://www.congressoabphe.uff.br/index.php/anais/category/22-20-brasil-e-america-latina-no-seculo-xix-comercio-e-empresas-no-oitocentos?download=90:categorias-comerciais-e-distincao-social-o-papel-do-comercio-de-grosso-trato-na-consolidacao-do-estado-imperial-brasileiro>. Acesso em 13 de nov. 2016.

<sup>495</sup> Destacamos que essa é uma pequena amostra das consignações recebidas pelos negociantes portugueses, uma vez que não dispomos do jornal Treze de Maio para todos os anos estudados. Dispomos dos números dos períodos 1841-1842, 1845-1856 e 1861. Além do mais não compilamos os dados do manifesto de importação serialmente e quantitativamente.

<sup>496</sup> Contrato estimatório ou de vendas em consignação é aquele que uma pessoa (consignante) entrega bens móveis a outra (consignatária), ficando esta autorizada a vendê-los, obrigando-se a pagar um preço ajustado previamente, se não preferir restituir as coisas consignadas no prazo estabelecido.

período e, sobretudo, que as posses de um negociante de grosso trato o permitia correr esse risco.

Bruno Câmara destacou que, em Recife, “muitos comerciantes portugueses ou brasileiros eram consignatários de embarcações provenientes de Portugal”.<sup>497</sup> Alguns comerciantes portugueses, citados na tabela abaixo, eram consignatários não somente de mercadorias vindas de Portugal, mas também de outros portos norte americanos e europeus. Alguns desses comerciantes eram consignatários de embarcações vindas dos portos mais importantes dos Estados Unidos, da Inglaterra, França, além dos portugueses, como mostra a tabela 9.

**Tabela 9 – Relação dos negociantes portugueses com a navegação de longo curso, 1840-1870**

NOME DO CONSIGNADO	Número de viagens em que recebeu o carregamento e país de procedência
Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos.	Portugal: 13; França: 11; Inglaterra: 6; EUA: 10
Miguel José Raio & C <sup>a</sup> .	EUA: 10; Inglaterra: 7; Portugal: 6
Henrique de La Rocque & Cia.	Portugal: 5; EUA: 10; França: 6
Machado & Irmão	Portugal: 18; Inglaterra: 6
João Pinto de Araújo.	Portugal: 16; EUA: 5
Raio & La Rocque	Portugal: 10; EUA: 8
D. Vicente Ruiz	Portugal: 6; EUA: 2
Joaquim Francisco Fernandes & C <sup>a</sup> .	Portugal: 8
José Adrião da Rocha.	Portugal: 8
Manoel José de Carvalho & C <sup>a</sup> .	Portugal: 8
Antonio José Machado.	Portugal: 6
Elias José Nunes da Silva & C <sup>a</sup> .	Portugal: 5
Henriques & Gomes.	Portugal: 3
Joaquim Roberto da Silva.	Portugal: 3
L. Antonio de Seixas.	Portugal: 3
Antonio Monteiro dos Santos Nogueira.	Portugal: 2
Luiz Antonio Henriques.	Portugal: 2
Bentes Alves & Irmão.	Portugal: 2
Carvalho & Irmãos.	Portugal: 1
Félix José Pereira Serzedello.	Portugal: 1
José Adrião da Rocha Sobrinho.	Portugal: 1
Ozorio Almeida & C <sup>a</sup> .	Portugal: 1

Fonte: Treze de maio (1840-1861);<sup>498</sup> GLP (1857-1870)<sup>499</sup>

<sup>497</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Op. cit.*, p. 206.

<sup>498</sup> Treze de maio, 1840-1861. Disponíveis na biblioteca Fran-Paxeco Costa do Grêmio Literário Português em Belém e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

<sup>499</sup> GLP. Consulado Português: Livro de registros dos manifestos de importação, 1857-1870.

O mercado das consignações nos revela, de forma indireta, o grau da “fortuna mercantil”<sup>500</sup> dos negociantes, uma vez que havia um alto risco numa transação que envolvia os dois lados do Atlântico. Aqueles negociantes que tinham capital mercantil mais avolumado se arriscavam a fazer várias consignações em curto espaço de tempo, e com diferentes praças mercantis (Tabela 9). Não raras vezes, encontrou-se negociantes portugueses com mais de cinco consignações no mesmo ano.

Para esclarecer o exposto, vejamos o caso dos registros no consulado português para o ano de 1857. Naquele ano, entraram no porto do Pará 18 embarcações de nacionalidade portuguesa. Dessas 18 naus, treze estavam registradas em nome de apenas quatro negociantes. João Pinto de Araújo e Joaquim Francisco Fernandes, ambos recebem quatro consignações. Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos aparece com três registros e José Adrião da Rocha Sobrinho com duas consignações, e cada uma das outras cinco embarcações foram consignadas a negociantes diferentes.<sup>501</sup>

Observamos que o que ocorre no Pará é algo bem diferente do que notou João Luís Fragoso para o comércio marítimo das primeiras décadas do século XIX no Rio de Janeiro. Segundo dados por ele levantados, no Rio de Janeiro prevalecem os consignatários esporádicos, aqueles que realizam poucas consignações por ano.<sup>502</sup> No Pará, o que observamos foi o predomínio de um pequeno grupo de negociantes de grosso trato dominando o comércio das consignações. Das consignações, 72,2% estiveram sob o domínio dos grandes consignatários, enquanto que se registrou apenas 27,8% de consignações esporádicas. Segundo Fragoso, no Norte Fluminense e em Santa Catarina prevalecem o pequeno e o médio mercador, mas no Pará, o predomínio é do grande negociante, que por vários anos dominou o comércio transatlântico.

A João Pinto de Araújo estava consignada as mercadorias da galera portuguesa Cidade de Belém, propriedade de sua firma Pinto & Rocha, sendo que a procedência da nau foi a cidade do Porto. Na embarcação chegaram em Belém 33 barris de azeite português, 250 canastras de batata, 85 barris com chumbo, 371 cadeiras, 1500 réstias de cebolas, 161 caixas de foguetes, 65 caixas com louças e muitas outras mercadorias que perfaziam a quantia de 25:000\$000 réis.<sup>503</sup>

Outra viagem que partiu do Porto e esteve consignada a João Pinto foi a realizada pela barca portuguesa Amazonas, posse de D. Maria Francisca dos Santos Araújo. A embarcação

<sup>500</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*, p. 196.

<sup>501</sup> GLP. Consulado Português. Livro de registro dos manifestos de importação. 1857. Livro I.

<sup>502</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*, p. 189-198.

<sup>503</sup> GLP. Consulado Português. Livro de registro dos manifestos de importação. 1857. Livro I, p. 12-13.

partiu em direitura ao Pará e a carga consignada a Pinto de Araújo estava avaliada em vinte contos de réis. Entre seus produtos, havia 450 ourinóis, 151 volumes com diversas ferragens, 300 barricas com cal e 12 foles para ferreiro.<sup>504</sup> Esses dois carregamentos somaram 45 contos, nas duas outras viagens não foi descrita a importância das mercadorias, somente as mercadorias transportadas, mas sem identificação de seus valores.

Quanto as consignações de Joaquim Francisco Fernandes, em três delas o valor é descrito, os quais foram 12 contos, 15 contos e 21:795\$700. Casos como os dessas consignações apresentadas revelam o grau de amadurecimento da economia que a Amazônia vivia em meados do século XIX, muito distante das considerações apresentadas em outrora quando se considerava que a Amazônia desse período tinha uma “economia extremamente simples.”<sup>505</sup>

Da mesma maneira que esses consignatários recebiam as mercadorias de portos estrangeiros, eles também exportavam os gêneros agrícolas e extrativistas do Pará para portos internacionais, fazendo circular sobretudo na Inglaterra, nos Estados Unidos, os produtos da terra, como é possível visualizar na tabela abaixo em que apresentamos os valores correspondentes a importação de cada país.

**Tabela 10 – Destinos das exportações do Pará em 1867**

País	Valor
Inglaterra	3.250: 932\$491
Estados Unidos	3.224: 164\$132
França	2.013: 487\$828
Portugal	803: 198\$130
Cidades Hanseáticas	118: 525\$230
Gênova	73: 782\$000
<b>TOTAL</b>	<b>9.528:833\$041</b>

Fonte: PARÁ (1868)<sup>506</sup>

Em 1867, o Pará remeteu aos portos estrangeiros gêneros nacionais – borracha, cacau, castanha, grude peixe, urucu, couros de boi, arroz e em menor valor outros gêneros – que totalizaram uma monta de 9.528:833\$041 réis, dos quais 5.846:758\$335 (61,4%) foram de

<sup>504</sup> GLP. Consulado Português. Livro de registro dos manifestos de importação. 1857. Livro I, p. 4-5.

<sup>505</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 329. WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>506</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório com que o excellentissimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Gram-Pará ao excellentissimo senhor Visconde de Arary, 1.º vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1868.

borracha grossa, fina e produtos manufaturados de goma elástica.<sup>507</sup> Os principais destinos destes produtos foram Inglaterra, Estados Unidos, França e Portugal.

Pela descrição dos gêneros importados em 1867, observamos que a borracha não era a única responsável pelos valores exportados da província. Alguns estudiosos da economia e do comércio do Pará oitocentista, dos quais destaco Roberto Santos e Barbara Weinstein,<sup>508</sup> já tocaram, embora apenas de forma tangencial, em um fator que é determinante para se compreender a dinâmica econômica de uma sociedade. É imprescindível para entender a dinamização do capital levar em consideração as mobilidades demográficas. Pensar na economia apenas a partir dos dados do movimento do porto, dos valores de exportação, importação, arrecadação alfandegária e renda interna, sem levar em consideração os indivíduos, é desconsiderar os sujeitos que movimentam a economia. Assim, os dados demográficos da província ajudam na compreensão da dinâmica econômica no Pará no período estudado, da qual se beneficiaram os homens de negócios.

Destacamos que no início dos anos de 1820, a província do Pará contava com uma população estimada em 137 mil habitantes,<sup>509</sup> dos quais cerca de 12 mil estavam na capital, Belém.<sup>510</sup> Dada a instabilidade gerada na capital nos anos de 1835 e parte de 1836 pela Cabanagem, em 1848 a população de Belém não teria aumentado consideravelmente, mas já contava com cerca de 17 mil indivíduos.<sup>511</sup> Enquanto que em 1872 a população da província fora duplicada para aproximadamente 275 mil. E nesse intervalo a população de Belém crescera para quase 35 mil almas, quase o triplo da população que a cidade contava em 1823, e o dobro do ano de 1848.<sup>512</sup>

Esses indivíduos acrescidos na população, boa parte deles provenientes da imigração, sobretudo lusitana, foram a mola propulsora do consumo de alimentos, bens e produtos, da mão de obra na cidade, nas oficinas, quitandas, tabernas, lojas e botequins, enfim, foram os agentes que através de compra e venda de mercadorias movimentaram o comércio na capital e no

<sup>507</sup> Jornal do Pará n. 193, de 26 de agosto de 1868, p. 1.

<sup>508</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*; WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*

<sup>509</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>510</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. 2004. *Op. cit.*, p. 260.

<sup>511</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96.

<sup>512</sup> BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01, p. 211-212.

interior da província.<sup>513</sup> Portanto, é importante ressaltar que o crescimento populacional altera a lógica da economia.

Diante dessa ressalva necessária, voltamos a destacar alguns aspectos da economia, em suas características mais amplas. Trabalhos clássicos como o de Roberto Santos qualificaram os anos 1800-1840, como de decadência econômica na Amazônia, embora essa tipificação tenha sido superada, ou pelo menos relativizada por trabalhos como o de Barbara Weinstein e o de Siméia Lopes,<sup>514</sup> e por todos os dados que apresentamos no capítulo anterior e continuaremos a apresentar agora. Outra tipificação que também fora criada sobre esse período da história da Amazônia é que o crescimento sentido na província do Pará, a partir de 1840, é resultado incontestado da exportação do látex, embora diversos trabalhos também deem conta de relativizar essa qualificação, dentre os quais destaco a pesquisa de Luciana Marinho Batista.<sup>515</sup> Pretendemos aqui demonstrar que os anos posteriores a Cabanagem foram de crescimento econômico, embora não muito acentuado, mas ininterrupto, e não foi majoritariamente por conta da exploração gomífera,<sup>516</sup> pelo menos até meados de 1860, quando ela passou a responder por mais de 60% das exportações do Pará.

Para demonstrar o que está sendo afirmado, lançamos mão de dados da arrecadação da alfândega para o período de 1836 a 1867, das cifras de renda interna e da exportação para o intervalo de 1836 a 1870. Ademais, fazemos uso dos valores da exportação de borracha, cacau e demais produtos para o interregno 1848-1867. Sobre esses dados, realizamos suas análises individuais e cruzadas.

No Gráfico 17 abaixo é mostrada a evolução das exportações pelo porto de Belém no período de 1847-1867. No referido gráfico comparamos os valores correspondentes as exportações de borracha com os demais produtos da pauta de exportação. Dando uma olhada rápida e despreziosa no gráfico, somos levados a afirmar que as exportações da borracha crescem vertiginosamente e passaram a ditar as regras do movimento da alfândega. Porém, uma análise mais pontual e criteriosa, nos mostra que as exportações dos demais produtos também aumentaram, revelando que não há uma busca pelos seringais em detrimento de outras

<sup>513</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2002. *Op. cit.*

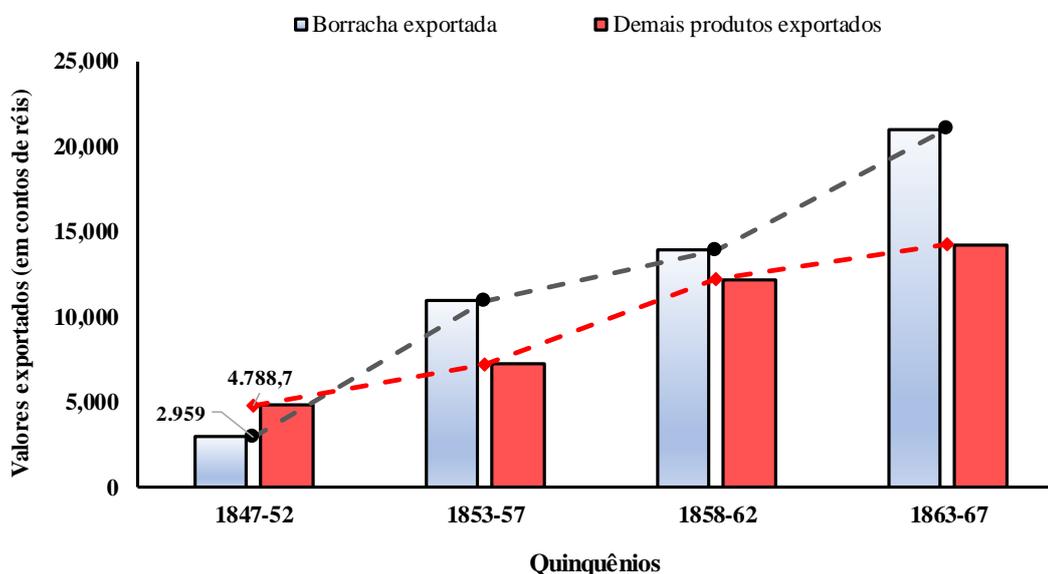
<sup>514</sup> *Idem, ibidem*; WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*

<sup>515</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

<sup>516</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 11.

atividades produtivas, discurso tão utilizado pela governança da província nos idos de 1850 e 1860.<sup>517</sup>

**Gráfico 17 – Comparação borracha *versus* demais produtos exportados pelo Pará, 1847-1867**



Fonte: PARÁ (1867)<sup>518</sup>

Assim como a exportação de borracha aumentou, os outros itens também aumentaram, muito embora numa proporção menor. Verificamos um incremento nos outros produtos de exportação, variando no quinquênio 1847-52 de 4.788,7 contos de réis, para no quinquênio final, 1863-67 alcançar 11.447 contos, o equivalente a um acréscimo de 140%. O que esses dados nos mostram é que a província passava por um momento de agitação em seu porto, aliás, não só no porto, mas no adensamento populacional, na reestruturação da capital, nos melhoramentos das vias e outras estruturas públicas, como o caso da construção do cais na orla da cidade que já falamos no tópico 1.3.

Observamos o crescimento de outros gêneros, sobretudo cacau, castanha, urucu, salsaparrilha, algodão, arroz com casca e pilado, grude de peixe e couros salgados e secos, – que juntos com a borracha perfazem 96% de todas as exportações para os vinte anos em

<sup>517</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla que o Exm. Snr. Conselheiro desta Província dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de Agosto de 1854. Pará: Typographia da Aurora Paraense, 1854, p. 40.

<sup>518</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc. ao sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

análise.<sup>519</sup> Desses 96%, a borracha representava cerca de 57%, o que é uma porcentagem considerável. Entretanto, a província estava gerando outros gêneros extrativistas e agrícolas que não deixaram de ter importância no comércio de exportação, alguns até se acentuaram, como é o caso do cacau.

Além do mais, a produção da província não pode ser medida apenas pela exportação para portos estrangeiros, pois havia a exportação para os portos nacionais, como Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro. A navegação de cabotagem não pode ser desprezível porque também é responsável por uma certa quantidade de produtos que saiu do porto do Pará. Há também que se levar em conta que uma parte do que era produzido não era exportado. Se atentarmos para o crescimento populacional na província, podemos inferir que uma parte do que se produzia ficava no mercado de abastecimento interno, principalmente os gêneros alimentícios. Por outro lado, o que se extraía de borracha tinha como destino certo os mercados internacionais.

De modo geral, é certo que não havia uma crise de subsistência em função da corrida dos braços para os seringais, pois os dados apontam que havia outros produtos da lavoura e do extrativismo sendo exportados, fora o que era consumido pela população crescente que não temos, por ora, como mensurar. Porém, a própria diminuição da exportação do arroz pilado que de 1847-1857 representava 922:232\$609 da exportação, tendo diminuído para 62:366\$225 no decênio seguinte, pode indicar não necessariamente uma queda na produção do arroz, mas uma retenção do produto no mercado interno, já que era um alimento de primeira necessidade e pela nova dinâmica de consumo não permitia gerar excedente.<sup>520</sup>

Se pegarmos como exemplo a exportação do couro salgado, verificaremos que de 1847-1857 foi exportado 1.261:567\$245 e já na década seguinte esse valor mais que duplicou, chegando a cifra de 2.966:522\$910. O aumento da exportação de couro de gado *vacum* pode

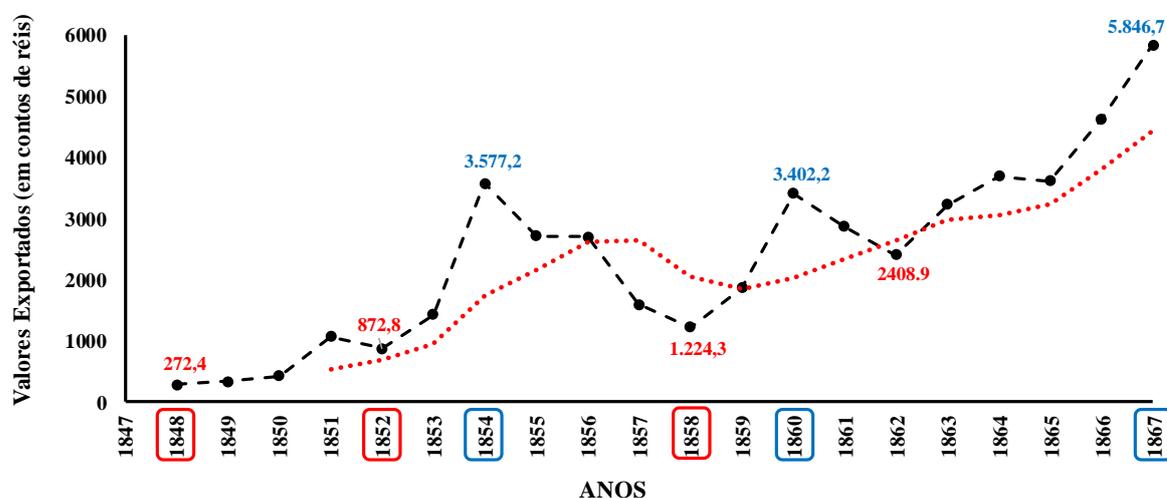
<sup>519</sup> Os produtos restantes que compunham os outros 4% eram os seguintes: urucu em grão e massa, óleo de copaíba, salsaparrilha, algodão, grude de peixe, açúcar, paliteira, piassaba em rama e cordoalha, farinha de tapioca, objetos não especificados, mel ou melaço, cravo, gado *vacum*, bagas de cumaru, moedas de ouro e prata, farinha de mandioca, vigas de diversas madeiras, toras de madeira de marceneiro, taboas para construção naval, aguardente de cana, guaraná, sola, pranchões de madeira, café, esteiras, estopa, taboas para marceneiro, lenha, toras de madeira de construção, puchury, pontas ou chifres de boi, doces, achas para estaca, objetos de história natural, animais, ossos diversos animais, aves, frutas secas e sazoadas, jutahieira, sebo em rama, chapéu de palha, fumo, bagas diversas, baunilha, bolacha e biscoitos, plantas, milho, cajuru, unhas de boi, redes de dormir, legumes, azeites, vinho de caju, polvilho, falcas e frechais de madeiras, carne seca e charque, couceira, pano de algodão, chocolate comum, cuias, caibro, carnaúba, louça de barro, curvas de madeira, amendoim, carvão vegetal, breu, cal, outros produtos.

<sup>520</sup> MACÉDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Op. cit.*

nos levar a crer que estava ocorrendo o aumento do consumo de animais na província. O presidente da província em 1867, Raymundo Lamare, informou em seu relatório que só para o ano de 1866-67 foram abatidas 13.135 cabeças de gado da ilha de Marajó para abastecimento da capital da província.<sup>521</sup>

Portanto, tem que se considerar determinadas questões para se avaliar o peso da produção da borracha no Pará. Todavia, mesmo que escolhamos pensar apenas nos dados de exportação estrangeira, ainda assim é possível relativizar a exportação da borracha. Observe o gráfico abaixo:

**Gráfico 18 – Exportação da borracha, 1847-1867**



Fonte: PARÁ (1867)<sup>522</sup>

Para situar a importância da borracha na economia paraense, voltemos a 1827. Nesse ano, as exportações de borracha bruta e trabalhada – sapatos, sandálias, bolsas – foram de 9 contos de réis e a exportação total da província foi de 488 contos,<sup>523</sup> i.e. menos de 2%. Em 1848, sua produção havia aumentado passando para 272,5 contos,<sup>524</sup> enquanto que a soma total

<sup>521</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por s. exc. ao sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 42.

<sup>522</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc. ao sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 19.

<sup>523</sup> Roberto Santos. *Op. cit.*, p. 29.

<sup>524</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc. ao sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 25.

atingira 1.905 contos,<sup>525</sup> portanto, alcançara 14,3% de atuação nas exportações. Até 1852, a borracha respondia por apenas 38% das exportações paraenses, enquanto que os demais itens de exportação somavam 62% de tudo que saía do porto do Pará para os portos estrangeiros.

Segundo fontes consultadas por Ricardo Zimbrão de Paula e Ivaldo Macieira Neto, em 1848, a borracha respondia por 24% das exportações paraenses,<sup>526</sup> já Roberto Santos menciona que para esse mesmo ano o percentual de borracha, frente as exportações totais, foi de apenas 10,7%.<sup>527</sup> Deixando de lado as inconsistências das fontes, que levam a conclusões díspares, o que queremos destacar é que nas três análises, o percentual varia entre 10,7% e 24%, portanto, sempre menos que um quarto da exportação total. Convém destacar que em 1848, já havia em Belém algumas fortunas consideráveis, acima de 50 contos, como veremos com mais detalhes no capítulo 5.

Depois de 1852, a borracha teve dois picos de crescimento significativo, isto é, nos anos de 1854 e 1860. Contudo, uma ponderação importante a ser feita é que estamos analisando a exportação em termos de valores reais, cujo aumento verificado foi de 148%, no entanto, se a análise levar em conta a quantidade de borracha extraída dos seringais, o aumento nesse mesmo ano foi apenas de 39,8%. Esse aumento da cotação média anual da goma elástica, de 12\$600 para 22\$600 a arroba, resultou da competição entre ingleses e norte americanos pela procura da borracha brasileira.<sup>528</sup> Isso nos leva a crer que é preciso levar em consideração vários fatores para se analisar o aumento da exportação de borracha, o que ocorreu naquele ano foi uma supervalorização do produto e não uma superprodução.

Continuando a análise em réis, assim como as altas registradas, também se verificou algumas quedas, com destaque para os anos de 1858 e 1862. A partir desse ano, não parou mais de crescer. Ressaltamos que durante toda a década de 1850, embora a historiografia já classifique esse período como de expansão da borracha, nota-se que não havia uma estabilidade na exportação desse produto. Na realidade, têm-se um crescimento avantajado para o ano de 1854, o que faz aumentar a média de exportação do produto na década de 1850. Só encontraremos maior estabilidade para a década de 1860. Entretanto, mesmo com esse crescimento ininterrupto a partir desse período, havia outro produto de exportação que se destacava, que junto com a borracha perfazia 81% da exportação para o período em análise,

<sup>525</sup> Roberto Santos. 1980. *Op. cit.*, p. 53.

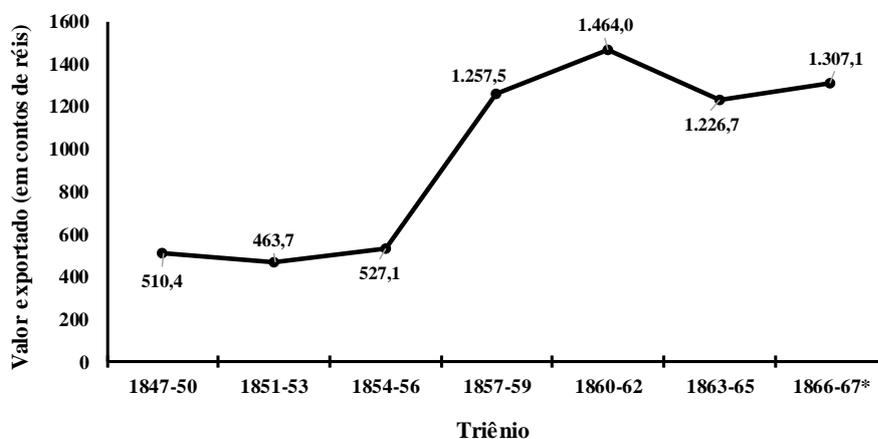
<sup>526</sup> MACIEIRA NETO, Ivaldo Guimarães; PAULA, Ricardo Zimbrão A. de. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>527</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 53.

<sup>528</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 69-70.

conforme demonstrado no gráfico 19.

**Gráfico 19 – Evolução da exportação do cacau no Pará, 1847-1867**



Fonte: PARÁ (1868)<sup>529</sup>

Nessa linha de crescimento das exportações, a partir da década de 1850, verificamos que diferente da borracha, que teve um crescimento pontual em 1854 (Gráfico 18), com oscilações pelo restante da década, o cacau – segundo gênero mais exportado do Pará para portos estrangeiros –, teve dois momentos, isto é, antes e após 1856. Esse ano foi um divisor de águas. Enquanto que a média anual do período de 1847-1856 foi 500:408\$382 réis, no período posterior à média anual foi de 1.359:238\$950, i.e., um incremento de mais de 170%. Se a análise for realizada levando em consideração as montas de cada período, teremos 4.503:675\$440 para o primeiro período e 14.951:628\$447 para o segundo período. Um aumento bruto de mais 10 mil contos em dez anos.

Comparando os dados dos gráficos 18 e 19, frisamos que a exportação do cacau mantém padrões de estabilidade, com poucas oscilações, sendo que o incremento notado a partir de 1856 se conserva pelos anos seguintes, enquanto que para a borracha, essa estabilidade pode ser verificada a partir de 1862, uma vez que nos anos anteriores há muitos momentos de baixa com certos momentos de alta na exportação. A exportação da borracha em termos de média anual para o período de 1847-1861 é de 1.593:998\$407 e no segundo momento é 3.962:403\$911.

<sup>529</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório do Presidente da Província. Relatório com que o excellentissimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Gram-Pará ao excellentissimo senhor Visconde de Arary, 1.º vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1868.

Mais uma vez evidenciamos que a riqueza gerada pela exportação não se deve apenas a borracha, pois ao mesmo tempo em que a borracha cresce, outros produtos como o cacau também estão em ascensão. Isso não significa desconsiderar a importância daquele produto, apenas pretendemos ajudar a desconstruir o ranço da noção de ciclo econômico, tão presente nas análises acerca da economia brasileira.

Também é um indicador do movimento mercantil do porto, o rendimento da mesa da alfândega. Isso porque passavam pela sua inspeção todas as mercadorias entradas ou saídas da capital, quer fossem para exportação direta com portos estrangeiros, ou por exportação de cabotagem. Do mesmo modo, também estavam sujeitas à fiscalização do inspetor da alfândega as mercadorias entradas na província provenientes da Europa, América ou dos portos do império. Também eram taxados os produtos de reexportação ou baldeação. Parte significativa do que os cofres públicos provinciais arrecadavam entrava pelo porto. A tabela 11 mostra a arrecadação da alfândega de Belém no período de 1836 a 1867.

**Tabela 11 – Arrecadação da Alfândega do Pará, 1836-1867**

Período	Rendimento anual médio
1836-1840	228:603\$212
1840-1844	277:178\$600
1844-1848	454:902\$312
1848-1852	635:077\$313
1852-1856	1.131:993\$089
1856-1860	1.320:557\$126
1860-1864	1.960:121\$673
1864-1867	1.947:787\$667

Fonte: PARÁ (1864, 1868)<sup>530</sup>

Podemos observar que a arrecadação da alfândega cresce num movimento contínuo nos anos estudados, o que tem uma clara relação com o aumento da entrada<sup>531</sup> e saída de embarcações na província. Concomitantemente a esse aumento do fluxo das navegações, está

<sup>530</sup> PARÁ. Relatório dos negócios da província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às bahias do rio Anapú, pelo secretario da província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaya, pelo capitão-tenente da armada, Francisco Parahybuna dos Reis. 1864, p. 59-60.; PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório com que o excellentissimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Gram-Pará ao excellentissimo senhor Visconde de Arary, 1.º vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1868.

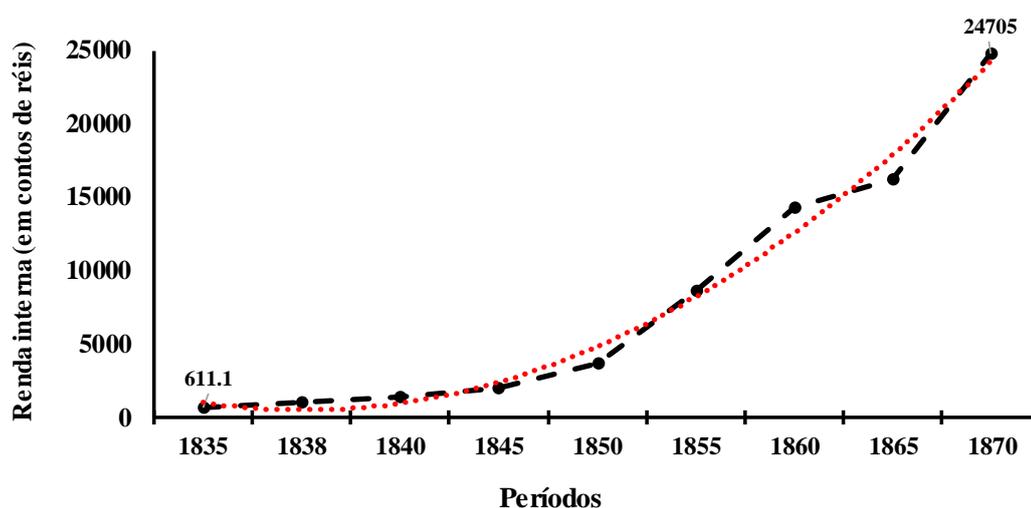
<sup>531</sup> SALES, Mária Aline Freitas. *Op. cit.*

o fluxo de mercadorias entradas e saídas, as quais eram taxadas gerando dividendos para o Tesouro Provincial. Em que pese as exportações e importações, ainda que haja diferenças nas taxações alfandegárias, tudo se convertia em lucro para o governo.

Quanto a esse aumento na arrecadação da província, podemos destacar que o rendimento na alfândega começara a crescer antes do crescimento considerável da borracha, i.e., nos primeiros anos de 1850. Nesse interregno, compreendido entre o final de uma década e o início da outra, 1848-1852, verificamos em relação ao quadriênio seguinte um aumento de 78,2% na renda da alfândega. À primeira vista, poderíamos dizer que o aumento ocorrido a partir de 1852-56, coincide com o aumento da exportação da borracha em 1854 (Gráfico 18), entretanto, a arrecadação alfandegária se mantém estável e crescente nos anos seguintes, independente das flutuações verificadas na exportação da borracha, como ocorrera nos anos de queda, entre 1857 e 1859.

Feitas as ponderações, é preciso considerar que os dados de exportação/importação, e os valores arrecadados pela alfândega não dão conta de traduzir o quadro que compõe a renda interna em seu sentido mais amplo. No entanto, se observarmos os dados da renda interna no gráfico 20, verificaremos a mesma tendência de crescimento que se observa para os dados de exportação/importação.

**Gráfico 20 - Renda Interna da Província, 1835-1872**



Fonte: Roberto Santos (1980)<sup>532</sup>

<sup>532</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*

O gráfico 20 mostra que a partir de 1835 até 1870 a renda interna da província do Pará cresceu de forma ininterrupta, com crescimento modesto de 1835 até fins da década de 1840, mas em termos brutos era significativo, pois crescera de 611,1 contos em 1835 para mais de 3.641,9 contos em 1850. A partir de 1850, o crescimento se acentua, verificando-se no decurso de uma década uma taxa de crescimento de 291%, i.e., quase quadruplicando de valor em 1860, quando atingira 14.242,3 contos. Em 1870 já havia superado os 24.000 contos.

A despeito das oscilações da produção/exportação de goma elástica, a renda interna cresce, não na mesma confluência, evidenciando que a economia não dependia tanto da borracha, pois como mostrado no gráfico 18, a exportação da borracha só ganhou maior expressividade, tendo se tornado crescente sem quedas abruptas, a partir de 1862. No entanto, a renda interna se avoluma de forma mais significativa ainda no começo de 1850, e cresce de forma regular até 1865, quando então seu crescimento se tornou vertiginoso. Se a borracha não é a maior responsável pelo crescimento da renda interna, vejamos o que ela representava em relação a outros indicadores da economia na sociedade estudada. A tabela abaixo é uma tentativa de agrupar vários elementos já citados até agora, buscando demonstrar a representatividade da borracha nesse cenário econômico.

**Tabela 12 – Contribuição da exportação de borracha em relação a Renda Interna, 1857-1870**  
(Valores da média anual expressos em contos de réis – r\$)

Período	Renda Interna	Renda da Alfândega	Movimento do comércio na Alfândega	Exportação Total	Exportação de Borracha (% sobre a renda interna)
1857-60	14.242	1.496	10.888	4.926	1.915 (13,5%)
1860-64	16.161	1.644	11.604	5.711	3.558 (22,0%)
1864-68	22.561	2.580	14.018	6.390	3.516 (15,6%)
1868-69	24.705	3.704	18.944	10.746	7.837 (31,7%)

Fonte: Roberto Santos (1980)<sup>533</sup>; PARÁ (1864, 1867, 1868, 1870, 1882)<sup>534</sup>

<sup>533</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 337-338.

<sup>534</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório dos negócios da província do Pará. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864. At head of title: Dr. Couto de Magalhães, presidente do Pará, 1864. Cover title: Relatório dos negócios da província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e ás bahias do rio Anapú, pelo secretario da província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaya, pelo capitão-tenente da armada, Francisco Parahybuna dos Reis. 1864, p. 59-60.; PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 15-37. PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório com que o excellentissimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Gram-Pará ao excellentissimo senhor Visconde de Arary, 1.o vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Pará, Typ. do Diario do

Se analisarmos a participação da borracha em relação a outros produtos de exportação no período de 1857 a 1860, verificaremos que ela representou 38,8% da exportação do porto de Belém. No triênio de 1860 a 1864, a participação da borracha representou 62,3% e entre 1864 a 1868, a mesma equivaleu a 55% de tudo que foi exportado, e nos anos finais da década atingiu 72,9% da pauta das exportações. Ainda que a borracha tenha atingido 72,9% dos valores de exportação final do período estudado, ela não ultrapassou 31,7% da composição da renda interna no mesmo período. Há que se levar em consideração que a maior parte dos dados citados pertencem a década de 1860, momento em que já havia um crescimento considerável em sua exportação.

Se compararmos a borracha a tudo que gerou renda na alfândega, isto é, a importação e exportação nos três períodos levantados, veremos que ela foi responsável por uma média de 30,3% de todo o comércio da alfândega.<sup>535</sup> O resto do que foi se acumulando na renda interna foi gerado por outros produtos agrícolas e extrativistas que foram exportados, somados a tudo que a província importou no período.

Todavia, a importação e exportação não eram as únicas formas de acumulação, havia outras formas de acumulação geradas pelo ir e vir de mercadorias, pela ação de mercadejar, o que gerou a produção do capital mercantil, proporcionada por outras formas de acumulação já presentes no Pará, ainda que estejamos falando de uma economia pré-industrial. Por isso, defendemos que o porto (exportação/importação) era responsável por gerar outras formas de acumulação mais modernas, tanto que entre 1857 e 1864 ele gerava cerca de 72% da renda interna. Os dados mostram que entre 1864 a 1868 ele caiu para cerca de 62% de tudo que movia a economia, e no ano seguinte voltou a subir representando 76,7% da renda interna. Não há dúvidas de que o movimento do porto (exportação/importação) gerou a maior parte dos dividendos para a economia do Pará. Mas há que se considerar que a província e sobretudo Belém, que atuava como o centro consumidor e exportador da província, tinha uma dinâmica que ia além da vida portuária.

Gram-Pará, 1868. PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará Doutor João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando a administração da mesma ao 1º vice-presidente Doutor Abel Braga. Pará: Typographia do Diário do Gram-Pará, 1870, p. 30-40. PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla com que o exm.o snr. dr. João José Pedrosa abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 23 de abril de 1882. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882, p. A47-A50.

<sup>535</sup> Esse termo “movimento do comércio na alfândega” era o termo utilizado pelo presidente da província para se referir ao valor das exportações e importações que passaram pelo porto. PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

Há dois aspectos que sempre influenciaram as análises sobre a economia do Pará desse período, a saber: o vazio demográfico e a consideração de que sua economia estava totalmente assentada na exportação extrativista.<sup>536</sup> No entanto, há dados suficientes que mostram que havia uma dinâmica social e econômica nos núcleos urbanos, notadamente na capital e ainda havia uma produção agropecuária na província, relacionada não só ao comércio de exportação como também ao consumo interno.

Como destacou João Fragoso, o comportamento da economia de uma sociedade pré-industrial não pode ser medido apenas pelo desempenho do setor exportador.<sup>537</sup> Portanto, a economia do Pará, para o período que estamos tratando, vai muito além da exportação de produtos extrativistas. Logo, ela não pode ser quantificada apenas pelas cifras geradas pela exportação da borracha.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que havia no Pará uma produção que ia além das atividades extrativas. É bem verdade que a maior parte da produção primária do Pará era extrativista, dentre os principais produtos estavam a borracha, o cacau e a castanha. No entanto, o mercado de exportação contava com esses produtos nativos e também com uma produção pecuária e agrícola. Tanto que eram exportados produtos como arroz branco, açúcar, gado vacum, couros secos e salgados, café, fumo, chapéus de palha, amendoim, algodão e farinha seca e de tapioca, além de outros,<sup>538</sup> todos produzidos na província.

Queremos novamente mencionar um gênero extrativista/agrícola que servia tanto para o mercado externo quanto para o interno: o cacau, produto que representou no período de 1847 a 1862 mais de 25% das exportações (Gráfico 19). Em meados do século XIX, grande parte do cacau escoado no porto do Pará era produzido de forma cultivada. Conforme observou Henry Bates no Baixo Amazonas, “os brancos, portugueses e brasileiros, formam uma classe mais numerosa que em outros lugares, (...) são os negociantes da praça, senhores de escravos, fazendeiros e plantadores de cacau.”<sup>539</sup> Referindo-se a esse produto, em 1862, o presidente Francisco Brusque comenta que

<sup>536</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 11-13, 329-330; SILVA, Moacir Fecury Ferreira da. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>537</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>538</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc. ao sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

<sup>539</sup> MELLO-LEITÃO, Cândido de. **O Brasil visto pelos ingleses**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1937, p. 40.

“Este gênero que nesta província é silvestre, é também objecto de cultura em alguns lugares do interior. (...) Ele é cultivado em maior escala nas margens do Tocantins, em todo o districto de Cameté e nas margens do Amazonas desde Gurupá até villa Bella. Encontra-se também, mas pouco nas imediações desta cidade e da villa de Breves, e pode ser cultivado em toda a província, porque as terras e o clima lhe são favoráveis.”<sup>540</sup>

O presidente continua, em seu discurso, incentivando os moradores para que cultivassem mais aquele produto, porque segundo ele tratava-se de uma cultura que despende poucos gastos com a produção, e muito lucro, dada sua alta cotação no mercado internacional. Ademais, temos que considerar que o cacau era um produto muito consumido, como chocolate, pela população do Pará. A esse respeito vários viajantes que estiveram na província em meados do século XIX, destacaram o consumo dessa bebida. O norte-americano John Esaias Warren, que esteve em Belém em 1851, escreveu que era comum o chocolate quente ser servido tanto no café da manhã – breakfast – quanto no lanche de final de tarde. Uma dessas ocasiões ele descreveu nos seguintes termos: “Supper was soon prepared for us, on a small table under the varanda. It consisted merely of bread, butter, and chocolate.”<sup>541</sup>

Nos chamou a atenção os itens que foram servidos no lanche do Sr. John Warren, isto é, pão, feito à base de trigo norte americano, manteiga inglesa e chocolate, proveniente dos cacauais amazônicos. Isso nos mostra como três diferentes alimentos de lugares tão distintos estavam presentes na mesa da população do Pará oitocentista, graças ao comércio de importação de longo curso que ligava os “três lados” do Atlântico.

Voltemos a falar do cacau/chocolate. Além do norte americano, os ingleses Henry Walter Bates, Richard Spruce e Alfred Russel Wallace, também notaram a constante presença dessa bebida na alimentação do povo do Pará.<sup>542</sup> Diante disso, podemos afirmar que a quantidade de cacau exportada era muito menor que a produzida na província.

Além do cultivo do cacau, outro produto que merece uma análise bem criteriosa é o arroz, sendo que parte desse produto era exportado e outra parte servia ao mercado interno. Sobre a produção agrícola, Sidiana Macêdo destacou que “alguns alvitres que eram produzidos na Província tinham duplo destino, o abastecimento regional, quanto as pautas exportáveis, tais

<sup>540</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 40.

<sup>541</sup> WARREN, John Esaias. *Op. cit.*, p. 33-34, 78.

<sup>542</sup> MELLO-LEITÃO, Cândido de. *Op. cit.*

como a castanha, cacau, arroz entre outros.” Ela destaca que especificamente o arroz estava na lista dos gêneros de primeira necessidade juntamente com o peixe, a farinha e a carne.<sup>543</sup>

Como já dissemos anteriormente, a exportação do arroz diminuiu consideravelmente da década de 1840 para a década de 1860. Contudo, isso não quer dizer que ocorreu uma queda na produção, ocorreu sim uma diminuição da exportação desse produto. Como já foi dito também, uma análise da economia de uma determinada sociedade não pode estar desvinculada dos dados populacionais, no caso da Amazônia, não pode estar vinculada unicamente à exportação de produtos extrativistas.

Lembremos que de 1840 para 1870, a população do Pará havia mais que dobrado, portanto, a demanda de alimentos também cresceu na mesma proporção. Tanto é fato que a produção de arroz não diminuiu drasticamente nesse período, que o presidente da província, em 1862, dizia que “a lavoura deste produto alimenta ainda o nosso mercado, e consumo interno com exclusão de produtos similares, e fornece pequenas quantidades ao comércio de exportação.”<sup>544</sup> Mesmo que a população tenha crescido consideravelmente, a produção continuava dando conta de suprir a demanda interna, conforme destacou Francisco Carlos Brusque, isso nos revela que existia uma produção considerável de arroz, que ainda gerou um excedente para ser fornecido ao mercado de exportação.

Não podemos esquecer que existiam dois tipos de arroz: “o arroz com casca o qual era geralmente todo exportado em especial para Portugal”, que tinha uma cotação menor no mercado, e o arroz pilado também chamado de arroz branco “que já era limpo e beneficiado nos engenhos que existiam na Província e de tempos em tempos era exportado para as províncias do sul, mas no geral ficavam para consumo interno.”<sup>545</sup> O inglês Alfred Wallace descreveu que comumente o arroz estava servido nas duas principais refeições das famílias da Amazônia.<sup>546</sup> No gráfico 21, mostramos os dados da produção (em alqueires) e o valor (em réis) das duas variedades de arroz no período de 1847 a 1867.

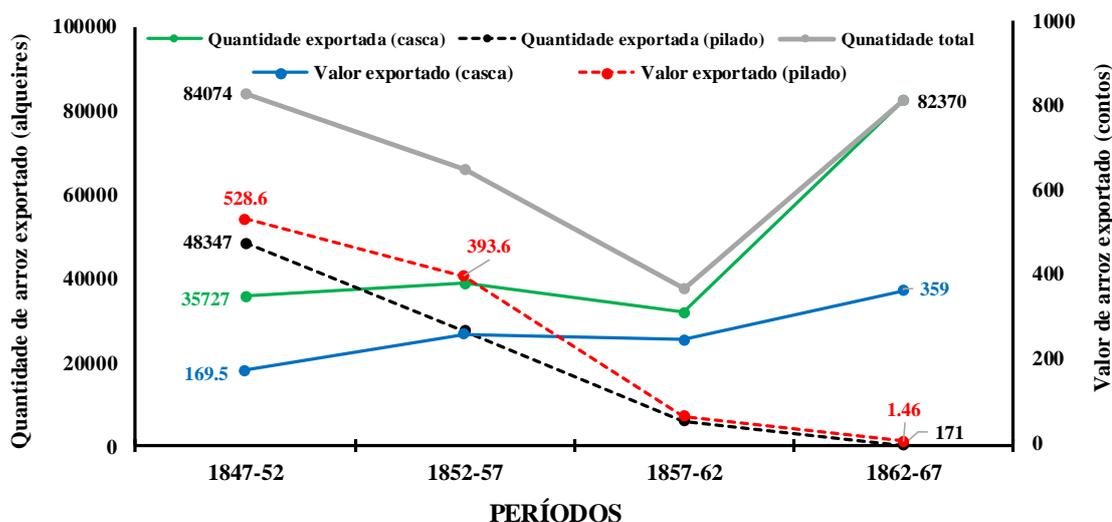
<sup>543</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Op. cit.*, p. 20, 67.

<sup>544</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 37.

<sup>545</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>546</sup> WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pela Amazônia e Rio Negro**. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 17, 2004, p. 94.

Gráfico 21 – Comparação entre a produção e os valores do arroz com casca e pilado



Fonte: PARÁ (1867)<sup>547</sup>

Esses dados nos revelam que não houve uma crise na produção do arroz, apesar da queda nos anos finais da década de 1850 e início da década de 1860, pois se atentarmos apenas para a quantidade de arroz exportado, veremos que a quantidade de arroz com casca exportada aumentou ao longo do período. Se no primeiro quinquênio a exportação dessa variedade era de 35.727 alqueires, no quinquênio final aumentou para 82.370 alqueires, portanto, mais que duplicou. Por outro lado, a exportação de arroz pilado baixou de 48.347 alqueires para apenas 171 alqueires no final dos anos 1860.<sup>548</sup> Em números totais, no início desse período, a exportação foi de 84.074 alqueires, baixou por dois quinquênios e no quinquênio final voltou-se a exportar 82.541 alqueires de arroz, quase o mesmo valor do período inicial.

Por outro lado, se a análise for feita considerando-se apenas os valores arrecadados, poderemos pensar em crise na produção do arroz e foi essa análise que, possivelmente, levou os administradores do Pará a falar em crise agrícola do arroz, pois as cifras referentes à exportação caíram de 673 contos no primeiro decênio para 331 contos no decênio seguinte. Outro fator que influenciou nessa queda foi justamente a diminuição da exportação do arroz pilado que estava cotado entre 2\$800 e 3\$200 o alqueire na década de 1860, enquanto que a

<sup>547</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc. ao sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 16-17.

<sup>548</sup> A unidade de medida do arroz com casca é comumente referida no relatório como alqueire, enquanto que a do arroz pilado é referenciado como arrobas ou alqueire, assim como trata-se de medidas equivalentes adotamos usar a mesma medida para efeito de comparação.

exportação que aumentou foi de arroz bruto, cujo valor de mercado variava entre \$800 e 1\$400 o alqueire.<sup>549</sup>

Todavia, é justamente sobre essa diminuição da exportação do arroz descascado que queremos enfatizar, uma vez que esse produto era destinado principalmente ao consumo interno na província ou para consumo no Maranhão e também nas cidades do sul do império. O excedente, por sua vez, era remetido aos portos estrangeiros. Como a população havia aumentado no período, conseqüentemente seu consumo também havia crescido, portanto, a exportação diminuiu. Isso ratifica nossa consideração de que a produção de arroz nas plantações pelo interior da província não diminuiu. Logo, o trabalho associado a essa produção e a movimentação de venda e compra desse alimento devem ser considerados na composição da renda interna, a qual não pode ser quantificada somente pelas cifras geradas na exportação.

Por ora, deixemos de lado o arroz para analisar a dinâmica envolvida na produção/consumo/exportação de outro produto alimentício, o gado. Conforme informado pelo presidente da província, Francisco Carlos Brusque, em 1861, o Pará contava com 534 fazendas de criação de gado, onde havia mais de 233.813 reses, das quais 229.888 eram de gado vacum e as restantes eram de gado cavalari.<sup>550</sup> No Marajó, havia mais de 150 mil cabeças de gado e no Baixo Amazonas o número desses animais superava os 52 mil.<sup>551</sup> Esse gado criado na província tinha dois destinos certos: a alimentação da população local e a exportação.

Imediatamente nas proximidades de Belém não havia criação bovina expressiva. A capital era abastecida, principalmente, pelas fazendas do Marajó e Baixo Amazonas. Em 1832, Alcide d'Orbigny, um viajante que esteve na província destacou que: "(...) na ilha do Marajó se cria gado vacum. Os bois são levados, vivos, para Belém, ou já transformados em carne seca."<sup>552</sup> Como destacou o viajante, o gado consumido em Belém, chegava vivo ou como carne

<sup>549</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 38.

<sup>550</sup> Gado vacum é o bovino e gado cavalari inclui cavalos, mulas, asnos, bestas e burros. PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

<sup>551</sup> As duas regiões mais produtoras de carne bovina eram o Marajó e o Baixo Amazonas. O Marajó compreendia: Soure, Chaves, Monsarás, Muaná e Mazagão. O Baixo Amazonas é a região mais ocidental compreendia: Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Óbidos e Faro.

<sup>552</sup> ORBIGNY, Alcide d'. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. Citado por MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Op. cit.*, p. 48.

seca. Na maioria das vezes, esse alimento era proveniente das fazendas de gado da ilha do Marajó.

Em 1856, em tempos de crise no abastecimento de carnes verdes em Belém, o presidente da província, Henrique de Beaurepaire Rohan, informava que para os anos de 1853 a 1855 a média de consumo na cidade variava de 26 a 36 bois diariamente, o que dá um montante compreendido entre nove mil e treze mil bois anuais. Segundo ele, não raras vezes, foram mortas quarenta reses no dia.<sup>553</sup>

Em 1858, o governante, João da Silva Carrão, apresentava em seu relatório que as fazendas de gado haviam fornecido naquele ano 12.000 cabeças de gado para consumo da população da capital, o que tinha movimentado 480:000\$000 de réis.<sup>554</sup> Quatro anos depois, Francisco Brusque informava que no ano de 1861 havia sido consumido 13.135 reses na capital, e para a província ele estimava o consumo total daquele ano em 25.000 cabeças de gado.<sup>555</sup> Como podemos ver, mais da metade das “carnes verdes”<sup>556</sup> era consumida na cidade de Belém. No interior era comum na mesa da população, peixes, frutos como açaí e animais silvestres.<sup>557</sup> Em 1854 havia em Belém 18 açougues, em 1859 já eram 30, dos quais 9 pertenciam a portugueses e 16 a brasileiros. Em 1867 as casas ou talho de carne verde já somavam 64 estabelecimentos.<sup>558</sup>

Esses números apresentados referem-se ao consumo interno da produção de gado vacum. Os dados de exportação evidenciam que de 1847 a 1862, a média anual foi de 60 animais, no entanto, quando olhamos para os anos de 1865 a 1867 a média foi de 560 cabeças por ano.<sup>559</sup> Esses dados mostram que mesmo sendo consumido mais de 25.000 animais por ano na província, ainda assim, conseguiu-se exportar gado vacum aos portos estrangeiros. Relacionada ao gado vacum está a exportação de couros salgados e secos, que nos dão uma

<sup>553</sup> Treze de maio, n. 817, de 21 de agosto de 1856, p. 2.

<sup>554</sup> PARÁ. Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858, pelo presidente Dr. João da Silva Carrão. Pará: Typ. Do Diário do Commercio, 1858, p. 47.

<sup>555</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1.º de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863, p. 42.

<sup>556</sup> Expressão usada a época para diferenciar carne fresca de carne salgada e seca.

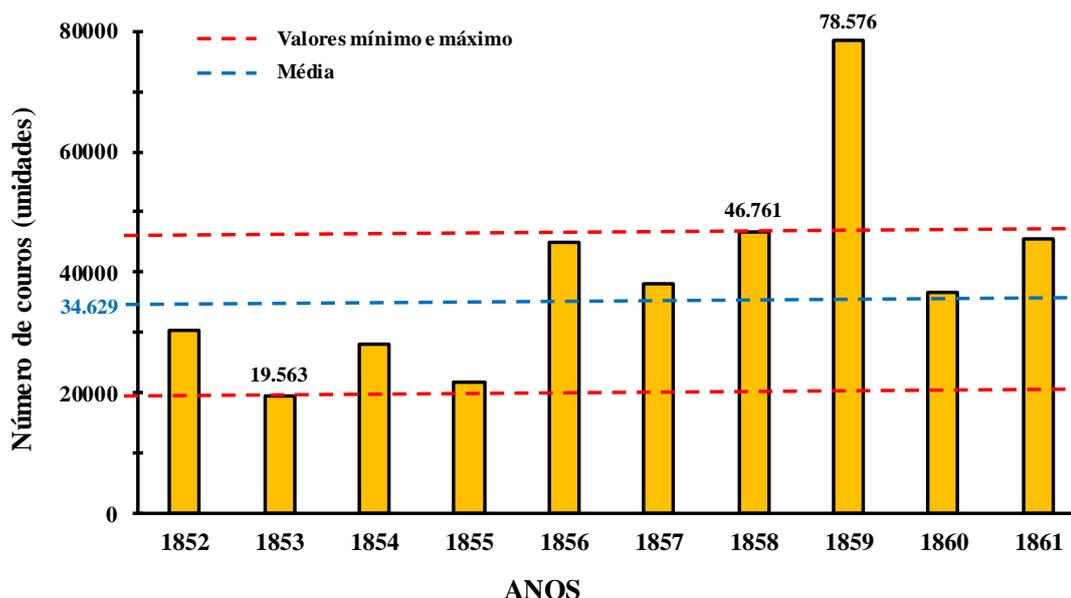
<sup>557</sup> WALLACE, Alfred Russel. *Op. cit.*, p. 51.

<sup>558</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 10.

<sup>559</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 25.

dimensão mais real da produção desses animais na província, uma vez que os couros não eram consumidos na província, pelo menos, não em sua maior parte. Tinham como principal destinação a exportação. No gráfico 22, apresentamos os números de couros secos exportados no decênio 1852-61.

**Gráfico 22 – Couros secos exportados, 1852-1861**



Fonte: PARÁ (1862)<sup>560</sup>

Como mostrado no gráfico, em 1853, registrou-se o valor mínimo do período, onde se exportou 19.563 couros, número que sugere a quantidade de animais abatidos naquele ano. Em 1859 foram exportados 78.576 couros, sobre esse valor explicou o presidente da província que cerca de 25 a 30.000 deles tinham descido pelo Tocantins procedentes das cidades e vilas ao norte de Goiás.<sup>561</sup> Assim, subtraindo-se esse valor, teremos para aquele ano de 1859 cerca de 48.000 couros. Desconsiderando-se o ano de 1859, a média anual fica em 34.629 couros secos. Como está apresentado no gráfico, os números oscilam entre 20 e 45 mil, sendo que na maior parte dos anos gira em torno dos 30 mil. Outra constatação é que há crescimento ao longo do período analisado. Então, depreendemos que estava aumentando o consumo desses animais.

<sup>560</sup> PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 43.

<sup>561</sup> *Idem.*

Assim como observado para o cultivo de arroz, o que vemos para a criação de gado é o mesmo perfil, uma produção que primariamente supre o mercado interno e parte se destina a exportação. Porém, de igual modo, há uma força de trabalho envolvida na sua produção e, acima de tudo, há uma dinâmica no consumo desse produto na capital, que absorve a maior parte desses animais abatidos. Há nitidamente um capital que gira em torno desse comércio das carnes, e esse capital está associado a vida mercantil, que fez o número de açougues rapidamente se expandir por Belém, passando em pouco mais de uma década de 18 para 64 estabelecimentos.

Nessa perspectiva, gêneros como arroz e gado, além de serem produtos exportáveis, também tinham grande importância para o abastecimento do mercado interno. E mesmo que tanto se tenha falado sobre uma crise dos gêneros agrícolas pela corrida dos braços para os seringais, a pesquisa de Sidiana Macedo sobre alimentação em Belém, destacou que essa falta de víveres pode ser explicada por fatores, sociais, econômicos, demográficos e naturais. Para ela, é preciso levar em conta na análise acerca do abastecimento, o aumento populacional que levou a uma procura de alimentos muito maior do que a oferta, as epidemias que levavam ao enfraquecimento do trabalho nas lavouras e fazendas criatórias, a falta de transportes apropriados para o escoamento da produção para Belém e, ainda, as enchentes sazonais que destruíam as lavouras.<sup>562</sup> A crise de abastecimento, portanto, não se explica exclusivamente pela transferência da mão de obra para os seringais.

Apresentamos três produtos, cacau, arroz e gado, que possuem suas particularidades, mas se entrecruzam em outros aspectos. O cacau é um produto agrícola nativo e cultivado, que majoritariamente se destinava a exportação e uma parcela menor ao consumo interno. O arroz também é um produto agrícola, no entanto, produzido em maior escala nas plantações que se destinaram, em grande parte, ao consumo interno da província e um excedente fora exportado. Quanto ao gado, trata-se de um alvitre da pecuária, que em sua maioria fora consumido no Pará e em menor escala exportado, enquanto que seus subprodutos, isto é, couros, chifres e unhas tinham destino certo, a exportação internacional.

Deste modo, toda essa extensa rede de imbricações composta pelo extrativismo/agricultura/pecuária e exportação/consumo interno constituíram parte da economia da Amazônia oitocentista. Se considerarmos o primeiro aspecto, veremos que a economia da Amazônia não pode ser caracterizada pelo extrativismo. Destarte, não podemos

<sup>562</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Op. cit.*, p. 21, 90-115.

resumir a economia desse período ao extrativismo do látex. Do mesmo modo, não podemos balizar toda a economia da província pelos números da exportação, pois a produção é muito mais abrangente do que o que saía pelo porto. Segundo enfatizou Sidiana Macêdo, “a relação comercial entre a capital e os interiores foi na segunda metade do século XIX uma das forças propulsoras da economia provincial”<sup>563</sup>

Além desses produtos analisados, existia na província o cultivo e a criação de outros alvitre que eram absorvidos pelo mercado interno. Existia uma “indústria” incipiente. A esse respeito, Joaquim Raymundo de Lamare, presidente do Pará entre 1866 e 1868, relatava a Assembleia Provincial em 15 de agosto de 1867 as condições da “indústria comercial” da província. Em suas palavras:

A indústria nesta Província, além da commercial, que é a única florescente, acha-se circunscrita a criação de gado vaccum, à cultura de vários gêneros alimentícios e comerciais e a um bom número de olarias, engenhos de pilar arroz e fazer assucar, mel e aguardente, numerosas fábricas de farinha, uma de chocolate etc.<sup>564</sup>

Embora existissem esses estabelecimentos produtivos espalhados na capital e pelo interior da província, fica difícil mensurar esses dados. Sobre essa dificuldade destacou, em 1870, o presidente da província, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, “a falta absoluta de dados estatísticos nas repartições provinciais por onde se conheça a produção das localidades e o consumo, pelo menos, o que entra na capital e ali se consome, priva de demonstrar melhor por algarismo o enunciado.”<sup>565</sup> Ainda que seja difícil de mensurar o consumo interno da província, não é possível excluí-lo de um exame acerca da economia da província.

E quem estava por trás de todas essas transações de comprar os gêneros da terra do interior para redistribuir ao comércio local e internacional? Os comerciantes da capital, dentre eles alguns portugueses. Tomando como exemplo o arroz, o mais destacado era o americano Benjamim Upton,<sup>566</sup> proprietário de duas usinas a vapor no Maguari, nas proximidades de Belém. Outros comerciantes, como os portugueses Francisco Gaudêncio da Costa e Joaquim

<sup>563</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>564</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 10.

<sup>565</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará Doutor João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando a administração da mesma ao 1º vice-presidente Doutor Abel Braga. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870, p. 39.

<sup>566</sup> Treze de maio, n. 547, de 15 de outubro de 1845, p. 4; Treze de maio, n. 683, de 10 de março de 1856, p.4.

Francisco Fernandes também estavam envolvidos com essa atividade.<sup>567</sup> Em 1856, o jornal *Treze de maio* trazia o anúncio que a firma de Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos continuava a comprar arroz com casca.<sup>568</sup> Esses gêneros da terra serviam para exportar e, muitas vezes, para serem comercializados na própria loja do comerciante, considerando que boa parte deles, mesmo tendo alcançado cabedais econômicos consideráveis, continuavam com loja aberta.

É possível dizer que o processo de reprodução da economia estudada se dá tanto a partir dos produtos voltados para exportação, quanto por meio das produções voltadas para o abastecimento interno. Portanto, a reprodução do capital mercantil pode tanto estar relacionada ao que Fragozo chamou de mercado doméstico, quanto ao comércio de longa distância.<sup>569</sup> Se o comércio de exportação somente foi possível porque havia uma lógica não completamente regulada pela economia extrativista, o comércio de importação também só se tornou viável porque havia fatores externos e internos cooperando para tal.

Quanto aos fatores externos, se lembrarmos os países que mais enviavam as mercadorias ao porto de Belém, i.e., Estados Unidos, Portugal, Inglaterra e França, respectivamente, lembramos que “os laços fortes da antiga colônia com Portugal, a agricultura no Sul dos Estados Unidos, bem como o desenvolvimento do sistema fabril no Norte, a Revolução Industrial na Inglaterra, e o desenvolvimento do conceito de civilização na França,”<sup>570</sup> ajudam na compreensão dos tipos produtos importados que chegaram no porto da capital, sobretudo a partir de 1840.

Do lado de cá do Atlântico, há os fatores internos que ajudam a explicar o aumento da importação de produtos advindos de portos estrangeiros, o que conseqüentemente levou a grandes possibilidades de reprodução do capital mercantil. Entretanto, essas possibilidades somente tomam maior corpo quando relacionadas as mudanças na estrutura da cidade, pois isso ajuda a compor o cenário da disseminação dos negócios dos portugueses em Belém.

É preciso compreender que a cidade está em transformação para entender traços da economia da província e da atuação dos agentes mercantis e as possibilidades de alargamento da renda interna. Nesse sentido, a importação em relação a renda interna só pode ser compreendida quando entendemos que a importação é muito mais do que os rendimentos que

<sup>567</sup> *Treze de maio*, n. 525, de 23 de julho de 1845, p. 4; *Treze de maio*, n. 713, de 17 de abril de 1856, p. 4.

<sup>568</sup> *Treze de maio*, n. 713, de 17 de abril de 1856, p. 4.

<sup>569</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*, p. 226.

<sup>570</sup> SALES, Mária Aline Freitas. *Op. cit.*, p. 103. Confira a lista de produtos importados na obra citada.

ela deixa na Alfândega. Ela compreende o processo de redistribuição a grosso e a retalho que gera o excedente que pode ser novamente reinvestido no comércio de importação ou em outros ramos da economia em transformação. Alguns dos aspectos dessa transformação foram narrados por Henry Walter Bates depois de ter saído de Belém e passar anos no sertão da província e depois ter retornado.

Cheguei ao Pará no dia 17 de março, após uma ausência de sete anos e meio (...). Encontrei a cidade do Pará grandemente mudada, para melhor. Já não tinha mais aquele aspecto de arraial com as ruas cheias de mato e as casas desmanteladas, que eu ficara conhecendo em 1848. A população tinha aumentado para 20.000, devido ao fluxo dos imigrantes portugueses, madeirenses e alemães, e fazia alguns anos que o governo provincial vinha despendendo os excedentes de suas rendas, que eram consideráveis, no embelezamento da cidade. As ruas, outrora sem calçamento e cheias de pedras soltas e areia, estavam agora caprichosamente pavimentadas; as casas feitas fora do alinhamento haviam sido demolidas e substituídas por construções mais uniformes. A maioria das casas velhas e desmanteladas cedera lugar a belos edifícios construídos acima do nível da rua, com extensas e elegantes sacadas no primeiro andar. As grandes praças, outrora, verdadeiros colossais, tinham sido drenadas, capinadas e planadas com fileiras de amendoeiras e casuarinas transformando-se em Belos ornamentos para a cidade, ao invés de construírem um triste espetáculo para os olhos, como ocorria no passado.<sup>571</sup>

O viajante faz uma detalhada descrição sobre os aspectos físicos da cidade, destacando pontos como o crescimento populacional, a imigração portuguesa e de outras nacionalidades, o embelezamento dos prédios, ruas e praças. São aspectos que já evidenciam algumas das muitas transformações de Belém nos meados do século XIX. Se seguirmos os indícios da narrativa de Bates, notaremos que essas mudanças na estrutura da cidade atraíram outras mudanças na sua estrutura organizacional demonstrada pela instalação de companhias, bancos e outros dessa natureza que evidenciam que, embora as transformações ainda sejam modestas Belém está em um ritmo de modernização.

Com o crescimento do setor terciário de economia,<sup>572</sup> só para lembrar, em 1870, existiam mais de 500 portugueses empregados nos estabelecimentos comerciais, desempenhando funções como caixeiros, marítimos e outras (Gráfico 6). Exigia-se cada vez mais a presença de instituições de crédito e fornecedoras de dinheiro – papel ou moeda. Diante dessa emergência de crédito, os negociantes da praça de comércio do Pará uniram-se, em 1852, para fundar o Banco Commercial do Pará, o qual fora aberto com um capital inicial de 200

<sup>571</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 296.

<sup>572</sup> Estão incluídos aqui os trabalhadores envolvidos com a construção civil, com as lojas de alimentos, os caixeiros e em outros serviços. Cf. SANTOS, Roberto. *Op. cit.*, p. 329.

contos, e logo duplicado para 400, e em menos de três anos de sua instalação já detinha ações avaliadas em 500 contos.<sup>573</sup> Essa instituição funcionou até 1856, quando foi incorporada pelo Banco do Brasil e passou atuar como caixa filial dessa instituição bancária.<sup>574</sup>

Em 1859, um grupo de negociantes portugueses, dos quais destaco Francisco Gaudêncio da Costa Junior, Henrique de La Roque e Miguel José Raio, abriram o Banco Commercial Paraense.<sup>575</sup> Em 1863, a capital recebeu mais uma instituição dessa natureza, a Casa Bancária Mauá, MacGregor & Co. Conforme expôs Couto de Magalhães em seu relatório, dado “que a carteira da Caixa filial do Banco do Brasil não podia exceder de 1.200 contos era insuficiente para satisfazer as necessidades da praça.”<sup>576</sup> Como as necessidades do mercado exigiam mais crédito, e a instituição existente – Banco do Brasil – estava no seu limite de crédito, o barão de Mauá, que já possuía uma firma na província abriu um caixa filial de seu banco sediado no Rio de Janeiro. Em meados de 1860, também passou a funcionar em Belém mais uma instituição bancária, o Banco Lusitano, tendo como agente representante o negociante português Joaquim Francisco Fernandes.<sup>577</sup>

Afora os estabelecimentos bancários, a intensa movimentação de pessoas e o crescimento de Belém, alimentados pelo capital mercantil, que se avolumava, atraiu algumas companhias que injetaram dinheiro na economia paraense, como observara Henry Bates.<sup>578</sup> Dentre essas empresas, destaco a Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas, instalada na província desde 1853, propriedade do barão de Mauá;<sup>579</sup> a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor;<sup>580</sup> gerenciada pela firma dos portugueses Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos; a Companhia de Navegação do Maranhão;<sup>581</sup> a Companhia Fluvial do Alto

<sup>573</sup> Exposição apresentada pelo exm.o senr. conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente da província do Gram-Pará, ao exm.o senr tenente coronel d'engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, no dia 29 de maio de 1856, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província. [n.p.], Typ. de Santos e filhos, 1856.p. 18.

<sup>574</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Vol. 1 pt. II, p. 259.

<sup>575</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil para o ano de 1859. vol 1. Rio de Janeiro, 1859, p. 323.

<sup>576</sup> PARÁ. Relatório do Secretário da província do Pará. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864, p. 56.

<sup>577</sup> Jornal do Pará n. 101, de 3 de maio de 1867, p. 3.

<sup>578</sup> BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

<sup>579</sup> MORAES, Rinaldo Ribeiro. **A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

<sup>580</sup> EL-KAREH, Almir Chaiban. A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico. **História Econômica & História de Empresas**, v. 2, p. 7-28.

<sup>581</sup> PARÁ. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exm.o sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, 1859, p. 112. Anexo Mapa 31.

Amazonas, presidida pelo português Elias José Nunes da Silva;<sup>582</sup> a Companhia Fluvial Paraense,<sup>583</sup> organizada pelo tenente coronel proprietário de terras em Cametá, traficante abonado e comerciante João Augusto Corrêa; a Companhia de Gás Paraense<sup>584</sup> e a Companhia d"estrada de Ferro Paraense ou como era mais conhecida pela população de Belém, a Companhia Urbana do Pará,<sup>585</sup> todas tendo iniciado suas atividades na província ao longo das décadas de 1850 e 1860.

O conjunto das mudanças atraem novas instituições financeiras para Belém, ao passo em que ocorrem outras transformações relacionadas ao modo de vida tanto dos habitantes da província, quanto dos imigrantes, sobretudo portugueses que a cada ano iam se avolumando. Henry Bates, além daquela descrição sobre os aspectos físicos de Belém, fez também uma descrição sobre o custo de vida na cidade, enfatizando que o custo de vida em Belém estava entre os mais caros do continente americano. Talvez tenha um tom de exagero do viajante, mas ele tocou em aspectos da alimentação, vestimenta, se referindo a gêneros locais e outros importados, além de serviços.

Destacou o aumento do preço da banana, do tomate, da laranja, a escassez do que ele chamou de pão local, i.e., a farinha de mandioca, o preço que ele considerou exorbitante dos alugueis, a dificuldade em se contratar uma criada por preços moderados. Quanto aos produtos importados, Bates destacou que os alimentos, roupas e móveis “eram quase sempre mais baratos do que os produtos locais, embora taxados com impostos que variavam de 18 a 80 por cento somados aos altos fretes e aos lucros exagerados.” Ele disse também que “o bacalhau salgado era mais barato do que o seu correspondente local, o detestável pirarucu.”<sup>586</sup>

Ainda seguindo as pistas do olhar estrangeiro do viajante, além do alto preço dos gêneros da terra, podemos observar a presença dos importados no retrato que sua narrativa constrói de Belém nos meados do oitocentos. Ele destacou que esses artigos eram, na maioria

<sup>582</sup> BENCHIMOL, Samuel. **Navegação e Transporte Fluvial na Amazônia**. Manaus: Editora Reprográfica, 1995, p. 34

<sup>583</sup> LOPES. Siméia de Nazaré. 2002. *Op. cit.*, p. 139.

<sup>584</sup> PARÁ. Relatório dos negócios da província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e ás bahias do rio Anapú, pelo secretário da província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaya, pelo capitão-tenente da armada. Pará, 1864, p. 68.

<sup>585</sup> Jornal do Pará n. 142, de 28 de junho de 1871, p. 3.

<sup>586</sup> *Idem, ibidem*, p. 297.

das vezes, mais baratos do que os gêneros locais. Não sabemos a quais gêneros Bates se referia (com exceção do bacalhau), mas sabendo da variedade dos produtos importados que entravam no porto, sendo que muitos que chegavam era de primeira necessidade, era bem provável que ele tivesse alguma razão. Por outro lado, a razão do viajante não se estende para a compreensão de tantos artigos considerados supérfluos que aportavam em Belém.

Os negociantes pareciam querer agradar a todos os gostos e, nessa importação, os negociantes parecem ter usufruído do contexto, seja da carestia dos gêneros locais que levava ao consumo dos produtos importados ou mesmo do refinamento do gosto de alguns mais endinheirados. É bem provável que a importação de determinados gêneros tenha crescido porque muitos imigrantes também, como Bates, achavam “detestável” consumir alguns produtos locais e fizeram crescer o mercado consumidor de alguns mantimentos. O próprio Bates afirmou que a causa do custo de vida ter duplicado, se devia em parte a entrada de “grandes levas de residentes que nada produziam e grandes importações de capital originadas pela companhia de navegação e os negociantes estrangeiros.”<sup>587</sup>

Considerando todas essas transformações, podemos dizer que a atuação desses negociantes, que segundo Bates ganhavam lucros exagerados, se espalhava para outras áreas de investimentos no contexto urbano, os imóveis urbanos. Segundo dados da administração da província, em 1866, Belém contava com 3.629 edifícios particulares, dos quais 402 eram casas de sobrado, 3.149 casas térreas, 77 telheiros e 1 trapiche, além de 25 edifícios públicos, inclusive 11 templos.<sup>588</sup> Dois anos depois, a coletoria informava que havia na cidade 3.896 prédios privados, sendo 418 sobrados, 3.325 casas térreas, 98 telheiros e 55 palhoças.<sup>589</sup> Nos dois anos, notamos a mesma proporção entre o número de sobrados, cerca de 11% contra 89% de casas térreas e demais unidades imóveis. Maria Luiza Ferreira de Oliveira encontrou

<sup>587</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>588</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 10.

<sup>589</sup> Anexos ao relatório com que o excellentissimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da provincia do Gram-Pará ao excellentissimo senhor visconde de Arary, 1.o vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1868, p. A29-8.

números semelhantes para a cidade de São da segunda metade do século XIX. Ela verificou que a proporção de sobrados para casas térreas era 10% para 90%, respectivamente.<sup>590</sup>

A maioria dos sobrados se concentrava nas ruas da Boa Vista, dos Mercadores e do Açougue, vias públicas da Campina. Sendo assim, podemos imaginar que passear pelo restante da cidade era andar cercado de casas térreas, em meios a alguns telheiros, palhoças, baixios e terrenos alagados e, vez por outra, ter o horizonte modificado por uma casa assobradada.

Segundo a coletoria, o valor venal desses quase quatro mil imóveis era de 955:214\$200 réis, os quais renderam aos cofres públicos naquele ano 85:969\$278 de décimas urbanas. Uma informação no relatório nos chamou a atenção, dos 3.896 imóveis de particulares, 2.638 (67,7%) estavam alugados e apenas 899 (23%) estavam ocupados por seus proprietários. Esse dado nos revela que o capital mercantil havia se multiplicado em outras formas de acumulação, já voltadas para investimentos mais sólidos.

André Luiz Cavazzani e Sandro Gomes, estudando a trajetória de um negociante português em meio as elites mercantis de Paranaguá na província do Paraná, durante os meados do oitocentos, observou que “o aluguel de imóveis era um componente basilar da renda de negociantes.”<sup>591</sup> Os autores observaram que muitos dos negociantes portugueses começavam suas atividades mercantis com o comércio marítimo e depois ingressavam nos negócios imobiliários. Nesse contexto, as rendas provenientes dos aluguéis permitiam aos negociantes uma diversificação dos rendimentos que diminuía os riscos inerentes aos negócios das exportações, dependentes das flutuações do mercado internacional.

Com a imigração de novos europeus – portugueses, alemães, madeirenses, ingleses – para Belém, o que se observa é uma disputa pelos imóveis da cidade, talvez por isso, Bates tenha se referido aos aluguéis exagerados. O que ocorria na capital era o nascimento de uma nova forma de ganhos, o capital mercantil proporcionou investimentos menos voláteis. Por isso, muitos dos negociantes de grosso trato que iremos abordar com mais detalhes nos capítulos 4 e 5, fizeram investimentos em imóveis. Tomemos como exemplo, o negociante português, Lúcio de Sousa Machado, ele possuía 17 imóveis urbanos em Belém, 3 sobrados e 14 casas térreas, a

<sup>590</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, p. 316.

<sup>591</sup> CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; GOMES, Sandro Aramis Richter. Elites locais, patrimônio e atividades econômicas no Brasil do século XIX: o epílogo da trajetória do negociante Manuel Francisco Correia (Cidade de Paranaguá, Província do Paraná, 1861-1864). **Dimensões**, v. 36, jan/jun. 2016, p. 358-376, p. 360.

maioria estava alugada. Fora outras propriedades imóveis, que juntas totalizavam 328:008\$540 réis.

Esse alto número de imóveis alugados se explica pela concentração das propriedades nas mãos de poucos abastados, incluindo negociantes e membros das famílias tradicionais.<sup>592</sup> De acordo com edital publicado pela Coletoria da Décima Urbana de Belém, para o ano de 1869, o negociante português Antonio José Antunes Sobrinho era proprietário de 14 imóveis na capital, assim como Camillo José do Valle Guimarães que possuía 30 imóveis, Francisco Antonio de Miranda tinha 38 propriedades urbanas e Antonio Lacerda de Chermont, o visconde de Arari, também era dono de 38 residências em Belém.<sup>593</sup> Essas novas atividades de acumulação capital, deixavam a economia do Pará cada vez mais substantiva e menos dependente das exportações e, conseqüentemente, das flutuações do mercado internacional.

É nesse cenário de transformações que os negociantes de grosso trato portugueses estão inseridos. A atuação desses homens na província e, acima de tudo na capital, estão inseridas numa estrutura mercantil que não está assentada necessariamente na dependência do extrativismo. Conforme destacou Luciana Marinho, as fazendas ganharam plantações de cacau,<sup>594</sup> o arroz cultivado era de melhor qualidade,<sup>595</sup> havia companhias responsáveis pelo abastecimento de pescado na capital da província,<sup>596</sup> as casas bancárias e outras empresas afluíam mais recursos que, por sua vez, alimentavam novos seguimentos do setor terciário. Belém ganhara uma dinâmica social, comercial que os anos pós 1870 só fariam acentuar.

A reprodução do capital mercantil gerava outros mecanismos de acumulação tão comuns no Brasil Imperial, que se reverberavam em compras de imóveis urbanos – à medida que a população crescia e os alugueis se tornavam um negócio lucrativo – investimentos em ações bancárias no Pará e em Portugal. Por outro lado, como estamos nos referindo a uma

<sup>592</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 287.

<sup>593</sup> Diário de Belém, n. 34 a 102, de 14 de fevereiro a 7 de maio de 1869. Jornal do Pará, n. 117, de 27 de maio de 1873, p. 7.

<sup>594</sup> BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O Valle do Amazonas – Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: B. L. Carmier Editor, 1866, p. 122.

<sup>595</sup> SILVA, Moacir Fecury Ferreira da. **O Desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha. 1870-1914**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1978.

<sup>596</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil para o ano de 1857. vol 1. Rio de Janeiro, 1857, p. 240. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1953-5-agosto-1857-558001-publicacao-original-78828-pe.html>. Acesso em 21 de fev. de 2016.

sociedade pré-industrial, esses demonstrativos da modernização pela qual já passava a cidade de Belém, dividiam espaços com a propriedade da terra e a posse de escravos, quando era possível, demonstrativos não apenas de poder econômico, mas também de prestígio social.

Essas transformações ocorridas na cidade reproduzia o capital mercantil em inúmeras formas de acumulação, que geraram as riquezas dos negociantes. Em 1849, o cônsul português informava a corte portuguesa que havia em Belém trinta portugueses e “brasileiros adotivos” que possuíam fortunas superiores a 50 contos de réis,<sup>597</sup> uma monta expressiva para o período. Dentre esses portugueses, a maioria havia migrado para o Pará nos anos 1820 e 1830. Alguns desses negociantes, analisaremos nos capítulos seguintes, pois identificamos que tinham como atividade socioeconômica principal a vida mercantil, e demoraram a se inserir no circuito das antigas elites.

Então, de onde teria vindo suas fortunas? Da borracha? Os dados que compilamos nos fazem crer que a borracha era apenas um dos dispositivos da acumulação mercantil em Belém, pelo menos nesse primeiro momento. Outros dispositivos estavam muito relacionados a outros produtos de exportação, de consumo interno e, sobretudo da importação estrangeira. Esses fatores geravam o excedente que ia se transformando no alargamento das possibilidades de acumulação frente a uma economia crescente que já demonstrava que Belém vivia uma certa transformação, muito motivada pelo crescimento demográfico e administrada em grande parte pela classe mercantil.

### **3.2. Da Taberna ao Tribunal de Comércio: pequenos e grandes negócios de portugueses em Belém**

Se partimos do pressuposto de que a elite comerciante concentrava parte significativa das diferentes formas de acumulação de riqueza, isso em muito se deve a ascendência da atividade mercantil. No entanto, é necessário entender que o comércio tem inúmeras estratificações, compreendendo desde a posse de uma taberna até a matrícula no Tribunal do

<sup>597</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa, Correspondências do Consulado de Portugal no Pará. cx. 524, ano 1849, doc. 135. Citado por GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente, 2016. *Op. cit.*, p. 283.

Comércio, esta última, importante símbolo do grosso trato depois de 1850. Em 1855, havia em Belém 473 “casas de negócios” registradas na Recebedoria de Rendas provinciais do Pará. Essas casas comerciais incluíam lojas, tabernas, armazéns, boticas, escritórios, casas de capital, açougues, cartórios, fábricas e padarias. Na tabela 13 são mostrados os números de registros dessas diferentes casas comerciais de Belém.

**Tabela 13 – Casas comerciais de Belém, 1855**

Casas Comerciais	Quantidade
Tabernas	180
Lojas	140
Armazéns	80
Açougues	18
Escritórios	15
Padarias	14
Cartórios	7
Boticas	5
Fábricas	4
Cocheiros	3
Outras	7
<b>Total</b>	<b>473</b>

**Fonte:** Treze de maio (1854-1855)<sup>598</sup>

Dos 473 estabelecimentos mercantis de Belém em 1855, as tabernas, lojas e armazéns compreendiam 85% das casas comerciais da Capital, totalizando 400 recintos de atividade comercial. As outras 70 casas de negócios compreendiam: 18 açougues (sendo 5 açougues e 13 talhos), 15 escritórios (a maior parte de advogados e outros de firmas como a Companhia de Navegação do Amazonas e do Banco Commercial do Pará), 14 padarias, 7 cartórios (5 particulares e 2 eclesiásticos), 5 boticas, 4 fábricas (uma de chapéus, uma de chocolate, uma de sabão e uma de charutos), 3 “locadoras” de seges e 7 outros estabelecimentos: um botequim, uma loja de joias, uma perfumaria, uma loja de livros e três lojas de pasto.

Os portugueses dominavam grandes e pequenos empreendimentos comerciais, e conforme a tabela 14, podemos verificar as atividades comerciais com as quais estavam engajados os portugueses residentes em Belém já no final da década de 1850.

<sup>598</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p.5-6; n. 459, de 10 de março de 1855, p. 3-4 e n. 460 de 13 de março de 1855, p. 4-7.

**Tabela 14 – Relação de casas comerciais e outras atividades dos estrangeiros em Belém, 1859**

Atividade comercial	Nacionalidades		Atividade comercial	Nacionalidades	
	Portugueses	Outras		Portugueses	Outras
Açougue	9	5	Loja de cabaceiras (redes)	-	2
Armazém de açúcar	1	-	Loja de fazendas	57	6
Armazém de fazendas	21	16	Loja de ferragens	3	-
Armazém de lenha	1	-	Loja de funileiro	5	-
Armazém de louças estrangeiras	2	-	Loja de joias	-	1
Armazém de louças do país	-	1	Loja de latoeiro	4	-
Armazém de molhados	20	5	Loja de livreiro	2	-
Armazém de sal	5	1	Loja de miudezas	5	1
Armazém de depósitos	1	2	Loja de ourives	5	1
Bauzeiro	2	-	Loja de relojoeiro	-	2
Botequim	1	1	Loja de sapateiro	20	2
Botica	2	-	Loja de sirgueiro	1	-
Cartório de advogado	1	-	Loja de sombreiro	1	2
Casa de vender água	6	-	Loja de tanoeiro	4	1
Casa de vender pente	3	1	Loja de torneiro	-	1
Casa de vender pólvora	3	-	Loja de tintureiro	1	-
Casa de torrar café	2	1	Loja de tamanqueiro	1	-
Cocheiro de aluguel	6	-	Oficina de barbeiro	2	-
Cocheiro de carroça	2	-	Oficina de cabeleireiro	-	1
Escritórios comerciais	6	-	Oficina de correiro (de correias)	1	1
Estância de madeira	4	-	Oficina de curtidores	1	-
Fábrica de chocolate	1	-	Oficina de cuteleiro	-	1
Fábrica de foguete	4	-	Oficina de escultores	1	-
Fábrica de licor	1	-	Oficina de ferradores	1	-
Fábrica de refinar açúcar	2	-	Oficina de ferreiro	3	4
Hotel	2	-	Oficina de fundições	-	1
Loja de alfaiate	18	1	Oficina de marceneiro	9	5
Loja de armador	1	-	Padaria	9	5
Loja de armeiro (armas)	-	2	Taberna	142	16
Loja de chapeleiro	2	-	Tipografia	2	-
Loja de colchoeiro (colchão)	-	1			
<b>Total de portugueses: 429</b>			<b>Total de outras nações: 90</b>		

Fonte: PARÁ (1859)<sup>599</sup>

Das 519 casas de comércio registradas como propriedade de estrangeiros na tabela 14 acima, 429 pertenciam aos portugueses e apenas 90 eram de ingleses, norte americanos, italianos e franceses. Os portugueses tinham a posse de aproximadamente 83% das casas comerciais no final da década de 1850. Eles dominavam quase todas as atividades de comércio, com exceção das lojas de armas, relojoeiro, sombreiro, torneiro e as oficinas de cuteleiro, ferreiro e de fundições. Ressaltamos que essa supremacia portuguesa no comércio foi

<sup>599</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exm.o sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma provincia, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, 1859. Anexo, n. 38.

construída ao longo de um processo que sobrepujou as condições adversas, seja na colônia ou no império, das quais a Cabanagem é apenas um capítulo.

Como ressaltado, os portugueses se dedicavam as várias atividades do comércio, sendo que um dos maiores destaques era o comércio de fazendas e o comércio de secos e molhados, que na tabela 14, correspondem ao “armazém de fazendas” e ao “armazém de molhados” (mais taberna) respectivamente. Essa preponderância de portugueses nesses dois tipos de comércio foi destacada em outras regiões e cidades no império. Luiz Filipe de Alencastro mencionou que os “comerciantes portugueses eram donos da maior rede de distribuição de secos e molhados do império, e na corte e na Província do Pará possuíam armazéns que excediam em número os dos nacionais”.<sup>600</sup> Já Lená Medeiros ressaltou a presença nas lojas de fazendas no Rio de Janeiro no período de 1851 a 1870.<sup>601</sup>

No tocante aos espaços de Belém onde preponderavam as casas de negócios de fazenda, essas se dividiram nos dois bairros de Belém, o da Cidade e o da Campina, com grande destaque para as ruas dos Mercadores, do Açougue e da Boa Vista.

Ainda sobre as casas comerciais, destaca-se que assim como os “homens do comércio” recebiam diferentes denominações, de acordo com a abrangência de suas atividades mercantis, os estabelecimentos comerciais também recebiam diferentes qualificações, dependendo das mercadorias e serviços que ofereciam. A maior parte das casas comerciais compreendiam as tabernas, lojas e armazéns. O Dicionário da Língua Brasileira de 1832 definia essas casas comerciais da seguinte forma: a *taberna* ou taverna é a “casa onde se vende vinho, e de comer pelo miúdo”<sup>602</sup>, além do vinho, vendia-se nas tabernas outras bebidas alcoólicas; a *loja* é a casa térrea onde se vende, sendo um “pateo coberto de casa térrea, usado para vender mercadoria a retalho”<sup>603</sup> e o *armazém* era uma casa térrea que servia apenas para guardar mercadorias temporariamente.

As tabernas eram pequenas casas comerciais, geralmente agregadas as casas de morar, cuja finalidade primeira era vender alimentos a retalho, como manteiga, enlatados, além de armamento e munição. Em 1858, Henry W. Bates, descreveu essas casas comerciais da seguinte forma:

<sup>600</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. *Op. cit.*, p. 309.

<sup>601</sup> MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. *Op. cit.*

<sup>602</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typ. Silva, 1832, p. 1030.

<sup>603</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. cit.*, p. 672.

Estas tavernas geralmente não tinham mais de 50 libras [esterlina] de mercadorias como capital, e os seus proprietários, portugueses altos e robustos, passavam o dia todo atrás dos imundos balcões para vender alguns vinténs de cachaça ou de mercearia.<sup>604</sup> [grifo meu]

Quanto as lojas e os armazéns, uma diferença marcante entre eles reside no fato de que no armazém não se morava, servindo apenas como depósito de mercadoria, enquanto que a loja ocupava a parte da frente da casa térrea, o pátio, e na parte dos fundos a casa era usada como moradia. Outra diferença entre loja e armazém diz respeito ao trato comercial, pois na loja vendia-se diretamente aos fregueses consumidores, enquanto que as mercadorias do armazém não eram vendidas ao consumidor, mas repassadas aos proprietários de lojas, tabernas e demais estabelecimentos comerciais que vendiam em miúdo. Enquanto nas tabernas, o alvo eram os itens de alimentação, nas lojas, o foco eram mercadorias para outros usos, como fazendas, tecidos de lã e outras quinquilharias.

Um elemento essencial ao negociante de grosso trato era o armazém, pois ele precisava desse estabelecimento para guardar temporariamente suas mercadorias, aquelas coletadas ou cultivadas no interior da província para exportar para os portos estrangeiros, e as mercadorias importadas do estrangeiro que seriam repassadas aos diferentes donos de lojas e tabernas da capital e do interior. Já o comerciante de pequeno trato estava muito mais relacionado as lojas e as tabernas.

Como exigido pela Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, o Código Comercial do império do Brasil, todas essas casas comerciais tinham que possuir feitores, ou guarda-livros ou caixeiros, e como ocorria em outras cidades brasileiras, como Recife e Rio de Janeiro, a maioria desses postos de trabalho em Belém eram ocupados por portugueses, em geral adolescentes e jovens recém migrados.

Das 140 lojas registradas na Coletoria em 1855, a maioria apresenta apenas a designação “loja”, sem especificar quais produtos vendiam, outras eram cadastradas com referência específica, como: loja de ferragens, loja de funileiro, loja de secos e molhados, loja de fazendas, loja de joias, loja de livros, loja de pasto, loja de chapeleiro, loja de calçado estrangeiro, loja de sirigueiro, loja de miudezas, loja de quinquilharias, loja de latoeiro, loja de sorrador, loja de bichas, loja de alfaiate, loja de chapéu de sol, loja de vendedor ambulante, etc.

Quanto aos 80 armazéns citados na listagem da Recebedoria, ainda nos meados da década de 1850, 70 foram cadastrados somente como “armazém”, 3 foram especificados que

<sup>604</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 364.

seriam usados como “casa de leilão” e os outros 7 foram registrados da seguinte forma: 3 armazéns de sal, 2 armazéns de açúcar, 1 armazém de farinha, este pertencia à Câmara Municipal de Belém e 1 armazém de louças importadas de D. Francisca Maria de Araújo Roza Cardoso. As três casas de leilão pertenciam aos agentes Domingos José Ferreira, Manoel Gomes de Amorim Junior e a Domingos Monteiro Ribeiro Alvarenga.

Na lista de armazéns, lojas e demais casas comerciais da capital, cadastradas na Coletoria de Rendas Internas da província do Pará dos anos de 1854 e 1855, aparece o nome do negociante português Agostinho José Lopes Godinho. Na dita listagem, ele aparece como proprietário de um armazém e mais dois estabelecimentos comerciais, uma loja e uma taberna, todos sítios na Rua de Belém, no Bairro da Campina<sup>605</sup>. Muito provavelmente, o armazém era usado, principalmente, como depósito de açúcar e cachaça provenientes de suas propriedades em Vigia de Nazaré.<sup>606</sup>

Importante ressaltar que, em 1835, esse português já era proprietário da plantação de cana de açúcar denominada de Santo Antônio da Campina, localizada na cidade de Vigia<sup>607</sup>. Com a eclosão da Cabanagem, os revoltosos saquearam o lugar, o que levou Agostinho José Lopes Godinho a fugir do Pará, indo refugiar-se em Portugal, voltando somente depois que os ânimos se acalmaram<sup>608</sup>. Mas, em 1846, Lopes Godinho já havia restabelecido a produção de açúcar da propriedade e, nesse ano, o entomologista norte americano William Edwards visitou a fazenda e observou que a plantação de cana estava indo bem “everything about [plantation] indicated opulence and plenty (...) two mills constantly employed were insufficient to dispose of his yearly crop.”<sup>609</sup>

Every thing about indicated opulence and plenty. Black - smiths, carpenters and masons were at work in their different vocations; the negroes and oxen were driving the sugar mills; the steam pipe of the distillery was in full blast; and stacks of demijohns and jars were piled in the rooms, or standing ready to receive the cachaça or molasses.<sup>610</sup>

<sup>605</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p. 5-6 e n. 459, de 10 de março de 1855, p. 3-4.

<sup>606</sup> EDWARDS, William H. **A Voyage up the River Amazon Including a Residence at Pará**. London: John Murray, Albemarle Street, 1861, p. 95.

<sup>607</sup> O atual município de Vigia de Nazaré, situado na zona fisiográfica do Salgado, fora primeiramente uma aldeia de índios tupinambás, que lhe deram o nome de **Uruitá**. Por sua localidade, o governo colonial transformou-a num posto alfandegário guarnecido, denominado **Vigia**, para fiscalizar e proteger, de contrabandistas, as embarcações que demandavam Belém. Essa iniciativa fora a causa da formação do Povoado, que se elevou à Vila, em 1693. Assim, permaneceu até a Independência do Brasil. Em 1854, Vigia recebeu foro de Cidade. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/vigia.pdf>

<sup>608</sup> CUEVA, Oscar de la Torre. **Freedom in Amazonia: the black peasantry of Pará, Brazil, 1850-1950**. Tese (Doutorado em História - Doctor of Philosophy). University of Pittsburgh, 2011, p. 118.

<sup>609</sup> EDWARDS, William H. *Op. cit.*, p. 91-94.

<sup>610</sup> EDWARDS, William H. *Op. cit.*, p. 91.

Apesar do negociante português também ser proprietário de uma loja e uma taberna na cidade, sua principal fonte de renda concentrava-se na produção de suas terras, em Vigia. Por isso, em abril de 1856, Agostinho Godinho compraria de Maria Raimunda da Conceição, Verissimo Máximo Gurjão e Raimundo Antonio de Souza, mais “um quarto de terra de frente com uma legoa de fundos no Igarapé Camihi no 1º Districto da Cidade de Vigia”.<sup>611</sup>

Em 1857, o negociante continuou a expandir suas propriedades, pois nesse ano ele adquiriu do Convento de Nossa Senhora do Carmo, a propriedade chamada Guajará, uma porção de terra vizinha a sua fazenda<sup>612</sup>. Toda a produção de açúcar, melão e cachaça de suas propriedades eram enviadas para o armazém da Rua de Belém, no Bairro da Campina, onde ficaram até serem distribuídas para outros comerciantes menores proprietários de tabernas que venderiam a retalho, ou de lá saíam para o carregamento de navios no porto da cidade.

Histórias como a do negociante Godinho não são insuetas. Outro negociante português, que também era proprietário de armazém na cidade e possuía terras e escravos, foi Joaquim António da Silva. Nascido em Lisboa em 1784, migrou para o Brasil nos primeiros anos do oitocentos, trazendo como acompanhante seu irmão, Januário Antônio da Silva, um “rapazito” doze anos mais novo que veio para ser seu caixeiro-feitor.<sup>613</sup>

Em 1806, Joaquim encontrava-se em São Luís do Maranhão<sup>614</sup> de onde se mudou para Belém. Poucos anos depois se estabeleceu no Pará e, em 1815, adquiriu em sociedade com Antônio da Silva Neves o bergantim "Aurora"<sup>615</sup>. Três anos depois comprou outra embarcação, o bergantim "Marquês de Wellington".<sup>616</sup> Joaquim António da Silva era negociante de longo curso, senhor de terras e escravos, e usava as suas embarcações para fazer viagens entre o Pará e Portugal.

A atuação de Joaquim António da Silva não se restringiu somente as atividades mercantis. Devido a sua notoriedade e influência na sociedade paraense, em agosto de 1821, Felipe Patroni oficiava o secretário de estado da Marinha e Ultramar e indicava o nome do referido negociante para compor uma Junta de Reforma e Melhoramentos da Província.<sup>617</sup> A

<sup>611</sup> Treze de maio, n. 722, de 28 de abril de 1856, p. 4.

<sup>612</sup> FAVACHO; *et al.* Autos de Embargo de Agostinho José Lopes Godinho, 5A-CR, 1857, p. 26; 5MEDEIROS, João de; *et al.* Autos de Embargo Agostinho José Lopes Godinho, A-CR, 1857.

<sup>613</sup> BARROSO, Daniel Souza. *Op. cit.*

<sup>614</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 148, D. 10713.

<sup>615</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 147, D. 11219.

<sup>616</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 148, D. 11379.

<sup>617</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 151, D. 11653.

participação política de Joaquim António, na administração provincial, não se limitou a Junta de Reformas, pois o negociante se envolveu com os acontecimentos de 1º de março de 1823<sup>618</sup>, em que os portugueses tomariam o poder e instituiriam a Junta Provisória Revolucionária. Joaquim Silva ocupou uma vaga de vogal, e assumiu a função de amanuense do governo provincial durante a gestão da Junta Revolucionária.<sup>619</sup>

O negociante era proprietário do Engenho do Bom Intento, localizado às margens do rio Guamá, na desembocadura do igarapé homônimo, na região de Bujaru, e administrado por seu irmão, Januário António da Silva. A principal produção da propriedade era açúcar. E nesse negócio estava envolvida uma vasta escravaria, cujo plantel era composto por 157 negros<sup>620</sup>. O armazém da rua dos Mercadores, cadastrado na Coletoria como “armazém de assucar,”<sup>621</sup> era usado para estocar a produção do Engenho do Bom Intento que, posteriormente, seria remetida aos portos estrangeiros.

Joaquim António da Silva retirou-se para Portugal em 1834, quando os ânimos entre paraenses e portugueses se exaltavam cada vez mais. Durante sua ausência, o irmão Januário assumiu a administração dos negócios na capital e no interior. Joaquim Antonio só retornou ao Pará depois que a província estava pacificada. Porém, as viagens de idas e vindas à Lisboa passariam a ser rotineiras. Em uma delas Joaquim aportaria no cais belenense, em 10 de setembro de 1856, a bordo da barca francesa “Brasileiro”, vindo de Nantes e passando por Lisboa.<sup>622</sup>

Em julho de 1855, Joaquim António da Silva realizava uma atitude de “filantropia e caridade”, doando uma vaca para socorrer os necessitados de Chaves, no Marajó, que tinham sido acometidos da epidemia de *Cholera morbus* que grassava a província<sup>623</sup>. A respeito do impacto dessa epidemia, segundo Maria Luiza Marcília,

o primeiro porto brasileiro afetado foi o de Belém do Pará, em maio de 1855, com a chegada da galera portuguesa Defensor, vinda da cidade do Porto com passageiros afetados do mal, dos quais 36 haviam morrido durante a viagem. A difusão na

<sup>618</sup> Conferir nota 427.

<sup>619</sup> RAIOL, Domingos Antonio. **Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará**. Tomo I. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 36-38 e 120.

<sup>620</sup> BARROSO, Daniel Souza. *Op. cit.*, p. 90 e 186. Fazendo uma comparação com a escravaria de fazendeiros do Vale do paraíba Fluminense levantadas por Ricardo Salles, o negociante e seu irmão estavam situados como megaproprietários. Cf. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o Café. Vassouras, século XIX. Senhores e Escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>621</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p. 5.

<sup>622</sup> Treze de maio, n. 835, de 12 de setembro de 1856, p. 3.

<sup>623</sup> Treze de maio, n. 578, de 3 de novembro de 1855, p. 3. A respeito da epidemia de cólera em Belém Cf. BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Pará: Universidade Federal do Pará, 2004.

Província foi tão larga que em um ano contou-se cinco mil vítimas. Daí o mal propagou-se para a província do Amazonas (...).<sup>624</sup>

Além do Engenho no rio Guamá, Joaquim António da Silva possuía terras em outras paragens. Em 1856, Joaquim escreveu requerimento à Secretaria do Governo “pedindo licença para fazer um roçado de cem braças em quadro nas terras de sua propriedade, situadas no rio Tupinambá, Districto da Cidade da Vigia”, o qual foi prontamente despachado e atendido.<sup>625</sup>

Outra fonte de renda do negociante luso era o aluguel de casas na capital, que eram administradas por seu irmão Januário António da Silva. O negociante possuía uma casa térrea na rua do Rosário, na Campina, que durante o ano financeiro de 1858-59 esteve alugada pela quantia anual de 72\$000 réis<sup>626</sup>, e outra casa térrea na rua das Mercês, no mesmo bairro, alugada anualmente por 168\$000 réis<sup>627</sup>. Também possuía um sobrado na rua do Arsenal, também na Campina, que rendeu ao seu dono 360\$000 de aluguel anual.<sup>628</sup> Fora os prédios urbanos já citados, Joaquim António da Silva também era proprietário das casas térreas números 2, 4 e 6, situadas na rua da Boa Vista<sup>629</sup>, e de mais um “prédio urbano térreo”, nº 4, localizado na rua da Cruz das Almas.<sup>630</sup> E um sobrado que usava como casa de morada na rua da Cadeia.

Como um homem de negócios, Joaquim António da Silva atuou ativamente na política, na economia e na vida social da província do Pará, ao longo de mais de cinquenta anos de vivência em terras paraenses (1806-1861). A atuação econômica do português e de seu irmão Januário abrangeram diversas atividades, incluindo a produção rural como Senhor de terras e escravos, como consignatário de embarcação e negociante de longo curso, como proprietário de casa comercial e como dono de prédios urbanos. Na vida social, e como prática de inserção social e rede de sociabilidade, foi filantropo com os necessitados e, na vida política, esteve envolvido nos principais eventos que contribuíram para o desenvolvimento do sentimento antilusitano entre os nativos, e que culminou com a Cabanagem.

Em julho de 1861, Joaquim faleceu em Lisboa, deixando para seu único e universal herdeiro, o irmão Januário António da Silva, uma fortuna cujo monte mor era de 114:392\$480

<sup>624</sup> Depois se propagou para a Bahia e Rio de Janeiro. Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e Morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. *Revista História*. São Paulo, n. 127-128, p. 53-68, ago-dez/92 a jan-jul/93, p. 65. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18689/20752>

<sup>625</sup> Treze de maio, n. 837, de 15 de setembro de 1856, p. 3.

<sup>626</sup> Gazeta Oficial, n. 120, de 31 de maio de 1859, p. 3.

<sup>627</sup> Gazeta Oficial, n. 124, de 5 de junho de 1859, p. 3.

<sup>628</sup> Gazeta Oficial, n. 121, de 1 de junho de 1859, p. 2.

<sup>629</sup> Diário de Belém, n. 34, de 14 de fevereiro de 1869, p. 2.

<sup>630</sup> Diário de Belém, n. 45, de 27 de fevereiro de 1869, p. 2.

réis<sup>631</sup>, uma avultada fortuna para os meados da Belém oitocentista. O português era um negociante que projetou suas ações. Mesmo depois de sua morte, os negócios de Joaquim António continuaram a crescer, pois o negociante exigia em seu testamento que seus “herdeiros plantassem um seringal, o que aparentemente ocorreu em 1865. Por volta de 20.000 árvores foram plantadas ao longo do rio Guamá” em seu Engenho do Bom Retiro e noutras terras suas.<sup>632</sup> Apesar da avançada idade, nos seus últimos dias, Joaquim percebeu que o cultivo da seringueira seria uma ótima opção de acúmulo de riqueza.

De maneira especial, os negociantes de grosso trato da Capitania, e depois província do Grão-Pará, mantinham relações mercantis em diferentes ramos do comércio. A esfera de atuação desses homens de negócios era diversificadíssima, ia muito além de comprar e vender mercadorias. Em suas mãos passavam os produtos de exportação do Pará, provenientes do extrativismo, agricultura e pecuária.

Eles também foram os responsáveis pelos produtos de importação da província, que provinham de diferentes praças comerciais da Europa e da América do Norte<sup>633</sup>. Posteriormente, essas mercadorias importadas eram repassadas aos “comerciantes menores” que vendiam a retalho na capital e no interior. A maior parte desses varejistas eram portugueses. Henry Walter Bates, referindo-se a esses pequenos comerciantes que encontrou na Barra do Rio Negro (atual Manaus), em 1858, escreveu: “O tipo de portugueses que emigram para o Brasil parece preferir o comércio varejista a se dedicar à nobre atividade agrícola (...). Em Barra, havia uma loja para cada grupo de cinco casas residenciais”.<sup>634</sup>

Além da importação/exportação de mercadorias, da distribuição desses produtos aos comerciantes locais, do domínio da terra, do extrativismo, da produção agrícola e pecuária, do controle das unidades produtoras de açúcar, melão e cachaça, muitos negociantes de grosso trato do Pará oitocentista alargaram suas atividades alcançando o comércio de escravos e passaram a competir com os mercadores traficantes.

Em 13 de março de 1847, vinte e cinco traficantes da Praça de Comércio do Rio de Janeiro enviaram a D. Pedro II um requerimento intitulado: “Requerimento dos negociantes

<sup>631</sup> CMA. Inventário *post-mortem* de Joaquim António da Silva. Cartório Fabiliano. Ano: 1862.

<sup>632</sup> DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Livraria Nobel, 1989, p. 78.

<sup>633</sup> Em trabalho anterior mapiei, cataloguei e analisei a entrada, em Belém nos meados do oitocentos, de produtos e ideias provenientes dos portos portugueses (Lisboa e Porto), dos ingleses (Londres e Liverpool), dos franceses (Sète ou Cette, Nante, Havre e Marselha) e dos nortes americanos (New York, Boston e Salem). Cf. SALES, Mália Aline Freitas. *Op. cit.*

<sup>634</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 134.

desta praça a S.M.I para que declare apenas os traficantes de escravos e não os negociantes de Grosso-trato, que sem serem especialistas recebem escravos de outras províncias para vendê-los aqui”<sup>635</sup>. No documento, os traficantes reclamam que os negociantes de grosso trato do Pará, mesmo sem serem especialistas no assunto, recebem escravos de outras províncias para depois repassarem aos igualmente negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro, os quais vendem aos senhores<sup>636</sup>. Daí os mercadores traficantes reivindicavam que apenas eles fossem autorizados a operarem tais transações. Porém, a resposta dos Vereadores da Câmara Municipal da Corte foi nesses termos:

Ilustríssimos senhores. Parece-me que os suplicantes não podem ser excetuados da disposição do Art. 16 Título 1º Seção 2ª das posturas.

Esta disposição é clara, geral e terminante, não faz distinção alguma a favor desta ou daquela classe de negociantes, sejam de Grosso ou baixo Trato. A postura fala em geral, mais ninguém poderá negociar em escravos sem ter para esse efeito Armazém público ou cassa térrea = Geralmente deve ser obedecida. Acresce que a palavra =negociar= que usa a postura, abrange necessariamente aqueles que recebem por comissão escravos para vender; porque em direito Mercantil a comissão é um ato de comércio e o comissário pois exerce ato de commercio e negócio. Outra qualquer inteligência me parece forçada e abusiva. Direi finalmente que a Ilustríssima Câmara nunca julgou necessário propor revogação ou alteração desta postura nos termos do decreto de 25 de outubro de 1831, não só porque nunca houve dúvida alguma sobre sua inteligência perante o Poder Judiciário como porque são óbvias as razões de ordem e moralidades públicas, que serviram de fundamento a uma tal disposição. Deus Guarde V. S<sup>as</sup>. R.J 4 de maio de 1847.<sup>637</sup>

Percebe-se claramente no documento, que o que levou os traficantes a requerem exclusividade no tráfico negreiro foi o fato de os negociantes de grosso trato de Belém e do Rio de Janeiro estarem prejudicando suas atividades comerciais, uma vez que estes passaram a ser competidores daqueles. Tal imbróglio não ocorria em tempos anteriores, pelo menos na proporção que agora acontecia. Compreende-se que nos idos de 1847, face à pressão inglesa para que o tráfico transatlântico de escravos fosse extinto, o mercado de negros estava se transformando num negócio cada vez mais lucrativo, face ao aumento dos preços dos escravos.

<sup>635</sup> BNRJ. Requerimento dos negociantes desta praça a S.M.I para que declare apenas os traficantes de escravos e não os negociantes de Grosso-trato, que sem serem especialistas recebem escravos de outras províncias para vendê-los aqui. Cód. 1847.

<sup>636</sup> O tráfico entre o Pará e o Rio de Janeiro foi determinado pelo Aviso de 16 de abril de 1798. A entrada de negros no Pará antes e depois da independência era favorecida pela isenção de impostos, pois justificava-se a isenção para que a povoação do Pará fosse incrementada e com ela à cultura, o trabalho e a indústria. Cf. SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: Instituto de Artes do Pará; Programa Raízes, 2005, p. 66.

<sup>637</sup> Resposta ao requerimento dos traficantes de escravos. Documento disponível na Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. BNRJ.

Em 1851, Joaquim Francisco Danin, em conversa com o naturalista inglês Henry Walter Bates, revelou como o mercado de negros havia se transformado. Nas palavras de Bates,

Ele [Danin] queixou-se também do alto preço dos escravos, resultado da proibição do tráfico de africanos, dizendo-nos que anteriormente um escravo podia ser comprado por 120 dólares, ao passo que naquela época era difícil consegui-los por 400 dólares.<sup>638</sup>

Vicente Salles, estudando os mercadores de escravos de Belém, nos meados do oitocentos, citou alguns nomes, dentre os quais destacaram-se: Bartolomeu José Vieira, Joaquim Maria Osório & Cia., João Valente de Almeida Feijó, Antunes & Sobrinho, Antônio Rodrigues dos Santos Almeida e Luiz Antônio Henriques<sup>639</sup>. Ao menos três desses nomes encontramos na lista de proprietários de casas comerciais cadastradas na Recebedoria do Tesouro Público.

Os proprietários da firma Antunes & Sobrinhos eram negociantes donos de um armazém localizado na Rua de Belém, no bairro da Campina<sup>640</sup>. Antonio Rodrigues dos Santos Almeida, além de mercadejar escravos, era proprietário de um armazém, sito a Rua de Santo Antônio<sup>641</sup>. Sidney Canto, fazendo uma breve pesquisa em arquivos sobre a navegação interna – existente entre Santarém e a capital que servia tanto ao comercio como ao transporte de passageiros, para os anos de 1843 a 1853 –, identificou que o negociante Antonio Rodrigues era proprietário do barco 6 de março.<sup>642</sup>

Quanto ao terceiro nome, Luiz Antônio Henriques, português de Caldas da Rainha, do Distrito de Leiria, irmão do padeiro João Antonio Henriques, mantinha sociedade comercial com Joaquim Pedro, cujo nome da firma era Luiz Antonio Henriques & Cia. Eram proprietários de uma loja de calçados situada na rua dos Mercadores e outra na rua da Cadeia, canto da travessa de S. Matheus. O nome de Luiz é corrente entre os anúncios de loja nos jornais Treze de Maio (1854-1861), Gazeta Official (1858-1860) e Diario do Commercio (1859), como mostrado na Figura 7 abaixo.

<sup>638</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 30-31.

<sup>639</sup> SALLES, Vicente. *Op. cit.*, p. 69.

<sup>640</sup> Treze de maio, n. 459, de 10 de março de 1855, p. 3.

<sup>641</sup> Treze de maio, n. 459, de 10 de março de 1855, p. 4.

<sup>642</sup> CANTO, Sidney. **A navegação antes da era do “vapor”**. Santarém: Blog do Jeso, 2015. Disponível em: <http://www.jesocarneiro.com.br/artigos/a-navegacao-antes-da-era-do-vapor.html>. Acesso em 30 de julho de 2015.

**Figura 7 – Anúncio da loja de Luiz Antonio Henrique**



Na loja de calçado de Luiz Antonio Henriques, rua da Cadeia, canto da travessa de S. Matheus, acaba de receber um lindo e variado sortimento de botinhas de duraque gaspiadas de polimento e de biqueira para Senhoras, botinhas gaspiadas e de biqueira, sapatos de polimento, e cordavaõ para meninas e Senhoras, botins e butes de bizerro para homens, butes de polimento para os mesmos, e de todas as mais qualidades que se dezejar.

Na mesma casa acha-se a venda caixas com tamancos por atacado e a retalho, caixas com cêra em vellas, cabeçadas, selins, freios, loros, estribos, mallas e condeças, e tudo se venderã pelo preço mais commodo possivel.

**Fonte:** Treze de maio (1854)<sup>643</sup>

Embora os estabelecimentos comerciais de Luiz Henriques estivessem cadastrados como loja de sapateiro, nota-se no anúncio que ele negociava outros tipos de mercadorias, incluindo selins, estribos, condessas, malas e velas de cera. Em outro anúncio, feito anos mais tarde, em 1861, Luiz oferece ao público “Obras de escultura em pedras de cantarias” e “carvão animal em pó.”<sup>644</sup> Para além de todas essas atividades comerciais, o negociante português Luiz Antônio atuava como consignatário no porto da cidade, enviando e recebendo mercadorias com relações mercantis com outras praças nacionais e estrangeiras.

Em 1855, Luiz anunciava: “PARA O MARANHÃO a sahir com brevidade o Hiate – Adelaide –, quem quiser carregar dirija-se ao seu consignatário Luiz Antônio Henriques”<sup>645</sup>. Em 1858, na sessão comercial da Gazeta Official, referindo-se ao movimento do porto, o jornal anunciava as mercadorias chegadas da França consignadas a Luiz Henriques (Figura 8).

<sup>643</sup> Treze de maio, n. 308, de 23 de março de 1854, p. 4.

<sup>644</sup> Treze de maio, n. 25, de 1 de maio de 1861, p. 6.

<sup>645</sup> Treze de maio, n. 460, de 13 de março de 1855, p. 8.

Figura 8 – Anúncio de carga vinda do Havre, consignada a Luiz Henriques

## ALFANDEGA.

[OUTUBRO 11.]

*Manifesto da escuna—Pará,—vinda do Havre por Maranhão.*

25 gigos com garrafas vasiaas, 4 barricás com gis em pó, 1 fardo com rolhas, 1 caixa com rotulos, a Leandro Bonifacio Calderon; 53 gigos com vinho engarrafado, a Vionne & Hocart; 2 caixas com papel e papelão, a Santos & Irmãos; 5 caixas com relógios, brinquedos, mercearia serigueiria de lã, fitas tecidas de algodão, vidraria, a José Fernandes dos Santos; 12 caixas com pelles de polimento, calçado, formas, sellins e pelles de bezerro, a Luiz Antonio Henriques & C.<sup>ª</sup>;

Fonte: Gazeta Official (1858)<sup>646</sup>

Outra embarcação que teve seu carregamento consignado a Luiz foi o brigue português Feliz Ventura que partiu do cais belenense rumo a Lisboa em janeiro de 1859.<sup>647</sup> Dias depois, nos idos de fevereiro, o patacho nacional Henrique, que por sinal era propriedade dele, também partiria para a barra do Tejo, levando 241 toneladas de diversos gêneros, principalmente arroz.<sup>648</sup> Outra fonte de arrecadação de Luiz Antonio Henriques eram dois prédios urbanos que possuía no bairro da Cidade, na rua dos Mercadores, no lote n. 28. Eram duas casas térreas, uma avaliada em 600\$000 e a outra em 400\$000 réis, que constantemente as alugava, como ocorreu no ano de 1859.<sup>649</sup>

Em 28 de março de 1859, o coletor da capital do Pará, João Lourenço de Souza, convidava o negociante luso Luiz Antonio Henriques a pagar a quantia de “sessenta e dous mil e duzentos reis, de direitos, sello e emolumentos pela expedição de sua carta de naturalização de cidadão brasileiro.”<sup>650</sup> Depois de mais de uma década em terras paraenses, Luiz agradecia ao povo belenense, que lhe proporcionou galgar certa fortuna, adotando a identidade brasileira.

<sup>646</sup> Gazeta Official, n. 128, de 12 de outubro de 1858, p. 2.

<sup>647</sup> Gazeta Official, n. 15, de 20 de janeiro de 1859, p. 3.

<sup>648</sup> Gazeta Official, n. 33, de 11 de fevereiro de 1859, p. 4.

<sup>649</sup> Gazeta Official, n. 57, de 12 de março de 1859, p. 3.

<sup>650</sup> Gazeta Official, n. 68, de 29 de março de 1859, p. 3.

A partir de janeiro de 1860, a firma Luiz Antonio Henriques & Cia., passaria a ser exclusiva de Luiz Antonio, que pagou ao sócio Joaquim Pedro a parte que lhe cabia na sociedade.<sup>651</sup> Isso mostra o quanto Luiz Henriques cresceu comercialmente.

Além das tabernas, lojas abertas e armazéns, outro elemento termômetro do movimento mercantil são as firmas exportadoras. Em janeiro de 1867 a Tesouraria da Fazenda publicou edital cobrando 98 firmas exportadoras por terem remetido gêneros para a Europa e os Estados Unidos durante o ano de 1866, e por ainda não terem quitado o pagamento do imposto devido de 2%.<sup>652</sup> A lista é longa, por isso, realizamos um recorte priorizando os nomes das firmas de portugueses que são estudados nessa pesquisa, conforme se apresenta na tabela 15.

**Tabela 15 – Algumas firmas exportadoras de portugueses em atividade no Pará em 1866**

<b>Firmas exportadoras</b>	<b>Valor exportado (r\$)</b>	<b>Valor do imposto (2%)</b>
João Pinto de Araújo & Filho	125:423\$700	2:508\$474
Miguel José Raio & Cia.	78:290\$900	1:565\$818
Antonio da Motta Marques & Cia.	52:944\$250	1:058\$885
Henrique de La Rocque & Cia.	41:503\$500	830\$070
Elias José Nunes da Silva & Cia.	35:903\$800	718\$076
José Bento da Silva & Cia.	18:527\$250	370\$545
Francisco Gaudêncio da Costa & F <sup>o</sup>	10:944\$800	218\$896
Teixeira Bastos & Irmãos	6:700\$000	134\$000
Lúcio de Sousa Machado & Cia.	5:814\$400	116\$288
João Luís de La Rocque & Irmãos	4:942\$000	98\$840

**Fonte:** Jornal do Pará (1867)<sup>653</sup>

Além dos nomes listados acima, outros negociantes também mantinham firmas exportadoras, incluindo paraenses, outros portugueses, ingleses, escoceses, norte-americanos e franceses. Segundo Barbara Weinstein, em 1870, havia em Belém pouco mais de 100 firmas exportadoras matriculadas na Praça de Comércio do Pará.<sup>654</sup> Os valores apresentados na tabela não refletem os valores reais exportados pelas firmas, uma vez que a cobrança em questão é

<sup>651</sup> Gazeta Official, n. 2, de 3 de janeiro de 1860, p. 3.

<sup>652</sup> A taxa cobrada era de 2% conforme determinava a Ordem n. 32 do Tesouro Nacional, de 16 de maio de 1863, reiterada pela Ordem n. 80 do mesmo órgão, de 3 de outubro de 1866.

<sup>653</sup> Jornal do Pará n. 16, de 19 de janeiro de 1869, p. 2.

<sup>654</sup> WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*, p. 83.

apenas sobre as exportações realizadas no ano anterior, 1866, que ainda não tinham sido quitadas.

Portanto, não é possível a partir desses dados fazermos inferências sobre qual comerciante exportava mais e qual exportava menos. Mesmo sem saber ao certo o valor exportado por cada firma, esses dados nos mostram que portugueses como João Pinto de Araújo, Miguel José Raio, Henrique de La Roque e irmãos, Elias José Nunes da Silva, Francisco Gaudêncio da Costa, Antonio Teixeira Bastos e Lúcio de Sousa Machado, negociantes que serão tratados nos capítulos seguintes, mantinham relações comerciais com praças estrangeiras,<sup>655</sup> o que é um dos elementos indispensáveis na qualificação dos negociantes de grosso trato.

Um detalhe que já foi abordado na tabela 10 e reiteramos aqui, é que os negociantes portugueses não se limitavam a exportar e importar de portos de sua pátria, mas pela “arte de negociar” que desenvolveram, eles estabeleceram contatos mercantis com outros mercados consumidores e exportadores. Foi o caso da firma Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos que exportava cacau, arroz pilado e couros de boi para Portugal e borracha grossa e fina para Liverpool. Para os Estados Unidos, a firma de Francisco Gaudêncio exportou borracha bruta e trabalhada, como sapatos, afora todas as arrobas de castanha. Para a França, o principal produto remetido foi cacau,<sup>656</sup> produto tão apreciado como chocolate quente nos *cafês* franceses oitocentista.<sup>657</sup>

No torna-viagem das embarcações, Gaudêncio & Filhos importava produtos portugueses de Lisboa e do Porto, tais como: paramentos religiosos, barris de vinho, azeite, bacalhau, vinagre, livros de história, direito e retórica, foguetes, charutos, presuntos, além de

<sup>655</sup> SALES, Mália Aline Freitas. *Op. cit.*

<sup>656</sup> Para os anos de 1840 a 1849 consultar os jornais Treze de maio, n. 513, 519, 529, 552, 560, 570, 577, 592, 610, 629, 638, 646, 808, 815, 817, 820, 847, 897. Para o período de 1853-56 os números do jornal são: 249, 255, 258, 263, 265, 275, 280, 290, 298, 308, 325, 337, 340, 351, 356, 377, 404-405, 415, 437, 447, 453, 472, 490, 500, 522, 572, 582, 602, 610, 654, 678, 710, 729, 782.

<sup>657</sup> PORRO, Antonio. Cacau e chocolate: dos hieróglifos francês à cozinha ocidental. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.5, jan./dez. 1997, p. 283. CHAMBOULEYRON, Rafael. O plantio do cacau na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: **Anais do XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social**: A construção da fortuna e do malogro: perspectivas históricas. Instituto Universitário de Lisboa, 16 e 17 de novembro de 2012.

carregamentos de sal e cebola.<sup>658</sup> Dos portos franceses de Cadix recebia cargas de sal,<sup>659</sup> e do Havre comumente importava fazendas francesas, champanhe, realejos, chapéus para senhoras, tecidos de algodão e relógios de algibeira.<sup>660</sup> De Marselha recebeu perfumes, vinhos tinto e branco, conhaque, queijos, caixas de azeitona, xales, chapéus, luvas de pelica e objetos de porcelana.<sup>661</sup> Da Inglaterra essa firma recebera mercadorias vindas de Liverpool e Londres e, nessas remessas, eram comuns os recebimentos de fazendas, manteiga, porcelana, metais e carvão.<sup>662</sup> Dos Estados Unidos da América, introduziu na província tecidos e manufaturas de algodão, trigo, pólvora, carruagens e ferragens, além de mobílias de madeira, sabão e fumo.<sup>663</sup>

Além dessas relações comerciais destacadas, a firma do Sr. Gaudêncio ainda mantinha ligações com diversos portos do império – São Luís, Recife e Rio de Janeiro – pois sua firma atuava como representante no Pará da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor<sup>664</sup> e da Liverpool & Northern Brazil Steamship Co.<sup>665</sup> Como destacado, firmas como a Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos movimentava muitos capitais na capital da província do Pará nos idos de 1840 a 1870. Outras firmas, inclusive a maioria das listadas na tabela 21, movimentaram capitais e realizaram transações comerciais nas proporções da firma da família Gaudêncio da Costa.

Outro aspecto que demonstra a dimensão do comércio dos portugueses no Pará é o registro de matrícula no Tribunal de Comércio. O Tribunal de Comércio foi criado após a

<sup>658</sup> Treze de maio, n. 808, de 7 de junho de 1848, p. 4. Treze de maio, n. 860, de 16 de dezembro de 1848, p. 3. Treze de maio, n. 861, de 20 de dezembro de 1848, p. 3. Para saber mais sobre os principais produtos remetidos de Portugal ao Pará durante o período 1840-50, consultar SALES, Mábila Aline Freitas; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Entre mares, coisas e significados: a relação comercial entre Belém-Portugal no pós Independência. *In: Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Lisboa, 2015, p. 10638-10648.

<sup>659</sup> Treze de maio, n. 825, de 12 de agosto de 1848, p. 3.

<sup>660</sup> Treze de maio, n. 455, de 1 de março de 1855, p. 4.

<sup>661</sup> Treze de maio, n. 526, de 9 de agosto de 1855, p. 4.

<sup>662</sup> Treze de maio, n. 808, de 7 de junho de 1848, p. 4.

<sup>663</sup> SALES, Mábila Aline Freitas. *Op. cit.*

<sup>664</sup> Uma firma de navegação costeira subsidiada pelo governo imperial com múltiplos objetivos, dentre os quais destaco a integração que promovia entre as principais cidades portuárias do Brasil, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e Belém. Para saber mais Cf. EL-KAREH, Almir Chaiban. A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico. *História Econômica & História de Empresas*, v. 2, p. 7-28. EL-KAREH, Almir Chaiban. O Rio de Janeiro e as primeiras linhas transatlânticas de paquetes a vapor: 1850-1860. *In: CD Rom/IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas*. São Paulo, 2 a 5 de setembro de 2001, FEA-USP. 2002.

<sup>665</sup> PARÁ. Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial do Pará, 1869, p. 178-179. PARÁ. Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará para o ano de 1871. Belém: Livraria, papelaria e officina de encadernador de Carlos Seidl & C<sup>ia</sup>, 1871, p. 106-108.

instituição do Código Comercial do Império do Brasil em 1850<sup>666</sup> e, para Lená Medeiros e Paula Cypriano, “a década de 1850 seria marcada por importantes avanços legais e mudanças econômicas vitais à implantação de um capitalismo dependente e periférico”<sup>667</sup>. Cabe enfatizar que até 1850, a legislação inerente aos tratos comerciais que regiam o comércio no Brasil depois de 1822, residia nas Ordenações Filipinas, cartas régias, alvarás e decretos, havendo a ausência de um Código de Comércio brasileiro.

Antes do Código, até 1850, coube a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, criada em 1755 por D. José I e transferida para o Brasil com a vinda da família real para o Rio de Janeiro<sup>668</sup>, a função de “orientar as atividades econômicas em Portugal e em suas colônias,”<sup>669</sup> tendo funcionado como um instrumento de organização importante até 1850.

O Código Comercial teve importância indelével na conformação do Estado Imperial, visando a ampliação e a dinamização das atividades econômicas. Significou um dos grandes marcos jurídicos no Brasil, assim como a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz, também criadas em 1850, porém em setembro do corrente ano. Portanto, a partir de 1850, o Estado institucionaliza a ação dos comerciantes e da relação de trocas, uma vez que a consolidação da política imperial do Segundo Reinado se estruturou tendo como base a organização da produção, do sistema financeiro e do comércio.<sup>670</sup>

A partir do Código, os comerciantes, e particularmente os negociantes, que quisessem gozar de crédito e proteção,<sup>671</sup> deviam se matricular em algum dos Tribunais de Comércio do império instalados no Rio de Janeiro, Recife, Salvador e, posteriormente, em São Luís. Mesmo os comerciantes que já tinham registro na antiga Junta de Comércio deveriam se matricular novamente dentro de quatro meses após a instalação do Tribunal de Comércio, podendo este

<sup>666</sup> A respeito do Código Comercial e do Tribunal do Comércio ver: NEVES, Edson Alvisi. **Magistrados e negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio**. Rio de Janeiro: Ed. E Livraria Jurídica/FAPERJ, 2008.

<sup>667</sup> MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs). **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. São Paulo: EDUSC, 2008, p. 103.

<sup>668</sup> No Brasil foi criada a Real Junta de Comércio, Agricultura, fábrica e Navegação do estado do Brasil e seus domínios. LOPES, Walter de Mattos. **A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus domínios ultramarinos: um tribunal de antigo regime na corte de Dom João (1808-1821)**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

<sup>669</sup> MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. *Op. cit.*

<sup>670</sup> BENTIVOGLIO, Julio. **O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

<sup>671</sup> BRASIL. Código Comercial Brasileiro de 1850, art. 4º e 7º.

prazo ser prorrogado apenas para os comerciantes que morassem em lugares distantes.<sup>672</sup> Esse era o caso dos negociantes lusos que atuavam no norte do Brasil.

A institucionalização, por meio desse aparato jurídico, foi sentida também na província do Pará, embora somente a partir de 1855 tenha surgido nos anúncios referentes ao comércio, principalmente nas atividades dos agentes de leilão,<sup>673</sup> as expressões “por autorização do Dr. Juiz do Commercio” ou “por ordem do Dr. Juiz do Commercio”,<sup>674</sup> o que expressa que o Tribunal do Comércio passou a atuar de forma efetiva, controlando atividades de agentes do comércio como os leiloeiros.

Essas políticas construídas em âmbito macro serviram para nortear o comércio de todo o império, mesmo com suas especificidades históricas e seus momentos individuais diferenciados. Observando essas especificidades, alguns lugares que tinham expressividade no comércio, mas que não receberam um Tribunal de Comércio, receberam uma seção denominada Junta de Comércio, tendo suas atribuições exercidas “na parte administrativa pelas Autoridades administrativas, e na parte judiciaria pelas Autoridades judicarias”.<sup>675</sup> O Decreto n.738, de 25 de novembro de 1850, estabeleceu que:

Haverá nas Províncias do Pará, S. Paulo e S. Pedro do Rio Grande do Sul, e nas mais onde as necessidades do commercio o exigirem, Juntas do Commercio, compostas de hum Presidente, e dous Deputados, nomeados pelo Governo d'entre as Autoridades e Empregados das Repartições administrativas da capital ou cidade das mesmas Províncias, onde for mais conveniente que as referidas Juntas se estabeleçam.<sup>676</sup>

As Juntas de Comércio das províncias podiam exercer todas as atribuições conferidas pelo Código Comercial e pelos Tribunais do Comércio, com exceção somente da matrícula dos comerciantes, que era função privativa dos Tribunais.<sup>677</sup> Nesse caso, cabia ao oficial da

<sup>672</sup> *Idem*. Art. 7

<sup>673</sup> O agente de leilão, segundo o Código Comercial Brasileiro de 1850 era uma espécie de auxiliar do comércio que estava sujeito as leis comerciais com relação as operações que efetivavam, assim como os corretores, os feitores, guarda-livros, caixeiros, trapicheiros, administradores de armazéns e comissários de transportes. Ver: BRASIL. Lei n. 556 - Código Comercial do Império do Brasil, de 25 de junho de 1850. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Vianna, 1872. Segundo Bulgarelli. Os agentes de leilão ou leiloeiros, sendo uma das espécies de auxiliares ou colaboradores independentes do comércio, são os profissionais mediadores, intermediários e motivadores da venda de determinados bens, mediante oferta pública, que lhe são confiadas a este fim. Cf. BULGARELLI, Waldirio. **Direito Comercial**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 193.

<sup>674</sup> Treze de maio, n. 611, de 13 de dezembro de 1855, p. 4. Treze de maio, n. 726, de 3 de maio de 1856, p. 4.

<sup>675</sup> Decreto n.738 de 25 de novembro de 1850. Art, 89, p. 15.

<sup>676</sup> *Idem*, Art. 90, p. 15.

<sup>677</sup> *Idem*, Art. 77, p. 13.

Secretaria da Junta de Comércio da província receber todos os documentos necessários ao registro dos comerciantes, e encaminhá-los a um dos três Tribunais de Comércio do Império.

A Junta Comercial do Pará fora instituída em 1854, durante a administração do Presidente Sebastião do Rêgo Barros. Foi nesse contexto de reordenamento administrativo que “o Thesouro Público Provincial passou em 27 de fevereiro de 1854”, por ordem de Rêgo Barros, “a integrar a Junta Commercial do Pará”. A sessão solene de instalação da referida Junta ocorreu em 1 de março em uma sala do Palácio do Governo e, a partir de então, a Junta passou a se reunir em sessões nas segundas e quintas-feiras, a partir do meio dia, com os seus membros liderados pelo presidente da entidade, o negociante João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha.<sup>678</sup> Conforme consta no edital público de 20 de abril, a Junta dava ciência ao corpo comercial da Praça do Pará das suas funções e atribuições:

#### **EDITAL**

A Junta do Commercio desta Província faz publico que em virtude do Decreto n.º 930 de 10 de Março de 1852, e conforme foi declarado por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negócios da Justiça de 20 de Julho do anno passado, compete a mesma Junta rubricar os livros que pelo Código do Commercio os commerciantes quer matriculados quer não, e os Agentes auxiliares do Commercio desta Província são obrigados a ter, e bem assim o dos documentos que devem ser inscriptos no Registro Público do Commercio; **e que desta data em diante passará a referida Junta a exercer estas attribuições.** Secretaria da Junta do Commercio 20 de Abril de 1854.— O Secretario, Manoel Roque Jorge Ribeiro.<sup>679</sup> [grifo meu]

Conforme dito acima, a Junta de Comércio da província do Pará foi instalada em 1 de março de 1854, em sessão realizada numa das salas do Palácio do Governo, sendo a mesma presidida pelo magistrado João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, acompanhada pelos Deputados Manoel Roque Jorge Ribeiro e Antonio Agostinho de Andrade Figueira, e do Oficial da Secretaria da Junta Izidoro José Pereira da Motta, e do Amanuense Arquivista João Frederico Julio Peltre. Importante ressaltar que, antes da efetiva criação da referida Junta Comercial, os trabalhos relativos ao registro de comerciantes e demais atividades comerciais eram exercidas pelo poder público, e ficavam a cargo do Thesouro Público Provincial.<sup>680</sup>

Consta no livro de “Registro de matrículas dos commerciantes; agentes auxiliares de commercio de 1854 à 1855”,<sup>681</sup> da Junta Commercial do Pará, a Carta de Matrícula de 25

<sup>678</sup> Treze de maio, n. 300 de 4 de março de 1854, p. 1.

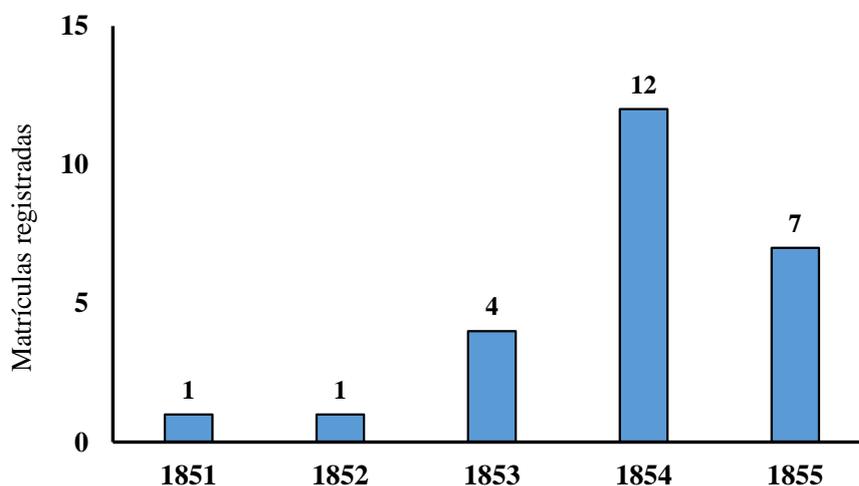
<sup>679</sup> Treze de maio, n. 320, de 21 de abril de 1854, p. 4.

<sup>680</sup> Treze de maio, n. 300, de 4 de março de 1854, p. 1.

<sup>681</sup> JUCEPA. Registro de matrículas dos commerciantes; agentes auxiliares de commercio de 1854 a 1855. Livro 1.

comerciantes registrados entre 1851 e maio de 1855<sup>682</sup>. Observa-se no Gráfico 23 que apenas 6 dos 25 negociantes registraram-se antes de 1 de março de 1854, data da implantação da Junta de Comércio no Pará.

**Gráfico 23 – Registro de matrículas dos negociantes do Pará, 1851-1855**



Fonte: JUCEPA (1854)<sup>683</sup>

Desses 25 negociantes, 14 foram matriculados no Tribunal de Comércio da capital do império e 11 foram matriculados pelo Tribunal de Pernambuco. Já as matrículas realizadas nas décadas de 1860 foram feitas na quase totalidade no Tribunal do Maranhão. Dos 25 comerciantes registrados, 21 (84%) eram portugueses, e apenas 4 (16%) eram paraenses. Desse total de matrículas, consta em 20 registros, que o domicílio do negociante era a capital do Pará, dentre esses, encontrou-se nos registros de comércio os nomes de alguns dos negociantes portugueses mais conhecidos da Praça de Comércio de Belém. Isso evidencia uma certa adequação desses comerciantes a legislação vigente, a fim de continuar usufruindo das benesses que o comércio poderia oferecer, comércio que a medida que os anos passavam se tornava mais efervescente. Os auspícios do comércio estavam a florescer em pequenas (tabernas) ou grandes proporções (Tribunal).

<sup>682</sup> Provavelmente esses não são os únicos registros para esse período.

<sup>683</sup> JUCEPA. Registro de matrículas dos comerciantes; agentes auxiliares de commercio de 1854 a 1855. Livro 1.

## Capítulo 4

### TRAJETÓRIAS E REDES DE SOCIABILIDADE: comércio, poder e distinção social

*Já naquele tempo [década de 1820], e dizem que é defeito nosso, o empenho e o compadresco eram a mola real de todo o movimento social do Brasil.*

*Manuel Antônio de Almeida. Memórias de um sargento de milícia, 1854.*

#### 4.1. Negociantes e redes de sociabilidade

As atividades praticadas pelo negociante de grosso trato eram muito variadas, pois sua ação ultrapassava, em muito, os comércios locais e suas relações eram internacionais. Na medida em que ganharam status social e político na sociedade portuguesa na segunda metade do século XVIII<sup>684</sup>, com desdobramentos na colônia<sup>685</sup>, a definição de negociante de grosso trato ou homem de negócio nos dicionários aumentou em quantidade e qualidade. Isto ficou bem claro no verbete negociante no Dicionário organizado por Alberto Jacqueri de Sales, lente da Aula do Comércio no Rio de Janeiro<sup>686</sup>, em 1811, que definiu negociante como

<sup>684</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Op. cit.*; MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834**. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

<sup>685</sup> No caso do Brasil, especificamente para o Rio de Janeiro, foi no decorrer do século XVIII, principalmente na segunda metade, que a diferenciação entre os negociantes e a nobreza da terra de fato aconteceu. Cf. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. No caso de Minas Gerais, face à complexidade social, as categorias de negociante e comerciante foram mais difusas. Cf. o trabalho de Aldair Rodrigues permite analisar o vocabulário e o estatuto social dos comerciantes. Cf. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes: mercadores nas Minas setecentistas**. São Paulo: Anablume, 1999. FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas Setecentistas**. São Paulo: HUCITEC, 1999; RODRIGUES, Aldair Carlos. **Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas**. **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (1): 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/08.pdf>. Acesso em 30 set. 2016.

<sup>686</sup> CHAVES, Claudia M das Graças. **Arte Dos Negócios: Saberes, práticas e costumes mercantis no Império Luso-brasileiro**. **América Latina en la Historia Económica**, v. 1, n. 31, p. 169-193, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/n31/n31a6.pdf>. Acesso em 30 set. 2016.

A ocupação de um membro que remete para os paizes estrangeiros as produções da sua pátria, ou seja com o fim de troca-las por outras necessárias, ou por dinheiro este commercio feito por terra, ou por mar, na Europa, ou com outras partes do mundo, tem distinto nome de *commercio em grosso*, e os que se ocupam nele são chamados de *homens de negócios*.<sup>687</sup>

A definição de Alberto Jacqueri de Sales vem de encontro com o dicionário mercantil de José da Silva Lisboa de 1801, que também se baseou em Jacques Savary. Para o Visconde de Cairu, os negociantes são

aqueles que empregam grandes fundos em tráficos e manufaturas, pondo em rápido movimento e extensão a indústria nacional, salariando e mantendo muitas pessoas, e assim indireta mais eficazmente promovendo a agricultura, original fonte de riquezas nacionais (...). São os que fazem comércio da especulação, bancos e seguros. Precisam de grande penetração, sagacidade e inteligência teórica e prática, para bem calcularem as circunstâncias vantajosas aos negócios que projetam.<sup>688</sup>

Na observância do Código Comercial Português de 1833, o termo negociante era sinônimo de comerciante e, em sentido restrito, designava o indivíduo que professava comércio externo, isto é, era um comissário mercantil. Por sua vez, a denominação comerciante compreendia um leque de atividades, desde banqueiros, seguradores, negociantes de comissão ou comissários, os que se empregavam em especulação no estrangeiro, mercadores de grosso e a retalho e os fabricantes ou empresários de fábrica.

Embora no Código Comercial Português existisse um terceiro vocábulo para designar os homens de negócios, que era a expressão mercador e que por vezes era utilizada tanto como sinônimo de negociante, como também equivalente a comerciante<sup>689</sup>, Maria Beatriz Nizza da Silva observou que tais ambiguidades do vocabulário caracterizaram os membros da hierarquia mercantil que atuavam no Brasil.<sup>690</sup>

<sup>687</sup> SALES, Alberto Jacqueri de. **Diccionario Universal de Commercio**. Tradução e adaptação manuscrita do **Dictionnaire Universel de Commerce**, de Jacques Savary de Brulons, 1723-1730. Tomo III. Lisboa, 1813, p. 267. O dicionário francês foi editado em 1723.

<sup>688</sup> LISBOA, José da Silva. **Princípios de Direito Mercantil e leis de Marinha**. Rio de Janeiro: Typ. Acadêmica, 1874, p. 511. A 1ª edição é de 1801.

<sup>689</sup> SOUSA, Fernando de. **A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da agência Abreu (1840)**. Porto: Fronteira do Caos; Lisboa: CEPESE, 2009.

<sup>690</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Análise da estratificação social (O Rio de Janeiro a 1808-1821)**. São Paulo: FFLCH, 1975. As principais designações dos sujeitos envolvidos com as atividades do comércio incluíam: mercador ou mercadante (termos usados até o século XVIII, quase que exclusivamente para os negociantes de escravos, mas que depois passa a ser usado para qualificar os homens que negociavam “mercadorias”). A partir do final do século XVIII os negociantes de escravos passam a ser identificados como traficantes), viandante, comboieiro, almocreve, comissário, vendedor, comerciante, proprietário, proprietário de loja, fabricante, caixeiro viajante, agente, agente mercantil, agente comercial, agente de negócios, agente de leilão ou leiloeiro, capitalista,

Apesar da aparente confusão, podemos afirmar que o Código Comercial Português reproduz o conceito do Dicionário Universal do Comércio de Savary des Brulons da primeira metade do século XVIII. O termo *homem de negócio* ou *negociante* está sempre relacionado à atividade de longo curso e a diversificação dos investimentos, o que o diferencia do mercador, caracterizado como “aquelle que negocia, comprando, vendendo [...], peculiarmente dos que tem loja aberta, e que vendem a retalho”.<sup>691</sup> De acordo com a historiografia citada, embora por vezes os mercadores se assemelhem aos homens de negócio, os primeiros tendiam a se especializar em ramo comercial específico. Os homens de negócio, por sua vez, diversificavam seus investimentos, desenvolvendo várias modalidades mercantis, se relacionavam com Portugal (e Europa), África e Ásia, arrematavam contratos, controlavam crédito, atividades das quais não participavam os mercadores.<sup>692</sup>

No caso do Código Comercial brasileiro de 1850, como já ressaltado em notas anteriores, a diferenciação entre o negociante e o comerciante está relacionado com a obrigatoriedade de o primeiro estar matriculado no Tribunal do Comércio<sup>693</sup>. Esse reconhecimento legal do negociante, na visão de Rubenita Vieira, e para o Rio de Janeiro, criou um patriciado mercantil.<sup>694</sup>

Portanto, ser negociante de grosso trato no império brasileiro, e com o Código Comercial, passou a ter um estatuto. Contudo, na prática, a utilização do termo negociante estava geralmente associada à escala das transações realizadas, o que lhe garantia prestígio econômico e social a partir das relações locais e externas estabelecidas.

No entanto, desenvolver essas funções requeria o estabelecimento da articulação que envolve o jogo do comércio em que as atividades mercantis estão relacionadas a outros elementos da vida social, política e econômica. Sobre a relação do comércio com as outras esferas da sociedade, Edward Thompson destaca que o comércio não está ausente e isolado das

mercantilista, homem de negócios e negociante. Para mais detalhes sobre algumas dessas denominações ver: DOURADO, Bruna Iglesias Motta. *Op. cit.*

<sup>691</sup> SALES, Alberto Jacqueri de. *Op. cit.*, p. 223.

<sup>692</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro (1998), *Op. cit.*; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O “comércio de carne humana” no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços *In*: BITENCOURT, Marcelo RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander (org.). **África passado e presente: II Encontro de Estudos Africanos da UFF**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010 (e-book).

<sup>693</sup> Notas 370 e 375.

<sup>694</sup> VIEIRA, Rubenita. **O Tribunal do Comércio: modernização e imobilismos (1851-1889)**. IFCS-UFRJ. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

redes de relações políticas, sociais e legais do ambiente em que está inserido.<sup>695</sup> São essas inter-relações que delimitam o lugar social do negociante, não apenas como alguém que desenvolve relações comerciais, mas como um indivíduo capaz de tecer as relações sociais necessárias para a ascensão e manutenção do seu status e de seu grupo. Esse conjunto de relações, que estão para além do trato mercantil, ajudam a conformar o lugar do negociante nos contextos colonial e imperial.

Nessa perspectiva, estabelecer negócios longe da terra natal dependia, grosso modo, de uma rede de sociabilidade no novo lugar onde o negociante iria residir ou estabelecer negócios. Tais redes de sociabilidades podiam envolver formas de inserção política, econômica, religiosa ou qualquer outra forma de inclusão do imigrante português. Os estudos envolvendo a imigração, sob qualquer perspectiva, têm apontado de forma cada vez mais frequente as diversas formas de sociabilidade como componente fundamental da experiência da imigração. Essas formas de sociabilidade eram presentes desde os momentos anteriores a travessia do Atlântico, envolvendo até mesmo o chamamento desses sujeitos para alguma cidade do Brasil.

Na tarefa de analisar os negociantes portugueses em Belém, é essencial reconhecer muito mais do que características sobre a comunidade mercantil portuguesa nesse espaço do império, ainda que isso seja imprescindível. Porém, é também indispensável conhecer trajetórias ímpares, casos específicos que nem sempre convergem com as flutuações gerais da história. Apresentadas as condições e possibilidades estruturais de atuação dos negociantes em Belém, resta-nos refletir sobre o papel das redes de sociabilidade como um importante recurso à manutenção do status, diversificação dos investimentos e reiteração da hierarquia social.

As primeiras produções que destacavam a importância das relações sociais como fundamentais para a construção e manutenção do status econômico e social são os trabalhos de Norbert Elias, nas obras *A sociedade de Corte*<sup>696</sup> e *A sociedade dos indivíduos*<sup>697</sup>, ambas produzidas ainda na primeira metade do século XX. Para ele, uma sociedade se constrói através de teias de relações entre os indivíduos, produzindo estruturas que são particulares e próprias de cada sociedade.<sup>698</sup>

<sup>695</sup> THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. Tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>696</sup> Embora publicado originalmente apenas em 1969, *A Sociedade de Corte* é de fato um livro anterior a 1939, ano em que Norbert publica sua obra prima, *O processo civilizador*. Cf. ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Tradução de Ana Maria Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

<sup>697</sup> ELIAS, Norbert. *Op. cit.*

<sup>698</sup> *Idem, Ibidem*, p. 19.

Para Elias, a configuração de uma sociedade poderia ser pensada a partir da analogia com uma rede: um entremeadado de fios ou teias de relações, de vários níveis e maneiras, responsáveis por toda a força e tensão do grupo social. Essa ideia de teias de relações sociais influenciaria diversos pesquisadores na década de 1960 – dentre os quais destacamos David Brading – e constituiu na base conceitual dos estudos de micro-história e prosopografia.

Pensar os negociantes de grosso trato, sob a perspectiva das redes sociais, é extrapolar os estudos que têm sido elaborados com base unicamente em realidades socioeconômicas ou profissionais. Essas análises são os pilares básicos dos estudos prosopográficos que ganharam força a partir da década de 1960, dos quais temos exímios protótipos que dizem respeito a uma produção da historiografia americanista. Um desses exemplos é o trabalho de David Brading, *Mineros y comerciantes en el México borbónico*,<sup>699</sup> em que considera que o critério econômico é imprescindível para identificar o grupo dominante da sociedade sobre a qual debruça suas análises.

A prosopografia, segundo Lawrence Stone, “é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”.<sup>700</sup> Ela se preocupa em investigar um conjunto de questões uniformes sobre um determinado grupo, tais como “nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião” e indagações *sui generis*, e se constituiu em metodologia importante para estudos de trajetória e biografias e da própria micro-história.<sup>701</sup>

Retornando as teias sociais propostas por Norbert Elias, é possível dizer que elas tinham um enfoque mais sociológico. A ideia de redes de sociabilidade como ferramenta e método de pesquisa histórica tornou-se fecunda a partir, especialmente, da década de 1980, com os trabalhos do historiador francês Maurice Agulhon<sup>702</sup>. A partir dos estudos de Agulhon, surgiram na Europa diversos trabalhos com abordagens variadas que tinham em comum a ideia

<sup>699</sup> BRADING, David. *Mineros y comerciantes en el México borbónico (1763-1810)*. Madrid: FCE, 1975.

<sup>700</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 39, 2011, p. 115.

<sup>701</sup> Há uma extensa bibliografia sobre a prosopografia e os estudos de trajetória, biografia e mobilidade. Conferir entre outros, PEDREIRA (1995), *Op. cit.*; FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. *Tempo*, Niterói, v. 10, n. 20, p. 23-49, Jan. 2006. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042006000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042006000100003&lng=en&nrm=iso). access on 27 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042006000100003>

<sup>702</sup> AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1984.

de sociabilidade como método de análise histórica.<sup>703</sup> Dentre os quais o trabalho de Jean-François Sirinelli.<sup>704</sup> Para Sirinelli, os espaços de sociabilidade têm duplo significado, sendo ao mesmo tempo geográficos e afetivos, pois podem estabelecer ambientes de relações de união ou segregação e, simultaneamente, agrupam pessoas em torno de uma sensibilidade cultural ou ideológica comum, muito embora com algumas ideologias divergentes dentro do grupo.<sup>705</sup>

Na década de 1990, as sociabilidades ganharam espaço nos estudos latino-americanos através dos trabalhos de Zacarias Moutoukias<sup>706</sup> e Michel Bertrand<sup>707</sup>, principalmente através do conceito de **rede de sociabilidade** (a sociabilidade em rede). Moutoukias examinou como os representantes da Coroa Espanhola que atuavam como negociantes em Buenos Aires, durante o século XVIII, construíram teias de relacionamentos dentro da política colonial hispânica para se beneficiarem no mercado ilegalmente.

Já para Michel Bertrand, as relações dentro das redes de sociabilidade podem ocorrer de forma consciente e racionalmente planejadas ou até mesmo de forma involuntária. Segundo Bertrand, é a circulação de bens e serviços que compõem os fios definidores das redes, os quais ele chamou de vínculos. Para ele, esses vínculos entre dois sujeitos perpassam a relação mútua da negociação, rotineiramente envolvendo relações adjacentes com outros atores sociais, muitas vezes não identificáveis.<sup>708</sup>

Partindo-se desse ponto de vista adotado por Bertrand, é interessante salientarmos o quão difícil é a tarefa do historiador em reconstituir a *rede total* do indivíduo pesquisado. Isso porque o que, geralmente, temos são fragmentos que nos permitem, apenas, conhecer círculos da rede. Dentro desses fragmentos, os negociantes portugueses aqui estudados atuam como mediadores ou integradores da rede.<sup>709</sup>

Portanto, podemos dizer que Michel Bertrand e Zacarias Moutoukias delimitam, a partir de seus estudos sobre elites coloniais, de que maneira o conceito de redes sociais pode

<sup>703</sup> O trabalho de Maurice Agulhon influenciou historiadores para além das fronteiras francesas, encontrando-se ecos, especialmente, na Itália e na Espanha. Cf. CANAL, Jordi Morel. El concepto de sociabilidade em la historiografía europea contemporánea (Francia, Itália y España), Siglo XIX - **Nueva Epoca**, México, n. 13, enero-junio/1993, p. 5-25.

<sup>704</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996, p. 231-269.

<sup>705</sup> *Idem, ibidem*, p. 248-253.

<sup>706</sup> MOUTOUKIAS, Zacarias. Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires en el siglo XVIII. **Revista Annales Histoire. Sciences Sociales**. Paris, 1992, p. 3-34.

<sup>707</sup> BERTRAND, Michel. De la familia a red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 61, n. 2, 1999, p. 110.

<sup>708</sup> *Idem, ibidem*, p. 120.

<sup>709</sup> *Idem, ibidem*, p. 123.

auxiliar no estudo de grupos ou indivíduos pertencentes a determinadas redes. Esperamos que algumas dessas indicações sejam úteis quando utilizadas para pensar possibilidades de compreensão da atuação dos negociantes de grosso trato em Belém. Não se trata de uma estrita definição de rede social, pois como destacou Bertrand, o que importa é assinalar de que maneira o historiador pode utilizar este tipo de ferramenta conceitual e adaptá-las as suas próprias necessidades de pesquisa.

Uma análise que sublinhe o conceito de redes sociais não nega a apreciação em termos unicamente macro históricos ou estruturais em “nome” de uma análise do ponto de vista dos atores. Essa mudança de perspectiva teórica e metodológica implica em adotar uma “modificação de escala”, segundo os termos de Bernard Lepetit<sup>710</sup> ou “prosopografia generalizada” para lembrar Giovanni Levy. A ênfase no micro resultaria em uma compreensão menos abstrata da realidade histórica e a prosopografia generalizada consiste em integrar à análise prosopográfica uma dimensão qualitativa. As reorientações metodológicas levam em conta a ambição de medir aspectos de difícil mensuração quando se faz uso de um método estritamente estatístico, ainda que seja fundamental para a compreensão de todo o grupo social.

Esta atención prestada a diversos aspectos de tipo cualitativo y hasta aparentemente marginales o secundários, permite ofrecer una visión más completa de la complejidad que caracteriza toda realidad social. Em última instancia, este enfoque metodológico significa abandonar la definición de un grupo social a partir de critérios exclusivamente estructurales – ya sean jurídicos, administrativos, económicos o profesionales – y reintroducir em el análisis ao actor social.<sup>711</sup>

A valorização do ator social e suas ações que nem sempre coadunam com as ações do grupo, não significa abandonar a identificação dos caracteres exteriores, pois essa identificação é fundamental como postulava a análise prosopográfica em suas preocupações clássicas. Por outro lado, é necessário perfilhar que as ações individuais nem sempre estão balizadas nas regras gerais de funcionamento da rede, o que redimensiona a análise das trajetórias individuais e evita o que Lacapra chamou de sobre-contextualização<sup>712</sup> e Michel Bertrand de sobre-socialização<sup>713</sup>. A partir dessa abordagem, é possível identificar os negociantes envolvidos em redes de sociabilidade e contextos sociais, econômicos e políticos abrangentes, sem deixar de

<sup>710</sup> LEVI, Giovanni. **Le pouvoir au village. Histoire d’ un exorciste dans le Piémont du XVIIème siècle**. Paris: Gallimard, 1989.

<sup>711</sup> BERTRAND, Michel. De la familia a red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 61, n. 2, 1999, p. 110.

<sup>712</sup> LACAPRA, Dominick. “História e Romance”. **Revista de História**. Campinas: Unicamp. v. 2, n. 3, set., 1991.

<sup>713</sup> BERTRAND, Michel. 1999. *Op. cit.*, p. 125.

dar importância a questões específicas de determinados sujeitos. Afinal de contas, nem todos os imigrantes chegados a Belém construíram trajetórias de sucesso ou se tornaram ilustres, ainda que possam ser classificados como de grosso trato. Então, podemos afirmar que se a experiência da imigração, de recepção e integração pode ser coletiva, mas carrega também em seu bojo as marcas da individualidade.

Nesse sentido, Bertrand indica que se deve identificar a capacidade de um membro de um determinado grupo social atuar sem necessariamente se submeter a todo o momento as normas impostas pelas estruturas<sup>714</sup>. Nessa mesma tendência, Moutoukias corrobora afirmando que se a rede social é um instrumento de análise da ação coletiva, era também a expressão e o resultado de ações individuais praticadas por indivíduos que a constituíam.<sup>715</sup>

O conceito de rede remete a uma tripla dimensão. O primeiro é o aspecto morfológico, sendo uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas. Porém, uma rede é muito mais que uma simples estrutura. Seu segundo aspecto leva em conta a dimensão relacional ao constituir um sistema de intercâmbios mediante os laços constituídos que permitem uma circulação de bens e serviços. Por último, a rede funciona com uma dinâmica relacional, que considera a versatilidade e a variabilidade dos laços.<sup>716</sup>

Portanto, ao considerar a formação de dimensões e dinâmicas relacionais no interior das redes de sociabilidade e as estratégias indubitavelmente utilizadas pelos negociantes, é indispensável avaliar os “laços ritualizados” enquanto elementos estruturantes dessas mesmas redes. No centro desses laços está a **dimensão familiar**, que segundo Bertrand pode ser definida em termos de linhagem e parentesco<sup>717</sup>. O que determina a linhagem é sua organização específica e sua lógica interna enquanto um grupo de filiação. Já o parentesco é um conceito mais amplo, uma vez que possui uma capacidade social capaz de integrar indivíduos de linhagens diferentes e interesses comuns.

A dimensão familiar entendida com esse duplo sentido, foi constantemente utilizada durante o processo migratório e, muitas vezes, compreendia o momento anterior a partida, a

<sup>714</sup> *Idem, ibidem*, p. 110.

<sup>715</sup> MOUTOUKIAS, Zacarias. Familia patriarcal o redes sociales. Balance de una imagen de la estratificación Social. *Anuario de IEHS*, n. 15, 2000, p. 133-151.

<sup>716</sup> BERTRAND, Michel. Do actor a la red. Análisis de redes e interdisciplinaridade. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Colóquios 2009, p. 5.

<sup>717</sup> BERTRAND, Michel. La élite colonial em la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento em términos de redes sociales. In: Bernd Schröter y Christian Büschges (eds.). **Beneméritos, aristocratas y empresarios: Identidades e estructuras sociales de las capas altas urbanas em América hispánica**. Frankfurt: Vervuet; Madrid: Iberoamericano, 1999, p. 44.

viagem e a vivência ou integração do imigrante. As pesquisas têm recorrentemente demonstrando o papel desenvolvido por familiares, padrinhos e protetores para a decisão de morar no Brasil, era assim desde a colônia. E o êxito desse lado do Atlântico dependia em muito dos laços estabelecidos pelas vias da linhagem e parentesco. No caso de muitos comerciantes, erigir tamanha fortuna só foi possível em função das relações verticais (linhagem) e horizontais (parentesco) construídas ao longo do tempo.

E foram, possivelmente, estas relações e outras estabelecidas ao longo do processo de integração, que lhes possibilitaram a diversificação de investimentos, a manutenção do seu status e a reiteração da hierarquia social em Belém, perceptivelmente caracterizada pela presença de uma forte elite mercantil portuguesa. A junção desses elementos materiais e simbólicos comuns ao negociante de grosso trato e, portanto, a elite mercantil, somente foi possível em função de uma série de alianças estabelecidas entre diferentes setores da elite da sociedade paraense<sup>718</sup>. Nesse sentido, segundo Luciana Marinho, houve uma forte coesão entre a elite mercantil e a elite agrária (agricultura, pecuária, extrativismo), o que garantiu para os setores ligados ao comércio a inserção social e acesso a determinados cargos políticos, além de relações com os que controlavam a produção provincial (interior). Mas é importante destacar que isso não era a regra, pois alguns ficavam circunscritos as próprias redes comerciais.

Já para os setores ligados as atividades rurais, a aliança poderia significar o melhoramento dos seus negócios a partir de boas relações com o grupo que controlava a liquidez da economia<sup>719</sup>. Assim, as relações serviram para reiterar a hierarquia social paraense, o que vem coadunar com as correntes abordagens sobre os comerciantes que apontam para a inserção desse grupo na sociedade mais ampla, por meio de alianças com outros grupos e participação em cargos políticos<sup>720</sup> e outros.

Além da diversificação da economia e da construção de alianças no interior das elites, ou entre o mesmo grupo, outras formas de sociabilidade podiam ser construídas por um negociante de grosso trato e se constituíam como elementos de distinção social. É preciso considerar que as alianças parentais, tais como os casamentos, amizades, atuaram como catalizador da inserção dos comerciantes na economia provincial. Mas além dessas alianças, ao

<sup>718</sup> Luciana Marinho entende elite como um grupo de sujeitos que ocupava o topo da escala social do Grão-Pará. Cf. BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

<sup>719</sup> *Idem, ibidem*, p. 162,163.

<sup>720</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Riqueza, poder e hierarquia social: história e historiografia da elite mercantil setecentista**. II Encontro Memorial do ICHS: Nossas letras na história da educação. Mariana: UFOP, 2009, p. 9.

longo do texto, fica perceptível que a Praça de Comércio, o Grêmio Literário Português, as instituições religiosas, a Santa Casa da Misericórdia, foram espaços através dos quais se organizavam as redes imprescindíveis para a atuação dos agentes na consolidação dos seus capitais mercantis, no contexto da formação do Estado Imperial.

Se no início do século XIX, as tessituras matrimoniais, o compadrio e o clientelismo governavam as relações na sociedade brasileira<sup>721</sup>, a partir da independência e da adoção da Constituição, observa-se uma crescente institucionalização do Estado. Portanto, as redes de sociabilidade que antes eram mais informais, também seguem essa tendência e se multiplicam pelas províncias em instituições como: associações, agremiações, clubes, irmandades, sociedades filantrópicas e grupos, primeiramente, e depois partidos políticos.

A organização dessas coletividades formais não excluiu as redes informais, muito pelo contrário, elas foram fortalecidas e passaram a coexistir. Foi nesse contexto de organização política, jurídica, econômica e social que, juntamente com as antigas relações clientelares, formou-se o corolário ocupado pelos negociantes de grosso trato. O Pará, então, permitia uma eminente produção e reprodução do capital mercantil, assim como possibilitava ascensão a partir de uma rede de relações familiares, de amizade e de outras formas de sociabilidade, relações estas que um estudo baseado no conceito de redes sociais pode ajudar a descampar.

Quanto à produção historiográfica paraense, os estudos que fazem algum tipo de abordagem, considerando as redes sociais, ainda são escassos. Um dos estudos que de alguma maneira tem esse enfoque é a tese de doutorado de Siméia Lopes.<sup>722</sup> O referido estudo realça a importância das redes comerciais para o estabelecimento de conexões entre diferentes espaços da América Portuguesa no período de 1790 a 1830. A pesquisa fez despontar as relações comerciais do Grão-Pará com outras praças mercantis como Maranhão, Goiás e Mato Grosso, o que demonstrou a existência de um mercado interno para além do mercado Atlântico que ligava o Grão-Pará a Lisboa, Londres e Caiena. Portanto, no estabelecimento desse mercado interno ficou evidente o estabelecimento das redes comerciais que ligava os negociantes de diversos pontos da América portuguesa.

<sup>721</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.

<sup>722</sup> LOPES, Siméia. *Op. cit.*

Outra pesquisa realizada no Pará que envolve redes é a de Daniel Barroso<sup>723</sup>. O autor, a partir de uma análise serial, investiga as relações familiares nos meados do oitocentos. Tendo como base uma análise das alianças matrimoniais e do parentesco espiritual (compadrio) de diferentes grupos, sociais – elite, escravos, migrantes –, Barroso defende que o casamento e o compadrio eram estratégias para reprodução do grupo social e reafirmação do pertencimento a determinadas comunidades. Dessa forma, pode-se considerar que essas estratégias adquiriam sentido na medida em que as entendemos como redes estabelecidas entre grupos mais ou menos equivalentes, dentre eles estavam o grupo dos negociantes que se articulava com outros grupos de prestígio na Belém oitocentista.

O trabalho de Luciana Marinho, já referido, também se destaca na perspectiva das redes<sup>724</sup>. A autora procura traçar os caminhos seguidos pelas elites do Pará como estratégias de manutenção da hierarquia social no período de 1850 a 1870. Através de um estudo de famílias, ela evidencia que havia uma forte aliança entre as famílias de elite ligadas as atividades comerciais, agrárias e extrativistas, o que reproduzia o poder econômico, social e político no contexto do crescimento da exportação da borracha. No estudo de Luciana Marinho, as redes familiares e de parentesco determinavam os lugares ocupados pelas elites nos meados do século XIX. Esperamos com essa pesquisa aumentar as análises que considerem as redes de sociabilidade como uma ferramenta importante para a compreensão dos negociantes na província Pará.

#### **4.1.1. Entre negócios e benevolências: das organizações comerciais à Santa Casa de Misericórdia**

Qualquer pesquisa que procure compreender os negociantes precisa reconhecer que sua função principal em qualquer espaço do antigo império luso, e no Pará não é diferente, era negociar. No entanto, negociar não era apenas transportar mercadorias entre os dois lados do Atlântico, distribuir mercadorias do reino ou de outros mercados para outros comerciantes, comprar ou vender embarcações, escravos ou imóveis urbanos e rurais. Agenciar tais transações, implicava uma série de outras ações intrínsecas ao desenvolvimento dos negócios e

<sup>723</sup> BARROSO, Daniel. *Op. cit.*

<sup>724</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

o reconhecimento social do indivíduo e de seu grupo. Essas ações, ultrapassam os limites das transações comerciais, passavam pela participação nas organizações comerciais, filantrópicas, ocupação de cargos em instituições locais, o que fazia do homem de negócio um sujeito que circulava em vários espaços, construindo relações no contexto do império Brasileiro.

Há pelo menos quatro tipos de redes tecidas pelos negociantes de grosso trato em Belém: a primeira é a *parental* – construída a partir das alianças matrimoniais e os apadrinhamentos –, a segunda é caracterizada pelos *vínculos comerciais* – estabelecidos a partir da criação de sociedades ou firmas, da organização da praça de Comércio, da participação na Junta Comercial, da Conservatória do Comércio, do Tribunal de Comércio e na reativação da Associação Comercial do Pará. A terceira são àquelas tecidas nos espaços das *irmandades* que congregam as instituições religiosas, beneméritas ou filantrópicas, tais como a Santa Casa da Misericórdia, a Beneficente Portuguesa e o Gabinete Português de Leitura. A última são as *redes políticas e nobiliárquicas*, que permitem o acesso aos títulos honoríficos e outras formas de nobilitação.

Do ponto de vista do associativismo<sup>725</sup>, considerando-se as instituições de sociabilidade formais existentes em Belém a que tivemos acesso, para o período compreendido entre 1850-1870, e avaliando a presença dos indivíduos lusos nessas redes, apresentamos a tabela 16.

Das redes sociais e espaços de sociabilidade (e sociedades) analisados na tabela acima, as redes mercantis foram as que apresentaram a maior ocorrência de negociantes portugueses no quadro de seus afiliados, tanto na Junta Comercial quanto na Conservatória do Comércio, e os portugueses representavam 84% do total de membros. Notamos no quadro de sócios da Associação Comercial, reinstituída em 1864, que essa proporção diminuiu para (75,7%), devido à presença de negociantes de outras nacionalidades, ingleses, franceses e americanos no seio desse organismo mercantil.

**Tabela 16 – Número de negociantes portugueses nas redes de sociabilidade de Belém**

Redes/sociedades	Ano	Sócios/filiados/ membros	Negociantes Portugueses
<i>Irmandades e benemerências</i>			
Santa Casa de Misericórdia	1853	162	45 (27,7%)

<sup>725</sup> A respeito do associativismo cf. JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/74.pdf>

Beneficente Portuguesa	1854	27	19 (70,3%)
Gabinete Real de Leitura	1857	51	35 (68,6%)
<b>Redes comerciais</b>			
Junta Comercial do Pará	1855	25	21 (84,0%)
Conservatória do Comércio	1856	44	37 (84,0%)
Associação Comercial do Pará	1864	66	50 (75,7%)
<b>Redes nobiliárquicas</b>			
Títulos honoríficos e nobiliárquicos			

**Fonte:** Arthur Vianna (1914, 1992); JUCEPA (1854, 1855); Izenete Nobre (2009); Ernesto Cruz (1996)<sup>726</sup>

Nas instituições filantrópicas – Beneficente Portuguesa e Gabinete de Leitura – a presença dos comerciantes portugueses também são expressivas, isto é, 70,3% e 68,6%, respectivamente. No quadro de irmãos da Santa Casa da Misericórdia, registrou-se a menor ocorrência de comerciantes portugueses dentre as sociedades analisadas, e para o ano de 1853, apenas 27,7% dos confrades eram lusitanos, quadro esse que permaneceu até fins do século XIX, como notou Márcio Couto Henrique.<sup>727</sup>

A respeito dessa *irmandade*, desde o século XVIII, e principalmente na segunda metade do século XIX, os homens de negócios procuravam se integrar à Santa Casa da Misericórdia, pois tal inserção constituía-se em um importante símbolo de distinção social. Estudo sobre São Paulo mostra que no século XVIII, ao lado do ofício camarário, a participação na Santa Casa era importante como possibilidade de reconhecimento social, uma vez que essa era a instituição mais prestigiada do Império Lusitano.<sup>728</sup> Charles Boxer, no contexto da colônia do Brasil, afirmou que “a câmara e a misericórdia podem ser descritas, apenas como ligeiro exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial desde o Maranhão até Macau”<sup>729</sup>.

<sup>726</sup> Os dados da Santa Casa de Misericórdia podem ser encontrados em VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense. Notícia Histórica, 1650-1902**. 2ª ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992. E da Beneficente Portuguesa estão disponíveis em VIANNA, Arthur. **História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará**. Belém: Torres, 1914. Os dados da Junta Commercial do Pará foram consultados junto a Junta Comercial do Pará (JUCEPA) no Livro 1 do Registro de matrículas dos comerciantes e agentes auxiliares de commercio de 1854 à 1855. A lista nominal dos registros junto a Conservatória do Comércio estão no APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Ofícios 1853-1856, Caixa 178, Ofícios da Associação Comercial do Pará, ofício de 14 de novembro de 1856. A relação dos sócios do Gabinete Português de Leitura consta em NOBRE, Izenete. *Op. cit.*, p. 188. Os sócios da Associação Comercial do Pará para o ano de 1864 constam em CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*, p. 155-157.

<sup>727</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. Os escravos da Misericórdia. **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online) 5 (2): 386-410, 2013, p. 391.

<sup>728</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **Negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>729</sup> BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1994, p. 267.

Segundo Russel-Wood, foi a partir do século XVIII que os homens de negócio assumiram um papel mais importante na irmandade da misericórdia.<sup>730</sup>

A Santa Casa da Misericórdia era a mais importante instituição de assistência criada pelo Estado Português e depois Brasileiro. O século XIX foi o século das misericórdias no Brasil, pois o Estado Brasileiro incentiva a criação de instituições dessa natureza para prestar medidas assistenciais à medida que ia ocorrendo o crescimento demográfico em vilas e cidades do Brasil<sup>731</sup>. Nos meados do século XIX, a Santa Casa de Belém – fundada ainda em 1650 – atuou frente as epidemias que se proliferaram na capital. Segundo Arthur Vianna, essa instituição “teve um importante papel nas medidas postas em prática para debelar as epidemias.”<sup>732</sup> Cuidar dos doentes era uma das atribuições da Santa Casa da Misericórdia. Essas confrarias prestavam assistência na doença, no abandono e na morte, atuando sobre questões do corpo e da alma.<sup>733</sup>

Para participar da Santa Casa da Misericórdia era necessário ter alguns atributos como ser temente a Deus, humilde e caridoso.<sup>734</sup> Seus membros deveriam ser classificados como homens bons. O cargo de provedor fazia, especialmente, dos homens de comércio indivíduos bem vistos socialmente<sup>735</sup> e lhes possibilitava ocupar lugares que antes do século XVIII eram quase restritos a elite agrária. No século XIX era comum encontrar os homens de negócios ocupando algum cargo junto a Santa Casa. Contudo, diferente dos dados encontrado por Maria Aparecida Borrego para São Paulo colonial, no Pará imperial não encontramos negociantes ocupando com frequência o cargo de provedor, cargo mais importante da confraria. O quadro 2 mostra os ocupantes do cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia Paraense para os anos de 1833 a 1869.

<sup>730</sup> A. J. R. Russel-Wood. **Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**, Brasília, Editora da Unb, 1991, p. 91-96.

<sup>731</sup> TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o mercado e a dádiva: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, c. 1847 – c. 1891**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014, p. 116.

<sup>732</sup> VIANNA, Arthur. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia histórica 1650-1920**. 2ª ed., Belém: SECULT, 1992 [1902], p. 305.

<sup>733</sup> COSTA, Magda de Nazaré Pereira da. **Caridade e saúde pública em tempo de epidemias: Belém (1850-1890)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

<sup>734</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Op cit.*

<sup>735</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

**Quadro 2 – Provedores da Santa Casa de Misericórdia, 1833-1869**

Provedor	Período do cargo	Natural	Profissão
João Batista Gonçalves Campos	1833-34	Vila do Acará, Barcarena, Pará	Religioso. Arcipreste de Belém
Ignácio José Pestana	1834-35	Português	Magistrado. Funcionário do Judiciário desde fins de século XVIII
Mathias José da Silva e Cunha	1837-38	Belém, Pará	-
Geraldo José de Abreu	1840-41	Português	Militar. Coronel. Descendente da elite agrária de meados do século XVIII
João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha	1843-46	Manaus, Rio Negro	Magistrado. Descendente da elite agrária de meados do século XVIII
José Pio de Araújo Nobre	1848-49		Político. Oficial da Secretaria do Governo da Província do Pará
Antonio Lacerda de Chermont	1849-51	Belém, Pará	Político e Militar. Descendente da elite agrária de do século XVIII, ocupou os cargos de presidente e vice da Província, foi Comandante Superior da Guarda Nacional
Lourenço Lucidoro da Motta	1852-53	Belém, Pará	Militar. Tenente Coronel. Descendente da elite agrária de meados do século XVIII
Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães	1854-61	Belém, Pará	Médico. Vereador de Belém. Descendente da elite agrária de fins do século XVIII
João Augusto Corrêa	1862-63	Cametá, Pará	Coronel, político, dono de terras, mercantil. Traficante. Negociante de grosso trato
Francisco da Silva Castro	1863-65	Belém, Pará	Médico. Descendente da elite agrária de fins do século XVIII
João Augusto Corrêa	1868-69	Cametá, Pará	Coronel, político, dono de terras, mercantil. Traficante. Negociante de grosso trato

**Fonte:** Arthur Vianna (1992)<sup>736</sup>

Consoante o quadro 2 acima, encontramos na documentação somente um negociante como provedor. João Augusto Corrêa Coronel da Guarda Nacional, político, proprietário de terras em Cametá, era negociante de grosso trato, mas noutrora fora traficante, ele foi provedor em 1862 e 1868. Na lista apresentada encontramos apenas dois portugueses, Geraldo José de Abreu e Ignácio José Pestana, ambos chegados ao Pará ainda no século XVIII, membros do que estamos chamando de “antiga elite”, integrantes do perfil funcionário/proprietário de terra/negociante. Ignácio Pestana era membro do alto judiciário e Geraldo Abreu era oficial militar.

<sup>736</sup> VIANNA, Arthur. 1992. *Op. cit.*

Notamos que na Belém imperial ainda prevaleciam no cargo mais importante da Confraria da Misericórdia membros da elite agrária, descendentes dos grandes proprietários rurais radicados na Capitania do Grão-Pará no século XVIII, coronéis do patriarcado colonial, além de religiosos e militares. Para o período posterior a 1850, ocorre a inserção de uma nova elite, os bacharéis e médicos. Uma nova elite que se constrói no segundo império, como também destacou José Murilo de Carvalho para a capital do império.<sup>737</sup> Muito embora esses bacharéis e médicos sejam, em sua maior parte, descendentes do patriarcado da terra.

Afora o caso de João Augusto, encontramos os negociantes portugueses ocupando outros cargos na Santa Casa da Misericórdia. Eram mesários nas funções de Conselheiro, Definidor, Mordomo das fazendas, Mordomo dos Hospitais e suplentes.<sup>738</sup> Alguns desses cargos eram importantes dentro da instituição, embora estivessem abaixo do cargo de provedor.

Para demonstrar tal afirmação, dispomos da análise da Mesa Diretora da Santa Casa da Misericórdia em momentos diferentes. Em 1837, imediatamente após os eventos cabanos em Belém, em meados do século – quando os comerciantes portugueses já representavam uma parcela significativa da elite da província – e no final do período analisado, o ano de 1870. Apresentamos na tabela 17 a participação dos portugueses na mesa diretora dessa pia instituição.

É notável, que havia um esforço por parte dos homens de negócios em fazer parte dessa instituição, uma vez que as ações de benevolência eram partes constituintes da trajetória do negociante. Ocupar algum cargo na instituição tinha a ver com o lugar já ocupado pelo pretendente ao cargo, uma vez que segundo Cláudia Tomaschewski, a Santa Casa da Misericórdia não era um trampolim político para a ascensão social, mas era um espaço de poder pelo qual circulavam as elites locais,<sup>739</sup> que tinham suas posições sustentadas e afirmadas pelo fazer parte da instituição.

**Tabela 17 – Participação dos portugueses na mesa diretora da Santa Casa da Misericórdia, 1837-70**

Ano	Português	Função	Profissão	Total de membros
1837-38	António José Machado	Mordomo dos presos	Negociante	15

<sup>737</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A elite política imperial e Teatro de Sombras: A política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

<sup>738</sup> Treze de maio, n. 355, de 11 de julho de 1854, p. 2.

<sup>739</sup> TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Op. cit.*

1851-52	Miguel José Raio	Recebedor	Negociante	10
1854-57	Lúcio de Sousa Machado	Mordomo	Negociante	20
	Francisco Gaudêncio da Costa	Definidor	Negociante	
	Antônio Joaquim da Silva Rosado	Definidor	Negociante	
	José Pinto de Araújo	Definidor Substituto	Negociante	
1861-62	Lúcio de Sousa Machado	Definidor	Negociante	20
	Elias José Nunes da Silva	Mordomo Substituto	Negociante	
	Luiz de La Rocque	Mordomo Substituto	Negociante	
1869-70	Fortunato Alves de Souza	Vice-Provedor	Negociante	20
	Elias José Nunes da Silva	Definidor Substituto	Negociante	
	Januário Antônio da Silva	Definidor Substituto	Negociante	

**Fonte:** Arthur Vianna (1992); Treze de maio (1854, 1855, 1861)<sup>740</sup>

Mas a Santa Casa não era a única instituição onde os portugueses procuraram se engajar. Nesses meados do oitocentos, com o aumento da comunidade portuguesa em Belém, nos idos de 1854, um grupo de dez comerciantes portugueses, dentre os quais quatro eram negociantes de grosso trato, reuniram-se para fundar uma benemérita sociedade dos portugueses em Belém (Quadro 3). Nas palavras de Arthur Vianna:

No anno de 1854 surgiu entre alguns membros da colonia portugueza a idéa da fundação de uma sociedade beneficente, que servisse de amparo aos seus associados, nas provações da vida e das enfermidades. Buscavam-se dois elementos capitaes: o socorro na miséria e o tratamento nas moléstias.<sup>741</sup>

Como destacado por Arthur Vianna, o objetivo principal da pia instituição era amparar os associados e familiares em momentos difíceis, como desemprego, doenças e morte. Esses objetivos estão evidenciados no lema da sociedade “O homem socorro ao homem preste. Mútua

<sup>740</sup> Para o ano de 1837-38 Cf. VIANNA, Arthur. *Op. cit.*, p. 146, 175. Para o ano de 1854-55 confira Treze de maio, n. 355, de 11 de julho de 1854, p. 2. No ano de 1854-55 Lúcio de Sousa Machada acumulou as funções que em outros anos eram ocupadas por três membros, Mordomo das fazendas, Mordomo dos escravos e Mordomo dos presos. Lúcio ocupou novamente a função de Mordomo das fazendas, escravos e presos no ano de 1857-58. Em 1854-55 compuseram a mesa diretora 20 irmãos, incluindo 4 substitutos do mesários e 4 substitutos dos definidores. Para a composição da medida diretora no ano de 1861-62 ver: Treze de maio, n. 051, de 31 de julho de 1861, p. 3-4. No 186 integraram a mesa da irmandade 20 membros, incluindo 4 substitutos do mordomos e 4 substitutos dos definidores. Para o ano de 1869-70, Jornal do Pará n. 285, de 16 de dezembro de 1868, p. 2. As trajetórias de Antônio José Machado e Fortunato Alves de Souza foram abordadas de forma escrutiniosa por Luiz Antonio Valente Guimarães em sua tese doutoral cf. GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *Op. cit.*, p. 264-339.

<sup>741</sup> VIANNA, Arthur. *Op. cit.*, p. 7.

beneficência os ente ligue” e no emblema que mostra, no centro, duas mãos em cumprimento, evocando à filantropia, à amizade e ao préstimo de socorro (Figura 9).

**Figura 9 – Emblema da Beneficente Portuguesa**



Fonte: Arthur Vianna (1914)<sup>742</sup>

Em 31 de dezembro de 1854, o número de sócios na sociedade já somava 27 portugueses. Dentre os quais, alguns negociantes destacados, como Manoel Gomes de Amorim, Francisco Gonçalves de Medeiros Branco, Fernando Rigoni de Vasconcellos e Antonio Domingos Vianna. No entanto, a maioria era de comerciantes medianos e alguns patrícios que atuavam em outras atividades profissionais. Convém lembrar que o contexto vivido em Belém naquele início da década de 1850 era epidêmico, onde grassavam a peste reinante (*Chólera morbus*), a febre amarela e a varíola.<sup>743</sup> Acreditamos que a entidade tenha sido uma maneira encontrada por aqueles homens para enfrentar as epidemias e até mesmo para se firmarem como membros da sociedade local, pois na década seguinte, muito deles estariam entre os negociantes mais bem-sucedidos de Belém.

**Quadro 3 – Fundadores da Sociedade Beneficente Portuguesa**

Fundadores da Sociedade	Tipo de negociante	Ramo a que se dedicava	Tipo de comércio
Joaquim Francisco Ramos da Cruz	Negociante	Comércio de ferragens	Grosso e retalho
João Francisco Duarte	Negociante	Comércio de cabos e ferragens	Grosso e retalho

<sup>742</sup> VIANNA, Arthur. 1914. *Op. cit.*

<sup>743</sup> BELTRÃO, Jane. *Op. cit.*

Fernando Rigoni de Vasconcellos	Negociante	Mercadorias francesas	Grosso
Francisco Antonio de Moraes	Negociante	Comércio de fazendas	Grosso
Francisco Antonio Cardoso	Comerciante	Comércio de fazendas	Retalho
Antonio Domingos Vianna	Comerciante	Não identificado	Retalho
Manoel Joaquim do Rego	Comerciante	Taverneiro	Retalho
João José Dias da Costa	Comerciante	Companhia de Navegação do Maranhão	Agente
Manuel Gomes de Amorim	Comerciante	Livraria	Retalho
Francisco Gonçalves de Medeiros Branco	Comerciante	Caixeiro e guarda-livros	Retalho

**Fonte:** Arthur Vianna (1914)<sup>744</sup>

Fernando Rigoni de Vasconcellos era proprietário da barca Fernando, que trazia mercadorias de Nantes para a Praça do Pará. Rigoni possuía uma sociedade comercial sob a firma Vasconcellos & Cia. Os fundadores da Beneficente Portuguesa, Francisco Antonio Cardoso e Francisco Antonio de Moraes foram até 1856 sócios na firma Moraes & Cardoso.

João Francisco Ramos da Cruz possuía na rua dos Mercadores n. 18, um armazém que também funcionava como loja de retalho, onde o português vendia grande sortimento de ferragens. Seu estabelecimento comercial fora registrado em 17 de novembro de 1853 junto ao Tribunal do Comércio da capital do império. Os anúncios da casa de comércio de João Francisco se destacavam nos jornais pelo espaço que ocupavam dentro dos periódicos, como se pode observar na figura 10.

<sup>744</sup> VIANNA, Arthur. 2014. *Op. cit.*

Figura 10 – Anúncio da loja de ferragens de João Francisco Ramos da Cruz

**LOJA**  
**DE**  
**FERRAGENS**  
**DE**  
**RAMOS DA CRUZ,**  
RUA DOS MERCADORES N.º 18

POR GROSSO E A RETALHO // PREÇOS CONSIDERAVELMENTE BAIXOS

*Grande sortimento de ferragens para construções civis e navas, e para outros misteres.*

Aço de Milhão Aço fundido Agua-raz Agulhas Alvaide Amarras de ferro Ancorotes Anzões Bacias d'arame Balanças Bandejas Cabo de linho Campainhas Candelabros Candieiros Castiças Chocolateiras de ferro, de cobre Chumbo em barras, folhas e munição Cobre	Colheros Colheres e garfos para salada Contas e missangas Dobradiças de ferro e latão Enxadas Enxós americanas Escarradeiras de metal branco e amarello Escovas Escrevaninhas Esporas Estanho Estojos de geometria Estojos para barba Facas americanas Facas de ponta Facas e garfos Fechaduras Ferramentas para officios Ferro inglez	Ferro da Suecia Ferros de vapor com des- cancos Fogareiros de ferro Foles Felha de Flandres Galheteiros Guisos Louça de ferro, e outros utensils de cozinha Moinhos Molas para papeis Navalhas para barba Óleo de linhaça Onvidos para armas Palmatorias com mangas Pennas d'aço e de ouro Pesos de ferro Pinceis Pratos de folha Pregos americanos fran-	cezes e outras qualida- des Pixadores de latão e de madeira Ralos de cobre Ratociras Raspadeiras para papel Saccarrollhas Salvas de casquinha Tachos d'arame e cobre Terçados Thesouras para costura, fu- nileiro, jardins e para unhas Tintas preparadas a oleo Tinteiros Vidros para candieiros Zarcão Zinco em folhas.
--	--	---	---

Fonte: Gazeta Official (1860)<sup>745</sup>

João José Dias da Costa era agente mercantil da Companhia de Navegação do Maranhão e consignatário das embarcações vindas de São Luís ao Pará. Ele possuía apenas 24 anos na ocasião da fundação da Sociedade Beneficente. Quatro anos depois, José Dias sofreria uma grave infecção na garganta, durante os dias em que esteve doente, o agente João Dias da

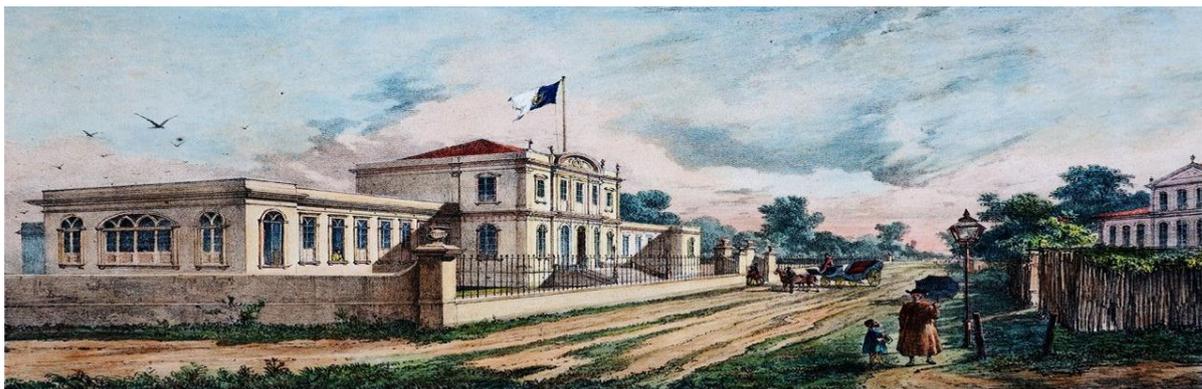
<sup>745</sup> Gazeta Official n. 117, de 24 de maio de 1860, p. 4.

Costa ficou sob os cuidados da agremiação que fundou, mas não resistiu e foi a óbito em 26 de setembro de 1858.<sup>746</sup>

Com o passar dos anos, a Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará foi se ampliando. Em 1857, seu quadro de sócios crescera de dez para 42 beneméritos. Em 1867, foi eleita a primeira Mesa Provedora da instituição, que logo compraria um sítio na praça D. Pedro II, para a construção da enfermaria.

Na década de 1870, foi edificado o Hospital D. Luiz I (Figura 11), nome dado em homenagem ao soberano de Portugal. Observamos na imagem do hospital Dom Luiz, pintada por Joseph Léon Righini, a bandeira portuguesa tremulando no alto do edifício. Graças a excelente estrutura do hospital, alguns anos mais tarde o governo provincial formalizaria acordo com a Benemerita Sociedade para gerir e utilizar a bem do serviço público o espaço construído pela comunidade portuguesa.

**Figura 11 – Hospital Dom Luiz I**



**Fonte:** Léon Righini (c.1877)<sup>747</sup>

A exemplo da criação da Sociedade Beneficente Portuguesa, esse grupo de mais de trinta negociantes portugueses fundaram outra sociedade filantrópica, o Gabinete Português de Leitura. Muitos deles estavam envolvidos com o comércio de livros, revistas e jornais<sup>748</sup>, dentre os quais Manuel Gomes de Amorim, de quem já falamos no capítulo 1. Também estiveram envolvidos nessa empreitada, João Gualberto da Costa Cunha, Augusto Eduardo Gaudêncio da

<sup>746</sup> Gazeta Oficial n. 115, de 27 de setembro de 1858, p. 3.

<sup>747</sup> RIGHINI, Joseph Léon. **Panorama do Pará em doze vistas**. Disponível em: [http://www.cma.ufpa.br/imagens\\_acervo.html](http://www.cma.ufpa.br/imagens_acervo.html). Acesso em 11 de julho de 2016.

<sup>748</sup> NOBRE, Izenete Garcia. *Op. cit.* A respeito da construção da identidade portuguesa e da criação do primeiro Gabinete Português de Leitura, o do RJ em 1837, cf. BASTOS, Tatiana Quintela de Azeredo. **Gabinete Português de Leitura: construção de uma Identidade Portuguesa (1837-1893)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

Costa, Manoel Lopes Horta, Vicente Tedeschi e Francisco Gonçalves de Medeiros Branco, todos envolvidos com atividades comerciais.

O Gabinete de Leitura constituiu-se num espaço de sociabilidade, onde os portugueses encontravam-se não só para praticar a leitura dos jornais com as notícias da terra natal, mas serviu para eles tratarem de negócios mercantis, negociarem mercadorias, planejarem as sociedades comerciais e outros. Em outras palavras, era um espaço para a legitimidade da identidade portuguesa no Pará.

Em setembro de 1858, o Gabinete mudava-se do estabelecimento onde funcionava na travessa do Pelourinho, para o 2º andar da magnífica casa comercial do Sr. Danin, na rua dos Mercadores, n. 22 BB.<sup>749</sup> Sobre essa transferência, seu presidente (interino) Francisco Gonçalves de Medeiros Branco destacava em seu relatório de gestão (Figura 12) a importância da mudança.

**Figura 12 – Trecho do relatório do Gabinete de Leitura**

**MELHORAMENTOS.**

**O Gabinete realizando a sua mudança para este edificio, um dos melhores e mais proprio, na principal rua da cidade, melhorou consideravelmente de circunstancias. O estabelecimento acha-se agora bem collocado e com as precisas accommodações; foi ornado com duas estantes mais, de que havia precisão para a arrumação dos livros e aformoseado com uma taboleta, que indica a sua localidade, para melhor guia do publico.**

Fonte: Gazeta Oficial<sup>750</sup>

Essa mudança de endereço era uma maneira de levar o espaço de encontro dos associados para o centro comercial da cidade, o *locus* da economia e política de Belém, pois na rua dos Mercadores estava o escol da classe mercantil de Belém. Já vimos que o espaço congregava muitos armazéns, lojas e tabernas de lusitanos. Referindo-se a esse centro mercantil, Luiz Antonio Valente Guimarães escreveu que

<sup>749</sup> Gazeta Oficial n. 111, de 22 de setembro de 1858, p. 4.

<sup>750</sup> Gazeta Oficial n. 155, de 15 de julho de 1859, p. 2.

Era, portanto, nesse bairro da cidade [Campina] que se concentrava a região mais ativa do comércio de Belém. As ruas da Praia, do Açougue, dos Mercadores, de Santo Antonio e das Mercês formavam as vias onde ficavam os principais armazéns e lojas dos negociantes de grosso trato e dos pequenos comerciantes.<sup>751</sup>

Um outro aspecto importante que compôs a trajetória de muitos comerciantes foi o recebimento de títulos honoríficos, seja do império brasileiro, seja do Reino de Portugal<sup>752</sup>. Eles não eram adquiridos simplesmente pela prestação de serviços ao império ou pela simples compra. Obter uma comenda honorífica fazia parte do jogo político que articulava os mais diversos interesses, seja da Coroa ou do condecorado, o que fazia com que o conhecimento pessoal ou a utilização das redes fosse importante para a obtenção da honraria. No século XIX, o desejo de requerer as Ordens ainda está vinculado “ao desejo de distinção que permeava o tecido social pela existência de um forte sentimento aristocrático”<sup>753</sup>, uma permanência do Antigo Regime, e que continuou no império brasileiro, como ressaltou Sérgio Buarque de Holanda.<sup>754</sup>

Foi ainda no século XVIII que o número de dispensas aumentou consideravelmente, quando as exigências para a concessão de títulos – limpeza de sangue, ausência de mácula mecânica, etc. – se tornaram cada vez mais maleáveis no império português. Mas foi com vinda da corte para o Rio de Janeiro que aumentou a distribuição de títulos no Brasil, sobretudo após o reinado de D. Pedro I. Com D. João VI, havia a necessidade de premiar os fiéis vassalos e, no caso de D. Pedro I, utilizou-se as ordens como moeda de troca para se conseguir o apoio de uma elite fiel ao seu monarca. Segundo Camila Borges, no período de 1821 a 1831, foram distribuídas 4.592 comendas das ordens de Santiago, de Cristo, de São Bento de Avis, do Cruzeiro e da Rosa. A autora destaca que, no período regencial, quase não foram concedidas,

<sup>751</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas: Migrações portuguesa no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016, p. 129.

<sup>752</sup> OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Entre nobres e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado**. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2013.

<sup>753</sup> SILVA, Camila Borges da. **As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 3. Cf. *Idem*. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)**. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2014.

<sup>754</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança Colonial-Sua Desagregação. In: **História Geral da Civilização Brasileira**, org. por Sérgio Buarque de Holanda, 6ª ed. São Paulo: Difel, 1985, t. II, v. I, p. 9 a 39. A respeito da força da tradição do Antigo Regime no Ocidente até 1914 cf. MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

somente duas de dignitário e Grão-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro e 15 de cavaleiro da ordem de São Bento de Avis. Se no período regencial houve esse retrocesso, Borges afirma que no segundo reinado foram distribuídas mais de 30.000 comendas.<sup>755</sup>

Em Portugal, as três principais ordens eram a Ordem de Cristo, a Ordem de São Bento e Avis e a ordem de Santiago, e cujos níveis ou graus do nobilitado variavam no interior da ordem. Até 1789 havia apenas o grau de cavaleiro, mas a partir deste ano D. Maria I, buscando gerar novos símbolos de distinção entre a nobreza, criou o grau de comendador e grão cruz, o que produzia novos serviços em torno da monarquia. Após 1808, com a Corte no Rio de Janeiro, foram criadas duas outras ordens<sup>756</sup>, e para Leandro Braga, era necessário formar “um grupo de sustentadores da Monarquia”.<sup>757</sup> Nesse sentido, foi criada em 1822 a Imperial Ordem do Cruzeiro e a Ordem da Rosa em 1829.

Compreender a inserção dos negociantes urbanos na hierarquia das mercês honoríficas contribui para posicioná-los dentro da hierarquia social chancelada pelo poder monárquico. Por isso é necessário diferenciar os significados de tais títulos, suas gradações e diferenças no tempo.<sup>758</sup>

Compreender essas gradações ou diferenciações é localizar o lugar social ocupado pelo negociante mediante a distribuição das mercês, o seu grau de relacionamento com a política imperial, uma vez que em 1843, mesmo as ordens lusas, foram nacionalizadas passando a ter um sentido civil e político.

Era comum entre os homens de negócios, o recebimento das nobilitações. Dentre os homens de negócios que terão suas trajetórias descritas no tópico seguinte, todos receberam algum título honorífico ou nobiliárquico. Francisco Gaudêncio da Costa foi agraciado com o título de Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. José Miguel Raio auferiu o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Elias José Nunes da Silva recebeu o título de Comendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, além do título

<sup>755</sup> SILVA, Camila Borges da. 2011. *Op. cit.*, p. 3-4.

<sup>756</sup> Segundo Camila Borges da Silva, “D. João restaurou no Brasil uma antiga ordem portuguesa, a Ordem de Torre e Espada, em 1808, em comemoração aos sucessos da viagem de transferência da Corte portuguesa, e criou a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1818, em comemoração à sua aclamação.” SIVA, Camila Borges da. 2011. *Op. cit.*, p. 3.

<sup>757</sup> ANDRADE, Leandro Braga de. **Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, (c. 1822 – c. 1864)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, p. 366.

<sup>758</sup> *Idem, ibidem*, p. 367.

nobiliárquico português de Visconde de Santo Elias, criado pelo rei D. Luís I de Portugal, em 05 de janeiro de 1882.<sup>759</sup>

Falando de redes de comércio, em agosto de 1853, um grupo de comerciantes liderados pelo negociante português Lúcio de Sousa Machado, encaminhou ao presidente de província do Grão-Pará, José Joaquim da Cunha, um ofício em que solicitava autorização e reconhecimento do governo, para que os negociantes da Praça do Pará se organizassem em uma “Associação Comercial”<sup>760</sup>.

Durante o período de agosto de 1853 a março de 1855, esse corpo de negociantes<sup>761</sup> se reuniu como agremiação comercial, no andar térreo do prédio comercial de Lúcio Machado, mesmo sem a anuência da presidência da província, que só se manifestaria oficialmente através de ofício em março de 1855. Na ocasião, o então presidente da província Rêgo Barros, comunicava aos negociantes que eles não podiam formar uma associação, como permitia o Código Comercial, porque a maioria deles não estava registrado na Junta Commercial do Pará, nem no Tribunal do Comércio.

Convém lembrar que até março de 1855, dos mais de 470 agentes mercantis atuantes na Praça do Pará (Tabela 16), apenas 18 tinham efetuado o registro no órgão competente (Gráfico 23 e Tabela 16). Naquele mesmo ano, em outubro, fora publicado decreto imperial que extinguiu as Juntas Comerciais e instituía as Conservatórias do Comércio. Com essa reestruturação jurídica e a organização da entidade em Belém, os números de matrículas aumentaram, pois, em novembro de 1856 o Conservador do Comércio, Augusto César Sampaio, respondendo a solicitação do presidente da província Beaurepaire Rohan, enviou uma relação nominal dos negociantes matriculados na Conservatória, que contavam 44 negociantes, dos quais 37 eram portugueses.<sup>762</sup>

<sup>759</sup> Carlos Gabriel Guimarães encontrou o comendador Antonio Alves do Souto, da casa Bancária Souto & Cia do Rio de Janeiro, comprar por 1:000\$000 (1 conto de réis) o título de visconde do Souto. Acreditamos que a maioria dos negociantes portugueses no Brasil, com vínculos com o Reino através de negócios e caridades, também compraram suas titulações. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>760</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Da praça do Comércio à Junta Commercial do Estado do Pará: Breve histórico de um processo. *In*: MONTEIRO, Luiz Augusto Lima; PENNA, Mahyra Matos; CARNEIRO, Orlando (org.). *Op. cit.*, p. 31-33.

<sup>761</sup> Eugene Ridings definiu a classe mercantil organizadora das Associações Comerciais no Brasil imperial como uma classe corporativa. RIDINGS, Eugene. **Business interest groups in Nineteenth Century Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

<sup>762</sup> APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Ofícios 1853-1856, Caixa 178, Ofícios da Associação Commercial do Pará, ofício de 14 de novembro de 1856.

Mesmo depois das negativas apresentadas pelos governos provincial e imperial, a busca por uma associação comercial continuaria como meta para os negociantes do Pará. Foi nesse afã que em 1858 eles mandaram publicar anúncio na Gazeta Official (Figura 13). O redator da mensagem incentivava os comerciantes a não desistirem da missão, destacando que “Cumpre, porém, que esses dignos membros do corpo comercial não esmoreçam no seu louvável intento.”<sup>763</sup>

Figura 13 – Anúncio da Associação Comercial do Pará, 1858

## Associação Commercial.

Quando a nossa praça, ainda não tinha a posição importante que hoje occupa entre as do imperio, possuía uma associação commercial, que infelizmente extinguiu-se na calamitosa epocha revolucionaria por que passou esta provincia; e desde então não tem sido possível reorganisa-la.

E' verdade que já se fiseram louvaveis extorços para reviver tal associação, que infelizmente foram estereis, por não ter o governo imperial dado solução alguma, ha mais de tres annos, ao projecto dos estatutos, que para tal fim, á sua consideração submetteram alguns dos mais respeitaveis negociantes desta praça. Cumpre, porem, que esses dignos membros do corpo commercial não esmoreçam no seu louvavel intento, e que, revendo agora esses estatutos, novamente sollicitem do governo imperial sua approvação.

A utilidade da medida que lembramos é incontestavel; assim não nos occuparemos em demonstra-la detalhadamente, porque julgamos sufficiente sua simples indicação.

Fonte: Gazeta Official (1858)<sup>764</sup>

E eles não esmoreceram, pois em nova tentativa de recriação da Praça do Comércio, eles, finalmente, alcançaram êxito em 1864. Inicialmente eram quatorze negociantes, dentre os quais destacamos Francisco Gaudêncio da Costa Junior, Augusto Eduardo Gaudêncio da Costa, Fortunato Alves de Sousa, Manoel Antonio Pimenta Bueno e Dr. Joaquim Batista Moreira,

<sup>763</sup> Gazeta Official n. 111, de 22 de setembro de 1858, p. 3.

<sup>764</sup> Gazeta Official n. 111, de 22 de setembro de 1858, p. 3.

cônsul de Portugal no Pará<sup>765</sup>. Pouco menos de um ano depois, os sócios já somavam 66 respeitáveis negociantes. Finalmente o corpo comercial do Pará lograra êxito, depois de anos funcionando de forma provisória, sem autorização oficial.

Uma importante informação sobre a Associação Comercial, então recém instituída, diz respeito ao comerciante português Lúcio de Sousa Machado, o mesmo que havia liderado o corpo comercial de Belém anos antes, em 1853, para a reorganização da Praça do Comércio como associação. A partir de 1º de novembro de 1864 até por volta de 1870, o endereço da associação foi o pavimento térreo de sua propriedade situada à rua Nova do Imperador<sup>766</sup>. A iniciativa de Lúcio Machado parece demonstrar a vontade do corpo de comércio de se organizar enquanto associação comercial, um espaço de sociabilidade e de ação política na defesa dos interesses mercantis, seja de nacionais, seja de estrangeiros, como os portugueses.

Destacamos as principais irmandades e sociedades beneméritas e comerciais que constituíram as teias de relacionamento da sociedade belenense dos meados do oitocentos. Além dessas entidades, muitos outros espaços societários foram arregimentados pelos portugueses, dentre os quais, o Instituto Científico, a Sociedade Philomática Paraense, a Sociedade Recreação Paraense, a Sociedade Artística Paraense, a Associação Filantrópica de Emancipação dos Escravos, o Club Marítimo, o Club Euterpe e diversas irmandades religiosas, além de outros espaços de importância para atuação e pressão política na defesa dos seus interesses.

## **4.2. Fazendo negócios no Grão-Pará: no alvorecer do Império**

### **4.2.1. O negociante Francisco Gaudêncio da Costa e seu filho Francisco Gaudêncio da Costa Junior**

Os negociantes que atuaram no Pará, nos meados do século XIX, em alguma medida, têm relações com os negócios mercantis ainda no final do século XVIII ou do início do

<sup>765</sup> Joaquim Baptista Moreia fora vice-cônsul e, depois, cônsul de Portugal em Pernambuco nas décadas de 1830 a 1850, deixando Pernambuco em 1857. Enquanto cônsul, esteve metido numa situação complicada de imigrantes açorianos em Pernambuco, que ficara conhecida como a “escravatura branca”. Era sobrinho do famoso cônsul geral português no Brasil, o Barão Moreira, ligado ao comércio ilegal de escravos. Cf. CÂMARA, Bruno Dornelas. *Op. cit.* Sobre o a participação do Barão Moreira cf. ALEXANDRE, Valentim. Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991 (2º), 293-333. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223038698G8jRF9au8NI18MP8.pdf>

<sup>766</sup> CRUZ Ernesto. *Op. cit.* 1964, p. 157-158.

oitocentos. Alguns desses negociantes tiveram problemas políticos no Grão-Pará no decorrer dos conflitos oriundos da convocação das Cortes, seus desdobramentos com o retorno de D. João VI para Portugal e a Independência, fazendo com que encerrassem seus negócios e retornassem para o “velho” Reino. Outros, por sua vez, permaneceram com seus negócios no Grão-Pará ou legaram para seus filhos as práticas mercantis. Logo, muitos dos negociantes que atuaram na e no pós-Cabanagem são os mesmos que chegaram no final do setecentos ou no início do oitocentos ou, conseqüentemente, seus filhos, sócios, sujeitos com quem tinham relações pessoais ou profissionais.

Histórias de negociantes chegados ao Pará no final do século XVIII e início do XIX, já estão diluídas no capítulo 2, tais como a de João de Araújo Roza e Joaquim Francisco Danin. No entanto, são trajetórias que não se estendem até o período estudado. Interessa aqui as trajetórias dos negociantes iniciadas no Pará entre a independência e a Cabanagem ou posteriormente a esse movimento, pois os conflitos enfrentados pelos negociantes no contexto da Cabanagem envolveram também aqueles com trajetórias já enraizadas há pelo menos uma década, e cujas relações sociais e políticas na província foram duramente contestadas pelos cabanos.

Nesse sentido, os negociantes estão basicamente divididos em dois grupos: o primeiro compreende as trajetórias já em curso no contexto da Cabanagem e o segundo grupo é formado por aqueles que iniciam suas trajetórias mercantis no Pará, a partir da década de 1830. São os fluxos, econômicos, sociais enredados pelos homens de negócios que migraram no contexto de 1822 e no pós independência que transformaram os infortúnios da Cabanagem em possibilidades de re/construção de suas fortunas ao mesmo tempo em que agitaram a economia da província.

Barbara Weinstein enfatiza que “devido as suas estreitas ligações com Portugal o Pará tinha uma colônia portuguesa considerável bem antes da economia da borracha”. Acrescenta ainda que o grupo predominante na vida comercial do Pará nos meados do século era constituído pela comunidade de origem portuguesa.<sup>767</sup> Juntar os elementos que compuseram a trajetória de uma parte desses agentes de comércio é o objetivo desse capítulo. Mas não se mostrou uma tarefa fácil. Estabelecer marcos temporais, quando se estuda trajetória, nem sempre é simples, considerando que o tempo que cada sujeito leva para construir sua marca, quer seja como comerciante, político, militar ou em outra ocupação, são muito variados.

<sup>767</sup> WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*, p. 77-78.

Adotamos, então, como marco divisor o período da migração dos sujeitos, uma vez que portugueses que chegaram ao Pará, ainda na década de 1820, experienciaram a Cabanagem. Muitos deles, se afastaram da província no momento mais tenso do movimento, voltaram e reconstruíram suas atividades comerciais. Outro grupo construiu suas trajetórias mercantis nos pós Cabanagem. Seja a chegada antes ou depois, o comércio foi o meio que permitiu a esses sujeitos o acúmulo de riqueza e a inserção em novas e velhas entidades de sociabilidade. As mais antigas lembravam, por vezes, as honrarias do antigo regime e as mais novas estão muito relacionadas a estratégias de integração da comunidade portuguesa no Pará.

Podemos dizer que dentro dessa conjuntura, que considera as trajetórias erigidas ao longo do século XIX, as redes de sociabilidade sempre foram essenciais na atuação dos sujeitos envolvidos com as atividades comerciais, seja antes da Independência ou no império brasileiro. O grupo dos negociantes sendo considerados uma classe importante, sobretudo a partir das políticas de abertura social instituídas por Marquês de Pombal<sup>768</sup>, erigiram trajetórias de inserção na economia local, tomando como base as relações verticais e horizontais construídas externamente e no interior do território onde se desenvolvem suas ações mercantis.

Essas relações construíram afinidades e espaços de sociabilidade que, em larga medida, criaram laços de fortalecimento entre a comunidade mercantil que atuava nesta parte do império. Esse fortalecimento não pode ser entendido como um elemento agregador em seu sentido amplo, uma vez que as redes de sociabilidade também eram espaços de conflitos, o que de alguma maneira abre possibilidades para pensar a atuação dos sujeitos sociais para além da ideia dos interesses comuns que teoricamente daria coesão ao grupo. Assim, a partir do estudo dos negociantes e da compreensão do conceito de redes de sociabilidade, pretendemos analisar trajetórias construídas no Grão-Pará no século XIX.

Escrever trajetórias de vida exige coligar informações sobre a pessoa pesquisada, o que pode resultar em uma verdadeira investigação e caça a documentos. É uma incessante trilha seguindo o fio e os rastros<sup>769</sup> deixados no tempo. Dentre essas trajetórias está a de Francisco Gaudêncio da Costa, português nascido em Lisboa em 1793, que integra o grupo de súditos que, assim como a família real portuguesa, atravessaram o Atlântico e vieram se instalar no Brasil.<sup>770</sup>

<sup>768</sup> Notas 447 e 448.

<sup>769</sup> GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>770</sup> CEPESSE. Banco de Dados: Portugueses emigrados para o Brasil, 1808-1842. Luís Antonio Valente Guimarães, na sua tese de Doutorado, destaca que “em 1829, o negociante do Porto Francisco Gaudêncio da Costa, depois

Em outubro de 1814, a embarcação portuguesa San José Indiano que tinha partido de Liverpool, levando carga com destino ao Rio de Janeiro, passando primeiramente pelos Estados Unidos, e em seguida deveria passar nos portos do Pará e Maranhão, foi aprisionada no porto de Boston, capital do estado americano de Massachusetts. O motivo da apreensão? Uma parte da carga não apresentava faturas originais.<sup>771</sup>

Durante o interrogatório judicial, o mestre do navio, o português Ignácio José Félix declarou que a nau pertencia a três irmãos portugueses, os quais identificou como: da Costa de Lisboa, da Costa de Liverpool e da Costa do Maranhão. Continuando sua fala, o capitão da embarcação especificou quais eram dois dos sócios, João Gualberto da Costa, seria o da Costa de Lisboa e Francisco Gaudêncio da Costa, o da Costa do Maranhão. Depois de dois anos aprisionada em Boston, a embarcação pôde ser liberada<sup>772</sup>. Pelo depoimento do capitão do navio, Ignácio Félix, depreendemos que àquela altura, o jovem negociante, Francisco Gaudêncio, com apenas 21 anos, já se encontrava no Brasil, na Capitania do Maranhão.

Os documentos não nos permitiram saber quando Gaudêncio da Costa emigrou para o Maranhão, e nem por quanto tempo permaneceu naquela Capitania. Mas, o que se sabe é que em 1821, ele estava em Lisboa e pediu permissão para emigrar e ir se estabelecer no Pará.<sup>773</sup> Dessa data em diante, encontramos muitas referências em diversos documentos oficiais e jornais sobre a presença do português envolvido no trato mercantil no Pará, atuando como homem de negócios.

Em 1817, apenas três anos depois do caso do confisco do navio San José Indiano, encontramos relatos de que o irmão de Francisco Gaudêncio, João Gualberto da Costa, também se encontrava no Maranhão. Em seu sítio, chamava a atenção uma fábrica a vapor, de beneficiar arroz, denominada Feliz Empresa. Seria a primeira “fábrica mecanizada” do norte do Brasil.<sup>774</sup> A beneficiadora de arroz à vapor demonstra o espírito empreendedor dos irmãos Gaudêncio da Costa.

nomeado vice-cônsul de Portugal no Pará, indica que foi obrigado a fugir depois da “usurpação do trono” por D. Miguel. GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas: Migrações portuguesa no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016, p. 87.

<sup>771</sup> MASON, William P. Reports of Cases argued and determined in the Circuit Court of the United States for the first Circuit. Vol 1. Second edition. Boston: Hilliard, Gray and Company, 1836, p. 38-42.

<sup>772</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>773</sup> CEPESE. Banco de Dados: Portugueses emigrados para o Brasil, 1808-1842. Disponível em: [http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsdatabase/view.php?n=7&v=8&action=exec&vact=view&filter\\_id=13807](http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsdatabase/view.php?n=7&v=8&action=exec&vact=view&filter_id=13807). Acesso em 23 de jul. de 2015.

<sup>774</sup> PALHANO, Raimundo. Elogio ao patrono: Sabbas da Costa e as circunstâncias da história social do Maranhão. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, n. 42, set. 2012, p. 26.

Francisco Gaudêncio da Costa migrou para Belém em um momento aparentemente não propício para o incremento do comércio dos portugueses. O ano de sua chegada ao Pará coincide com o período de retorno de D. João para Portugal, tendo deixado inúmeras questões não resolvidas que legaram para o Imperador D. Pedro I uma governança dramática, tendo acarretado ainda conflitos em várias partes do Brasil, entre elas o Pará. Apesar disso, o negociante estabeleceu seus negócios em Belém nos anos sombrios para a comunidade mercantil portuguesa. E não parece que se apropriou dos distúrbios políticos com os quais se envolveram muitos comerciantes portugueses, entre os quais Joaquim Afonso Jales.

Antes de chegar ao Pará, nos idos de 1821, Francisco Gaudêncio esposou Ludovina Madalena de Lima Néri<sup>775</sup>, que lhe daria quatro rebentos, dois meninos e duas meninas, dois nascidos em Portugal e dois já no Pará. O mais velho herdou o nome do pai, Francisco Gaudêncio da Costa Junior, e o outro foi batizado como Augusto Eduardo Gaudêncio da Costa. As mulheres eram Emília Costa e Matilde Costa.

Tudo indica que a influência de João Gualberto da Costa e Francisco Gaudêncio da Costa, nas maiores praças comerciais europeias e americanas, seria usada como estratégia para diversificar os produtos importados e, assim, permitir que Francisco Gaudêncio fornecesse mercadorias diversas à capital e para outros comerciantes menores do interior da província.

Durante os anos de 1840 a 1870, encontramos 40 embarcações entradas no porto de Belém com suas mercadorias consignadas a firma de Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos, sendo que treze eram provenientes de Portugal, onze da França, dez dos Estados Unidos e seis da Inglaterra.<sup>776</sup>

O maior número de mercadorias negociadas por Francisco Gaudêncio era proveniente de seu país de origem, provavelmente adquiridas junto a comerciantes daquela praça. Entretanto, chama a atenção também o grande número de embarcações que trouxeram mercadorias de portos franceses, norte americanos e ingleses à firma de Gaudêncio e família. Ainda com relação ao comércio importador de Gaudêncio com Portugal, Sidiana Macêdo destaca que:

Entre os anos de 1857/58 existe o valor de 25.885.074 réis com impostos sobre a importação do bacalhau, tanto direta, quanto por cabotagem. No armazém de

<sup>775</sup> AMARAL, Luís. **Índices dos Registos Paroquiais de Lisboa: Casamentos**. vol. 05. Lisboa: Guarda-Mor, 2008.

<sup>776</sup> Treze de maio, 1840-1861. Dados compilados a partir da coluna *Movimento do Porto*.

Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos, na Rua do Imperador, em 15 de maio de 1858, havia uma partida de superior bacalhau em barricas.<sup>777</sup>

O número diversificado de negócios administrados por Francisco Gaudêncio, juntamente com a extensa rede de relações tecida nas Praças de Lisboa e do Pará fizeram sua riqueza avantajá-lo, a ponto de se tornar num dos maiores negociantes da Praça de Belém<sup>778</sup>. Suas habilidades mercantis legariam posteriormente para seu filho Francisco Gaudêncio da Costa o título de Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1876.<sup>779</sup>

A prosperidade de sua atuação como agente mercantil, está relacionada a outras atividades por ele desenvolvidas no Pará. Ainda na década de 1820, o negociante assumiu o consulado português em Belém, o qual abandonaria somente em julho de 1835, depois do ataque cabano liderado por Antônio Vinagre. Na ocasião, Francisco Gaudêncio decidiu se retirar para a Ilha Tatuoca e passou a administração do consulado ao também português e negociante de grosso trato Joaquim Francisco Danin que, como já vimos anteriormente, desenvolveu muito bem a “arte de negociar”. A partir de maio de 1836, quando o clima de instabilidade econômica e política vivida na capital foi acalmado, Gaudêncio retornaria com sua família para Belém.

Em 1839, Francisco Gaudêncio da Costa e seu irmão João Gualberto constam na lista de correspondentes da sociedade Protectora da Sua Magestade Fidelíssima A Rainha, sendo João Gualberto o correspondente do Maranhão e Francisco Gaudêncio da Costa o correspondente do Pará.<sup>780</sup>

Além de ter sido cônsul de Portugal na província do Pará, Francisco Gaudêncio da Costa também se tornou vice-cônsul da Sardenha na província do Pará, cargo que transferiu para seu filho em 1854<sup>781</sup>, o que denota que o negociante era conhecido fora dos eixos de

<sup>777</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. Manteiga inglesa, bacalhau português, ... Os produtos importados e seu consumo em Belém na 2ª metade do XIX. *Revista História e-história*. 2010. Disponível em: [http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=115#\\_ftn75](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=115#_ftn75). Acesso em 15 fev. 2016.

<sup>778</sup> MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no Século XIX”. In: *Estudos Econômicos*, n. 15, 1985, p. 166.

<sup>779</sup> FONSECA, Francisco Bélar da. *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1955, p. 69.

<sup>780</sup> O Panorama: Jornal litterário e Instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos úteis, v. 3, Lisboa. Typografia da Sociedade, 1839.

<sup>781</sup> Treze de maio, n. 288, de 4 de fevereiro de 1854, p. 4.

Portugal e Belém. Esse conhecimento se espalhava para fora das atividades mercantis e abrangia outros níveis de influência e representação.

A partir de 1841, Francisco Gaudêncio passou a ser correspondente no Pará do periódico *Lisboeta, Gazeta dos Tribunaes*. O jornal declarava que seu público alvo eram os “advogados e os magistrados das diversas instancias”<sup>782</sup>. Segundo José Murilo de Carvalho, muitos meios eram utilizados pela elite imperial brasileira como forma de inserção na alta sociedade. Nas palavras dele, “vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio.”<sup>783</sup> Portanto, atuar como representante de um jornal especializado em direito era uma excelente estratégia para tecer teias com os bacharéis em direito e os magistrados da província.

Ainda na década de 1840, o negociante Francisco Gaudêncio planejava um empreendimento que conseguisse suprir a demanda por crédito na província. Na trama dessa rede de sociabilidade, ele se associou com os negociantes João Maria de Moraes, Francisco da Silva Castro, José Pinto de Araújo, José Paes de Souza, Antonio José de Miranda, Vicente Rodrigues, Luís de La Roque, Joaquim Antonio Alves e Francisco Antonio Gregório. Assim, nascia em 14 de setembro de 1847 o Banco Comercial do Pará.<sup>784</sup> Ao que parece, esse banco nesse período funcionou apenas localmente, pois o primeiro banco autorizado para funcionar em Belém data de 1852.

Também na década de 1840, os seus filhos começaram a se engajar nos negócios do pai. Como já demonstramos em trabalho anterior, a partir de 1840, o movimento de embarcações no porto de Belém crescia paulatinamente<sup>785</sup>, assim como a entrada de imigrantes portugueses que se engajavam no comércio, o que se traduzia no crescimento da economia da província, comprovada pelo incremento da renda interna.<sup>786</sup>

Alguns acontecimentos, das décadas de 1840 e 1850, inerentes as vidas de alguns de sua progênie, são um bom protótipo da utilização das redes de sociabilidade. Primeiramente, é preciso enfatizar a importância da dimensão familiar na trajetória dos filhos que tiveram uma

<sup>782</sup> Revista Universal Lisbonense, n. 3, p. 71, de setembro de 1843.

<sup>783</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 125.

<sup>784</sup> MELLO MORAES, A. J. de. **Chronica Geral do Brazil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1886, p. 360. A respeito dos bancos comerciais criados antes do Código Comercial de 1850, uma postura crítica da forma de atuação desses bancos está no livro do liberal e, com grande atuação na política do Pará desde os anos 1820, Bernardo de Souza Franco (futuro Visconde de Souza Franco e ministro da fazenda em 1857). SOUZA FRANCO, Bernardo de. **Os Bancos do Brasil. Rio de Janeiro**: Tipografia Nacional, 1848. Ver também LEVY, Maria Barbara. **História dos bancos comerciais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1972.

<sup>785</sup> SALES, Mária Aline Freitas. *Op. cit.*

<sup>786</sup> *Idem, ibidem*.

posição econômica herdada, tendo ambos se tornado renomados negociantes na província. Nesse caso, apreendemos a importância da linhagem na construção na trajetória bem-sucedida dos irmãos Gaudêncio da Costa. Francisco Gaudêncio da Costa Junior herdara inclusive o nome do pai, o que não deixou de ser usado como estratégia na construção de sua trajetória como homem de negócio. Após a morte do pai, ele não enfatizara mais o nome Junior e, por vezes, sua trajetória confunde-se com a do seu pai que morrera alguns anos antes da consolidação da sua carreira.

Em se tratando dos casamentos dos filhos de Francisco Gaudêncio da Costa, notamos a presença das redes de parentesco na conformação familiar e social, pois se têm notícia que três deles casaram-se com membros de importantes famílias envolvidas com os negócios da borracha e outros empreendimentos. Francisco Gaudêncio da Costa Junior casou-se com Carlota Pombo Brício que, por sua vez, descendia de uma junção das famílias Brício e Pombo, ambas influentes na província, esta última possuía várias propriedades na ilha de Marajó, relacionadas com a produção da borracha<sup>787</sup>, um dos principais ramos do comércio praticado pelo nubente.

Suas filhas, Matilde Izabel e Emília Ludovina, casaram-se com os irmãos de La Roque. Matilde Izabel, natural do Porto, em 1848, contraiu matrimônio com Henrique de La Roque<sup>788</sup> que também era do Porto e filho de um comerciante francês que lá atuava. Poucos anos depois, em 1854, sua irmã nascida em Belém esposou-se de Luís de La Roque<sup>789</sup>, que assim como seu irmão também era homem de negócios. Nos casamentos das filhas de Francisco Gaudêncio da Costa, ambos realizados na propriedade do pai das nubentes, testemunharam Carlos Ferreira dos Santos Silva e Miguel José Raio, negociantes que recebiam consignações de portos portugueses, franceses, americanos e ingleses. Miguel José Raio tinha negócios com Henrique de La Roque na sociedade comercial registrada sob a firma Raio & H. de La Roque.<sup>790</sup>

O casamento dos filhos de Gaudêncio da Costa demonstra que as redes parentais tinham um papel importante na construção de um lugar social para o negociante. A aliança matrimonial de seus filhos revela que ele era articulado, não apenas com a comunidade

<sup>787</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 203. Obs. Não confundir com Francisco Gaudêncio da Costa Junior, casado com a paraense Carlota Pombo Brício, sobrinha do pecuarista Ambrozio Henrique da Silva Pombo. Gaudêncio Junior após a morte do pai, passou a ser chamado de Francisco Gaudêncio da Costa. Cf. CANCELA, Cristina Donza. Famílias, Riqueza e contratos de dotação na Belém da borracha. **Revista Histórica**. N. 19. São Paulo, fev 2007. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao19/materia02/>

<sup>788</sup> ACMB. *Livro I de Registros de Casamento do Curato da Sé de Belém*, p. 121(v).

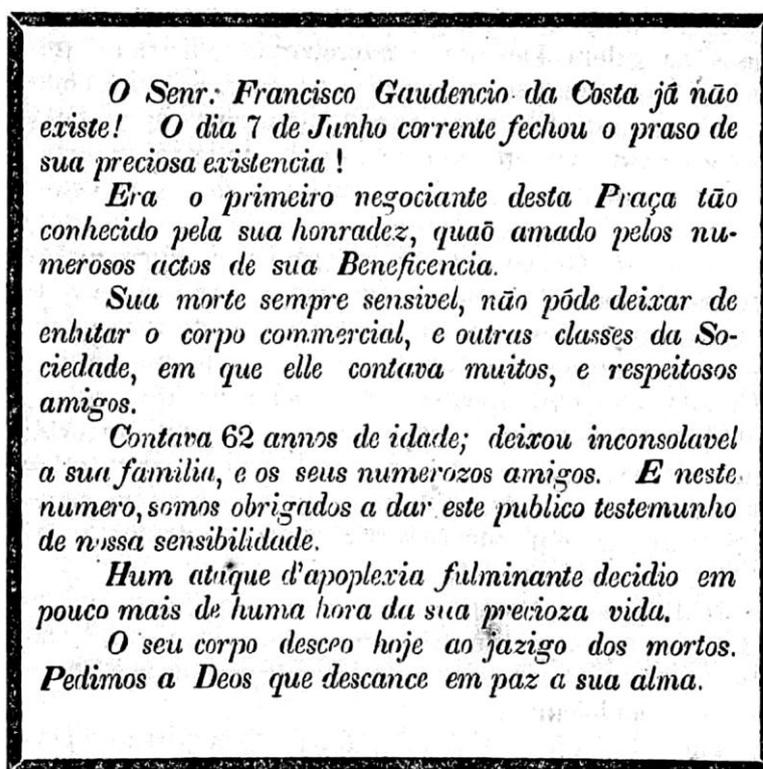
<sup>789</sup> ACMB. *Livro I de Registros de Casamento do Curato da Sé de Belém*, p. 111.

<sup>790</sup> Treze de maio, n. 251, de 9 de novembro de 1853, p. 4.

mercantil portuguesa, mas com outros membros da elite do Pará. Algumas relações foram herdadas e, por vezes, construídas por seus descendentes, ajudando a construir as tessituras das redes de sociabilidade.

Logo após o casamento da filha, em 1855, Francisco Gaudêncio da Costa morreu com 62 anos de idade, tendo deixado dois testamentos, um de 1838 e o outro de 1850. Deixou, especialmente, um legado que seus filhos souberam dar continuidade. A morte de Francisco Gaudêncio da Costa foi anunciada com muito pesar no jornal Treze de maio (Figura 14), o jornal oficial da província após a Cabanagem.<sup>791</sup>

**Figura 14 – Anúncio da morte de Francisco Gaudêncio da Costa, 1855**



Fonte: Treze de maio (1855)<sup>792</sup>

Com a morte do pai, o primogênito assume a liderança dos negócios da família. Seguindo os rastros do fundador dos empreendimentos mercantis, no ano seguinte, Francisco

<sup>791</sup> “O jornal Treze de maio surgiu em 13 de maio de 1840, tendo esse nome em homenagem a entrada das “tropas da legalidade” que, em 1836, sufocaram o movimento dos cabanos na cidade de Belém. O periódico foi um órgão officioso e noticioso e substituiu o jornal Folha Comercial do Pará. Inicialmente era bissemanal, sendo publicado na quarta-feira e no sábado. Em primeiro de outubro de 1855 se tornou diário. Foi fundado por Honório José Santos, sendo impresso em tipografia própria localizada na Rua d’Alfama, n.º 15”. Cf. SEIXAS, Netília S. dos Anjos *et al.* **O Paraense e Treze de Maio: sentidos sobre povo do Pará em momentos de transformações.** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1535-1.pdf>

<sup>792</sup> Treze de maio, n. 499, de 9 de junho de 1855, p. 4.

Gaudêncio da Costa Junior, consorciado com seu cunhado o negociante Henrique de La-Roque e com Lucio de Sousa Machado, solicita junto à presidência da província autorização para criar uma “Companhia anonyma denominada - Companhia de Pescaria”.<sup>793</sup>

Em 31 de janeiro de 1857, os sócios elaboraram o estatuto da dita companhia e submeteram à análise do Ministério dos Negócios do Império. Em 5 de Agosto de 1857, o governo imperial publicava o Decreto n. 1.953, autorizando o funcionamento da referida companhia. Em seu artigo 2º o estatuto da Sociedade Anônima deixava claro sobre sua finalidade: “Esta Companhia terá por fim abastecer regularmente o mercado desta Cidade de peixe fresco, secco, e salgado, devendo ser diário o fornecimento do pescado fresco, salvo casos de força maior”.<sup>794</sup>

A atuação do filho primogênito de Francisco Gaudêncio da Costa era ampla, tanto em instituições privadas como em instituições públicas. Durante os anos de 1858 e 1859, ele foi diretor da filial do Banco do Brasil em Belém, criada com a Reforma Bancária do ministro Souza Franco<sup>795</sup>. As atividades bancárias e creditícias pareciam ser uma característica da família Gaudêncio da Costa, vide seu pai com a criação do Banco Comercial do Pará.

As ações dos homens de negócio também compreendiam as atividades de filantropia, como já destacamos. Dentre as diversas formas de sociabilidades, estavam as obras de caridade. As atitudes de beneficências eram muito utilizadas pela classe mercantil, como forma de mostrar à sociedade local o seu prestígio e que estavam preocupados com os necessitados, com as festas religiosas, com o melhoramento da cidade e com a governança dos bens públicos.

Em 1854, sob os auspícios de um grupo de negociantes, incluindo Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos, Henrique de La Roque & Cia. e Elias José Nunes da Silva & Cia, o chefe de Seção da Tesouraria da Fazenda da Província, André Curcino Benjamin, organizou a publicação de um Índice Geral das Leis do Pará editadas entre 1838-1853.<sup>796</sup> O financiamento da empreitada era uma forma que a classe tinha de demonstrar ao governo provincial e a sociedade o quanto estavam envolvidos com o bem geral do povo. Na realidade,

<sup>793</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil para o anno de 1857. vol 1. Rio de Janeiro, 1857, p. 240. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1853-5-agosto-1857-558001-publicacao-original-78828-pe.html>. Acesso em 21 de fev. de 2016.

<sup>794</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>795</sup> Diário do Commercio, n. 1, de 5 de janeiro de 1859, p. 2. A respeito do Banco do Brasil reorganizado em 1853, e que abriu filiais na Bahia, Pará e em outras províncias, cf. GAMBI, Thiago Fontela Rosado. **O Banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)**. São Paulo: Alameda, 2015.

<sup>796</sup> BENJAMIN, André Curcino. **Índice ou Repertorio Geral das Leis da Assembléa Legislativa Provincial do Gram-Pará (1838-1853)**. Pará: Typographia Commercial, 1854.

se tratava muito mais em legitimar a governança do Estado do Pará no momento da Conciliação política nacional.<sup>797</sup>

Em janeiro de 1859, a firma de Francisco Gaudêncio da Costa & filhos aparece como doadora de 30\$000 réis para socorrer as vítimas de um naufrágio, ocorrido em 31 de dezembro de 1858 no baixio de Santa Roza. A caridade foi praticada não apenas pelos irmãos Gaudêncio da Costa, mas foi compartilhada por 179 pessoas que fizeram doações de diferentes valores, variando entre 50\$000 e 1\$000, cuja soma atingiu quase dois contos (2:000\$000 réis). Entre os doadores estão nomes de importantes comerciantes da Praça de Belém, entre eles Miguel José Raio, Henrique de La Roque & Irmão, João Pinto de Araújo e Elias José Nunes da Silva.<sup>798</sup>

Contudo, as estratégias de sociabilidades utilizadas pelos agentes mercantis nem sempre davam certo. Francisco Gaudêncio da Costa Junior experimentou um desses insucessos em 1847 quando solicitou aos irmãos da Santa Casa da Misericórdia que o aceitassem como subscritor da irmandade. A Mesa responsável por aquele processo rejeitou seu pedido<sup>799</sup>. Segundo Luciana Marinho, os membros da elite paraense “nem sempre tiveram o caminho livre para colocarem em prática as suas estratégias no sentido de construir, ou manter, os lugares que ocupavam na sociedade da época”<sup>800</sup>. Porém, em 1854, Francisco Gaudêncio seria admitido na irmandade da Santa Casa da Misericórdia, ocupando naquele ano a função de Definidor.<sup>801</sup> O definidor era uma espécie de Conselheiro Geral da Mesa da irmandade.

Apesar do insucesso de Francisco Gaudêncio Junior junto a filiação na Santa Casa em 1847, seu irmão Augusto Eduardo lograria mais êxito no engajamento social da família junto ao associativismo beneficente. Em 1857, Augusto esteve envolvido com a criação do Gabinete Português de Leitura, onde ocupara o cargo de vogal da sociedade no ano de 1861, tendo obtido a maior votação da categoria, com 108 votos. Nesse mesmo pleito, o comerciante português Vicente Tedeschi fora eleito vice-presidente da instituição com 110 sufrágios.<sup>802</sup>

Continuando a falar dos envolvimento comerciais bancários dos Gaudêncio da Costa, em 1859, Augusto Eduardo Gaudêncio da Costa, juntamente com dois negociantes lusitanos enraizados no Pará há muito tempo, Miguel José Raio e Cia. e Joaquim Francisco Fernandes,

<sup>797</sup> Há uma extensa bibliografia sobre a Conciliação. Conferir, entre outros trabalhos, ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

<sup>798</sup> Gazeta Oficial, n. 8, de 12 de janeiro de 1859, p. 2-3.

<sup>799</sup> VIANNA, Arthur. *Op. cit.*, p. 160-161. (1ª edição de 1902).

<sup>800</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 237.

<sup>801</sup> Treze de maio, n. 355, de 11 de julho de 1854, p. 2.

<sup>802</sup> Treze de maio, n. 35, de 5 de junho de 1861, p. 6.

solicitaram a criação de um banco, o Banco Commercial Paraense. Organizado sob a forma de uma sociedade anônima, esse banco comercial, de depósito e descontos, tinha um capital de 1.000:000\$000, dividido em ações de 200\$00 cada, e foi autorizado a funcionar pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, o conservador Francisco Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim), através do decreto nº 2.397, de 2 de Abril de 1859.<sup>803</sup>

Em 1856, a firma Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos era proprietária de dois armazéns, um localizado na rua da Praia<sup>804</sup> e outro especialmente reservado para a venda de bebidas, como o vinho de Colares<sup>805</sup>, situado na rua da Boa Vista (Figura 15). A propriedade de armazéns qualificou o negociante como distribuidor de mercadorias na província. Além disto, possuir um armazém de primeira ordem era um dos aspectos que distinguia os negociantes de grosso dos comerciantes varejistas. Ainda em 1856, no mesmo ano, o primogênito registra junto ao Tribunal do Comércio uma nova firma, Francisco Gaudêncio da Costa Júnior.<sup>806</sup>

**Figura 15 – Anúncio de venda de vinho feito por Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos**

## **Deposito de vinhos de Lisboa.**

No armazem de Francisco Gaudencio da Costa & Filhos, ha para vender muito superior Vinho de Collares, em barris de oitavo e em caixas de duzia de garrafas, igualmente. Vinho de Champagne de muito boa qualidade, tudo por preço commodo.

**Fonte:** Treze de maio<sup>807</sup>

<sup>803</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil para o anno de 1859. vol 1. Rio de Janeiro, 1859, p. 323. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2397-2-abril-1859-557369-publicacao-original-77736-pe.html>. Acesso em 21 fev. de 2016.

<sup>804</sup> Treze de maio, n. 722, de 28 de abril de 1856, p. 4.

<sup>805</sup> Colares fica em Sintra, localizada no distrito de Lisboa. Atualmente, a área demarcada para a produção dos vinhos desta denominação compreende as freguesias de Colares, São João das Lampas e São Martinho. Os vinhos d Colares, assim como os demais vinhos portugueses, são provenientes de castas autóctones, ou seja, existentes exclusivamente na Região Demarcada. E podem ser tanto tintos, como brancos.

<sup>806</sup> APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Offícios 1853-1856, Caixa 178, Offícios da Associação Commercial Paraense e Conservatória do Comércio do Pará. A respeito de Francisco Salles Torres Homem, um dos editores da Revista Nictheroy nos anos 1830, ex-liberal e com atuação destacada na imprensa nas décadas de 1830 e 1840, cf. SILVA, Roberta Felix. Imprensa e poder: discursos e projetos políticos de Francisco Salles Torres Homem (1840-1849). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

<sup>807</sup> Treze de maio, n. 259, de 29 de novembro de 1853, p. 8.

Naquele mesmo ano, em 1856, os irmãos Gaudêncio da Costa, juntamente com os cunhados da família La Roque passam a atuar como agentes mercantis da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor<sup>808</sup>. Em 1869, ainda se encontravam como representantes da referida companhia de navegação, tendo instalado a agência na rua do Imperador, no prédio n. 5.<sup>809</sup> No mesmo endereço, a firma apareceu como representante da companhia inglesa Liverpool and Northern Brazil Steamers, que também tinha agências no Maranhão e Ceará<sup>810</sup>, como também do Banco União, banco português com sede na cidade do Porto<sup>811</sup>. A partir de 1868, surgiu outro negócio dos Gaudêncio da Costa, a Padaria Gaudêncio da Costa, situada na travessa de São Matheus.<sup>812</sup>

Importante destacar que, em 1864, os irmãos Francisco Gaudêncio Junior e Augusto Eduardo da Costa estiveram envolvidos como sócios fundadores na reorganização da Praça do Comércio do Pará, instituição na qual seu pai esteve matriculado por longos anos, desde sua chegada ao Pará até sua desorganização durante a Cabanagem.

Os investimentos de Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos no ultramar, como consignatários de embarcações, distribuição de mercadorias na província, como correspondente da Gazeta dos Tribunaes, como fornecedor de crédito através das companhias bancárias (o Banco Comercial do Pará e Banco Commercial Paraense), como distribuidor de bebidas e fornecedor de peixe fresco, seco e salgado nos mercados da cidade, nas esferas sociais foram atuantes como membros das praças de comércio e do consulado, fizeram dos irmãos Gaudêncio

<sup>808</sup> Treze de maio, n. 722, de 18 de julho de 1856, p. 2. A respeito da Companhia Brasileira de Pacote a Vapor cf. EL-KAREH, Almir Chaiban. A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico. **História Econômica & História de Empresas**, [S.l.], v. 5, n. 2, jul. 2012. ISSN 1519-3314. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=144&path%5B%5D=126> Acesso em: 29 Out. 2016; GOULARTI FILHO, Alcides. **A Abertura da Navegação de Cabotagem Brasileira no século XIX**. <http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/31.pdf>

<sup>809</sup> Almanack, 1869, p. 178.

<sup>810</sup> Almanack, 1869, p. 179. No periódico Bradshaw's (monthly) Continental Railway, Steam Transit, and General Guide, for travellers through Europe, agosto de 1875, anunciava a seguinte viagem mensal: Liverpool to Para, Maranhão, and Ceara, via Lisboa ou Havre de Grace (França), (to Para 22 days) - (...)" Cf. **Bradshaw's (monthly) Continental Railway, Steam Transit, and General Guide, for travellers through Europe**. n. 399, August 1875 p. 314.

Segundo Airton de Farias, na década de 1860, no auge da cotonicultura, "companhias estrangeiras de navegação a vapor, como a Companhia Liverpool and Northern Brasil Steamers, mais tarde chamada A. Booth Company, e a Red Cross Line of Mail Steamers (ambas inglesas) estabeleceram as primeiras linhas regulares vinculando o Ceará, através de Fortaleza, aos cais europeus e norte-americanos (...)". FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. 7ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

<sup>811</sup> Almanack, 1869, p. 182.

<sup>812</sup> Almanack, 1868, p. 262.

da Costa herdeiros de afortunado espólio deixado pelo Comendador Francisco Gaudêncio da Costa, legado que se espalhou até o início do século XX através de seus filhos e netos.

#### 4.2.2. Os negociantes José Pinto de Araújo e João Pinto de Araújo

A trajetória de Francisco Gaudêncio da Costa e dos seus filhos não foi a única bem-sucedida como homem de negócio no Pará. Outro caso foi o de José Pinto de Araújo. Nascido no distrito do Porto, em 1795, por influência do tio, Manuel Caetano Pinto de Araújo – mestre de marinha, que andava a capitanear embarcações por essas paragens, desde a transferência de D. João para o Brasil – o sobrinho, ainda adolescente, começara a sonhar com as terras portuguesas na América.

Sobre sua vida familiar, o que foi possível encontrar é que ele se casou com Guilhermina da Conceição Vianna, ainda em terras portuguesas, com quem teve um filho, João Pinto de Araújo. Esse, por sua vez, se casou em São Mamede de Infesta, uma pequena freguesia do Distrito do Porto, com a lisboeta Júlia Olga de Abreu Almeida<sup>813</sup>. Não foi possível encontrar a data do nascimento de João Pinto, mas, pelos indícios encontrados, ocorreu por volta de 1820. O que sabemos é que em 1840, João Pinto de Araújo teve um filho, que nasceu em Belém, o qual recebeu o nome do avô, José Pinto de Araújo.

A primeira viagem de José Pinto ao Pará só ocorreu em fins de 1821. O jovem ruivo, partiu de Lisboa a bordo do navio São José Diligente. O ano era de muita agitação política e de novas ideias na província. Durante a viagem, José Pinto teve a oportunidade de presenciar os discursos inflamados dos filhos do falecido Manoel Fernandes de Vasconcelos. Eram palavras que procuravam persuadir os ouvintes sobre a necessidade de independência da província.<sup>814</sup>

Logo que o São José Diligente lançou âncoras na Baía de Guajará, e os portugueses que estavam presentes na viagem colocaram pé em terra seca, dirigiram-se à Junta Governativa Provisória para denunciar os irmãos Vasconcelos de traidores da Coroa Portuguesa. O mancebo juntamente com outras testemunhas, foram convocados para depor sobre o ocorrido. José Araújo não hesitou em denunciar os apregoadores. Por sua atitude de fidelidade à Coroa, o

<sup>813</sup> CAMPOS, Filipe Pinheiro de. **Brasileiros nos registros portugueses**. Portugal, 2015. Disponível em: <http://richasblogxxvi.blogspot.com.br/2015/08/autor-filipe-pinheiro-de-campos.html>.

<sup>814</sup> RAIOL, Domingos Antonio. *Op. cit.*, 1865, p. 20.

moço foi logo introduzido nos negócios públicos, passando a ocupar o corpo da tropa miliciana de Belém como sargento.<sup>815</sup> José Pinto, que tinha passado ao Pará para atuar como caixeiro de um negociante português, passou a desempenhar as duas funções: militar e negociante.

Durante os conturbados anos de 1820-1823, de intensas disputas políticas, José Pinto de Araújo logo tomara partido, ficando a favor da causa da regeneração portuguesa, o que lhe rendeu algumas vantagens políticas e comerciais. Durante o ano de 1823, participou do Corpo de Artilharia Voluntária, criado pelos comerciantes portugueses para patrulhar a cidade e proteger suas casas comerciais dos rebeldes exaltados. Depois de votação por escrutínio secreto fora escolhido o comando da guarda, dentre eles, figura o nome de José Pinto de Araújo para ocupar a função de Segundo Sargento da guarnição.<sup>816</sup>

Mas, em janeiro de 1824, quando a nova Junta Governativa, composta por maioria de adeptos à causa do império Brasileiro, assumiu a presidência da província, o nome de Pinto de Araújo estava entre os 105 nomes de portugueses que deveriam abandonar as terras paraenses e retornar à Portugal<sup>817</sup>. O comerciante deixou o Pará, mas não por muito tempo, porque graças ao indulto concedido pelo próximo presidente, José de Araújo Rozo, filho do Sr. Coronel João de Araújo Rozo, negociante de grosso trato, de quem já falamos no capítulo 2, ele retornara e continuou com sua trajetória nos negócios mercantis da província.

No entanto, seu nome só volta a aparecer nas fontes pesquisadas em 1º de outubro de 1828. Dessa vez, José Pinto de Araújo consta como proprietário da galera Restauração que fazia viagens do Porto ao Pará<sup>818</sup>. As viagens transatlânticas de sua embarcação passaram a ser regulares, pois encontramos nos anos seguintes outras viagens de sua galera partindo da Barra do Douro rumo ao Pará. As mercadorias transportadas em sua nau eram consignadas a seu proprietário. Do Porto e Lisboa ela levava diversos produtos ao Pará, como os refinados vinhos do Porto, e no torna-viagem, os produtos da produção da província, como madeira e outros gêneros agrícolas, eram remetidos aos portos portugueses<sup>819</sup>. Aquele jovem ruivo, que chegara poucos anos antes, já se transformara num negociante de além-mar.

<sup>815</sup> *Idem, ibidem*, p. 119.

<sup>816</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12188.

<sup>817</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>818</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12595.

<sup>819</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12612; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12634.

Além do engajamento nas atividades militares e mercantis, José Pinto cedo se envolveu com a política. Após 13 de maio de 1836, quando os legalistas retomaram o poder dos cabanos, e até meados da década de 1850, encontramos José Pinto de Araújo ocupando o cargo de Deputado Provincial.<sup>820</sup>

Além do cargo legislativo na Assembleia Provincial, Pinto de Araújo teceu outras teias na administração pública, pois desempenhou por mais de dois anos a função de Escrivão na Mesa Grande da Alfândega, depois assumiu, primeiramente de forma interina<sup>821</sup> e, em seguida, como titular a Inspeção da Alfândega.<sup>822</sup> Durante esse período na Alfândega também conciliou, de forma concomitante, o cargo de Juiz de Paz na Mesa Eleitoral Paroquial da Freguesia da Campina.<sup>823</sup>

Após duas décadas entrelaçado nas atividades comerciais e transitando por diversas redes de sociabilidade, sobretudo de caráter políticas, José Pinto de Araújo recebeu o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro<sup>824</sup>. A participação de José Pinto de Araújo em instituições de caráter associativista não estava encerrada, pois nos seus últimos dias, nos meados da década de 1850, o negociante português conseguira ingressar como Conselheiro Geral na Santa Casa da Misericórdia.<sup>825</sup>

Como José Pinto era muito envolvido com as coisas públicas, como deputado, na governança financeira na Alfândega e no judiciário, desde que o filho João alcançara idade adulta, o pai responsabilizou-o pela administração dos negócios mercantis da família, passando a firma para seu nome. A partir de 1841, a firma passou a se chamar João Pinto de Araújo & Cia., desde então, os registros mostram o filho como representante comercial da família.<sup>826</sup>

Em 1849, o Cônsul de Portugal no Pará, enviara à Lisboa a “Relação dos Súbditos Portugueses e Brasileiros adoptivos estabelecidos no Pará que estão no caso de possuírem para

<sup>820</sup> CRUZ, Ernesto. 1978. *Op. cit.*, p. 23-24.

<sup>821</sup> BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Alfândega: Pará**. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letraA/alfandegas/alf\\_p.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letraA/alfandegas/alf_p.htm).

<sup>822</sup> GLP. Consulado Português no Pará. Livro de Registros. 1836-1841, p. 140.

<sup>823</sup> Treze de maio, n. 862, de 23 de dezembro de 1848, p. 1.

<sup>824</sup> Treze de maio, n. 602, de 9 de maio de 1846, p. 1.

<sup>825</sup> Treze de maio, n. 355, de 11 de julho de 1854, p. 2.

<sup>826</sup> Treze de maio, n. 474, de 18 de janeiro de 1845, p. 3.

mais de 50:000\$000 de capital, propriedades, numerário ou em giro em suas transações comerciais”<sup>827</sup>. Entre os listados estava João Pinto de Araújo.

Não sabemos o que de fato ocorreu com Guilhermina da Conceição Vianna, a esposa de José Pinto de Araújo, mas os indícios nos fazem acreditar que ela faleceu, deixando José Pinto viúvo, pois o encontramos tendo contraído segundas núpcias com Joanna Roza Figueiredo de Araújo. Joana Roza aparece como inventariante e cabeça de casal de José Pinto de Araújo em 1855.

O envolvimento de José Pinto de Araújo na vida política aumentara com o passar dos anos. Em março de 1855, ele concorreu ao cargo de senador da província, não tendo sido eleito, apesar de ter conseguido votação expressiva. Poucos meses após essa eleição, em 18 de junho de 1855, José Pinto de Araújo falecera, deixando seus bens para a viúva Joanna Roza e seu filho João Pinto<sup>828</sup>. No entanto, muito mais que a fortuna legada, José deixou para João um legado como homem de negócios, conhecedor da “arte de negociar” e das estratégias de sociabilidades tão inerentes aos negociantes de grosso trato.

Como já dito, mesmo antes da morte do pai, João já havia assumido grande parte da administração dos estabelecimentos e negócios financeiros da família. Por muito anos, João Pinto de Araújo foi o representante comercial no Grão-Pará da Companhia de Vinhos do Alto Douro (Figura 16), uma empresa criada por Marquês de Pombal, para produzir vinhos dos parreirais do Minho e Douro, os quais passaram a ser chamados genericamente de vinhos do Porto.

<sup>827</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa, Correspondências do Consulado de Portugal no Pará. cx. 524, ano 1849, doc. 135. Citado por GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente, 2016. *Op. cit.*, p. 283.

<sup>828</sup> Treze de maio, n. 764, de 18 de junho de 1856, p. 3-4.

**Figura 16 – Anúncio de João Pinto de Araújo sobre a Companhia de Vinhos do Alto Douro**

*Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.*

O abaixo assignado, agente da Companhia nesta Praça do Pará, acaba de receber pelo Navio Graõ Pará a primeira remessa de Vinhos d'aquella Companhia, depois que ella foi reabilitada pela Legislatura de Portugal, e dotada com Fundos Publicos pela Ley de 21 d' Abril de 1843, para levar a todos os mercados os padrões e balisas do Vinho genuino e puro do Alto Douro, geralmente conhecido pelo nome de Vinho do Porto, afim de servirem de guia ao Commercio.

**Fonte:** Treze de maio (1845)<sup>829</sup>

Após a morte do patriarca, o filho expandira os negócios dos Pinto de Araújo, passando a ter um segundo armazém, além do que já possuíam, situado junto a rua da Boa Vista, estabelecimento n. 10. O novo ficava localizado à rua Nova do Imperador, ambos em zona comercial privilegiada.<sup>830</sup> Nesses armazéns, ocorriam muitos leilões organizados pelo agente Carvalho, o Sr. Antonio José de Carvalho, um negociante português que por longos anos foi responsável por distribuir produtos europeus e americanos as lojas abertas da capital.

A partir de 1858, a firma João Pinto de Araújo passou a se chamar João Pinto de Araújo & Filho. A exemplo do que José lhe ensinou, João também ensinou e introduziu o filho no ramo do comércio. Em companhia do filho, João Araújo atuou como agenciador na introdução de muitos galegos na província do Pará. Durante os anos de 1858, até por volta de 1862, encontramos as embarcações da família transportando mais de 200 imigrantes para Belém.<sup>831</sup> Essas mesmas embarcações que trasladavam os lusitanos ao Pará abasteciam o mercado local de manteiga e louças de porcelana inglesas, além de vinho do Porto e outros alimentos essenciais.

<sup>829</sup> Treze de maio, n. 480, de 8 de fevereiro de 1845, p. 3.

<sup>830</sup> Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p. 5.

<sup>831</sup> Dados compilados a partir dos números da Gazeta Official publicados entre 1858 e 1862.

A casa comercial de João Pinto de Araújo, situada à rua Nova do Imperador, era tão conhecida na cidade, que encontramos num anúncio, o proprietário da “Officina de Caldeireiro”, Antonio Roberto, informando o endereço de sua oficina como sendo “junto ao Sr. João Pinto de Araújo”<sup>832</sup>. Em 1859, a presidência da província publicou portaria concedendo licença para João Pinto de Araújo & Filho para embarcar para a cidade do Porto com vigas de maçaranduba que seguiria à Europa na barca portuguesa União<sup>833</sup>.

Como o pai José Araújo, o filho João Araújo se envolvera com obras de benemerência. Ele foi subscritor de uma festa religiosa, e para a realização das festividades do Círio de Nossa Senhora de Nazareth de 1859, ele contribuiu com uma oferenda de vinte mil réis.<sup>834</sup> Outras atividades que exigiam que o cidadão tivesse uma conduta proba, ilibada e impoluta eram preteridas pelos negociantes, como forma de demonstrar à sociedade prestígio e honradez.

Dentre essas situações, estava a participação no judiciário como “juiz de facto”, o que chamamos hoje de jurado, durante os júris populares, e a atuação como perito ou prático do comércio, no Tesouro Público ou na Alfândega, quando se exigisse que alguma anormalidade fosse investigada, como por exemplo, a investigação de notas falsas. João Pinto de Araújo participou, em 1858, de uma dessas investigações para averiguar a autenticidade de algumas notas de 1\$000 réis que estavam circulando na Praça Comercial do Pará.<sup>835</sup>

Desde a década de 1820 até por volta dos fins da década de 1860, encontramos os nomes do pai José e do filho João Pinto de Araújo como consignatários e proprietários de embarcações que mercadejavam do Pará com Portugal – especialmente com o Porto – e Londres, na Inglaterra. Mas parece que comerciar era apenas uma das múltiplas atividades exercidas pelos Pinto de Araújo. Sua trajetória mostra que as redes políticas, nobiliárquicas, filantrópicas, comerciais ajudavam a construir o lugar social do homem de negócio que em muitos casos era transmitido de pai para filho, o que demonstra o papel das redes familiares no desenvolvimento do trato mercantil.

<sup>832</sup> Diário do Commercio n. 124, de 6 de junho de 1859, p. 4

<sup>833</sup> Gazeta Oficial n. 51, de 5 de março de 1860, p. 1.

<sup>834</sup> Gazeta Oficial n. 281, de 16 de dezembro de 1859, p. 2.

<sup>835</sup> Gazeta Oficial n. 122, de 5 de outubro de 1858, p. 3.

### 4.3. O Império dos negócios: trajetórias de sucesso nos meados do oitocentos

#### 4.3.1. Lúcio de Sousa Machado

Já ressaltamos que descrever trajetórias de vida nem sempre é uma tarefa fácil, uma vez que coligir informações sobre a pessoa pesquisada pode resultar em uma verdadeira investigação e caça a documentos. É uma incessante trilha seguindo “o fio e os rastros”<sup>836</sup> deixados no tempo, ou como coloca Patrícia Maria Melo Sampaio, construir histórias é seguir “os fios de Ariadne.”<sup>837</sup>

Assim, procuramos tecer a trajetória de outro imigrante português, negociante, que chegou ao Pará durante a primeira metade do século XIX, estamos nos referindo a Lúcio de Sousa Machado<sup>838</sup>. Vamos começar falando de seu pai, Fernando de Sousa Machado, que também fora negociante. Fernando casou-se com Eulália Joaquina de Lemos com quem teve dois filhos, Miguel de Sousa Machado, nascido por volta de 1801 e Lúcio de Sousa Machado, nascido em 25 de junho de 1806.<sup>839</sup>

Os documentos mostram que desde os primeiros anos do século XIX, Fernando Machado atuava no ramo mercantil lisboeta. Em fins de 1805, Fernando havia tomado em empréstimo do negociante Francisco José Vieira, uma letra de cambio de 650\$00 réis, a qual deveria ser restituída no prazo de seis meses.<sup>840</sup> O empréstimo tomado por Fernando fomentaria seus negócios que logo prosperaram.

A partir de 1810, o negociante começaria a atuar no comércio ultramarino. O Sr. Machado investira na aquisição de uma embarcação, o bergantim “Vigilante Africano”, que fora construído no Brasil, em Alagoas,<sup>841</sup> por encomenda de Fernando Machado. O Vigilante

<sup>836</sup> GINZBURG, Carlo. 2007. *Op. cit.*

<sup>837</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. **O Fio de Ariadne**, assim chamado devido a lenda de Ariadne, é o termo usado para descrever a resolução de um problema que se pode proceder de diversas maneiras, através de uma aplicação exaustiva da lógica por todos os meios disponíveis. É o método singular utilizado que permite seguir completamente pelos vestígios das pistas ou assimilar gradativo e seguidamente uma série de verdades encontradas em um evento inesperado, ordenando a pesquisa, até que atinja um ponto de vista final desejado.

<sup>838</sup> Luiz Antonio Valente Guimarães, consultando arquivos em Portugal e no Brasil teceu uma trajetória com muitos detalhes sobre a vida de Lúcio de Sousa Machado. Muitas informações que usamos como referência e base para a construção dessa trajetória que ora apresentamos. Cf. GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 265-291. Nota de esclarecimento: Decidimos adotar a grafia com “S” para o sobrenome SOUSA, porque nos registros portugueses prevalece essa grafia, enquanto que nos documentos brasileiros prevalece a grafia com “Z”.

<sup>839</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 266.

<sup>840</sup> Gazeta de Lisboa, n. 5, de 4 de fevereiro de 1806, p. 12.

<sup>841</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 156, D. 11924; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 158, D. 12029.

atuava no transporte de mercadorias da Europa para o Brasil, passando pela África e seguindo para os portos da Bahia, Pernambuco e Pará e, no torna-viagem, levava produtos da Amazônia para os mercados europeus.<sup>842</sup> Numa viagem que partira de Lisboa em 1822, Fernando Machado havia contratado seguro sobre as mercadorias. A seguradora lhe passou “recibo referente a um seguro que cobria todos os ‘riscos e avarias’ de um carregamento de 40 pipas de vinho e 8 caixas de fazendas, que seguiam de Lisboa para o Pará.”<sup>843</sup>

A despeito do transporte de mercadorias tropicais e europeias, a principal mercadoria carregada pelo Vigilante seria um outro tipo de produto de consumo, por sinal, muito em voga naqueles tempos brasileiros, eram as “peças africanas”, os negros escravizados. Certamente, as atividades mercantis de Fernando de Sousa, quer com mercadorias, quer com o tráfico de escravos, contribuíram para o seu progresso financeiro e sua consolidação na Praça de Lisboa.

Entre 1810 e 1822, no Slave Voyage, foram registradas quinze viagens realizadas pelo bergantim de Fernando Machado, transportando negros da África para o Brasil (Tabela 18). A capacidade da embarcação era de 190 toneladas<sup>844</sup> e, ao todo, o bergantim Vigilante Africano transportou 5.415 negros africanos para o Brasil, entregues nos portos de Pernambuco e Bahia. Em quatorze das quinze viagens, os negros já estavam consignados a ao traficante Elias Coelho Sintra (ou Cintra).<sup>845</sup> Não consta no registro da outra viagem se os negros eram encomendas específicas ou se Fernando foi comprá-los na África para depois oferecê-los no mercado.

**Tabela 18 – Transporte de negros escravizados, realizadas pelo bergantim “Vigilante Africano”, propriedade do negociante Fernando de Sousa Machado, 1810-1822**

Ano da viagem	Capitão do Navio	Região de aquisição	Porto de desembarque	Número de escravos	
				Embarcados	Desembarcados
1810	José Gomes de Amorim	Luanda	Pernambuco	390	353
1812	João de Preleluê	Luanda	Pernambuco	390	353
1813	José Gomes de Azevedo	Luanda	Pernambuco	390	353

<sup>842</sup> AHNA, cod. 2571: Arquivo Histórico Nacional de Angola (Luanda, Angola). APEJE, D.I.-9, v. 1, p. 38: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife, Brazil) Diversos I, códice 9, vol. 1, termos de despachos de navios (1808/1818).

<sup>843</sup> [http://www.asf.com.pt/isp/catalogo\\_digital/files/search/searchtext.xml](http://www.asf.com.pt/isp/catalogo_digital/files/search/searchtext.xml). Acesso em: 29 dez. 2016.

<sup>844</sup> APEJE. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife, Brazil). Registro de Passaportes e Passaportes de Embarcações. R.P.2.2.4, p. 130v.

<sup>845</sup> *Idem*, p. 1-130. Elias Coelho Cintra, nessa época, provavelmente ainda era o maior negociante atlântico de escravos de Pernambuco. É o que dizem os dados não apenas do livro da Provedoria, mas também do Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages, compulsado em estudo recente, que indica que, antes de 1831, Elias foi responsável pela vinda de pelo menos 10.312 cativos para Pernambuco. Cf. CARVALHO, Marcus J. M.; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. *Almanack*. Guarulhos, n.12, jan./abr. 2016, p. 54-55.

1813	António Joaquim José Carneiro José Joaquim de Carvalho	Luanda	Pernambuco	390	353
1814	José Gomes de Amorim	Luanda	Pernambuco	390	353
1814	José Gomes de Amorim	Luanda	Pernambuco	390	353
1815	Manoel José Gomes	Luanda	Pernambuco	390	353
1816	José Gomes de Amorim	Luanda	Pernambuco	390	353
1817	José Gomes de Amorim	Luanda	Bahia	413	374
1818	José Gomes de Amorim	Benguela	Pernambuco	273	250
1818	José Gomes de Amorim	Luanda	Pernambuco	390	353
1819	José Gomes de Amorim	Luanda	Pernambuco	390	353
1820	José Gomes de Amorim	Luanda	Pernambuco	429	389
1821	José Maurício da Cunha	Luanda	Pernambuco	490	444
1822	José Maurício da Cunha	Luanda	Pernambuco	472	428

Fonte: AHMS; AHNA; APEJE (1810-1822)<sup>846</sup>

Sobre o transporte dos africanos, em 26 de junho de 1820, o Vigilante Africano aportou em Recife. Na viagem “o brigue também trouxe gente morta em seus porões. Foram encontrados 8 cadáveres no barco, além dos 389 sobreviventes da travessia, dos quais 104 foram detidos para tratamento. Na viagem de 21 de maio de 1822, o Vigilante chegou em Pernambuco “com 428 cativos vivos a bordo. Entre eles, havia 7 pessoas acometidas de ‘bexigas’ e disenteria.”<sup>847</sup> Como apresentado, a embarcação trazia ao Brasil, produtos europeus para consumo como vinho e fazendas e, principalmente, escravos.

Um dado interessante das viagens do Vigilante Africano foi a troca de capitães. Consoante a tabela 18, nas quinze (15) viagens de 1808 a 1822, o bergantim fora capitaneado por sete (7) capitães, sendo que José Gomes de Amorim capitaneou a embarcação 8 vezes, seguido de José Maurício da Cunha por 2 vezes. Outros documentos dão conta de que outros mestres de mar capitanearam a nau, incluindo José Machado Pimentel<sup>848</sup>, Luís António da Luz<sup>849</sup>, António José Vaz Fernandes<sup>850</sup> e Manuel Rebelo.<sup>851</sup> Essa mudança de capitão seria uma

<sup>846</sup> Trans-Atlantic Slave Trade Database. Version. 2016. AHMS. Arquivo Histórico Municipal de Salvador (Salvador da Bahia, Brazil). AHNA. Arquivo Histórico Nacional de Angola (Luanda e Benguela, Angola). Códices: 9-4; 16-2; 2571; D-1-5; E-2-3; E-20-1. APEJE. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife, Brazil) Códice 04.06.1818, vol. 1, Vigilância da Saúde; Diversos I, código 9, vol. 1, termos de despachos de navios (1808-1818); Registro de Passaportes e Passaportes de Embarcações. IDO. Idade de Ouro do Brasil. Códices: 17/05/1813; 12/08/1817; 09/09/1817. PP. Parliamentary Papers, Great Britain: Accounts and Papers, N. 9 (1788-1853). Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>. Acesso em 29 dez. 2016.

<sup>847</sup> CARVALHO, Marcus J. M.; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>848</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 156, D. 11924; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 158, D. 12029.

<sup>849</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12500.

<sup>850</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12528. FRUTOSO, Eduardo *et al.* *Op. cit.*, p. 730.

<sup>851</sup> ANTT. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Feitos Findos, Juízo da Mina e Índia. Mç. 43, n. 16, cx. 167.

estratégia para que o navio não fosse capturado, uma vez que os ingleses pressionavam a fim de coibir o tráfico negreiro? Consultando os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, grosso modo, encontramos para a maioria das embarcações mercantis o mesmo capitão no comando das naus por anos a fio.<sup>852</sup>

Em 25 de agosto de 1823, a Gazeta de Lisboa informava em sua coluna Notícias Marítimas que o Bergantim português Vigilante Africano havia entrado na barra do Tejo três dias antes, saída do Pará, em uma viagem que durou 68 dias. Na nau, havia 23 pessoas, duas sendo passageiras e o restante era a tripulação, no registro da carga constava, “cacau, arroz, salsa e outros gêneros”<sup>853</sup>.

Afora as viagens registradas nos portos de Pernambuco e Bahia, entre 1822 e 1826, encontramos o Vigilante fazendo seis viagens entre a Europa e a América, três de Portugal ao Pará e três de retorno.<sup>854</sup> A sorte da família Machado, com o tráfico negreiro, mudaria a partir de 1827. No ano anterior, o patriarca Fernando Machado, havia falecido subitamente,<sup>855</sup> então os filhos Miguel e Lúcio tiveram que assumir as rédeas dos negócios da família. Tem-se registros de que a partir de 1822, o filho mais velho de Fernando, o jovem Miguel de Sousa Machado, com 20 anos passou a atuar juntamente com o pai nas transações comerciais da embarcação.<sup>856</sup> Inclusive viajando ao Pará a partir de 1824.<sup>857</sup> E não demorou muito para o caçula, Lúcio de Sousa Machado, também começar a participar ativamente nas viagens transatlânticas da família. Pelo menos a partir de 1826, ele já estava navegando as águas atlânticas rumo ao Pará.<sup>858</sup> Nesse mesmo ano, os irmãos estabeleceram residência fixa no Pará.<sup>859</sup>

Com alguma experiência nas viagens ultramarinas, a primeira viagem do bergantim sob os cuidados dos filhos de Fernando de Sousa Machado começou em fins de 1826, mais precisamente em 5 de dezembro deste mesmo ano, a nau lançaria âncoras na barra do Tejo.<sup>860</sup>

<sup>852</sup> AHU. Projeto Resgate: Pará. 1800-1833.

<sup>853</sup> Gazeta de Lisboa, n. 200, de 25 de agosto de 1823, p. 1408.

<sup>854</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 156, D. 11924; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 158, D. 12029; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 162, D. 12354; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12500; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12528; Gazeta de Lisboa, n. 200, de 25 de agosto de 1823, p. 1408.

<sup>855</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 270.

<sup>856</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 158, D. 12029.

<sup>857</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 162, D. 12354

<sup>858</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 271.

<sup>859</sup> ANTT. Autos cíveis de justificação a requerimento de Manuel Rebelo para a causa que move aos herdeiros de Fernando de Sousa Machado (Lúcio de Sousa Machado e Miguel de Sousa Machado). Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc. 62, n.º 4, cx. 186.

<sup>860</sup> FRUTOSO, Eduardo *et al.* *Op. cit.*, p. 730.

Porém, sob os cuidados dos filhos, essa primeira viagem à Europa-África, não se completaria, pois em setembro de 1827, quando a embarcação regressava, o navio fora abordado e apresado, no litoral de Gibraltar, por um navio de bandeira e flâmula inglesa, mas que depois de tê-lo aprisionado içou uma bandeira de Buenos Ayres.<sup>861</sup> O motivo da apreensão? Não fora informada ao capitão, pois apenas lhe informaram que estava desrespeitando leis internacionais.<sup>862</sup> A embarcação fora perdida, juntamente com sua mercadoria. Restou aos irmãos Machado recorrer a diplomacia internacional, que não sabemos que sentença determinou sobre o ocorrido. Todavia, a partir de então, não encontramos mais registros do Vigilante Africano.

Com a perda da nau, restou aos irmãos Miguel e Lúcio procurar associação com outros comerciantes portugueses. Entre 1827 e 1833, eles atuaram em Belém como representantes comerciais do negociante lisboeta Constantino José Vieira da Silva, com quem estabeleceram sociedade, na propriedade de duas embarcações, o bergantim Constante e o bergantim Tino.<sup>863</sup> Além dessas duas embarcações, o sócio Constantino José Vieira era proprietário da nau Prazeres e Triunfo que fazia viagens ao Pará desde 1826.<sup>864</sup>

Em 30 de abril de 1830, eles registraram a própria firma, sob a razão social Machado & Irmão, que passou a atuar em diversos ramos, sobretudo como representantes comerciais de negociantes portugueses que se encontravam do outro lado do Atlântico, como consignatários das cargas importadas/exportadas que vinham ou iam para a Europa e Estados Unidos, mas especialmente à Portugal, pelo Porto e Lisboa.<sup>865</sup>

Desde a abertura da firma, em 1830 Miguel zarpu para Lisboa. Com a partida de Miguel, Lúcio assume o comando das transações da família no Pará. De 1830 até a eclosão da Cabanagem, em 1835, os negócios prosperavam e, mais uma vez, os irmãos Machado teriam seus negócios impactados. Da primeira vez fora o aprisionamento do navio, agora eram os cabanos exaltados que invadiram Belém. Com Belém sitiada pelos cabanos em agosto de 1835, os portugueses foram se refugiar na Ilha Tatuoca (Figura 6), Lúcio de Sousa Machado estava no grupo que partiu para Lisboa na corveta Elisa. Porém, Lúcio não demorou a retornar ao Pará.

<sup>861</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12571.

<sup>862</sup> MARTINS, Rocha. **Correspondências do Visconde de Santarém. I volume (1827-1828)**. Lisboa: Alfredo Lamas Motta & Cia Ltda editores, 1918, p. 315.

<sup>863</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12625; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12640; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12644; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12657; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12662; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12670; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12687.

<sup>864</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12546.

<sup>865</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 276. Treze de maio, 1840-1850.

Assim que os ânimos foram se acalmando em Belém, ele começara mais uma vez a tecer uma rede de relações pessoais e profissionais que o faria prosperar, mas dessa vez, sem volta.

Em 23 de outubro de 1836, apenas poucos meses após os legalistas retomarem a administração da capital das mãos cabanas, o mercador Lúcio de Sousa já se encontrava em Belém, e por ocasião da morte do comerciante português António Monteiro dos Santos, que era seu devedor, Lúcio recorrera ao consulado português no Pará para que fosse incluída no inventário do falecido a parte que esse lhe devia. Com a intervenção consular, o negociante pretendia reaver a quantia que havia negociado a crédito com o patricio António Monteiro.<sup>866</sup>

Com o passar do tempo, é notório que os investimentos foram ganhando corpo, os espaços de atuação foram se alargando, e o negociante português passara a atuar também na província vizinha do Maranhão. Em São Luís, ele conheceu Ângela Isidora Jansen Pereira, membro da família mais rica do Maranhão na época.<sup>867</sup> No início dos anos de 1840, eles se casaram e do casamento nasceram três meninas: Anna Conceição Jansen Machado, Rosa Branca Jansen Machado e Eulália Jansen Machado.<sup>868</sup> Conseqüentemente, Lúcio passou a dividir seu tempo entre São Luís e Belém. Em 6 de março de 1844, o Publicador Maranhense anunciava que “Lúcio de Souza Machado pretende retirar-se para o Pará com sua família no Vapor Imperatriz.”<sup>869</sup>

No período de 1837 a 1843, a firma Machado & Irmão estabeleceu intenso contato mercantil com as praças de Lisboa e Porto, nesse ínterim, Lúcio foi consignatário de 19 embarcações, seis provenientes do Porto e treze que partiram de Lisboa. Enquanto o irmão Miguel tomava conta dos contatos na Europa, Lúcio tomava de conta dos negócios no Brasil, Pará e Maranhão. Nesse período Lúcio recebeu mercadorias por quatro embarcações, General Nepomuceno, Nova Olinda, General Rego e Jovem Matilde. O movimento era intenso, foram quase três consignações por ano.

As mercadorias consignadas aos irmãos Machado, nesse período de sete anos, totalizaram 252:704\$760 réis. Uma soma considerável, para o período caracterizado como de crise econômica na Amazônia.<sup>870</sup> A firma Machado & Irmão não se limitava a receber

<sup>866</sup> GLP. Consulado Português no Pará. Livro de Registros. 1836-1841, p. 18.

<sup>867</sup> NOVAES, Irlane Regina Moraes. **ANA JANSEN: Empreendedorismo feminino no século XIX**. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012; GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 279.

<sup>868</sup> CMA. Inventário *post-mortem* de Lúcio de Sousa Machado. 1878. APEP. Inventário de Lúcio de Sousa Machado. Juízo de Órfãos da capital. Ano: 1878.

<sup>869</sup> Publicador Maranhense, n. 164, de 6 de março de 1844, p. 4.

<sup>870</sup> SANTOS, Roberto. *Op. cit.*

mercadorias da Europa, pois em Belém, Lúcio era responsável por comprar gêneros da terra para remetê-los ao irmão Miguel na Europa. Nesse interregno analisado, ele remeteu a Portugal produtos em vinte embarcações que totalizaram uma monta de 477:582\$106 réis, quase o dobro do que recebeu.<sup>871</sup>

Dentre os muitos produtos recebidos por Lúcio em Belém e distribuídos na cidade, citamos um produto que era símbolo de alto luxo nos meados do século XIX. Em 7 de abril de 1841 Machado & Irmão anunciava no periódico *Treze de maio* que tinham “para vender dois pianos Fortes, sendo um muito lindo, chegado ultimamente, e outro usado, quem os pretender dirija-se ao escritório dos mesmos”.<sup>872</sup> Machado & Irmão já ofereciam pianos no início de 1840, quando esse item só havia “entrado em poucos sobrados do Rio de Janeiro, Recife e Bahia.”<sup>873</sup> O piano era um exemplo de “mercadoria fetiche dessa fase econômica e cultural”<sup>874</sup> do Brasil.

Durante esses anos de consolidação da firma Machado & Irmão, encontramos Lúcio Machado em outras atividades mercantis. Em 27 de julho de 1841, um grupo de vinte e sete negociantes de Belém,<sup>875</sup> liderado por Lúcio de Sousa Machado, “desejando estabelecer e regular o Comercio” da Praça do Pará, “conforme ao estilo e prática das outras Praças bem organizadas” e a fim de que houvesse “respeito aos Créditos que se concedem nas vendas”, firmavam um Tratado para que nas “vendas de cem mil réis para cima,” fossem obrigatoriamente passadas Letras ou Obrigações. Tais letras e obrigações, a partir de então, no caso de vencidas, incorreriam automaticamente em cobrança de “juro de um e meio por cento ao mês”.<sup>876</sup>

Esses negociantes, apesar de passarem escritura pública durante suas transações, não raras vezes tinham que recorrer ao judiciário para resolver embaraços que surgiam nos negócios. Então, diante de tal quadro, Lúcio Machado, homem acostumado com a vida mercantil desde os tempos em que mercadejava em Lisboa, na casa comercial do pai, decidiu

<sup>871</sup> ANTT/MNE. Mapas de entradas e saídas de embarcação no porto do Pará elaborado pelo Consulado de Portugal no Pará. In: GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 276.

<sup>872</sup> *Treze de maio*, n. 92 de 7 de abril de 1841, p. 552. Pianoforte ou fortepiano é um instrumento musical de teclas, antecessor do piano atual. Foi inventado pelo fabricante de instrumentos musicais italiano Bartolomeo Cristofori por volta de 1700, e foi construído e vendido por toda a Europa até o século XIX, quando inovações técnicas levaram ao desenvolvimento do instrumento moderno.

<sup>873</sup> SALES, Mábila Aline Freitas. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>874</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 1997. *Op. Cit.*, p. 45-46.

<sup>875</sup> Acredita-se que a maioria desses nomes fossem os mais destacados homens de negócios da Capital do Pará. Além de Lúcio de Sousa Machado constam na lista os nomes de outros negociantes portugueses de grosso trato abordados nessa pesquisa, incluindo: Francisco Gaudêncio da Costa e João Pinto de Araújo.

<sup>876</sup> *Treze de maio*, n. 123, de 28 de julho de 1841. Suplemento.

firmar acordo com os principais negociantes da Praça comercial de Belém para organizar o comércio local. O comércio parecia estar se reestruturando desde que o evento cabano havia dissolvido a Praça de Comércio do Pará, instituição que fora criada para tal fim em 1819, sob a liderança de Joaquim Francisco Danin, como dissemos anteriormente.

Apesar do esforço empreendido por Lúcio Machado para regular o mercado de crédito em Belém, dada a inexistência de instituições bancárias, em 1º de setembro de 1841, pouco mais de um mês após os negociantes terem firmado a concordata, três firmas comerciais<sup>877</sup> publicavam uma carta de nulidade, onde se desligavam do referido contrato. Os negociantes justificavam sua retirada do acordo nos seguintes termos: “constando-lhe que a maior parte dos que se obrigaram a cumprir as condições da concordata o não tem feito, faltando ao que se obrigaram pela sua assinatura.”<sup>878</sup> Segundo eles, como a maior parte dos negociantes não cumpriam suas obrigações nas transações a crédito, eles preferiam se retirar do acordo.

No mesmo tom exaltado da publicação dos negociantes Villaça & Cia, Duarte & Cia e Santos Leal & Martins, outro negociante que havia assinado a concordata passava comunicado no *Jornal Treze de Maio* pedindo que “os tais anunciantes designem e provem qual é essa maior parte de negociantes que tem faltado aquella concordata, porque não é justo atacar o crédito de pessoa alguma.”<sup>879</sup> Foi no meio dessas disputas pessoais e comerciais que o português Lúcio de Sousa Machado e outros comerciantes portugueses estabeleceram suas relações mercantis. É importante ressaltar que essas intrigas relacionadas a regulamentação do crédito, são características de uma sociedade onde existe baixa liquidez e as relações de crédito ainda são pautadas em acordos pessoais.

Como já destacamos para o caso de João Pinto de Araújo, sobre aquela lista de 20 de outubro de 1849, dos 30 negociantes portugueses mais ricos do Pará, o terceiro nome da lista era o de Lúcio de Sousa Machado. Antes dele figuravam apenas Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos e Miguel José Raio & Henrique de La Roque. É possível dizer que a fortuna de Lúcio de Sousa Machado foi conquistada por suas atividades mercantis e sua ativa participação na organização das práticas mercantis em Belém que presumimos que pelo seu grau de envolvimento, lhe retribuía bastante notoriedade. Essas tessituras mercantis, por ele erigidas, nos fazem seguir com uma certa facilidade os seus rastros.

<sup>877</sup> Guilherme de Siqueira Villaça & Cia, Duarte João Rodrigues & Cia e Santos Leal & Martins.

<sup>878</sup> *Treze de maio*, n. de 134, de 4 de setembro de 1841, p. 727.

<sup>879</sup> *Treze de maio*, n. de 134, de 4 de setembro de 1841, p. 728.

Mesmo depois de estabelecido no Pará, Lúcio de Sousa continuou a comprar e vender escravos, embora, num mercado doméstico, não como traficante. Em 1845 ele anunciava que precisava comprar dois oficiais de carapina e dois pedreiros.<sup>880</sup> No ano seguinte, ele anunciava que tinha para vender “um Preto bom para todo o serviço e que entende de Hortelar, quem o pretender dirija-se a Machado & Irmão.”<sup>881</sup> Entre as mercadorias, em 1848, Machado & Irmão vendia 110 moios de sal, 6 barcos com pedra de cal, 1.202 molhos de cebola, 32 caixas de uvas, 5 caixas de peras, 8 barris com atum, 4 barris com tomates, 2 caixas com marmelada e 1 caixa de bichas, todos chegados ultimamente de Lisboa.<sup>882</sup> Em 1855, os produtos à venda eram 10 cavalos próprios para carroça, carrinho e sela.<sup>883</sup>

Em 30 de abril de 1850, exatos vinte anos após a constituição da firma Machado & Irmão, Lúcio anunciava a dissolução da referida firma, e comunicava que ficaria a seu cargo toda a liquidação do empreendimento.<sup>884</sup> Em fins desse mesmo ano, seu irmão Miguel Machado faleceu em Lisboa sem deixar herdeiros.<sup>885</sup> É muito provável que os bens de Miguel tenham ficado para Lúcio, uma vez que seu irmão não casou, nem teve filhos, e seus pais já eram falecidos. Se isso, de fato aconteceu, Lúcio ganhou um considerável montante para somar a sua fortuna e aumentar o capital para os investimentos.

Diante do que os documentos nos apresentam, presumimos que Lúcio Machado foi um burocrata, que privilegiava a organização na administração de suas atividades mercantis. Assim, em 4 de agosto de 1853, por exigência do Código Comercial Brasileiro, o Sr. Sousa Machado registrou junto ao Tribunal do Comércio de Recife, sua casa comercial sediada em Belém, tendo sido o quarto comerciante do Pará a realizar tal registro. Registrou-a como casa de comércio de grosso trato.<sup>886</sup>

Como já dissemos no tópico 4.1.1., e apresentamos na figura 13, nesse mesmo ano de 1853, Lúcio liderou um grupo de negociantes, dos quais 37 eram portugueses, para criar uma Associação Comercial, a qual funcionou em seu escritório na rua da Boa Vista. Um grupo de 44 negociantes se reuniram na residência de Lúcio por diversas vezes até 1858, quando receberam negativa pelo Ministério dos Negócios quanto a criação da instituição, por isso, eles

<sup>880</sup> Treze de maio, n. 488, de 8 de março de 1845, p. 4.

<sup>881</sup> Treze de maio, n. 655, de 21 de novembro de 1846, p. 3.

<sup>882</sup> Treze de maio, n. 850, 8 de novembro de 1848, p. 4.

<sup>883</sup> Treze de maio, n. 477, de 21 de abril de 1855, p. 4.

<sup>884</sup> Treze de maio, n. 51, de 4 de maio de 1850.

<sup>885</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 272.

<sup>886</sup> JUCEPA. Registro de matrículas dos comerciantes; agentes auxiliares de commercio de 1854 a 1855. Livro 1 doc. n. 3.

não puderam continuar suas atividades administrativas. Tal intento só logrou êxito em 1864, quando voltou a funcionar a Praça do Comércio do Pará, no escritório do Sr. Lúcio Machado. Nessa instituição ele participou da mesa diretora por vários anos.<sup>887</sup>

Em 18 de agosto de 1853, a Tesouraria da Fazenda Pública da Província do Pará publicava edital constituindo uma comissão de comerciantes, negociantes e outros agentes do comércio “para servirem de Peritos ou Práticos do Commercio”<sup>888</sup>, para atuarem como tribunal em questões litigiosas ligadas ao comércio local. Dentre os quinze negociantes escolhidos pela Tesouraria para atuarem nos julgamentos, estava Lúcio de Sousa Machado, além de nomes como Henrique de La Roque, João Pinto de Araújo e Augusto Eduardo Gaudêncio da Costa.<sup>889</sup> Compor a comissão era um sinal de prestígio, e indicativo de afortunamento dos seus membros. Ainda em agosto desse mesmo ano, Lúcio sacava sobre Joaquim da Rocha Oliveira uma letra de 1:400\$00, tratava-se de uma letra de metal, “a sessenta dias vista”.<sup>890</sup> Em 20 de janeiro de 1856, o juiz municipal do Comércio, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães, nomeou Lúcio de Sousa Machado como curador fiscal provisório para compor o Tribunal do Comércio de Belém.<sup>891</sup>

Em 20 de janeiro de 1855, aportava no cais de Belém duas embarcações, o patacho brasileiro Josefina e o iate brasileiro Ligeiro, o primeiro vindo do Maranhão e o segundo vindo de Pernambuco, ambas chegavam a Belém com suas cargas consignadas a Lúcio de Sousa Machado,<sup>892</sup> que também recebeu mercadorias consignadas do Ceará.<sup>893</sup> As mercadorias que Lúcio recebia desses portos brasileiros incluíam produtos europeus e itens brasileiros, como a carga recebida em 15 de agosto de 1854, chegada em Belém pelo Josefina via Maranhão, com 23 barris de vinho branco, 20 barricas com cerveja, 4 pipas, 7 meias pipas e 103 garrações com genebra, 8 barricas com cevadinha, 3 pipas com vinagre, 8 volumes com fazendas, 750 caixas com sabão, 150 ancoretas com azeitonas, 184 caixas com maçã, 687 alqueires de sal, 1 caixa com violas, 40 sacas com arroz, 60 galinhas e 4 barriquinhas com ovos, além de outros produtos.<sup>894</sup> Os contatos estabelecidos no Maranhão proporcionaram a Lúcio um novo empório fornecedor de mercadorias.

<sup>887</sup> CRUZ, Ernesto. 1964. *Op. cit.*, p. 143-163.

<sup>888</sup> Treze de maio, n. 372, de 19 de agosto de 1854, p. 2.

<sup>889</sup> Treze de maio, n. 372, de 19 de agosto de 1854, p. 3.

<sup>890</sup> Treze de maio, n. 263, de 22 de dezembro de 1853, p. 4.

<sup>891</sup> Treze de maio, n. 669, de 22 de fevereiro de 1856, p. 2-3.

<sup>892</sup> Treze de maio, n. 439, de 23 de janeiro de 1855, p. 4; Treze de maio, n. 290, de 9 de fevereiro de 1854, p. 4.

<sup>893</sup> Treze de maio, n. 339, de 3 junho de 1854, p. 4.

<sup>894</sup> Treze de maio, n. 372, de 19 de agosto de 1854, p. 4.

Em 23 de novembro de 1854, numa tarde de quinta-feira, o Sr. Machado se fazia presente na casa do negociante português Joaquim António da Silva, para junto com os também negociantes lusos, Januário António da Silva e Manuel Ribeiro, testemunharem como padrinhos no casamento de José Joaquim Cardoso de Figueiredo, português de Lamego. Este contraíra matrimônio com a filha de D. Leocádia Maria, a senhorita, Floripes Vitória das Dores.<sup>895</sup> Sua participação como padrinho nesse casamento, assim como a presença de outros comerciantes, nos revela um pouco do círculo de amizade de Lúcio, que se espalhava para além das atividades comerciais.

Ainda naquele ano de 1854, em 1º de julho, o então presidente da província Sebastião do Rego Barros, nomeava a Mesa da Santa Casa de Misericórdia para exercício no triênio 1854-57. Lúcio de Sousa Machado foi nomeado para o cargo titular de Mordomo das Fazendas, escravos e presos.<sup>896</sup> A pia instituição era detentora da propriedade de 19 fazendas e possuía um avultado plantel de escravos,<sup>897</sup> destarte, para atuar como Mordomo da Santa Casa, era necessário conhecimentos e habilidades na administração de grandes investimentos e muita gente. Talvez não por acaso o cargo fora concedido a Lúcio Machado. No ano de 1861, Lúcio ocuparia novamente o mesmo cargo de Mordomo que ocupou em 1854 (Tabela 17).

Parece-nos que como bom português, Lúcio era um excelente católico, pois fazer benemerência também era uma das virtudes desse negociante. Em 1834, por ocasião da morte de seu primo, o reverendo da igreja da Freguesia de Salvaterra de Magos, Lúcio mandou construir uma pedra tumular para o parente, como mostrada na figura 17 abaixo.

<sup>895</sup> Banco de Dados de Casamentos da Catedral da Sé, 1840-1870.

<sup>896</sup> Treze de maio, n. 355, de 11 de julho de 1854, p. 2.

<sup>897</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Op. cit.*, p. 391.

**Figura 17 - Pedra Tumular edificada por Lúcio Machado, em homenagem ao primo, 1834**



Fonte: José Gameiro (2013)<sup>898</sup>

A inscrição na pedra sepulcral tem o seguinte teor: “O Reverendo Prior (...) Nascido nesta vila (...) de 1834. Seu inconsolável Primo, Lúcio de Sousa Machado, lhe mandou erguer esta campa em signal de gratidão e saudade.”<sup>899</sup> Esse homem de negócios também praticava atos de benevolência no Pará. Em 17 de julho de 1855, o jornal *Treze de maio* publicava um anúncio anônimo:

A quem visitar o Hospital da Caridade, estabelecido na rua do Açougue para socorro dos enfermos na crítica actualidade, será um espectáculo bem consolante ver a dedicação espontânea, que noite, e dia debaixo d’aquelle tecto corre de leito em leito a suavizar as dores da humanidade. Dous homens ali constantemente se acham zelando o tratamento dos enfermos, e ministrando-lhes todos os medicamentos pelas suas próprias mãos!!

Serão dous homens mercenários? Não. São dous Entes bemfazejos, que pondo de parte os seus próprios interesses, correm de motu próprio a um interesse mais forte, e sagrado – a Caridade para com seus Irmãos! He a verdadeira caridade, ou antes o heroísmo d’ella.

São estes dous homens os Snrs. – José Pereira Dias, e **Lúcio de Souza Machado**.

—  
Permittão-nos os dous Entes caridosos esta menção de seus nomes.<sup>900</sup>

Outro exemplo de filantropia realizada por Lúcio de Sousa Machado ocorreu em 1871, quando o comerciante entregou uma oferta religiosa à confraria do Senhor do Bom Jesus dos

<sup>898</sup> GAMEIRO, José. **A Pedra Tumular do Conde dos Arcos**. Disponível em: <http://historiadesalvaterra.blogs.sapo.pt/29016.html>. Acesso em 29 dez. 2016.

<sup>899</sup> GAMEIRO, José. **A Pedra Tumular do Conde dos Arcos**. Disponível em: <http://historiadesalvaterra.blogs.sapo.pt/29016.html>. Acesso em 29 dez. 2016.

<sup>900</sup> *Treze de maio*, n. 515, de 17 de julho de 1855, p. 3. [grifo nosso]

Passos. O óbulo ofertado? Cera para iluminar duas noites de festividade da irmandade (Figura 18).

Figura 18 - Oferta Religiosa de Lúcio de Sousa Machado

**Oferta religiosa.** — Consta-nos que o distinto capitalista desta capital, o sr. Lucio do Souza Machado, offereceo a confraria do Senhor Bom Jesus dos Passos, a cera necessaria para a illuminação geral das igrejas de N. S: do Carmo e de Santo Christo, nas suas festiuidades de quinta e sexta feira dos Passos.

E' uma d'quellas acções que devem ser registradas, pois que ao passo que caracterizam tão nobremente o seu autor, devem servir de incentivo para a reproducção de identicos donativos.

Fonte: Diario de Belém (1871)<sup>901</sup>

Voltemos a falar dos negócios mercantis de Lúcio. Quando os comerciantes da praça do Pará decidiram fundar uma instituição bancária, no início dos anos 1850, Lúcio estava entre os sócios fundadores acionistas do Banco Commercial do Pará. Na ocasião da transferência desse banco para o Banco do Brasil, em 1856, foi estabelecida uma comissão para tratar dessa transferência, Lúcio de Sousa Machado era um dos membros da referida comissão.<sup>902</sup> Afora as casas bancárias, Lúcio mantinha investimento em ações na Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas, na Companhia Urbana de Belém e em apólices de seguro.<sup>903</sup>

Dada a carência de víveres para alimentar toda a população de Belém, devido ao aumento da população, e outros aspectos que tratamos no tópico 3.1., em agosto de 1856, o presidente da província, Henrique Beaurepaire Rohan, estabeleceu uma comissão para tratar da criação de uma Companhia de Pesca para abastecer diariamente o mercado da cidade de Belém com 80 a 100 arrobas de peixe fresco. A companhia seria subvencionada pelos cofres

<sup>901</sup> Diario de Belém, n. 47, de 28 de fevereiro de 1871, p. 1.

<sup>902</sup> Treze de maio, n. 775, de 3 de julho de 1856, p. 4.

<sup>903</sup> CMA. Inventário *post-mortem* de Lúcio de Sousa Machado. 1878. APEP. Inventário de Lúcio de Sousa Machado. Juízo de Órfãos da capital. Ano: 1878.

públicos.<sup>904</sup> Lúcio de Sousa Machado, que já trabalhava com o fornecimento de pescado, desde a década anterior, fora chamado para compor a dita comissão.

Como abordado no tópico 3.1., reiteramos que Lúcio de Sousa Machado era proprietário de 17 imóveis urbanos em Belém, sendo um sobrado avaliado em 69:000\$000 réis, sito a rua do Imperador, onde funcionava seu escritório.<sup>905</sup> A maioria dessas residências lhe rendiam dividendos, pois estavam alugadas. Além dessas residências que Lúcio possuía no Pará, encontramos um imóvel de sua propriedade, a casa n. 8, da travessa do Theatro, em São Luís, que no ano de 1877 lhe rendeu 1:416\$000 réis de aluguel.<sup>906</sup>

Em 11 de abril de 1869, faleceu em São Luís, a sogra de Lúcio, Ana Jansen Pereira Leite. A falecida partiu deixando para seus herdeiros, filhos e netos, uma abastada fortuna de 25.000 contos de réis. Em seu testamento, lavrado seis anos antes de seu falecimento, a Sra. Ana Jansen instituiu quatro testamenteiros, um deles era Lúcio de Sousa Machado. O trecho de seu testamento traz a seguinte informação: “DECLARO que nomeio meus testamenteiros e procuradores de todos meus bens e fazendas (...) em terceiro lugar, a meu genro, Doutor Lúcio de Sousa Machado.”<sup>907</sup> Em outro trecho do documento ela declara possuir oito herdeiros, o marido e mais sete pessoas, inclusive a filha Ana Jansen Pereira Machado, esposa do negociante Lúcio de Sousa Machado. Certamente, a parte da fortuna que coube a filha Ana Machado contribuiu para engrossar os cabedais de Lúcio de Sousa Machado.

Consultando registros de escrituras públicas realizadas no Cartório Chermont, para o período de 1849 a 1870, encontramos Lúcio de Sousa Machado realizando 23 negociações, incluindo dívidas com hipoteca, quitação de dívida, venda e compra, firmando contrato de casamento e dote para sua filha, e a dissolução da sociedade que mantinha com João Gualberto da Costa, irmão de Francisco Gaudêncio da Costa. Em doze ocasiões, Lúcio fora o devedor da negociação e nas outras onze ocorrências ele era o credor da transação.<sup>908</sup>

A participação de Lúcio Machado nas atividades mercantis do Pará continuou pela década de 1870, quando em 1877, aos 71 anos de idade, veio a falecer em Belém, deixando para suas herdeiras, sua esposa Ângela Isidora e suas três filhas, Anna Conceição, Rosa Branca

<sup>904</sup> Treze de maio, n. 817, de 21 de agosto de 1856, p. 2-3.

<sup>905</sup> APEP. Inventário de Lúcio de Sousa Machado. Juízo de Órfãos da capital. Ano: 1878.

<sup>906</sup> Publicador Maranhense, n. 249, de 1 de novembro de 1877, p. 3.

<sup>907</sup> Testamento de Ana Jansen Pereira Leite. Lavrado no cartório do tabelião José Marcelino Cantanhede. São Luís, 11 de julho de 1869. In: NOVAES, Irlane Regina Moraes. *Op. cit.*, p. 130-134.

<sup>908</sup> Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Liv. 58-87.

e Eulália, uma abastada fortuna que amealhou durante quase 50 anos de atividade mercantil no Pará. A fortuna deixada? Quase 500 contos de réis.

Mesmo após sua morte, Lúcio legou uma herança de caridade, pois deixou em testamento uma doação para a Santa Casa da Misericórdia da Freguesia de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém, Portugal. A quantia deixada à pia instituição ultrapassou um conto de reis.<sup>909</sup> A esse respeito, Miguel Monteiro, estudando os portugueses que migraram para o Brasil e conseguiram acumular cabedais numerários, escreveu que foram homens que não esqueceram de sua terra natal e, não raras vezes, praticaram benemerências, fazendo generosas doações às instituições filantrópicas de Portugal.<sup>910</sup>

Seja comerciando escravos, fazendo viagens transatlânticas, importando ou exportando mercadorias, alugando imóveis na capital, comerciando no Pará ou no Maranhão, movimentando o corpo comercial para estabelecerem uma instituição associativa que represente o corpo mercantil, negociando a crédito com outros negociantes ou comprando ações e apólices, os fios deixados pelo Sr. Sousa Machado sempre nos levam a uma trajetória bem-sucedida no mundo dos negócios mercantis.

#### 4.3.2. Elias José Nunes da Silva

Envolto em tantos nomes não se sabe ao certo a quantidade de negociantes de grosso trato que atuaram em Belém em todo o período estudado. Levantamentos realizados em vários documentos,<sup>911</sup> referentes ao comércio do Pará no período de 1810 a 1850, mostraram que existiram em torno de 60 negociantes de grosso trato na província, sendo que a maior parte deles, cerca de 40, de origem lusa, seguidos pelos paraenses, ingleses e norte-americanos. Se considerarmos toda a classe mercantil estrangeira, de grosso e retalho, estabelecida em Belém nos anos 1840, teremos mais de 250 portugueses, uns 30 ingleses e alguns norte-americanos, franceses, espanhóis e italianos.

<sup>909</sup> CMA. Inventário *post-mortem* de Lúcio de Sousa Machado. 1878. APEP. Inventário de Lúcio de Sousa Machado. Juízo de Órfãos da capital. Ano: 1878.

<sup>910</sup> TOPA, Francisco. Resenha: MONTEIRO, Miguel. **Fafe dos ‘Brasileiros’ (1860-1930) – Perspectiva histórica e Patrimonial**. Fafe, 1991. Disponível em: <http://web.lettras.up.pt/ftopa/Outros%20trabalhos/3.%20Fafe%20dos%20brasileiros.pdf>.

<sup>911</sup> Esses documentos incluem correspondências trocadas pelos negociantes com diversos, documentos da Praça do Comércio do Pará, documentos dos negociantes portugueses por intermédio do Consulado português em Belém com a metrópole e, dados do movimento comercial portuário no Jornal Treze de maio durante a década de 1840.

O crescimento significativo de agentes mercantis de meados do XIX está vinculado ao início da economia da borracha e com o aumento demográfico como um todo. Segundo Daniel Barroso, a dinamização econômica proporcionada pela borracha “trouxe profundas modificações às estruturas sociais e demo-econômica da Amazônia”<sup>912</sup>. Nesse sentido, as décadas de 1840, 1850 e 1860 significam a reestruturação e ascensão econômica da província<sup>913</sup>, o que criou um clima favorável para o desenvolvimento dos negócios mercantis.

Mas não foi esse contexto que proporcionou a migração de um dos mais importantes homens de negócios que chegou ao Pará. A história se incumbe de deixar pistas que se transformam em exemplos extraordinários. Um desses casos é o do português Elias José Nunes da Silva. Era apenas mais um português ao chegar a Belém no ano de 1834, tendo apenas 14 anos de idade. Chegou em um dos momentos mais tensos da história da região, um ano antes da eclosão da Cabanagem, e fez parte de um momento histórico da migração em que alguns estudiosos classificam como de “pouca monta ou quase igual a zero”<sup>914</sup>, afirmação um tanto relativizada por Gladys Sabina Ribeiro.<sup>915</sup> Segunda Gladys, isso está relacionado a uma “banalização da presença portuguesa”, o que levou muitos historiadores brasileiros a considerarem apenas episódica a imigração da primeira metade do século XIX.

Em Belém, o movimento cabano foi ostensivo contra a presença do português colonizador, o que fez com que refluísse a imigração de Portugal em direção ao Pará. Somente a partir de 1840, que o Norte do Brasil teve um novo fluxo da imigração portuguesa. Mas, foi apenas com a intensificação do extrativismo da borracha que os portugueses se sentiram estimulados a virem se estabelecer no Pará<sup>916</sup>. Portanto, Elias José veio na contramão do sentimento anti-lusitano que se espalhava pela província e conseguiu traçar uma trajetória ascendente, mesmo tendo imigrado em um momento não propício ou favorável à sua nacionalidade.

Ao longo de sua inserção na província, tornou-se um destacado importador especializado em vinhos portugueses, e foi pioneiro no negócio do aviamento no Amazonas, na Bolívia e no Peru, além da concessão de crédito na Praça de Belém<sup>917</sup>. Tornou-se o mais

<sup>912</sup> BARROSO, Daniel. *Op. cit.*

<sup>913</sup> *Idem, ibidem*; SALES, Mábila Aline Freitas. *Op. cit.*

<sup>914</sup> Entre esses estudiosos destacam-se Joel Serrão, Mirian Halpern Pereira e Luiz Felipe de Alencastro, Ann Marie Pescatello e Georg P. Browne.

<sup>915</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*

<sup>916</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *Op. cit.*

<sup>917</sup> A respeito da casa aviadora Elias José Nunes da Silva & Cia cf. SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980; WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia:**

importante proprietário de vapores da Amazônia e seu navio que tinha seu nome foi o primeiro a navegar além das fronteiras do Pará. Dos 121 barcos que atracaram no Porto de Belém em 1879, trinta deles estavam consignados a Elias José Nunes da Silva & Cia. Ele também organizou e dirigiu a Companhia Fluvial do Alto Amazonas que dispunha de capital de 800 contos, financiada pelo capital da comunidade portuguesa residente em Belém<sup>918</sup>. Recebeu em 1878, o privilégio de 20 anos para explorar e extrair produtos naturais no vale do rio Xingu<sup>919</sup>. Em 1870, a sua casa aviadora se tornou a mais importante da região com um capital avaliado em 450 contos<sup>920</sup> e sua situação econômica era vantajosa.

Todavia, a descrição de seus empreendimentos ainda não está concluída. Foi um dos fundadores da Associação Comercial em 1864 e várias vezes presidente da mesma instituição<sup>921</sup>, além de ter sido secretário do Banco Comercial do Pará, organizado pelos Gaudêncio da Costa. Suas benesses econômicas e simbólicas advieram de seus contatos no Pará e em Portugal, para onde viajava com frequência. Essas articulações lhe renderam o título em 1881 de Comendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo<sup>922</sup> e em 1882 de Visconde de Santo Elias<sup>923</sup>, “em reconhecimento de sua grande riqueza e suas diversas atividades de benemerência”.

Elias José Nunes da Silva comumente estava envolvido em instituições prestigiadas e de caridade, como Irmandades e a Santa Casa de Misericórdia. Em 1856 fora eleito para compor, como mordomo, a Mesa da Irmandade da Imaculada Conceição<sup>924</sup>e, em 1869, exerceu a função de juiz na festividade de São Brás.<sup>925</sup> Assumiu no biênio 1869-1871 a função de Conselheiro na Santa Casa de Misericórdia.<sup>926</sup> Ser membro de ordens religiosas, da Santa Casa de Misericórdia, ou participar de festas religiosas, como foi o caso de José Elias Nunes da Silva

**Expansão e Decadência (1850-1920).** São Paulo: Edusp, 1993; BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*; SILVA, Fábio Carlos; LEANDRO, Leonardo M. de Lima; MARCONDES, Renato leite. Crédito privado na Economia da Borracha: o Mercado Hipotecário em Belém (1870-1874). *Revista de Estudos Sociais* | Ano 2015, n. 34, v. 17, p. 20-51. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5156644.pdf>.

<sup>918</sup> WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920).** São Paulo: Edusp, 1993, p. 78.

<sup>919</sup> Decreto n. 6.954 de 28 de junho de 1878.

<sup>920</sup> WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*

<sup>921</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*

<sup>922</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês de D. Luís I, liv. 35, f. 252.

<sup>923</sup> *Idem*, Registo Geral de Mercês de D. Luís I, liv. 36, f. 280.

<sup>924</sup> *Jornal Treze de maio*, n. 693, 24 de março de 1856, p.4.

<sup>925</sup> Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial do Pará, 1869, p. 208.

<sup>926</sup> Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial do Pará, 1869, p. 495.

e de outros já ressaltados, era fundamental para o reconhecimento social, manutenção do status e alargamento das redes de sociabilidade.

Elias José também era membro da Sociedade Beneficente Portuguesa. Como já mencionado, a Real Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará, ou Hospital Beneficente Português era uma associação com fins filantrópicos que surgiu em 1854 e reunia muitos comerciantes portugueses, dentre os quais Elias José Nunes da Silva, Manuel Gomes de Amorim, Joaquim Francisco Fernandes e Francisco Gonçalves de Medeiros Branco.

Compreender casos como o desse negociante e de outros menos afortunados, que também sejam considerados de grosso trato, em suas múltiplas ações na província do Pará, é um desafio possível. Acreditamos que a trajetória desse negociante português expresse o resultado não apenas de um esforço individual, como também de uma ação coletiva que somente seria possível de ser construída pela via das redes de sociabilidade. Portanto, defendemos que esses estudos em âmbito micro, possibilitam a compreensão do fenômeno do comércio praticado pelos portugueses no Pará em suas nuances múltiplas e casos singulares.

O próprio fato de ter chegado a Belém com apenas 14 anos, implica em dizer que a dimensão familiar foi o adjutório que lhe abriu imensas possibilidades de ascensão social, política e econômica. Barbara Weinstein destaca que, em função das estreitas relações do Pará com Portugal, desde antes do surgimento da borracha, jovens de recursos modestos e espírito empreendedor eram atraídos para a província e obtinham emprego em firmas importadoras e armazéns. Para tanto, contavam com o apoio de parentes para ascender na hierarquia social.<sup>927</sup> A mesma autora ressalta o caso de Elias José como o exemplo mais extraordinariamente bem-sucedido dentre os imigrantes ambiciosos enriquecidos com a oportunidade inigualável do negócio da borracha.

#### **4.3.3. Miguel José Raio**

Nos rastros dos negociantes atuantes em Belém, também vale apenas narrar a trajetória de uma das testemunhas de casamento das duas filhas de Francisco Gaudêncio da Costa, o português Miguel José Raio. Nos registros de casamento da Paróquia da Sé, em Belém, ele aparece como testemunha nos enlaces dos irmãos Henrique e Luís de La Roque, ambos casados

<sup>927</sup> WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*, p 78.

com as duas filhas de Francisco Gaudêncio da Costa. O convite para testemunhar o casamento de Henrique não acontecera sem razão, pois Miguel José Raio tinha uma sociedade comercial com Henrique de La Roque que durou até 1853, tendo criado após sua dissolução uma outra firma comercial denominada Miguel José Raio & Companhia.

O rompimento da sociedade comercial não significou o fim da amizade, uma vez que aproximadamente um ano depois da sociedade desfeita, Miguel José Raio testemunhou o casamento de Luís de La Roque, irmão de Henrique. Daniel Barroso afirma que “as testemunhas ocupam um lugar central, tanto no ‘rito’ em si, como no casamento como um ato social”. Para Barroso, as testemunhas eram alguém ‘especial’ e elas estavam para o casamento como as madrinhas e os padrinhos estavam para o batismo.<sup>928</sup> É inevitável concluir que a relação que Miguel mantinha com a família La Roque, umas das mais prestigiadas de Belém, com o enlace, automaticamente o conectava à família Gaudêncio da Costa.

Os pais de Miguel José Raio eram João Antonio Raio e sua mulher Brígida Maria Gonçalves de Oliveira, moradores da cidade de Braga. Além de Miguel, o casal teve outros cinco filhos, Jeronymo José Raio, Manoel José Raio, Anna Maria Raio, Angélica Benedicta Raio e Maria da Ajuda Raio.<sup>929</sup> Em fevereiro de 1830, o pai de Miguel, juntamente com outros súditos portugueses recebiam resposta da súplica remetida ao El-Rei, pedindo que lhes fosse permitido usar “Medalhas de ouro com a Real Effigie” do Soberano. Diante da súplica, fora concedida autorização aos súditos de usarem o paramento.<sup>930</sup> O Sr. João Antonio Raio, pediu autorização para que ele, sua esposa e todos os filhos também pudessem usar o distintivo. Nessa época, Miguel ainda era um adolescente.

Miguel José Raio nasceu em 1814 em São José de São Lázaro, em Braga. Migrou, de Portugal para o Brasil, saindo por Lisboa durante a década de 1830.<sup>931</sup> Provavelmente veio para o Maranhão, pois em fins da década de 1830, seu irmão, Jeronymo José Raio, encontrava-se em São Luís, como sócio de José de Brito Manso na firma comercial Brito & Raio. Em 23 de janeiro de 1841, os sócios pediram concordata da firma, para que no prazo de cinco anos, todos os débitos fossem quitados.<sup>932</sup> O motivo alegado por Jeronymo para dissolver a sociedade? Desejava passar ao Pará para se unir a seu irmão Miguel Raio.<sup>933</sup> Em 4 de fevereiro de 1845,

<sup>928</sup> BARROSO, Daniel Souza. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>929</sup> Gazeta de Lisboa, n. 034, de 9 de fevereiro de 1830, p. 135.

<sup>930</sup> Gazeta de Lisboa, n. 034, de 9 de fevereiro de 1830, p. 135.

<sup>931</sup> Habilitação de passaporte em Lisboa. *In*: GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente, 2016. *Op. cit.*, p. 131.

<sup>932</sup> Treze de maio, n. 489, de 12 de março de 1845, p. 2-3.

<sup>933</sup> Publicador Maranhense, n. 260, de 19 de fevereiro de 1845, p. 3.

Miguel José Raio, como procurador Geral e Bastante de seu irmão Jeronymo, registrava escritura de ampla e geral quitação dos débitos referentes a Jeronymo na firma Brito & Raio.<sup>934</sup>

Não sabemos ao certo o ano em que Miguel Raio chegou ao Pará, mas ao que parece sua chegada em Belém data da década de 1830, pois em 1830 ele se encontrava em Portugal e em 1º de janeiro de 1840 já estava em Belém. Ele casou-se em Belém com Maria Bernarda Ferreira de Lucena, provavelmente, no início da década de 1840, pois sua primeira filha Adelaide Maria José Raio nasceu em 1844 no Pará. Além de Adelaide, Miguel José teve mais dois filhos, Miguel José Raio e Gabriela Maria Raio. Como já destacado, no período de 1840 a 1870 (Tabela 9), ele era o maior consignatário de mercadorias depois de Francisco Gaudêncio da Costa. O maior volume de mercadorias destinadas a esse negociante chegavam dos portos de Nova York, com um total de 10 viagens, em seguida estava a Inglaterra, com 7 viagens e, por último, Portugal com 6 viagens.

Em 1º de janeiro de 1840, Miguel registrou com um compatriota já estabelecido no Pará, a sociedade Joaquim da Rocha Oliveira & Cia.<sup>935</sup> Nesse ínterim, ele registrou outra sociedade comercial com Henrique de La Rocque, a firma Raio & La Rocque.<sup>936</sup> Na sociedade com Henrique de La Rocque, a atuação centrava-se no comércio de longo curso, e com Joaquim da Rocha Oliveira a prioridade era o comércio local em Belém. Como já dissemos anteriormente, a firma Miguel José Raio & Henrique de La Rocque, constava como segundo nome na lista elaborada pelo cônsul, em 1849, dos portugueses mais ricos do Pará. Miguel Raio manteve-se nas duas sociedades por mais de uma década.

Em 1853, ele dissolvera suas duas sociedades comerciais para estabelecer sua própria firma, isto é, Miguel José Raio & Cia. Sua parte na sociedade com Henrique de La Rocque fora vendida ao sócio. Não por acaso, nesse mesmo ano ele comprou, em Braga, de José Maria Duarte Peixoto, um palácio que tinha sido construído em estilo rococó nos meados do século XVIII.<sup>937</sup> Anos depois, o prédio passaria a ser chamado de Palácio do Raio<sup>938</sup> (Figura 19). Em 1863, Miguel comprou os terrenos da frente de sua residência e mandou abrir uma espaçosa rua

<sup>934</sup> *Idem.*

<sup>935</sup> Treze de maio, n. 12, de 20 de junho de 1840, p. 3.

<sup>936</sup> Treze de maio, n. 251, de 9 de novembro de 1853, p. 4.

<sup>937</sup> OLIVEIRA, Eduardo Pires de. “André Soares. Uma sensibilidade entre o Barroco e o Rococó (1746-1769)”. **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património**. Porto, vol. IX-XI, 2010-2012, p. 127-148.

<sup>938</sup> O Palácio do Raio foi construído em 1754, por encomenda de João Duarte de Faria, um rico mercador de Braga. O palácio é conhecido também como Casa do Mexicano, e tem estilo barroco comum nas construções portuguesas. O palácio foi vendido em 1853 a Miguel José Raio, visconde de São Lázaro, ficando por isso conhecido como Palácio do Raio.

em frente ao palácio, para permitir uma melhor visão de sua casa e poder construir duas habitações para as suas filhas, Adelaide Maria e Gabriela Maria.<sup>939</sup>

**Figura 19 – Vista Frontal do Palácio do Raio**



**Fonte:** Eduardo Pires de Oliveira (2012)<sup>940</sup>

Essa ação de Raio faz lembrar uma atitude bastante comum entre os imigrados relacionada aos investimentos na terra natal, não apenas dos retornados, como é caso desse negociante que voltou para Portugal no final de sua vida, mas também de outros homens de negócios que, mesmo tendo permanecido no Pará, não rompiam os vínculos com a terra de origem. Assim, era comum por exemplo comprar prédios, investir em ações do Banco de Portugal, enviar dinheiro para instituições de caridade. Eram muitos os meios que ligavam esses homens afortunados a Portugal, ainda que suas riquezas tenham sido erigidas em terras distantes.

Retomemos a trajetória de Miguel como negociante de grosso trato no Pará. Além da casa comercial que possuía com Joaquim da Rocha Oliveira e a firma com Henrique de La Rocque, uma das atividades que Miguel desenvolveu, que lhe rendeu muitos dividendos, foi o estabelecimento de uma casa de venda de bilhetes de loteria.<sup>941</sup> Por longos anos, Miguel manteve essa atividade em funcionamento.

<sup>939</sup> WAYMARKING. [http://www.waymarking.com/waymarks/WMKN6N\\_Palacio\\_do\\_Raio\\_Braga\\_Portugal](http://www.waymarking.com/waymarks/WMKN6N_Palacio_do_Raio_Braga_Portugal).

<sup>940</sup> OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Op. cit.*, p. 145.

<sup>941</sup> Treze de maio, n. 570, de 10 de janeiro de 1846, p. 2; Treze de maio, n. 598, de 25 de abril de 1846, p. 3.

Outro recurso usado não só por Miguel, como também por outros negociantes do Pará para o provimento de capitais, foi a aquisição de bilhetes de Alfândega.<sup>942</sup> Em 23 de agosto de 1855, o inspetor da Tesouraria da Fazenda Pública oficiava dezesseis negociantes da praça do Pará, agradecendo-lhes por terem cumprido a obrigação de pagar os escritos antes do prazo estabelecido. Dentre os dezesseis nomes, consta a firma Miguel José Raio & Cia, como a que pegou o maior valor na Alfândega. Miguel havia adquirido dois bilhetes, que somaram 8:113\$572 réis<sup>943</sup> de um total de 52:583\$989 réis em bilhetes distribuídos. Encontramos também Miguel sacando letras de diversos valores.<sup>944</sup>

O Palácio em Braga, não foi a única aquisição de Miguel em imóveis, pois a partir desse ano encontramos diversos prédios urbanos em Belém de sua propriedade, na rua dos Mercadores, na rua do Imperador e na rua da Boa Vista.<sup>945</sup> Em 9 de março de 1854, Miguel arrematou em leilão a rocinha onde funcionava o centro dos Educandos, o valor investido no imóvel fora de quatro contos de réis.<sup>946</sup>

Nas propriedades mais bem localizadas, como a da rua da Boa Vista e da rua dos Mercadores, Miguel manteve a partir de 1850, armazéns de 1ª ordem, o que o relaciona aos negócios de grosso trato, uma vez que distribuía mercadorias para outros comerciantes da capital e do interior. Geralmente, os grandes negociantes eram possuidores de armazém, o que era necessário para guardar as mercadorias até sua redistribuição. Sua firma Miguel José Raio & Companhia mantinha negócios no ultramar.

Com o interior, localizamos Miguel Raio estabelecendo contatos mercantis com Bragança e Manaus. Em 1855, ele forneceu para a Câmara Municipal de Bragança mantimentos, sal e farinha.<sup>947</sup> Em 17 de agosto de 1860, uma sexta feira, partira de Belém no Vapor Manãos, rumo ao porto da capital do Rio Negro, na embarcação da Companhia de Navegação do Amazonas. Essa embarcação levava diversos passageiros, dentre os quais

<sup>942</sup> Os bilhetes da Alfândega ou escritos da Alfândega consistiam em remessas emprestadas pela Alfândega a capitalistas, mediante preenchimento de bilhetes que eram selados e assinados pelos capitalistas, os quais ficavam retidos e dentro de um prazo pré-estabelecido devolviam o capital emprestado acrescido de juros. Por outro lado, todos os bilhetes concorriam a um sorteio, na forma de uma loteria. Esse instrumento era regido pelas Leis nº 369 de 18 de setembro de 1815 art. 30, e nº 514 de 28 de outubro de 1848 art; 46, a partir de 1859, passou a ser regulamentado pelo Decreto Imperial nº 2.473, de 24 de setembro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2473-24-setembro-1859-557539-publicacaooriginal-77978-pe.html>. Acesso em 23 de out. 2016.

<sup>943</sup> Treze de maio, n. 537, de 1 de setembro de 1855, p. 3.

<sup>944</sup> Treze de maio, n. 293, de 16 de fevereiro de 1854, p. 2.

<sup>945</sup> Treze de maio, n. 258, de 26 de novembro de 1853, p. 4; Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854, p. 5;

<sup>946</sup> Treze de maio, n. 306, de 18 de março de 1854, p. 4.

<sup>947</sup> Treze de maio, n. 566, de 19 de outubro de 1855, p. 1.

destacamos Miguel José e Lúcio de Sousa Machado, os quais aportaram na barra do Rio Negro às 11 horas da manhã do dia 22 de agosto.<sup>948</sup> É de se supor que durante os dias de viagem na mesma embarcação, Miguel Raio e Lúcio Machado tenham discutido sobre o andamento de seus negócios.

A respeito de sua atuação como negociante de longo curso, encontramos em 22 de abril de 1854, fundeando na baía de Guajará, a escuna americana Adelphi, vinda de New York, pelo Maranhão, com sua carga consignada a Miguel Raio. A mercadoria importada incluía 50 barricas de bacalhau, 10 amarrados com machados, 1.000 resmas de papel, 5 barris com prego, 40 volumes de fazendas, 200 caixas com foguetinhos, 10 caixas com cera de espermacete, 400 barricas com farinha de trigo, 312 barris com chumbo para munição e muitos outros produtos.<sup>949</sup> Ademais, ele recebeu no ano seguinte muitos outros carregamentos, provenientes de Lisboa, Liverpool, Nova Iorque, Tarragona e Málaga.<sup>950</sup> Miguel não era responsável só por mercadorias chegadas ao Pará, também é comum o carregamento de embarcações destinadas a exportação estarem sujeitas a firma Miguel José Raio & Cia.

A partir do final dos anos de 1850, passou a ser comum anúncios no periódico *Treze de maio*, informando que Miguel José Raio retirava-se do Pará para fora do império, com destino a Lisboa ou Londres.<sup>951</sup> E enquanto ele estivesse fora, estariam responsáveis pelos seus negócios, como procurador, Luís de La Rocque ou os agentes de leilão Alvarenga ou Carvalho, que ficavam responsáveis de receber e distribuir as mercadorias em Belém.<sup>952</sup> Com suas idas e vindas a Europa, Miguel levava parte de seu capital para investir por lá. Em 1864 ele investiu parte de seus dividendos na compra de ações para criar um banco em Portugal, o Banco do Minho, com sede em Braga, o qual foi fundado em 14 de abril de 1864, com capital inicial de 600 contos.<sup>953</sup>

Miguel Raio mantinha uma estreita relação comercial e pessoal com a família La Rocque. Por diversas ocasiões eles estiveram juntos, nos casamentos de Henrique e Luís, na sociedade comercial que estabeleceram nos seus primeiros tempos no Pará. Uma situação que

<sup>948</sup> Estrella do Amazonas, n. 476, de 25 de agosto de 1860, p. 2.

<sup>949</sup> *Treze de maio*, n. 322, de 25 de abril de 1854, p. 4.

<sup>950</sup> *Treze de maio*, n. 467, de 29 de março de 1855, p. 8; *Treze de maio*, n. 510, de 5 de julho de 1855, p. 4; *Treze de maio*, n. 583, de 9 de novembro de 1855, p. 8.

<sup>951</sup> *Treze de maio*, n. 04, de 16 de fevereiro de 1861, p. 7.

<sup>952</sup> *Treze de maio*, n. 580, de 6 de novembro de 1855, p. 4; *Treze de maio*, n. 06, de 23 de fevereiro de 1861, p. 8.

<sup>953</sup> MENDONÇA, Artur Ângelo Barracosa. Contributos para a história da expansão do sistema bancário no espaço regional (1874-1930): o caso do Algarve. In: **XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social**. Universidade de Coimbra, 2011.

novamente uniu Miguel Raio aos irmãos La Rocque ocorreu em 1857. Em maio daquele ano, ocorreu, em Belém, uma situação muito delicada. O 1º tenente da Armada Nacional e Imperial, o Sr. Antonio Corrêa de Brito, comandante do vapor Guanabara, da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, chegava em Belém as 4 horas da tarde do dia 13 daquele mês.

Na embarcação, ele trazia um caixote com 10 contos de réis, em moeda papel, que tinham sido remetidos do Tesouro Nacional para a Fazenda do Tesouro Provincial. Quando o comandante foi entregar o caixote ao inspetor, esse abriu a dita caixa na frente do tenente, e para surpresa de todos, o caixote estava vazio. O comandante da embarcação, não sabendo o que havia ocorrido, deprimiu-se, pois, sua conduta e honradez era ilibada e proba. Sabendo do ocorrido, um grupo de cinco dignos negociantes da Praça do Pará, que conheciam a conduta exemplar do tenente, se prontificaram a emprestar os dez contos, a fim de que ele restituísse a fazenda pública.

Os negociantes que emprestaram a quantia foram Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos, com 5:000\$000, Henrique de La Rocque & Cia., com 2:000\$000, Miguel José Raio & Cia., com 1:000\$000, José Antonio Affonso, com 1:000\$000 e Joaquim Francisco Ramos da Cruz, com 1:000\$000. Assinaram como testemunhas do empréstimo, João Pinto de Araújo, La Rocque & Irmãos, Lúcio de Sousa Machado, Antonio da Motta Marques & Irmão, além de outros negociantes do Pará.<sup>954</sup> Assim como ocorrera no casamento na casa de Francisco Gaudêncio em 1848, mais uma vez temos um evento em que figuram Francisco Gaudêncio da Costa, Miguel José Raio e Henrique de La Rocque. Essa repetição de ocorrências mostra que eles mantinham uma forte rede de relações, familiar e comercial.

Falando em redes, Miguel Raio, participou nos anos de 1851-52 da Mesa Diretora da Santa Casa da Misericórdia (Tabela 17), exercendo a função de recebedor, uma função importante na instituição, uma vez que por sua mão passava os fundos da fundação. Em 1860, assumiu a Presidência da Sociedade Beneficente portuguesa em Belém,<sup>955</sup> o que mostra seu prestígio frente aos lusitanos do Pará, e sua ligação com a terra natal.

O negociante Miguel José Raio apareceu também socorrendo as vítimas do naufrágio de 1858, as mesmas que receberam doação de Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos. Mas havia uma diferença entre a sua doação e a realizada por Gaudêncio, pois, o valor doado por

<sup>954</sup> Diário do Commercio do Pará, 15 de maio de 1857. Republicado em o Publicador Maranhense, n. 113, de 19 de maio de 1857, p. 3.

<sup>955</sup> VIANNA, Arthur. 1914. *Op. cit.*, p. 39-42.

Raio chegou ao total de 50\$000, o maior valor oferecido como socorro aos indivíduos envolvidos naquele incidente.<sup>956</sup>

Por tudo que acumulou e representou para o comércio do Pará, Miguel José Raio recebeu o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, ordem militar, que a partir dos meados do século XVIII, se tornou a mais comum concessão aos comerciantes, como símbolos de prestígio e honraria<sup>957</sup>. No Brasil independente, a Ordem de Cristo continuou a ser uma mercê de prestígio e requisitada pelos grandes negociantes.<sup>958</sup>

Se Miguel recebeu honrarias no Brasil, Portugal não lhe deixaria de fora. Em 3 de dezembro de 1870, o rei de Portugal, D. Luís I, lhe concedeu o título de Visconde de São Lázaro.<sup>959</sup> Lembremos que em 1830, seu pai havia pedido autorização ao rei para que seus filhos pudessem carregar no peito uma efígie do soberano. Com essa condecoração, Miguel repetia o que deve ter feito em sua juventude, mas a diferença era que agora o galão era de Visconde, o primeiro de São Lázaro, sua cidade natal.

Depois de sua longa atuação no comércio ultramarino, ligando o Pará a Portugal, Inglaterra e Estados Unidos, e no comércio interno, conectando Belém com Manaus, Bragança e talvez outras praças, na década de 1870, Miguel retornou a Portugal, onde falecera em 14 de agosto de 1875. Entretanto, antes de sua partida eterna, Miguel mandou confeccionar um retrato que hoje se encontra exposto na entrada do Palácio do Raio (Figura 20).

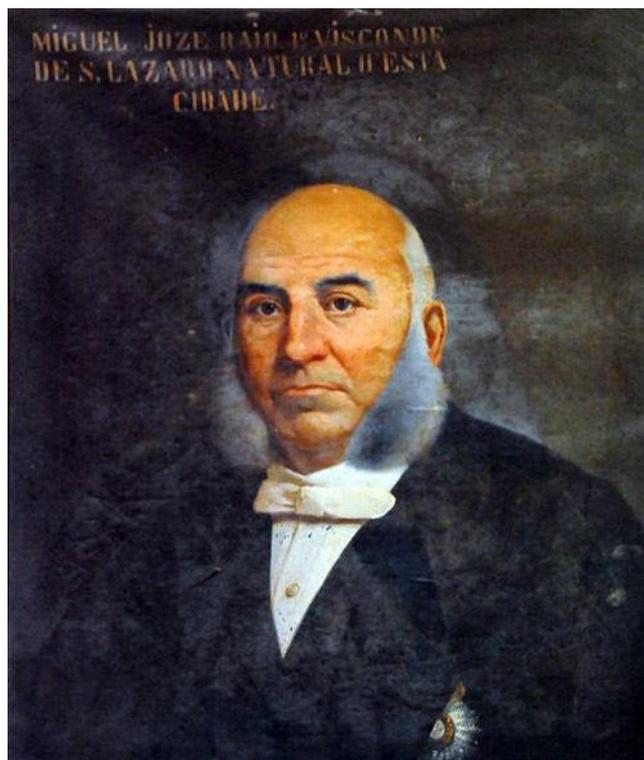
<sup>956</sup> Gazeta Oficial, n. 8, de 12 de janeiro de 1859, p. 2-3.

<sup>957</sup> A respeito da Ordem de Cristo na colônia cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2005; RODRIGUES, Aldair Carlos. **Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras, câmaras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais, século XVIII)**. Disponível em: <http://www.iict.pt/pequenanoBREZA/arquivo/Doc/t4s1-03.pdf>; MENEZES, Mozart Vegetti e GUEDES JUNIOR, Antonio F Cordeiro. **Ordem, Império e Poder nos primeiros anos do Brasil Colônia. Anais do IV Congresso Internacional de História**. 9 a 11 de setembro de 2009. Maringá. Paraná. <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/443.pdf>.

<sup>958</sup> OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Op. cit.*

<sup>959</sup> ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e Brasil**. 3 vols. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1989. Vol. 3, p. 328.

**Figura 20 – Retrato de Miguel José Raio**



Fonte: Geneall (2016)<sup>960</sup>

A casa de Braga adquirida por Miguel em 1853, quando ainda morava em Belém, transformou-se no centro de visitação que leva seu nome, Palácio do Raio. O retrato traz no alto os dizeres “Miguel José Raio 1º Visconde de S. Lázaro natural desta Cidade.” Um detalhe que não ficou de fora na pintura foi o galão que estampa sua honraria.

A trama tecida por Raio desde os tempos no Maranhão, depois indo ao Pará, entrelaçando suas transações com Henrique e Luís de La Rocque, cruzando o Atlântico e ligando o Pará a Europa, América e ao interior da província lhe possibilitou amear fortuna, que fora convertida em imóveis, ações no banco do Minho e títulos honoríficos que recebeu no Brasil e em Portugal, os quais se encontram personificados no Palácio do Raio e em seu retrato.

#### **4.3.4. Henrique de La Rocque**

Outro português que se destacou como negociante de grosso trato e amear fortuna através do comércio no Pará foi Henrique de La Rocque. Henrique era de ascendência luso-

<sup>960</sup> [http://photos.geni.com/p13/b3/e3/57/76/5344483f2b903312/1\\_original.jpg](http://photos.geni.com/p13/b3/e3/57/76/5344483f2b903312/1_original.jpg)

francesa. Sua avó Luísa de La Rocque era de uma família de nobres franceses que por conta da perseguição empreendida pela Revolução, migrou com o restante da família para o Porto, onde chegou em 1790. Em terras lusitanas, ela conheceu o governador do castelo de Matosinhos Antônio Teixeira de Mello, com quem se casou. Do matrimônio nasceu Jean Louis de La Rocque<sup>961</sup> que se envolveu em atividades mercantis no Porto, Praça onde estabeleceu casa de Comércio que passaria a negociar com a França e anos depois com o Brasil.<sup>962</sup>

Na vida pessoal, Jean de La Rocque enamorou-se de Rosa Albertina de Mello, com quem contraiu núpcias. Rosa, logo lhe daria um primogênito, a quem chamariam Jean Louis de La Rocque II. Além de Jean Louis II, o casal teve outros filhos, todos homens, Luís de La Rocque, Guilherme de La Rocque e Henrique de La Rocque. Este último, nascido em 30 de janeiro de 1817, na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos, Distrito e Bispado do Porto.<sup>963</sup>

Como dito acima, além das negociações que a casa comercial de Jean Louis estabeleceu com portos franceses, a partir de 1830, também passou a negociar com o Maranhão, o que levou o primogênito a viajar para o Brasil.<sup>964</sup> Depois vieram os irmãos Luís, em 1834,<sup>965</sup> e Guilherme, em 1836.<sup>966</sup> No ano seguinte, 1837, Henrique de La Rocque emigrou para São Luís, onde encontrou os irmãos já residentes.<sup>967</sup> Querendo expandir os negócios da família, Henrique decidiu visitar a praça comercial do Pará a fim de estabelecer contatos comerciais. Sua viagem ao Pará lhe agradara, o que fez com ele viesse a estabelecer morada na cidade. Depois seus irmãos também vieram residir no Pará.

No início de 1840, Henrique de La Rocque registrara, em Belém, sociedade comercial com o português Miguel José Raio.<sup>968</sup> Ainda na década de 1840, os quatro irmãos abriram a

<sup>961</sup> SOUZA, Henrique Arthur. **Henrique de La Rocque**. Coleção Grandes vultos que honraram o Senado. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013, p. 19-22.

<sup>962</sup> Correio Braziliense ou Armazém Literário, vol. XVII. Seção Commercio e Artes, p. 158-178. 1816, p. 173.

<sup>963</sup> SOUZA, Henrique Arthur. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>964</sup> Livro de registro de entrada de imigrantes em São Luís do Maranhão. Cadastramento feito de 1831 a 1855. Registro n. 203. *In*: SOUZA, Henrique Arthur. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>965</sup> Livro de registro de entrada de imigrantes em São Luís do Maranhão. Cadastramento feito de 1831 a 1855. Registro n. 1030. *In*: SOUZA, Henrique Arthur. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>966</sup> Livro de registro de entrada de imigrantes em São Luís do Maranhão. Cadastramento feito de 1831 a 1855. Registro n. 1259. *In*: SOUZA, Henrique Arthur. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>967</sup> SOUZA, Henrique Arthur. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>968</sup> Treze de maio, diversos números do ano de 1840.

firma La Rocque & Irmãos,<sup>969</sup> com armazém localizado na Travessa do Pelourinho,<sup>970</sup> a qual ficou sendo gerenciada pelos irmãos de Henrique.

À medida que os negócios mercantis no Pará progrediam Henrique de La Rocque ganhava notoriedade e simpatia da classe de negociantes. Os negócios da firma com Miguel José Raio, Miguel José Raio & Henrique de La Rocque, permitiram passear entre as famílias de negociantes portugueses já estabelecidos no Pará. Foi nesse contexto que Henrique conheceu a portuguesa também do Porto, Mathilde Isabel Gaudêncio da Costa, filha do negociante de grosso trato que já tratamos anteriormente.

Em 30 de janeiro de 1848, um dia de domingo, data do aniversário natalício de Henrique de La Rocque, quando ele completava exatos 31 anos, celebrou-se uma festa na casa de Francisco Gaudêncio da Costa, mas o motivo da celebração era outro, o enlace matrimonial de Henrique de La Rocque com Mathilde Isabel Gaudêncio. Na ritualística do cerimonial, assinaram como testemunhas do casamento primeiro o pai da nubente e depois o Sr. Miguel José Raio, sócio do noivo na sociedade comercial citada acima.<sup>971</sup> Do casório nasceram Henrique de La Rocque Junior, João Luiz de La Rocque e Augusto de La Rocque.<sup>972</sup>

No mesmo ano de 1848, o naturalista inglês Henry Walter Bates cita que encontrou em Cametá um comerciante português que ele chamou de Sr. La Rocque<sup>973</sup> Acredita-se que se trate de algum dos irmãos de Henrique de La Rocque que estivesse espraiando os negócios da família pelo interior da província, talvez João Luís de La Rocque ou Guilherme porque encontrou-se por diversas ocasiões o nome deles partindo de Belém para a referida cidade do interior.<sup>974</sup>

Retornando as atividades mercantis e da vida financeira do Sr. Henrique de La Rocque, após quase uma década de funcionamento do empreendimento societário com Miguel Raio, os negócios haviam prosperado tanto, que permitiu à firma Miguel José Raio & Henrique de La Rocque Cia. figurar na seleta lista dos súditos portugueses com fortunas avaliadas acima de cinquenta contos de réis.<sup>975</sup>

<sup>969</sup> Treze de maio, números a partir de 1845.

<sup>970</sup> Treze de maio, n. 816, de 12 de julho de 1848, p. 4.

<sup>971</sup> Livro de assentos de Casamento da Freguesia da Sé de Belém. Livro I. Compilados em Banco de Dados, disponibilizado gentilmente por Daniel Barroso.

<sup>972</sup> CMA. Testamento de Henrique de La Rocque. Citado no Inventário.

<sup>973</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>974</sup> Gazeta Oficial n. 5, de 9 de janeiro de 1859, p. 3.

<sup>975</sup> MNE. Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros. Cx. 524. ano de 1843 a 1856. Doc. 135. Mç. 1849.

A firma Raio & La Rocque Cia. fora encontrada nos anúncios dos jornais da época, atuando ativamente como consignatária de mercadorias entradas e saídas na província, com ligação direta aos portos da Europa e da América do Norte.<sup>976</sup> Apesar disso, ou justamente por causa desse intenso movimento da firma, em 1º de novembro de 1853, Miguel José Raio e Henrique de La Rocque registraram escritura pública anuindo que a sociedade fora “dissolvida de comum acordo entre os sócios, ficando a cargo de Henrique de La-Rocque o activo e o passivo do estabelecimento” na mesma ocasião Henrique comunicava “que continuará no mesmo giro de negócio, que tem tido até hoje e com a nova firma de Henrique de La Rocque & C.<sup>a</sup>”<sup>977</sup>

Como enfatizado por ele, a nova firma Henrique de La Rocque & Cia continuaria no mesmo giro de negócios já estabelecidos. Após essa emancipação, a nova firma ganhara um armazém na rua da Boa Vista, bairro da Campina, onde se guardava pipas de vinho do Porto, barris de pólvora, barris de farinha de trigo, barris de vinagre, barricas com bacalhau, fardos de fazenda de algodão, sacos de cimento, resmas de papel, banha de porco, vela de spermacete, foguetes da china, relógios americanos e franceses, ferragens,<sup>978</sup> além de tantos outros produtos que eram revendidos às lojas, tabernas e padarias da capital e do interior. O referido armazém passou também a ser usado pelos agentes de leilão da cidade – George Newell, Joaquim Freire de Almeida, Antonio José de Carvalho, Domingos Monteiro Ribeiro Alvarenga e Antonio José Rodrigues – como espaço de arrematação.<sup>979</sup> O que se observou nos anos seguintes foi que Henrique aumentara sua participação no comércio transatlântico como consignatário de produtos americanos, portugueses e franceses.

Naquele mesmo ano de 1853, encontramos Henrique de La Rocque como Secretário da Diretoria do Banco Commercial do Pará,<sup>980</sup> instituição bancária da qual o negociante já era integrante desde o ano de sua fundação, em 1852, e onde mantinha ações e títulos investidos<sup>981</sup>. Sobre a instalação desse primeiro Banco na província no Pará, sob o incentivo do Sr. Dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província, nomeou-se uma comissão composta pelos

<sup>976</sup> Treze de maio, n. 247, de 26 de outubro de 1853, p. 4.

<sup>977</sup> Treze de maio, n. 251, de 9 de novembro de 1853, p. 4.

<sup>978</sup> Treze de maio, n. 367, de 8 de agosto de 1854, p. 4.

<sup>979</sup> Treze de maio, n. 722, de 28 de abril de 1856, p. 4; Gazeta Official n. 23, de 29 de janeiro de 1859, p. 4. Gazeta Official n. 41, de 21 de fevereiro de 1859, p. 4.

<sup>980</sup> Treze de maio, n. 247, de 26 de outubro de 1853, p. 4.

<sup>981</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado ao exm.o snr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Gram Pará, pelo commendador Fausto Augusto d'Aguiar por ocasião de entregar-lhe a administração da província no dia 20 de agosto de 1852. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852, p. 46-48.

negociantes Henrique de La Rocque, João Augusto Corrêa e Vicente Ruiz, responsáveis pela criação da instituição financeira. Deprendemos que a atuação de Henrique de La Rocque como homem de negócio na cidade de Belém fosse expressiva, uma vez que ele fora escolhido para compor tal comissão.

No relatório de governo, o presidente da província enfatizara que contribuíram de forma relevante para o sucesso da instalação do banco os trabalhos de algumas pessoas, os quais tinham angariado um bom número de acionistas. Nas palavras do presidente “o que se já se realizou, principalmente pelas diligencias e atividades dos **dignos negociantes – Francisco Gaudêncio da Costa, Henrique de La Rocque,** e Vicente Ruiz.”<sup>982</sup> Aqui notamos Henrique atuando em parceria com o cunhado Gaudêncio Junior.

A arte de negociar e articular alianças parece que foi uma coisa que Henrique aprendeu bem, talvez desde os tempos em que ajudava seu pai no Porto com a casa de comércio da família. Nessa mesma década de 1850, temos o registro de Henrique de La Rocque mantendo sociedade com Ana Joaquina Rosa dos Santos Smith. Luciana Marinho nos dá detalhes do caso.

A sociedade que o negociante Henri de La Roque mantinha com Ana Joaquina Rosa dos Santos Smith, igualmente serve para exemplificar investimentos em bens rurais, por parte de sujeitos vinculados à atividade mercantil. Os dois eram donos do engenho “São Matheus”, movido à água e a vapor, com todos os seus pertences, na ilha do Outeiro, com moendas para fabricar açúcar, três alambiques para a destilação de aguardente, casa de purgar e canaviais (...) e o sítio “Água Boa”<sup>983</sup>.

O capital adquirido em sociedade com Miguel Raio, na outra sociedade da família – La Rocque & Irmãos –, nas propriedades rurais com Ana Smith e na nova firma – Henrique de La Rocque & Cia. –, permitiu a Henrique se estabelecer como um dos grandes negociantes da capital da província dos meados do oitocentos.

Em junho de 1854, a família La Rocque tecia mais uma aliança com a família Gaudêncio da Costa. Dessa vez, seria o casório de Luís de La Roque com Emília Ludovina Gaudêncio da Costa, a outra filha de Francisco Gaudêncio. Novamente o ex-sócio Miguel Raio estava presente no evento como padrinho dos noivos,<sup>984</sup> o que nos mostra que a dissolução da

<sup>982</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado ao exm.o snr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Gram Pará, pelo commendador Fausto Augusto d'Aguiar por ocasião de entregar-lhe a administração da província no dia 20 de agosto de 1852. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852., p. 47. [Grifo nosso].

<sup>983</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 152-153.

<sup>984</sup> Livro de assentos de Casamento da Freguesia da Sé de Belém. Livro I. Compilados em Banco de Dados, disponibilizado gentilmente por Daniel Barroso.

firma citada acima não ocorreu por contenda entre os societários, uma vez que as relações familiares construídas a partir de laços de compadrio continuaram sólidas.

As atividades mercantis dos La Rocque para o ano de 1854 ainda não haviam se encerrado. Por ocasião da disposição reguladora apresentada no Código Comercial de 1850, que tornava obrigatório o registro de todos os estabelecimentos comerciais junto aos Tribunais do Comércio, em julho de 1854, Henrique de La Rocque partira para Pernambuco, o porto mais próximo do Pará, onde havia Tribunal do Comércio. O motivo da viagem? Registrar sua casa comercial, a qual fora cadastrada junto ao tribunal como “Casa de Comércio de grosso trato.” Nesse registro um detalhe merece ser destacado, Henrique informa que a nacionalidade de sua casa de comércio é francesa e não portuguesa.<sup>985</sup> Em fins desse mesmo ano de 1854, seu irmão Jean Louis de La Rocque viajou para Recife para registrar a firma La Rocque & Irmãos. Assim como fizera o irmão Henrique, Jean Louis informou tratar-se de uma “firma social francesa”.<sup>986</sup>

Percebeu-se ocorrer por outras vezes os irmãos La Rocque identificando-se como franceses. Sobre essa questão de nacionalidade, Gladys Sabina Ribeiro escreveu que a nacionalidade não está ligada somente ao local de nascimento, mas trata-se de uma questão mais ampla que envolve acima de tudo pertencimento e identificação.<sup>987</sup> Como enfocado acima, os irmãos La Rocque aqui referidos já eram a segunda geração dos La Rocque a nascer em terras portuguesas, e aventamos a hipótese de que, seja pela ascendência nobre dessa família onde eles se identificavam mais com a origem francesa, seja no caso do registro no Tribunal do Comércio no Recife, e mesmo em Belém, o ser francês era mais palatável face ao forte sentimento anti-lusitano ainda presente nestas cidades.

Quando chegaram ao Maranhão, os irmãos La Rocque tiveram que se registrar no cadastro de imigrantes. Guilherme de La Rocque ditou os seguintes termos ao escrivão: “Eu abaixo assignado declaro que sou Francês natural da cidade do Porto Portugal.”<sup>988</sup> Todos os demais irmãos ditaram ao escrevente expressões semelhantes. Pode parecer contraditório, mas, segundo Eric Hobsbawm, ainda para a primeira metade do século XIX, as palavras nação e naturalidade não tinham o mesmo significado após 1850<sup>989</sup>. Não foi por outra razão que os

<sup>985</sup> JUCEPA. Registro de matrículas dos comerciantes; agentes auxiliares de commercio de 1854 a 1855. Livro 1. Sobre esse detalhe faremos mais comentários no capítulo 4.

<sup>986</sup> JUCEPA. Registro de matrículas dos comerciantes; agentes auxiliares de commercio de 1854 a 1855. Livro 1.

<sup>987</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*

<sup>988</sup> Livro de registro de entrada de imigrantes em São Luís do Maranhão. Cadastramento feito de 1831 a 1855. Registro n. 1259.

<sup>989</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

irmãos faziam questão de separar local de nascimento de nacionalidade. Como veremos no capítulo 5, Henrique de La Rocque depois de conquistar fortunas no Pará, decidiu regressar. Como um bom francês nascido em Portugal, resolveu passar os últimos dias de sua vida na terra amada, Paris, onde falecera.

Retornemos a trajetória dos irmãos La Rocque nas atividades mercantis. Em 1857, a sociedade que girava sob a firma La Rocque & Irmãos também fora dissolvida,<sup>990</sup> e, na ocasião, Henrique de La Rocque retirou-se da sociedade que mantinha com os três irmãos, os quais passaram a constituir a sociedade João Luís de La Rocque & Cia. No ano seguinte, 1858, o presidente da província, João da Silva Carrão, falando em colonização, citou que dois homens de negócio da província mereciam ser lembrados por serem os únicos que receberam subvenção e tinham de fato introduzido colonos no Pará. Os dois eram José do Ó de Almeida e Henrique de La Rocque. Referindo-se ao Sr. La Rocque, ele escreveu,

Devo igualmente mencionar aqui o negociante desta praça Henrique de La Rocque, que na ilha de Quatioba, além da ilha das Onças, tem um importante estabelecimento em que cultiva a canna com escravos, importou em janeiro deste anno doze colonos alemães, inclusive uma família de 3 membros, que se empregão na mesma cultura da canna, e se empregarão em breve na do cacáo que o proprietário pretende cultivar em ampla escala.<sup>991</sup>

Pelo que informou o presidente, a propriedade de Henrique de La Rocque já vinha produzindo cana a algum tempo, o que indica que Henrique tinha se inserido no circuito agrário, e agora atuava tanto na exportação como na produção de gêneros agrícolas, agregando valor as suas transações transatlânticas. Em fins da década de 1850, a riqueza de Henrique de La Rocque já era sólida e, a partir desse período, encontramos o negociante realizando transações em que ele aparece mais como credor do que como devedor. Uma dessas situações ocorreu em 1857, quando Henrique registrou escritura pública da negociação que realizou com Francisco da Ponte e Souza.<sup>992</sup> Na escritura registrada, Henrique aparece como credor de uma dívida com hipoteca. Cinco anos depois, em 1862, os mesmos contratantes se dirigiram novamente ao cartório, todavia, dessa vez para registrarem o documento de Quitação da dívida gerada em 1857.<sup>993</sup>

<sup>990</sup> Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Lv. 63, fl. 140.

<sup>991</sup> PARÁ. Relatório do Presidente de Província. Discurso da abertura da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858. Pelo Presidente Dr. João da Silva Carrão. Pará: Typ. Do Diario do Commercio, 1858, p. 44-45.

<sup>992</sup> Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Lv. 63, fl. 144v.

<sup>993</sup> Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Lv. 71, fl. 76v.

Como já dissemos, Henrique de La Rocque teceu muitas estratégias de circulação entre as elites paraenses de meados século XIX, começando pela sociedade comercial estabelecida com Miguel José Raio, passando pelas alianças matrimoniais que ele e seu irmão Luís estabeleceram com as mulheres da família Gaudêncio da Costa. Pela participação no Banco Commercial do Pará, pela sociedade agrária com Ana Joaquina Rosa dos Santos Smith. Seguindo essas tessituras, em 1863, Henrique faria uma proposição para Jaime Pombo Brício – filho do Comendador Marcos Antônio Brício, o II Barão de Jaguarari – membro da elite agrária da província. A proposta feita? O estabelecimento de uma Sociedade Rural, que fora aceita por Jaime.<sup>994</sup>

Como destacaram Cristina Cancela e Luciana Marinho, os membros da família La Rocque tinham como ocupação principal a atividade mercantil, sem, no entanto, deixarem de lado a participação no setor agrário, que desenvolviam em parcerias – parentais ou societárias – com membros da elite já estabelecida como dona da terra desde tempos coloniais.<sup>995</sup>

Apesar de todas essas relações tecidas por Henrique de La Roque, ele atuou na governança da província apenas de forma indireta, não chegando a ocupar cargos como Camarário, Deputado ou Senador, pelo menos não se encontrou nenhum registro dele ocupando essas funções. Aliás, essa era uma área restrita aos filhos da terra, os descendentes da “antiga elite” da província e que a nova elite emergente – os negociantes – começaram a adentrar somente mais tarde, e na maioria das vezes por intermédio de seus descendentes que vieram das relações matrimoniais com os membros da “antiga elite”.<sup>996</sup>

Uma análise das relações dos membros da Assembleia Provincial, da Assembleia Geral, do Senado e da Câmara de Belém, revela que a maioria das cadeiras eram invariavelmente ocupadas por clérigos, doutores – médicos e bacharéis em direito – descendentes da “antiga elite agrária” e profissionais do alto escalão administrativo da província ou oficiais militares de altas patentes. Para ilustrar o que estamos dizendo, citemos a composição da Assembleia Legislativa Provincial eleita para os anos de 1842-1843. Dos 26 membros que a compunham, 12 eram doutores, 6 eram clérigos e 7 eram funcionários/militares, enquanto que apenas um comerciante fez parte da lista, trata-se do comerciante português José

<sup>994</sup> Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Lv. 73, fl. 87.

<sup>995</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Op. cit.*, p. 297. BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 148.

<sup>996</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*

Pinto de Araújo, que recebeu apenas 3% dos votos (87), ocupando a 23ª posição da lista, apesar do prestígio que o comerciante gozava.<sup>997</sup>

Mesmo sem ter assumido cargos elegíveis, Henrique de La Rocque participou da administração pública através de comissões estabelecidas pela presidência da província, como a que fora criada para introduzir colonos europeus a partir da segunda metade da década de 1850<sup>998</sup>, e no mesmo período atuou na Comissão para a criação do Banco Commercial do Pará, do qual foi secretário e acionista do já referido banco.

Na ocasião da reestruturação da Praça do Comércio, ocorrida em fevereiro de 1864, Henrique de La Rocque não esteve presente, mas seu irmão Luís esteve representando os negócios da família La Rocque.<sup>999</sup> Naquele mesmo ano, numa outra reunião ocorrida em novembro, quem esteve presente representando os La Rocque fora o primogênito João Luís.<sup>1000</sup> No ano seguinte, em agosto de 1865, durante a composição da Comissão Diretora da instituição, Francisco Gaudêncio da Costa Junior fora escolhido para assumir a função de vice-presidente e o cunhado Luís de La Rocque selecionado para o cargo de secretário.<sup>1001</sup> Para os anos seguintes é comum encontrarmos Henrique de La Rocque ou seus irmãos participando das reuniões dessa associação comercial.<sup>1002</sup> Isso nos mostra como os membros da família La Rocque foram atuantes em entidades dessa natureza.

Outra importante instituição de sociabilidade que encontramos os La Rocque inseridos, foi a Santa Casa da Misericórdia. Para o período de 1861-62, Luís de La Rocque fora nomeado pelo presidente da província para ocupar o cargo de Mordomo Substituto (Tabela 17). Como já discutimos, a inserção dos imigrantes integrantes da elite emergente nessa instituição fora lenta e tardia, somente a partir de meados do oitocentos,<sup>1003</sup> portanto, a presença de Luís de La Rocque sendo nomeado para ocupar uma função na mesa diretora, embora como substituto, evidencia a influência que Henrique e seus irmãos haviam conquistado junto as elites paraenses.

Como discutido a pouco, Henrique de La Rocque e seus irmãos consideravam-se “franceses do Porto”. Diante dessa ponderação, fica fácil compreender porque existe um

<sup>997</sup> Treze de maio, n. 148, de 23 de outubro de 1841, p. 786.

<sup>998</sup> Relatório de Presidente da Província, 07 de abril de 1858.

<sup>999</sup> CRUZ, Ernesto. 1996. *Op. cit.*, p. 156.

<sup>1000</sup> *Idem, ibidem*, p. 157.

<sup>1001</sup> *Idem, ibidem*, p. 158.

<sup>1002</sup> *Idem, ibidem*, p. 158-169.

<sup>1003</sup> HENRIQUE, Márcio Couto. *Op. cit.*, p. 391.

distanciamento desses imigrantes do Porto das redes sociais e atividades tipicamente portuguesas, como o Grêmio Literário e Recreativo Português, as festas e demais momentos oficiais realizados sob os auspícios do consulado português, a participação na Sociedade Beneficente Portuguesa. Verificamos a inexistência de registros desse negociante no consulado português. Talvez devêssemos buscar informações dos La Rocque no Consulado francês. E, certamente, se tivesse existido a Sociedade Beneficente Francesa eles seriam membros cativos. Não raras vezes localizamos os irmãos La Rocque sendo despachados para a cidade do Porto, ou para a França.<sup>1004</sup>

Diante disso, compreendemos porque mesmo Henrique de La Rocque tendo amealhado uma fortuna de mais de 1.206 contos de réis,<sup>1005</sup> ele não tenha recebido nenhuma comenda, nenhuma honraria, nenhum título honorífico – pelo menos não conseguimos localizar – nem do governo brasileiro, tampouco do governo português.

Como parte essencial na vida de um “respeitável negociante” oitocentista, não poderíamos deixar de citar que Henrique também participou de obras de benevolência, como a subscrição que socorreu os naufragos do Brigue português Rocha que partira do Pará em direitura ao Porto. A oferta apresentada pelo Sr. La Rocque fora de 25\$000 réis.<sup>1006</sup>

Retomando o curso da atividade mercantil de Henrique de La Rocque, achamos para o ano de 1867, em edital publicado pela Inspeção da Tesouraria da Fazenda Pública (Tabela 15), o Sr. La Rocque sendo cobrado pela fazenda pelos impostos referentes à exportação que sua firma Henrique de La Rocque & Cia. havia realizado no ano de 1866 e que ainda não tinham sido quitados com o órgão fiscal. A taxa cobrada era sobre as cifras de 41:503\$500<sup>1007</sup> exportados. É provável que a firma exportadora de Henrique tenha remetido aos portos estrangeiros muito mais produtos, pois o que estava sendo cobrado era apenas a parcela não quitada das negociações realizadas no ano que havia se encerrado.

Como será discutido com mais detalhes no capítulo 5, uma das áreas de grande atuação de Henrique de La Rocque foi a participação em instituições bancárias. Convém lembrar novamente que ele fora um dos sócios fundadores do Banco Commercial do Pará em 1852. Falando em bancos, em 21 de março de 1855 o Ministério da Fazenda publicava o decreto nº

<sup>1004</sup> Jornal do Pará, n. 064, de 17 de março de 1867, p. 2.

<sup>1005</sup> CMA. Inventário *post-mortem*. Henrique de La Rocque. Cartório Leão. Ano: 1899.

<sup>1006</sup> Gazeta Oficial n. 8, de 12 de janeiro de 1859, p. 2.

<sup>1007</sup> Jornal do Pará n. 16, de 19 de janeiro de 1869, p. 2. A taxa cobrada era de 2% conforme determinava a Ordem n. 32 do Tesouro Nacional, de 16 de maio de 1863, reiterada pela Ordem n. 80 do mesmo órgão, de 3 de outubro de 1866.

1.580, que determinava que o Banco do Brasil criasse caixas filiais em diversas capitais do império, inclusive Belém.<sup>1008</sup>

Assim que o caixa filial do Banco do Brasil se estabeleceu em Belém, sua diretoria remeteu convite ao Banco Commercial do Pará convidando o banco local a ser convertido em caixa filial do Banco do Brasil, o que fora imediatamente discutido pelos acionistas do Banco do Pará.<sup>1009</sup> Em reunião ocorrida em 31 de julho de 1855, a “Assembleia Geral dos Accionistas” deliberou pela conversão do banco do Pará em Banco do Brasil, sem, no entanto, vender suas ações.<sup>1010</sup> Em outubro do mesmo ano, o Banco do Brasil fez nova proposta aos acionistas do Banco do Pará, na qual propunha a liquidação do banco paraense com a venda de suas ações ao Banco do Brasil.<sup>1011</sup> Proposta que fora aceita. Assim, a partir de 1º de julho de 1856, o Banco do Brasil começara a funcionar em Belém.<sup>1012</sup>

E o que isso tem a ver com a trajetória de Henrique da La Rocque? Ele juntamente com outros notáveis negociantes da praça comercial do Pará, dos quais destacamos Lúcio de Sousa Machado e Augusto Eduardo Gaudêncio da Costa compunham a comissão responsável por toda essa transformação do Banco Commercial do Pará em caixa filial do Banco do Brasil. Além do que, Henrique de La Rocque conservou seu investimento migrando como acionista para o novo Banco.

O Banco do Brasil funcionou em Belém por mais de um decênio, quando em 1868 decidiu retirar-se da capital do Pará. A notícia do seu fechamento causou uma apreensão entre a classe mercantil local que imediatamente reagira. Em comunicado publicado à sociedade belenense, a classe comercial expôs os seguintes termos.

#### BANCO COMMERCIAL

Achando-se em liquidação, depois das medidas de 1866, o banco do Brazil e suas caixas filiais, e devendo, por conseguinte retirar-se da circulação todo esse capital, que alimenta e fecunda a vida das transacções do mercado, reuniram-se os comerciantes e fundaram um banco commercial, cujos estatutos tem de ser muito brevemente aprovado pelo Governo Imperial. (...) O grande desenvolvimento do

<sup>1008</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1855, v. 1 pt. II, p. 259. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1580-21-marco-1855-558506-publicacaooriginal-79836-pe.html>. Durante o período de 1836 a 1870, o recorte dessa pesquisa, encontrou-se a existências das seguintes instituições bancárias em Belém, Banco Commercial do Pará (1853-1856), caixa filial do Banco do Brasil (1856-1868), Banco Commercial do Pará (a partir de 1868) e filial do Banco Mauá, MacGregor & Cia. sediado no Rio de Janeiro (a partir de 1863). Para saber mais sobre o Banco Mauá ver: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. 2012. *Op. cit.*, p. 57-101.

<sup>1009</sup> Treze de maio, n. 479, de 26 de abril de 1855, p. 4.

<sup>1010</sup> Treze de maio, n. 530, de 18 de agosto de 1855, p. 2.

<sup>1011</sup> Treze de maio, n. 561, de 13 de outubro de 1855, p. 4. Cf. GAMBI. Thiago Fontela Rosado. *Op. cit.*

<sup>1012</sup> Treze de maio, n. 775, de 2 de julho de 1856, p. 4.

commercio d'esta Província, e o progressivo aumento das suas transações em todos os raios de esphera industrial, agrícola e commercial, tornavam indispensável essa instituição.<sup>1013</sup>

Dada a magnitude da importância do capital bancário na atividade do comércio da província naquela conjuntura vivida nos idos de 1860 no Pará, a classe comercial, coesa em virtude, da Associação Comercial que havia criado poucos anos antes, imediatamente remeteram documento ao Ministério da Fazenda solicitando a autorização para a criação de uma nova casa bancária. Pelo decreto 4.340 de 20 de março de 1869, o Governo Imperial autorizava a incorporação do Banco do Brasil, que se encontrava em processo de liquidação, ao Banco Commercial Paraense.<sup>1014</sup>

Novamente, Henrique de La Rocque aparece no cenário econômico da província, dessa vez ao lado dos negociantes Augusto Eduardo Gaudêncio da Costa e Elias José Nunes da Silva. Por diversos anos ao longo da década de 1870, encontramos os irmãos La Rocque atuando como diretores do Banco Paraense.<sup>1015</sup> Apesar das idas e vindas do Banco Commercial do Pará e do Banco do Brasil, o capital de Henrique de La Rocque continuaria investido nessa atividade econômica, ou seja, em ações bancárias.

Outra importante instituição bancária da qual Henrique de La Rocque se tornou acionista é o New London and Brazilian Bank, Limited.<sup>1016</sup> A filial deste banco começou a atuar em Belém em 1874, depois da autorização concedida pela carta imperial de 12 de novembro de 1873<sup>1017</sup>. A respeito das ações de La Rocque neste banco, o seu inventário nos informa que “constam 27:846\$000 (50 ações do London and Brazilian Bank, Limited de 20 libras, com 10 libras de entrada, valendo 19 libras cada uma, ao câmbio de  $8\frac{3}{16}$  dinheiros esterlinos, por 1\$000, conforme o refferido atestado)”.<sup>1018</sup>

Seguindo essa mesma linha de investimento em ações, em fins de 1870, Henrique de La Rocque, juntamente com outros negociantes de grosso trato, aplicara seus fundos numa nova

<sup>1013</sup> Jornal do Pará n. 194, de 27 de agosto de 1868, p. 1.

<sup>1014</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=59818&norma=75682>

<sup>1015</sup> Diário de Belém n. 265, de 22 de novembro de 1872, p. 2.

<sup>1016</sup> Esse banco consistiu na reorganização do banco inglês London and Brazilian bank Lim., organizado em Brasil em 1862, no Rio de Janeiro. Face à tal reorganização, em 1871, o nome foi alterado para New London and Brazilian Bank. Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Estado Imperial brasileiro e os bancos estrangeiros: o caso do London and Brazilian Bank (1862-1871). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

<sup>1017</sup> Jornal do Pará n. 289, de 23 de dezembro de 1874, p. 4; Diário de Belém n. 293, de 24 de dezembro de 1874, p. 3.

<sup>1018</sup> CMA. Inventário *post-mortem*. Henrique de La Rocque. Cartório Leão. Ano: 1899.

modalidade de investimento, dessa vez, uma seguradora. A Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres “Paraense”, estabelecida em Belém desde outubro de 1877, mas autorizada a funcionar apenas pelo decreto imperial nº 6.837 de 16 de fevereiro de 1878.<sup>1019</sup> Dentre os acionistas da Sociedade mais uma vez, o nome de Henrique de La Rocque é cadeira cativa. Além do mais, Henrique atuara como diretor dessa instituição por diversos anos.<sup>1020</sup>

Os investimentos de Henrique de La Rocque, seja em firmas societárias, loja aberta, armazém, comércio de exportação e importação, empreendimentos agrários, ações bancárias ou em companhias de seguro, continuaram por anos a fio, uma vez que o “francês do Porto” teve uma vida longa, falecendo somente em 1899 aos 82 anos de idade, deixando para seus herdeiros uma afortunada monta de mais de 1.206 contos.

<sup>1019</sup> BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=52098&norma=67922>.

<sup>1020</sup> Diário de Belém n. 121, de 1º de junho de 1881, p. 1.

## Capítulo 5

### **FORTUNA, RIQUEZA E HIERARQUIA: os portugueses negociando além de mercadorias**

*Opulência é, na verdade, uma palavra carregada de sentidos, os quais, aliás, vão se particularizando ao longo do século XIX. Para Vilhena ela já quer dizer “riqueza” e mesmo uma riqueza “grande” (...). As fortunas verdadeiras são aquelas em que se estabeleceu uma espécie de estratégias de equilíbrio entre os diferentes elementos que as compõem: bens imobiliários, depósitos bancários, ações, obrigações, apólices, cartas de crédito, bens locáveis, hipotecas e escravos. Na categoria dos que possuem esse tipo de fortuna encontram-se muitos comerciantes bem estabelecidos, .... São em geral fortunas sólidas.*

Katia Queirós Mattoso, A opulência na província da Bahia, p. 149, 162.

#### **5.1. Escriturando seus negócios: contratos de compra e venda, dívidas e hipotecas, quitações e mais transações comerciais**

As escrituras têm sido usadas cada vez mais por historiadores que se debruçam sobre o comércio e seus agentes. Com esse tipo de documentação é possível analisar a natureza dos negócios empreendidos, a evolução ou retrocesso das transações ao longo do tempo, a quantidade de trocas efetuadas em um determinado espaço ou tempo, padrões sociais de investimentos ou ainda é possível o estudo de crédito. São muitas as possibilidades de abordagens que o trabalho com as escrituras cartoriais pode permitir, o que as tem tornado uma fonte de grande valia, especialmente para a História Econômica.

Conforme definiu Clóvis Beviláqua, a Escritura Pública é “um ato notarial”, i.e., trata-se de um contrato formal “lavrado por um escrivão público: tabelião, à vista de declarações das

partes ou do interessado, e dos documentos exigidos por lei. Contrato é o acordo de vontades para fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos”.<sup>1021</sup>

Assim, pode-se dizer que a escritura é a formalização de um contrato realizado entre as partes interessadas. De acordo com Plácido e Silva, elas poderiam ser privadas ou públicas. No primeiro caso, o conteúdo da escritura ficava restrito as partes e no segundo caso ela é formalizada no cartório por um tabelião de notas.<sup>1022</sup> Elizabeth Santos destaca que apesar dos vários objetivos que podem estar relacionados a escritura, todas elas “tem a finalidade de assinalar legalmente as ações executadas, como medida para assegurar perante a lei um termo de segurança da legitimidade”.<sup>1023</sup>

Utilizando-se da formalidade das escrituras públicas, nas últimas décadas têm sido redigidas importantes pesquisas que fazem uso delas para compreender as mais diversas realidades envolvendo os negociantes no período colonial e imperial. No que diz respeito ao século XIX, podemos citar alguns dos trabalhos mais recentes produzidos, em grande medida, baseados nas escrituras.

É o caso, por exemplo, do estudo dos negociantes e práticas mercantis em Ouro Preto realizado por Leandro Braga Nunes<sup>1024</sup> ou ainda, para não sair de Minas Gerais, a pesquisa sobre as relações de crédito em Juiz de Fora construída por Rita Almico<sup>1025</sup>, como também é o caso da pesquisa elaborada por Elizabeth de Souza Santos<sup>1026</sup> para a corte joanina, ou ainda da pesquisa que tratou sobre as rotas internas do comércio tecidas pelos negociantes no Grão-Pará escrita por Siméia Lopes.<sup>1027</sup> Entre tantas outras referências, ainda poderíamos citar para efeito de diversificação dos locais estudados, a pesquisa de Gabriel Santos Berute que buscou compreender as atividades mercantis e os padrões de investimentos dos homens de negócios do Rio Grande de São Pedro no contexto das Guerras Cisplatinas e a Guerra dos Farrapos<sup>1028</sup>, e

<sup>1021</sup> BEVILÁQUA, C. **Código Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958, p. 315.

<sup>1022</sup> SILVA, Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1975, p. 616-617.

<sup>1023</sup> SOUZA, Elizabeth Santos de. **O mercado de crédito na corte joanina: experiência das relações sociais de empréstimos**. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 44.

<sup>1024</sup> ANDRADE, Leandro Braga de. **Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>1025</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX**. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

<sup>1026</sup> SOUZA, Elizabeth Santos de. *Op. cit.*

<sup>1027</sup> LOPES, Siméia. *Op. cit.*

<sup>1028</sup> BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese (Doutorado em História Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

também o já citado trabalho de Renato Leite Marcondes, Fábio Carlos da Silva e Leonardo Lima sobre o crédito privado através das escrituras de hipotecas em Belém, 1870-1874.<sup>1029</sup>

Com o objetivo de visualizar o envolvimento dos negociantes da praça comercial de Belém, lançamos mão das escrituras cartoriais formalizadas no Cartório de 1º Ofício Chermont, no período de 1849 a 1870, que foram organizadas de maneira serial. Sabemos que as escrituras não dão conta do universo de transações efetuadas na província do Pará, uma vez que muitos negócios não chegavam a ser formalizados. E isso poderia ocorrer, segundo Antonio Carlos Jucá Sampaio para o Rio de Janeiro de meados do século XVIII, principalmente quando os bens em questão tinham um valor inferior a 4\$000 réis, ou ainda quando as transações envolviam partes que possuíam relações de compadrio, parentesco ou algum tipo de aliança.<sup>1030</sup>

Elizabeth Santos confirma esse postulado dizendo que o mercado de crédito também era influenciado pelos laços de parentesco, vizinhança e outros elementos de sociabilidade. A autora ainda destacou outro aspecto que pode ajudar a entender o fato do número de escrituras ser sempre menor do que o número de transações de fato efetuadas. Para ela, dada a facilidade relacionada a feitura das escrituras particulares, o número de negociações não lavradas no cartório tenderia a aumentar<sup>1031</sup>. Outro aspecto a se considerar é o fato de que existiam em Belém, para o período considerado, outros cartórios de registro de notas e escrituras.

Assim, é possível que o volume das negociações seja bem maior do que as que foram escrituradas. Apesar disso, acreditamos ser um número elucidativo que permite verificar a participação dos negociantes nas inúmeras transações registradas em Belém. No entanto, ressaltamos que as escrituras foram usadas muito mais de maneira quantitativa, uma vez que tivemos dificuldade com a disponibilidade e o manuseio das mesmas, estas últimas ligadas ao estado de conservação.

As transações de um negociante incluem muito mais que apenas compra e venda de mercadorias. O mercado é amplo, incluindo muitas outras tramas comerciais. Consultando os livros de escrituração pública do Cartório Chermont para o período de 1849 a 1870, encontramos muitas inscrições referentes a transações comerciais. Dentre os inúmeros registros, há escrituras de venda e compra, hipoteca, registros de quitação de dívidas, negociações envolvendo fianças, empréstimos, cessão e transferência de bens ou o direito de

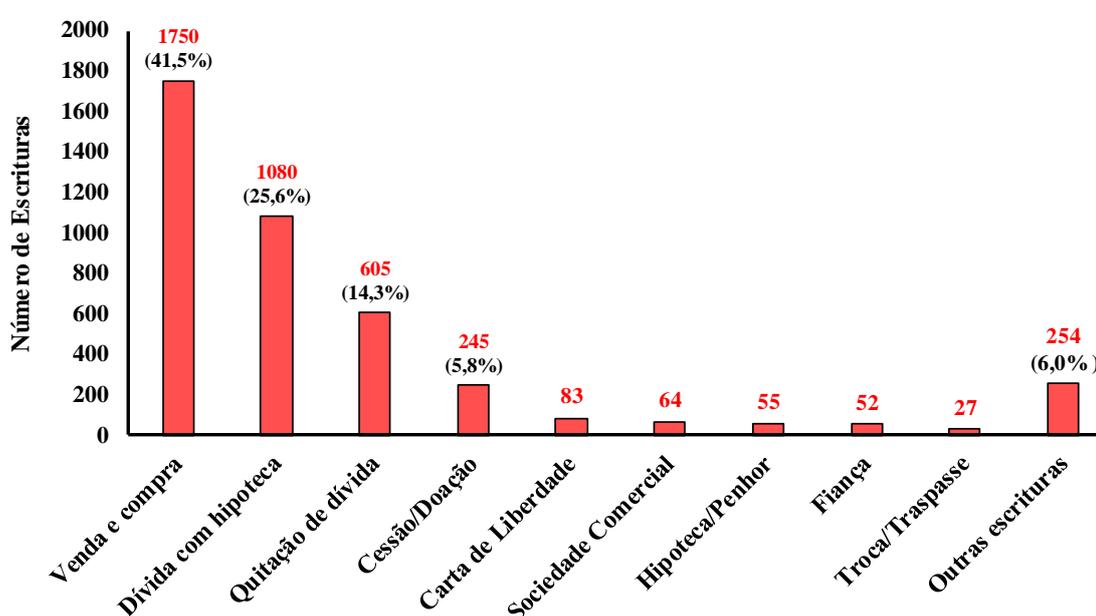
<sup>1029</sup> Cf. Nota 795.

<sup>1030</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. 2000. *Op. cit.*

<sup>1031</sup> SANTOS, Elizabeth. *Op. cit.*, p. 47.

posse sobre escravos, carta de liberdade, trocas, transpasse, arrendamento de bens imóveis ou escravos, além de negociações de outras espécies. No gráfico 24 são apresentados os números referentes a esses registros. No entanto, convém salientar que propositalmente ficaram de fora, os escritos de natureza familiar, como os registros de contrato de casamento, dote, arras, separação amigável e partilha de bens entre cônjuges, adoção, obrigação de fornecimento de alimento aos menores e perfilhação (reconhecimento e legitimação de paternidade), uma vez que o foco deste estudo são as **transações comerciais**.

**Gráfico 24 – Escrituras públicas registradas no Cartório Chermont por tipo, 1849-1870**



Fonte: Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Liv. 58-87.

Foram catalogadas 4.215 escrituras registradas em 30 livros (livros de nº 58 a 87) do período de 1849 a 1870.<sup>1032</sup> Em todas as categorias analisadas, encontramos nomes dos comerciantes mais destacados da praça de Belém, seja como outorgante ou como outorgado. Os registros de *Venda e compra* (1.750 escrituras), *Dívida com hipoteca* (1.080 escrituras) e *Quitação de dívida* (605 escrituras) somam 3.435 documentos, o equivalente a 81,4% do total de escrituras registradas no cartório Chermont para esse período de 22 anos analisados.

Leandro Braga também visualizou isso para o caso de Ouro Preto em que 1.131 das 1.535 escrituras arroladas (74%) se referiam a vendas ou dívidas<sup>1033</sup>. Como não tivemos acesso

<sup>1032</sup> Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Liv. 58-87

<sup>1033</sup> ANDRADE, Leandro Braga de. *Op. cit.*, p. 112.

aos valores dos bens transacionados, nos ateremos a analisar o nível de participação dos negociantes nos diferentes níveis de acordos estabelecidos via escritura.

Comparando os tipos de escriturações mais recorrentes nesse estudo com aquelas catalogados por Siméia Lopes para a capital do Grão-Pará, no período de 1793 a 1834, observamos que ocorreu uma variação nas motivações que levaram os “habitantes” de Belém a registrarem suas negociações, pois na catalogação realizada por essa pesquisadora prevalecem as Procurações Geral e Bastante<sup>1034</sup> com 70,2% dos registros.

Esses números são compreensíveis, uma vez que, para o período estudado por ela, isto é, o final do período colonial, período joanino e início do império, muitos dos comerciantes que mantinham transações comerciais no Pará não se encontravam em terras paraenses, mas estavam na metrópole, Portugal, nas praças de Lisboa e Porto, e depois na corte joanina, no Rio de Janeiro, o que os obrigava a passar Procuração Geral e Bastante para que seus representantes mercantis tratassem de seus negócios no Pará. A partir de 1823, mesmo com a emancipação política do Brasil, a praça comercial do Pará continuou mantendo fortes relações comerciais com as praças portuguesas, o que começaria a mudar somente após a Cabanagem.

Outra comparação possível entre os dois períodos são os números absolutos de escrituras públicas registradas. No período de 1793-1834, um espaço temporal de 42 anos, somaram-se 1.888 escriturações, enquanto que, entre 1849-1870, num lapso temporal de 22 anos, quase a metade do espaço temporal anterior, os números de inscrições públicas equivaleram a mais de quatro mil e duzentos registros. Não podemos deixar de considerar para entender o aumento do número de escrituras, a influência do forte incremento jurídico e fiscal no aparato governamental, experimentado sobretudo a partir da implementação do Código Comercial Brasileiro em 1850.<sup>1035</sup>

Elizabeth Santos, ao estudar o período joanino no Rio de Janeiro, destacou a dificuldade em estudar as práticas de crédito num período de ausência dos aparatos jurídicos que representasse os interesses das partes envolvidas. Para ela, esse problema só seria diminuído com a criação do Código Comercial e a instalação de alguns tribunais específicos.<sup>1036</sup>

<sup>1034</sup> LOPES, Siméia. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>1035</sup> A respeito da relação do Código Comercial e o Estado Imperial brasileiro Cf. LEVY, Maria Barbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1993; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. 2012. *Op. cit.*; BENTIVOGLIO, Julio. *Op. cit.*

<sup>1036</sup> SANTOS, Elizabeth. *Op. cit.*, p. 13.

Nesse mesmo sentido, Rita Almico salienta a essencialidade do Código Comercial Brasileiro para o estudo do crédito na Zona da Mata mineira no que se refere a garantias, cobranças de juros e outros termos que servem para estabelecer as bases das ações de execução de dívidas.<sup>1037</sup> Com base em ambas, podemos afirmar que a criação do Código Comercial e a consequente institucionalização da fiscalização do comércio, através dos Tribunais de Comércio, contribuíram para o aumento dos registros cartorários de ações que envolvem credores e devedores em variadas partes do império brasileiro.<sup>1038</sup>

Além do Tribunal do Comércio que atuou como mola propulsora no processo de institucionalização dos negócios de várias naturezas, é notório que no contexto da província, o governo fazia certa pressão solicitando que os tabeliães atualizassem a Tesouraria do número de transações efetuadas para que a província pudesse recolher a sisa, imposto referente a tais negociações.

Em 11 de agosto de 1856, o presidente da província, Henrique de Beaurepaire Rohan, por intermédio do Sr. Dr. Affonso Arthur d'Almeida e Albuquerque, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca da capital, oficiava a todos os juizes de direito e juizes de órfãos da província da necessidade de fiscalizarem e cobrarem dos cartórios o envio à Fazenda Provincial das relações de escrituras registradas em seus estabelecimentos.<sup>1039</sup> No mês seguinte, em 16 de setembro, o juiz de Santarém respondia ao governo.

Illm.º Senr.— O Juiz de Direito interino da Comarca de Santarém, participa-me que tem expedido as convenientes ordens para que os Tabeliães de Notas e Escrivães das Execuções e d'Orfãos daquela Comarca remetam a essa Thezouraria uma relação exata de todas as transações obrigadas à sisa de que tiverem feito escriptura, bem como das arrematações que se tenham feito em execuções ou pendências de seus Cartórios; o que faço constar a V. S. para sua inteligência.  
Deos Guarde a V. S.n — Henrique de Beaurepaire Rohan.— Illm.º Senr. Manoel Rodrigues d' Almeida Pinto, Inspetor da Thezouraria de Fazenda.<sup>1040</sup>

Pelo documento, pode-se inferir que o governo provincial incentivava a feitura das escrituras públicas porque tal formalização criava as condições para a execução das devidas cobranças, aumentando então os fundos da província.

<sup>1037</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Op. cit.*, p. 72.

<sup>1038</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. A formação do direito comercial brasileiro. A criação dos tribunais de comércio do império. **CADERNOS DIREITO GV**, v. 4, n. 6, novembro 2007.

<sup>1039</sup> Treze de maio, n. 811, de 13 de agosto de 1856, p. 1-2.

<sup>1040</sup> Província do Pará - Palácio da Presidência na Cidade de Belém, em 16 de setembro de 1856. *In*: Treze de maio, nº 840, de 18 de setembro de 1856, p. 1.

Eveline Almeida de Sousa, analisando a política governamental adotada pelo engenheiro militar Henrique Beaurepaire Rohan, quando este fora presidente da província do Pará, entre 1856 e 1857, destacou que “desde muito cedo, foi incorporado aos quadros da administração do Estado”. Ela continua acrescentando que “o Visconde Beaurepaire Rohan era um nobre que já nasceu ancorado na estrutura de poder” e, segundo ela, ele adotou uma política de civilização e modernização na província e, para tanto, as forças que acreditava serem essenciais para tais intentos seria o comércio, a instrução, os ofícios agrícolas, dentre outros<sup>1041</sup>. A influência de sua formação militar, rígida e ligada a burocratização e sistematização do Estado estiveram atuantes durante sua administração, o que contribui para que aparelhasse ainda mais o governo no intento regulador e fiscalizador.

À medida que o aparelho governamental enrijecia e aumentava a pressão para que as transações comerciais fossem formalizadas junto aos estabelecimentos cartoriais e assim estivessem sujeitas ao fisco, como ocorreu com a implantação da Lei de Terras e do Código Comercial Brasileiro, por outro lado, os comerciantes a todo tempo procuravam encontrar brechas nas leis para que não fossem obrigados a formalizar suas transações e assim ficassem isentos do fisco.

Uma dessas discussões ocorreu em 1856, onde publicou-se nos dias 10 e 12 de março, no Diário do Rio de Janeiro, com posterior republicação nas demais províncias do império<sup>1042</sup>, ideia argumentada no art. 10, do decreto 737, de 25 de novembro de 1850, Juízo no Processo Commercial, cujo teor era o seguinte: “Competem à jurisdição comercial todas as causas que derivarem de direitos e obrigações sujeitas às disposições do Código Commercial, contanto que uma das partes seja o comerciante”<sup>1043</sup>. Na publicação veiculada no dia 12 de março estava escrito: “não são da competência do Juízo Commercial as questões relativas ás letras da terra, quando nestas não figuram partes comerciantes”<sup>1044</sup>. A ideia reinante na publicação era induzir os não comerciantes a não terem que registrar suas transações nas instâncias competentes, e assim se livrar da sisa.

<sup>1041</sup> SOUSA, Eveline Almeida. **Os ideais de civilização na Amazônia Imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: universidade Federal do Pará, 2011, p. 140, 143.

<sup>1042</sup> Treze de maio, n. 714, de 18 de abril de 1856, p. 2-4.

<sup>1043</sup> Decreto 737, de 25 de novembro de 1850, Juízo no Processo Commercial. Art. 10. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim737.htm). Acesso em 17 fev. 2017.

<sup>1044</sup> Treze de maio, n. 714, de 18 de abril de 1856, p. 2.

No entanto, imediatamente, o governo procurou dirimir essa discussão, em extenso comunicado publicado no dia 15 de março. Para não deixar dúvidas, o jurista<sup>1045</sup> salienta e preconiza o art. 20 do mesmo decreto:

Art. 20. Serão também julgados em conformidade das disposições do Código, e pela mesma forma de processo, ainda que não intervenha pessoa commerciante:  
(...)  
§ 4º As questões relativas a letras de cambio, e de terra, seguros, risco, e fretamentos.<sup>1046</sup>

Como destacado pelo jurista do governo, as transações envolvendo terras, mesmo que as duas partes não fossem comerciantes, ainda assim estava sujeita ao julgamento do Código Comercial e, portanto, deveria ser registrada em escritura pública. O autor termina o texto com os seguintes comentários:

Destituídas das formulas que lhe ciavam a categoria de título mercantil e o privilégio do foro, o credito necessitará de ser reduzido à escriptura publica quando exceder a taxa da lei, com a cominação de não valer no excesso da quantia da ordenação. (...)

He pois evidente que a lei commercial, concedendo ás letras de terra garantias tão especiais, destacou-as da classe das obrigações e valores civis, elevou-as á categoria de títulos commerciaes, deu-lhes o caráter de valor monetário, e revestiu-as da natureza de obrigação commercial, sem atender à origem donde elas procedem, nem à natureza das pessoas que nelas figuram.

**Todas estas concessões, prodigalisadas às letras de terra, são novos incrementos com que o legislador favônea o commercio, distendendo o círculo das transações e criando mais um meio de promover a circulação da moeda para desenvolvimento das fontes de riqueza do império.**<sup>1047</sup>

O que se pode ver é que, por um lado, o Estado pressionava para que as transações fossem registradas nos tabelionatos, enquanto do outro lado da situação, os cidadãos, ou melhor, parcela dos comerciantes, buscava burlar a fiscalização jurídica e, conseqüentemente, fiscal. Apesar de ambas as partes divergirem no posicionamento, o que de fato se verificou foi um balanço positivo quanto ao crescimento dos números de registros de escrituras públicas a partir, sobretudo, da implementação das leis em 1850.

A crise econômica de 1857 que afetou a Praça do Comércio do Rio de Janeiro, com desdobramentos em outras Praças do império, e o desdobramento político-econômico que pôs fim à Conciliação com a ascensão do Partido Conservador (1858-1862), culminaram com a

<sup>1045</sup> O autor da matéria não assinou, apenas colocou a inscrição Dr. O. I.

<sup>1046</sup> Decreto 737, de 25 de novembro de 1850, Juízo no Processo Commercial. Art. 20. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim737.htm). Acesso em 17 fev. 2017.

<sup>1047</sup> Treze de maio, n. 714, de 18 de abril de 1856, p. 4. [grifo nosso].

promulgação da Lei 1.083, de 22 de agosto de 1860, conhecida como a Lei dos Entraves que aumentou o controle fiscal e financeiro por parte do Estado.<sup>1048</sup> O enrijecimento imposto na taxaão das diversas transações mercantis pôde ser verificado com o decreto n°. 2.699, de 28 de novembro de 1860, que regula a arrecadação do imposto da meia siza “para a boa execução dos arts. 11 § 3º e 12 § 7º da Lei n° 1.114 de 27 de setembro do corrente anno”, ou seja, do Orçamento do Estado nos anos 1861-1862<sup>1049</sup>. No seu Art. 3, “a escriptura pública he da substância de todo e qualquer contrato de compra e venda, troca e d'ação in solutum de escravos, cujo valor ou preço exceder de 200\$000, qualquer que for o lugar em que tais contratos se celebrarem ou efetuarem”.<sup>1050</sup>

Como explicitado nesse artigo da lei, “toda e qualquer contrato” que envolvesse escravos e o valor fosse acima de duzentos mil réis deveria obrigatoriamente ser registrado em escritura pública. O artigo seguinte, cita as exceções, dizendo que se o “valor ou preço não exceder de 200\$000, poderá ser celebrado por escripto particular, assignado pelos contraentes e por duas testemunhas”<sup>1051</sup>. Aqui, novamente pode-se notar o Estado agindo no sentido de conduzir os cidadãos que pretendem estabelecer transação comercial para os balcões dos cartórios.

Além da presença do Estado, outros fatores a se considerar tiveram forte relação com o aumento do número de registro de notas públicas: o aumento populacional verificado em Belém, fortemente influenciado pela imigração portuguesa (Gráfico 1), e o aumento do número de casas comerciais registradas junto a Recebedoria de Rendas provinciais do Pará.

Em 1804, a cidade de Belém possuía 120 estabelecimentos comerciais<sup>1052</sup> registrados junto ao órgão governamental responsável. Em 1832 esse contingente se elevou para 309 casas de comércio<sup>1053</sup>, e em 1859, já somavam 744 unidades mercantis.<sup>1054</sup> Portanto, à medida que o

<sup>1048</sup> LEVY, Maria Barbara. 1993. *Op. cit.*; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. 2012. *Op. cit.*

<sup>1049</sup> Lei n° 1.114, de 27 de setembro de 1860. Fixa a despesa e orçando a receita para o exercício de 1861-1862. <http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:lei:1860-09-27;1114&url=http%3A%2F%2Flegis.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D74840%26tipoDocumento%3DLEI%26tipoTexto%3DPUB&exec>.

<sup>1050</sup> Decreto n°2.699, de 28 de novembro de 1860. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2699-28-novembro-1860-556854-publicacaooriginal-77023-pe.html>.

<sup>1051</sup> Treze de maio, n. 004, de 16 de fevereiro de 1861, p. 2-3.

<sup>1052</sup> BNRJ. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Códice 99 (1804-1900), vol. 24. Fundo 89. 1804. Fls. 122 a 124v.

<sup>1053</sup> BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Op. cit.*, p. 211.

<sup>1054</sup> PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exm.o sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, 1859, p. 38.

contingente populacional aumentava, crescia também as atividades mercantis e, conseqüentemente, o aparato jurídico se fez necessário para normatizar o mercado.

As escriturações de *hipoteca*, *penhor* e *fiança* guardam uma estreita similitude, apesar de possuírem especificidades próprias. Juntos, os registros de *hipoteca* e *penhor* somam 55 documentos (1,30%), e os registros de *fiança* totalizam 52 contratos (1,23%). As hipotecas caracterizam-se por deixarem a disposição do outorgante um bem imóvel, um lote, um sítio, uma casa, enquanto que, no penhor o bem apresentado pelo outorgado como segurança da transação é invariavelmente um bem móvel que fica, desde o fechamento do acordo, de posse do outorgante.

Geralmente, eram apresentadas para penhora joias ou escravos<sup>1055</sup>. Por outro lado, uma das marcas registradas das escrituras de fiança, inclui a figura do fiador, um terceiro que, em eventualidades do não cumprimento da quitação da dívida por parte do outorgado, estaria automaticamente intimada a ressarcir o valor monetário ao outorgante.

Observou-se que a quase totalidade das escriturações de fianças foram celebradas entre uma pessoa física ou sociedade comercial com um órgão governamental, geralmente o Banco do Brasil ou a Fazenda Pública, enquanto que os registros de hipoteca foram, em sua maioria, lavrados pelo Tesouro Público Provincial com a outra parte negociante. E, para os casos de penhor, observou-se grande recorrência entre pessoas físicas entre si ou com firma comerciais.

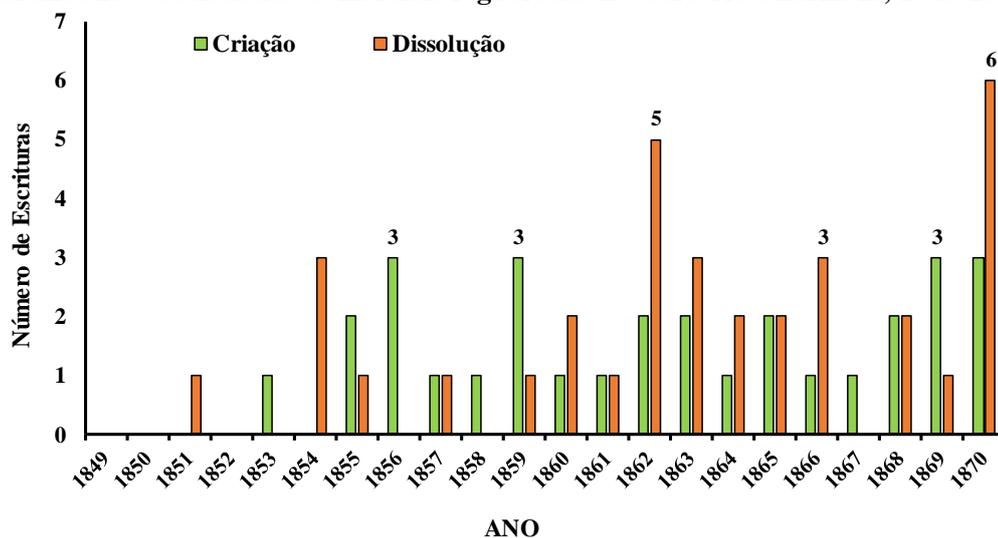
Das 4.215 escrituras analisadas, 64 (1,53%) são registros de *firmas* ou *sociedades comerciais*. Apesar dos números parecerem insignificantes frente ao montante de escriturações pesquisadas, quando se consideram esses contratos separadamente, notamos sua relevância para o estudo da atividade mercantil na capital da província do Pará dos meados do oitocentos. Os dados nos mostram que nesse período, registrou-se em média três documentos por ano referentes ao cadastro de Sociedade Comercial.

Como mostrado no gráfico 25, há um aumento dos registros de empresas ao longo dos anos. Considerando que até 1853, encontrou-se apenas duas escrituras com essa finalidade mercantil, nos anos seguintes da década, entre 1854 e 1859, a soma chega a dezesseis inscrições, equivalendo a uma média anual de 2,6 escrituras. No período 1860-1870, o cartório Chermont

<sup>1055</sup> Embora o Código Comercial, artigo 273, vedasse o penhor mercantil de escravos, o mesmo era utilizado na prática. Somente com a Lei nº 1.237, de 24 de setembro de 1864, que reformou a legislação hipotecária, o escravo se tornou um bem móvel e acessório da propriedade, podendo ser penhorado. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1237-24-setembro-1864-554789-publicacao-original-73725-pl.html>.

viu subir o número médio de cadastros de empreendimentos societários para 4,2 registros por ano.

**Gráfico 25 – Sociedades Comerciais registradas no Cartório Chermont, 1849-1870**



**Fonte:** Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Liv. 58-87.

Outra observação importante que se pode fazer, a partir do gráfico acima, foi a comparação entre a criação das sociedades comerciais *versus* a liquidação desses empreendimentos. Uma análise mais detalhada, nos permite verificar que durante a década de 1850, com exceção de 1854, prevalecem os registros de criação de firmas, com o cadastro de onze contratos de instalação de sociedades mercantis contra sete contratos de liquidação. Enquanto que, na década seguinte as dissoluções, com vinte e sete ocorrências, irão suplantar as implantações de firmas, que registrou apenas dezenove contratos. Para todo o período considerado, registrou-se trinta aberturas contra trinta e quatro fechamentos de firmas.

No entanto, mesmo com a inversão da década de 1860, relacionada com os desdobramentos da Lei dos Entraves de 1860 e da Guerra do Paraguai, isso não se constituiu num indicativo de que o comércio foi mal, ou de que o negócio dos sócios não deu certo, e por isso foi preciso dissolvê-lo; muito pelo contrário, ao longo de toda essa pesquisa observamos que os imigrantes portugueses, sobretudo aqueles chegados ao Pará a partir de 1830, recorreram inúmeras vezes a esse artifício, principalmente quando ainda estavam em seus primeiros anos de atividade como agentes do comércio na província.

Observou-se que é lugar comum na vida do imigrante português que iniciou como caixeiro ou guarda-livros, e logo passou a atuar como lojista, taberneiro ou pequeno

comerciante, juntar seu parco capital ao de seus familiares, agregados ou amigos, valendo-se para isso da legalidade da constituição de empresa societária.

Anos mais tarde, depois que os negócios prosperavam e o capital avolumava-se, desfazia-se a sociedade e cada um dos investidores seguiam sua carreira solo, ou alçavam voos maiores e ainda teciam novas redes societárias na criação de outras firmas, com atuação noutros ramos mercantis com capital de giro maior. Uma dessas histórias envolveu Agostinho José Lopes Godinho<sup>1056</sup> e José Antônio dos Santos, que constituíram a firma Santos & Godinho, que fora dissolvida em 1845.

Nós abaixo assignados temos dissolvido, de commum acordo a sociedade que nesta Praça girava debaixo da firma de Santos & Godinho; ficando com o estabelecimento, e suas dívidas activas e passivas o sócio Godinho e desonerado de toda a responsabilidade o sócio Santos.

Pará 2 de Março de 1845.

José Antônio dos Santos.

Agostinho José Lopes Godinho.<sup>1057</sup>

Quanto à natureza da atividade comercial das firmas, dos 64 registros prevalece em 61 deles as expressões “Sociedade Comercial” ou “Sociedade Mercantil”,<sup>1058</sup> em apenas três documentos observou-se designação diferente dessas. Duas escrituras foram qualificadas de forma diferenciada, sendo nomeadas como “Sociedade Rural”, uma dessas foi firmada, em 1863, entre Henrique de La Rocque e Jaime Pombo Brício.<sup>1059</sup>

O outro título que ocorreu nas escriturações foi “Sociedade Industrial” para a empresa dos franceses José Gouzennes Faget, vice-cônsul da França na cidade de Santarém e Maugen Chantre e Companhia.<sup>1060</sup> A sociedade dita “industrial” tratava-se do estabelecimento nº 2, sito a rua de Belém no bairro da Campina, que funcionava como armazém, “indústria”, escritório e loja.<sup>1061</sup> No referido empreendimento processava-se os produtos oriundos do sertão do oeste paraense: pirarucu, carne seca, manteiga de tartaruga, mexira (óleo de ovos de tartaruga), suco de caju e outros gêneros que posteriormente eram vendidos a sociedade belenense.<sup>1062</sup> Não foi

<sup>1056</sup> Negociante português que já abordamos no capítulo 2, tópico 2.3, p. 186 e 187.

<sup>1057</sup> Treze de maio, nº 487, de 5 de março de 1845, p. 3-4.

<sup>1058</sup> O código comercial não difere companhias, sociedades comerciais e sociedades industriais. De acordo com o artigo 287 do Código Comercial, sociedade comercial “He da essencia das companhias e sociedades commerciaes que o objecto e fim a que se propoem seja licito, e que cada hum dos socios contribua para o seu capital com alguma quota, ou esta consista em dinheiro ou em effeitos e qualquer sorte de bens, ou em trabalho ou industria.”

<sup>1059</sup> Cartório Chermont. Livro de Escrituras Públicas. Liv. 73, fl. 87. 1863.

<sup>1060</sup> Cartório Chermont. Livro de Escrituras Públicas. Liv. 72, fl. 68. 1862.

<sup>1061</sup> Diário do Commercio, n. 27, de 4 de fevereiro de 1859, p. 2.

<sup>1062</sup> Gazeta Official, n. 99, de 6 de setembro de 1858, p. 4.

possível identificar a causa, mas o que conseguimos localizar é que poucos meses depois da abertura dessa firma, os seus sócios acionistas lavravam nova escritura no cartório Chermont, no entanto, agora para dissolvê-la.<sup>1063</sup>

Na categoria *Outras escrituras*, foram arroladas 254 inscrições (6%). Nesse tópico estão incluídos acordos de aforamento, confirmação de patrimônio real, demarcação de limites de terras e contratos de arrendamento de bens de raiz ou escravos, além de outras terminologias utilizadas pelas partes contratantes e pelo tabelião de notas.

Nessa classe, faz-se necessário narrar uma história que ilustra muito bem a sagacidade dos portugueses envolvidos com o comércio. Em 1869, o negociante português Joaquim Pinto de França, que movimentava a “Sociedade Corina” desde 27 de abril de 1867<sup>1064</sup> dirigiu-se ao cartório Chermont com o empregado da Alfândega e Alferes da 3ª Companhia do 2º Batalhão da Guarda Nacional, Antonio Pinheiro de Lacerda. Lá, eles mandaram lavrar escritura de arrendamento,<sup>1065</sup> o beneficiado com o bem seria o negociante português.

Após firmado o acordo, o Sr. Pinto de França imediatamente registrou nova escritura, dessa vez a contraparte seria José João Ribeiro e outro. No registro lavrado na página seguinte do livro de notas, o negociante português rearrendava o bem que acabara de ter direito de usufruto.<sup>1066</sup> Não tivemos acesso aos valores das negociações, mas é de se esperar que ele estivesse ganhando algum lucro na negociata. Para efeito de assegurar que seu outorgado não faria o mesmo, o proprietário da Sociedade Corina lavrara uma declaração limitando os usos do bem arrendado.<sup>1067</sup>

Esse tipo de negociação, em que a argúcia dos negociantes portugueses se revelaram e quão hábil eram no trato mercantil, fora “mitificada” por Alexandre Herculano em que a agudeza de espírito voltada para a atividade mercantil estava presente nos portugueses desde sua tenra idade.<sup>1068</sup> Esses lusitanos que chegavam ao Pará, assim como em outras praças mercantis, ainda na adolescência se engajavam no trato mercantil como caixeiros, onde aprendiam muitas estratégias para multiplicar seus recursos, mesmo que aos olhos do espectador, distante mais de um século daquela realidade, pareça uma atitude fraudulenta, mas

<sup>1063</sup> Cartório Chermont. Livro de Escrituras Públicas. Liv. 72, fl. 96v. 1862.

<sup>1064</sup> Jornal do Pará, n. 92, de 23 de abril de 1867, p. 3.

<sup>1065</sup> Cartório Chermont. Livro do Registro de Escrituras Públicas. 1869. Liv. 82, fl. 126v.

<sup>1066</sup> Cartório Chermont. Livro do Registro de Escrituras Públicas. 1869. Liv. 82, fl. 127v.

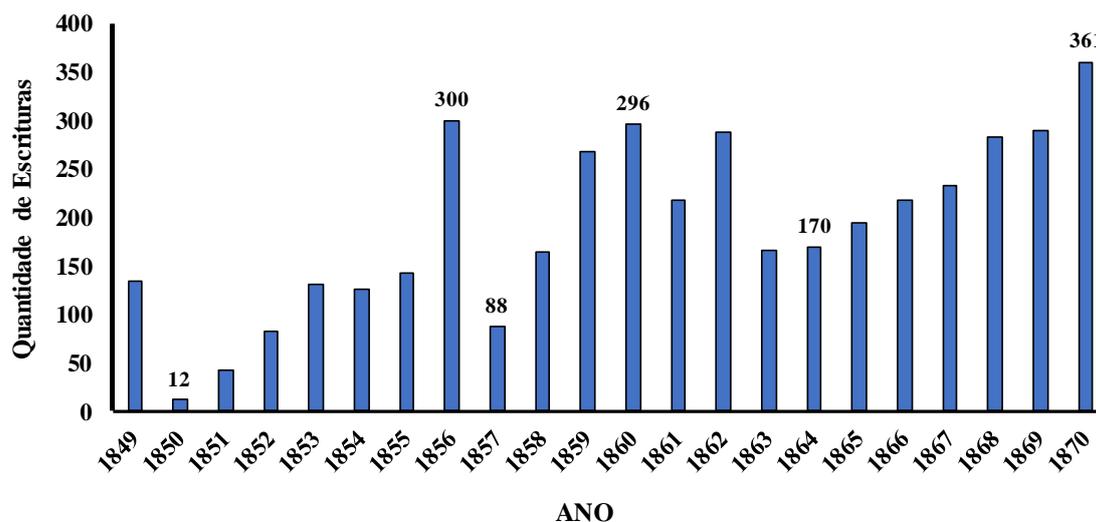
<sup>1067</sup> Cartório Chermont. Livro do Registro de Escrituras Públicas. 1869. Liv. 82, fl. 131v.

<sup>1068</sup> HERCULANO, Alexandre. *Op. cit.*

não podemos nos deixar enganar, estava tudo dentro da mais perfeita legalidade jurídica, aliás, estava escriturada, carimbada e assinada.

Além dos tipos de negociações estabelecidas através das escrituras, é possível visualizar também a evolução no número de escrituras ao longo de duas décadas. O gráfico 26 apresenta a sequência anual das escrituras levantadas.

**Gráfico 26 – Evolução do número de escrituras, 1849-1870**



**Fonte:** Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Liv. 58-87.

Já se sabe que o número de escrituras no período de 1849 a 1870 foi bastante superior ao período estudado por Siméia Lopes, 1793-1834. Como já destacado, esse aumento não se deveu apenas a uma maior sistematização do aparato jurídico, mas também está relacionado ao aumento populacional como resultado do desenvolvimento do processo imigratório; a melhoria da economia da província; a progressão da renda interna;<sup>1069</sup> a ampliação da exportação da borracha; a introdução da navegação a vapor; a abertura do rio Amazonas ao comércio internacional e a intensificação do movimento do porto de Belém (Gráfico 15) que transformou a cidade num vai e vem de pessoas e mercadorias, alavancando a circulação mercantil e transformando a vida econômica da província.

Nesse contexto de paulatino crescimento da economia no Pará, observamos uma quantidade razoável de escrituras, com exceção de 1850 que contou com um menor número de transações. Contudo, a década de 1850, como um todo, contou com um significativo número de registros escriturários com destaque para o ano de 1856. Esse foi o período imediatamente

<sup>1069</sup> SALES, Mália Aline Freitas. *Op. cit.*

posterior as primeiras matrículas dos negociantes portugueses estabelecidos no Pará no Tribunal de Comércio, o que pode ter refletido no número de registros de transações formais.

A década de 1860 contou com um número maior de registros de escrituras, o que configurou essa década como sendo marcada por mais estabilidade quando comparada a anterior. Era de se esperar que o número de escrituras fosse aumentando à medida que a economia se aproximava dos anos áureos da exportação da goma elástica. É cogente relembrar que foi no final da década de 1850, mais exatamente em 1858, que o cônsul de Portugal no Pará convidou os portugueses para se registrarem junto ao consulado<sup>1070</sup>. É possível que essa convocação também tenha gerado também outros tipos de formalização junto a instituições ou órgãos regulatórios, o que pode justificar o aumento no número de escrituras.

Algumas transações, entre as que movimentaram o Cartório Chermont merecem destaque. A exemplo do que observou Leandro Braga de Andrade na Ouro Preto oitocentista, nos livros de registros de escrituras públicas, do cartório Chermont, em Belém, também prevalecem os registros de escriturações de Venda e compra, Dívida com hipoteca e os documentos de Quitação de dívidas (Gráfico 24). Um exemplo dessas inscrições públicas ocorreu em 1852, na ocasião, o negociante português José Pinto de Araújo registrara no cartório Chermont uma escritura da venda que realizara para Augusto Marcolino Farinha.<sup>1071</sup>

Também são muito comuns os registros de Dívida com hipoteca. Fábio Carlos estudou o mercado de crédito hipotecário na praça de Belém no período de 1870 a 1874, i.e., num momento em que a exportação da borracha já atingiu um patamar significativo. Destaca que esse mercado apresentou uma forte relação com a produção e exportação da borracha.<sup>1072</sup> Entretanto, é necessário deixar claro que esse mercado já era bem desenvolvido em Belém, mesmo antes da grande expansão da borracha. Já falamos anteriormente que a borracha gerava apenas uma parte da renda da província no período estudado, sendo que eram algumas das transações mais comuns realizadas no cartório Chermont.

Uma ocorrência dessas transações com hipoteca, se deu entre D. Maria Fellipa Borges das Neves que havia se registrado como credora, na escritura acordada com o Sr. Christovão José de Assumpção, morador da vila de Vizeu, Distrito de Bragança. Em tal documento a dívida que a Sra. contraía junto ao Sr. Christovão era de Rs. 3:889\$747. Em contrapartida, ela

<sup>1070</sup> Fato já citado na página 63.

<sup>1071</sup> Cartório Chermont. Livro do Registro de Escrituras Públicas. 1852. Liv. 59, fl. 59.

<sup>1072</sup> SILVA, Fábio Carlos; LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; MARCONDES, Renato. *Op. cit.*

colocara como penhora os seguintes bens: “duas léguas de terras quadradas em o Rio Gurupi, indo por ele acima a mão direita, hum sítio no Rio Caité indo por ele acima a mão esquerda; umas Casas na Villa e dez braças de Chãos.” Além das propriedades imóveis, a Sra. também ofereceu como hipoteca na negociação “três Escravos os quais são: Caetano, Maria e Cezário.” Por ocasião do falecimento do Sr. Assumpção, em 1845, D. Maria Fellipa, a fim de que a dívida fosse solvida, colocou à disposição dos herdeiros todos os bens hipotecados.<sup>1073</sup>

Quanto aos registros de Quitação de dívida, não raras vezes encontra-se expressões como; “pagamento de dívida”, “quitação”, “pago e quitado” ou “Escritura de Plena e Geral Quitação de Dívida”. Um desses casos envolveu Zeferino José Xavier que, na escritura registrada em 1849, fez questão de enfatizar que cumpria a Plena e Geral Quitação da dívida que possuía com Lourenço Alves Velasco.<sup>1074</sup>

Seja nas ações de compra e venda ou nas que envolvem o crédito, ou na formação de sociedades mercantis, ou ainda em outras negociações escrituradas, os negociantes estão bastante presentes, o que revela que as mudanças econômicas e estruturais em curso na cidade de Belém refletiam transformações nas formas de riqueza pessoal. Segundo Zélia Maria Cardoso de Mello, “a mudança nas formas de riqueza manifesta, mais imediatamente, alterações estruturais na organização econômica da sociedade”. A autora da obra *Metamorfoses da Riqueza* também assegura que essa mesma mudança nas formas de riqueza “indica o fortalecimento de um grupo social que personifica interesses diversificados, financeiros, comerciais, industriais, agrários”.<sup>1075</sup>

Zélia Cardoso, ao fazer essas afirmações, se referia as transformações no nível de riqueza ocorridas em São Paulo na segunda metade do século XIX, o que não impede que as mesmas possam ser aplicadas em outras realidades no mesmo período no processo de transição de uma sociedade pré-industrial para uma sociedade capitalista. As alterações nas composições das fortunas no grupo social dos negociantes podem ser visualizadas em São Paulo, como no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul ou no Pará, ainda que com pesos diferentes em função dos contextos distintos de transformação econômica de cada província.

<sup>1073</sup> Treze de maio, nº 519, de 23 de junho de 1845, p. 3.

<sup>1074</sup> Cartório Chermont. Livro do Registro de Escrituras Públicas. Liv. 58, fl. 85v.

<sup>1075</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985, p. 26.

Tendo em vista esse processo de mutações que também atingiu o Pará, observaremos o grau de envolvimento de alguns dos principais negociantes de grosso trato com diferentes tipos de ações registradas no Cartório Chermont. Analisando a ocorrência dos nomes envolvidos nas partes da escritura, compilamos a tabela 19, mostrada a seguir. Privilegiamos nessa análise os registros envolvendo homens de negócio ou sociedades comerciais.

**Tabela 19 – Nomes com maior ocorrência nas escrituras, 1849-1870**

Nº	Negociante/Sociedade Comercial	Número de escrituras		
		Outorgante	Outorgado	Total
1º	Penna & Filhos	29	11	40
2º	Henrique de La Rocque e Família	17	16	33
3º	Lúcio de Sousa Machado	12	11	23
4º	Carvalho & Irmão	6	14	20
5º	Elias José Nunes da Silva	12	7	19
6º	Miguel José Raio	7	9	16
7º	João Francisco Fernandes	7	7	14
	Companhia de Navegação do Amazonas	2	12	14
9º	Francisco Gaudêncio da Costa e Família	9	4	13
10º	Antônio José Gonçalves Gil	4	8	12
11º	Joaquim Francisco Fernandes	4	7	11
12º	Araújo & Duarte	3	7	10
13º	Portal & Irmão	-	10	10
	Fortunato Alves de Sousa	6	2	8
14º	José Pinto de Araújo e irmão	3	5	8
	Januário Antônio da Silva	2	4	6
16º	Furtado & Irmão	-	6	6
<b>TOTAL DE ESCRITURAS</b>		<b>123</b>	<b>140</b>	<b>263</b>

**Fonte:** Cartório Chermont. Livros de Escrituras Públicas. Lv. 58-87.

A sociedade Penna & Filhos, propriedade de Antônio Theodorico de Carvalho Penna e seus filhos: Cândido Cícero da Silva Penna e Antônio Theodorico Cícero Ferreira Penna<sup>1076</sup> apareceu nos registros do cartório Chermont em quarenta escrituras, o maior número encontrado. Os negócios da família Penna eram o corte e a venda de carnes verdes de gado na capital da província. Eles eram proprietários de cinco estabelecimentos dessa natureza, sendo dois registrados como açougue e três como casa de talho.<sup>1077</sup> Apesar disso, por se tratar de uma

<sup>1076</sup> Treze de maio, n. 075, de 23 de outubro de 1861, p. 5.

<sup>1077</sup> Jornal do Pará, n. de 027 a 092, de 1º de fevereiro de 1867 a 23 de abril de 1867.

firma de paraenses com origens de sua riqueza na propriedade rural do Marajó, e com forte atuação na Assembleia Provincial, não será abordada com mais detalhes neste estudo por estar fora do escopo aqui proposto.

Dentre os negociantes portugueses, mereceu destaque a firma da família La Rocque, que esteve no cartório Chermont trinta e três vezes para celebrar transações comerciais. Desse total, Henrique de La Rocque aparece como parte envolvida na escritura onze vezes, nas outras vinte e duas escrituras, os celebrantes são seus irmãos Luís de La Roque, também em onze documentos, João Luís em nove ocasiões e por duas vezes o irmão Guilherme assinou a contratação firmada no cartório.

As motivações que levaram os irmãos La Rocque ao cartório incluíram: acordos de venda e compra (17 documentos), transações de dívida com algum bem hipotecado (8 registros), pagamento e quitação de débito (2 registros), constituição e dissolução de sociedade (4 registros) e escriturações de cartas de manumissão e perfilhação (2 documentos). Como pudemos notar dos números apresentados, Henrique de La Rocque e Companhia primavam por transações que não deixavam dividendos para negociações ulteriores, e eles não foram os únicos negociantes aqui estudados em que prevalecem os acordos de venda e compra, onde é efetuado o pagamento do bem adquirido e a transação é finalizada.

Após os irmãos La Rocque se destacou o mercador português Lúcio de Sousa Machado, homem de grosso trato atuante na praça comercial do Pará desde fins da década de 1820. Das vinte e três escrituras lavradas por Lúcio, onze foram contrato de dívida com hipoteca, seis são registros de quitação de dívida, três documentos são contratos de venda e compra, e em uma ocasião foi celebrada carta de cessão e traspasse de bens, noutra situação a motivação foi a dissolução da firma que este girava com o sócio lusitano João Gualberto da Costa – irmão de Francisco Gaudêncio da Costa.

Em 1860, outra motivação diferente das rotineiras escriturações de dívidas com hipotecas, compra e venda e cartas de quitação, levaram o mercador Lúcio Machado ao cartório Chermont. O motivo era familiar, pois Lúcio se dirigiu ao tabelionato para registrar um contrato de casamento e dote, que sua filha Anna da Conceição Jansen Machado contraíra com António Joaquim Pereira.<sup>1078</sup>

Outro negociante lusitano que repetidas vezes esteve no cartório Chermont foi Elias José Nunes da Silva, que por muitos anos atuou como representante e presidente da Companhia

<sup>1078</sup> Cartório Chermont. Livro do Registro de Escrituras Públicas. Liv. 69, fl. 74v.

de Navegação e Comércio do Amazonas, desde sua fundação em 1854. Por isso, juntou-se nessa análise as escrituras dessa firma às escriturações particulares de Elias José Nunes da Silva e Cia. Ao total, Elias José registrou dezenove escrituras de sua firma e outras quatorze da Companhia que era dirigente.

Dos quatorze contratos realizados pela Companhia de Navegação do Amazonas, doze foram realizados nos dois primeiros anos de sua fundação, 1854-1856, e em todos eles a empresa apareceu como parte outorgada/credora, os dois outros acordos foram registrados anos depois a sua instalação na província, na década de 1860. Em nove dessas quatorze escrituras a transação era da empresa comprando algum bem, necessário ao seu funcionamento. Em dois casos a Companhia estava arrendando um terreno e um edifício para funcionar como escritório, nesses dois episódios, o arrendador foi o Convento de Santo Antônio, que também realizou o “aforamento perpétuo”<sup>1079</sup> de parte de suas terras para a construção do porto da agência de navegação.

Os irmãos João Francisco Fernandes e Joaquim Francisco Fernandes, negociantes lusitanos envolvidos com diversas agremiações portuguesas na província, Sociedade Beneficente Portuguesa e o Gabinete Real de Leitura, depois transformado em Grêmio Literário e Recreativo Português, juntos registraram vinte e cinco escriturações junto ao cartório Chermont. Inclusive uma dessas escrituras foi uma doação feita à Sociedade Beneficente Portuguesa. Entre as escriturações desses irmãos negociantes há predomínio de nove registros de hipoteca e fiança e sete contratos de venda e compra.

Analisando-se apenas as escriturações que revelaram o **mercado de crédito** – venda e compra, dívida com hipoteca/penhor e quitação de dívida – e o perfil de transação comercial preferencial para os maiores negociantes, os dados mostraram que Miguel José Raio (61,5%), Henrique de La Roque e Cia (68%) e Francisco Gaudêncio da Costa e Cia (83,4%) foram negociantes que priorizaram transações de compra e venda, em detrimento das negociações que são realizadas com o envolvimento de crédito, como as dívidas com hipoteca e os contratos de quitação a prestação/prazo. Apesar do que privilegiaram esses negociantes, o mercador Lúcio de Sousa Machado e Elias José Nunes da Silva realizaram mais transações de crédito que negociações à vista. Lúcio de Sousa realizou quatorze transações (70%) fazendo uso de crédito e apenas seis com pagamento à vista. Elias José Nunes usufruiu ainda mais da opção crédito,

<sup>1079</sup> Cartório Chermont. Livro do Registro de Escrituras Públicas. Liv. 61, fl. 103v.

pois ele concretizou doze negociações (86%) nessa modalidade e apenas dois contratos com liquidação total.

## 5.2. Inventariando as riquezas: a composição das fortunas dos negociantes

Investigar as trajetórias de negociantes portugueses perpassa não apenas perceber seu cabedal social, como também implica identificar a composição de suas fortunas, o que pode ser importante para entender o grupo como um todo. Como já enfatizado anteriormente, o tamanho da riqueza pessoal é um dos elementos pelos quais a micro história<sup>1080</sup>, se interessa porque é um dos indicadores que ajuda a compor o quadro de informações acerca de um indivíduo.

Já observamos que os negociantes portugueses se envolviam em inúmeras transações comerciais na cidade de Belém, desde as que os envolviam como credores até as que demonstravam que eles podiam atuar como devedores numa economia que sofria alterações nos idos do desenvolvimento da expansão da borracha, isto é, pós 1850. Entre bens móveis, bens de raiz e semoventes, os portugueses no Pará se encontraram no limiar de uma economia em transformação que conjugava a posse de bens rurais tanto de base agrícola como extrativa, e as novas formas de investimentos urbanos que começaram a ganhar importância à medida que a economia progredia.

Acreditamos que a análise dos inventários de alguns dos mais notáveis negociantes de Belém ajude na compreensão não apenas da composição de suas fortunas, mas também no reconhecimento de alguns indícios da economia paraense. Apesar de não ser nosso objetivo construir um panorama geral dos níveis de riqueza e composição de fortunas, defendemos que esses casos são elucidativos dos bens e negócios dos homens de grosso trato da praça comercial de Belém.

A pesquisa com inventários tem sido uma prática corrente entre estudiosos, assim como as escrituras públicas. São investigações que tratam, em geral, dos estudos da economia de determinadas regiões a partir da análise das riquezas pessoais que juntas ajudam na compreensão de um determinado grupo social ou sociedade.

Uma dessas pesquisas mais clássicas foi a de Kátia Mattoso que estudou a riqueza dos baianos numa parte do século XIX. Mattoso levantou 1.115 inventários para compreender a

<sup>1080</sup> CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na **História. MNEME – Revista de Humanidades**, 11(28), ago./dez., 2010, 31-46.

composição da riqueza na Bahia do oitocentos<sup>1081</sup> numa perspectiva ampla. A partir do uso da metodologia serial, a autora elaborou uma análise da riqueza a partir de faixas de fortuna visando entender as peculiaridades de cada grupo social e evidenciando mudanças na economia baiana quando se compara a primeira com a segunda metade do século XIX.

Outra pesquisa que se utilizou dos inventários como fonte principal de pesquisa foi a já destacada Zélia Cardoso de Melo. A autora, através da análise de 746 inventários, se preocupava em compreender de que maneira as formas de riqueza davam conta de expressar aspectos mais macros sobre a sociedade.<sup>1082</sup> Logo, através do estudo de formas tradicionais de riqueza tais como a posse de escravos, e também de formas mais modernas de riqueza como imóveis e ações e outros meios de rendimento, buscava-se apreender alterações na estrutura econômica em São Paulo na segunda metade do século XIX.

Outra pesquisa notável que utiliza os inventários, enquanto conjunto documental primordial para a investigação histórica, é a de Renato Leite Marcondes que estudou Lorena no contexto de expressivo crescimento econômico e demográfico no Vale do Paraíba, entre 1830 e 1870<sup>1083</sup>. Partindo da análise de 187 inventários, organizados a partir de faixas de riqueza, Marcondes analisou a riqueza de cafeicultores, lojistas de fazenda seca, usuários e produtores de derivados de cana, grupos esses que mantinham a quase totalidade das riquezas, inclusive a de escravos.

Mais recentemente temos o trabalho de Maria Luiza Ferreira de Oliveira intitulado *Entre a casa e o Armazém*.<sup>1084</sup> A autora arrolou 393 inventários para estudar entre 1874 a 1882 e 1894 a 1901, aspectos particulares de setores médios, intermediários, despossuídos e elites da cidade de São Paulo no final do século XIX.

Há ainda as pesquisas que fazem uso dos inventários para estudar especificamente os grupos mercantis. Dois desses trabalhos transitam entre a colônia e o império brasileiro, destacando os negociantes no Rio Grande de São Pedro e do Rio de Janeiro. O primeiro foi o trabalho de João Luiz Fragoso que, sem dúvidas, constituiu-se num dos trabalhos sobre negociantes que mais gerou repercussão na historiografia nacional. Fragoso arrolou 459

<sup>1081</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. A riqueza dos baianos no século XIX. **Revista CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 11, 1988, p. 61-75.

<sup>1082</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Op. cit.*

<sup>1083</sup> MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: Formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX**. Tese (Doutorado em Economia). São Paulo. Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>1084</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência de urbanização**. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

processos de inventários para avaliar os mecanismos de acumulação, a composição de suas fortunas e sua influência para o desenvolvimento de um mercado interno a partir de uma reprodução endógena do capital mercantil não completamente dependente do mercado externo.<sup>1085</sup>

O segundo foi o trabalho de Helen Osório que estudou, a partir do levantamento de 542 inventários, os membros da comunidade mercantil do Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.<sup>1086</sup> Osório destacou a diversidade da atuação dos negociantes com destaque para os comerciantes-charqueadores que possuíam as maiores fortunas de Rio Grande, construídas através da diversificação dos investimentos e da relação com os comerciantes da Praça mercantil do Rio de Janeiro.

Os trabalhos citados acima foram apenas alguns importantes trabalhos que fizeram dos inventários a documentação principal para a investigação do comércio e de seus agentes ou de outros grupos sociais. Como destacado, face à metodologia serial utilizada, era necessário o grande volume de inventários catalogados em cada caso.

No Pará já existem importantes investigações que seguiram a mesma linha. Uma que vale destacar, pelo próprio reconhecimento na historiografia local, foi a de Luciana Marinho que não por acaso foi orientada pelo João Fragoso na UFRJ. Nesse trabalho, defendido em 2004, a mesma estudou 221 inventários a fim de apreender as formas de acumulação em Belém entre 1850 e 1870. Conseguiu demonstrar que a atividade comercial era o setor que mais gerava riquezas na província, a partir do investimento dos ativos em outras atividades como as ligadas a propriedades rurais e imóveis urbanos.

Outro trabalho de destaque para o Pará foi o de Anndrea Tavares defendido em 2016, e cujo um dos objetivos era analisar a composição patrimonial e a alocação dos recursos dos portugueses em Belém entre os anos de 1840 a 1930 com base em 561 inventários.<sup>1087</sup> Diferente de Luciana Marinho, que buscou entender as riquezas da classe mercantil de forma mais ampla, Anndrea Tavares se preocupou exclusivamente com os portugueses na perspectiva das inúmeras ocupações dos imigrantes, não apenas com os negociantes.

No entanto, mesmo que já existam estudos sistemáticos que se preocuparam com a composição dos bens e da riqueza dos portugueses, como os de Marinho e Tavares, o que

<sup>1085</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro, 1998. *Op. cit.*

<sup>1086</sup> OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

<sup>1087</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Op. cit.*

chamou atenção dos inventários dos portugueses fora a fortuna dos mesmos e o aumento dos valores (em termos nominais) das fortunas para o período de 1850-1870.

Para o período de 1836 a 1870, o Centro de Memória da Amazônia conservou em seus arquivos 294 inventários *post-mortem*, os quais foram registrados nos cartórios Odon, Trindade, Leão e Fabiliano. Desse total, em 84 inventários há a indicação da nacionalidade do inventariado, enquanto que nos outros 210 inventários, não há registro quanto a nacionalidade do falecido arrolado. Dos 84 inventários em que há indicação da nacionalidade do inventariado, 40 são brasileiros, 38 são portugueses, três são espanhóis, dois eram africanos e um era alemão.<sup>1088</sup>

Desses 294 inventários pesquisados, nem todos apresentam o monte mor do inventariado, sendo que pudemos encontrar o monte-mor em 203 deles. A fim de estabelecer uma tipologia para o estudo das riquezas apresentadas nos inventários e, assim, observar onde os comerciantes portugueses se situavam, dividimos os dados em quinquênios e aplicamos uma análise levando em consideração os elementos de estatística descritiva: média, mediana, mínimo e máximo e uma classificação das riquezas em faixas de fortunas. Esta última, não como caracterização sócio econômica dos falecidos, mas como distribuição dos inventários pelas faixas adotadas, de modo que fosse possível visualizar o perfil econômico da província ao longo do período analisado. Assim, apresenta-se a tabela 20 abaixo.

**Tabela 20 – Distribuição dos inventários por valores, 1836-1870<sup>1089</sup>**

Período	N	Mínimo	Máximo	Média	Mediana
1836-1840	10	106\$061	9: 741\$960	4: 125\$911	3: 770\$028
1841-1845	11	520\$020	8: 124\$620	3: 427\$971	2: 988\$540
1846-1850	5	2: 017\$450	15: 122\$180	6: 070\$098	4: 602\$870
1851-1855	18	342\$200	17: 855\$560	5: 067\$777	2: 365\$310
1856-1860	34	1: 000\$000	44: 847\$500	12: 066\$647	8: 819\$350
1861-1865	45	1: 080\$000	321: 456\$858	21: 197\$238	6: 260\$927
1866-1870	80	208\$080	499: 617\$260	31: 456\$006	10: 781\$578
<b>1836-1870</b>	<b>203</b>	<b>106\$061</b>	<b>499: 617\$260</b>	<b>20: 107\$780</b>	<b>7: 600\$000</b>

Fonte: CMA (1836-1870)<sup>1090</sup>

<sup>1088</sup> CMA. Inventários *post-mortem*, 1836-1870.

<sup>1089</sup> Além da média, utilizamos também a mediana como medida de tendência central, pois, como é de conhecimento estatístico, “a vantagem da mediana em relação à média é que a mediana não sofre a influência de valores extremos e pode ser utilizada para os dados com distribuição simétrica e assimétrica”. Cf. DUQUIA, Rodrigo Pereira e BASTOS, João Luiz Dornelles. Medidas de tendência central: onde a maior parte dos indivíduos se encontra? *Scientia Medica*, Porto Alegre: PUCRS, v. 16, n. 4, out./dez. 2006.

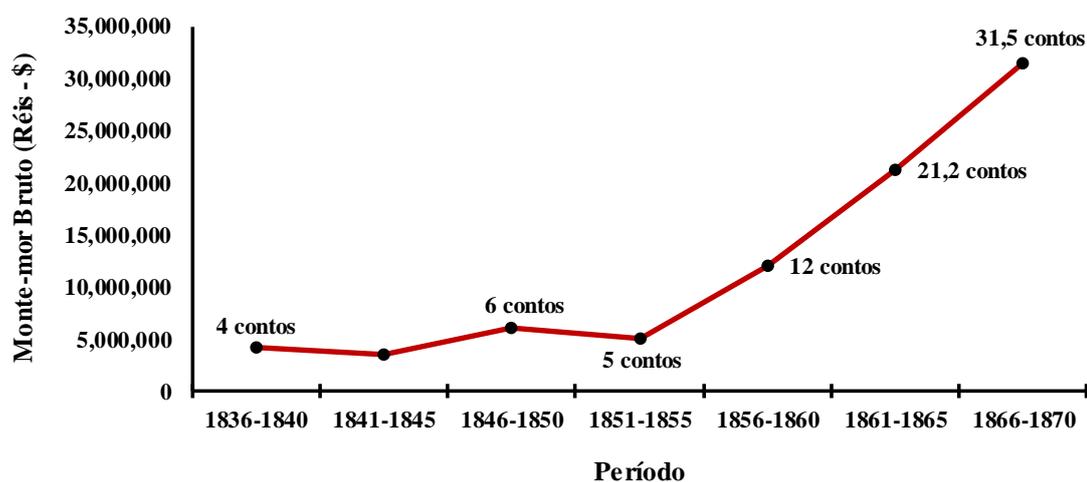
<sup>1090</sup> CMA. Inventários *post-mortem*, 1836-1870.

Desta tabela 20, notamos que há um crescimento nos registros de inventários nos cartórios da cidade de Belém. Se no quinquênio 1836-40 foram encontradas apenas 10 inscrições, no final da década de 1860 (1866-1870) foram inventariados os bens de 80 falecidos. Essa constatação corrobora, em certa medida, as argumentações apresentadas para se explicar o crescimento verificado nos registros de escrituras públicas no mesmo período.

Analisando-se os valores máximos do monte-mor bruto dos inventários, observamos três perfis. No decênio 1836-1845, nenhum inventário apresentou fortuna maior que dez contos, no período de 1846 a 1860, em todos os quinquênios a maior fortuna inventariada excede os dez contos, no entanto, não excede os cinquenta contos, e nos dois quinquênios da década 1860-1870, as maiores montas chegam a 321 e 499 contos.

Se o objeto de análise for a monta média de cada quinquênio (Gráfico 27), observa-se que por vinte anos, de 1836 a 1855, há uma certa estabilidade nas médias das fortunas inventariadas com pequenas oscilações, variando entre quatro e seis contos de réis. Entretanto, a partir de 1856-60, há um crescimento acentuado e ininterrupto, crescendo para doze contos nessa meia década, depois chegando a vinte e um contos no quinquênio seguinte, e na segunda metade da década de 1860, as fortunas aviltam-se cada vez mais atingindo as cifras médias de 31,5 contos.

**Gráfico 27 – Evolução da monta média dos inventários de Belém, 1836-1870**



Fonte: CMA (1836-1870)<sup>1091</sup>

<sup>1091</sup> CMA. Inventários *post-mortem*, 1836-1870.

Essa elevação verificada na monta média, a partir de 1856, se deve em grande parte as fortunas amealhadas por portugueses que migravam para a província nos meados do oitocentos, dentre os quais destacamos nomes como: Luís Monteiro da Silva, português de Vila Nova da Telha, no distrito do Porto, morador da rua Formosa, no bairro da Cidade, casa térrea nº 56,<sup>1092</sup> onde residia com sua esposa Maria Barbosa da Cunha Barros e seus filhos. Além dessa residência de morada, o português também era proprietário de outro imóvel, a casa assobradada nº 3, situada na travessa do Carmo, a qual fora alugada em 1858 por vinte mil réis mensais.<sup>1093</sup>

Fora as propriedades na capital, Luís Monteiro possuía uma propriedade rural, um engenho no rio Anapú, com casa de sobrado. Nesse engenho ele plantava cana de açúcar, cacau e laranja. Na mesma propriedade, fabricava telhas e tijolos em sua olaria, os quais transportava para a capital em suas quatro embarcações. No trabalho da olaria e nas plantações, Luís Monteiro empregava o trabalho de 59 escravos, todos de sua posse. Sua fortuna arrolada em seu inventário *post-mortem* é superior a trinta e quatro contos.<sup>1094</sup>

Conforme destacou Cristina Cancela e colaboradores, casos como o de Luís Monteiro da Silva não representam o típico imigrante português que amealhou fortuna a partir do comércio, apesar desse lusitano ter atuado em Belém vendendo os tijolos e as telhas fabricados na sua propriedade rural e os gêneros agrícolas lá produzidos.<sup>1095</sup>

O que se pretende enfatizar é que o crescimento verificado nas fortunas arroladas nos cartórios de Belém deve-se em grande parte aos imigrantes lusitanos, mesmo que por vezes não seja o negociante de grosso trato.

Dentre esses 203 inventários com monte-mores, 20 deles foram de portugueses, ou seja, 10%. Considerando-se essa amostragem de 203 inventários, a fortuna média por inventário é 20:107\$780, mas a fortuna média quando se consideram apenas os 20 portugueses mais que quadruplica, i.e., verifica-se um aumento de mais de 400%, pois a fortuna média desses 20 lusitanos é 85:450\$335 réis. Se por outro lado os cálculos forem realizados levando-se em consideração apenas o restante da amostra, i.e., os 183 inventários, a média de fortuna cai para 13:360\$452. Diante desses valores nominais podemos inferir quão importantes foram os portugueses para a economia do Pará de meados do oitocentos.

<sup>1092</sup> Gazeta Oficial, n. 066, de 21 de março de 1859, p. 2.

<sup>1093</sup> Gazeta Oficial, n. 094, de 30 de abril de 1859, p. 2.

<sup>1094</sup> CMA. Inventário *post-mortem*. Luiz Monteiro da Silva e Maria Barbara da Cunha Barros. Cartório Fabiliano Lobato. Ano: 1858.

<sup>1095</sup> CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa; LUNA, Oton Tássio Silva. *Op. cit.*, p. 489.

Uma outra informação que revela o grau de significância dos portugueses para a compreensão da distribuição das riquezas na sociedade belenense desse período, pode ser observada a partir dos valores totais dessas fortunas. O somatório dessas 203 fortunas gira em torno de 4.082 contos, e a soma das fortunas dos 20 portugueses identificados na amostra corresponde a 1.624 contos, i.e., a fortuna dos 20 portugueses corresponde a 40% do total das fortunas estudadas, enquanto que os outros 183 inventariados respondem pelos 60% restante.

Para concluir a análise da tabela 21, podemos comentar os valores das fortunas em termos de mediana. Para todos os quinquênios considerados, os valores da mediana estiveram aquém da média, revelando que a maior parte das fortunas estavam situadas numa faixa abaixo dos valores médios, portanto os valores das medianas foram mais representativos da distribuição da riqueza e como indicadores da (des)igualdade sócio econômica da sociedade estudada<sup>1096</sup>. Dizendo de outra maneira, pode-se dizer que o monte-mor acumulado pela maioria da população era muito baixa, e apenas poucos conseguiram amealhar fortunas consideráveis.

Isso mostra o mesmo perfil observado por Patrícia Sampaio, em Manaus de meados do oitocentos, onde ela notou que aquela sociedade era marcada pela “desigualdade na pobreza”<sup>1097</sup>. Luciana Marinho também notou essa desigualdade na sociedade belenense, segundo ela, as elites locais esforçavam-se por manter essa desigualdade, sobretudo por meio de alianças, bem como pelas relações de favores mantidas com as esferas da política na região.<sup>1098</sup>

A mediana total dos 203 inventários catalogados é 7: 600\$000 réis, situando-se os 20 portugueses nessa distribuição, dezessete deles apresentam fortunas acima desse valor e apenas os inventários de três portugueses situam-se abaixo dos sete contos e seiscentos mil réis, i.e., 85% dos portugueses estavam compreendidos na metade dos mais ricos de Belém.

A fim de visualizar como se comportou a distribuição da riqueza em Belém, optamos por organizar os montes brutos em faixas de fortunas organizados de cinco em cinco anos (Tabela 21). O objetivo foi de verificar a partir de que momento as riquezas inventariadas foram se avolumando, considerando que estamos falando de uma economia em processo de transformação. Embora, não se pretenda caracterizar cada faixa de fortuna, essa divisão foi

<sup>1096</sup> Cf. nota 1088.

<sup>1097</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 102.

<sup>1098</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 147-158.

necessária porque ajuda a compor o panorama da economia da província que estava em processo de crescimento com a borracha pós-1850.

**Tabela 21 – Distribuição dos inventários por faixas de fortuna, 1836-1870**

Período	N	Menos de 1 conto	De 1 a 5 contos	De 5 a 10 contos	De 10 a 50 contos	Mais de 50 contos
1836-1840	10	2 (20%)	5 (50%)	3 (30%)	-	-
1841-1845	11	1 (9%)	6 (55%)	4 (36%)	-	-
1846-1850	5	-	4 (80%)	-	1 (20%)	-
1851-1855	18	1 (5%)	10 (56%)	5 (28%)	2 (11%)	-
1856-1860	34	-	9 (27%)	12 (35%)	13 (38%)	-
1861-1865	45	-	21 (47%)	6 (13%)	16 (36%)	2 (4%)
1866-1870	80	4 (5%)	20 (25%)	12 (15%)	35 (44%)	9 (11%)
<b>1836-1870</b>	<b>203</b>	<b>8 (4%)</b>	<b>75 (37%)</b>	<b>42 (21%)</b>	<b>67 (33%)</b>	<b>11 (5%)</b>

Fonte: CMA (1836-1870)<sup>1099</sup>

Se distribuirmos os 20 portugueses entre as faixas de fortunas, verifica-se que dois estão na faixa de 1 a 5 contos, cinco estão na faixa de 5 a 10 contos, nove estão na faixa de 10 a 50 contos e quatro estão na faixa com fortunas superiores a 50 contos. Não encontramos nenhum português na faixa inferior a 1 conto, e os portugueses localizados nas maiores faixas de fortuna eram os homens envolvidos no comércio de Belém.

Como mostrado na tabela 21 acima e destacado no gráfico 28 abaixo, a primeira ocorrência de inventário *post-mortem* com monte-mor bruto acima dos dez contos de réis apareceu somente em 1850. Trata-se do inventário de Joaquim Gomes de Oliveira Cavaleiro, capitão da Guarda Nacional, casado com Maria Clara Rodrigues Cavaleiro. Ele faleceu em 2 de maio de 1850, deixando para sua esposa quatro casas térreas e dois quartos de casas, além de diversos bens do lar, que juntos somam cerca de cinco contos, além de outros bens que totalizaram 15:122\$180. Não foi possível identificar a nacionalidade do capitão Joaquim Cavaleiro, mas, o que se pode notar, foi que os bens imóveis e demais objetos da casa eram bem representativos na composição de sua riqueza, mostrando essa tendência já observada por outros pesquisadores para o período em questão.<sup>1100</sup>

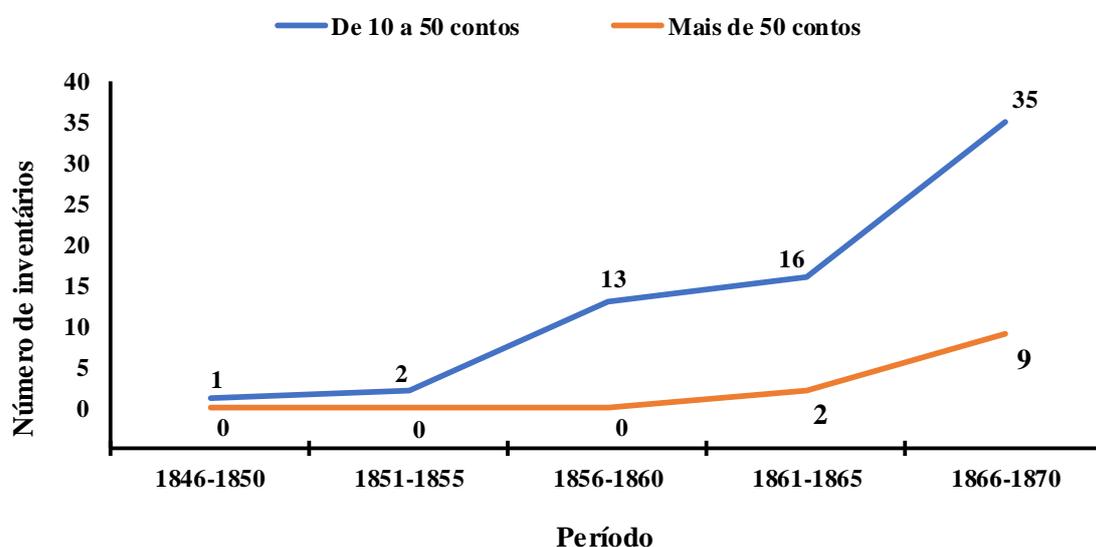
<sup>1099</sup> CMA. Inventários *post-mortem*, 1836-1870.

<sup>1100</sup> CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea Carolyn da Costa; LUNA, Oton Tássio Silva. *Op. cit.*

Patrimônios como o do capitão Joaquim Gomes, entre dez e cinquenta contos, cresceram a partir de 1856, e já inventários com fortunas acima de cinquenta contos só apareceram na década de 1860, concentrados sobretudo na metade final da década, e relacionados com o crescimento da economia do Pará à medida que o mercado da goma elástica ganhava notoriedade no cenário internacional.

Se compararmos com a pesquisa de Patrícia Melo Sampaio, verificaremos que a maior riqueza que ela encontrou em Manaus no século XIX foi a do negociante Marcolino Antonio Leite que era de 306:568\$261 réis. Sampaio caracterizou a composição das fortunas de Manaus como marcadas por uma “grande pobreza”. A riqueza inventariada em 223 processos analisados pela autora somou menos de mil contos no período de 1838 a 1894.<sup>1101</sup> Desse modo, a fortuna do referido negociante representava um terço de toda a fortuna líquida de Manaus. No Pará, depois da década de 1860, não era difícil encontrar fortunas maiores que a mencionada. Mas até a década de 1860, as fortunas mais notórias foram rarefeitas, tendência essa que não prossegue nas últimas décadas do século XIX.

**Gráfico 28 – Crescimento das maiores fortunas em Belém, 1846-1870**



Fonte: CMA (1836-1870)<sup>1102</sup>

Para efeito de comparação entre Manaus e Belém, a soma das riquezas das cinco maiores fortunas do Pará inventariadas até 1870 supera o montante de todas as 223 fortunas

<sup>1101</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, p. 99, 101.

<sup>1102</sup> CMA. *Inventários post-mortem*, 1836-1870.

(pobrezas) estudadas por Patrícia Sampaio para a província do Rio Negro. Convém ressaltar que ela analisou inventários até 1894, quando a economia da borracha já modernizava a riqueza da cidade de Manaus.

No entanto, quando comparamos as riquezas do Pará com as da Bahia e Rio de Janeiro, a riqueza do Pará foi bem menos acentuada. Por exemplo, enquanto no Pará até 1850 encontramos apenas uma fortuna acima de 10 contos, Kátia Mattoso localizou para a Bahia 93 inventários com fortunas superiores a essa monta, sendo que 17 estavam situadas na faixa de 50 a 200 contos e uma era ainda mais dilatada, estava acima de 200 contos de réis. Se compararmos com a segunda metade do século XIX as diferenças tornam-se ainda maiores.

Confrontando os dados do Pará com aqueles levantados por João Fragoso para os oito maiores negociantes do Rio de Janeiro nos anos de 1820, 1825 e 1840, observa-se que as riquezas dos negociantes de grosso trato da capital do império giraram numa média de 230 contos, variando entre 146 e 307 contos de réis. É importante frisar que na análise de Fragoso detectou-se fortunas acima de 100 contos ainda em 1820, enquanto que no Pará a primeira fortuna inventariada superior aos 100 contos será registrada apenas em 1862.<sup>1103</sup>

Apesar dos inventários mostrarem que existiram poucas fortunas no Pará acima de 50 contos de réis até 1870, isso não significa que não houvessem afortunados com riquezas superiores a esse valor. Em 1849, o cônsul de Portugal no Pará, comendador Fernando José da Silva enviava à Portugal a “Relação dos Subditos Portugueses e Brasileiros adoptivos estabelecidos no Pará que estão no caso de possuírem para mais de 50:000\$000 de capital, propriedades, numerário ou em giro nas suas transações comerciais”.<sup>1104</sup>

O rol repassado pelo cônsul era composto de 30 nomes, 8 dos quais, eram de negociantes de grosso trato, já abordados ao longo dessa pesquisa<sup>1105</sup>. Essa lista é elucidativa porque permitiu ponderar os dados dos inventários, pois enquanto os inventários apontaram que até 1870 o Pará tinha apenas 11 monte-mor acima de 50 contos, a lista do cônsul aponta que ainda em 1849 havia 30 indivíduos lusitanos com essa fortuna. Na realidade os números eram

<sup>1103</sup> Trata-se da fortuna do negociante português Joaquim António da Silva, citado no capítulo 2, p. 188-191.

<sup>1104</sup> Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 135. Mç. 1849.

<sup>1105</sup> Os negociantes que integram essa lista e que foram abordados neste estudo são: Francisco Gaudêncio da Costa & C<sup>a</sup>, Miguel José Raio, Henrique de La Rocque, Lúcio de Sousa Machado & Irmão, Manoel José da Motta Marques & Irmão, Joaquim Francisco Danin, Joaquim António da Silva e João Pinto de Araújo.

maiores, isso porque não estão sendo considerados os nomes dos afortunados da elite com origem no Pará.

Na realidade, o que aconteceu foi que as riquezas acumuladas nos meados do século XIX demoraram a serem inventariadas. Muitas delas nem foram inventariadas no Pará, pois vários imigrantes retornaram para Portugal para esperar a morte por lá. Outros decidiram permanecer no Pará. Porém, o que se pode dizer é que foram patrimônios que começaram a ser construídos nos meados do oitocentos, porém inventariados pós 1870.

Diversos elementos dessa pesquisa demonstraram que a partir da metade da década de 1850, ocorreu na província do Pará uma intensa agitação, na dinâmica populacional, no movimento do porto da cidade, na renda interna, na instalação de firmas comerciais, incluindo diversas companhias bancárias, que injetaram recursos na capital do Pará, no estabelecimento de casas de comércio, no crescimento do número de armazéns, nas transações comerciais, fatores esses que levaram à proeminência do capital mercantil, o que contribuiu para que começassem a surgir na província fortunas mais sólidas.

Como exibido na tabela 21 e no gráfico 28, apenas doze inventários apresentam montante superior a cinquenta contos de réis, sendo sete de portugueses e cinco de brasileiros. Os nomes desses sete portugueses são mostrados na tabela 22.

**Tabela 22 – Portugueses com fortunas superiores a 50 contos, 1836-1877**

Inventariado	Nacionalidade	Montante	Ano
Lúcio de Sousa Machado	Portugal (Lisboa)	499: 617\$260	1877
Manoel José da Mota Marques	Portugal (Aveiro)	321: 456\$858	1862
Ludovina Madalena da Costa	Portugal (Lisboa)	269: 111\$627	1870
Januário António da Silva	Portugal (Lisboa)	148:960:800	1874
Joaquim António da Silva	Portugal (Lisboa)	114: 392\$480	1862
Antonio Teixeira Bastos	Portugal	99: 850\$922	1867
Agostinho José Lopes Godinho	Alcobaça (Leiria)	94:630\$220	1862
José Antonio dos Santos	Portugal	73: 811\$450	1866

Fonte: CMA (1836-1870)<sup>1106</sup>

Se o número de negociantes mais abastados parece tão insignificante, com tão poucos inventariados com monte-mor acima de 100 contos, isso pode ser compreendido quando

<sup>1106</sup> CMA. Inventários *post-mortem*, 1836-1877.

observamos que de um total de cerca de 4.000 imigrantes portugueses catalogados, apenas 50 enriqueceram. Para os outros, o desejo de adquirir fortunas fora frustrado. Outros alcançaram renda modesta ou conseguiram abrir uma loja aberta.

Agora, se 50 portugueses enriqueceram, por que a lista dos mais afortunados parece tão diminuta? É importante ressaltar que boa parte dos portugueses que adquiriram riquezas nas décadas de 1840, 1850 e 1860 morreram posteriormente a 1870. Portanto, não podemos dizer que no Pará não existia fortunas consideráveis antes de 1870, no entanto, poucas delas foram inventariadas antes desse período.

Se por um lado, os negociantes que fizeram fortuna nos meados do oitocentos eram poucos, o número aproximado de 50 desses negociantes representava metade dos ricos de Belém nos meados do século XIX, o que atribui um papel fundamental para a comunidade mercantil portuguesa no Pará. Esse baixo número de homens de negócios, se comparado com outras praças mercantis do império, influi diretamente sobre a escolha da metodologia utilizada nessa pesquisa, qual seja, uma abordagem qualitativa da riqueza dos lusos.

O uso mais qualitativo dessa fonte ajuda na compreensão dessa tese enquanto um corpo composto de peças que começa com a imigração dos portugueses, prossegue com sua inserção no comércio, continua com sua inclusão em redes de sociabilidade e termina com uma amostra da composição de suas riquezas que foram registradas depois de seu falecimento no Pará.

Assim, nossa análise dos inventários se aproxima muito mais da perspectiva empregada por Luiz Guimarães em seu trabalho sobre a imigração portuguesa,<sup>1107</sup> ou Siméia Lopes para estudar o comércio interno no Pará<sup>1108</sup>. Por outro lado, não são fontes complementares, são fontes essenciais para a composição da fortuna enquanto elemento essencial na trajetória do indivíduo a partir de uma escala micro analítica.

O estudo das fortunas é um meio para se identificar a lógica que perpassa o processo de reprodução da sociedade<sup>1109</sup>. Vejamos como se deu a distribuição da riqueza de alguns dos negociantes mais afortunados de Belém. Obedeceremos a ordem cronológica dos inventários.

Segundo esse critério, temos o inventário do negociante José Pinto de Araújo. Ele morreu em 18 de julho de 1855 e teve seus bens inventariados em 1856. Ao longo de sua vida,

<sup>1107</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente, 2016. *Op. cit.*

<sup>1108</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. 2012. *Op. cit.*

<sup>1109</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. cit.*, p. 334.

formou uma fortuna de 46:893\$477<sup>1110</sup>. Essa não foi uma das maiores fortunas inventariadas, mas há que se levar em conta que ele morreu ainda na década de 1850, momento em que a economia da província há pouco começara a mudar o seu ritmo. Destarte, o monte-mor era considerável para o período e por muito pouco esse negociante não estava naquela relação do cônsul português enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A maior parte do valor inventariado estava concentrada em uma morada de casas na Rua da Boa Vista avaliada em 25:000\$000. Isso já significava 53,3% do patrimônio de José Pinto de Araújo. Ele ainda possuía uma morada de casa de sobrado que custava 10:000\$000. A soma dos dois imóveis é quase o patrimônio total do negociante. Fora isso, possuía três escravos, uma que valia 600\$000 de nome Olímpia, a filha de Olimpia de nome Procopia avaliada em 300\$000 e um cafuzinho de nome Cypriano no valor de 150\$000. O resto dos bens eram algumas louças e objetos de mobília.

José Pinto de Araújo como os outros negociantes, possuía uma dívida ativa (crédito) de 3:433\$917. Por outro lado, tinha uma dívida passiva (débito) que era superior ao que o mesmo tinha para receber, o equivalente a 6:959\$346. Anndrea Tavares, analisando os inventários dos portugueses no Pará no período de 1840 a 1869 ressalta que as dívidas ativas representavam pouco mais de 19% dos bens dos inventariados,<sup>1111</sup> já as dívidas passivas não foram destacadas percentualmente pela autora. No entanto, Luciana Marinho afirma que em Belém, “as dívidas passivas não aparecem ter assumido feições muito críticas, variando entre 2,90 e 12,31% da riqueza inventariada.<sup>1112</sup> Esse perfil está mais ou menos afinado com o que Sampaio encontrou para Manaus, onde o comprometimento dos ativos chegava a um quarto no que diz respeito a algumas categorias sócioprofissionais, mas esse não era o caso dos comerciantes.<sup>1113</sup>

Assim, segundo os dados citados, a dívida passiva de José Pinto de Araújo que corresponde a 14,8% do comprometimento de seu monte-mor, não ultrapassava os níveis mais comuns previstos para Belém e nem mesmo para Manaus, onde os comerciantes eram bem mais endividados do que em Belém. Aliás, Patrícia Sampaio cita que a praça comercial de Manaus

<sup>1110</sup> No inventário consta que o monte-mor bruto de José Pinto de Araújo é de 36:893\$477, no entanto quando se soma os valores individuais descritos no corpo do inventário chega-se ao valor de 46:893\$477, portanto acredita-se que tenha ocorrido um erro de aritmética por parte do copista ou mesmo um erro de transcrição substituindo-se três ao invés de quatro.

<sup>1111</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Op. cit.*, p. 99.

<sup>1112</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 113-114.

<sup>1113</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, p. 126.

era bastante dependente da praça de Belém<sup>1114</sup>. Isso porque os comerciantes de Belém eram bem mais sólidos economicamente do que os de Manaus, considerando que a praça comercial do Pará era a mais importante da região até o início do século XX.<sup>1115</sup>

Se por um lado a dívida do negociante em questão comprometeu uma parte do seu legado, ainda que esteja dentro da média do período, sua dívida ativa também expressava que ele possuía um capital circulante, pois 7,3% dos seus ativos, estava empregada em empréstimos, alguns deles com juros de 2% ao mês. Isso demonstra que havia uma presença do capital mercantil e usuário representado pelo ato de dar crédito.

Mas o comerciante não apenas emprestava, pois também recebia crédito. Na relação de dívidas passivas consta que José Pinto devia para os filhos de D. Olimpia Angella Paes de Carvalho, para Francisca Joaquina da Silva e principalmente para o Banco Commercial e, em todas essas dívidas, constavam juros que variavam entre 0,5% e 1% ao mês.

As operações de dar crédito e tomar emprestado, seja por meio das relações de confiança ou por meio de hipoteca, fiança, era uma prática comum entre os negociantes, embora o crescimento contínuo do capital mercantil os possibilitasse mais emprestar do que tomar emprestado. Em alguns casos o crédito mercantil servia para “a intensificação da circulação e o aumento das transações”, porém em outros casos “tanto servia para financiar o giro dos negócios como para acudir outras despesas.”<sup>1116</sup>

Não temos como apontar a finalidade do empréstimo tomado por José Pinto de Araújo, contudo, podemos inferir que ele foi um agente atuante frente a algumas das operações com as quais se envolviam os negociantes, tais como os créditos mercantis e as operações de banco, atividades que segundo Jorge Pedreira, eram algumas das formas de ação dos homens de negócios.

Outro negociante que figurava entre os mais bem-sucedidos de Belém foi Agostinho José Lopes Godinho,<sup>1117</sup> que teve seus bens inventariados em 1862 reunindo um monte-mor de 94:630\$220. Pode-se dizer que Agostinho José era um dos poucos que tinha uma fortuna que se aproximava de 100 contos.

<sup>1114</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>1115</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 114.

<sup>1116</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel. Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação: Os negociantes de Lisboa. *In: Revista Tempo*, v. 8, n. 15, dez. 2003, p. 56.

<sup>1117</sup> CMA. *Inventário post-mortem*. Agostinho José Lopes Godinho. Cartório Fabiliano. Ano: 1862.

No arrolamento de seus bens consta, uma casa de sobrado na rua dos Mercadores, um dos pontos mais valorizados na cidade de Belém, localizado no Bairro da Campina. O imóvel estava avaliado em 12:000\$000. Mas esse não era o único imóvel urbano do falecido. Também deixou uma casa de sobrado contendo embaixo loja e armazém em endereço não especificado. Ainda estava alistada em seu inventário uma morada de casa na Rua do Açougue também contendo em anexo outro armazém, o que foi avaliado em 9:000\$000.

Possuía, além disso, outra morada de casa de sobrado na rua do Rosário avaliada em 9:000\$000 que o mesmo deixou em testamento para Sebastiana Maria Custódia<sup>1118</sup>, que residia em sua companhia. José Agostinho recomendou no testamento que o responsável pela administração desse valor, Henrique D'Araújo Tavares, também negociante, deveria empregá-lo em alguma transação que rendesse juros a beneficiária.

O imóvel que menos valia em Belém era um terreno, situado na rua da Olaria e no valor de 2:500\$000. Os imóveis urbanos parecem ser majoritários no portfólio de bens desse inventariado, o que acompanha uma tendência bastante comum na segunda metade do século XIX em que os imóveis rurais vão cedendo lugar aos bens urbanos nas composições das riquezas pessoais.

Também consta na descrição dos bens uma mobília composta de cadeiras, bancos, jardineira e sofá, o que soma 100\$000. O inventário também menciona quatro escravos, sendo dois no valor de 800\$000 deixados a mesma D. Sebastiana beneficiada com a casa da rua do Rosário e mais dois escravos que juntos custavam 800\$000 que foram deixados para os seus herdeiros para servi-lhes mais 10 anos.

A soma dos bens do português Agostinho José não equivale ao monte-mor de 94:630\$220. Mas há que se considerar também que aproximadamente 23% de seu patrimônio era composto de dívida ativa, i.e., quase um quarto de sua fortuna. Estranhamente não aparece no inventário de Agostinho a propriedade de Vigia de Nazaré descrita por William Edwards em sua ida a Vigia em 1846<sup>1119</sup>. É possível que em 1862, quando os bens do falecido foram catalogados, a fazenda já não pertencesse a Agostinho José, mesmo porque o inventário descreve apenas 4 escravos, o que não seria suficiente para produzir cana de açúcar, melão e cachaça, tal como ele fazia na década de 1840.

<sup>1118</sup> CMA. Testamento de Agostinho José Lopes Godinho. Citado no Inventário.

<sup>1119</sup> EDWARDS, William H. *Op. cit.*, p. 91.

Considerando que o inventário não dá conta de descrever todos os bens adquiridos ao longo da vida, uma vez que muitos deles podem ter sido doados, vendidos e investidos em outros ramos da economia, é de se entender o que pode ter acontecido com os bens rurais de Agostinho José, ainda que não possamos afirmar. Seguindo essa mesma ponderação pertinente ao inventário como documento para a pesquisa histórica, pretendemos apresentar o inventário de Ludovina Madalena de Lima Néri que se tornou Ludovina Madalena da Costa. Já a mencionamos ao longo do nosso percurso.

Ludovina Madalena da Costa era a esposa do negociante de grosso trato Francisco Gaudêncio da Costa, um dos maiores da Praça Comercial do Pará desde os anos de 1820. Infelizmente não tivemos acesso ao inventário do referido negociante. Contudo, tivemos contato com o inventário da sra. Costa. Sem dúvida que seu patrimônio dá uma pequena amostra do patrimônio de seu falecido esposo. Ela morreu em 1871, tendo deixado um monte mor de 288:272\$627. É preciso considerar que Gaudêncio morreu ainda na década de 1850, portanto, parte da sua riqueza já teria sido repartida entre os filhos, cabendo apenas uma parte da partilha a Ludovina Costa. É certo também que sua parte na fortuna deve ter aumentado durante esses anos, se levarmos em consideração que ela estabeleceu firma com os filhos negociantes.

O valor arrecadado com a dissolução da firma somou pouco mais de 240 contos de réis e isso já representava nada menos que 84,5% do seu monte-mor. Estranha um pouco o fato de ter deixado apenas 12 contos em imóveis urbanos, sendo o mais valioso uma rocinha na estrada de Nazareth no valor de 7:000\$000 e um quarto de casas avaliada em 5 contos, nada parecido com os altos valores em bens imóveis tão comuns no portfólio dos outros negociantes. Poderíamos inferir que Ludovina Costa faleceu com avançada idade e talvez não se dedicasse mais aos negócios mercantis. Provavelmente, um desses imóveis poderia lhe servir de residência ou quem sabe ela poderia morar com um de seus filhos. Mas é certo que o aluguel de imóveis não lhe sustentava ou pelo menos não lhe gerava rendas avultadas.

Por outro lado, a viúva de Francisco Gaudêncio da Costa tinha um certo investimento em ações bancárias, o equivalente a 5,8% dos seus bens. Eram ações do Banco Commercial do Pará e da Caixa Filial do Banco do Brasil. Seus investimentos em ações não se aproximam, por exemplo, dos realizados por Lúcio de Sousa Machado nessa mesma área. Apenas 1,7% do seu monte de quase 300 contos estavam investidos em escravos, provavelmente tinha escravos apenas para uso doméstico. Além disso, também possuía quase um conto em joias.

Como notado, o grosso do monte-mor de Ludovina Costa era o valor proveniente da firma Francisco Gaudêncio da Costa & filhos da qual era sócia. Ainda que consideremos as questões específicas da inventariada como já mencionado, é importante pensar que as regras

também possuem suas exceções no processo de construção das redes. É preciso considerar que a dinâmica de atuação dos sujeitos pode destoar das regras inerentes ao seu próprio grupo. No entanto, ainda que isso tenha acontecido em relação aos imóveis urbanos, o mesmo não teria acontecido com o investimento na firma comercial de sua própria família. Isso nos faz pensar na importância das linhagens verticais na construção do patrimônio dos negociantes.

Mas havia outros notáveis negociantes portugueses que habitavam as terras paraenses. Certamente a riqueza de Lúcio de Sousa Machado é uma daquelas que continuava a alimentar o sonho do aspirante a emigração portuguesa para o Brasil. Lúcio Machado, com um montemor de 499:617\$260<sup>1120</sup>, foi sem dúvida um dos nomes mais representativos da elite mercantil portuguesa no Pará. Um dos inventários de Lúcio que tivemos acesso está no Centro de Memória da Amazônia e foi feito em 1871<sup>1121</sup> e apresenta um valor muito menor do que o realizado em 1878 que encontra arquivo público do Pará, o qual não tivemos acesso direto. Por isso, as informações aqui fornecidas consistiram num cruzamento dos dois inventários, o segundo levantado por Luiz Guimarães<sup>1122</sup> em pesquisa sobre esse negociante português.

A maior parte dos bens do falecido Lúcio de Sousa Machado era, sem dúvida, os seus imóveis concentrados na cidade, entre sobrados e casas térreas, boa parte deles localizados nas ruas mais tradicionais de Belém. Somente os imóveis urbanos de Lúcio de Sousa Machado somavam a maior parte do valor de seu inventário. O segundo maior investimento desse negociante eram as ações e títulos que acumularam em sua fortuna aproximadamente 100 contos de réis. Segundo Valente,

eram 172 ações do Banco do Brasil, no valor de 34:400\$000 réis; 187 ações da Companhia do Amazonas avaliadas em 14:960\$000 réis; 50 ações do Banco Comercial importando em 5:000\$000 réis; 87 ações da Companhia Urbana do Pará avaliadas em 6:960\$000 réis; 22 apólices provinciais ao custo de 22:000\$000 réis; e mais o valor de 15:800\$000, não demonstrado. Tudo isso somava quase 100 contos de réis em investimentos.<sup>1123</sup>

Portanto, 20% da riqueza de Lúcio estava concentrada em ativos que indicam transformações na economia da província na metade do século XIX ao mesmo tempo em que notamos que houve uma diminuição em outros investimentos que, salvo em casos específicos,

<sup>1120</sup> APEP. Inventário *post-mortem*. Lúcio de Sousa Machado. Juízo de Órfãos da capital. Ano: 1878. In: GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente, 2016. *Op. cit.*

<sup>1121</sup> CMA. Inventário de Lúcio de Sousa Machado.

<sup>1122</sup> Agradeço ao Luiz Antonio Valente por ter gentilmente cedido o inventário contendo 220 páginas por ele fotografadas no Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>1123</sup> GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. 2016. *Op. cit.*, p. 285.

tenderam a perder espaço na distribuição da riqueza, como por exemplo, a posse de cativos que somava nesse caso 9:400\$000, i.e., menos de 2% do monte mor desse negociante.

Também é válido destacar uma parte da riqueza que faz parte dos bens móveis do inventariado, qual seja, a mobília da casa de Lúcio de Sousa Machado. Há uma riqueza na descrição do mobiliário de acordo com o lugar que cada um dos objetos ocupava na casa. Assim é possível saber quais móveis ocupavam a sala de jantar, a sala de visitas, o escritório, a varanda com seus respectivos valores, o que permite verificar que Lúcio possuía quase 500\$000 investidos em mobília e possuía quase dois 2:000\$000 em joias e objetos de prata. Ao contrário da mobília que estava relacionada ao conforto e, portanto, não representava ganhos em termos de investimento, a riqueza em ouro e prata era um ativo que poderia ser bem mais lucrativo no sentido de poder multiplicar os rendimentos do negociante.

Quanto à presença de artigos domésticos como joias e metais preciosos, na composição do patrimônio dos negociantes, Jorge Pedreira destaca que era reduzidíssima. Analisando a composição das fortunas dos negociantes de Lisboa ele narra que “o nível de vida dos negociantes, tal como é traduzido em seu patrimônio, caracteriza-se pelo conforto e pela dignidade, mas também por um claro comedimento na ostentação”. Tal moderação nos gastos com esses objetos, para ele, se explica pelo fato de que “a comunidade mercantil apreciava a moderação no consumo e olhava com desconfiança os excessos do luxo”, e preferia “administrar o equilíbrio entre a vontade de reconhecimento social e o crédito na praça”, balanceamento este que norteava o seu padrão de vida. O luxo ficaria destinado aos mais ricos.<sup>1124</sup>

Embora Pedreira esteja falando dos negociantes lisboenses num período anterior ao nosso, notamos que o padrão não mudou significativamente. Maria Luíza Oliveira, estudando São Paulo na segunda metade do século XIX, observou que entre o que ela chamou de setores médios paulistanos, onde estavam incluídos alguns negociantes, notou-se a presença de móveis mais diferenciados entre poucos daquele grupo, sendo que a maior parte deles primou pela simplicidade desses artigos.<sup>1125</sup> Somente 10% dos negociantes tinham móveis com valor superior a 2 contos, o que levou a autora a afirmar que “para um negociante se dá o luxo de gastar com móveis era preciso sentir segurança”.<sup>1126</sup> Agora, diferente do que observou Pedreira

<sup>1124</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel, 2003. *Op. cit.*, p. 42, 44.

<sup>1125</sup> OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. *Op. cit.*, p. 87.

<sup>1126</sup> *Idem, Ibidem*, p. 255.

para Lisboa, os que mais investiam em imóveis em São Paulo não eram necessariamente os mais ricos.

A pesquisa de Andrea Tavares sobre os portugueses no Pará apresentou alguns dados que demonstraram que a presença desse bem não era tão significativo se comparado com o conjunto dos bens levantados. Exatamente para o período abordado por essa tese, ela destaca que os móveis domésticos estavam presentes em 14,3% e as joias em apenas 9,5% dos inventários de portugueses que morreram nesse período<sup>1127</sup>. E para o período de 1869 a 1909, também estudado pela autora, marcado pelo fausto da borracha, essa importância tende a diminuir<sup>1128</sup> se comparado com os maiores investimentos do período.

Considerando essas tendências, observamos que Lúcio de Sousa Machado fugia as regras mais gerais no que diz respeito a presença das joias e artigos domésticos na composição de sua fortuna. Se compararmos o valor das joias com o montante do seu patrimônio parecerá irrelevante. Porém, se compararmos com a presença desse quesito no portfólio de outros negociantes, esse item ganha um pouco mais de relevância. Além do mais, se equipara ao valor investido por poucos negociantes de São Paulo que alocavam mais de 2 contos nesse tipo de bem, isso já no final do oitocentos quando as transformações já eram sobremaneira mais profundas.

Após falar sobre a participação dos bens joias e objetos da casa na composição da fortuna de Lúcio Machado, tratamos de outro negociante que se destacou por outra razão: a posse de escravos. Era Januário Antonio da Silva que faleceu em 1874, deixando 148:960:800,<sup>1129</sup> fortuna vultosa para o período que estamos tratando. É importante lembrar a ascendência da riqueza desse negociante. Januário era aquele “rapazito” que chegou ao Pará no início do século XIX com apenas 12 anos de idade para trabalhar como caixeiro de seu irmão Joaquim António da Silva. Algumas questões sobre a atuação do irmão de Januário Antonio no Pará já foram descritas no segundo capítulo.

Joaquim Antonio se tornou um grande senhor de terras (dono do engenho Bom Intento) e de escravos, dono de embarcações, além de possuir inúmeras casas de aluguel na cidade de Belém. Ele morreu em 1861, viúvo e sem deixar filhos<sup>1130</sup>, porém legou um espólio de

<sup>1127</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Op. cit.*, p. 99.

<sup>1128</sup> *Idem, Ibidem*, p. 151.

<sup>1129</sup> CMA. Inventário *post-mortem*. Januário Antonio da Silva. Cartório Fabiliano. Ano: 1878.

<sup>1130</sup> BARROSO, Daniel de Souza. Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *In: Afro-Ásia*, n. 50, 2014, p. 105.

114:392\$480 para seu único herdeiro Januário Antonio da Silva. Portanto, a história da fortuna de Januário estava imbricada a fortuna de seu irmão Joaquim que, inegavelmente, ele ajudou a construir, pois quando Joaquim Antonio voltou para Portugal em 1834, a administração do engenho ficou sob os cuidados de seu irmão mais novo.

E mais que o valor do monte-mor, chamou atenção a diversidade dos investimentos de Januário Silva. Jorge Pedreira salientou que o que melhor caracterizava a atividade do negociante de grosso trato era precisamente a pluralidade dos seus empreendimentos. Porém, ressalva que nem sempre a gama de interesses era tão variada. “Havia os que elegiam um certo tipo de tráfico, um produto, uma região, uma forma de investimento, mas mesmo nesses casos, a preferência não dava lugar a uma verdadeira especialização”<sup>1131</sup>. Januário além de estar envolvido com o comércio de longo curso, conjugou diversas outras atividades, como a posse de propriedades rurais, imóveis urbanos e ações bancárias. Esses variados investimentos fizeram com que Januário aumentasse o patrimônio deixado por Joaquim em pouco mais de 30% num período de 13 anos.

Januário depois da morte de seu irmão continuou com o engenho Bom Intento e com um plantel de mais de 150 escravos<sup>1132</sup>. No seu inventário não constava mais os 157 escravos herdados, mas ainda foram alistados 109 escravos, provavelmente alguns deles podem ter sido libertos ou mesmo terem vindo a óbito. Segundo informações de Daniel Barroso, o próprio Joaquim Antonio da Silva alforriou 15 dos 157 escravos, como ele observou em seu testamento<sup>1133</sup>. Além dos mais, Barroso observou o estado envelhecido de boa parte dos escravos do Engenho Bom Intento, o que para ele pode ter a ver com o envelhecimento do proprietário Joaquim que morreu com idade de 77 anos, o que teria resultado na não renovação do estoque de cativos<sup>1134</sup>. Fatores como morte, alforria, diminuição da reposição de escravos, auxiliaram na compreensão da diminuição do número de legados por Joaquim a Januário. Tirando essa perda, que numericamente não é muito significativa, importa ressaltar aqui a importância dessa propriedade rural e de outras e, principalmente, da escravaria que ele possuía no montante de seus ativos.

<sup>1131</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel. 2003. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>1132</sup> Este número para Vassouras enquadraria Januário na categoria de mega proprietário. Cf. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>1133</sup> BARROSO, Daniel de Souza. 2014. *Op. cit.*, p. 100.

<sup>1134</sup> *Idem, ibidem*, p. 104, 105.

Muito já se discutiu acerca do caráter periférico da escravidão negra no Pará. As teses vão desde as que postulam que a escravidão no Pará teria sido insignificante, como as revisionistas que procuram lançar um novo olhar sobre a presença do negro e sua participação na sociedade paraense<sup>1135</sup>, principalmente depois da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A despeito de toda essa discussão, o fato é que não se pode negar a experiência da escravidão negra em suas múltiplas possibilidades relacionadas a produção agrária, ao extrativismo ou as atividades urbanas<sup>1136</sup>. Para Patrícia Sampaio, esse obscurantismo relacionado a propriedade escrava nessa região se deveu a grande ênfase dada ao trabalho compulsório indígena na região<sup>1137</sup>. A isso pode-se acrescentar outros fatores como o baixo número de escravos se comparado com os centros agrário-exportadores do Centro-Sul e do Nordeste.

No entanto, essas ideias que durante muito tempo se consolidaram na historiografia já foram superadas, uma vez que já se sabe que o trabalho dos índios também dividiu espaço com a mão de obra cativa, ainda que a economia do Pará não tenha se assentado em uma base escravista.<sup>1138</sup> Além disso, já se tornou lugar comum na historiografia mais recente que a importância da mão de obra escrava negra não se mede pelos números, mas pelos inúmeros lugares que ocuparam e a experiência social que construíram nesse espaço da Amazônia.

Apesar dessas considerações imprescindíveis, é importante ressaltar que não havia um mercado de ativo de compra de escravos como se fazia em regiões cuja a escravidão era o motor da economia. Luciana Marinho afirma que, no Pará, de acordo com os inventários por ela levantados e o censo de 1872, havia uma preponderância de mulheres e crianças na composição dos cativos, além da possibilidade de que uma parcela significativa dos plantéis seria formada

<sup>1135</sup> SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 3ª ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005; \_\_\_\_\_. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004. VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Napoleão. **A Presença Africana no Pará Colonial: Uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990; GOMES, Flávio dos Santos. “Em torno dos bumerangues: Outras histórias de mocambos na Amazônia colonial”. In: **Revista USP**, São Paulo, 1995. BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001; FUNES, Eurípedes. **Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor: História e Memória de Mocambos no Baixo Amazonas**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995; CHAMBOULEYRON, Rafael. **Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, p. 79-114.

<sup>1136</sup> Sobre a escravidão urbana no Pará cf. LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

<sup>1137</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, p. 102,103.

<sup>1138</sup> Cf. nota 1133.

por nascimentos endógenos<sup>1139</sup>, o que demonstrava que não havia uma reposição constante dessa mão de obra. Para a autora, isso significa que a propriedade escrava não era plenamente um tipo de investimento econômico, uma vez que não havia a necessidade da alocação de recursos para a obtenção dos cativos.<sup>1140</sup>

As ponderações da autora, sem dúvida, ajudaram a relativizar a pouca presença de escravos africanos na composição das fortunas de Belém. Entretanto, é preciso dizer que embora a presença de africanos não signifique uma forma plena de investimento pelas razões já citadas, ter escravos na composição da riqueza pessoal, seja por meio da compra ou por outros meios, significava adquirir possibilidades de manutenção e multiplicação das posses do proprietário, não só porque o escravo era uma mercadoria que poderia ser comercializada, mas também porque enquanto propriedade ele ajudava a reproduzir o capital através do trabalho/produção que empreendia no campo ou na cidade.

Dada a importância dessa mão de obra, ainda que não tivesse primazia na província, observou-se que embora o número da população escrava diminua a partir da década de 1870 em relação a população livre, isso se deveu não a uma diminuição drástica no número de cativos, mas ao crescimento exponencial da população livre. Os dados revelam que em 1848 a província tinha 164.49 habitantes, desses 33.542 eram escravos. Já em 1872 a província tinha 275.237 habitantes, sendo 27.558 escravos. E em 1882, a província contava com 274.883 habitantes, dos quais 24.763 eram escravos<sup>1141</sup>. Os dados populacionais podem indicar que houve uma tentativa de se manter a escravidão, tanto que os números não diminuíram assustadoramente em nenhum dos períodos mencionados.

Deste modo, ter escravos para Januário Antonio significava diversificar os investimentos e de alguma maneira se diferenciar de uma parte significativa do seu próprio grupo, o que era inerente ao grosso trato. Entretanto, ter sob sua propriedade a posse tantos escravos parece ir à contramão das tendências mais comuns acerca da concentração da propriedade cativa na região. Tanto em Belém quanto em Manaus os grupos que mais detinham a posse de cativos eram os que estavam ligadas sobretudo as atividades rurais e não as atividades mercantis<sup>1142</sup>. De acordo com Cristina Cancela, a terra não compunha o patrimônio da maior

<sup>1139</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 120 a 124.

<sup>1140</sup> *Idem, Ibidem*, p. 125.

<sup>1141</sup> LAURINDO JUNIOR, Luís Carlos. *Op. cit.*, p. 38-39.

<sup>1142</sup> BATISTA, Luciana Marinho. *Op. cit.*, p. 126; SAMPAIO. Patrícia Melo. *Op. cit.*

parte dos imigrantes portugueses aqui aportados “sendo reduzido o número reduzido de portugueses proprietários de fazendas, engenhos, sítios e seringais”.<sup>1143</sup>

Além disso, para Anndrea Tavares, entre os portugueses que possuíam entre 10:000\$000 e 39:999\$000 réis prevalecia os investimentos em áreas rurais, enquanto que os portugueses que tinham um patrimônio que variava entre 70:000\$000 aos 99:999\$000 réis e acima dos 100:000\$000 réis, preponderava as atividades mais voltadas para o setor urbano<sup>1144</sup>. Contudo, essas prerrogativas gerais não impossibilitavam que muitos negociantes tenham se destacado pela posse de escravaria, o que não era incomum dada a natureza e a abrangência do crescente capital mercantil nos meados do século XIX.

Nessa perspectiva, ser negociante e ter a posse de tantos cativos, poderia configurar-se enquanto um elemento de distinção social para além dos benefícios econômicos, na medida em que ter escravos poderia ser um símbolo de riqueza. Sampaio chama atenção para os mecanismos de controle social que ajudam a construir as hierarquias dentro de determinados grupos, observando as próprias diferenças internas que se produzem no interior de um grupo específico que não se limitam a questões de natureza exclusivamente econômica.<sup>1145</sup>

Essa possibilidade de distinção conquistada por Januário pode ser explicada pelo próprio tempo em que ele chegou ao Pará em que a lógica de desenvolvimento econômico da região ainda estava muito mais assentada na propriedade agrária do que propriamente nas atividades mercantis. Talvez por isso a composição da fortuna de Joaquim e Januário tenha se centrado, primariamente, no investimento em um engenho e na aquisição de uma escravaria considerável para o período.

Todavia, nem só de terras e escravos se compunha a fortuna de Januário Antonio da Silva. Estava em seus autos de partilha nada menos que 33 prédios, com valores variantes 700\$000 e 6:000\$000 réis que somavam 64:000\$900 (56%). Pelo valor da maioria desses prédios urbanos avaliados em menos de um conto de réis e pela descrição de que eram quarto de casas, tudo indica que Januário se ajustou ao crescente mercado de aluguéis de prédios urbanos de Belém.

Além dos escravos que concentrava a maior parte da riqueza do herdeiro de Joaquim Antonio, ele também possuía um valor considerável em dívidas ativas, o equivalente a

<sup>1143</sup> CANCELA, Cristina Donza; et al. *Op. cit.*, p. 487, 488.

<sup>1144</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Op. cit.*, p. 109.

<sup>1145</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, p. 102.

aproximadamente 10% do seu monte mor. Certamente 14:480\$000 não representava a maior parte da fortuna do inventariado, mas é um valor nada desprezível que o coloca numa tendência marcante no grupo de comerciantes mais abastados. Possuir dívida ativa em um contexto onde há pouca circulação de dinheiro é um indicativo de que estamos falando de uma sociedade com significativos mecanismos de acumulação mercantil.

Além dos prédios urbanos, ele também deixou alguns objetos de prata e também objetos de ouro, eram relógios, alfinetes, botões, que somavam aproximadamente 3:000\$000 réis. Fora outros objetos de menor valor como uma luneta e uma caixa de rapé. Mas esses bens representavam menos de 3% de seu legado. Assim, os investimentos de Januário nesse item joias não fugiu muito a regra comum entre a maioria dos negociantes, com exceção de Lúcio de Souza Machado.

Se por um lado o valor das joias não se destacou no portfólio de Januário Silva, o mesmo não aconteceu com as 58 ações que ele possuía no Banco de Portugal, 10 títulos de ações da Junta de Crédito Público<sup>1146</sup>, 12 ações do Banco do Brasil e 50 ações da Companhia de Gás Paraense que somavam 14:800\$000 (10%). A historiografia tem destacado que o investimento em ações, bem como em imóveis urbanos se constituem em um dos principais indicadores de transformação da economia pelas quais passaram diversas regiões do Brasil, mesmo as de características mais agrário-exportadoras. Por conseguinte, a presença desse tipo de investimento na composição da fortuna também indica o nível de inserção de sujeito na economia local.

Até aqui se tem notado que se existe um ponto consensual quanto aos investimentos dos negociantes no Pará é a presença dos imóveis urbanos na composição das fortunas, apesar de haver algumas diferenciações como foi o caso de Januário que possuía um grande número de escravos, o que estava bem acima da média do que, em geral, possuía os negociantes da província. As estratégias nem sempre eram as mesmas, mas parece indicar que os negociantes de grosso trato buscavam os meios que mais lhe provinham para aumentar suas riquezas em uma sociedade que ora queria se modernizar e ora mantinha traços mais tradicionais na composição de seu patrimônio.

<sup>1146</sup> A respeito da Junta de Crédito Público de Portugal cf. LAINS, Pedro. História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910, Política e Finanças no Liberalismo Português. Congreso Internacional de Historia de Las Cajas de Ahorros. Murcia, 16-18 octubre 2008. [http://www.um.es/congresos/cajahorro/documentos/P\\_Lains.pdf](http://www.um.es/congresos/cajahorro/documentos/P_Lains.pdf)

Henrique de La Rocque pareceu ter experimentado muito mais a primeira alternativa para aumentar seus rendimentos. Tendo chegado ao Pará em 1837, Henrique foi um daqueles que construiu e proliferou o capital mercantil, tendo alcançado êxito ainda nas décadas de 1840, 1850 e 1860 quando a economia gomífera ainda não tinha atingido seu auge. Por ter falecido em 1899 – o “francês, natural do Porto,” como ele mesmo se qualificou –, é possível afirmar que boa parte da sua fortuna não foi amealhada somente nos anos áureos da borracha. Isso justifica a utilização desse inventário, mesmo sendo o único que ultrapassa a década de 1870. É preciso dizer que até 1870, período final do recorte dessa pesquisa, Henrique de La Rocque já tinha construído boa parte da sua fortuna, bem como construído relações de parentesco que ajudam a explicar a posição que alcançou no topo da hierarquia mercantil.

Henrique de La Rocque faleceu em 4 de junho de 1899, deixando um patrimônio significativo para os padrões do Pará no período, nada menos que 1.206:536\$000.<sup>1147</sup> Entre seus bens, estavam inúmeros imóveis urbanos, ações e dinheiro, bens estes tipicamente representativos do giro e multiplicação do capital mercantil. Como já foi descrito em sua trajetória, Henrique apareceu como sócio de propriedade rural na ilha das onças e em mosqueiro. No entanto, no seu inventário não se notou a descrição de nenhum bem rural, parece que sua atuação junto a propriedades rurais se dava por meio de sociedade e/ou contratos.

Na descrição dos bens desse negociante, aparece um prédio de sobrado no valor de 120:000\$000 (10%) e consta que embaixo tinham dois armazéns. Entre todos os imóveis arrolados em todos os inventários levantados, esse é o de maior valor. Não é possível aferir por meio dessa documentação quando Henrique adquiriu esse sobrado, pois à medida que a cidade foi se modernizando, por conta da exportação da borracha,<sup>1148</sup> os imóveis ficaram cada vez mais aquilatados. Portanto, valia muito mais do que os imóveis comprados antes de 1870 quando o mercado imobiliário era menos ativo.

O inventariado também possuía outros imóveis de notável valor como, por exemplo, um prédio de sobrado no valor de 40:000\$000 (3,32%) que também possuía um armazém no andar térreo. Além desses, tinha a posse de outros de valores um pouco mais modestos que mais se assemelhavam aos valores dos prédios que compunham o portfólio de outros inventariados de período anterior. Sendo um localizado na Estrada de Nazaré que custava 30:000\$000 (2,48%) e um terreno situado na Rua Caetano Rufino com valor calculado de 12:000\$000 (1%).

<sup>1147</sup> CMA. Inventário *post-mortem*. Henrique de La Rocque. Cartório Leão. Ano: 1899.

<sup>1148</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

Se somarmos os prédios urbanos de Henrique chegamos a cifra de 222:000\$000, o que é muito representativo, pois equivalia a 18,4% do monte-mor. Contudo, a maior parte do seu patrimônio não se mede por esse bem. Mas por outro que parece ter sido uma das estratégias de Henrique para multiplicar seu patrimônio: as firmas/sociedades comerciais.

Henrique tinha depositado em casa a quantia de 562:205\$933 (46,6%), proveniente da firma da Costa & Companhia. Também tinha 100:000\$000 (8,29%) correspondente a firma La Rocque & Irmãos. Ainda tinha capital da firma La Rocque, da Costa & Companhia. A história de Henrique desde logo depois que chegou ao Pará está associada à formação e dissolução de firmas comerciais. Anndrea Tavares afirma que entre as inúmeras atividades desenvolvidas pelos portugueses no Pará, estavam as firmas importadoras e, entre os bens dos portugueses, as firmas estavam presentes em 14,3% dos inventários por ela estudados.<sup>1149</sup> Apesar de as firmas terem se multiplicado depois de 1870, com a criação de inúmeras firmas de importação, ações, comissões, capitais em função do incremento dos negócios da borracha, até esse período elas já são comuns geralmente fundadas em sociedade comercial a fim de multiplicar o capital/trabalho investido.

A partir de 1840, quando começou a circular em Belém o jornal Treze de maio, observa-se a veiculação de inúmeras casas comerciais onde as firmas compostas de sociedades comerciais aparecem com frequência. Eram firmas importadoras que trabalhavam com consignação de mercadorias, ou de casas comerciais que ofereciam uma variedade de produtos importados em um comércio a grosso e a varejo que só tende a aumentar com o decorrer dos anos. Nesse contexto, as firmas apareceram como uma das marcas de uma economia em ascensão que tem no comércio um de seus pilares principais. Acredita-se que com a criação do Código Comercial Brasileiro, a organização das companhias e sociedades tenderam a se incrementar, pois apesar de serem termos conhecidos desde o século XVIII, como lembra Carlos Gabriel Guimarães<sup>1150</sup>, as novas instruções tendiam a estimular as operações mercantis de uma maneira menos arriscada e mais sistemática.

Henrique de La Rocque também tinha 65 ações da primeira emissão do Banco Comercial do Pará (9:425\$000 – 0,78%), 160 ações da segunda emissão do mesmo banco (23:200\$000 – 1,92%), 225 ações da terceira emissão do dito banco e 247 ações da quarta emissão dessa mesma instituição financeira e ainda uma acção do Banco da Republica dos

<sup>1149</sup> TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. *Op. cit.*, p. 78, 99.

<sup>1150</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel, 2012. *Op. cit.*, p. 94.

Estados Unidos do Brasil<sup>1151</sup>. Ainda se pode fazer menção a 50 acções do London and Brazilian Bank no valor de 27:846\$000 (2,31%). Também era dono de 45:552\$000 (3,78%) em dinheiro depositado em Caza de Neuflyze & Companhia, de Paris, o que demonstrava ter conhecimento das finanças parisiense face esse banco francês ser conhecido como um dos “haute banque” de Paris<sup>1152</sup>. Observa-se pela natureza desse investimento o quanto Henrique estava imerso nas novas formas de investimento que vão tomando corpo a partir dos meados do século XIX, relacionando a composição de sua fortuna com investimentos locais e estrangeiros.

**Tabela 23 – Distribuição das fortunas por categorias (em réis)**

Negociante	Imóveis urbanos	Títulos e ações	Dinheiro	Escravos	Dívidas ativas	Dívidas passivas	Outros	Total
Henrique de La Rocque	222:000\$000 (18,4%)	128:911\$000 (10,7%)	738:872\$600 (61,2%)	-	-	-	116:752\$400 (9,7%)	1.206:536\$000 (100%)
Lúcio de Sousa Machado	328: 200\$000 (66%)	99: 000\$000 (20%)	-	9:000\$000 (2%)	20:000\$000 (4%)	-	43:417\$260 (8%)	499:617\$260 (100%)
Januário António da Silva	64:000\$900 (43%)	20:000\$000 (13,4%)	48:237\$000 (32,4%)	-	14:480\$000 (9,7%)	-	2:242\$900 (1,5%)	148:960\$800 (100%)
José Pinto de Araújo	35:000\$000 (74,6%)	-	-	1:000\$050 (2,1%)	3:433\$917 (7,3%)	6:959\$346 (14,8%)	500\$164 (1,2%)	46:893\$477 (100%)
Agostinho José Lopes Godinho	46:500\$000 (49%)	4:900\$00 (5%)	6:000\$000 (6,5%)	1:000\$000 (1%)	22:200\$000 (23,5%)	-	14:000\$000 (15%)	94:630\$220 (100%)
Ludovina Madalena da Costa	12:000\$000 (4,2%)	16:600\$000 (5,8%)	243:637\$627 (84,5%)	4:950\$000 (1,7%)	-	-	11:085\$000 (3,8%)	288:272\$627 (100%)

Fonte: CMA. (1855-1899)<sup>1153</sup>

Ao analisar a composição do património desses negociantes de grosso, notamos que não havia uma regra fixa que coadune essas fortunas em um único padrão, embora haja pelo menos dois tipos de investimentos que se destaque em cada inventário. A diversificação nas atividades comerciais representava multiplicar a riqueza pessoal, torna-la menos vulnerável as variações da economia. Não pareceu que estamos falando de uma, mas de múltiplas formas de enriquecimento, embora haja alguns pontos em acordo. Um desses pontos era a posse de

<sup>1151</sup> O BREUB foi criado em 7 de dezembro de 1890, resultante da fusão entre o Banco dos Estados Unidos do Brasil e do Banco Nacional do Brasil. Seu principal acionista e diretor foi Francisco de Paula Mayrink, e o banco estava atrelado à política econômica do ministro da fazenda Rui Barbosa, que ficou conhecida como o Encilhamento. Sobre esse banco Cf. LEVY, Maria Barbara. 1993. *Op. cit.*

<sup>1152</sup> Era um “haute banque” com sede em Paris, cujas origens remontam ao século XVII. A respeito do que venha ser um “haute banque” de Paris no século XIX Cf. STOSKOPF, Nicolas. What is the parisian “haute banque” in the nineteenth century? <https://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-00441164/document>

<sup>1153</sup> CMA. Inventários *post-mortem*. 1855-1899. Ludovina Madalena da Costa era esposa de Francisco Gaudêncio da Costa.

imóveis urbanos, presente tanto no inventário de José Pinto de Araújo que faleceu na década de 1850, quanto no de Agostinho José Lopes Godinho que faleceu nos idos de 1860.

Um segundo aspecto da riqueza que se destaca foram as ações em banco em Portugal e no Brasil. As primeiras mostraram que os portugueses continuam ligados à sua terra natal, inclusive vários deles, como demonstrado em capítulo anterior, levaram parcelas das fortunas que construíram no Norte do Brasil para investir na sua terra de origem. Outros deixaram seus investimentos por estas paragens, preferindo terminar suas vidas na terra que os acolheu quando o que alguns deles tinham era apenas a perspectiva do enriquecimento. Investir em títulos ou ações de banco foi uma forma de diversificar os investimentos. Foi uma opção que encontrou como principal representante no grupo o negociante Henrique de La Rocque.<sup>1154</sup>

A posse de bens rurais como terras e escravos não representou o grosso dos investimentos aqui levantados, com exceção de Januário Antonio da Silva que não só se destacou pela propriedade escrava, mas pela posse de um número bem acima da média do que costumava possuir os portugueses no Pará.

As dívidas ativas e passivas pareceram ser um item importante para poucos negociantes como José Pinto de Araújo que possuía dívidas ativas e passivas e Agostinho José Lopes Godinho que tinha apenas dívida passiva. Mas esse não pareceu ser um item de grande relevância, o que de alguma maneira diminui a composição do capital usuário e comercial na composição dessas fortunas.

O item dinheiro e outros como joias e objetos de mobília estavam alocados na categoria outro pela sua pouca representatividade na composição das fortunas. Eles tinham uma participação ínfima na composição da riqueza dos homens de negócios estudados. No primeiro caso a exceção foi Henrique de La Rocque e no segundo caso se destaca o negociante Lúcio de Souza Machado.

É importante ressaltar um aspecto acerca da natureza da fonte com a qual estamos trabalhando. O inventário é apenas um retrato da hora da morte. Por isso, ele jamais dará conta de traçar a composição de bens por completo desses indivíduos ou o processo de transformação pela qual a riqueza passou ao longo do tempo. Só conseguimos fazer isso com o cruzamento de outras fontes. Por isso, esperamos ter construído uma noção da composição do patrimônio dos

<sup>1154</sup> João Fragoso e Manolo Florentino destacaram que ao preferir investimentos em terra e escravos (ativos imóveis) em vez dos investimentos em ações e títulos (ativos móveis), predominava no Brasil imperial uma cultura de negócios e riqueza ainda arcaica frente ao que estava acontecendo na Europa, Grã-Bretanha e França. Era o arcaico frente ao moderno. FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.*

negociantes de grosso trato em Belém, porém, isso só faz mais sentido, no caso estudado, quando a fortuna é vista como apenas um dos muitos pontos que podem ser levados em consideração para entender a atuação desses homens desse lado do Atlântico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado nessa tese nos possibilitou uma compreensão sobre o comércio desenvolvido pelos imigrantes/portugueses e as possibilidades que muitos negociantes tiveram de amealhar fortuna e lugares de prestígio no Norte do Brasil no período de 1836 a 1870. Assim, acreditamos ter sido possível constatar a nossa hipótese formulada no início dessa pesquisa de que mesmo diante de vários fatores adversos – abertura dos portos às nações amigas, o processo conturbado da independência, a Cabanagem, a baixa imigração portuguesa –, o comércio dos portugueses foi dominante, a economia do Pará não estava estagnada, exceto em momentos específicos, e esse período lançou as bases para o crescimento vertiginoso do comércio no período da borracha, isto é, pós 1870.

Os dados da imigração demonstram que, mesmo na primeira metade do século XIX, houve um fluxo contínuo da imigração portuguesa no Pará, sendo que a maior parte dos estrangeiros que havia na província eram os portugueses. Mesmo considerando a fragilidade da produção dos registros sobre imigração na primeira metade do século XIX, é possível tirar algumas conclusões para o período estudado. Desse modo, para o período de 1800 a 1833 – através da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino –, contabilizamos 644 autorizações de viagem, o que equivaleu a imigração de 839 indivíduos para o Pará.

Observamos que apesar de uma significativa mobilidade dos lusitanos, a imigração teve momentos de altas e baixas, sendo que o período de 1801 a 1812 foi representado por um número de 11 pedidos de passaportes por ano, o período de 1810 a 1827 contou um aumento significativo dos pedidos de passaportes a partir da vinda da família real para o Brasil – sendo uma média de 36 passageiros –, e o intervalo compreendido entre 1827 a 1833 que trouxe a diminuição da imigração – com uma entrada de 12 passageiros anualmente –, em função da exaltação nos ânimos locais e, possivelmente, por causa do aumento do controle da imigração. Essas oscilações demonstram que as migrações estão relacionadas com as conjunturas internacionais e locais.

As razões proferidas para a solicitação da viagem evidenciam que os imigrantes vinham para Belém por motivos pessoais ou profissionais. Eram mulheres que queriam encontrar seus familiares, acompanhar seus cônjuges degredados, buscar refúgio na velhice junto a um ente querido. Eram também profissionais de ofício que vinham atuar como militares, boticários, médicos e tantas outras ocupações. Nesse universo de possibilidades, muitos deles também queriam conjugar essas a outras atividades como a atividade mercantil nessas terras da Amazônia.

Dentro do universo das mobilidades, verificamos que havia os que declaravam vir para o Pará a fim de se tornarem, exclusivamente, comerciantes. Entre esses muitos imigrantes, invisibilizados pela historiografia da primeira metade do século XIX, estavam muitos indivíduos que fariam fortunas desse lado do Atlântico. É claro que essa não seria a sorte de todos – pois muitos deles se dedicavam a muitos outros ofícios na urbe ou mesmo se dirigiam para as áreas rurais –, mas um contingente considerável desses portugueses imigrados tem seus nomes registrados anos ou décadas depois como homem de negócios. Vale ressaltar que muitos deles vieram para atuar como caixeiros em casas de comércio e acabaram se tornando negociantes de grosso trato, como foi o caso de Januário Antonio da Silva que migrou como caixeiro do irmão Joaquim Antonio da Silva e se tornou grande proprietário de terras, escravos e imóveis urbanos.

Através das fontes do Centro de Memória da Amazônia e do Consulado português no Pará, verificamos que houve uma mudança nos tipos de imigração das primeiras décadas do século XIX para as realizadas a partir, sobretudo da década de 1840. Se no primeiro momento, elas eram mais espontâneas, no segundo momento elas eram mais agenciadas. Se nas primeiras décadas elas aconteciam em sua maior parte quando o sujeito tinha mais idade, no segundo, elas fizeram com que os imigrantes atravessassem o atlântico cada vez mais jovens.

É possível dizer que mais jovens ou menos jovens, vindos pelo porto de Lisboa ou do Porto, alfabetizado ou não alfabetizado, o imigrante português encontrou uma cidade que crescia em número populacional, sobretudo a partir de 1840, que buscava reformar seu porto, ao mesmo tempo em que se ampliava o número de armazéns, lojas e atividades comerciais, alargando as possibilidades de recepção e integração do imigrante português no Pará. Apesar dos tempos de incertezas, em que notamos a diminuição da imigração, o período seguinte se apresentaria como uma das tantas possibilidades oferecidas aos imigrantes portugueses em diferentes partes do império.

Os dados, obtidos a partir de um cruzamento, principalmente os dados relativos a navegação, mostram o Pará contou com um comércio que já era ascendente desde o final do século XVIII, sendo que houve momentos de crise pontuais como nos anos de 1801, 1808, 1824 e 1836. Esses momentos precisos que abalou o comércio dos portugueses demonstraram os impactos da invasão napoleônica a Portugal, as consequências da nossa independência tardia e conflituosa e, finalmente, a Cabanagem que chegou a causar o fechamento do porto da cidade por alguns meses. Nesse sentido, as quatro primeiras décadas do século XIX não foi de estagnação como proclama a historiografia mais tradicional sobre a Amazônia.

Além disso, a abertura dos portos não abalou o comércio dos portugueses com o porto de Belém, pois este continuou com a supremacia, pelo menos até 1818. Portanto, o comércio dos portugueses continuou sendo essencial para a província, mesmo em contexto de antilusitanismo. É inegável que os anos de 1820 até a deflagração da Cabanagem acirrou os ânimos na província, o que levou muitos portugueses a utilizarem estratégias para manter seus negócios. Todavia, muitos portugueses e tiveram seus comércios e suas vidas abaladas. Por outro lado, a arte de negociar fez com que muitos deles tenham se mantido influentes em várias áreas de atuação na província, o que acabava por garantir o êxito dos seus negócios em Belém. Muitos deles ainda se sentiram abalados, tendo que sair da cidade, mas voltaram assim que os legalistas retomaram o poder da província, de sorte que alguns dos negociantes que atuam no Pará, no pós 1840, continuaram a atuar depois desse período.

Os dados mostram que a partir do ano de 1836, início do recorte da pesquisa, inicia-se o processo de reflorescimento do comércio que vai se aguçar depois de 1840. Portanto, a crise causada pela Cabanagem, associada ao sentimento antilusitano, só impediu mais acentuadamente o comércio dos portugueses no período de julho de 1835 a maio de 1836, quando as embarcações de bandeiras portuguesas foram impedidas de entrar no porto da capital. Contudo, a partir de maio de 1836, observamos uma paulatina normatização da navegação e do comércio desses agentes.

Partindo do pressuposto de que Belém tinha um dos portos importantes no império, procuramos confirmar, a partir dos dados das navegações da década de 1830 a 1870, um aumento na entrada de embarcações estrangeiras com uma notável participação das embarcações portuguesas. Ademais, procuramos enfatizar que os negociantes de grosso trato atuavam no comércio ultramarino, abrangendo portos portugueses e não portugueses no contexto do incremento da navegação internacional e, conseqüentemente, da importação estrangeira. Essa participação dos homens de negócios portugueses pôde ser evidenciada na sua participação como consignatários de mercadorias oriundas de variados portos.

Da mesma maneira que procuramos mostrar a atuação dos negociantes no comércio de importação, procuramos mostrar também que vários deles estavam envolvidos no comércio de exportação, enviando os gêneros da terra para os portos internacionais. Nesse aspecto, mostramos que a economia da Amazônia e, portanto, o comércio realizado por esses negociantes não se restringe à exportação da goma elástica que somente atingiu valores mais elevados de exportação a partir de 1862.

Se a borracha não é a única responsável pelo comércio de exportação, procuramos matizar as assertivas, constantemente reiteradas na historiografia, de que a Amazônia tem uma

economia marcada pelo extrativismo, abordagem essa que exclui outras formas de produção existentes na província, relacionadas tanto ao mercado externo, quanto ao mercado interno de abastecimento. Consideramos que estas outras formas de produção também ajudam a construir o capital mercantil, uma vez que o mercado de exportação não é o único com o qual o negociante de grosso trato se envolveu. Suas atividades são caracterizadas exatamente por uma dinamicidade econômica, que embora tenha no porto o seu principal o seu principal sustentáculo, também busca outros meios de reprodução do capital mercantil.

Também buscamos evidenciar a importância do comércio de importação para o negociante de grosso trato. Esse comércio é essencial no contexto estudado, considerando que Belém era uma cidade que passava por transformações estruturais e também demográficas, o que aumentou a demanda por produtos importados, seja os produtos alimentícios ou os relacionados ao trabalho ou ainda ao melhoramento das vias urbanas, além de tantos outros. Essas transformações, ao mesmo tempo que permite a reprodução do capital mercantil e usuário, também possibilita o investimento em imóveis urbanos, enquanto um meio mais seguro de investimentos. Como consequência, a circulação do capital movimentado pelos negociantes, seja em forma de mercadorias ou serviços, leva ao melhoramento da renda interna da província.

Dessa maneira, eram muitas as possibilidades para o desenvolvimento do comércio dos portugueses em Belém nos meados do século XIX. Elas iam desde a posse de um pequeno estabelecimento comercial até a classificação enquanto um negociante de grosso. Esse era, geralmente, dono de armazéns, por vezes traficava escravos, prestava serviços a província, estava envolvido com o comércio de exportação e importação de longo curso e, sobretudo, ser negociante de grosso trato depois de 1850, implicava em estar matriculado no Tribunal de Comércio.

As informações referentes à economia da província como o aumento da renda interna, a quantidade significativa de negociantes portugueses matriculados no Tribunal do Comércio no ano de 1854, o aumento no fluxo das navegações de longo curso, são indicativos de que os anos que se seguem a 1840 apresentam melhoras no que diz respeito à economia provincial. Esse contexto de melhoramento econômico favoreceu a atuação dos negociantes de grosso trato que movimentaram não apenas o comércio de longo curso como também o comércio local, o que se percebe pela importância do comércio varejista de Belém.

Observamos que o negociante de grosso trato estava envolvido com inúmeras atividades na província, desde as diretamente relacionadas ao comércio como as de outras ordens. Os negociantes conjugaram as condições econômicas favoráveis proporcionadas pelo crescimento da economia da província com a inserção em redes de sociabilidade para

alcançarem notoriedade no Pará. A participação desses agentes em instituições que rememoravam o período colonial – Santa Casa de Misericórdia –, ou em instituições criadas no império pela própria comunidade lusa – Sociedade Beneficente Portuguesa e o Grêmio Literário Português –, servia para prestarem benevolências ou fazer caridades e, simultaneamente, ganharem espaços de prestígios na sociedade paraense oitocentista.

É possível também afirmar que essa circulação dos negociantes por várias esferas no Pará, os permitiu movimentar um mercado para comprar, vender, emprestar, tomar emprestado, criar sociedades, o que lhes possibilitava diversificar seus investimentos em uma economia em transformação. O capital comercial dinamizou não somente a economia do Pará como autorizou os comerciantes a investirem em outros ativos, como o acesso à terra, a participação em ações e a se inserirem em transações de créditos. Eram novas e velhas formas de riqueza que faziam do negociante um sujeito que circulava entre as mercês que lembravam o Antigo Regime e as novas formas de reprodução do capital mercantil típicas do império brasileiro.

## FONTES

### Viajantes e naturalistas

BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

EDWARDS, William H. **A Voyage up the River Amazon**. New York: D. Appleton & Company, 1848.

FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. **O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. **Exploration of the Valley of the Amazon**. 2 vols. Washington: Taylor & Maury, 1854.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ORTON, James. **The Andes and the Amazon or Across the continent of South America**. New York: HARPER & BROTHERS Publishers, 1870.

SPIX, Johann Baptiste; MARTIUS, Carl Friedrich. **Viagem pelo Brasil**. vol. 3. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

WARREN, John Esaias. **Pará or Scenes and Adventures on the banks of the Amazon**. New York: G. P. Putnam, 1851.

Universidade de Chicago: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>

### Relatórios da Presidência da Província

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Discurso com que o Presidente da Província do Pará Soares D'Andrea fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Discurso recitado pelo Presidente da Província do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Discurso recitado pelo Exmo Snr. doutor João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typ. de Santos & menor, 1840.

PARÁ. Relatório do Presidente de Província. Discurso recitado pelo Presidente da Província do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 14 de abril de 1841.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram-Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848.

PARÁ. Relatório do Presidente de Província. Relatório feito pelo Presidente desta Província Jeronimo Francisco Coelho e entregue ao 1º Vice-Presidente em exercício o Dr. Ângelo Custodio Correa em 1º de agosto de 1850.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado ao exm.o snr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Gram Pará, pelo commendador Fausto Augusto d'Aguiar por ocasião de entregar-lhe a administração da província no dia 20 de agosto de 1852. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852.

PARÁ. Relatório do Presidente de Província. Discurso da abertura da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858. Pelo Presidente Dr. João da Silva Carrão. Pará: Typ. Do Diario do Commercio, 1858.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exm.o sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma provincia, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, 1859.

PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da província, doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1.o de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863.

Relatório dos negócios da província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e ás bahias do rio Anapú, pelo secretario da província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia, pelo capitão-tenente da armada, Francisco Parahybuna dos Reis. 1864.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc. ao sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório com que o excellentissimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Gram-Pará ao excellentissimo senhor Visconde de Arary, 1.o vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1868.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará Doutor João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando a administração da mesma ao 1º vice-presidente Doutor Abel Braga. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870.

PORTUGAL. Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Câmara dos Deputados, 1873.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Falla com que o exm.o snr. dr. João José Pedrosa abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 23 de abril de 1882.

### **Leis**

BRASIL. Lei n. 556 - Código Comercial do Império do Brasil, de 25 de junho de 1850. *In*: BRASIL. Ministério da Justiça. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Vianna, 1872.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1855, v. 1 pt. II. p. 259. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1580-21-marco-1855-558506-publicacaooriginal-79836-pe.html>.

Decreto 737, de 25 de novembro de 1850, Juízo no Processo Commercial. Art. 10. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim737.htm).

### **Instituto Camões**

Revista Universal Lisbonense, 1840-1845.

### **Arquivo Histórico Ultramarino – AHU**

AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 148, D. 10713.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 094, D. 7509.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 103, D. 8190.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 107, D. 8444.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 111, D. 8692.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 120, D. 9237.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 124, D. 9530.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 125, D. 9622.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 125, D. 9652.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 129, D. 9889.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 135, D. 10256.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 135, D. 10263.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 138, D. 10518.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10728.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10728.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10755.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10755.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10758.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10758.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10762.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 142, D. 10762.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 143, D. 10796.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 143, D. 10861.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 144, D. 10898.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 145, D. 10976.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 145, D. 10982.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 145, D. 11001.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 147, D. 11219.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 148, D. 11330.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 148, D. 11341.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 148, D. 11379.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 149, D. 11509.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 151, D. 11649.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 151, D. 11653.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 151, D. 11654.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 152, D. 11721.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 156, D. 11924.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 156, D. 11970.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 158, D. 12029.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 158, D. 12075.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 159, D. 12102.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12155.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12163.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12170.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12188.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12194.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12195.

AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 160, D. 12223.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 162, D. 12353.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12465.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12487.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12492.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 163, D. 12500.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12528.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12546.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12560.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12571.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 164, D. 12595.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12612.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12625.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12634.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12640.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12644.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12657.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12662.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12670.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 165, D. 12687.

#### **Arquivo Público do Estado do Pará – APEP**

APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Cônsules, código 1101, 1839.  
APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Cônsules, código 1101, 1840.  
APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Diversos com o Governo. Código 854.

#### **Biblioteca do Grêmio Literário Português – GLP**

Grêmio Literário Português. Consulado Português na Província do Pará, 1836.  
Registros de Habilitações de Portugueses, 1858-1870.  
Jornal Gazeta Official, 1858-1860.

#### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BNRJ – Hemeroteca Digital.**

Gazeta Official, n. 099, de 6 de setembro de 1858.  
Gazeta Official, n. 128, de 12 de outubro de 1858.  
Gazeta Official, n. 008, de 12 de janeiro de 1859.  
Gazeta Official, n. 015, de 20 de janeiro de 1859.  
Gazeta Official, n. 033, de 11 de fevereiro de 1859.  
Gazeta Official, n. 057, de 12 de março de 1859.  
Gazeta Official, n. 066, de 21 de março de 1859.  
Gazeta Official, n. 068, de 29 de março de 1859.  
Gazeta Official, n. 094, de 30 de abril de 1859.  
Gazeta Official, n. 120, de 31 de maio de 1859.  
Gazeta Official, n. 121, de 1 de junho de 1859.  
Gazeta Official, n. 124, de 5 de junho de 1859.  
Gazeta Official, n. 002, de 3 de janeiro de 1860.  
Jornal do Pará, n. 064, de 17 de março de 1867.  
Jornal do Pará, n. 092, de 23 de abril de 1867.  
Jornal do Pará, n. de 027 a 092, de 1º de fevereiro de 1867 a 23 de abril de 1867.  
Treze de maio, n. 12, de 20 de junho de 1840.  
Treze de maio, n. 134, de 4 de setembro de 1841.  
Treze de maio, n. 474, de 18 de janeiro de 1845  
Treze de maio, n. 475, de 22 de janeiro de 1845.  
Treze de maio, n. 480, de 8 de fevereiro de 1845.  
Treze de maio, n. 488, de 8 de março de 1845.  
Treze de maio, n. 512, de 4 de junho de 1845.  
Treze de maio, n. 525, de 23 de julho de 1845.  
Treze de maio, n. 602, de 9 de maio de 1846.  
Treze de maio, n. 655, de 21 de novembro de 1846.  
Treze de maio, n. 849, de 4 de novembro de 1848.  
Treze de maio, n. 850, 8 de novembro de 1848.  
Treze de maio, n. 860, de 16 de dezembro de 1848.  
Treze de maio, n. 861, de 20 de dezembro de 1848.  
Treze de maio, n. 862, de 23 de dezembro de 1848.  
Treze de maio, n. 51, de 4 de maio de 1850.  
Treze de maio, n. 247, de 26 de outubro de 1853.  
Treze de maio, n. 251, de 9 de novembro de 1853.

Treze de maio, n. 258, de 26 de novembro de 1853.  
Treze de maio, n. 259, de 29 de novembro de 1853.  
Treze de maio, n. 263, de 22 de dezembro de 1853.  
Treze de maio, n. 290, de 9 de fevereiro de 1854.  
Treze de maio, n. 293, de 16 de fevereiro de 1854.  
Treze de maio, n. 300 de 4 de março de 1854.  
Treze de maio, n. 306, de 18 de março de 1854.  
Treze de maio, n. 308, de 23 de março de 1854.  
Treze de maio, n. 320, de 21 de abril de 1854.  
Treze de maio, n. 322, de 25 de abril de 1854.  
Treze de maio, n. 339, de 3 junho de 1854.  
Treze de maio, n. 355, de 11 de julho de 1854  
Treze de maio, n. 355, de 11 de julho de 1854.  
Treze de maio, n. 360, de 22 de julho de 1854.  
Treze de maio, n. 367, de 8 de agosto de 1854.  
Treze de maio, n. 372, de 19 de agosto de 1854.  
Treze de maio, n. 439, de 23 de janeiro de 1855.  
Treze de maio, n. 455, de 1 de março de 1855.  
Treze de maio, n. 456, de 3 de março de 1855.  
Treze de maio, n. 459, de 10 de março de 1855.  
Treze de maio, n. 460, de 13 de março de 1855.  
Treze de maio, n. 467, de 29 de março de 1855.  
Treze de maio, n. 477, de 21 de abril de 1855.  
Treze de maio, n. 479, de 26 de abril de 1855.  
Treze de maio, n. 510, de 5 de julho de 1855.  
Treze de maio, n. 526, de 9 de agosto de 1855.  
Treze de maio, n. 530, de 18 de agosto de 1855.  
Treze de maio, n. 534, 28 de agosto de 1855.  
Treze de maio, n. 537, de 1 de setembro de 1855.  
Treze de maio, n. 547, de 15 de outubro de 1845.  
Treze de maio, n. 561, de 13 de outubro de 1855.  
Treze de maio, n. 566, de 19 de outubro de 1855.  
Treze de maio, n. 578, de 3 de novembro de 1855.  
Treze de maio, n. 580, de 6 de novembro de 1855.

Treze de maio, n. 583, de 9 de novembro de 1855.  
Treze de maio, n. 627, de 3 de janeiro de 1856.  
Treze de maio, n. 657, de 8 de fevereiro de 1856.  
Treze de maio, n. 669, de 22 de fevereiro de 1856.  
Treze de maio, n. 683, de 10 de março de 1856.  
Treze de maio, n. 699, de 1 de abril de 1856.  
Treze de maio, n. 713, de 17 de abril de 1856  
Treze de maio, n. 722, de 28 de abril de 1856.  
Treze de maio, n. 764, de 18 de junho de 1856.  
Treze de maio, n. 775, de 2 de julho de 1856.  
Treze de maio, n. 808, de 7 de junho de 1848.  
Treze de maio, n. 817, de 21 de agosto de 1856.  
Treze de maio, n. 825, de 12 de agosto de 1848.  
Treze de maio, n. 835, de 12 de setembro de 1856.  
Treze de maio, n. 04, de 16 de fevereiro de 1861.  
Treze de maio, n. 06, de 23 de fevereiro de 1861.  
Treze de maio, n. 25, de 1 de maio de 1861.  
Treze de maio, n. 35, de 5 de junho de 1861.

### **Centro de Memória da Amazônia – CMA**

Projeto Banco de dados Portugueses: [http://www.ufpa.br/CMA/Registro\\_consular.html](http://www.ufpa.br/CMA/Registro_consular.html). Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

## REFERÊNCIAS

- A. J. R. Russel-Wood. **Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**, Brasília, Editora da Unb, 1991.
- ABREU, J. A. Peres. **Emigração e Colónias**. Lisboa: Typ. Lisbonense, 1873.
- AGULHON, Maurice. **Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale**. Paris: Fayard, 1984.
- ALDEN, Dauril. **O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial: um ensaio da história econômica comparada**. Belém: UFPA/NAEA, 1974.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Prolétaires et Esclavages: Immigrés Portugais et Captifs Africains à Rio de Janeiro, 1850-1872**. 2 volumes. Tese (Doutorado em História). Departamento de História. Paris: Université de Paris, 1985-1986.
- \_\_\_\_\_; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.
- ALEXANDRE, Valentim. Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). **Análise Social**, vol. XXVI (111), 1991 (2º), 293-333.
- \_\_\_\_\_. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. *In*: OLIVEIRA, Luis Valente de; RICUPERO, Rubens (orgs.). **A abertura dos portos**. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 100-121.
- ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **O termo Insultuoso: Ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.
- \_\_\_\_\_. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, 2010.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX**. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- ALVES, Jorge Fernandes. **Os “Brasileiros”: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Letras. Porto: Universidade do Porto, 1993.
- AMARAL, Luís. **Índices dos Registos Paroquiais de Lisboa - Casamentos - vol. 05**. Lisboa: Guarda-Mor, 2008.
- AMORIM, Maria Norberta. Emigração em Três Paróquias do Sul do Pico (do século XVIII a 1930) - Abordagem micro-analítica. *In*: PEREIRA, Míriam Halpern. et al. (eds.) **Emigração/imigração em Portugal**. Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 249-277.

ANDRADE, Leandro Braga de. **Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, (c. 1822 – c. 1864)**. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. **A emigração portuguesa: suas origens e distribuição**. Lisboa: Ministério da Educação, 1983.

ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Souza de; SOUSA, Fernando de. (orgs). **De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. 2ª ed. Belém: UFPA, 1969.

\_\_\_\_\_. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004. [1ª edição de 1839]

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará**. Belém: Editora Universitária: UFPA, 1973.

BARBOSA, Rosana. **Immigration and Xenophobia. Portuguese Immigrants in early 19th century Rio de Janeiro**. Lanham, Maryland: University Press of America, 2009.

BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História Social). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

\_\_\_\_\_. “Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)”. **Afro-Ásia**, n. 50, 2014, p. 93-128.

BARROSO, Gustavo. Os cabanos do Grão-Pará. *In*: BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil**. vol. 3. Porto Alegre: Revisão Editora Ltda, 1993, p. 93-113.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BENJAMIN, André Curcino. **Índice ou Repertório Geral das Leis da Assembléa Legislativa Provincial do Gram-Pará (1838-1853)**. Pará: Typographia Commercial, 1854.

BENTIVOGLIO, Julio. **O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

BERTRAND, Michel. De la familia a red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 61, n. 2, 1999.

\_\_\_\_\_. Do actor a la red. Análisis de redes e interdisciplinaridade. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Colóquios 2009.

\_\_\_\_\_. La élite colonial em la Nueva España del siglo XVIII: um planteamiento em términos de redes sociales. *In*: Bernd Schröter y Christian Büschges (eds.). **Beneméritos, aristocratas y empresarios: Identidades e estructuras sociales de las capas altas urbanas em América hispánica**. Frankfurt: Vervuet; Madrid: Iberoamericano, 1999.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese (Doutorado em História Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BEVILÁQUA, C. **Código Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Marinha Imperial versus Cabanagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **Negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BRADING, David. **Mineros y comerciantes en el México borbónico (1763-1810)**. Madrid: FCE, 1975.

BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV- XVIII**. Vol 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BROWNE, George P. **Governmente Immigration Policy in Imperial Brazil, 1822-1870**. Tese (Doutorado em História). Ann Harbour. Michigan: The Catholic University of America, 1972.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O "retalho" do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870**. Tese (Doutorado em História Social). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3626> Acessado em 20 de julho de 2015.

CAMPOS, Filipe Pinheiro de. **Brasileiros nos registros portugueses**. Portugal, 2015. Disponível em: <http://richasblogxxvi.blogspot.com.br/2015/08/autor-filipe-pinheiro-de-campos.html>.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea Carolyn da Costa; LUNA, Oton Tássio Silva. Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória (1850-1920). *In*: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Souza de; SOUSA, Fernando de. (orgs). **De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013, p. 485-499.

CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para história da família e demografia histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na **História. MNEME – Revista de Humanidades**, 11(28), ago./dez., 2010, 31-46.

CARVALHO, Augusto de. **O Brasil: Colonização e Emigração**. 2ª edição. Porto, 1876.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem. A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da Costa. **O Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim**. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses e Brasileiros). Porto: Universidade do Porto, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Aprendiz de Selvagem: o Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim**. Porto: Campo das Letras, 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O patacho Providência, um navio negreiro: política, justiça e redes depois da lei antitráfico de 1831. *In: Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 30, n. 54, p.777-806, set/dez 2014.

\_\_\_\_\_; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. **Almanack**. Guarulhos, n.12, jan./abr. 2016, p. 44-65.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O plantio do cacau na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *In: Anais do XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social: A construção da fortuna e do malogro: perspectivas históricas*. Instituto Universitário de Lisboa, 16 e 17 de novembro de 2012.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes: mercadores nas Minas setecentistas**. São Paulo: Anablume, 1999.

\_\_\_\_\_. **Arte Dos Negócios: Saberes, práticas e costumes mercantis no Império Luso-brasileiro. America Latina en la Historia Económica**, v. 1, n. 31, p. 169-193, 2009.

CHIAVENATO, Julio José. **Cabanagem: O povo no poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CLEARY, David. **Cabanagem: Documentos ingleses**. Belém: SECULT/IOE, 2002.

COELHO, Geraldo Mártires. **Letras e Baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará**. Belém: Cejup, 1989.

\_\_\_\_\_. **Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: Cejup, 1993.

\_\_\_\_\_. **O violino de Ingres: Leituras de História cultural**. Belém: Paka-Tatu, 2005.

\_\_\_\_\_. Da praça do Comércio à Junta Comercial do Estado do Pará: Breve histórico de um processo. *In: MONTEIRO, Luiz Augusto Lima; PENNA, Mahyra Matos; CARNEIRO,*

Orlando (org.). **Junta Comercial do Pará: fazendo história**. Belém: Valente gráfica e editora, 2010.

CORDEIRO, Luiz. **O Estado do Pará, seu commercio e indústrias (1719-1920)**. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1920.

COSTA, Magda de Nazaré Pereira da. **Caridade e saúde pública em tempo de epidemias: Belém (1850-1890)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973(a).

\_\_\_\_\_. **História do Pará**. 2. ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 1973(b).

\_\_\_\_\_. **História do Poder Legislativo do Pará. 1835-1930**. 1º Volume. Belém, EDUFPA, 1978.

\_\_\_\_\_. **História da Associação Comercial do Pará**. 2ª Ed. Belém: Editora Universitária. UFPA, 1996.

CUEVA, Oscar de la Torre. **Freedom in Amazonia: the black peasantry of Pará, Brazil, 1850-1950**. Tese (Doutorado em História - Doctor of Philosophy). University of Pittsburgh, 2011.

D'AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Livraria Nobel, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: A revolução popular da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1986.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da Reforma Agrária (1996)**. 2ª Ed. São Paulo: IBRASA, 1996.

DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837-c.1871): A trajetória do negociante João Pinto de Lemos**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Tradução de Ana Maria Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

FARINATTI, Luis Augusto E. (et al). **Micro-história, trajetórias e imigração.** (e-book). Santa Maria, RS: Oikos, 2015.

FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. **Tempo**, Niterói, v. 10, n. 20, p. 23-49, Jan. 2006.

FIGUEIREDO, Napoleão. **A Presença Africana no Pará Colonial: Uma notícia histórica.** Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONTES, Edilza. **“Preferem-se português(as)”: Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914).** Tese (Doutorado em História Social). Campinas: Universidade de Campinas, 2002.

FONSECA, Francisco Bêlard da. **A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.** Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1955.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX). **História: Questões e debates**, Curitiba, nº 36, 2002, p. 379-423.

\_\_\_\_\_; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Décio. **A Miserável Revolução das Classes Infames.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de. A emigração portuguesa para o Brasil. *In: Páginas Avulsas.* Porto, 1906.

FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo; LOPES, António. **O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836).** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FUNES, Eurípedes. **Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor: História e Memória de Mocambos no Baixo Amazonas.** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas Setecentistas.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

GALEY, John H. Salem's Trade with Brazil, 1801–1870. **Essex Institute Historical Collections**, 107 (1971): 198-222.

GAMBI, Thiago Fontela Rosado. **O Banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866).** São Paulo: Alameda, 2015.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. *In:* \_\_\_\_\_. **A micro-história**. Lisboa/RJ: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. “Em torno dos bumerangues: Outras histórias de mocambos na Amazônia colonial”. *In:* **Revista USP**, São Paulo, 1995.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A Abertura da Navegação de Cabotagem Brasileira no século XIX**. <http://www.ppage.ufrgs.br/anpeccul2010/artigos/31.pdf>

GUEDES, Aureliano da Silva. **As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)**. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais). Porto: Universidade do Porto/Universidade de Aveiro, 2011.

GUEIROS, Paulo Roberto. O estudo de trajetória de Vida nas Ciências Sociais trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos** vol. 12, nº 1, 2011, p. 9-29.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O “comércio de carne humana” no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços *In:* BITENCOURT, Marcelo RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander (org.). **África passado e presente: II Encontro de Estudos Africanos da UFF**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010 (e-book).

\_\_\_\_\_. O Fidalgo-mercador: Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”, 1707-1715. *In:* SOARES, Mariza de Carvalho (org.) **Rotas Atlânticas da diáspora africana: Da Bahia do Benim ao Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2011.

\_\_\_\_\_. O Estado Imperial brasileiro e os bancos estrangeiros: o caso do London and Brazilian Bank (1862-1871). *In:* **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. **A presença inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **As casas & as coisas: Um estudo sobre a Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

\_\_\_\_\_. **De chegadas e partidas: Migrações portuguesa no Pará (1800-1850)**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

HENRIQUE, Márcio Couto. Os escravos da Misericórdia. **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online) 5 (2): 386-410, 2013.

HERCULANO, Alexandre. **Opúsculo. Tomo IV: A emigração**. Lisboa: Bertrand e Carvalho & Cia, 1876.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança Colonial-Sua Desagregação. *In: História Geral da Civilização Brasileira*, org. por Sérgio Buarque de Holanda, 6ª ed. São Paulo: Difel, 1985, t. II, v. I, p. 9 a 39.

KLEIN, Herbert S. A Integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no início do XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 6 n. 2, jul./dez. 1989.

LACAPRA, Dominick. “História e Romance”. **Revista de História**. Campinas: Unicamp. v. 2, n. 3, set., 1991.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

LEITE, Joaquim Costa. Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914). **Análise Social**, nº 97, 1987, p. 463-480.

\_\_\_\_\_. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil (1851-1914). **Análise Social**, nº 112-113, 1991, p. 741-752.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. *In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 3ª Reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Le pouvoir au village. Histoire d’ un exorciste dans le Piémont du XVIIème siècle**. Paris: Gallimard, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Prefácio de Jaques Revel. Tradução de Cynthia M de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, Maria Barbara. **História dos bancos comerciais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1972.

\_\_\_\_\_. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1993.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

LIMA, Noely. A Adesão do Pará à Independência. **Revista Pará+, Edição nº 16**. Belém: Editora Círios Ltda, 2002.

LISBOA, José da Silva. **Princípios de Direito Mercantil e leis de Marinha**. Rio de Janeiro: Typ. Acadêmica, 1874.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. A mesa do bem comum ou mesa do espírito santo dos homens de negócio e o consulado em Portugal. *In: \_\_\_\_\_*. **Aspectos da influência dos homens de**

**negócio na política comercial ibero-americana.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado da Guanabara, 1961.

\_\_\_\_\_. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro.** 2 vols. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOPES, José Reinaldo de Lima. A formação do direito comercial brasileiro. A criação dos tribunais de comércio do império. **CADERNOS DIREITO GV**, v. 4, n. 6, novembro 2007.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos sujeitos sociais e controle entre 1840-1855.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

\_\_\_\_\_. As relações comerciais do Pará no início do século XIX. **Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica.** São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **As rotas do comércio do Grão-Pará: Negociantes e relações mercantis (c.1790 a c.1830).** Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LOUREIRO, Francisco Vilardebó. Genealogia da Família Gomes de Amorim. *In: Revista Raízes e Memórias*, nº 9. Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, 1993.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1500-1900).** Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. Manteiga inglesa, bacalhau português, ... Os produtos importados e seu consumo em Belém na 2ª metade do XIX. **Revista História e-história.** 2010.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A Quebra da Mola Real das Sociedades: A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão Pará (1821-1825).** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil – A atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40. **Almanack braziliense**, nº 06, nov, 2007, p. 115-120.

\_\_\_\_\_. Redesenhando Caminhos. O papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-1829). **Almanack Braziliense.** São Paulo, nº10, nov. 2009, p. 75-97.

\_\_\_\_\_. O Fiel da Balança: O papel do Parlamento Brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, jan./jun. 2011, p. 195-241.

\_\_\_\_\_. **A lógica territorial nas tramas políticas do período da independência: Pará, 1822-1823.** Disponível em: [http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/877/1/Revista\\_Texto7\\_Andr%C3%A9%20Roberto%20de%20A.%20Machado.pdf](http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/877/1/Revista_Texto7_Andr%C3%A9%20Roberto%20de%20A.%20Machado.pdf).

MACHADO, Cacilda; FLORENTINO, Manolo. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (Séculos XIX e XX). *In: Portuguese Studies Review*, v. 10, 2002, p. 58-84.

MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834**. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MAGALHÃES, Basílio de. **Estudos de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MAIA, Fernanda Paula Sousa. A emigração portuguesa para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista. *In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles. A Emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE, 2007, p. 51-68.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: Formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX**. Tese (Doutorado em Economia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no Século XIX”. *In: Estudos Econômicos*, nº 15, 1985, p. 153-167.

MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. *In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 21-124.

MARTINS, Ismênia de Lima. Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes. *In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles. A Emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE, 2007, p. 69-88.

MARTINS, Rocha. **Correspondências do Visconde de Santarém. I volume (1827-1828)**. Lisboa: Alfredo Lamas Motta & Cia Ltda editores, 1918.

MASON, William P. Reports of Cases argued and determined in the Circuit Court of the United States for the first Circuit. Vol 1. Second edition. Boston: Hilliard, Gray and Company, 1836.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. S. Paulo, 1890-1930. *In: PEREIRA, Míriam Halpern, e outros (eds.), Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 218-237.

MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. São Paulo: EDUSC, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queirós. A riqueza dos baianos no século XIX. **Revista CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 11, 1988, p. 61-75.

MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELLO MORAES, A. J. de. **Chronica Geral do Brazil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1886.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

MENDONÇA, Artur Ângelo Barracosa. Contributos para a história da expansão do sistema bancário no espaço regional (1874-1930): o caso do Algarve. *In: XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Universidade de Coimbra, 2011.

MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870). *In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs). Deslocamentos e Histórias: os portugueses*. São Paulo: EDUSC, 2008, p. 103-118.

MENEZES, Mozart Vegetti e GUEDES JUNIOR, Antonio F Cordeiro. Ordem, Império e Poder nos primeiros anos do Brasil Colônia. **Anais do IV Congresso Internacional de História**. 9 a 11 de setembro de 2009. Maringá. Paraná. <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/443.pdf>.

\_\_\_\_\_. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracasso. *In: GOMES, Ângela. Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sêtte Letras, 2000.

MIRANDA, Sacuntala de, “Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914”. *In: PEREIRA, Míriam Halpern. e outros (eds.). Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa. Fragmentos, 1993, p. 47-62.

MONTEIRO, Miguel. **Emigração para o Brasil (1834-1926): Os números e a autobiografia - sair, viver e regressar na primeira pessoa**. Fafe: Editora do autor, s.d.

\_\_\_\_\_. **Fafe dos "brasileiros" (1861-1930) - Perspectivas histórica e patrimonial**. Fafe: ed. do autor, 1991.

\_\_\_\_\_. **Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926) – territórios itinerários e trajectórias**. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1996.

MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas numa economia extrativista: Pará (1872-1920)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.

MOTTA, Bruna Iglezias. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837-c.1871): A trajetória do negociante João Pinto de Lemos**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015.

MOURA, Daniele Figuêredo. Economia e idéias de civilização no contexto da Cabanagem, 1836-1839. *In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Barcelar (Orgs.). Tesouros da Memória: História e Patrimônio do Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda, 2009, p. 105-125.

MOURA, Ignacio Baptista de. **Commemoração do centenário da Praça do Commercio do Pará, 1819-1919**. Belém: Typ. do Diario Official, 1919.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Redes personales y autoridade colonial: los comerciantes de Buenos Aires en el siglo XVIII. **Revista Annales Histoire. Sciences Sociales**. Paris, 1992, p. 3-34.

NOBRE, Izenete Garcia. **Leitura a vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Letras e Estudos Literários). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil no Antigo Sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVAES, Irlane Regina Moraes. **ANA JANSEN: Empreendedorismo feminino no século XIX**. Tese (Doutorado em Administração). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

NUNES, Rosana Barbosa. Um panorama histórico da Imigração portuguesa para o Brasil. *In: Revista Arquipélago*. v. 07, segunda série, 2003.

NUNES, Rosana Barbosa. Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 163-177, out. 2000, p. 163-177.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. **A Freguesia de S. Lázaro**. Braga: Junta de Freguesia de S. Lázaro, 1999.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. André Soares. Uma sensibilidade entre o Barroco e o Rococó (1746-1769). **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, vol. IX-XI, 2010-2012, p. 127-148.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência de urbanização**. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Entre nobres e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado**. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 2013.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PALHANO, Raimundo. Elogio ao patrono: Sabbas da Costa e as circunstâncias da história social do Maranhão. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, n. 42, set./2012.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Tese (Doutorado em Sociologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação: Os negociantes de Lisboa. *In: Revista Tempo*, v. 8, n. 15, dez./2003, p. 37-69.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém: Estudo Geográfico Urbano**. Editora da UFPA, 1968.

PEREIRA, Gabriel Langie. **Independência e sequestro de bens: negócios, negociantes e correspondentes no Pará e Maranhão (1822-1842)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Universidade de Campinas, 2009.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional. *In*: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs). **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. São Paulo: EDUSC, 2008.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: EDUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2002.

PESCATELLO, Ann Marie. **Both Ends of the Journey: an Historical Study of Migrations and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914**. Tese (Doutorado em História). Los Angeles: University of California, 1970.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negociantes, crédito e política no Brasil Império. *In*: **Segunda Jornada de História econômica**. Montevideo: Asociacion Uruguaya de Historia Económica, 1999.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORRO, Antonio. Cacau e chocolate: dos hieróglifos francês à cozinha ocidental. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.5, jan./dez. 1997.

PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos. **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará**. 5 volumes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

\_\_\_\_\_. **Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o anno de 1821 até 1835**. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865.

\_\_\_\_\_. **Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o anno de 1821 até 1835**. Volume Segundo. São Luiz: Typographia Bellarmino de Mattos, 1868.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: Universidade de Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. **Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)**. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Porto: Universidade do Porto, 1997.

RICCI, Magda. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. *In*: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Os Senhores dos Rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

\_\_\_\_\_. Entre portos, comércio, e troca culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835. *In*: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs). **Deslocamentos e Histórias: os portugueses**. São Paulo: EDUSC, 2008, p. 189-208.

\_\_\_\_\_. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. *In*: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). **O Brasil imperial (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. Dias trágicos. *In*: **Revista de História**, s/n., set. 2009.

RIDINGS, Eugene. **Business interest groups in Nineteenth Century Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas. **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (1): 2009.

\_\_\_\_\_. **Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras, câmaras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais, século XVIII)**. Disponível em: <http://www.iict.pt/pequenanobreza/arquivo/Doc/t4s1-03.pdf>.

RODRIGUES, Henrique Fernandes. **A Emigração do Alto Minho, 1835-1860**. Dissertação (Mestrado em História Social). Porto: Universidade do Porto, 1991.

RODRIGUES, Ondina Antonio. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 1996.

SALES, Alberto Jaqueri de. **Diccionario Universal de Commercio**. Tradução e adaptação manuscrita do **Dictionnaire Universel de Commerce**, de Jacques Savary de Brulons, 1723-1730. Tomo III. Lisboa, 1813.

SALES, Mália Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias. O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Entre mares, coisas e significados: a relação comercial entre Belém-Portugal no pós Independência. *In*: **Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**. Lisboa, 2015, p. 10638-10648.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o Café. Vassouras, século XIX. Senhores e Escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3ª Ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: Hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650 - c.1750)**. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Riqueza, poder e hierarquia social: história e historiografia da elite mercantil setecentista.** *In:* II Encontro Memorial do ICHS: Nossas letras na história da educação. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX.** 2ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SILVA, Plácido e. **Vocabulário jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 1975.

SOUZA, Elizabeth Santos de. **O mercado de crédito na corte joanina: experiência das relações sociais de empréstimos.** Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

SOUZA, Henrique Arthur. **Henrique de La Rocque.** Coleção Grandes vultos que honraram o Senado. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912).** Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). *In:* MOREDA, Vicente Pérez; ALONSO, Blanca Sánchez. (orgs). **Anais do Congresso de Historia Económica de Zaragoza.** Zaragoza: Universidad San Pablo, 2001.

SEIXAS, Netília S. dos Anjos e GUIMARÃES, Camila L. Jornalistas de destaque: profissionais da imprensa de Belém entre 1840 e 1860. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

SERRÃO, Joel. **A Emigração Portuguesa: sondagem histórica.** Lisboa: Livros Horizontes Ltda, 1972.

\_\_\_\_\_. Brasil-Portugal, 1826-1889. *In:* HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico – Declínio e queda do Império.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1960-1972], p. 239-252.

SILVA, Camila Borges da. **As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831).** *In:* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831).** Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2014.

SILVA, Fábio Carlos; LEANDRO, Leonardo M. de Lima; MARCONDES, Renato leite. Crédito privado na Economia da Borracha: o Mercado Hipotecário em Belém (1870-1874). **Revista de Estudos Sociais** | Ano 2015, n. 34, v. 17, p. 20-51.

SILVA, Fernando Emídio da. **Emigração Portuguesa**. Lisboa: Editora do autor, 1917.

SILVA, Hernán Asdrúbal. Intrucción General. *In: Inmigracion y estadísticas en el Cono Sur de América: Argentina, Brasil, Chile e Uruguay*. Serie Inmigración. v. VI. Organización de los Estados Americanos, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Análise da estratificação social (O Rio de Janeiro a 1808-1821)**. São Paulo: FFLCH, 1975.

\_\_\_\_\_. **Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil (1850-1938)**. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1992.

SIMÕES, Nuno. **O Brasil e a Emigração Portuguesa**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In: RÉMOND, René (org.) Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996, p. 231-269.

SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Disponível em: [https://pt.wikisource.org/wiki/Galeria\\_dos\\_Brasileiros\\_Ilustres/Jeronimo\\_Francisco\\_Coelho](https://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Jeronimo_Francisco_Coelho).

SOUSA, Eveline Almeida. **Os ideais de civilização na Amazônia Imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

SOUSA, Fernando de. **A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da agência Abreu (1840)**. Porto: Fronteira do Caos; Lisboa: CEPESE, 2009.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles (coord). **A Emigração portuguesa para o Brasil**. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE, 2007.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Felipe Patroni (1820-1823)**. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de Campinas, 1997.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. **Revista de História**. Campinas: Unicamp, v. 2, n. 3, Setembro, 1991, p. 13-37.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **O valle do Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

TELLES, Moreira. **O Brasil e a emigração**. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. Tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o mercado e a dádiva: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, c. 1847 – c. 1891.** Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

VASQUEZ, Pedro Karp. **O Brasil na fotografia oitocentista.** São Paulo: Metalivros, 2003.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. *In*: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.

VIANA, Arthur. A Biblioteca e Arquivo Público do Pará: Resumo histórico. *In*: **Revista Brasileira de Biblioteconomia**, vol 3, n. 1, jan/jun, 1975, p. 85-102.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense. Notícia Histórica, 1650-1902.** 2ª ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

\_\_\_\_\_. **História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará.** Belém: Torres, 1914.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. História de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia Joanina. **Rev. Bras. Est. Pop.** v. 27, n. 1, jan./jun., 2010.

VIEIRA, Rubenita. **O Tribunal do Comércio: modernização e imobilismos (1851-1889).** IFCS-UFRJ. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

WEBER, Adelir. **Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação.** Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920).** São Paulo: Edusp, 1993.